

FRANCES STONOR SAUNDERS

# Quem pagou a conta?

A CIA NA GUERRA FRIA DA CULTURA



*"Um trabalho fundamental de história investigativa."* Edward W. Said



Não é segredo que, com o término da Segunda Guerra Mundial, a CIA passou a financiar artistas e intelectuais de direita; o que poucos sabem é que ela também cortejou personalidades de centro e de esquerda, num esforço para afastar a *intelligentsia* do comunismo e aproximá-la do *American way of life*.

Frances Stonor Saunders detalha como e por que a CIA promoveu congressos culturais, exposições e concertos, bem como as razões que a levaram a publicar e traduzir nos Estados Unidos autores alinhados com o governo americano e a patrocinar a arte abstrata, como tentativa de reduzir o espaço para qualquer arte com conteúdo social. Além disso, a autora mostra como, por todo o mundo, a CIA subsidiou jornais críticos do marxismo, do comunismo e de políticas revolucionárias, angariando o apoio de alguns dos maiores expoentes do mundo ocidental, a ponto de muitos passarem a fazer parte de sua folha de pagamentos.

*Partisan Review*, *Kenyon Review*, *New Leader* e *Encounter* foram algumas das publicações que receberam apoio direto ou indireto. Entre os intelectuais patrocinados ou promovidos pela CIA estavam Irving Kristol, Melvin Lasky, Isaiah Berlin, Stephen Spender, Sidney Hook, Daniel Bell, Dwight Macdonald, Robert Lowell, Hannah Arendt, Mary McCarthy

e outros. Na Europa, havia um interesse especial na Esquerda Democrática e em ex-esquerdistas, como Ignacio Silone, Arthur Koestler, Raymond Aron, Michael Josselson e George Orwell.

*Quem pagou a conta?* narra os detalhes de uma das maiores histórias de corrupção intelectual e artística pelo poder, numa narrativa instigante, cheia de personalidades brilhantes e mercenários. A prosa esplendorosa e contundente de Frances Stonor Saunders leva o leitor de volta a uma época em que a política representava tudo, e em que espiões endinheirados sabiam o preço da cultura.

FRANCES STONOR SAUNDERS formou-se na Universidade de Oxford em 1987. Trabalhou como produtora de filmes independentes, e seus documentários incluem *Hidden Hands: A Different History of Modernism*. Foi editora de artes de *The New Statesman* e autora também de *The Devil's Broker: Seeking Gold, God, and Glory in Fourteenth-Century Italy* e *Hawkwood: Diabolical Englishman*. Reside em Londres.

**Quem pagou a conta?**

FRANCES STONOR SAUNDERS

# Quem pagou a conta?

Tradução de  
VERA RIBEIRO



*Minha Impalpável Biblioteca*



EDITORA RECORD  
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2008

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S275q Saunders, Frances Stonor  
Quem pagou a conta? / Frances Stonor Saunders; tradução de  
Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Record, 2008.

Tradução de: Who paid the piper?  
ISBN 978-85-01-06771-5

1. Estados Unidos. Central Intelligence Agency – Influência.  
2. Política e cultura – Estados Unidos. 3. Artes – Aspectos  
políticos – Estados Unidos. 4. Guerra Fria – Aspectos sociais –  
Estados Unidos. 5. Liberdade e arte – Aspectos políticos – Estados  
Unidos. I. Título.

07-3937

CDD – 327.14  
CDU – 327.8

Título original em inglês:  
**WHO PAID THE PIPER?**

Copyright © 1999 Frances Stonor Saunders

Originalmente publicado na Grã-Bretanha em 1999 pela Granta Books

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou  
transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia  
autorização por escrito. Proibida a venda desta edição em Portugal e resto  
da Europa.

Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa para o Brasil  
adquiridos pela  
**EDITORA RECORD LTDA.**  
Rua Argentina 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: 2585-2000  
que se reserva a propriedade literária desta tradução

Impresso no Brasil

ISBN 978-85-01-06771-5

**PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL**  
Caixa Postal 23.052  
Rio de Janeiro, RJ – 20922-970



“Que sucesso ou destino,  
Antes da tua morte, para aqui te conduziram?  
E quem é esse que vai mostrando teu caminho?”  
Respondi: “Antes de haver na Terra  
o meu tempo de vida cumprido,  
vi-me perdido em vale desolado.”

Dante, *A divina comédia, Inferno, Canto XV*

Sei que é segredo, pois que é sussurrado em toda parte.

William Congreve, *Love for Love*

# Sumário

<i>Agradecimentos</i>	9
<i>Introdução</i>	13
1. Um cadáver requintado	21
2. Os eleitos do destino	47
3. Marxistas no Waldorf	61
4. O Deminform da democracia	73
5. A idéia é fazer cruzadas	91
6. “Operação Congresso”	103
7. Glacê	123
8. <i>Cette fête américaine</i>	131
9. O consórcio	147
10. A Campanha pela Verdade	165
11. O novo consenso	177
12. A revista “X”	185
13. Um baita desassossego	211
14. Música e verdade, <i>ma non troppo</i>	235
15. Os meninos de Ransom	257
16. Garatujas ianques	275
17. As Fúrias guardiãs	303
18. Quando os camarões aprenderem a assobiar	327
19. O calcanhar-de-aquiles	339
20. Uma OTAN cultural	353



21. O César da Argentina	371
22. Amigos do PEN Clube	387
23. Uma Baía dos Porcos literária	397
24. A vista dos baluartes	411
25. Aquela sensação deprimente	423
26. Um mau negócio	441
<i>Epílogo</i>	451
<i>Notas e fontes</i>	463
<i>Bibliografia selecionada</i>	517
<i>Índice remissivo</i>	523

## Agradecimentos

Escrever este livro foi um ato prolongado de perambulação, enquanto eu arrastava minha desgraciosa bagagem de caixas e arquivos surrados de um lugar para outro. Por sua bondade em me acolher, juntamente com essa caravana de despojos arquivísticos, e por me terem oferecido a oportunidade de trabalhar sem ser perturbada, quero agradecer a Elizabeth Cartwright-Hignett, Frank Dabell, Nick Hewer, Eartha Kitt, Hermione Labron-Johnson e Claudia e Marcello Salom. Sou particularmente grata a Ann Pasternak Slater e Craig Raine, por seu apoio constante e sua sólida confiança. Através deles, conheci Ben Sonnenberg, em Nova York, e sou grata por essa amizade florescente e (da parte de Ben) erudita. Ann Pasternak Slater também ajudou a facilitar meu trânsito, escrevendo uma carta de recomendação que, exceto por sua própria maneira generosa de enfeitá-la, seguiu meu rascunho com insólita precisão. O apoio de Carmen Callil foi obtido numa etapa avançada da redação deste livro, mas figura como uma poderosa fonte de inspiração em virtude de sua confiança completa e irrestrita, numa época em que eu praticamente perdera a minha. Jay Weissberg foi de uma ajuda inestimável: em sua condição de historiador do cinema, ainda estou por conhecer quem se equipare a ele em erudição e na largueza de conhecimentos. Minha gratidão estende-se também àqueles que se tornaram parceiros de um projeto que teve sua cota de desventuras, e seguiram em frente nessa trajetória acidentada sem perder o senso de humor: meu editor, Neil Belton, minha agente, Felicity Rubinstein, toda a equipe da Granta Books, Jane Robertson, que fez o copidesque dos originais, Jeremy Bugler, Tony Cash, Tony Carew, Lawrence Simanowitz, André Schiffrin, da editora The New

Press, e Melvin Wulf, do escritório de advocacia Beldock, Levine & Hoffman. Por sua amizade generosa e sua paciência extraordinariamente elástica, não tenho palavras para agradecer a Madonna Benjamin, Zoë Heller, Conrad Roeber, Domitilla Ruffo, Roger Thornham e Michael Wylde. Não fosse por minha mãe, Julia Stonor, e meu irmão, Alexander Stonor Saunders, a vida fora deste livro teria desembocado num beco sem saída. Por seu incentivo, seu respaldo amoroso e seu apoio interminável, ofereço-lhes meu agradecimento deslavadamente hiperbólico e lhes dedico este livro.

Quando comecei a pesquisar a Guerra Fria cultural, eu tinha grandes esperanças de tirar proveito da Lei de Liberdade de Informação dos Estados Unidos. Certamente que muitos documentos do governo, antes sigilosos, foram liberados para pesquisadores nos termos dessa Lei e, como resultado, os estudos recentes sobre o FBI foram enormemente enriquecidos. Reaver a documentação da CIA, no entanto, é outra história. A solicitação inicial que enviei à organização em 1992 está sem resposta até hoje. Eles acusaram o recebimento de meu pedido seguinte, embora eu tenha sido avisada de que o custo total pelo fornecimento dos registros que havia solicitado seria da ordem de 30 mil dólares. Entretanto, como o Coordenador de Informações e Privacidade da CIA explicou ainda que era praticamente nula a probabilidade de minha solicitação ser processada com êxito, não tive muito com que me preocupar. A Lei de Liberdade de Informação é muito elogiada pelos historiadores britânicos, que, de fato, deparam com desafios muito maiores na pesquisa de material relacionado com a defesa do Reino Unido. Mas a aplicação dessa lei, pelo menos no que concerne à CIA, é lamentável. O que compensa isso é a abundância de documentos existentes em coleções particulares. Historicamente, uma sucessão de governos norte-americanos espalhou-se pelo setor privado. Especialmente no período da Guerra Fria, a política externa dos Estados Unidos era dividida entre os órgãos de governo e uma espécie de consórcio de personagens e instituições independentes quase governamentais. Paradoxalmente, foi essa balcanização, até mesmo de operações clandestinas ou secretas, que assegurou a possibilidade de examinar essas operações. A história está toda ali, para quem se dispuser a pescá-la com uma rede de arrasto, no mar de documentos particulares que se estendem pelos arquivos dos Estados Unidos.

Naturalmente, qualquer trabalho que se apóie maciçamente nesse material arquivístico tem uma dívida de gratidão para com os muitos arquivistas e bibliotecários que, com grande perícia, conduzem o pesquisador, para que ele entre, percorra e torne a sair das complexidades de suas coleções. Essas pessoas constituem as vigas em que se apóia a casa da história, embora eu me apresse a acrescentar que a responsabilidade por quaisquer falhas estruturais ou arquitetônicas cabe inteiramente à autora. Por sua ajuda e orientação, ofereço meus agradecimentos à equipe da Biblioteca Tamiment, em Nova York, da Biblioteca Joseph Regenstein, de Chicago, da Biblioteca Dwight D. Eisenhower, em Abilene, dos Arquivos Nacionais de Washington, da Biblioteca Butler, na Universidade Columbia, do Centro George Meany, em Washington, do Centro Harry Ransom de Pesquisas em Humanidades e da Biblioteca Lyndon Baines Johnson, ambos em Austin, no Texas, da Biblioteca John F. Kennedy, em Boston, e da Biblioteca Harry S. Truman, em Independence. Quero também agradecer aos arquivistas do Serviço de Registros Públicos, em Londres, da Biblioteca da Universidade de Reading e ainda à equipe da Biblioteca de Londres.

Muitas pessoas concordaram em ser entrevistadas para este livro e suportaram com elegante paciência as minhas visitas, telefonemas, faxes e cartas repetidos. Todos os entrevistados são nominalmente indicados nas Notas e Fontes, no fim do livro. Sou grata a todos eles, mas, em particular, a Diana Josselson, que foi extremamente generosa com seu tempo e concedeu a este livro o benefício de sua memória impecável, seu apoio firme (embora não acrítico) e fotografias retiradas de sua coleção pessoal.

# Introdução

A maneira de fazer uma boa propaganda é nunca parecer que se a está fazendo.

Richard Crossman

Durante o auge da Guerra Fria, o governo norte-americano investiu vastos recursos num projeto secreto de propaganda cultural na Europa Ocidental. Uma característica central desse projeto era promover a afirmação de que ele não existia. Ele foi administrado, em meio a grande sigilo, pelo braço de espionagem dos Estados Unidos — a Agência Central de Informações. O componente central dessa campanha sigilosa foi o Congresso pela Liberdade Cultural, dirigido por Michael Josselson, um agente da CIA, de 1950 a 1967. Suas realizações — inclusive por sua duração — foram consideráveis. Em seu apogeu, o Congresso pela Liberdade Cultural tinha escritórios em 35 países, empregava dezenas de pessoas, publicava mais de vinte revistas prestigiosas, realizava exposições artísticas, contava com um serviço de notícias e reportagens, organizava conferências internacionais amplamente divulgadas e recompensava os músicos e artistas com premiações e apresentações públicas. Sua missão era afastar a intelectualidade da Europa Ocidental de seu fascínio remanescente pelo marxismo e o comunismo, levando-a a uma visão mais receptiva do “estilo norte-americano”.

Apoiando-se numa rede extensa e sumamente influente de integrantes do serviço de informações, em estrategistas políticos, pessoas dos círculos empresariais e antigos laços estudantis das universidades que compõem a Ivy

League,\* a então incipiente CIA começou a construir, a partir de 1947, um “consórcio” cuja dupla tarefa era vacinar o mundo contra o contágio do comunismo e facilitar a aceitação dos interesses da política externa norte-americana no exterior. O resultado foi uma rede extraordinariamente coesa de pessoas que trabalharam junto com a Agência para promover uma idéia: a de que o mundo precisava de uma *Pax Americana*, uma nova era iluminista, que seria conhecida como O Século Norte-Americano.

O consórcio construído pela CIA — composto pelo que Henry Kissinger descreveu como “uma aristocracia dedicada a servir a esta nação em nome de princípios suprapartidários” — foi a arma oculta da luta dos Estados Unidos na Guerra Fria, uma arma que, no campo cultural, teve amplas consequências. Gostassem ou não, soubessem ou não, poucos foram os escritores, poetas, pintores, historiadores, cientistas ou críticos da Europa do pós-guerra cujos nomes não se ligaram de algum modo a essa iniciativa secreta. Não questionado nem detectado por mais de vinte anos, o *establishment* da espionagem norte-americana pôs em funcionamento uma frente cultural sofisticada e substancialmente financiada no Ocidente, *para* o Ocidente, em nome da liberdade de expressão. Definindo a Guerra Fria como uma “batalha pela mente dos homens”, ele acumulou um vasto arsenal de armas culturais: revistas, livros, conferências, seminários, exposições artísticas, concertos e premiações.

Os integrantes desse consórcio incluíam um grupo diversificado de antigos radicais e intelectuais de esquerda, cuja confiança no marxismo e no comunismo fora abalada pelas provas do totalitarismo stalinista. Havendo emergido dos anos 1930 — a Década Cor-de-Rosa, pranteada por Arthur Koestler como uma “revolução abortiva do espírito, um Renascimento malogrado, um falso alvorecer da história”<sup>1</sup> —, a desilusão dessas pessoas era acompanhada pela pronta disposição de participar de um novo consenso, de afirmar uma nova ordem que viesse a substituir as forças desgastadas do passado. A tradição de dissidência radical, na qual os intelectuais tomavam a si a tarefa de investigar os mitos, interrogar as prerrogativas institucionais e perturbar a complacência do poder, foi suspensa em favor do apoio à “pro-

---

\*São oito essas universidades: Brown, Columbia, Cornell, Dartmouth College, Harvard, Pennsylvania, Princeton e Yale. (N. da T.)

posta norte-americana”. Endossado e subsidiado por instituições poderosas, esse grupo não comunista tornou-se um cartel na vida intelectual do Ocidente, tanto quanto o fora o comunismo alguns anos antes (e incluiu muitas das mesmas pessoas).

“Houve um momento (...) em que a vida pareceu perder a capacidade de se arrumar”, diz Charlie Citrine, o narrador de *O legado de Humboldt*, de Saul Bellow. “Era *preciso* arrumá-la. Os intelectuais tomaram isso como sua tarefa. Desde a época de Maquiavel, digamos, até a nossa, essa arrumação tem sido o grande projeto, deslumbrante, instigante, enganoso e desastroso. Um homem como Humboldt, inspirado, arguto e destrambelhado, transbordou de alegria com a descoberta de que a empreitada humana, tão grandiosa e infinitamente variada, agora teria que ser administrada por pessoas excepcionais. Ele era uma pessoa excepcional, logo, era um candidato qualificado ao poder. Ora, por que não?”<sup>2</sup> Como uma porção de Humboldts, os intelectuais que tinham sido traídos pelo ídolo falso do comunismo viram-se então diante da possibilidade de construir uma nova República de Weimar, uma Weimar norte-americana. Se o governo — e seu braço de ação secreta, a CIA — estava disposto a auxiliar nesse projeto, ora, por que não?

O fato de antigos esquerdistas terem sido envolvidos numa mesma empreitada com a CIA é menos implausível do que parece. Havia uma sincera comunhão de interesses e convicções entre a Agência e os intelectuais contratados, mesmo que não o soubessem, para travar a Guerra Fria cultural. A influência da CIA não foi “sempre nem freqüentemente reacionária e sinistra”,<sup>3</sup> escreveu o eminente historiador liberal norte-americano Arthur Schlesinger. “Em minha experiência, sua liderança era politicamente esclarecida e sofisticada.”<sup>4</sup> Essa visão da CIA como um refúgio do liberalismo funcionou como um incentivo poderoso a que se colaborasse com ela, ou, se não isso, pelo menos a que se aquiescesse no mito de que suas motivações eram boas. No entanto, essa percepção é pouco compatível com a reputação da CIA como um instrumento implacavelmente intervencionista e assustadoramente irresponsável do poderio norte-americano na Guerra Fria. Essa foi a organização que arquitetou a derrubada do primeiro-ministro Mossadegh no Irã, em 1953, a deposição do governo de Arbenz na Guatemala, em 1954, a desastrosa operação da Baía dos Porcos, em 1961, e o infame Projeto Fênix, no Vietnã. Ela espionou dezenas de milhares de norte-americanos, perseguiu

líderes democraticamente eleitos no exterior, planejou assassinatos, negou essas atividades no Congresso e, nesse processo, elevou a arte da mentira a novos píncaros. Por que estranha alquimia, portanto, conseguiu a CIA apresentar-se a intelectuais de princípios elevados, como Arthur Schlesinger, como o vaso de ouro do acalentado liberalismo?

O grau em que o círculo de espionagem norte-americano estendeu seu alcance aos assuntos culturais de seus aliados do Ocidente, funcionando como o facilitador não-reconhecido de uma vasta gama de atividades criativas, e posicionando os intelectuais e sua obra como peças de xadrez a serem jogadas na Grande Partida, continua a ser um dos legados mais instigantes da Guerra Fria. A defesa montada pelos guardiães desse período — que se apóia na alegação de que o investimento financeiro substancial da CIA era feito sem qualquer compromisso — ainda está por ser seriamente questionada. Nos círculos intelectuais dos Estados Unidos e da Europa Ocidental persiste a tendência em aceitar como verdade que a CIA estava meramente interessada em ampliar as possibilidades de uma expressão cultural livre e democrática. “Simplesmente ajudávamos as pessoas a dizer o que elas diriam de qualquer maneira”, afirma essa linha de defesa de estilo “cheque em branco”. Se os beneficiários das verbas da CIA eram desconhecedores desse fato, prossegue a argumentação, e se seu comportamento não foi modificado em consequência disso, não é possível que sua independência como pensadores críticos tenha sido afetada.

• Mas os documentos oficiais relacionados com a Guerra Fria cultural solapam sistematicamente esse mito do altruísmo. Era de se esperar que os indivíduos e instituições subsidiados pela CIA atuassem como parte de uma ampla campanha de persuasão, de uma guerra de propaganda em que a “propaganda” era definida como “qualquer esforço ou movimento organizado para disseminar informações ou uma doutrina particular, por meio de notícias, argumentos especiais ou apelos destinados a influenciar o pensamento e as ações de qualquer grupo considerado”.<sup>5</sup> Um componente vital desse esforço era a “guerra psicológica”, definida como “o uso planejado, por parte de uma nação, da propaganda e de outras atividades diferentes do combate, que transmitam idéias e informações destinadas a influenciar as opiniões, atitudes, emoções e comportamentos de grupos estrangeiros de forma a apoiar a consecução dos objetivos nacionais”. Além disso, o “tipo



mais eficaz de propaganda” era definido como aquele em que “o *sujeito se move na direção que você deseja por razões que acredita serem dele*”.<sup>6</sup> É inútil contestar essas definições. Elas se espalham a torto e a direito pelos documentos governamentais, pelos *domnés* da diplomacia cultural norte-americana do pós-guerra.

Claramente, ao camuflar seus investimentos, a CIA agiu com base na premissa de que seus agrados seriam recusados, se abertamente oferecidos. Que espécie de liberdade se pode promover mediante tal engodo? É claro que não havia nenhum tipo de liberdade na pauta da União Soviética, onde os escritores e intelectuais que não eram mandados para os *gulags* eram apanhados a laço para servir aos interesses do Estado. Sem dúvida, era correto opor-se a essa antiliberdade. Mas com que meios? Haveria alguma justificativa real para presumir que os princípios da democracia ocidental não poderiam ressuscitar na Europa do pós-guerra, em função de algum mecanismo interno? Ou para não presumir que a democracia pudesse ser mais complexa do que estava implícito no enaltecimento do liberalismo norte-americano? Até que ponto era admissível que outro Estado interviesse secretamente nos processos fundamentais do crescimento intelectual orgânico, do debate livre e do fluxo irrestrito de idéias? Porventura isso não acarretava o risco de produzir, em vez de liberdade, uma espécie de liberdade primitiva, na qual as pessoas pensam estar agindo livremente, quando, na verdade, estão presas a forças sobre as quais não exercem controle?

O engajamento da CIA na guerra cultural levanta outras perguntas inquietantes. Terá a ajuda financeira distorcido o processo pelo qual os intelectuais e suas idéias eram avaliados? Será que as pessoas eram escolhidas por suas posições, e não com base no mérito intelectual? Que quis dizer Arthur Koestler ao satirizar o “circuito acadêmico internacional de garotas de programa” representado pelas conferências e simpósios intelectuais? Seriam as reputações asseguradas ou promovidas tendo em vista a integração ao consórcio cultural da CIA? Quantos dos escritores e pensadores que conquistaram um público internacional para suas idéias eram, na verdade, autores de segundo time, de popularidade efêmera, cuja obra estava fadada a ocupar os porões dos sebos?

Em 1966, saiu no *New York Times* uma série de reportagens denunciando uma vasta gama de ações secretas realizadas pela comunidade de infor-

mações norte-americana. À medida que as histórias de tentativas de golpe de Estado e assassinatos políticos (trapalhadas, em sua maioria) inundaram as primeiras páginas, a CIA passou a ser caracterizada como um elefante desgarrado, que desabalava pelo cerrado da política internacional sem senso algum de responsabilidade. Em meio a esses lances mais dramáticos de capa-e-espada, surgiram detalhes de como o governo norte-americano havia recorrido a membros da elite cultural conservadora do Ocidente, para conferir peso intelectual a seus atos.

A sugestão de que muitos intelectuais tinham sido movidos pelos ditames dos estrategistas políticos norte-americanos, e não por seus próprios valores, gerou uma repulsa generalizada. A autoridade moral de que a intelectualidade havia desfrutado, no auge da Guerra Fria, viu-se seriamente minada, tornando-se alvo freqüente de zombaria. A “consensocracia” estava desmoronando, o centro não conseguia manter-se de pé. E, à medida que ela se desintegrava, a própria história foi ficando fragmentada e parcial, sendo adulterada — às vezes flagrantemente — por forças da direita e da esquerda que queriam distorcer suas verdades peculiares para seus próprios fins. Ironicamente, as circunstâncias que possibilitaram as revelações contribuíram para que seu verdadeiro significado se obscurecesse. Quando a obsessiva campanha anticomunista dos Estados Unidos no Vietnã deixou o país à beira do colapso social, e com escândalos posteriores da escala dos Arquivos do Pentágono e de Watergate, foi difícil manter o interesse ou o sentimento de ultraje diante da questão do *Kulturkampf*,\* que, comparada a eles, afigurava-se uma banalidade secundária.

“A história”, escreveu Archibald MacLeish, “é como uma sala de concertos mal construída, [com] zonas cegas em que não se pode ouvir a música.”<sup>77</sup> Este livro tenta assinalar essas zonas cegas. Ele busca uma acústica diferente, uma outra melodia que não a executada pelos virtuosos oficiais da época. É uma história secreta, na medida em que confia na relevância da força das relações pessoais, das ligações e conluios “lenientes”, e na importância da diplomacia de salão e da politicagem de *boudoir*. Ela questiona o que Gore Vidal descreveu como “as ficções oficiais, acordadas por um número grande demais de partes interessadas demais, cada qual com seus mil dias para mon-

---

\*Guerra cultural. (N. do T.)

tar suas próprias pirâmides e obeliscos enganosos, que têm a pretensão de dizer a hora solar”. Qualquer história que se disponha a interrogar esses “fatos acordados” deve, nas palavras de Tzvetan Todorov, tornar-se “um ato de profanação. Não se trata de contribuir para o culto de heróis e santos. Trata-se de chegar o mais perto possível da verdade. Participa do que Max Weber chamou de ‘desencanto do mundo’; situa-se no extremo oposto do espectro da idolatria. Trata-se de redimir a verdade pela verdade, não de resgatar imagens tidas como úteis para o presente”.<sup>8</sup>

# 1

## Um cadáver requintado

Este é um lugar de descontentamento  
Em tempos idos e tempos futuros  
Sob uma luz obscura.

— T. S. Eliot, “Burnt Norton”

A Europa despertou para um alvorecer enregelante no pós-guerra. O inverno de 1947 foi o pior que já se havia registrado. De janeiro até o fim de março, abriu uma frente pela Alemanha, Itália, França e Grã-Bretanha, e avançou com completa falta de misericórdia. Nevou em St. Tropez, com ventos que tinham a força de tormentas erguendo nevascas impenetráveis; blocos de gelo foram arrastados até a foz do Tâmis; trens carregados de víveres congelaram-se nos trilhos; balsas que levavam carvão para Paris ficaram encalhadas no gelo. Na capital parisiense, o filósofo Isaiah Berlin viu-se “aterrorizado” com a frieza da cidade, “vazia, oca e morta, como um cadáver requintado”.

Por toda a Europa, os serviços de abastecimento de água, drenagem de esgotos e quase todos os outros serviços essenciais entraram em colapso; as reservas de alimentos minguaram e os estoques de carvão desceram a um nível recorde, enquanto os mineiros lutavam para pôr em funcionamento equipamentos giratórios solidamente congelados. Um pequeno degelo foi seguido por novas ondas de frio, que bloquearam canais e estradas sob uma espessa camada de gelo. Na Grã-Bretanha, o desemprego elevou-se em um milhão de postos de trabalho em dois meses. O governo e a indústria atolaram-se na

neve e no gelo. A própria vida pareceu congelar-se: mais de quatro milhões de ovelhas e 30 mil cabeças de gado morreram.

Em Berlim, Willy Brandt, o futuro chanceler, viu um “novo terror” apoderar-se da cidade que melhor simbolizava o colapso da Europa. O frio enregelante “atacou as pessoas como um animal selvagem, empurrando-as para dentro de casa. Mas elas não encontravam alívio ali. As janelas não tinham vidros, sendo toscamente fechadas por tábuas e chapas de papelão ou gesso. As paredes e tetos estavam cheios de rachaduras e buracos, que as pessoas cobriam com trapos e papel. As pessoas aqueciam seus cômodos com bancos retirados dos jardins públicos (...) os velhos e doentes morriam às centenas, congelados em seus leitos”.<sup>1</sup> Como medida de emergência, cada família alemã recebeu uma árvore a ser usada como lenha para o aquecimento. No início de 1946, o Tiergarten já fora reduzido a tocos pelo corte das árvores, ficando suas estátuas num deserto de lama congelada; no inverno de 1947, os bosques do famoso Grünewald foram arrasados. As nevascas que soterravam o entulho de uma cidade bombardeada não conseguiam esconder a herança devastadora do sonho mitomaniaco de Hitler para a Alemanha. Berlim, como uma Cartago arruinada, era um lugar desesperado, gélido e assombrado — derrotada, invadida e ocupada.

O clima tornou cruelmente compreensível a realidade física da Guerra Fria, abrindo caminho para a nova topografia da Europa pós-Yalta, com seus territórios nacionais mutilados e fraturada a composição de suas populações. Governos Aliados de ocupação, na França, na Alemanha, na Áustria e na Itália, lutavam para lidar com as 13 milhões de pessoas deslocadas, desabrigadas e desmobilizadas. As fileiras crescentes do pessoal aliado que chegava aos territórios ocupados exacerbavam o problema. Mais e mais gente era retirada de suas casas, indo juntar-se aos que já dormiam em salões, escadarias, porões e locais destruídos por bombas. Clarissa Churchill, convidada da Comissão Britânica de Controle em Berlim, viu-se “protegida, em termos geográficos e materiais, do impacto completo do caos e da miséria que existiam na cidade. Acordar no quarto aquecido da antiga casa de um nazista, experimentar a sensação dos lençóis com babados de renda, estudar sua estante de livros, até essas simples experiências alertavam-me para o delírio dos vencedores, que uma breve caminhada pelas ruas ou uma visita a um apartamento alemão sem aquecimento dissipavam imediatamente”.<sup>2</sup>

Eram dias embriagantes para os vencedores. Em 1947, um pacote de cigarros norte-americanos, que custava 50 centavos numa base dos Estados Unidos, valia 1.800 Reichsmarks no mercado negro, ou 180 dólares ao câmbio oficial. A esse preço, por quatro pacotes de cigarros era possível contratar uma orquestra alemã para a noite. Ou então, por 24 pacotes, podia-se comprar um Mercedes-Benz de 1939. A penicilina e os “Persilscheine” (mais branco que o branco), que inocentavam seus detentores de qualquer ligação com os nazistas,\* saíam pelos preços mais altos. Com esse tipo de magia econômica, até um soldado do proletariado de Idaho podia viver como um czar moderno.

Em Paris, o tenente-coronel Victor Rothschild — o primeiro militar inglês a chegar, no dia da libertação, na condição de perito em desarmamento de bombas — havia retomado a posse de sua residência familiar na Avenue de Marigny, que tinha sido confiscada pelos nazistas. Ali recebeu Malcolm Muggeridge, um jovem oficial do serviço secreto, com champanhe da mais alta qualidade. O mordomo da família, que continuara a trabalhar na casa durante a ocupação alemã, comentou que nada parecia haver mudado. O Hotel Ritz, requisitado pelo oficial John Hay Whitney, um milionário que fazia parte do serviço secreto, hospedou David Bruce, um amigo de F. Scott Fitzgerald dos tempos de Princeton, que apareceu com Ernest Hemingway e um exército particular de libertadores e fez ao gerente uma encomenda de cinqüenta martinis. Hemingway, que, como David Bruce, havia combatido durante a guerra no serviço secreto dos Estados Unidos — o Escritório de Serviços Estratégicos (OSS)\*\* —, instalou-se com suas garrafas de uísque no Ritz e, ali, num aturdimento alcoólico, recebeu um nervoso Eric Blair (George Orwell) e Simone de Beauvoir, mais direta, acompanhada por seu amante Jean-Paul Sartre (que se embebedou até perder a consciência e deixou registrada a pior ressaca de sua vida).

---

\*No processo de desnazificação, muitos nazistas alemães obtiveram — de padres, pastores, antinazistas ou até judeus — depoimentos ou cartas de recomendação (os Persilscheine) que eram apresentados às autoridades, ou mesmo aos tribunais, como atestados de boa conduta. Uma piada da época comparava esses tribunais a lavanderias em que se entrava de camisa marrom (como os camisas-pardas nazistas) e se saía branco como a neve. (N. da T.)

\*\*Office of Strategic Services, cuja sigla, OSS, foi mantida ao longo desta tradução, a bem da facilidade de consulta, sobretudo bibliográfica. (N. da T.)

O filósofo e agente do serviço secreto A. J. Ayer, conhecido como “Freddie”, autor de *Language, Truth and Logic*, tornou-se uma figura familiar em Paris, circulando em alta velocidade pelas ruas numa grande Bugatti dirigida por um motorista e equipada inclusive com um rádio do exército. Arthur Koestler e sua amante, Mamaine Paget, “ficaram altos” num jantar com André Malraux à base de vodca, caviar e *blinis*, salmão defumado e *soufflé sibérienne*. Também em Paris, Susan Mary Alsop, a jovem esposa de um diplomata dos Estados Unidos, serviu de anfitriã para uma sucessão de grupos em sua “residência encantadora, cheia de tapetes Aubusson e bons sabonetes norte-americanos”. Ao sair à rua, no entanto, ela constatava que todos os rostos tinham a expressão “dura, abatida e carregada de sofrimento. Não há comida, na verdade, exceto para as pessoas que podem arcar com os preços do mercado negro e, mesmo para elas, não muita. As confeitarias estão desertas — nas vitrines de casas de chá como a Ruplemayer’s vê-se um requintado bolo de papelão ou uma caixa vazia de chocolates, com uma tabuleta dizendo ‘modelo’, e nada mais. Nas vitrines das lojas do Faubourg St. Honoré vê-se um par de sapatos orgulhosamente exibido, com a etiqueta ‘couro legítimo’ ou ‘modelo’, cercado por coisas medonhas, feitas de palha. Na porta do Ritz, joguei fora uma ponta de cigarro, e um senhor idoso e bem vestido precipitou-se sobre ela”.<sup>3</sup>

Exatamente na mesma época, o jovem compositor Nicolas Nabokov, primo do romancista Vladimir, descartou uma ponta de cigarro no setor soviético de Berlim: “Quando me virei para voltar, uma figura arremessou-se da escuridão e pegou o cigarro que eu tinha jogado fora.”<sup>4</sup> Enquanto a super-raça catava guimbas, lenha ou comida, as ruínas do *bunker* do Führer continuavam sem qualquer sinalização e mal eram notadas pelos berlinenses. Aos sábados, no entanto, norte-americanos que serviam no governo militar exploravam com tochas os porões da arruinada Chancelaria do Reich e embolsavam seus achados pitorescos: pistolas romenas, grossos rolos de dinheiro parcialmente queimado, cruces de ferro e outras condecorações. Um dos saqueadores descobriu o vestário feminino e retirou dos sobretudos placas de metal que traziam gravadas a águia nazista e a palavra *Reichskanzlei*. Lee Miller, fotógrafa da *Vogue*, que um dia fora a musa de Man Ray, posou inteiramente vestida na banheira do *bunker* de Hitler.

A diversão não tardou a diminuir. Dividida em quatro setores e instalada

como um ninho de corvo num mar de territórios controlados pelos soviéticos, Berlim havia-se transformado na “sinédoque traumática da Guerra Fria”.<sup>5</sup> Trabalhando aparentemente juntas na *Kommandatura* dos Aliados, para consumir a “desnazificação” e a “reorientação” da Alemanha, as quatro potências lutavam contra ventos ideológicos que ganhavam força e revelavam uma sombria situação internacional. “Eu não sentia qualquer animosidade em relação aos soviéticos”, escreveu Michael Josselson, um oficial norte-americano de origem estoniano-russa. “Na verdade, era apolítico, na época, e isso fez com que me fosse muito mais fácil manter excelentes relações pessoais com a maioria dos oficiais soviéticos que vim a conhecer.”<sup>6</sup> Mas, com a imposição de governos “amistosos” na esfera de influência da União Soviética, com os espetaculares julgamentos em massa e com o crescimento dos *gulags* na própria Rússia, esse espírito de colaboração foi submetido a uma dura prova. No inverno de 1947, menos de dois anos depois de os soldados norte-americanos e russos terem se abraçado às margens do Elba, esse abraço desfizera-se num rosnado. “Só depois que a política soviética tornou-se francamente agressiva, e quando as histórias de atrocidades cometidas na zona de ocupação soviética tornaram-se uma ocorrência cotidiana (...) e quando a propaganda soviética tornou-se grosseiramente antiocidental, foi que minha consciência política despertou”,<sup>7</sup> registrou Josselson.

A sede do Escritório do Governo Militar dos EUA era conhecida como “OMGUS”, o que, a princípio, os alemães pensaram significar “ônibus” em inglês, porque a sigla era pintada nas laterais dos ônibus de dois andares requisitados pelos norte-americanos. Quando não estavam espionando as outras três potências, os oficiais do OMGUS viam-se atrás de escrivatinhas repletas de pilhas do ubíquo *Fragebogen*, o questionário que todos os alemães à procura de emprego eram obrigados a preencher, respondendo a perguntas relacionadas com nacionalidade, religião, ficha criminal, instrução, qualificações profissionais, empregos e serviço militar, escritos e discursos, renda e patrimônio, viagens ao exterior e, é claro, filiação política. Fazer a triagem de toda a população alemã, em busca do mais tênue vestígio de “nazismo e militarismo”, era uma tarefa burocrática maçante — e amiúde frustrante. Enquanto um zelador podia ser incluído na lista negra por ter varrido os corredores da Chancelaria do Reich, muitos industriais, cientistas, administradores e até oficiais de alta patente de Hitler iam sendo reintegra-



dos em surdina pelas forças aliadas, num esforço desesperado por impedir que a Alemanha desmoronasse.

Para um dos oficiais do serviço secreto, o preenchimento de formulários intermináveis não era a maneira de lidar com o legado complexo do regime nazista. Michael Josselson adotou uma abordagem diferente. “Eu não conhecia Josselson na época, mas tinha ouvido falar dele”, recordou o filósofo Stuart Hampshire, que, nessa ocasião, trabalhava para o MI6\* em Londres. “Sua fama havia se espalhado pelos canais de boatos do serviço secreto europeu. Ele era o grande quebra-galho, o homem capaz de conseguir qualquer coisa. *Qualquer coisa*. Se você quisesse cruzar a fronteira russa, o que era praticamente impossível, Josselson dava um jeito. Se precisasse de uma orquestra sinfônica, Josselson dava um jeito.”<sup>8</sup>

Falando fluentemente quatro línguas, sem o mais leve sotaque, Michael Josselson era um trunfo valioso nas fileiras dos oficiais de ocupação norte-americanos. Além disso, conhecia Berlim de ponta a ponta. Nascido em Tartu, na Estônia, em 1908, filho de um judeu que era comerciante de madeira, ele chegara a Berlim pela primeira vez no começo da década de 1920, arrastado pela diáspora báltica que se seguira à revolução de 1917. Com quase todos os familiares mais próximos assassinados pelos bolcheviques, seu retorno a Tartu era impossível, e ele passara a integrar a geração de homens e mulheres a quem Arthur Koestler referiu-se como a “escória da Terra” — os *déracinés*, pessoas cuja vida fora interrompida pelo século XX, rompendo-se sua identidade com a terra natal. Josselson havia freqüentado a Universidade de Berlim, mas saíra antes de se diplomar para trabalhar como comprador nas lojas de departamentos Gimbels-Saks, tornando-se seu representante em Paris. Em 1936, havia emigrado para os Estados Unidos e logo depois se tornara cidadão norte-americano.

Alistado no exército em 1943, sua origem européia fez dele um candidato óbvio para o trabalho no serviço secreto ou para a guerra psicológica. Josselson foi devidamente designado para a Seção de Informações da Divisão de Guerra Psicológica (PWD\*\*) na Alemanha, onde se ligou a uma equipe especial de

---

\*O Serviço Secreto de Informações da Grã-Bretanha. (N. da T.)

\*\*Sigla de Psychological Warfare Division. (N. da T.)

interrogatório composta por sete homens (e apelidada de “*Kampfgruppe Rosenberg*”,\* em homenagem ao sobrenome de seu chefe, o capitão Albert G. Rosenberg). A missão da equipe era interrogar centenas de prisioneiros alemães toda semana, a fim de “separar rapidamente os nazistas ferrenhos dos não-nazistas, as mentiras das respostas verdadeiras, e as personalidades loquazes das que nada diziam”.<sup>9</sup> Dispensado em 1946, Josselson permaneceu em Berlim com o Governo Militar Norte-Americano, como Oficial de Assuntos Culturais, e depois com o Departamento de Estado e o Alto Comissariado dos Estados Unidos, como Encarregado de Assuntos Públicos. Nesse cargo, foi designado para a “triagem de pessoal” na imprensa, no rádio e nos meios de entretenimento alemães, todos os quais estavam suspensos, “aguardando a retirada dos nazistas”.

Também destinado à mesma divisão foi Nicolas Nabokov, um emigrado bielo-russo que havia morado em Berlim, antes de emigrar para os Estados Unidos em 1933. Alto, bonito e afável, Nabokov era um homem que cultivava amizades (e esposas) com grande facilidade e encanto. Durante a década de 1920, seu apartamento em Berlim tinha-se tornado um centro da vida cultural dos emigrados, um gulache intelectual de escritores, acadêmicos, artistas, políticos e jornalistas. Nesse grupo cosmopolita de exilados encontrava-se Michael Josselson. Em meados dos anos 1930, Nabokov foi para a América, onde compôs o que descreveu modestamente como “o primeiro balé norte-americano”, *Union Pacific*, com Archibald MacLeish. Durante algum tempo, dividiu um pequeno estúdio em Nova York com Henri Cartier-Bresson, quando nenhum dos dois tinha dinheiro. Tempos depois, Nabokov escreveu que, “para Cartier-Bresson, o movimento comunista era o portador da história, do futuro da humanidade (...). Eu compartilhava muitas de [suas] idéias, mas, apesar da saudade corrosiva de minha pátria russa, não conseguia aceitar nem esposar a atitude filocomunista de inúmeros intelectuais da Europa ocidental e norte-americanos. Eu achava que eles eram curiosamente cegos para as realidades do comunismo russo e apenas reagem às ondas fascistas que vinham varrendo a Europa, na esteira da Depressão. Em certa medida, eu achava que o filocomunismo de meados dos anos 1930 era um modismo passageiro, sagazmente alimenta-

---

\*Grupo de Combate Rosenberg. (N. da T.)

do por uma mitologia em torno da revolução bolchevique russa, moldada pelo aparelho soviético de propaganda”.<sup>10</sup>

Em 1945, junto com W. H. Auden e J. K. Galbraith, Nabokov passou a integrar a Divisão do Moral da Unidade de Inspeção de Bombardeios Estratégicos dos EUA, na Alemanha, onde conheceu a equipe da guerra psicológica e, posteriormente, conseguiu um emprego na Divisão de Controle de Informações, ao lado de seu velho conhecido Michael Josselson. Por ser compositor, Nabokov foi designado para a seção de música, onde se esperava que “criasse boas armas psicológicas e culturais com que destruir o nazismo e promover o desejo autêntico de uma Alemanha democrática”.<sup>11</sup> Sua tarefa era “expulsar os nazistas da vida musical alemã e conceder licenças aos músicos alemães (dando-lhes o direito de exercer sua profissão) que lhe parecessem ser alemães ‘limpos’”, além de “controlar os programas de concertos alemães e certificar-se de que eles não se transformassem em manifestações nacionalistas”. Ao apresentar Nabokov numa recepção, disse um general norte-americano: “Ele é craque em música e ensina aos chucrutes como praticá-la.”<sup>12</sup>

Josselson e Nabokov tornaram-se uma dupla harmoniosa, embora improvável. Nabokov era emocionalmente extravagante, um tanto exibicionista e estava sempre atrasado; Josselson era reservado, arrogante e escrupuloso. Mas os dois compartilhavam a mesma linguagem do exílio e do apego ao novo mundo, a América, que ambos acreditavam ser o único lugar em que o futuro do velho mundo poderia ser assegurado. A dramaticidade e a intriga da Berlim do pós-guerra despertavam interesse nesses dois homens, dando-lhes espaço para exercer seus talentos como agentes e inovadores. Juntos, como depois escreveu Nabokov, nós dois “fizemos um bocado de caçadas bem-sucedidas aos nazistas, e pusemos na geladeira uns maestros, pianistas e cantores famosos, bem como um bom número de músicos orquestrais (a maioria dos quais o mereceu, e alguns dos quais deveriam estar lá hoje)”.<sup>13</sup> Muitas vezes contrariando o pensamento oficial, eles tinham uma visão pragmática da desnazificação. Recusavam-se a admitir que os atos dos artistas no passado nazista da Alemanha pudessem ser tratados como um fenômeno *sui generis*, sendo julgados pelo que constava em seu *Fragebogen*. “Josselson acreditava sinceramente que o papel dos intelectuais numa situação muito difícil não devia ser decidido em questão de minutos”, explicou depois um colega.

“Ele entendia que o nazismo na Alemanha tinha sido um grotesco totalmente confuso. Os norte-americanos não faziam a menor idéia disso, em geral. Simplesmente iam entrando e apontando o dedo.”<sup>14</sup>

Em 1947, o maestro Wilhelm Furtwängler foi alvo de um opróbrio especial. Embora houvesse questionado abertamente a estigmatização de Paul Hindemith como “degenerado”, ele chegara depois a uma acordo mutuamente benéfico com o regime nazista. Furtwängler, que fora nomeado Conselho de Estado da Prússia, além de ocupar outros altos cargos conferidos pelos nazistas, continuara a reger a Orquestra Filarmônica de Berlim e a Ópera Estatal de Berlim durante todo o Terceiro Reich. Em dezembro de 1946, um ano e meio depois de seu processo ser inicialmente submetido à Comissão de Controle dos Aliados, o maestro estava com data marcada para se apresentar ao Tribunal dos Artistas, reunido em Berlim. O processo foi examinado em dois dias. O resultado foi vago e o tribunal cozinhou o processo durante meses. Então, sem mais aquela, Furtwängler soube que a *Kommandatura* dos Aliados o havia liberado e que ele poderia reger a Filarmônica de Berlim em 25 de maio de 1947, no Titania Palast, requisitado pelos norte-americanos. Entre os documentos deixados por Michael Josselson, há uma anotação referente a seu papel naquilo a que os integrantes dos círculos bem informados referiam-se como a “promoção” de Furtwängler. “Tive um importante papel em poupar ao grande maestro alemão Wilhelm Furtwängler a humilhação de ter que passar pelo processo de desnazificação, a despeito de nunca ter sido membro do Partido Nazista”, escreveu Josselson.<sup>15</sup> Essa manobra foi executada com a ajuda de Nabokov, embora, anos depois, ambos tenham sido vagos quanto aos detalhes do caso. “Eu gostaria de saber se você se lembra da data aproximada em que Furtwängler foi a Berlim Oriental, onde deu uma entrevista coletiva ameaçando ir para Moscou, se nós não o liberássemos imediatamente”, perguntou Nabokov a Josselson em 1977. “Se bem me lembro, você teve alguma coisa a ver com a retirada dele do setor soviético (não teve?) e a vinda dele para meu alojamento. Lembro-me da fúria contida do general McClure [chefe da Divisão de Controle de Informações] com o comportamento de Furtwängler naquela ocasião (...).”<sup>16</sup>

Uma autoridade norte-americana reagiu com raiva ao descobrir que personagens como Furtwängler estavam sendo “inocentados em investigações superficiais”. Em abril de 1947, Newell Jenkins, diretor de Teatro e Música

do governo militar norte-americano em Württemberg-Baden, exigiu explicações, furioso, sobre “como é que tantos nazistas proeminentes no campo da musicologia continuam em atividade”. Tal como Furtwängler, Herbert von Karajan e a soprano Elisabeth Schwarzkopf logo seriam liberados por comissões aliadas, apesar de seus históricos obscuros. No caso de von Karajan, isso era praticamente incontestado. Ele fora membro do partido desde 1933 e nunca havia hesitado em iniciar seus concertos com a favorita dos nazistas, “Horst Wessel Lied”.\* Seus inimigos referiam-se a ele como o “Coronel SS von Karajan”. Entretanto, apesar de favorável ao regime nazista, ele foi prontamente reinstalado como o rei incontestável da Filarmônica de Berlim, a orquestra que, nos anos do pós-guerra, constituiu-se no baluarte simbólico contra o totalitarismo soviético.<sup>17</sup>

Elisabeth Schwarzkopf fizera concertos para a Waffen SS na frente oriental, estrelara filmes de propaganda de Goebbels e fora incluída por ele numa lista de artistas “abençoados por Deus”. Seu número de registro no Partido Nacional Socialista era 7548960. “Deve um padreiro deixar de fazer pão quando não gosta do governo?”, perguntou o meio-judeu que a acompanhava ao piano, Peter Gellhorn (que tivera de fugir da Alemanha, ele próprio, na década de 1930). É óbvio que não. Schwarzkopf foi liberada pela Comissão de Controle dos Aliados e sua carreira alçou vôo. Tempos depois, ela recebeu o título de *Dame* do Império Britânico.

A questão de como os artistas deviam ser responsabilizados por seu engajamento na política da época, se é que isso era possível, jamais seria resolvida por um programa aleatório de desnazificação. Josselson e Nabokov tinham aguda consciência das limitações desse programa e, sendo assim, sua motivação para passar por cima de seus procedimentos poderia ser vista como humana e até corajosa. Por outro lado, eles foram vítimas de uma confusão moral: a necessidade de criar simbólicos pontos de encontro anticomunistas introduziu o imperativo político urgente — e oculto — de liberar os que eram suspeitos de ter favorecido o regime nazista. Isso produziu uma tolerância para com a proximidade suspeita do fascismo, nos casos em que o assunto pudesse ser usado contra o comunismo — alguém tinha que brandir o bastão contra os soviéticos. A carta de Nabokov a Josselson, em 1977, revela que

---

\*Marcha alemã que se tornou uma espécie de hino do Partido Nacional-Socialista. (N. da T.)

eles efetivamente tiveram que arrancar Furtwängler dos soviéticos (que haviam abordado o maestro com a oferta de que ele assumisse a Staatsoper Unter den Linden), enquanto o próprio Furtwängler jogava os dois lados um contra o outro. Sua apresentação no Titania Palast, em maio de 1947, foi um sinal claro de que os aliados não se deixariam vencer pelos soviéticos na “batalha das orquestras”. Em 1949, Furtwängler fez parte da lista de artistas alemães que viajaram para países estrangeiros através de projetos culturais patrocinados pelos norte-americanos. Em 1951, ele regeu na reabertura do Festival de Bayreuth, que fora devolvido à família Wagner, apesar da proibição oficial de Richard Wagner (por “nacionalismo”).

William Donovan, chefe do serviço secreto norte-americano durante a guerra, proferiu certa vez um dito famoso: “Eu poria Stalin na folha de pagamento, se achasse que isso nos ajudaria a derrotar Hitler.”<sup>18</sup> Numa reviravolta fácil demais, ficou evidente que os alemães “deveriam ser nossos novos amigos, e os russos salvadores, o inimigo”. Para Arthur Miller, isso era “uma ignomínia. Anos depois, pareceu-me que essa virada acachapante, esse arrancar dos rótulos do Bem e do Mal de uma nação para colá-los em outra, havia contribuído para fazer murchar a própria idéia de um mundo sequer teoricamente moral. Se o amigo do mês passado podia transformar-se tão depressa no inimigo deste mês, que profundeza realista poderiam ter o bem e o mal? O niilismo — ou pior ainda, a diversão bocejadora — diante do próprio conceito de imperativo moral, que viria a se tornar um marco da cultura internacional, nasceu nesses oito ou dez anos de realinhamento depois da morte de Hitler”.<sup>19</sup>

Naturalmente, havia boas razões para a oposição aos soviéticos, que se moviam com agilidade por trás da frente hibernal. Os comunistas chegaram ao poder na Polônia em janeiro. Na Itália e na França, havia rumores de golpes de Estado comunistas. Os estrategistas soviéticos haviam apreendido depressa o potencial da instabilidade generalizada da Europa do pós-guerra. Com uma energia e engenhosidade que mostravam que o regime de Stalin, apesar de toda a sua intratabilidade monolítica, era capaz de tirar proveito de um vigor imaginativo que não tinha rivais nos governos do Ocidente, a União Soviética dispôs uma bateria de armas não convencionais para se infiltrar na consciência européia e abrandar a opinião pública a seu favor. Criou-se uma vasta rede de frentes, algumas novas, outras ressuscitadas do estado de

dormência em que se encontravam desde 1940, ano da morte de Willi Munzenberg, o cérebro por trás da campanha secreta de persuasão do Kremlin antes da guerra. Sindicatos de trabalhadores, movimentos feministas, grupos juvenis, instituições culturais, a imprensa e o meio editorial — todos serviram de alvo.

Peritos na utilização da cultura como instrumento de persuasão política, os soviéticos muito contribuíram, nesses primeiros anos da Guerra Fria, para estabelecer seu paradigma central como modelo de cultura. Faltando-lhe o poderio econômico dos Estados Unidos e, acima de tudo, ainda sem ter capacidade nuclear, o regime de Stalin concentrou-se em vencer “a batalha pela mente dos homens”. A América, apesar da promoção maciça das artes no período do New Deal, era virgem na prática do *Kulturkampf* internacional. Já em 1945, um oficial do serviço secreto havia previsto as táticas pouco convencionais que agora vinham sendo adotadas pelos soviéticos: “A invenção da bomba atômica provocará uma mudança no equilíbrio entre os métodos ‘pacíficos’ e ‘de guerra’ no exercício da pressão internacional”, relatou ele ao chefe do Escritório de Serviços Estratégicos, general Donovan. “E devemos esperar um aumento muito acentuado da importância dos métodos ‘pacíficos’. Nossos inimigos ficarão ainda mais livres do que [nunca] para fazer propaganda, subverter, sabotar e exercer (...) pressões sobre nós, e nós mesmos ficaremos mais dispostos a suportar essas afrontas e a condescender nesses métodos — em nossa ânsia de evitar a qualquer preço a tragédia da guerra aberta; as técnicas ‘pacíficas’ se tornarão mais vitais nas épocas de abrandamento anteriores às guerras, nas de guerra aberta efetiva e nas épocas de manipulação do pós-guerra.”<sup>20</sup>

Esse relatório mostra uma presciência excepcional. Oferece uma definição da Guerra Fria como uma disputa psicológica, da fabricação do consentimento por métodos “pacíficos” e da utilização da propaganda para desgastar as posturas hostis. E, como demonstraram amplamente as incursões iniciais em Berlim, a “arma operacional” deveria ser a cultura. Estava iniciada a Guerra Fria cultural.

Foi assim que, em meio à degradação, uma vida cultural artificialmente requintada foi trabalhosamente construída pelas forças de ocupação, que rivalizavam entre si para marcar pontos de propaganda. Já em 1945, “quando o fedor dos cadáveres humanos ainda pairava sobre as ruínas”, os russos

havia montado uma brilhante abertura da Ópera Estatal, com uma apresentação do *Orfeu* de Gluck no Admiralspalast, com sua bela iluminação e sua suntuosa decoração em vermelho. Coronéis russos atarracados e cheios de brilhantina sorriam com complacência para o pessoal militar norte-americano, enquanto assistiam juntos a apresentações de *Eugênio Onegin*, ou a uma interpretação explicitamente antifascista do *Rigoletto*, a música sendo pontilhada pelo tilintar das medalhas.<sup>21</sup>

Uma das primeiras incumbências de Josselson foi recuperar os milhares de trajes pertencentes à antiga Ópera Estatal Alemã (a Deutsches Opernhaus, única rival séria da Ópera Estatal Russa), que tinham sido guardados em segurança pelos nazistas no fundo de uma mina de sal localizada fora de Berlim, na zona de ocupação norte-americana. Num dia sombrio e chuvoso, Josselson foi buscar os trajes em companhia de Nabokov. No caminho de volta para Berlim, o jipe de Josselson, que precedia a Mercedes requisitada por Nabokov, bateu a toda velocidade num bloqueio de estrada soviético. Josselson, inconsciente e com múltiplos cortes e contusões, foi levado a um hospital militar russo, onde oficiais médicas soviéticas o recosturaram. Quando se recuperou o suficiente, ele foi levado de volta a seu alojamento na zona norte-americana, que dividia com um aspirante a ator chamado Peter van Eyck. Não fosse o cuidado de suas médicas soviéticas, Josselson poderia não ter sobrevivido para se tornar o Diaghilev da campanha de propaganda cultural anti-soviética dos Estados Unidos. Os soviéticos tinham salvado o homem que, nas duas décadas seguintes, mais contribuiria para solapar suas tentativas de hegemonia cultural.

Em 1947, os russos dispararam uma nova salva, ao inaugurarem uma “Casa da Cultura” na avenida Unter den Linden. Essa iniciativa deslumbrou um oficial britânico de assuntos culturais, que comunicou invejosamente que o instituto “ultrapassa qualquer coisa que os outros Aliados já tenham criado e deixa nosso pobre esforçozinho inteiramente na sombra (...). É decorado com extremo luxo — bons móveis, quase todos antigos, tapetes em todas as salas, uma profusão de luzes, quase hiperaquecido e todo pintado de novo (...) os russos simplesmente requisitaram tudo o que queriam (...) há um bar e um salão para fumantes (...) que parece sumamente convidativo e quase suntuoso, com seus tapetes macios e seus candelabros (...). [É um] instituto cultural grandioso, que atingirá a grande massa e contribuirá muito para contrabalançar a idéia, geralmente aceita por aqui, de que os russos não são civilizados. Essa mais nova



iniciativa é deprimente, no que nos diz respeito — nossa contribuição é muito pequena: um centro de informações e alguns salões de leitura, que tiveram de ser fechados por falta de carvão! (...) Essa recente entrada russa no *Kulturkampf* deve instigar-nos a responder com um projeto igualmente ousado, para expor as realizações britânicas aqui em Berlim”.<sup>22</sup>

Enquanto faltava carvão aos ingleses para aquecer um salão de leitura, os norte-americanos sentiram-se encorajados a revidar o fogo dos soviéticos, inaugurando as Amerika-Häuser [Casas da América]. Montados como “postos avançados da cultura norte-americana”, esses institutos proporcionavam alívio da temperatura inclemente em salas de leitura confortavelmente mobiliadas e promoviam a exibição de filmes, recitais de música, palestras e exposições de arte, tudo com “ênfase esmagadora na América”. Num discurso intitulado “Saindo dos destroços”, o diretor de Educação e Relações Culturais enfatizou ao pessoal das Amerika-Häuser a natureza épica de sua tarefa: “Poucas pessoas já tiveram o privilégio de fazer parte da missão mais importante e desafiadora, ou mais repleta de armadilhas, do que vocês, que foram escolhidos para ajudar na reorientação intelectual, moral, espiritual e cultural de uma Alemanha derrotada, dominada e ocupada.” Mas ele assinalou que, “apesar da grande contribuição feita pela América no campo cultural, ela não é de conhecimento geral nem sequer na Alemanha, ou no resto do mundo. Nossa cultura é considerada materialista e, muitas vezes, ouve-se este comentário: ‘Nós temos a habilidade e o cérebro, e vocês têm o dinheiro’”.<sup>23</sup>

Basicamente graças à propaganda russa, os Estados Unidos eram comumente vistos como culturalmente estéreis: uma nação de filisteus que mascavam chiclete, dirigiam Chevrolets e se protegiam com produtos Dupont, e as Amerika-Häuser contribuíram muito para desfazer esse estereótipo negativo. “Uma coisa é absolutamente certa”, escreveu o entusiástico administrador de uma dessas casas: “o material impresso que foi trazido dos Estados Unidos para cá (...) causa uma impressão marcante e profunda em círculos alemães que, durante gerações, têm pensado na América como culturalmente atrasada e condenam o todo pelas falhas de algumas partes.” Antigos clichês, baseados numa histórica “pressuposição sobre o atraso cultural norte-americano”, foram desfeitos pelo programa de “bons livros”, e dizia-se que os mesmos círculos que haviam sustentado esses estigmas mostravam-se, agora, “silenciosa e profundamente impressionados”.<sup>24</sup>

Alguns estereótipos eram mais difíceis de desfazer. Quando um conferencista de uma das Casas da América ofereceu uma visão da “situação atual dos negros nos Estados Unidos”, deparou com perguntas “dentre as quais algumas não se inspiraram na boa vontade”. O conferencista “lidou vigorosamente com os autores das perguntas, que podem ou não ter sido comunistas”. Por sorte dos organizadores, a palestra foi seguida “por músicas executadas por um quinteto de cor. Muito depois do horário oficial de encerramento, os negros continuaram a cantar, e (...) o espírito da ocasião foi tão agradável que se decidiu convidar esse conjunto negro para uma nova apresentação”.<sup>25</sup> O problema das relações raciais nos Estados Unidos era muito explorado pela propaganda soviética e deixava muitos europeus desconfiados quanto à capacidade norte-americana de praticar a democracia que o país afirmava oferecer ao mundo. Assim, ponderou-se que exportar afro-americanos para fazerem apresentações na Europa desfaria essas visões prejudiciais. Um relatório de março de 1947 do governo militar norte-americano revelou planos de “fazer com que vocalistas negros norte-americanos de alto nível façam espetáculos na Alemanha (...) a apresentação de Marian Anderson ou Dorothy Maynor diante de platéias alemãs seria de grande importância”.<sup>26</sup> A promoção de artistas negros viria a se tornar uma prioridade urgente para os combatentes da Guerra Fria cultural norte-americana.

Começou então a ganhar impulso a resposta estadunidense à ofensiva cultural soviética. O arsenal completo das realizações contemporâneas do país foi despachado para a Europa e exibido em Berlim, como que numa vitrine. Novos talentos operísticos foram importados das mais nobres academias dos Estados Unidos: a Juilliard, a Curtis, a Eastman e a Peabody. O governo militar assumiu o controle de 18 orquestras sinfônicas alemãs e de um número quase igual de companhias de ópera. Com muitos compositores nativos no exílio, o mercado para os compositores norte-americanos teve um aumento exponencial — e foi similarmente explorado. Samuel Barber, Leonard Bernstein, Elliott Carter, Aaron Copland, George Gershwin, Gian Carlo Menotti, Virgil Thomson, esses e muitos outros compositores norte-americanos fizeram a estréia de sua obra na Europa sob os auspícios do governo.

Em consulta com acadêmicos, dramaturgos e diretores, lançou-se também um projeto teatral maciço. Peças de Lillian Hellman, Eugene O’Neill, Thornton Wilder, Tennessee Williams, William Saroyan, Clifford Odets e

John Steinbeck foram oferecidas a platéias entusiásticas, encolhidas e em gélidos teatros em que sinelos pendiam ameaçadoramente do teto. Seguindo o princípio schilleriano do teatro como “*moralische Anstalt*” [instituição moral] em que os homens podem ver representados os princípios básicos da vida, as autoridades estadunidenses prepararam uma lista de sucessos composta de lições de moral desejáveis. Assim, na categoria “Liberdade e Democracia” vieram *Peer Gynt*, de Ibsen, *O discípulo do diabo*, de Shaw, e *Abe Lincoln em Illinois*, de Robert Sherwood. “O Poder da Fé” expressou-se no drama de Fausto, em Goethe, Strindberg e Shaw. “A Igualdade do Homem” foi a mensagem a ser extraída de *Ralé*, de Gorki, e *Medéia*, de Franz Grillparzer. Na categoria “Guerra e Paz” vieram *Lisístrata*, de Aristófanes, *O fim da viagem*, de R. C. Sherriff, *Por um triz*, de Thornton Wilder, e *O sino de Adano*, de John Hersey. “Corrupção e Justiça” foi considerado o tema de *Hamlet*, assim como de *O inspetor geral*, de Gogol, *As bodas de Fígaro*, de Beaumarchais, e quase toda a obra de Ibsen. E assim por diante, passando por “O Crime não Compensa”, “Moral, Bom Gosto e Etiqueta” e “A Busca da Felicidade”, até chegar ao imperativo mais sombrio da “Denúncia do Nazismo”. Tidas como impróprias “para o atual estado mental e psicológico dos alemães” foram “todas as peças que aceitam a dominação cega do destino, que leva inexoravelmente à destruição e à autodestruição, como os clássicos gregos”. Na lista negra entraram também *Júlio César* e *Coriolano* (“glorificações da ditadura”), *O príncipe de Homburg*, de Kleist (pelo “chauvinismo”), *O cadáver vivo*, de Tolstói (“a crítica puritana da sociedade desemboca em fins anti-sociais”), todas as peças de Hamsun (“pura ideologia nazista”) e todas as peças de qualquer outro autor que “tenha-se colocado prontamente a serviço do nazismo”.<sup>27</sup>

Atentando para a injunção de Disraeli de que “Um livro deve ser algo tão grandioso quanto uma batalha”, lançou-se um vasto projeto bibliográfico, primordialmente voltado para “projetar a história norte-americana diante do leitor alemão da maneira mais eficaz possível”. Apelando para as editoras comerciais, o governo de ocupação garantiu um fluxo constante de “livros genéricos”, considerados “mais aceitáveis do que as publicações patrocinadas pelo governo, por não trazerem o estigma da propaganda”.<sup>28</sup> Mas propaganda é o que certamente pretendiam ser. Só as traduções encomendadas pela Divisão de Guerra Psicológica do governo militar norte-americano chegaram a centenas de títulos, que iam de *O cidadão Tom Paine*, de Howard

Fast, passando por *O New Deal em ação*, de Arthur M. Schlesinger Jr., até *Built in the USA* ["Construções dos EUA"], do Museu de Arte Moderna. Havia também edições alemãs de livros "adequados para crianças na idade em que elas são mais impressionáveis", como *Um livro de maravilhas para meninas e meninos*, de Nathaniel Hawthorne, *Um ianque na corte do rei Artur*, de Mark Twain, e *Uma pequena cidade na campina*, de Laura Ingalls Wilder.

A reputação de muitos norte-americanos na Alemanha do pós-guerra (e nos outros territórios ocupados) foi expressivamente auxiliada por esses projetos editoriais. E o prestígio cultural dos Estados Unidos disparou com a distribuição de livros de Louisa May Alcott, Pearl Buck, Jacques Barzun, James Burnham, Willa Cather, Norman Cousins, William Faulkner, Ellen Glasgow, Ernest Hemingway, F. O. Matthiessen, Reinhold Niebuhr, Carl Sandburg, James Thurber, Edith Wharton e Thomas Wolfe.

Alguns autores europeus também foram promovidos, como parte de um "programa anticomunista" explícito. Os textos adequados eram "quaisquer críticas que julgarmos objetivas à política externa soviética e ao comunismo como forma de governo, escritas de modo convincente e oportunas".<sup>29</sup> Entre os que atenderam a esses critérios figuraram o relato de André Gide sobre suas experiências decepcionantes na Rússia, *Regresso da União Soviética*, as *Trevas ao meio-dia* e *O iogue e o comissário*, de Arthur Koestler, e *Pão e vinho*, de Ignazio Silone. Para Koestler e Silone, essas foram as primeiras de muitas exibições sob as asas do governo norte-americano. Negou-se aprovação à publicação de alguns livros. Uma das primeiras baixas foi o já então anacrônico *Rússia e América: Vizinhos no Pacífico*, de John Foster Dulles.

Na arte, a sra. Moholy-Nagy apresentou-se a platéias alemãs para falar da obra de seu falecido marido, László, e da nova e empolgante direção tomada pela "Nova Bauhaus" em Chicago. Sua palestra, escreveu um jornalista simpatizante, "foi uma contribuição muito esclarecedora para a concepção incompleta que temos da cultura e da arte norte-americanas".<sup>30</sup> Essa concepção foi adicionalmente promovida por uma exposição de "Quadros não-objetivos" do Museu Guggenheim. Foi a primeira apresentação, com patrocínio do governo, da Escola de Nova York, também conhecida como Expressionismo Abstrato. Para que o novo não fosse considerado excessivamente chocante, o público foi cultivado com palestras sobre as "Idéias Fundamen-

tais na Arte Moderna”, que usaram quadros medievais comodamente familiares para introduzir “as possibilidades abstratas da expressão artística”.

Estando ainda dolorosamente recente a lembrança das exposições da *Entartekunst* e do êxodo subsequente de inúmeros artistas para os Estados Unidos, a impressão que se tinha, nesse momento, era de uma cultura europeia destroçada pelas marés do fascismo e lançada às praias da nova Bizâncio — a América. Segundo se afirmou, platéias que haviam passado pelos comícios de massa em Nurembergue ficaram admiradas com um conferencista que “falou de imensos concertos sinfônicos ao ar livre, à noite, assistidos por platéias de número igual ao das que só costumam comparecer a eventos esportivos especiais em nossos estádios”.<sup>31</sup>

Nem todos os esforços eram do mais alto quilate. O lançamento da edição alemã da *Mystery Magazine*, de Ellery Queen, deixou completamente indiferentes pessoas como Michael Josselson. E nem todos ficaram convencidos de que o Yale Glee Club era o melhor veículo para provar, acima de qualquer dúvida, “a tremenda importância das artes no currículo das universidades, como antídoto contra o coletivismo”.<sup>32</sup> Até a Escola de Darmstadt teve um começo vacilante. Iniciativa ousada do governo militar norte-americano, os “Cursos de Férias de Darmstadt sobre a Nova Música” quase acabaram em tumulto, depois que uma divergência sobre a nova música radical degenerou em franca hostilidade. Uma avaliação oficial concluiu: “Admitiu-se, de modo geral, que boa parte dessa música não tinha valor e melhor seria que não fosse tocada. Lamentou-se a ênfase exagerada na música dodecafônica. Um crítico descreveu os concertos como ‘A Vitória do Diletantismo’ (...). Os estudantes franceses mantiveram-se distantes dos outros e agiram com esnobismo, [e] seu professor, Leibowitz, só apresenta e admite como válido o tipo mais radical de música, desdenhando abertamente de qualquer outro. Sua atitude é imitada por seus alunos. Foi geral o sentimento de que [o curso] do ano que vem deverá seguir um padrão diferente e mais universal.”<sup>33</sup> Darmstadt, é claro, viria a se tornar, em poucos anos, a cidadela da experimentação progressista na música.

Mas nem todos os concertos sinfônicos, peças teatrais e exposições eram capazes de esconder a dura verdade daquele longo e rigoroso inverno de 1947: a Europa estava falindo. O incontrolável mercado negro, a agitação civil e uma série de greves prejudiciais (predominantemente orquestradas por sindicatos comunistas) produziam níveis de degradação e privação diferentes de

tudo que se havia experimentado nos momentos mais sombrios da guerra. Na Alemanha, o dinheiro perdera seu valor, era impossível obter medicamentos e roupas, famílias inteiras moravam em casamatas subterrâneas, sem água nem energia elétrica, e adolescentes de ambos os sexos ofereciam favores sexuais aos pracinhas norte-americanos em troca de uma barra de chocolate.

Em 5 de junho de 1947, o general George Catlett Marshall, chefe do estado-maior do exército norte-americano durante a guerra e então secretário de Estado de Truman, anunciou um plano para lidar com a “grande crise”. Proferido na 296ª Cerimônia de Colação de Grau de Harvard, à qual compareceram o físico atômico Robert Oppenheimer, o comandante geral do Dia D, Omar Bradley, e o escritor T. S. Eliot (todos os quais, como Marshall, estavam recebendo diplomas honorários), o discurso de dez minutos de Marshall marcou um momento catalisador no destino da Europa do pós-guerra. Advertindo que “o mundo inteiro [e] (...) o estilo de vida que conhecemos no passado estão literalmente na balança”, ele convocou o Novo Mundo a intervir nessa brecha com um programa intensivo de créditos financeiros e ajuda material em larga escala, com isso impedindo o desmoronamento do Velho Mundo. “Há uma instabilidade geral. Há esforços concertados para alterar toda a face da Europa tal como a conhecemos, que contrariam os interesses da humanidade livre e da civilização livre”, declarou Marshall. “Se ela for deixada por sua conta, não haverá como escapar de um sofrimento econômico tão intenso, de uma insatisfação social tão violenta e de uma confusão política tão disseminada, que a base histórica da civilização ocidental, da qual somos parte integrante por convicção e por herança, assumirá uma nova forma, à imagem da tirania que lutamos para destruir na Alemanha.”<sup>34</sup>

Enquanto proferia essas palavras, o general Marshall inspecionou os rostos dos estudantes reunidos sob o sol primaveril e, como antes acontecera com John Crowe Ramson, viu “os jovens bacharéis de Harvard / Acesos como tochas e bracejando para se dispersar / Qual brasas sem objetivo que dava pena extinguir”.<sup>35</sup> Não fora por coincidência que ele havia decidido fazer seu discurso ali, e não numa tribuna formal do governo. Era ali que estavam os homens fadados a realizar o “destino manifesto” da América, a elite encarregada de organizar o mundo em torno de valores que as trevas comunistas ameaçavam obscurecer. A execução do Plano Marshall, como o projeto ficou conhecido, seria a herança deles.

O discurso de Marshall destinava-se a reforçar a convocação ideológica às armas feita pelo presidente Truman alguns meses antes, e que passara a ser imediatamente cultuada como a Doutrina Truman. Ao se dirigir ao Congresso em março de 1947, a propósito da situação da Grécia, onde havia uma ameaça de tomada do governo pelos comunistas, Truman tinha apelado em linguagem apocalíptica para uma nova era de intervenção norte-americana: “No atual momento da história mundial, quase todas as nações têm de escolher entre estilos de vida alternativos”, declarou. “Muitas vezes, essa não é uma escolha livre. Um estilo de vida baseia-se na vontade da maioria (...). O segundo (...) é calcado na vontade de uma minoria, imposta à força à maioria. Depende do terrorismo e da opressão, do controle da imprensa e do rádio, de eleições com cartas marcadas e da eliminação das liberdades pessoais. Creio que a política dos Estados Unidos deve consistir no apoio aos povos livres que resistem às tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas. Creio que devemos auxiliar os povos livres a elaborarem seu destino à sua própria maneira.”<sup>36</sup>

Depois do discurso de Truman, o secretário de Estado, Dean Acheson, dissera aos congressistas: “Chegamos a uma situação sem paralelo desde a Antigüidade. Nunca houve, desde Roma e Cartago, tamanha polarização do poder na Terra. Além disso, as duas grandes potências foram separadas por um abismo ideológico intransponível.”<sup>37</sup> Joseph Jones, o funcionário do Departamento de Estado que havia redigido o apelo de Truman ao Congresso, compreendeu o imenso impacto das palavras do presidente: “*Todas* as barreiras a uma ação ousada foram efetivamente derrubadas”, disse. Entre os responsáveis pela formulação de políticas, havia um sentimento de que “abriu-se um novo capítulo da história mundial, e eles eram os homens mais privilegiados, participantes de um drama daqueles que raramente ocorrem, mesmo na longa vida das grandes nações”.<sup>38</sup>

O sentimento aguçado das dimensões clássicas do papel dos Estados Unidos no pós-guerra, evocado pelo discurso de Truman, forneceu o contexto retórico do discurso posterior do general Marshall, menos conscienciosamente anticomunista. A combinação dos dois — um pacote de ajuda econômica aliado a um imperativo doutrinário — transmitiu uma mensagem inequívoca: o futuro da Europa Ocidental, se é que ela teria algum futuro, deveria ser atrelado a uma *Pax Americana*.

Em 17 de junho, o jornal soviético *Pravda* atacou a proposta de Marshall como uma ampliação do “plano de pressões políticas [de Truman] através dos dólares e de um programa de interferência nos assuntos internos de outros Estados”.<sup>39</sup> Embora os soviéticos tivessem sido convidados por Marshall a participar de seu programa europeu de recuperação, essa oferta, no dizer de George Kennan, foi “dissimulada, concebida para ser rejeitada”.<sup>40</sup> Como previsto, eles se recusaram a participar do plano. É possível que sua objeção tenha sido exagerada, mas, em síntese, os soviéticos tiveram razão em mesclar as intenções humanitárias do plano com uma agenda política menos óbvia. Longe de contemplar uma cooperação com a União Soviética, ele foi concebido nos moldes do espírito da Guerra Fria, que procurava introduzir uma cunha entre Moscou e os regimes que eram seus clientes.<sup>41</sup> “Sempre esteve implícito que era importante não darmos aos comunistas a oportunidade de se intrometerem nesses lugares”, escreveu posteriormente Dennis Fitzgerald, um dos formuladores do Plano Marshall. “Sempre se enunciou a tese de que, se não reconhecêssemos plenamente as necessidades de X, Y e Z, os comunistas se aproveitariam dessa situação para promover seus interesses.”<sup>42</sup> O diretor adjunto do Plano, Richard Bissell, respaldou essa visão: “Antes mesmo da eclosão da Guerra da Coreia, estava bem claro que o Plano Marshall nunca tivera a intenção de ser uma coisa inteiramente altruísta. A esperança era que o fortalecimento da economia dos países da Europa Ocidental ampliasse seu valor como integrantes da aliança da OTAN, acabando por habilitá-los a assumir uma responsabilidade de defesa em apoio aos esforços de guerra.”<sup>43</sup> Em sigilo, também se esperava que esses países assumissem responsabilidades de defesa “em apoio aos esforços da Guerra Fria”, e, com esse objetivo em mente, as verbas do Plano Marshall logo passaram a ser canalizadas para impulsionar a luta cultural no Ocidente.

Em 5 de outubro de 1947, o Comitê de Informação dos Partidos Comunistas e Operários [Kominform] realizou sua primeira reunião em Belgrado. Criado em Moscou no mês de setembro anterior, o Kominform foi a nova base operacional de Stalin para a guerra política, substituindo o extinto Komintern [Internacional Comunista]. A reunião de Belgrado foi usada para fazer um questionamento franco da Doutrina Truman e do Plano Marshall, ambos os quais foram denunciados como manobras “agressivas” para satisfazer “as aspirações da América à supremacia mundial”.<sup>44</sup> Andrei Zhdanov,



o arquiteto da implacável política cultural de Stalin, disse aos comunistas da Europa Ocidental que, “se eles se dispuserem a assumir a liderança de todas as forças preparadas para defender a causa da honra e da independência nacionais, na luta contra as tentativas de subjugar seus países, econômica e politicamente, nenhum plano de subjugação da Europa logrará êxito”.<sup>45</sup> Assim como Marshall havia optado por se dirigir ao coração intelectual dos Estados Unidos, Zhdanov exortou a intelectualidade mundial a manejar suas penas sob a bandeira do comunismo e a usar sua tinta contra o imperialismo norte-americano. “Os partidos comunistas [da Europa] obtiveram êxitos consideráveis na condução do trabalho na intelectualidade. Prova disso é o fato de que nesses países as melhores pessoas da ciência, da arte e da literatura pertencem ao Partido Comunista, chefiam o movimento da luta progressista na intelectualidade e, através de sua luta criativa e incansável, vêm atraindo mais e mais intelectuais para a causa do comunismo.”<sup>46</sup>

Numa data posterior do mesmo mês, as tropas de assalto ideológicas do Kominform reuniram-se no Congresso de Escritores de Berlim Oriental, no Teatro Kammerspiel. Enquanto prosseguia o “debate” (que não era nada disso, é claro), um jovem norte-americano de barbicha e estranha semelhança com Lênin invadiu o tablado e agarrou o microfone. Falando um alemão impecável, sustentou-se ali por trinta e cinco minutos, elogiando os escritores que tinham tido a coragem de erguer a voz contra Hitler e denunciando as semelhanças entre o regime nazista e o novo Estado comunista policialesco. Aqueles eram tempos perigosos. Interromper o andamento dos trabalhos e bagunçar o coreto de um exercício de propaganda comunista era um ato de loucura ou de coragem, ou as duas coisas. Melvin Lasky havia chegado.

Nascido no Bronx em 1920, Melvin Jonah Lasky crescera na “presença imponente” de seu avô de língua iídiche, um homem barbudo e erudito que havia alimentado o menino com passagens das lendas judaicas. Como um dos “melhores e mais brilhantes” formandos do City College de Nova York, Lasky emergiu dos ardorosos debates ideológicos dessa instituição como um anti-stalinista ferrenho, com predileção pelo confronto intelectual — e, às vezes, físico. Entrou no serviço público e trabalhou como guia turístico na Estátua da Liberdade, antes de ingressar na equipe da revista anti-stalinista de Sol Levitas, a *New Leader*. Convocado para o serviço militar, tornou-se historiador de combates do 7º Exército norte-americano na França e na Ale-

manha e, mais tarde, foi desmobilizado em Berlim, onde se tornou correspondente da *New Leader* e da *Partisan Review* na Alemanha.

Baixo e truncado, Lasky era dado a erguer os ombros e estufar o peito, como quem se preparasse para uma luta. Semicerrando os olhos de formato oriental para produzir olhares mortíferos, ele havia adquirido no ambiente brusco do City College uma rudeza que raramente o abandonava. Em seu anticomunismo militante, era, para usar um epíteto que aplicou a outra pessoa, “tão inamovível quanto o rochedo de Gibraltar”. Lupino e de intrepidez resoluto, Lasky viria a se tornar uma força a ser levada em conta, ao irromper pelas campanhas culturais da Guerra Fria. Seu protesto explosivo no Congresso de Escritores de Berlim rendeu-lhe o título de “Pai da Guerra Fria em Berlim”. Seu gesto perturbou até as autoridades norte-americanas, que ameaçaram expulsá-lo. Horrorizado com a timidez de seus superiores, ele comparou Berlim ao “que deviam ser as cidades agrestes dos Estados Unidos em meados do século XIX — índios no horizonte, e o sujeito simplesmente tinha que ter uma espingarda à mão, do contrário, lá se ia seu escalpo. Mas, naquela época, as cidades do oeste selvagem eram cheias de combatentes de índios (...). Aqui, pouquíssimas são as pessoas de coragem e, quando elas a têm, em geral não sabem em que direção apontar a espingarda”.<sup>47</sup>

Mas Lasky conhecia o xerife e, longe de ser tocado para fora da cidade, foi acolhido nesse momento sob as asas do governador militar, o general Lucius Clay. Lasky protestou junto a este, dizendo que, enquanto a mentira soviética percorria o mundo à velocidade da luz, a verdade ainda estava calçando as botas. Ele defendeu suas idéias num documento apaixonado e submetido ao escritório de Clay em 7 de dezembro de 1947, que reivindicava uma mudança drástica na propaganda norte-americana. Conhecido como “A Proposta de Melvin Lasky”, esse documento constituiu o projeto pessoal do autor para a Guerra Fria cultural. “As grandes esperanças de paz e união internacional cegaram-nos para o fato de que uma guerra política concertada contra os EUA vem sendo preparada e executada, e em parte alguma com mais vigor do que na Alemanha”, afirmou ele. “As mesmas velhas fórmulas antidemocráticas e antiamericanas com que muitas gerações européias foram alimentadas, e que a máquina de propaganda nazista dirigida por Goebbels levou ao auge, estão sendo reelaboradas. Exemplos disso são o suposto egoísmo econômico dos EUA (o Tio Sam visto como Shylock), seu suposto profundo

reacionarismo político (uma ‘imprensa capitalista mercenária’ etc.), seus supostos caprichos culturais (a ‘mania do jazz e do *swing*’, os anúncios de rádio, as ‘futilidades’ de Hollywood, a ‘arte das fotos de mulheres de pernas de fora’), sua suposta hipocrisia moral (a questão dos negros, dos meeiros, dos lavradores migrantes) etc. etc. (...).”<sup>48</sup>

Numa linguagem extraordinária, Lasky definiu em seguida o desafio presente: “A veneranda fórmula norte-americana do ‘Lança a luz, que as pessoas encontrarão seu próprio caminho’ exagera as possibilidades de uma conversão fácil na Alemanha (e na Europa) (...). Seria tolice ter a expectativa de fazer um selvagem primitivo abrir mão de sua confiança em misteriosas ervas florestais, pela simples disseminação de informações da moderna medicina científica (...). Não conseguimos combater a variedade de fatores — políticos, psicológicos e culturais — que atuam contra a política externa dos EUA e, em particular, contra o sucesso do Plano Marshall na Europa.” O que se fazia necessário naquele momento, prosseguiu Lasky, empolgado, era uma verdade “ativa”, uma verdade suficientemente ousada para “entrar na briga”, e não uma verdade que se portasse como “um espectador do Olimpo”. Não se deixem enganar, advertiu ele: a essência da Guerra Fria era “de alcance *cultural*. E é aí que uma grave lacuna no programa norte-americano tem sido extremamente explorada pelos inimigos da política externa dos EUA (...). Essa lacuna (...) é real e grave”.<sup>49</sup>

A lacuna “real e grave” a que Lasky se referia era a incapacidade de “conquistar o apoio das classes instruídas e cultas — que, a longo prazo, fornecem a liderança moral e política da comunidade” — para a causa norte-americana. Essa deficiência, disse ele, poderia ser parcialmente abordada pela publicação de uma nova revista, que viesse a “servir de estímulo construtivo para o pensamento alemão/europeu” como também de “demonstração de que, por trás dos representantes oficiais da democracia norte-americana, há uma cultura grandiosa e progressista, com uma profusão de realizações nas artes, na literatura, na filosofia, em todos os aspectos da cultura que unem as tradições livres da Europa e dos Estados Unidos”.<sup>50</sup>

Dois dias depois, Lasky submeteu um “Esboço para uma Revista Americana”, publicação cujo propósito seria “apoiar os objetivos gerais da política estadunidense na Alemanha e na Europa, ilustrando o contexto de idéias, a atividade espiritual e as realizações literárias e intelectuais de que a demo-

cracia norte-americana retira sua inspiração”. A revista, afirmou ele, demonstraria que “os Estados Unidos e os norte-americanos têm obtido vitórias maduras em todas as esferas do espírito humano que são comuns ao Velho e ao Novo Mundos” e, por conseguinte, constituiria o primeiro esforço realmente sério para “conquistar grandes setores da intelectualidade alemã, afastando-os da influência comunista”.<sup>51</sup>

O resultado foi *Der Monat*, uma revista mensal concebida para construir uma ponte ideológica entre intelectuais alemães e norte-americanos e, conforme a exposição explícita de Lasky, facilitar a aprovação dos interesses da política externa norte-americana, mediante o apoio aos “objetivos gerais da política dos EUA na Alemanha e na Europa”. Criada com o apoio do general Clay em 1º de outubro de 1948, tendo Lasky como editor, a revista foi inicialmente impressa em Munique e transportada para Berlim nos aviões de carga aliados dos quais a cidade dependeu durante o bloqueio. Ao longo dos anos, *Der Monat* foi financiada por “verbas confidenciais” do Plano Marshall, depois, pelos cofres da Agência Central de Informações, mais tarde, pelo dinheiro da Fundação Ford e, em seguida, novamente pelos dólares da CIA. Com esse tipo de financiamento, a revista foi, decididamente, um produto — e um modelo exemplar — das estratégias norte-americanas da Guerra Fria no campo cultural.

*Der Monat* era um templo erigido à crença em que uma elite culta poderia conduzir o mundo do pós-guerra para longe de sua extinção. Foi isso, juntamente com suas respectivas filiações ao governo de ocupação norte-americano, que uniu Lasky, Josselson e Nabokov. Tal como Jean Cocteau, que logo advertiria os Estados Unidos de que “Vocês não serão salvos pelas armas nem pelo dinheiro, mas por uma minoria pensante, porque o mundo está expirando, uma vez que não pensa (*pense*) mais, porém meramente gasta (*dépense*)”,<sup>52</sup> eles compreenderam que os dólares do Plano Marshall não seriam suficientes: a ajuda financeira teria de ser complementada por um programa concentrado de guerra cultural. Esse curioso triunvirato — Lasky, o militante político, Josselson, o ex-comprador de uma loja de departamentos, e Nabokov, o compositor — postou-se então na vanguarda do que viria a transformar-se, sob sua orientação, numa das mais ambiciosas operações secretas da Guerra Fria: conquistar a intelectualidade ocidental para a proposta norte-americana.



## 2

# Os eleitos do destino

Inocência não existe. A inocência com um toque de culpa é o melhor que se pode arranjar.

— Mike Hammer, em *A morte num beijo*, de Mickey Spillane.

A proposta norte-americana já fora articulada na Doutrina Truman e no Plano Marshall. Iniciava-se então uma nova fase da Guerra Fria, com a criação da Agência Central de Informações (CIA), a primeira organização estadunidense de informações em tempo de paz. Criada pela Lei de Segurança Nacional de 26 de julho de 1947, a Agência tinha originalmente o objetivo de coordenar as informações militares e diplomáticas. Como ponto crucial — e numa linguagem extremamente vaga —, ela também estava autorizada a prestar “serviços de interesse comum” não especificados e “outras funções e deveres similares” que o Conselho de Segurança Nacional (criado pela mesma lei) pudesse determinar. “Em parte alguma da lei de 1947 a CIA foi explicitamente autorizada a colher informações ou intervir secretamente nos assuntos de outras nações”, afirmou, tempos depois, um relatório do governo. “Mas a elástica expressão ‘outras funções (...) similares’ foi usada por uma sucessão de presidentes para desviar a Agência para a espionagem, a ação secreta, as operações paramilitares e a obtenção de informações técnicas.”<sup>1</sup>

A fundação da CIA marcou uma reforma drástica dos paradigmas tradicionais da política norte-americana. Os termos em que a Agência foi criada institucionalizaram os conceitos de “mentira necessária” e “des-

mentido plausível” como estratégias legítimas em tempos de paz e, a longo prazo, produziram uma camada invisível de governo cujo potencial de abusos, dentro e fora do país, nunca se deixou inibir por qualquer sentido de responsabilidade.

Essa experiência de influência ilimitada foi exemplificada pelo herói epônimo do monumental *O fantasma de Harlot*, de Norman Mailer: “Recorremos a tudo”, diz Harlot. “Se as boas safras são um instrumento de política externa, somos obrigados a saber como será o clima do ano que vem. Essa mesma exigência nos aparece em todo lugar para onde olhamos: finanças, meios de comunicação, relações trabalhistas, produção econômica, as conseqüências temáticas da televisão. Onde termina tudo em que podemos ter um interesse legítimo? (...) Ninguém sabe de quantos informantes dispomos em bons lugares — quantos aspones do Pentágono, comodoros, congressistas, professores das mais variadas áreas de pesquisa, especialistas em erosão do solo, líderes estudantis, diplomatas, advogados de empresas, o que você quiser! Todos nos fornecem material.”<sup>2</sup>

Dona de empresas aéreas, estações de rádio, jornais, companhias de seguros e firmas imobiliárias, a CIA teve um aumento tão prodigioso na sua participação nos assuntos mundiais ao longo das décadas, que as pessoas começaram a suspeitar de sua presença por trás de cada moita. “Como Dorothy Parker e as coisas que ela dizia, a CIA é elogiada ou culpada pelo que faz e por muitas coisas que nem pensou em fazer”, queixou-se um funcionário da Agência, tempos depois.<sup>3</sup> Algumas operações desastrosas, como a da Baía dos Porcos, não contribuíram muito para melhorar a imagem pública da CIA. Surgiu o estereótipo negativo de uma CIA povoada por norte-americanos impiedosos, jesuíticos e “intratáveis”, cuja visão de mundo era distorcida por uma profusão de espelhos.

Certamente, a história continua a validar essa versão. A Doutrina Truman e as Leis de Segurança Nacional nela inspiradas sancionaram a agressividade e o intervencionismo no exterior. Mas a escala dessa pirataria imperialista tende a obscurecer algumas verdades menos calamitosas sobre a CIA. No começo, seus funcionários eram movidos pelo sentimento de uma missão — “salvar a liberdade ocidental das trevas comunistas” —, que um deles comparou ao “clima de uma ordem Templários”.<sup>4</sup> A influência dominante inicial era da “aristocracia” da Costa Leste e da Ivy League,

uma *Bruderbund*\* de anglófilos sofisticados que encontravam sólidas justificativas para seus atos nas tradições do Iluminismo e nos princípios cultuados na Declaração da Independência.

Nesse aspecto, a CIA retirou seu caráter de seu predecessor no período da guerra, o Escritório de Serviços Estratégicos (OSS), criado em 1941, na esteira de Pearl Harbor, e desmontado em setembro de 1945 pelo presidente Truman, que disse, na época, que não queria ter nada a ver com uma “Gestapo” dos tempos de paz. Esse temor primitivo pouco refletia a realidade do OSS, que havia recebido o apelido de “Oh! Muito Social”,\*\* graças a seu ambiente clubista e acadêmico. O colunista Drew Pearson chamou-o de “um dos grupos mais requintados de diplomatas diletantes, banqueiros de Wall Street e detetives amadores que já se viu em Washington”.<sup>5</sup> “Todos os integrantes do OSS carregavam um embrulho com uma carabina, algumas granadas, algumas moedas de ouro e uma pílula letal”, lembrou Tom Braden, que trabalhou de perto com o chefe do OSS, William Donovan, conhecido como “Wild Bill” [“Bill, o Selvagem”] (apelido conquistado por suas façanhas contra Pancho Villa). “Certa vez, Donovan deixou sua pílula de cianureto numa gaveta do Hotel Dorchester e fez o David Bruce enviar um telegrama da França, para pedir à camareira de lá que a despachasse. Era uma figura e tanto, o Bill Donovan, uma lenda em sua época. Uma vez me disse: ‘Braden, se você se vir num aperto, pegue sua faca e a enfie direto nos ovos dele.’”<sup>6</sup>

Regidos por uma legislação que pouco proibia e que tolerava praticamente tudo, os “OSSianos” viram-se perambulando pela Europa dos tempos de guerra como procônsules modernos. O primeiro agente do OSS a chegar a Bucareste depois da retirada alemã, no outono de 1944, tornou-se um convidado habitual das reuniões do gabinete romeno e se gabava com os colegas: “Antes de votarem qualquer coisa, eles me perguntam o que eu acho (...). Aprovam todas as minhas leis por unanimidade. Nunca pensei que fosse tão fácil governar um país.”<sup>7</sup> Mas governar um país era precisamente aquilo para que a maioria dos OSSianos fora treinada. Recrutando pessoal no coração do *establishment* empresarial, político, acadêmico e cultural dos Estados Unidos, Donovan havia reunido uma corporação de elite, que provinha das

\*Confraria, em alemão no original. (N. da T.)

\*\*No original, “Oh So Social”, trocadilho que reproduz as iniciais do órgão. (N. da T.)



mais poderosas instituições e famílias da América. Membros da família Mellon ocuparam cargos de espionagem em Madri, Londres, Genebra e Paris. Paul Mellon trabalhou para a Executiva de Operações Especiais, em Londres. Sua irmã, Ailsa (conhecida em certa época como a mulher mais rica do mundo), era casada com o comandante de Paul e chefe do OSS em Londres, David Bruce, filho de um senador norte-americano e dono de uma fortuna pessoal. Os dois filhos de J. P. Morgan eram do OSS. As famílias Vanderbilt, DuPont, Archbold (Esso), Ryan (seguros de vida Equitable), Weil (loja de departamentos Macy's) e Whitney estavam todas representadas nas fileiras do exército secreto de Donovan.

Entre outros recrutas do OSS figuravam Eugene Fodor, editor de guias turísticos; Marcello Giroi, um jornalista de Nova York que depois se tornou produtor de filmes italianos e norte-americanos estrelados por Sophia Loren; Ilia Tolstói, neto emigrado do famoso romancista e que foi membro de uma missão do OSS em Lhasa; e Julia McWilliams Child, que depois se tornou uma celebridade como mestre-cuca e cuidava dos arquivos de informações da OSS em Chungking. Raymond Guest, um colunável que jogava pólo e era primo de Winston Churchill, deixou uma marca pitoresca nas operações do OSS na França e na Escandinávia. Antoine de Saint-Exupéry era amigo íntimo e colaborador de Donovan, assim como Ernest Hemingway, cujo filho John também foi do OSS.

Embora um crítico tenha-se queixado dos muitos funcionários “que pareciam garotos deslumbrados, para quem o OSS talvez fosse uma fuga do serviço militar rotineiro e uma espécie de farra”,<sup>8</sup> havia também um pressuposto de que todo membro do escalão mais alto do serviço de Donovan “punha em risco sua futura situação de banqueiro, executivo ou político das altas esferas, ao se identificar com a ilegalidade e a heterodoxia”.<sup>9</sup> Com o dismantelamento do OSS, muitos desses futuros banqueiros, executivos e políticos voltaram à vida civil. Allen Dulles, o brilhante assistente de Donovan que fora encarregado das operações do OSS na Europa, voltou a exercer a advocacia em Nova York, onde se tornou o centro de um grupo informal que fazia campanha por um serviço de informações norte-americano de caráter permanente. Apelidado de “Caubóis da Park Avenue”, esse grupo incluía Kermit Roosevelt, o “Kim”, neto de Theodore; Tracy Barnes (que ajudou

Allen Dulles a recuperar da condessa Ciano os famosos diários de Ciano);\* Richard Helms e Frank Wisner, que traziam os boatos do serviço de informações do exército na Alemanha ocupada; e Royall Tyler, que logo se tornaria chefe do escritório parisiense do Banco Mundial.

Longe de haver posto em perigo seu “*status futuro*”, o período passado no OSS promoveu-lhes a reputação e representou uma outra rede de contatos além dos antigos laços universitários que os haviam unido, a princípio. Isso, juntamente com sua iniciação na ilegalidade e na heterodoxia, viria a proporcionar uma rica fonte de recursos para a CIA. Foi essa elite histórica — os integrantes da Ivy League que exerciam influência em conselhos diretivos, instituições acadêmicas, nos grandes jornais e meios de comunicação, nos escritórios de advocacia e no governo da América — que deu um passo à frente, nesse momento, para preencher as fileiras da Agência recém-criada. Muitos deles provinham de um grupo de cerca de cem famílias abastadas de Washington, conhecidas como os “habitantes das cavernas”, que defendiam a preservação dos valores episcopalianos e presbiterianos que haviam guiado seus ancestrais. Escolados nos princípios de um intelecto robusto, da habilidade atlética, da *politesse oblige*, e de uma sólida ética cristã, eles tomavam como exemplo homens como o reverendo Endicott Peabody, cuja Escola Groton, dirigida nos moldes de Eton, Harrow e Winchester, foi a Alma Mater de inúmeros líderes nacionais. Formados nas virtudes cristãs e nos deveres do privilégio, eles despontavam acreditando na democracia, mas temerosos do igualitarismo irrefreado. Invertendo a célebre declaração de Willy Brandt, “somos os eleitos do povo, não os eleitos”, eles eram os eleitos que não tinham sido eleitos.

Os que não haviam servido no OSS tinham passado a guerra subindo na hierarquia do Departamento de Estado e do Ministério das Relações Exteriores. Orbitavam em torno de figuras como Charles Bohlen, o “Chip”, que depois se tornou embaixador na França. No início da década de 1940, a casa de Bohlen na avenida Dumbarton, em Georgetown, era um fervilhamento intelectual em cujo centro estavam George Kennan e Isaiah Berlin, este já então reverenciado nos círculos washingtonianos como “O Profeta”. Um observador descreveu Kennan, Bohlen e Berlin como “um trio homogêneo e

---

\*Galeazzo Ciano, genro e, em certa época, ministro de Mussolini. (N. da T.)

sintonizado”. Bohlen foi um dos criadores de um novo ramo da erudição moderna, conhecido como kremlinologia. Tinha morado na Rússia, conhecia seus dirigentes e burocratas, estudara sua literatura ideológica e sabia citar os clássicos. Havia presenciado os expurgos e processos do fim da década de 1930 e o amplo impacto das “políticas culturais” de Zhdanov. “Existem duas famosas ‘últimas palavras’”, Bohlen gostava de dizer: “Uma é ‘o álcool não me afeta’ e a outra é ‘eu compreendo os russos’.” Para ter uma compreensão melhor, ele se voltou para Isaiah Berlin e Nicolas Nabokov, que na época trabalhava para o Ministério da Justiça. Bohlen costumava referir-se a Nabokov como um “trunfo psicológico”, e Nabokov retribuía o elogio, chamando-o de “meu modelo, minha fonte de orientação”.

“Esses novos amigos tinham pouca ou nenhuma ilusão sobre o ‘tio Joseph’”, escreveu Nabokov, tempos depois. “Em vários aspectos, eles eram um grupo anacrônico na Washington daqueles anos, talvez até em toda a América. A América encontrava-se num estado de euforia sovietofílica que não era compartilhada por nenhum dos freqüentadores da casa da avenida Dumbarton. O grosso da opinião pública norte-americana trocara duas vezes de posição, ao longo de três anos, quanto aos seus sentimentos a respeito da Rússia. Primeiro, fora *contra* ela — após a divisão da Polônia e a guerra ‘diabólica’ da Finlândia. Nos cartuns dos jornais, Stalin assemelhava-se a uma execrável mistura de lobo com urso. Em seguida, de forma igualmente abrupta, a opinião pública ficara *a favor* da Rússia: depois que os nazistas a invadiram em 1941. De repente, Stalin foi embelezado, representado como um cavaleiro de armadura que defendia o Kremlin de uma horda de teutões, ou então reproduzido das fotografias de perfil feitas por Margaret Bourke-White, que o mostravam esbelto e transformado em ídolo. Mais tarde, em 1943, o sentimento pró-Rússia foi promovido por Stalingrado. ‘Vocês vão ver’, afirmavam os norte-americanos confiantes, ‘o comunismo nunca mais voltará à Rússia tal como era. Será um país diferente, depois da guerra. Stalin não resgatou o patriarca do exílio? E os escritores e poetas? E porventura não restabeleceu as patentes dos oficiais e reintegrou os heróis nacionais históricos, e até alguns dos czares e santos, como Alexander Nevsky e Pedro, o Grande?’ Não era assim que pensavam os céticos da avenida Dumbarton. Eles sabiam, como disse Kennan certa vez, que o stalinismo era irreversível.”<sup>10</sup>

Aos céticos da avenida Dumbarton juntaram-se David Bruce, Averell Harriman, John McCloy, Joseph e Stewart Alsop, Richard Bissell, Walter Lippmann e os irmãos Bundy. Em longas conversas, aquecidas pela paixão intelectual e pelo álcool, começou a formar-se sua visão de uma nova ordem mundial. Internacionalistas, ardorosos e competitivos, esses homens tinham uma confiança inabalável em seu sistema de valores e em seu dever de estendê-lo aos demais. Eram os patrícios da era moderna, os paladinos da democracia, e não viam nisso nenhuma contradição. Essa era a elite que dirigia a política externa norte-americana e moldava a legislação do país. Dos centros de estudos avançados às fundações, das diretorias aos corpos de associados de clubes masculinos, esse mandarins interligavam-se por suas filiações institucionais e pela crença comum em sua própria superioridade. Sua tarefa era estabelecer e, em seguida, justificar a *Pax Americana* do pós-guerra. E eles eram sólidos defensores da CIA, cujo pessoal vinha sendo rapidamente composto por seus amigos de escola, do empresariado ou do “antigo espetáculo” do OSS.

O principal articulador das convicções compartilhadas pela elite norte-americana era George Kennan, um diplomata erudito, arquiteto do Plano Marshall e, na condição de diretor da Equipe de Planejamento Político do Departamento de Estado, um dos pais da CIA. Em 1947, ele defendeu a intervenção militar direta na Itália, no que viu como o colapso iminente do país numa guerra civil apoiada pelos comunistas: “É de se admitir que isso resultaria em muita violência e, provavelmente, numa divisão militar da Itália”, disse ele ao Departamento de Estado, mas “talvez seja preferível a uma vitória eleitoral sem derramamento de sangue e sem a nossa oposição, que entregaria a península inteira aos comunistas de um só golpe, e desencadearia ondas de pânico em todas as áreas circunvizinhas”.<sup>11</sup> Felizmente, Truman não concordou com essa sugestão precipitada e, em vez disso, autorizou uma intervenção dissimulada nas eleições italianas. Em julho de 1947, Kennan havia mudado de opinião — não sobre a natureza da ameaça soviética, mas sobre a maneira de lidar com ela. Em seu famoso artigo “X”, na revista *Foreign Affairs*, ele expôs a tese que dominou os primeiros anos da Guerra Fria. Afirmando que o Kremlin estava decidido a dominar “todas as brechas e frestas disponíveis (...) na bacia do poder mundial”, com sua “ideologia fanática”, ele propôs uma política de “força de oposição inabalável” e de “contenção firme e vigilante”. Como parte dessa política, defendeu “o desenvolvimento

máximo das técnicas de propaganda e guerra política”,<sup>12</sup> as quais, como diretor da Equipe de Planejamento Político (cuja incumbência era supervisionar a contenção político-ideológica da Europa), ele estava em perfeitas condições de implementar. “O mundo era nossa ostra”, escreveu Kennan sobre esse cargo, tempos depois.

Num discurso na Escola Nacional de Guerra, em dezembro de 1947, foi Kennan quem introduziu o conceito de “mentira necessária”, como um componente vital da diplomacia norte-americana do pós-guerra. Os comunistas, disse ele, haviam conquistado uma “posição forte na Europa, imensamente superior à nossa (...) através do uso despudorado e habilidoso de mentiras. Eles nos têm combatido com a irrealidade, com a irracionalidade. Porventura podemos combater com êxito essa irrealidade, usando a racionalidade, a verdade e a ajuda econômica honesta e bem-intencionada?”<sup>13</sup> perguntou. Não, os Estados Unidos precisavam abraçar uma nova era de guerra dissimulada, para promover seus objetivos democráticos contra a falsidade soviética.

Em 19 de dezembro de 1947, a filosofia política de Kennan adquiriu autoridade legal numa diretriz expedida pelo Conselho de Segurança Nacional de Truman, a NSC-4. Um apêndice altamente sigiloso dessa diretriz, chamado de NSC-4A, instruiu o diretor da Agência Central de Informações a empreender “atividades psicológicas sigilosas” que apoiassem as políticas anticomunistas norte-americanas. Espantosamente opaco quanto aos procedimentos que deveriam ser seguidos na coordenação ou na aprovação dessas atividades, tal apêndice foi a primeira autorização formal de operações clandestinas feita no pós-guerra. Ela foi superada em junho de 1948 por uma diretriz nova — e mais explícita — redigida por George Kennan, a NSC-10/2, e foram esses os documentos que pilotaram o serviço de informações norte-americano pelas águas turbulentas da guerra política secreta nas décadas seguintes.

Preparadas com o mais rigoroso sigilo, essas diretrizes “adotaram uma concepção expansionista das necessidades de segurança [dos Estados Unidos], passando a incluir um mundo substancialmente refeito à sua própria imagem”.<sup>14</sup> Partindo da premissa de que a União Soviética e seus países-satélites haviam embarcado num projeto de atividades secretas “perversas”, para “desacreditar e derrotar os objetivos e atividades dos Estados Unidos e de outras potências ocidentais”, a NSC-10/2 deu a mais alta sanção governamental a uma pletora de operações secretas: “propaganda, guerra econômi-

ca, ação preventiva direta, incluindo medidas de sabotagem, anti-sabotagem, demolição e evacuação; subversão contra Estados hostis, incluindo auxílio aos movimentos clandestinos de resistência, guerrilhas e grupos de libertação de refugiados”.<sup>15</sup> Todas essas atividades, nas palavras da NSC-10/2, deveriam ser “planejadas e executadas de tal modo que nenhuma responsabilidade do governo dos Estados Unidos seja evidente para pessoas não autorizadas, e de tal modo que, se descobertas, o governo dos Estados Unidos possa eximir-se de forma plausível de qualquer responsabilidade por elas”.<sup>16</sup>

A NSC-10/2 criou uma equipe especial para as operações secretas dentro da CIA, mas com sua política e seu pessoal subordinados à Equipe de Planejamento Político do Departamento de Estado (em outras palavras, submetidos ao controle de Kennan). Essa equipe acabou por ser denominada de Escritório de Coordenação Política (OPC),\* um título inócuo que pretendia “garantir a plausibilidade, sem revelar praticamente nada de seus objetivos”.<sup>17</sup> A ação secreta foi definida como qualquer “atividade clandestina destinada a influenciar governos, eventos, organizações ou pessoas do exterior, em apoio à política externa norte-americana, conduzida de tal modo que o envolvimento do governo dos Estados Unidos não se evidencie”.<sup>18</sup> De âmbito e sigilo praticamente ilimitados, o OPC foi algo sem precedentes na América dos tempos de paz. Ali estava o ministério dos golpes baixos pelo qual Allen Dulles e os Caubóis da Park Avenue vinham fazendo campanha. Quem emergiu de suas fileiras para chefiar essa nova operação foi Frank Wisner, escolhido de uma lista de candidatos formulada por George Kennan.

Frank Wisner, um ex-advogado de Wall Street com sotaque do Mississípi e com a virtude inusitada de ser campeão de corridas de obstáculos pela Universidade da Virgínia, era um veterano das campanhas do OSS na Europa e chefe de sua Divisão de Informações Secretas. Havendo permanecido no serviço militar de informações depois da guerra, coubera a ele a responsabilidade de manter os contatos com a organização Gehlen, a unidade de informações do exército alemão, preservada intacta pelos norte-americanos para espionar a Rússia. Wisner não era homem de se deixar deter por argumentos morais. Como explicou Harry Rositzke, um colega íntimo do OSS e, mais tarde, da CIA, “tratava-se da questão visceral de usar qualquer canalha,

\*Sigla da denominação original, Office of Policy Coordination. (N. da T.)

desde que fosse anticomunista”.<sup>19</sup> “Ninguém precisava convidá-lo a frequentar seu clube”, foi o comentário de Allen Dulles sobre a relação de Wisner com o general da SS Reinhard Gehlen.<sup>20</sup>

Wisner pedira demissão do serviço secreto militar, enraivecido, quando seus superiores rejeitaram mesquinhamente seu pedido de algumas bicicletas a mais para seus oficiais. Depois disso, ligara-se ao Departamento de Estado, de onde havia continuado a dirigir o que era praticamente seu grupo pessoal de serviço secreto, composto por uma sucessão de labirintos escondidos nas profundezas da burocracia governamental. Foi esse grupo que veio então a se fundir com a CIA, sob as ordens do Escritório de Coordenação Política, ou OPC. A prática de Wisner de contratar nazistas não foi interrompida quando ele assumiu o OPC. “Wisner trouxe um lote completo de fascistas depois da guerra, umas pessoas realmente execráveis. Podia fazê-lo porque era poderoso”,<sup>21</sup> explicou depois um colega da CIA. “Ele era a chave de inúmeras coisas, um homem brilhante e impetuoso, de enorme encanto e imaginação, e convicto de que era possível conseguir qualquer coisa, *qualquer coisa*, e de que ele o conseguiria.”<sup>22</sup>

Sob o comando de Wisner, o OPC tornou-se o componente da CIA que crescia com mais rapidez. De acordo com Edgar Applewhite, um subinspetor geral da CIA, sua equipe “arrogava-se um poder completo, sem nenhum precedente inibidor. Eles podiam fazer o que quisessem, desde que a ‘autoridade superior’, como chamávamos o presidente, não o proibisse de maneira expressa. Eram extremamente aristocráticos em suas suposições, extremamente provincianos no que dizia respeito ao convívio de homens e mulheres, muito românticos e arrogantes. Tinham uma missão ditada pelos céus, e Deus sabe que oportunidade! Eles a devoraram”.<sup>23</sup>

Para facilitar as operações do OPC, o Congresso aprovou a Lei da Agência Central de Informações de 1949, que autorizou o diretor da CIA a gastar verbas sem ter que prestar contas das despesas. Nos anos seguintes, as atividades do OPC — o âmbito de suas operações, seu pessoal e seu orçamento — cresceram como uma hidra. O total de funcionários passou de 302 em 1949 para 2.812 em 1952, e mais 3.142 contratados no exterior. Nesse mesmo período, seu orçamento elevou-se de 4,7 milhões de dólares para 82 milhões de dólares. Um dos fatores que contribuíram para essa expansão foi um arranjo organizacional que criou uma demanda interna de projetos. As atividades do

OPC não eram programadas em torno de um sistema financeiro, mas de projetos. Isso teve efeitos internos importantes — e, no fim das contas, prejudiciais: “Um indivíduo do OPC julgava seu próprio desempenho, e era julgado por terceiros, com base na importância e no número de projetos por ele iniciados e geridos. O resultado foi a competição entre os indivíduos e as divisões do OPC, a fim de gerar o maior número possível de projetos.”<sup>24</sup>

A princípio, a sede da CIA foi instalada num conjunto de prédios temporários meio decrépitos, conhecidos como “barracões”, e espalhados em torno do Capitólio e do Washington Mall. Ali, em corredores empoeirados, os novos recrutas ficavam fascinados com “o clima de guerra e a urgência da mobilização. Os salões eram repletos de homens e mulheres sérios e preocupados, que corriam para reuniões e conferenciavam às carreiras, e emitiam instruções escritas a assistentes que tratavam de cumpri-las. Gente nova e cheia de entusiasmo misturava-se com os veteranos do OSS, os colegas de Jedburgh com a elite da era do pós-guerra, recém-saída dos *campi* universitários da Ivy League, com seus paletós de *tweed*, fumando cachimbos e cheias de idéias inovadoras e ousadas, que chegava em bando à Agência como o lugar mais eficiente em que um liberal não comunista podia combater a ameaça comunista”.<sup>25</sup>

A linha de frente dessa batalha, é claro, não foi traçada em Washington, mas na Europa. Estabelecendo um escritório na base aérea de Tempelhof, a meia hora de Berlim, o OPC pareceu introduzir uma enxurrada de oficiais na Alemanha. Somados a outras divisões da CIA, havia 1.400 agentes ligados à sede alemã nessa época.

Um dos primeiros recrutas do OPC na Alemanha foi Michael Josselson. Em suas anotações destinadas a uma autobiografia (que nunca foi concluída), Josselson escreveu: “Meu período de serviço (...) estava chegando ao fim em 1948. Mas o retorno à vida civil, que para mim significava voltar ao mundo das compras para lojas de departamentos norte-americanas, o que não era uma carreira particularmente interessante, enchia-me de desespero. Foi nessa época que um amigo norte-americano que trabalhava no serviço secreto apresentou-me a um dos chefes da ‘organização’ na Alemanha. Seguiram-se mais duas ou três entrevistas em Washington, o preenchimento de um questionário interminável e, depois, uma espera longuíssima, enquanto o FBI tentava, à sua maneira desajeitada, descobrir se havia alguma coisa depreciativa em minha história pregressa. No outono de 1948, saiu minha



aprovação e eu me liguei à ‘organização’ como chefe de sua sede berlinense de Ação Secreta (CA), que se distinguia do setor de espionagem ou serviço secreto (FI). Excetuado o aspecto ‘secreto’, tratava-se, na realidade, de uma continuação da guerra psicológica, só que, dessa vez, dirigida contra os soviéticos e os comunistas da Alemanha Oriental. Foi um gesto defensivo, uma vez que os soviéticos haviam iniciado muito antes a Guerra Fria psicológica.”<sup>26</sup>

Quem recrutou Josselson foi Lawrence de Neufville, um antigo membro do OSS que chegara à Alemanha com a primeira leva de tropas norte-americanas, em 1944. Até o começo de 1948, ele havia trabalhado como assessor da administração civil em Berlim. Depois disso, fora abordado por John Baker, um dos primeiros oficiais da CIA na Alemanha, que mais tarde ganhou fama ao ser declarado *persona non grata* pelos soviéticos, “por violar sistematicamente as normas de comportamento dos representantes diplomáticos” (isto é, espionar), na ocasião em que foi segundo secretário da embaixada dos Estados Unidos em Moscou. “Não fiz nenhum pedido para me ligar à CIA ou coisa parecida”, disse Neufville, tempos depois. “Estava muito satisfeito onde me encontrava, trabalhando na reconstrução e ajudando a instalar o governo de Adenauer. Era muito empolgante. Mas, um dia, John Baker entrou em meu escritório e me perguntou se eu gostaria de me ligar à Agência.”<sup>27</sup> Neufville aceitou a oferta e foi incumbido do trabalho de “cobertura” no escritório do Alto Comissário norte-americano, John McCloy. Seu primeiro ato foi recrutar Josselson, cujo trabalho em Berlim o havia transformado numa espécie de lenda nos círculos do serviço secreto.

Entrementes, estaria Nicolas Nabokov a par do novo trabalho de seu amigo? Michael Josselson era um homem ferozmente cioso de sua privacidade, que se prestava idealmente para o mundo das informações sigilosas. Quando alguns parentes, que moravam em Berlim Oriental, conseguiram localizá-lo no começo de 1949, ele os despachou secamente, dizendo-lhes que não voltassem a procurá-lo. Magoados, eles presumiram que seu primo “americanizado” passara a considerá-los inferiores a ele. Na realidade, Josselson estava preocupado com a segurança dos parentes. Berlinenses orientais que tivessem um parente no serviço secreto norte-americano estariam em perigo imediato. Mas é provável que Nabokov soubesse muito bem do novo endereço de Josselson. Nessa época, havia em Berlim mais espiões do que bicicletas rodando, e Nabokov havia trabalhado com muitos deles.

Na verdade, Nabokov também parece ter sido sondado para se ligar à CIA. Em 1948, ele se candidatou a um emprego no governo. Não sendo burocrata por natureza, é improvável que estivesse interessado em trabalhar no Departamento de Estado (desdenhado por muitos recrutas da CIA como “só política, sem nenhum exercício”) e, uma vez que Allen Dulles se envolveu em sua solicitação, é razoável supor que ele estivesse tentando obter um emprego no serviço secreto. Mas houve dificuldades e seu pedido não foi aprovado pela segurança. Profundamente constrangido, seu protetor, George Kennan, escreveu-lhe recomendando que retirasse o pedido: “Só lhe dou este conselho (que me causa considerável tristeza e uma preocupação muito real) porque não consegui esclarecer o assunto de maneira satisfatória e não posso garantir que você fique livre de outros incômodos, se insistir no projeto de voltar a trabalhar para o governo (...). Só posso dizer que, na minha opinião, toda a ação do governo nesse assunto, considerada em seu conjunto, é mal concebida, míope, injusta e muito incoerente com o desejo de utilizar os serviços de pessoas sensíveis, inteligentes e valorosas (...). Creio que o governo perdeu a oportunidade de contar com a sua colaboração e, se estivesse em seu lugar, eu deixaria esse assunto de lado, por enquanto.”<sup>28</sup> Pelo menos de momento, Nabokov foi colocado para escanteio.

E que dizer de Melvin Lasky? Não era ele um candidato ideal para se ligar às fileiras crescentes da CIA? Mais tarde, haveria quem alegasse que ele se tornara agente da organização, o que Lasky negou sistematicamente. Como no caso de Thaxter, de *O legado de Humboldt*, esse boato “contribuiu enormemente para seu caráter misterioso”. Sua presença constante na dianteira da Guerra Fria cultural da CIA, nas duas décadas seguintes, não passaria despercebida.

### 3

## Marxistas no Waldorf

E assim, fascismo ou comunismo, digo eu, tomo o lado do amor, e rio das idéias dos homens.

— Anaïs Nin

Nova York, 25 de março de 1949, uma terça-feira úmida e lamacenta. Do lado de fora do hotel Waldorf Astoria, na esquina da Park Avenue com a rua 50, um piquete pequeno e desorganizado, composto principalmente por homens de sobretudo cinza de gabardine, ia formando um círculo lento na calçada. No interior do hotel, o ritmo era frenético. Inusitadamente, para essa época do ano, ele estava lotado, e uma reserva em particular vinha-se revelando uma dor de cabeça.

Do quarto 1042, uma suíte nupcial luxuosa no décimo andar, os pedidos chegavam com profusão e rapidez, o dia inteiro. Um pedido de instalação de telefones adicionais fora seguido por uma chuva de mensagens ditadas para a sala de telegrafia do hotel; precisava-se de mais abajures e de um número maior de toda sorte de coisas. Os telefonemas para o serviço de copa vinham como um canhoneio constante — hambúrgueres, saladas, filés ao molho tártaro, acompanhamentos, garrafas de clarete, outras de cerveja, mais baldes de gelo, por favor. Não era o casal típico em lua-de-mel.

Ao zigzaguearem pela suíte, os garçons deparavam com uma cena estranha. Cabos telefônicos entrelaçavam-se pelo quarto e, na ponta desse emaranhado, havia telefonistas animadamente inclinadas para cada recep-

tor. Todas as superfícies disponíveis estavam ocupadas por alguma pessoa ou por pilhas oscilantes de papel. A suíte estava imersa na densa névoa da fumaça dos cigarros. Duas secretárias tomavam ditado e um auxiliar trabalhava no mimeógrafo instalado no banheiro, cujo piso ficara invisível, por baixo de uma pilha cada vez mais alta de folhas impressas em tinta preta. Um fluxo perpétuo de visitantes entrava e saía da confusão.

Em meio a esse tumulto, alguns integrantes do grupo olhavam nervosos para os garçons, que equilibravam suas enormes bandejas na beira da cama e ficavam rondando à espera de gorjetas. Quem pagaria a conta? Sidney Hook, o filósofo da Universidade de Nova York que havia reservado a suíte, parecia despreocupado com os custos crescentes da empreitada. Na suíte nupcial, acompanhando Hook, estavam a escritora Mary McCarthy e seu terceiro marido, o jornalista Bowden Broadwater; a romancista Elizabeth Hardwick e seu marido, o poeta Robert Lowell; Nicolas Nabokov; o jornalista e crítico Dwight Macdonald; o jornalista italiano Nicola Chiaromonte, ex-aliado de Munzenberg; Arthur Schlesinger; os editores William Phillips e Philip Rahv, da *Partisan Review*; Arnold Beichmann, um repórter trabalhista que tinha amizade com líderes sindicais anticomunistas; Mel Pitzele, outro especialista no operariado; e David Dubinsky, do Sindicato de Trabalhadores na Confecção de Roupas Femininas. Apesar da função que exercia, Dubinsky parecia perfeitamente à vontade naquele pequeno parlamento intelectual caótico.

Embaixo, no salão de baile do Waldorf Astoria, o pessoal já assoberbado do hotel auxiliava nos retoques finais do aposento, preparado para uma conferência. Arrumavam-se flores em volta de um tablado que formava uma meialua num dos extremos do salão. Verificavam-se microfones — um, dois, um, dois. Uma enorme faixa com a inscrição “Conferência Cultural e Científica pela Paz Mundial” foi erguida na parede atrás da plataforma dos oradores. Alguns dos milhares de delegados da conferência já estavam chegando para a recepção inaugural. Do lado de fora, o número de manifestantes aumentava, importunando os convidados quando estes atravessavam as portas giratórias em direção ao saguão. “Frouxos!”, gritaram eles, quando Lillian Hellman, Clifford Odets, Leonard Bernstein e Dashiell Hammett chegaram. Um desdém especial foi reservado para o milionário Corliss Lamont, ex-aluno de uma universidade da Ivy League, que funcionava como “patrocinador” da conferência. Filho do presidente do banco de investimentos J. P.

Morgan & Co., formado na Phillips Academy e em Harvard, Lamont munuiu-se de grande compostura aristocrática para ignorar os insultos que lhe foram atirados pela multidão enraivecida.

O protesto fora organizado por uma aliança direitista composta pela Legião Norte-Americana e por um grupo de sociedades católicas e patrióticas. Sua queixa era que a conferência, patrocinada pelo Conselho Nacional de Artes, Ciências e Profissões Liberais, era uma mera “fachada” para os soviéticos: que os comunistas estavam ali não em nome da boa vontade e do intercâmbio intelectual entre os Estados Unidos e a União Soviética, como diziam, mas para fazer propaganda na América. E, de fato, eles tinham razão. A conferência fora uma iniciativa do Kominform, num estratagema ousado para manipular a opinião pública, bem no quintal da América. O grupo soviético, liderado por A. A. Fadeyev, presidente da União de Escritores Soviéticos, e que incluía o compositor Dmitri Shostakovich, orgulho de sua delegação, também estava confortavelmente instalado em quartos do Waldorf. Suas “babás” da KGB e os *apparatchiks* do partido podiam cumprimentar-se por esse *coup de théâtre* [golpe teatral]. Os manifestantes do lado de fora tinham razão: os “comunas” não estavam apenas embaixo das camas, mas *nas* camas.

“A grande notícia da imprensa foi que todas as entradas do Waldorf Astoria estariam bloqueadas por uma fila de freiras, rezando pela alma dos participantes, que teria sido perturbada pela sedução satânica”, escreveu Arthur Miller, que havia aceitado o convite para presidir um dos debates da conferência. “E, na manhã da conferência, tive realmente que passar entre duas meigas freirinhas ajoelhadas na calçada, ao me dirigir para a porta do Waldorf. Já então era estarrecedor contemplar aquilo, aquele mundo de gestos e enunciados simbólicos.”<sup>1</sup>

Embora se dissociassem publicamente da manifestação do lado de fora — “A coisa mais perigosa que podemos fazer (...) é deixar a tarefa de denunciar as frentes comunistas a cargo de reacionários” —, Sidney Hook e o grupo da suíte nupcial estavam ali pela mesma razão. Como ex-marxistas e ex-trotskistas, eles haviam girado, em certa época, na mesma órbita comunista dos intelectuais e artistas norte-americanos que, naquele momento, chegavam ao saguão do térreo para a conferência soviética. Aliás, Nova York, na década de 1930, fora descrita certa vez como “a parte mais interessante da União Soviética”. Entretanto, o pacto teuto-soviético de não agressão, em

1939, havia produzido um choque que “fizera a cidade de Nova York, amarga e desanimada, começar a voltar da União Soviética para a América”.<sup>2</sup> Enquanto Hook e seus amigos tinham feito parte desse movimento de afastamento do radicalismo marxista, em direção ao centro ou à direita, outros colegas ainda estavam por abandonar sua simpatia pelo comunismo. “Os stalinistas continuavam a ser uma gangue muito poderosa”, disse posteriormente o editor e crítico Jason Epstein. “Eles eram como que o grupo da correção política naquele momento. Assim, havia boas razões para questionarmos o direito dos stalinistas à cultura.”<sup>3</sup> A impressionante afluência de simpatizantes ao Waldorf parecia justificar o temor de muitos ideólogos norte-americanos de que o encanto sedutor do comunismo não se houvesse rompido, e de que o sonho comunista, apesar dos excessos de Stalin, ainda persistisse.

“Para mim, porém, a conferência foi um esforço de dar continuidade a uma boa tradição, que estava ameaçada naquele momento”, escreveu Arthur Miller, tempos depois. “Com certeza, os quatro anos de nossa aliança militar contra as forças do Eixo tinham sido apenas o adiamento de uma hostilidade prolongada, que tivera início em 1917 com a própria revolução, e que foi meramente retomada após a destruição dos exércitos de Hitler. Mas simplesmente não havia dúvida de que, sem a resistência soviética, o nazismo teria dominado toda a Europa, assim como a Grã-Bretanha, com a possibilidade de que os Estados Unidos fossem forçados, quando muito, a um isolacionismo não intervencionista, ou, na pior das hipóteses, a um acordo inicialmente incômodo, mas finalmente conveniente, com o fascismo — ou, pelo menos, era assim que eu pensava. Por isso, a nítida guinada do pós-guerra contra os soviéticos e a favor de uma Alemanha expurgada dos nazistas parecia não apenas ignóbil, mas também ameaçava uma outra guerra, que de fato poderia destruir a Rússia, mas também derrubaria nossa democracia.”<sup>4</sup>

Na suíte nupcial, os ânimos estavam ficando meio tensos. Desde que se tomara a decisão, três semanas antes, de atrapalhar a conferência, esse grupo desorganizado vinha trabalhando incessantemente pela criação de seu próprio “aparelho de propaganda”. As atividades preparatórias “do inimigo” eram monitoradas, e a tarefa de perturbá-las foi dividida entre os membros de um crescente comitê *ad hoc*. Nomeou-se um contracomitê internacional que incluía Benedetto Croce, T. S. Eliot, Karl Jaspers, André Malraux, Jacques Maritain, Bertrand Russell e Igor Stravinsky. Até o ganhador do Prêmio Nobel,

Dr. Albert Schweitzer, alistou-se — sem se deixar perturbar, ao que parece, pelo fato de seu nome também figurar no campo inimigo como um dos “patrocinadores” da conferência no Waldorf. Tirando proveito de sua posição de cavalo-de-tróia dentro do hotel, o grupo interceptou a correspondência dirigida aos organizadores da conferência e sabotou suas tentativas de conquistar a simpatia da imprensa, manipulando as declarações e comunicados oficiais. O grupo emitiu uma saraivada de comunicados à imprensa, desafiando os oradores e os patrocinadores da conferência “a se identificarem pelo que são: membros ou simpatizantes inveterados do Partido Comunista”. Para aqueles cuja consciência porventura não ficasse pesada, Hook e sua coorte aceleraram o processo, divulgando publicamente “as verdadeiras ligações dos líderes da reunião no Waldorf”. Assim, a participação de F. O. Matthiessen numa multiplicidade de “organizações da frente comunista” (inclusive o “Comitê de Defesa de Sleepy Lagoon”\*) foi revelada num comunicado à imprensa. Howard Fast foi listado como “autor de romances de propaganda”, e Clifford Odets foi denunciado (de modo não propriamente científico) como “mais um membro do Partido Comunista, de acordo com o testemunho de um ex-integrante da equipe do *Daily Worker*”.

Ao se aproximar o momento das cerimônias de abertura da conferência, as idéias sobre a melhor maneira de subverter os procedimentos diferiam loucamente (conforme as descrições posteriores do episódio). Hook, nomeado marechal-de-campo da “pequena suíte anticomunista”, instruiu seus *compagnons de guerre* sobre a maneira de sobreviver a uma expulsão forçada do salão. Armados de guarda-chuvas, eles deveriam bater no chão, para chamar a atenção da platéia, e depois amarrarem-se a suas cadeiras. Assim ancorados, fariam com que sua retirada do salão fosse retardada. Se fossem impedidos de fazer seus discursos, os cupinchas de Hook, Beichmann e Pitzele distribuiriam cópias mimeografadas aos repórteres.

Essas estratégias de guerrilha, como se constatou, não chegaram a ser postas em prática (embora, por via das dúvidas, tenha-se batido com os guarda-chuvas no chão). Para sua surpresa, cada um dos subversivos foi contempla-

---

\*Criado depois do assassinato de José Diaz, cujo corpo foi encontrado no reservatório de Sleepy Lagoon, em Los Angeles, em 2 de agosto de 1942, esse comitê era formado por líderes comunitários esquerdistas, afro-americanos e mexicano-americanos. (N. da T.)

do com dois minutos para falar, apesar de obrigados a esperar que o primeiro orador, um bispo aposentado de Utah, concluísse sua peroração interminável. Mary McCarthy endereçou sua pergunta ao brilhante acadêmico de Harvard, F. O. Matthiessen, autor de *O Renascimento norte-americano*, que havia descrito Ralph Waldo Emerson como ancestral do comunismo norte-americano. Acaso Matthiessen achava que Emerson teria permissão para viver e escrever na União Soviética?, perguntou ela. Matthiessen admitiu que não e, em seguida, acrescentou — no que foi considerado “o *non sequitur* do ano” — que Lenin também não teria permissão de viver nos Estados Unidos. Quando Dwight Macdonald perguntou a Fadeyev por que ele havia aceitado as “sugestões” críticas do Politburo e reescrito seu romance *A jovem guarda*, Fadeyev retrucou: “A crítica do Politburo ajudou enormemente meu trabalho.”

Nicolas Nabokov resolveu participar de uma mesa-redonda em que Shostakovich era um dos oradores. Entre os músicos do palco havia pessoas conhecidas de Nabokov e até amigos seus. Este lhes acenou e, em resposta, eles deram sorrisos nervosos. Após uma sessão enfadonha e previsível, finalmente se deu a palavra a Nabokov na platéia. “No dia tal, na edição nº X do *Pravda*, apareceu um artigo não assinado que tinha todo o jeito de editorial. Dizia respeito a três compositores ocidentais: Paul Hindemith, Arnold Schoenberg e Igor Stravinsky. Nesse artigo, todos três foram rotulados de ‘obscurantistas’, ‘formalistas burgueses decadentes’ e ‘lacaio do capitalismo imperialista’. ‘Por conseguinte’, a execução de sua música deveria ‘ser proibida na União Soviética’. Será que o sr. Shostakovich concorda pessoalmente com essa visão oficial, tal como foi publicada no *Pravda*?”<sup>5</sup>

“*Provokatsya!* [Provocação!]”, gritaram os asseclas russos, enquanto Shostakovich recebia instruções sussurradas por sua “babá” da KGB. Em seguida, o compositor pôs-se de pé, recebeu um microfone e, com o rosto pálido voltado para baixo, estudando as tábuas do chão, murmurou em russo: “Concordo inteiramente com as afirmações feitas no *Pravda*.”

Foi um episódio estarrecedor. Os boatos de que Shostakovich recebera ordens do próprio Stalin para comparecer à conferência haviam chegado a essa reunião em Nova York. Ele foi o cordeiro do sacrifício, afigurando-se, no dizer de um observador, “pálido, franzino e suscetível, encurvado, tenso, retraído e sem sorrir — uma figura trágica, de partir o coração”. Arthur Miller o descreveu como “pequeno, frágil e míope”, “retesado e ereto como um



boneco”. Qualquer manifestação de espírito independente por parte dele era uma questão de vida ou morte. Nicolas Nabokov, por outro lado, era um emigrado bielo-russo que se tornara cidadão norte-americano em 1939. Estava em segurança. Nabokov esmurrava um homem cujos braços estavam amarrados às costas.

Como presidente da mesa-redonda sobre arte em que ocorreu esse confronto, Arthur Miller ficou estarelecido. “É a lembrança de Shostakovich que ainda me persegue quando penso naquele dia — que farsa foi aquilo tudo! (...) Deus sabe no que ele estava pensando naquele salão, as dilacerações que lhe perpassaram o espírito, a ânsia de soltar a voz e o autocontrole que foi necessário para reprimir seu protesto, para não se mostrar simpático à América e sua nova beligerância para com seu país, justamente aquele que estava transformando sua vida num inferno.”<sup>6</sup>

Trinta anos depois, as memórias de Shostakovich foram lançadas no Ocidente, dando sua versão do episódio no Waldorf: “Ainda recordo com horror minha primeira viagem aos Estados Unidos. Eu não teria ido lá, não fosse pela intensa pressão de autoridades administrativas de todos os escalões e facções, a começar por Stalin. Às vezes, as pessoas dizem que deve ter sido uma viagem interessante, basta ver como apareço sorrindo nas fotografias. Era o sorriso de um condenado. Eu me sentia um homem morto. Respondia a todas as perguntas idiotas como se estivesse atordoado, e pensava comigo mesmo: quando eu voltar, estará tudo acabado para mim. Stalin gostava de levar os americanos assim, pelo cabresto. Mostrava-lhes um homem — aqui está ele, vivo e saudável — e depois o matava. Bem, por que falo em levar pelo cabresto? É uma formulação exagerada. Ele só enganava quem queria ser enganado. Os norte-americanos pouco se importavam conosco e, para viver e dormir tranquilos, acreditavam em qualquer coisa.”<sup>7</sup>

A conferência prosseguiu por vários dias. T. S. Eliot enviou um telegrama opondo-se a ela. Outro telegrama chegou de John Dos Passos, que exortou os liberais norte-americanos a denunciarem a tirania soviética, a fim de que, “com essa denúncia, o despotismo pereça por seu próprio veneno”. Thomas Mann, que antes havia comentado que o anticomunismo “é a estupidéz fundamental do século XX”, enviou um telegrama de apoio à conferência. Os “debates” foram ritualísticos e sumamente enfadonhos, temperados apenas pela intervenção do jovem Norman Mailer (descrito por um contem-

porâneo como “um aspirante a Frank Sinatra”), que surpreendeu os dois lados, ao acusar tanto a União Soviética quanto os Estados Unidos de programas agressivos de política externa, que minimizavam a probabilidade de uma coexistência pacífica. “Assim, enquanto houver capitalismo, haverá guerra. Enquanto vocês não tiverem um socialismo decente e equitativo, não poderão ter paz”, disse ele, antes de concluir: “Tudo que um escritor pode fazer é dizer a verdade tal como a vê, e continuar escrevendo.”<sup>8</sup> O discurso de Mailer teve o efeito mágico de unir os antagonistas num coro de vaias.

A essa altura, o piquete do lado de fora ampliara-se para mais de mil pessoas brandindo cartazes. Um observador admirou-se ao pensar em como é “que há tantos baderneiros barulhentos e agressivos à disposição da extrema direita”. Hook foi astuto o bastante para observar que o comunismo dentro do Waldorf e o tipo de anticomunismo militante do lado de fora, na calçada, alimentavam um ao outro. Sua agressiva campanha de relações públicas, dirigida por Mel Pitzele, começava a pegar. William Randolph Hearst, magnata da imprensa e anticomunista paranóico, ordenou que todos os seus editores dançassem conforme a música de Hook e denunciassem a conferência dos “comunas” e seus “simpatizantes” norte-americanos.

Em abril, Henry Luce, proprietário e editor do império Time-Life, supervisionou pessoalmente uma matéria em página dupla na revista *Life*, que atacava as degradações do Kremlin e seus “iludidos” norte-americanos. Exibindo cinquenta fotografias no tamanho padrão usado nos passaportes, o artigo foi um ataque *ad hominem* que prefigurou as listas negras oficiosas do senador McCarthy. Dorothy Parker, Norman Mailer, Leonard Bernstein, Lillian Hellman, Aaron Copland, Langston Hughes, Clifford Odets, Arthur Miller, Albert Einstein, Charlie Chaplin, Frank Lloyd Wright, Marlon Brando e Henry Wallace, todos foram acusados de brincar com o comunismo. Essa foi a mesma revista *Life* que, em 1943, dedicara uma edição inteira à União Soviética, exibindo Stalin na capa e enaltecendo o povo russo e o Exército Vermelho.

“Era perigoso participar dessa tentativa fatídica de resgatar a aliança dos tempos de guerra com a União Soviética, diante das pressões crescentes da Guerra Fria, e isso era sabido na época”, recordou Arthur Miller. “O clima esquentava com a beligerância (...). Não havia como negar a probabilidade de retaliação contra os participantes da conferência, à medida que seu primeiro dia foi chegando ao fim (...). E, de fato, com o passar dos meses, ‘De-

ensor' ou 'Participante da Conferência do Waldorf' viria a se tornar um indicador importante da deslealdade do sujeito (...). O fato de um encontro de escritores e artistas poder desencadear tanta raiva e desconfiança por parte do público era algo inédito no mundo do pós-guerra.”<sup>9</sup>

Com certeza era perigoso. Os que foram “expostos às claras” no Waldorf — um hotel famoso por seus salões de bailes de debutantes, antes da guerra — tornaram-se objeto do interesse de J. Edgar Hoover, o diretor do FBI. Seu Bureau Federal de Investigações enviou agentes para cobrir a conferência e fornecer informações sobre os delegados. Na sede do FBI, abriu-se um arquivo sobre o jovem Norman Mailer. Arquivos sobre Langston Hughes, Arthur Miller, F. O. Matthiessen, Lillian Hellman, Dashiell Hammett e Dorothy Parker (que figurava variadamente nas listas como “comunista disfarçada”, “francamente comunista” e “conciliadora comunista”) já tinham sido abertos na década de 1930, mas suas novas ações transgressoras foram registradas nesse momento.

Em alguns casos, o FBI fez mais do que monitorar os “comunistas” do Waldorf. Pouco depois da conferência, um agente do FBI fez uma visita à editora Little, Brown para dizer que J. Edgar Hoover não queria ver o novo romance de Howard Fast, *Espártaco*, exibido nas prateleiras.<sup>10</sup> A Little, Brown devolveu o manuscrito ao autor, que em seguida foi rejeitado por outras sete editoras. Alfred Knopf devolveu esse manuscrito sem abri-lo, dizendo que nem olharia para a obra de um traidor. O livro acabou saindo em 1950, publicado pelo próprio Howard Fast. O “direito à cultura dos stalinistas” certamente estava sendo atacado.

Com a cobertura da revista *Life*, o estranho *pas de deux* entre comunistas e ex-comunistas no Waldorf passou a ser um grande espetáculo público. Hook parabenizou-se por haver coreografado as melhores cenas: “Havíamos frustrado uma das iniciativas mais ambiciosas do Kremlin.”

Sidney Hook nasceu em dezembro de 1902, em Williamsburg, Nova York — uma zona miserável do Brooklyn, de pobreza ímpar naqueles anos. Era um solo fértil para o comunismo, do qual Hook se tornou adepto quando jovem. De baixa estatura e rosto pequeno, emoldurado por óculos redondos, ele parecia um “filósofo de botequim”. Mas era furiosamente intelectualizado, um arruaceiro cerebral sempre disposto a entrar na briga. Atraído pela pos-

tura vigorosa e contundente do comunismo nova-iorquino, circulava com facilidade entre suas diversas facções, do stalinismo ao trotskismo ou ao bukharinismo. Ajudou a preparar para o Partido Comunista norte-americano a primeira tradução de *Materialismo e empiriocriticismo*, de Lenin. Passou um período trabalhando no Instituto Marx-Engels, em Moscou. E publicou uma série de artigos sobre o marxismo, o mais famoso dos quais, “Por Que Sou Comunista”, provocou uma campanha liderada por Hearst para que ele fosse demitido da Universidade de Nova York.

Nos moldes de muitos intelectuais nova-iorquinos, a confiança de Hook no comunismo começou a se enfraquecer depois de uma sucessão de decepções: o julgamento de Leon Trotski por traição em 1936-1937, o Pacto de Não-Agressão Nazista-Soviético de 1939 e uma série desastrosa de erros de julgamento, de teoria e de política cometidos por Stalin. Inimigo público do Partido Comunista, ele foi denunciado como “réptil contra-revolucionário” e seus adeptos foram descartados como “vermes de Hook”. Em 1942, Hook já prestava informações sobre o escritor e editor Malcolm Cowley ao FBI. O revolucionário de Williamsburg havia-se transformado no queridinho dos conservadores.<sup>11</sup>

No fim da tarde de quinta-feira, 27 de março de 1949, a polícia cercou com um cordão de isolamento um quarteirão da rua 40, entre a Quinta e a Sexta avenidas. Da sacada da Freedom House, muito oportunamente denominada,\* Hook e seu exército particular acenavam triunfalmente para uma multidão compacta reunida lá embaixo, na praça Bryant. Sua “equipe de promotores (...) fizera um trabalho esplêndido de publicidade”, disse Nabokov, que tinha uma inclinação especial para se refestelar sob a luz dos refletores. Ele usou essa festa de final de conferência para proferir um discurso sobre “o sofrimento dos compositores na União Soviética e a tirania do *Kulturapparat* do partido”. Dirigindo-se a uma platéia lotada no salão da Freedom House, Nabokov deplorou o uso que se vinha fazendo de Dmitri Shostakovich na “conferência de paz”. Aplausos estrepitosos. Em seguida, viu “um rosto conhecido levantar-se da última fileira do salão e vir em direção a mim. Era um conhecido de Berlim que, tal como eu, havia trabalhado no OMGUS. Ele me

---

\*O nome, é claro, se traduziria por Casa da Liberdade. (N. da T.)

cumprimentou calorosamente: ‘Você e seus amigos organizaram um evento esplêndido’, disse ele. ‘Deveríamos fazer uma coisa parecida em Berlim.’”<sup>12</sup>

O “amigo” que se dirigiu ao palco era Michael Josselson. Sua presença na conferência do Waldorf Astoria e na reunião da Freedom House, posteriormente, foi tudo, menos a coincidência inocente sugerida por Nabokov. Josselson estava ali seguindo instruções expressas de seu chefe, Frank Wisner, o mago das ações clandestinas da CIA. O “evento esplêndido” fora subsidiado pela divisão de Wisner, e Josselson estava lá para ficar de olho no investimento. Com a colaboração deliberada de David Dubinsky — cuja presença na suíte nupcial sempre fora uma espécie de mistério —, a CIA havia proporcionado a Hook seu reduto no Waldorf (Dubinsky ameaçara mandar os sindicatos fecharem o hotel, caso a gerência não pudesse hospedar seus amigos intelectuais), pagara as contas (Nabokov recebeu do sindicalista um polpudo maço de dólares da CIA para levá-los à suíte nupcial) e garantira a cobertura ampla e solidária da imprensa.

Também Melvin Lasky tinha chegado de Berlim para verificar como se configuravam as atividades de propaganda de Hook (os dois haviam mantido contato no ano anterior, quando Hook estivera em Berlim como “assessor educacional” na zona norte-americana). Lasky vibrou com o caráter de confronto da conferência do Waldorf, reservando um desdém especial para Shostakovich. “Sua timidez era extrema”, disse, posteriormente. “Ele não queria tomar partido de coisa alguma. Mas havia quem dissesse: Existem coisas maiores do que você, Shostakovich, maiores até do que sua música, e, querendo ou não, você tem que pagar o preço, em nome de um propósito mais elevado.”<sup>13</sup>

Hook e seus amigos do Waldorf acharam que tinham pago seu preço. No entanto, a maioria deles não havia participado das providências sigilosas que tinham possibilitado sua oposição. Nicola Chiaromonte suspeitava dos contatos de Hook. Alertou Mary McCarthy, de maneira meio enigmática, a se opor com firmeza a Hook e seus auxiliares, cujos inúmeros comunicados à imprensa, naquela semana agitada, haviam incluído afirmações que apoiavam explicitamente a política externa dos Estados Unidos: “O que fazem os rapazes e Hook, em última análise, não é dizer que estão satisfeitos com o Departamento de Estado, mas que estão finalmente dispostos a ceder à *raison d’État* norte-americana em oposição aos russos.” Esse, prosseguiu Chia-

romonte, era “um ato predeterminado de conformismo, e um ato muito pouco construtivo, precisamente do ponto de vista democrático”.<sup>14</sup>

Essa sensibilidade precoce é muito reveladora, digna de um homem cujas percepções tinham sido aprimoradas por seu trabalho como agente político do Grupo de Munzenberg. É que, embora Chiaromonte ainda não o soubesse, ele chegara muito perto da verdade. Mais um pouco, teria descoberto que não era apenas o Departamento de Estado que estava interessado em Hook, mas o *establishment* de espionagem norte-americano.

Arthur Miller intuiu que a conferência do Waldorf se revelaria “uma guinada completa na estrada da história”. Quarenta anos depois, ele escreveu: “Ainda hoje, algo sombrio e assustador tolda a lembrança daquele encontro (...) no qual as pessoas se sentaram como que num desenho de Saul Steinberg, cada qual com um balãozinho acima da cabeça, cheio de rabiscos absolutamente indecifráveis. Lá estávamos nós, uma sala cheia de pessoas talentosas e alguns gênios verdadeiros, e, em retrospectiva, nenhum dos dois lados estava inteiramente certo, nem os apologistas dos soviéticos, nem os ultrajados execradores dos comunistas; dito em termos simples, a política é feita de escolhas e, não raro, não há realmente nenhuma a fazer; o tabuleiro de xadrez não dá espaço para nenhum movimento.”<sup>15</sup>

Para a CIA, no entanto, a conferência do Waldorf representou uma oportunidade de fazer alguns novos movimentos no Grande Jogo. Foi um “evento catalisador”, recordou um agente da CIA, Donald Jameson. “Foi a dica de que uma campanha maciça estava sendo lançada no Ocidente, com base numa afirmação ideológica de influência em nível político.” Transmitiu uma mensagem vigorosa aos integrantes do governo que consideravam que a natureza persuasiva da ilusão comunista não seria dissipada por métodos convencionais. “Naquele momento, entendemos que era preciso fazer alguma coisa. Não em termos de reprimir aquelas pessoas, muitas das quais, é claro, eram criaturas muito nobres. Mas como parte de um programa geral, com vista, em última instância, ao que hoje podemos chamar de fim da Guerra Fria.”<sup>16</sup>

## 4

# O Deminform da democracia

Sempre que sou um reluzente Cavaleiro,  
Afivelo a armadura com firmeza;  
E saio à procura de coisas  
Como Surtidas e Resgates,  
E Salvamentos da Toca do Dragão,  
E lutas com todos os Dragões que lá se encontram.

A. A. Milne, “Knight-in-Armour”

A conferência no Waldorf Astoria foi uma humilhação para os comunistas que a apoiaram. No dizer de um observador, “foi um pesadelo propagandístico, um fiasco que se revelou o último viva à idéia de que os interesses ideológicos da Rússia stalinista poderiam ser enxertados nas tradições progressistas da América”.<sup>1</sup> O Partido Comunista norte-americano estava batendo em retirada, com o menor número de membros de toda a sua história e com seu prestígio irreversivelmente maculado. No exato momento em que as afirmações de uma conspiração comunista começavam a se alastrar febrilmente, os estrategistas de Stalin praticamente viraram as costas para os Estados Unidos e, em contrapartida, concentraram-se em ampliar sua influência e neutralizar seus inimigos na Europa.

A campanha do Kominform destinada a convencer o homem pensante da Europa de que o único engrandecimento buscado pela União Soviética era o da “paz” foi gravemente minada por dois acontecimentos cruciais, em

1949. Primeiro, houve o tratamento implacável dado por Stalin ao marechal Tito, o líder iugoslavo, cuja recusa a sacrificar os interesses nacionais em favor do respaldo à hegemonia soviética nos Bálcãs dera início a uma polêmica feroz entre Moscou e Belgrado. Stalin havia retirado da Iugoslávia os assessores econômicos e militares, como parte de uma guerra de desgaste que visava debilitar essa postura independente. Tito, por sua vez, dera início a negociações com o Ocidente para receber créditos do Plano Marshall, a fim de recuperar sua economia enfraquecida. A brutal interpretação stalinista do “comunismo internacional” desgastou a boa vontade dos simpatizantes europeus que correram em defesa de Tito nesse momento. Em segundo lugar, os apelos soviéticos à coexistência pacífica foram mais minados ainda pela detonação de uma bomba atômica russa em agosto de 1949.

A resposta britânica às afirmações enganosas da propaganda soviética vinha tomando forma tardiamente. O Departamento de Pesquisa de Informações (IRD\*), criado em fevereiro de 1948 pelo governo de Clement Attlee para atacar o comunismo, era o setor do Ministério das Relações Exteriores que crescia com mais rapidez. “Não há como esperarmos repelir com sucesso o comunismo apenas desacreditando-o, com base em alegações materiais”, explicou o arquiteto do IRD, Ernest Bevin, ministro das Relações Exteriores, “e devemos acrescentar um apelo positivo aos princípios democráticos e cristãos, lembrando a força dos sentimentos cristãos na Europa. Devemos dar destaque a uma ideologia que rivalize com o comunismo.”<sup>2</sup> Era realmente esse o desafio: os governos do Ocidente não podiam confiar em simplesmente denegrir a experiência soviética, mas tinham o dever de oferecer um futuro alternativo, a partir do interior de um sistema — a democracia capitalista — cuja vanglória amiúde ultrapassava em muito suas realizações. “O que está errado no mundo não é a força do comunismo, que Stalin e Cia. perverteram, transformando-o num instrumento de expansão eslava de um modo que teria chocado Lenin, mas a fraqueza moral e espiritual do mundo não comunista”, afirmou o diplomata e espião Robert Bruce Lockhart.<sup>3</sup>

Desconsiderar o papel do governo britânico na fabricação de uma imagem acolhedora de Stalin, durante a aliança dos tempos de guerra, equivale a ignorar uma das verdades cruciais da Guerra Fria: a aliança entre o mundo livre e

---

\*Sigla da denominação original, Information Research Department. (N. da T.)



a Rússia, contra os nazistas, foi o momento em que a própria história pareceu compactuar com a ilusão de que o comunismo era politicamente digno. O problema enfrentado pelo governo britânico, depois da Segunda Guerra Mundial, era como proceder para desmontar as inverdades que ele mesmo construíra ou defendera sistematicamente nos anos anteriores. “Durante a guerra, tínhamos construído esse homem, embora soubéssemos que ele era terrível, porque se tratava de um aliado”, explicou Adam Watson, um jovem diplomata recrutado pelo IRD como seu segundo homem no comando. “Assim, a pergunta era: ‘Como nos livrarmos do mito do Velho Tio Joseph, construído durante a guerra?’”<sup>4</sup> Muitos intelectuais e escritores britânicos tinham trabalhado para o governo em seus departamentos de propaganda durante a guerra: agora, estavam sendo convocados para desiludir o público britânico das mentiras que eles se haviam empenhado muito inventivamente em proteger.

O Departamento de Pesquisa de Informações, apesar de seu título inofensivo, era, secretamente, um Ministério da Guerra Fria. Obtendo a aprovação de seu orçamento em votações secretas (para evitar exames indesejados de qualquer operação que pudesse exigir ações clandestinas ou semiclandestinas), seu objetivo “era produzir, distribuir e fazer circular propaganda que não pudesse ser atribuída a nenhuma fonte”, de acordo com Christopher Woodhouse, o “Monty”, um espião nomeado para o Departamento em 1953. Trabalhando nos moldes da teoria do efeito cascata, o IRD compilava relatos “factuais” sobre toda sorte de assuntos para distribuição entre os integrantes da intelectualidade britânica, dos quais se esperava que reciclassem esses fatos em seu próprio trabalho. A não atribuição da origem era uma característica central e distintiva dessa prática, possibilitando a conciliação de duas exigências essencialmente contraditórias: conseguir a máxima circulação possível do material do IRD, ao mesmo tempo protegendo a existência de uma campanha de propaganda anticomunista oficialmente sancionada e secretamente financiada, da qual o público não tinha o menor conhecimento. “É importante que, no Reino Unido, assim como no exterior, não se crie no público a impressão de que o Ministério das Relações Exteriores está organizando uma campanha anticomunista”, escreveu o primeiro diretor do IRD, Ralph Murray. “Seria embaraçoso, para várias pessoas que se dispõem a nos fornecer um apoio valioso, se elas ficassem expostas à acusação de receberem súmulas anticomunistas de algum órgão sinistro do Ministério das

Relações Exteriores, empenhado na fabricação de propaganda dirigida contra a União Soviética.”<sup>5</sup>

“Se você baseia seu trabalho no fornecimento de fatos, isso é muito mais difícil de refutar do que se você simplesmente fornecer propaganda”, explicou posteriormente Adam Watson. “A questão é expor os aspectos da verdade que lhe são mais úteis.”<sup>6</sup> Na prática, isso significava que, embora o IRD tencionasse atacar “os princípios e práticas do comunismo, bem como a ineficiência, a injustiça social e a debilidade moral do capitalismo irrestrito”, ele não tinha permissão para “atacar ou parecer atacar qualquer membro da Comunidade das Nações ou dos Estados Unidos”.<sup>7</sup> Fazia muito tempo que a idéia de que a verdade pudesse ser submetida a tais exigências divertia Noël Coward, que, em seu breve período como agente do serviço secreto, deleitava-se em carimbar documentos que traziam a marca “altamente confidencial” com os dizeres “altamente verídico”.

Um dos assessores de primeira hora mais importantes do IRD foi o escritor Arthur Koestler, nascido na Hungria. Sob sua tutela, o departamento reconheceu a utilidade de acolher as pessoas e instituições que, dentro da tradição da política esquerdista, percebiam-se em geral como opostas ao centro do poder. O objetivo dessa acolhida era duplo: primeiro, conseguir uma proximidade dos grupos “progressistas”, a fim de monitorar suas atividades; e segundo, diluir o impacto desses grupos, conseguindo influência a partir de dentro, ou atraindo seus membros para um fórum paralelo — e sutilmente menos radical.

O próprio Koestler não tardou a se beneficiar das campanhas de propaganda do IRD. Seu livro *Trevas ao meio-dia*, cuja descrição da crueldade soviética estabelecera a reputação de Koestler como anticomunista, circulou na Alemanha sob os auspícios desse órgão. Numa negociação fechada com Hamish Hamilton, diretor da editora epônima e que tinha vínculos pessoais estreitos com o serviço secreto, 50 mil exemplares foram comprados e distribuídos pelo Ministério das Relações Exteriores em 1948. Ironicamente, ao mesmo tempo, “o Partido Comunista francês recebera ordens de comprar todos os exemplares [do livro] imediatamente, e todos vinham sendo comprados, e não havia nenhuma razão para que o livro deixasse de ser reimpresso, de modo que, com isso, K[oestler] foi enriquecendo indefinidamente com verbas do Partido Comunista”.<sup>8</sup>

Koestler não agiu apenas como consultor da campanha de propaganda do Ministério das Relações Exteriores. Em fevereiro de 1948 iniciou uma turnê de palestras pelos Estados Unidos. Em março, encontrou-se com William Donovan, ou “Bill, o Selvagem”, na casa do general em Sutton Place, na cidade de Nova York. Como diretor do serviço de informações norte-americano durante a guerra e, em época mais recente, um dos principais arquitetos da recém-criada CIA, Donovan fazia parte do núcleo duro do serviço de informações e da elite da política externa dos Estados Unidos. Foi anticomunista a vida inteira, mantendo-se vigilante até o momento de sua morte, em 1959, quando informou ter avistado de sua janela tropas russas marchando para Manhattan pela ponte da rua 59. Koestler, que anteriormente fora um dos cérebros por trás da rede de organizações de fachada da União Soviética antes da guerra (conhecida como “Grupo de Munzenberg”, com base no nome de seu diretor, Willi Munzenberg), sabia melhor do que a maioria dos homens vivos como funcionava por dentro a máquina de propaganda soviética. Pouco antes de partir para os Estados Unidos, Koestler se reunira com André Malraux e Chip Bohlen, recém-nomeado embaixador na França, para discutir a melhor maneira de se opor à ofensiva “de paz” do Kominform. A bordo do navio em que viajou para a América, Koestler também havia conhecido, por coincidência, John Foster Dulles, irmão de Allen Dulles e futuro secretário de Estado, e os dois tinham discutido o mesmo problema. Agora, Koestler sentava-se com William Donovan para conversar sobre como enfrentar a propaganda soviética. “Discutimos a necessidade da guerra psicológica”, anotou Koestler em sua agenda, acrescentando que Donovan possuía um “cérebro de primeira”. Não se deve subestimar a importância desse encontro.

Arthur Koestler nasceu numa família de classe média, em Budapeste, em 1905. Após uma conversão paulina, ligou-se ao Partido Comunista no início da década de 1930. Tempos depois, escreveu que a leitura de Marx e Engels tivera “o efeito inebriante de uma súbita libertação”. Em 1932, foi à Rússia e escreveu um livro de propaganda financiado pela Internacional Comunista: *Of White Nights and Red Days* [“Noites brancas e dias vermelhos”]. Lá se apaixonou loucamente por uma escriturária chamada Nadeshda Smirnova. Passou uma ou duas semanas com ela e, em seguida, denunciou-a à polícia secreta por uma banalidade. Nunca mais se ouviu falar de Smirnova. Após a vitória de Hitler na Alemanha, Koestler juntou-se aos exilados alemães em

Paris, onde se associou a Willi Munzenberg. Em 1936, foi à Espanha, provavelmente como espião de Munzenberg. Encarcerado como prisioneiro político, foi salvo pela intervenção do governo britânico, que vinha seguindo as atividades vigorosas de sua primeira mulher, Dorothy Ascher. Em 1938, ele se desligou do Partido Comunista, enojado com as prisões em massa e os simulacros de julgamento de Stalin, mas ainda confiando na viabilidade da utopia bolchevique. Perdeu totalmente essa confiança quando a suástica foi içada no aeroporto de Moscou, em homenagem à chegada de Ribbentrop para assinar o pacto entre Hitler e Stalin, e a banda do Exército Vermelho começou a tocar o “Horst Wessel Lied”. Aprisionado na França durante a guerra, Koestler escreveu *Trevas ao meio-dia*, uma crônica dos abusos praticados em nome da ideologia, que logo se tornou um dos livros mais influentes da época. Ao ser libertado, ele partiu para a Inglaterra (através da Legião Estrangeira Francesa), onde, após mais um período de detenção, alistou-se no Corpo de Pioneiros. Tempos depois, ligou-se ao Ministério da Informação como propagandista antinazista, trabalho este que lhe granjeou a cidadania britânica.

Sua turnê de palestras de 1948 pela América destinava-se a desenganar os “Conformistas da Esquerda” das falácias e confusões que ainda lhes dominavam o pensamento. Koestler exortou os intelectuais norte-americanos a abandonar seu radicalismo juvenil e se engajarem numa iniciativa madura de cooperação com a estrutura de poder: “A tarefa da intelectualidade progressista de seu país é ajudar o resto da nação a enfrentar suas enormes responsabilidades. O tempo das brigas sectárias, na aconchegante terra de ninguém do radicalismo abstrato, já passou. É hora de os radicais norte-americanos crescerem.”<sup>10</sup> Foi assim que Koestler exortou a uma nova era de engajamento em que os intelectuais assumissem como seu dever justificar o esforço nacional, evitando o privilégio já anacrônico do distanciamento ou do desapego. “Uma vez que o escritor não tem como escapar, queremos que ele se aposses de sua era com firmeza: essa é sua única chance; ela foi feita para ele e ele para ela”, logo declararia Jean-Paul Sartre. “É nossa intenção trabalharmos juntos para produzir algumas mudanças na sociedade que nos cerca.”<sup>11</sup> A diferença entre Sartre e Koestler não era a qualidade do engajamento, mas seu objetivo. Enquanto Sartre se manteve resolutamente contrário às instituições de governo como mediadoras da verdade

ou da razão, Koestler exortou seus colegas a ajudarem a elite do poder em sua missão de governar.

Pouco depois de seu encontro com Donovan em Nova York, Koestler viajou a Washington, onde compareceu a uma rodada de coletivas de imprensa, almoços, coquetéis e jantares. Através de James Burnham, um intelectual norte-americano que se deslocara com impressionante velocidade do radicalismo para as instituições do poder, ele foi apresentado a um sem-número de funcionários do Departamento de Estado, assessores presidenciais, jornalistas e autoridades sindicais. A CIA, em particular, interessou-se por Koestler. Ali estava um homem que lhe poderia revelar uma ou duas coisas.

Fazia algum tempo que a Agência vinha brincando com uma idéia: quem melhor para combater os comunistas do que os ex-comunistas? Numa consulta com Koestler, essa idéia começou a ganhar forma. A destruição da mitologia comunista, afirmou ele, só poderia ser conseguida pela mobilização das personalidades não comunistas de esquerda numa campanha de persuasão. As pessoas de quem Koestler falou já eram designadas como um grupo — a Esquerda Não Comunista — no Departamento de Estado e nos círculos do serviço secreto. No que Arthur Schlesinger descreveu como uma “revolução silenciosa”, alguns elementos do governo haviam passado a compreender e apoiar cada vez mais as idéias dos intelectuais que se haviam desiludido com o comunismo, mas ainda eram fiéis aos ideais do socialismo.

Para a CIA, aliás, a estratégia de fortalecer a esquerda não comunista viria a se transformar na “base teórica das operações políticas da Agência contra o comunismo, nas duas décadas seguintes”.<sup>12</sup> A lógica ideológica dessa estratégia, na qual a CIA chegou a uma convergência ou até a uma identificação com intelectuais de esquerda, foi exposta por Schlesinger em *The Vital Center* [“O centro vital”], um dos três livros seminais lançados em 1949 (os outros dois foram *O deus que falhou*, de Crossman, e *1984*, de Orwell). Schlesinger localizou o declínio da esquerda e sua eventual paralisia moral na esteira da revolução corrupta de 1917, e caracterizou a evolução da “esquerda não comunista” como “o padrão para congregar os grupos que lutam por cavar uma área para a liberdade”. No interior desse grupo é que teria lugar “a restauração do nervo radical”, sem deixar “nenhum lume na janela para os comunistas”. Essa nova resistência, afirmou Schlesinger, precisava de “uma base de operações independente. Ela requer privacidade,

verbas, tempo, papel de impressão, gasolina, liberdade de expressão, liberdade de reunião e liberdade do medo”.<sup>13</sup>

“A tese que animou toda essa [mobilização da] esquerda não comunista” foi a que Chip Bohlen, Isaiah Berlin, Nicolas Nabokov, Averell Harriman e George Kennan apoiavam com ardor”, lembrou-se Schlesinger tempos depois. “Todos achávamos que o socialismo democrático era o baluarte mais eficaz contra o totalitarismo. Essa tornou-se uma temática implícita — ou até secreta — na política externa norte-americana durante esse período.”<sup>14</sup> Abreviada pelas iniciais NCL,\* a esquerda não comunista foi uma denominação que logo se tornou corrente na linguagem burocrática de Washington. “Era quase um grupo de carteirinha”, observou um historiador.<sup>15</sup>

Esse “grupo de carteirinha” reuniu-se pela primeira vez nas páginas de *O deus que falhou*, uma coletânea de ensaios que atestou o fracasso da idéia comunista. O espírito animador do livro foi Arthur Koestler, que voltara a Londres em estado de grande empolgação, após suas discussões com William Donovan e outros estrategistas do serviço secreto norte-americano. A história subsequente de sua publicação serve de molde para o contrato entre a esquerda não comunista e o “anjo das trevas” do governo norte-americano. No verão de 1948, Koestler havia discutido essa idéia com Richard Crossman, chefe da seção alemã da Executiva da Guerra Psicológica (PWE\*\*\*) durante a guerra, um homem que se achava “capaz de manipular as massas” e que tinha “a dose certa de destreza intelectual para se tornar um perfeito propagandista profissional”.<sup>16</sup> Como membro do New College, ao lado de Isaiah Berlin (que também tivera contatos com a PWE durante a guerra), Crossman foi descrito certa vez como “desprovido de princípios e muito ambicioso”, alguém que “seria capaz de pisar no cadáver da mãe para subir mais um degrau”.<sup>17</sup> Em seu livro *Plato Today* [Platão hoje] (1937), o narrador de Crossman se pergunta se a democracia parlamentar não seria essencialmente “uma impostura, um tapume pintado em cores alegres, por trás do qual se escondem o governo e a máquina do Estado”. O mesmo se poderia dizer de *O deus que falhou*.

Em 27 de agosto de 1948, Crossman envolveu no projeto um outro veterano da guerra psicológica, o norte-americano C. D. Jackson. “Escrevo para

\*De Non-Communist Left. (N. da T.)

\*\*Sigla de Psychological Warfare Executive. (N. da T.)

pedir sua orientação. Cass Canfield, da Harpers, e Hamish Hamilton, meu editor aqui, propõem publicar na próxima primavera um livro chamado *Lost Illusions* [‘Ilusões perdidas’], pelo qual assumi a responsabilidade editorial. Ele deverá consistir numa série de resumos autobiográficos escritos por intelectuais ilustres, descrevendo como eles se tornaram comunistas ou simpatizantes, o que os fez achar que o comunismo era a esperança do mundo, e o que os desiludiu.”<sup>18</sup> O conselho de C. D. Jackson foi que o escritor Louis Fischer, ex-comunista, fosse convidado para representar as ilusões perdidas da América.

Em seguida, Crossman aproximou-se de Melvin Lasky, já então o propagandista cultural oficial e oficioso da América na Alemanha, e um dos primeiros defensores da resistência intelectual organizada contra o comunismo. À medida que recebia contribuições para o livro, Crossman as enviava imediatamente a Lasky, que mandava traduzi-las nos escritórios da *Der Monat*. De acordo com um Relatório de Avaliação do Alto Comissariado norte-americano, datado de 1950, “todos os artigos de *O deus que falhou*, com exceção de um, foram contribuições originais para a *Der Monat*, ou artigos cujos direitos autorais foram negociados pela revista. Na edição de número 25, *Der Monat* havia concluído a publicação de todos os ensaios”.<sup>19</sup> Crossman organizou a versão inglesa, que foi publicada em 1950 pela editora de Koestler, a Hamish Hamilton. Um amigo íntimo de Crossman que trabalhava no Serviço de Informações de Guerra, Cass Canfield (posteriormente editor de Allen Dulles), foi o responsável pela edição norte-americana. Com esse histórico, *O deus que falhou* foi tanto um produto do serviço secreto quanto uma obra da intelectualidade.

Os colaboradores foram Ignazio Silone, André Gide, Richard Wright, Arthur Koestler, Louis Fischer e Stephen Spender. “Não estávamos minimamente interessados em aumentar a enxurrada da propaganda anticomunista nem em dar oportunidade para justificativas pessoais”, escreveu Crossman em sua introdução.<sup>20</sup> Mas o livro atingiu esses dois objetivos desmentidos. Embora, no plano coletivo, os ensaios atestassem o fracasso da utopia marxista, todos eram relatos profundamente pessoais, a *apologia pro politica sua* de indivíduos instigados a expressar seu desencanto e seu sentimento de traição. Como ato coletivo de confissão, o livro foi também uma declaração de recusa, uma rejeição do stalinismo, numa época em que muitos ainda consideravam esse ato uma heresia. Foi um novo livro de revelações para a era do

pós-guerra, e figurar nele funcionou como passaporte para o mundo da cultura oficial nos vinte anos seguintes.

Dentre os colaboradores de *O deus que falhou*, três haviam trabalhado para Willi Munzenberg. Koestler, que certa vez dissera que a fé era maravilhosa, não apenas capaz de mover montanhas, “mas também de levar o indivíduo a acreditar que um arenque é um cavalo de corrida”, fora um dos discípulos mais dedicados de Munzenberg. Durante a década de 1930, quando era tão conhecido na América quanto viria a ser Ed Murrow nos anos cinquenta, o jornalista Louis Fischer era um homem cuja carreira também fora moldada de perto por sua experiência como comunista a serviço de Munzenberg. Ignazio Silone ligara-se ao Partido Comunista Italiano em 1921. Tal como a conversão de Koestler, a dele tinha sido genuína (“O Partido transformou-se em família, escola, igreja e quartel”) e o impulsionara na escala hierárquica da Internacional Comunista, além de empurrá-lo para os braços de Munzenberg. Afastando-se discretamente da atividade partidária depois de 1927, Silone guardou “o gosto amargo de uma juventude desperdiçada”. A ruptura final veio em 1931, quando o Partido Comunista lhe pediu que fizesse uma declaração pública condenando Trotski. Ele se recusou e o partido o expulsou como um “caso clínico”. Dirigindo-se a um grupo de ex-comunistas alemães que, tal como ele, viviam um exílio incômodo na Suíça durante a guerra, Silone disse: “o passado, incluindo todas as feridas que deixou em nós, não precisa ser para nós uma fonte de fraqueza. Não nos devemos deixar abater pelos erros, pelo descaso e pelas coisas estúpidas que foram ditas ou escritas. O que agora se exige de nós é uma vontade tão pura que novas forças possam nascer do pior de nós mesmos: *Etiám peccata*.”<sup>21</sup>

Sob o manto de *O deus que falhou*, esses antigos propagandistas dos soviéticos foram reciclados, purificados da mancha do comunismo e abraçados por estrategistas do governo, que viram em sua conversão uma oportunidade irresistível de sabotar a máquina de propaganda soviética que eles haviam azeitado em tempos idos. “A turma de *O deus que falhou*” tornou-se uma nomenclatura adotada pela CIA, denotando o que um oficial chamou de “a comunidade de intelectuais que se desiludiram, que poderiam desiludir-se ou que ainda não haviam tomado uma posição e os quais, numa certa medida, podiam ser influenciados por seus pares quanto à escolha a fazer”.<sup>22</sup>

*O deus que falhou* foi distribuído por agências do governo norte-ameri-



cano em toda a Europa. Na Alemanha, em particular, foi rigorosamente divulgado. O Departamento de Pesquisa de Informações também promoveu o livro. Koestler ficou satisfeito. Seus projetos de uma resposta estrategicamente organizada à ameaça soviética consolidavam-se lindamente. Enquanto o livro saía do prelo, ele se encontrou com Melvin Lasky para discutir algo mais ambicioso e mais permanente.

Se *O deus que falhou* tinha mostrado que havia uma recepção calorosa para os que desejassem converter-se, também era verdade que nem todos se dispunham a comungar no altar do anticomunismo organizado. O Kominform apressou-se a explorar essa hesitação. Depois da excursão desastrosa ao Waldorf Astoria, ele foi excepcionalmente cuidadoso nos preparativos para a reunião seguinte — o Congresso Mundial da Paz, marcado para abril de 1949, em Paris. Um documento cifrado ultra-secreto do IRD, datado de março daquele ano, previu: “A técnica contemplada e a organização do Congresso indicam que serão feitas todas as tentativas de usá-lo simplesmente como um carimbo do que quer que a União Soviética tenha em mente.”<sup>23</sup> Aparentemente, o tema do Kominform seria que “os Estados Unidos e as democracias ocidentais são fomentadores de guerras e fascistas, e o Kremlin e seus satélites é que são democracias amantes da paz”. Todos os funcionários diplomáticos foram instados a “desenvolver todas as ações passíveis de minar o valor propagandístico desse Congresso”.<sup>24</sup>

Mas os “primos” norte-americanos da CIA já estavam a caminho do conclave em Paris. Um dia depois de encerrada a conferência no Waldorf, um cupincha de Frank Wisner, Carmel Offie, perguntara ao Departamento de Estado o que ele pretendia fazer sobre a conferência de paz de Paris. Offie era o assistente especial de Wisner para assuntos trabalhistas e de emigrados, supervisionando pessoalmente o Comitê Nacional por uma Europa Livre, uma das fachadas mais importantes do OPC, bem como outras agências que lidavam com organizações anticomunistas na Europa. Offie mantinha contatos constantes com Irving Brown, o representante europeu da Federação Norte-Americana do Trabalho (AFL\*), cujo título modesto ocultava um papel político de enorme importância na Europa do pós-guerra. Através de

---

\*Sigla de American Federation of Labor. (N. da T.)

Brown, vastas somas de dinheiro dos contribuintes norte-americanos e dos fundos “de contrapartida” do Plano Marshall eram canalizadas para operações secretas.

Segundo todos os depoimentos, Offie, um funcionário de carreira do Ministério das Relações Exteriores, era uma figura sinistra. Fisicamente feio, zombava de outros homens com sua homossexualidade, beliscando-lhes o mamilo nas reuniões de diretoria. Certa vez, foi preso por rondar os banheiros públicos do Parque Lafayette, incidente este que tornou risivelmente impróprio o seu codinome na CIA, “Monk” [“Monge”]. Ele fora dispensado do Ministério das Relações Exteriores, depois da guerra, por usar a mala diplomática para fazer transferências cambiais ilegais (também negociava com diamantes, rubis e, numa certa ocasião, com um carregamento de trezentas lagostas finlandesas). Mas tinha amigos poderosos. Chip Bohlen e George Kennan o conheciam dos tempos da embaixada de Moscou, e Bohlen é que tinha convencido Wisner a empregá-lo. Enquanto ele trabalhou no OPC, dizia-se que Offie era o último homem a ver um documento antes que ele seguisse para Wisner, e o último a ver dois milhões de dólares antes que eles desaparecessem.<sup>25</sup>

Offie e Wisner começaram então a planejar uma resposta orquestrada à conferência de Paris, a qual, na previsão sombria do Departamento de Estado, “convenceria [os] inocentes a seguir a linha [do Kremlin]” e a acreditar nesse “falso movimento pela paz”.<sup>26</sup> Wisner mandou um telegrama a Averell Harriman, da Administração de Cooperação Econômica (os gestores do Plano Marshall), solicitando cinco milhões de francos (aproximadamente dezesseis mil dólares) para financiar uma contramanifestação. Harriman, grande defensor da propaganda e da guerra psicológica, foi um dos primeiros dentre os mandarins políticos da América a entender que a Rússia havia declarado uma guerra ideológica contra o Ocidente e a conceber maneiras de fazer oposição à “rajada de insultos propelida por Moscou”.<sup>27</sup> Ficou mais do que satisfeito em carrear verbas do Plano Marshall — chamadas de “glacê” por Wisner — para operações clandestinas.

Através de Irving Brown, o Escritório de Coordenação Política entrou em contato com o socialista francês David Rousset, autor de diversos livros sobre campos de concentração (*Les Jours de Notre Mort, L'Univers Concentrationnaire*), e seus aliados do jornal esquerdista dissidente *Franc-Tireur*.

Rousset concordou em deixar que o *Franc-Tireur* figurasse como patrocinador do dia de resistência inspirado pela CIA.

Do lado soviético, Ilya Ehrenburg e Alexander Fadeyev fizeram parte da conferência principal — “um evento do Kominform do começo ao fim” —, juntamente com Paul Robeson, Howard Fast, Hewlett Johnson, Frédéric Joliot-Curie, que era comissário de Energia Atômica da França, Martin Andersen-Nexo, escritor dinamarquês, e o socialista italiano Pietro Nenni. Charlie Chaplin enviou uma mensagem de apoio. Um padre ortodoxo russo abençoou a conferência e Paul Robeson cantou “Ole Man River”. Picasso soltou sua famosa pomba da paz, que seria usada por décadas a fio como o símbolo de prestígio do movimento comunista pela “paz”. Um dos organizadores da conferência, o poeta e comunista inveterado Louis Aragon, havia deparado com a litografia de um pombo, ao folhear uma pasta com obras recentes no estúdio de Picasso. O pombo tinha plumas que lembravam polainas brancas cobrindo as patas. Aragon achou que ele se assemelhava a uma pomba e, com a autorização de Picasso, a ave se transformou na famosa “Pomba da Paz”. Não tardaria a ser caricaturada pelo movimento *Paix et Liberté*, apoiado pela CIA, como “a pomba que faz Bum” (“*La colombe qui fait Boum!*”), num cartum reproduzido e distribuído pelo mundo inteiro, por agências do governo norte-americano, em panfletos, volantes e cartazes.

A contraconferência de Rousset — o Dia Internacional de Resistência à Ditadura e à Guerra — realizou-se em 30 de abril de 1949 e foi respaldada por mensagens de apoio recebidas de Eleanor Roosevelt, Upton Sinclair, John Dos Passos (então em vias de se tornar um sólido republicano e, segundo Dwight Macdonald, “com um medo neurótico da Rússia e do comunismo”), Julian Huxley e Richard Crossman. Entre os delegados que chegaram à custa do OPC figuravam Ignazio Silone, Carlo Levi, o ubíquo Sidney Hook, James T. Farrell, autor de *Studs Lonigan*, Franz Borkenau e Fenner Brockway. Todavia, apesar do planejamento criterioso, o Dia foi um fiasco. “Desde que eu era garoto, escutando oradores de praça pública na Madison Square, já se vão trinta anos, nunca ouvi tantas banalidades e tanta retórica vazia”,<sup>28</sup> relatou Sidney Hook. No comício vespertino, um grupo de anarquistas apossou-se do microfone e fez acusações ao encontro, o que levou Hook a concluir que os lunáticos tinham sido soltos do hospício e que o evento tinha sido tomado pela “ala psicopática da esquerda”.

A conferência também registrou a primeira vítima norte-americana da *Kulturkampf*, na pessoa de Richard Wright, que, de acordo com Hook, sentia-se “envaidecido com o uso que Sartre [fazia] dele como uma espécie de porrete contra a cultura norte-americana, análogo ao uso que os comunistas fazem de Robeson”.<sup>29</sup> Embora tivesse contribuído para *O deus que falhou*, Wright já então era visto pelo *lobby* anticomunista como suspeito, porque seu rompimento com o stalinismo se dera “mais em bases pessoais do que políticas”, e ele não mostrava “nenhuma compreensão [da] verdadeira natureza [do stalinismo]”.<sup>30</sup> Wright foi o único membro do grupo de *O deus que falhou* a perder seu lugar nesse conjunto de apóstolos. Durante os dez anos seguintes, sua vida e suas atividades em Paris foram monitoradas pela CIA e pelo FBI, até ele morrer em circunstâncias misteriosas, em 1960.

Wisner e seus aliados no Departamento de Estado ficaram decepcionados com a contraconferência de Paris. Embora ela houvesse atraído antistalinistas ilustres e provocado explosões do Partido Comunista Francês, seu tom fora “por demais radical e neutralista”.<sup>31</sup> Pior ainda, o antiamericanismo voava em todos os ventos. “O público francês, em sua maioria, é chocantemente desconhecedor da vida e da cultura norte-americanas”, escreveu Hook. “Sua imagem da América é um compósito de impressões derivadas da leitura de romances de protesto e revolta sociais (*As vinhas da ira*, de Steinbeck, são tidas como uma descrição fiel e *representativa*), romances da degeneração (Faulkner) e da inaniidade (Sinclair Lewis) norte-americanas, de assistir a filmes americanos e da exposição a uma barragem comunista incessante que se infiltra na imprensa não comunista. *A reeducação informacional do público francês me parece ser a tarefa mais fundamental e mais premente da política democrática norte-americana na França, em relação à qual não se tem feito quase nada em moldes eficazes.*”<sup>32</sup>

A idéia de Hook de que seria possível desfazer o antiamericanismo, purificando as mentes européias das visões paralíticas dos romancistas proeminentes dos Estados Unidos, parece extraordinária. Na verdade, o que ele advogava era o expurgo das expressões da vida norte-americana que julgava estarem em conflito com a “política democrática” do governo no exterior. Tratava-se de uma distorção monumental dos próprios princípios da liberdade de expressão, irreconciliável com as afirmações de democracia liberal sob cujos auspícios era proposta.

Mas Hook tinha razão sobre uma coisa: reverter a pulverização do *homme de bonne volonté* da Paris sartriana seria uma luta extenuante. Tal como Brecht, que, do conforto de sua vida privilegiada na Alemanha Oriental, elogiava Stalin como “o assassino justificado do povo”, a intelectualidade da *Rive Gauche* não havia se dado conta de que já não se compunha de “buscadores da verdade, mas [de] defensores de uma ortodoxia sitiada e em processo de desabamento”.<sup>33</sup> Sartre continuava a enaltecer a Rússia como guardiã da liberdade, enquanto seu “santo”, Jean Genet, negava a existência dos *gulags*. Essa, no dizer de Arthur Koestler, era a capital mundial dos simpatizantes, dos carreiristas ágeis de talento moderado, como Picasso, Camus e Anouilh, que se deslumbravam com os muitos intelectuais europeus que Koestler diagnosticava como sofrendo da “gripe francesa”. De Paris, ironizava Koestler, o Partido Comunista poderia tomar a França com um telefonema.

Ficou claro para Wisner que ele ainda não tinha encontrado o grupo certo para servir de ponta-de-lança da campanha anticomunista na França. Em termos que mostram que já contemplava uma base permanente para essa campanha, Wisner expressou a preocupação de que “esse tipo de liderança de uma organização permanente resulte na degeneração de toda a idéia (de ter um pequeno DEMINFORM) numa mistura ensandecida de bodes com macacos, cujas armações desacreditem por completo o trabalho e as declarações dos liberais sérios e responsáveis. Devemos ter sérios receios de apoiar esse espetáculo”.<sup>34</sup>

Desanimado com a idéia de que a armadura da propaganda soviética parecia inexpugnável, um grupo de intelectuais alemães, antes pertencente ao Grupo de Munzenberg, reuniu-se para arquitetar um plano. Num encontro com Melvin Lasky num quarto de hotel em Frankfurt, em agosto de 1949, Ruth Fischer e Franz Borkenau (antigo historiador oficial do Komintern) começaram a esboçar sua idéia de uma estrutura permanente, dedicada à resistência intelectual organizada. Fischer era irmã de Gerhart Eisler, um agente soviético chamado, em 1946, de “Comunista Número Um dos Estados Unidos”, e condenado no ano seguinte por falsificar uma solicitação de visto. Desde essa época Gerhart fora promovido a dirigente do Escritório de Propaganda da Alemanha Oriental e, nessa condição, seria responsável por organizar a resposta soviética aos planos de Ruth. Ela mesma tinha sido líder do Partido Comunista Alemão antes de sua facção ser expulsa de Moscou

por ordens superiores, o que levava a seu rompimento com Stalin (e com o próprio irmão). Nesse momento, ela escreveu sobre seu projeto a um diplomata norte-americano: “Creio que já conversamos sobre esse plano durante minha última estada em Paris, mas agora tenho dele uma visão muito mais concreta. Refiro-me, é claro, à idéia de organizar um grande Congresso Anti-Waldorf-Astoria na própria Berlim. Deve se constituir numa congregação de todos os ex-comunistas, além de um grupo bem representativo de intelectuais anti-stalinistas norte-americanos, ingleses e europeus, que declarem sua simpatia por Tito e pela Iugoslávia e sua oposição silenciosa na Rússia e nos Estados-satélites, infernizando o Politburo bem nos portões de seu próprio inferno. Todos os meus amigos concordam em que isso teria um efeito enorme e se irradiaria para Moscou, se adequadamente organizado.”<sup>35</sup>

Terá Michael Josselson comparecido à reunião de Frankfurt? Ele certamente esteve entre os primeiros a ouvir falar do plano, o qual logo discutiria com Lawrence de Neufville, que remeteu o esboço da proposta a Carmel Offie em meados de setembro. “A idéia veio de Lasky, Josselson e Koestler”, explicou Neufville posteriormente, “e consegui que Washington lhe desse o apoio necessário. Transmiti-a a Frank Lindsay [assistente de Wisner] e creio que ele deve tê-la levado a Wisner. Tivemos que implorar a aprovação. O Plano Marshall era a caixinha usada em toda parte pela CIA, na época, de modo que nunca houve escassez de verbas. A única dificuldade era conseguir a aprovação.”<sup>36</sup>

O que ficou conhecido como “a proposta de Josselson” chegou à escrivãzinha de Wisner em janeiro de 1950. Entrementes, impaciente demais para esperar uma resposta, Lasky já levava o plano adiante, convocando Ernst Reuter, prefeito de Berlim Ocidental, e vários acadêmicos alemães de destaque, que endossaram a idéia e prometeram apoio. Juntos, eles formaram um comitê permanente e começaram a remeter convites a intelectuais do “mundo livre”, para que fossem a Berlim, assumissem uma posição e se fizessem valer. Nem todas as atividades de Lasky como *freelance*, entretanto, tiveram bom resultado. “Como um empregado do governo de ocupação norte-americano, as atividades dele em favor do Congresso pareceram a um bom número de observadores uma prova de que o governo dos Estados Unidos estava por trás desse evento.”<sup>37</sup>

As autoridades do OPC levaram adiante o plano de Josselson, produzindo um resumo formal do projeto com um orçamento de cinquenta mil dólares,

que foi aprovado por Wisner em 7 de abril. Wisner acrescentou uma condição: Lasky e James Burnham, que tinham o que se poderia descrever como um interesse profissional no projeto, deveriam ficar longe dos olhos em Berlim, “por medo de que sua presença viesse apenas a dar munição aos críticos comunistas”. Josselson defendeu Lasky, ao ser informado das reservas de Wisner. “Ninguém mais aqui, certamente nenhum alemão, teria logrado tamanho sucesso”,<sup>38</sup> telegrafou. Àquela altura, Lasky já fora longe demais para ser refreado. Anunciara-se publicamente como secretário-geral do congresso vindouro, que deveria chamar-se Congresso pela Liberdade Cultural, e foi em seu nome e no do prefeito Reuter que se enviaram convites e se organizaram programas. Nas relações públicas, Lasky contou com a contribuição de Arnold Beichmann, que fizera uma aparição muito oportuna no Waldorf.

Nos Estados Unidos, James Burnham e Sidney Hook estavam atarefados com as providências referentes à delegação norte-americana. Ambos tinham ciência do envolvimento do OPC (embora Hook tenha deixado de mencionar isso em suas memórias, presumivelmente por achar que não tinha importância). Os ingressos para os participantes norte-americanos foram comprados pelo OPC, que usou “diversas organizações intermediárias” como agentes de viagens. O Departamento de Estado também se envolveu nesses arranjos. O subsecretário de Estado para Assuntos Públicos, Jesse MacKnight, ficou tão impressionado com a coisa toda que insistiu em que a CIA patrocinasse o congresso em bases permanentes, antes mesmo da realização do conclave em Berlim.<sup>39</sup> Ao menos dessa vez, seu otimismo não estava equivocado.

## 5

### A idéia é fazer cruzadas

Meus fantasmas disseram-me algo novo,  
Estou marchando para a Coréia;  
Não sei dizer-lhes o que farei.  
As cruzadas são a idéia  
Iaque, não esmoreça etc.

— Robert Lowell, 1952

Tarde da noite de 23 de junho de 1950, Arthur Koestler e Mamaine, sua mulher, chegaram à Gare de l'Est para pegar o trem noturno de Paris para Frankfurt, de onde seguiriam para Berlim. Enquanto procuravam por seu vagão, esbarraram em Jean-Paul Sartre, que viajava no mesmo trem, embora se destinasse a uma conferência diferente. Sartre estava sozinho, o que era inusitado, e os Koestler sentiram-se aliviados pelo fato de Simone de Beauvoir (a quem haviam apelidado de “Castor”) não estar presente. Os três compartilharam uma ceia improvisada, junto com um guarda-costas designado para acompanhar Koestler pela Sûreté francesa, por causa das ameaças de morte recebidas dos comunistas (que haviam culminado na publicação de um mapa, no diário comunista *L'Humanité*, que assinalava Verte Rive, a casa de Koestler em Fontaine le Port, perto de Paris). Embora sua amizade se viesse desgastando cada vez mais nos últimos anos, esses adversários ideológicos ainda gostavam uns dos outros e conseguiram pilheriar juntos enquanto o trem partia pela noite quente de verão. Ao lado de Albert Camus, Sartre repudia-



ra publicamente o congresso de Koestler e se recusara a comparecer. Mas Koestler condeu-se dele, que nessa noite, no trem, confessou que suas amizades estavam se evaporando, sob o calor de sua política e da de Beauvoir.

Enquanto Koestler embarcava no trem, os delegados norte-americanos acomodavam-se em vôos transatlânticos, que levariam até 24 horas para completar a viagem até a Alemanha. Embora o bloqueio soviético de Berlim tivesse sido suspenso em época recente, a única maneira de chegar ao setor ocidental era em aviões militares, o que significava que os delegados teriam que embarcar em C-47s em Frankfurt para a etapa final do que Koestler posteriormente chamaria de “ponte aérea intelectual”. Entre eles estavam James T. Farrell, Tennessee Williams, o ator Robert Montgomery, David Lilienthal, presidente da Comissão Norte-Americana de Energia Atômica, Sol Levitas, editor da revista *New Leader*, Carson McCullers, George Schuyler, o editor negro do *Pittsburgh Courier*, e o jornalista negro Max Yergan. O cientista genético Herman Muller, ganhador do Prêmio Nobel, transportava consigo uma carga estranha: cinco mil moscas-das-frutas do gênero *Drosophila*, levadas de presente para os cientistas alemães que tinham perdido suas cepas durante a guerra.

Arthur Schlesinger Jr. e Sidney Hook viajaram juntos de Boston, com Hook aparentemente inebriado com a idéia de como seria perigoso ir a Berlim. “Ele tinha uma fantasia sobre ataques comunistas de todos os lados”, recordou Schlesinger. “Estava muito empolgado com tudo. Creio que muitos deles estavam. Julgavam que estariam onde se encontrava a ação — especialmente os que não haviam participado da guerra.”<sup>1</sup> Depois de provar sangue pela primeira vez no Waldorf Astoria, Hook estava impaciente por uma campanha em larga escala. “Dêem-me cem milhões de dólares e mil pessoas dedicadas”, exclamou ele, “e garanto que gerarei tamanha onda de inquietação democrática nas massas — sim, até entre os soldados — do império do próprio Stalin, que todos os seus problemas serão internos durante muito tempo. Posso encontrar as pessoas.”<sup>2</sup> Agora, viajando para uma cidade cercada de comunistas por todos os lados, Hook fantasiava que os russos entrariam marchando na cidade, “caso em que todos os delegados se tornariam prisioneiros da [polícia militar da Alemanha Oriental] em poucas horas”.<sup>3</sup>

Nicolas Nabokov chegara a Berlim em maio para ajudar a planejar a conferência, junto com sua mulher, Patricia Blake, num avião fretado pertencen-

cente a uma empresa chamada Youth Argosy, uma das “intermediárias” usadas pela CIA. Chip Bohlen insistira em que Nabokov chegasse lá o mais cedo possível, a fim de erguer as barricadas em favor dos artistas que tinham sido “os bodes expiatórios mais persistentes dos soviéticos e dos nazistas”.<sup>4</sup> James Burnham tinha chegado logo depois de Nabokov, e os dois se haviam reunido a Josselson, Lasky, Koestler, Brown e Silone para formar o aparato dirigente da conferência, cujo quartel-general se instalou na casa de Lasky.

Numa das reuniões do grupo, durante o jantar, Silone contou ter dispensado de seu movimento de resistência todos os que se haviam revelado agentes do serviço secreto britânico ou norte-americano, porque queria lutar “*ma guerre à moi*” [minha própria guerra] com a consciência tranqüila.<sup>5</sup> Só nos resta imaginar como Josselson, Burnham e Lasky terão digerido essa afirmação. É que eles sabiam o que Silone presumivelmente desconhecia: que agora ele fazia parte de uma guerra encetada por outra pessoa. A situação de Silone foi um esplêndido resumo das dolorosas ironias de uma época que tratava a pontapés a pureza dos ideais das pessoas. Na década de 1920, ele dirigira uma rede clandestina para os soviéticos, e depois se arrependera. De 1928 a 1930, havia colaborado com o serviço secreto de Mussolini, a OVRA (as circunstâncias que cercaram esse relacionamento foram terríveis: seu irmão fora detido pelos fascistas e estava mofando numa prisão italiana, onde mais tarde viria a morrer). Ao escrever para romper suas relações com a OVRA, em abril de 1930, Silone havia explicado que resolvera “eliminar de minha vida tudo o que é falso, hipócrita, dúbio e misterioso”.<sup>6</sup> Em 1942, ele escrevera que “a mais importante tarefa moral que temos hoje consiste em libertar nosso espírito da confusão do tiroteio, da trajetória da guerra de propaganda e do contra-senso jornalístico em geral”.<sup>7</sup> Exilado na Suíça durante a guerra, Silone servira de contato para Allen Dulles, na época o chefe da espionagem norte-americana na Europa; em outubro de 1944, Serafino Romualdi, agente do OSS, fora enviado à fronteira franco-suíça, supostamente para entregar dois carregamentos de armas e munição levados de avião para a resistência francesa. Sua verdadeira missão, “planejada fora dos canais normais”, tinha sido introduzir Silone clandestinamente na Itália. E agora, em 1950, mais uma vez Silone era arrastado para um mundo clandestino. Seus defensores alegam que ele desconhecia os patrocinadores ocultos do Congresso pela Liberdade Cultural. Mas sua viúva, Darina, recordou que, a

princípio, ele havia relutado em comparecer, por suspeitar de que se tratava de “uma operação do Departamento de Estado dos Estados Unidos”. Dias depois de iniciada a conferência, Koestler, que jamais gostara realmente de Silone, disse a um amigo sempre haver-se “perguntado se Silone era basicamente sincero ou não. Agora sei que não é”.<sup>8</sup>

Quem também recebeu esse benefício secreto foram os delegados ingleses — Hugh Trevor-Roper, Julian Amery, A. J. Ayer, Herbert Read, Harold Davis, Christopher Hollis e Peter de Mendelssohn —, cuja presença em Berlim foi sigilosamente financiada pelo Ministério das Relações Exteriores, através do Departamento de Pesquisa de Informações. Da França compareceram Raymond Aron, David Rousset, Rémy Roure, André Philip, Claude Mauriac, André Malraux, Jules Romains e Georges Altman; da Itália, Ignazio Silone, Guido Piovene, Altiero Spinelli, Franco Lombardi, Muzzio Mazzochi e Bonaventura Tecchi. Na noite de 25 de junho, eles e a maioria dos demais duzentos delegados haviam chegado. Foram acomodados em alojamentos e hotéis na zona norte-americana, e a maioria deles, cansada da viagem, recolheu-se cedo nessa noite.

No dia seguinte, acordaram com a notícia de que tropas coreanas, apoiadas pelos comunistas, haviam atravessado o Paralelo 38 e iniciado uma invasão maciça do sul. Quando eles se reuniram no Titania Palast naquela tarde de segunda-feira, 26 de junho, para a cerimônia de abertura do Congresso pela Liberdade Cultural, a Filarmônica de Berlim tocou-lhes os acordes tenebrosos da abertura de Egmont, uma peça propícia (e cuidadosamente escolhida) para uma platéia que se via como participante de um drama soturnamente heróico.

O prefeito de Berlim, Ernst Reuter (também um ex-comunista que trabalhara de perto com Lenin), pediu aos delegados e a uma platéia de 4 mil pessoas que ficassem de pé para um minuto de silêncio, em memória dos que haviam morrido na luta pela liberdade ou ainda permaneciam em campos de concentração. No discurso de abertura, ele enfatizou o drama da importância de Berlim: “A palavra *liberdade*, que parecia ter perdido sua força, tem uma importância singular para a pessoa que mais reconhece seu valor — aquela que um dia a perdeu.”<sup>9</sup>

Nos quatro dias seguintes, os delegados deslocaram-se de uma mesa redonda para outra, de excursões guiadas ao Portão de Brandemburgo, à Praça Potsdamer e à linha que dividia Berlim Oriental de Berlim Ocidental para

coletivas de imprensa, e destas para coquetéis e concertos especialmente organizados. Os cinco debates principais tiveram por temas “Ciência e Totalitarismo”, “Arte, Artistas e Liberdade”, “O Cidadão numa Sociedade Livre”, “A Defesa da Paz e da Liberdade” e “Cultura Livre num Mundo Livre”. Não tardou a emergir uma polarização das idéias sobre a melhor maneira de fazer oposição aos comunistas, a qual foi bem resumida nos discursos feitos por Arthur Koestler e Ignazio Silone. Koestler convocou a intelectualidade ocidental a formar um *Kampfgruppe*, um esquadrão de combate com o compromisso inequívoco de derrubar o comunismo. “Schlesinger estava presente, e fez um pronunciamento árido e desprovido de emoção. Depois dele tivemos Koestler, que falou com o coração e comoveu muita gente. Era uma cruzada — Koestler havia mudado o tom”,<sup>10</sup> lembrou Lawrence de Neufville, que monitorava de perto os acontecimentos para a CIA.

O tom agressivo dos combatentes da Guerra Fria encontrou sua epítome na distinção feita por James Burnham entre bombas atômicas “boas” e “más”, tese testada com os Koestler num jantar um mês antes. Naquela oportunidade, Burnham havia explicado como os Estados Unidos poderiam tornar a Rússia impotente num só dia, lançando a bomba em todas as grandes cidades russas. “Ele parecia muito satisfeito com essa idéia”, anotou Mamaine Koestler (que também assinalou que “Burnham tem um ar muito meigo e delicado (...) mas é muito menos escrupuloso quanto aos meios do que K[oestler]” — ele também disse que “não necessariamente rejeitaria a tortura, em alguns casos”).<sup>11</sup> Usando um tipo de linguagem que endurecia a realidade, e que foi um dos fatores contributivos da Guerra Fria (dos dois lados), Burnham anunciou nesse momento ser “contra as bombas já armazenadas ou a serem armazenadas na Sibéria ou no Cáucaso, destinadas à destruição de Paris, Londres, Roma, Bruxelas, Estocolmo, Nova York, Chicago, (...) Berlim e da civilização do Ocidente em geral (...). Mas sou (...) a favor das bombas feitas em Los Alamos, Hanford e Oak Ridge e guardadas não sei onde nas Montanhas Rochosas ou nos desertos norte-americanos, [que] têm defendido há cinco anos — têm constituído sua única defesa — as liberdades da Europa ocidental”.<sup>12</sup> Ao que André Philip retrucou que, quando as bombas atômicas caem, “elas não distinguem entre amigo e adversário, inimigo ou combatente da liberdade”.

Burnham e Hook voltaram suas baterias contra os que usavam a equiva-

lência moral para questionar a condenação norte-americana da União Soviética: “Sartre e Merleau-Ponty, que se recusaram a comparecer ao Congresso, até mesmo para nele defenderem seus pontos de vista, estavam bem cientes das injustiças francesas e norte-americanas para com os negros, ao apoiarem a Resistência contra Hitler”, vociferou Hook. “Mas não conseguem ver justiça na defesa ocidental contra a agressão comunista porque os negros ainda não conquistaram a igualdade de tratamento.”<sup>13</sup> Essa igualdade não estava muito longe, de acordo com George Schuyler, que fez circular entre os delegados um relatório, inclusive com dados estatísticos, que demonstrava que a situação dos negros na América não parava de melhorar, graças à capacidade constante do sistema capitalista de se adaptar às mudanças. O jornalista negro Max Yergan endossou o relatório de Schuyler com uma aula de história sobre o progresso dos afro-americanos desde a era Roosevelt.

Burnham, que em sua trajetória do socialismo para a direita simplesmente pulara por cima do centro moderado, não tinha tempo para os homens frouxos de esquerda. “Deixamo-nos ser capturados e aprisionados por nossas palavras — por essa isca esquerdista que se revelou nosso veneno. Os comunistas saquearam nosso arsenal retórico e nos ataram com nossos próprios lemas. O homem progressista da ‘esquerda não comunista’ treme pereneamente de culpa ante o comunista verdadeiro. O comunista, manipulando a mesma retórica, mas agindo com ousadia e firmeza, afigura-se ao homem da esquerda não comunista como ele mesmo, provido de coragem.”<sup>14</sup> Enquanto Burnham se erguia para invectivar contra a esquerda não comunista, alguns delegados se perguntaram se a versão negra ou branca do mundo oferecida pela direita (captada pela invocação bíblica de Koestler: “Que seu sim seja sim, e seu não seja não!”) não seria tão ameaçadora para a democracia liberal, talvez, quanto a oferecida pela extrema esquerda.

Hugh Trevor-Roper ficou estarrecido com o tom provocador imposto por Koestler e adotado por outros oradores. “Houve pouquíssima coisa em termos de uma discussão séria”, recordou. “Na minha opinião, aquilo não teve realmente nada de intelectual. Percebi que era uma resposta no mesmo estilo às [conferências de paz soviéticas] — falava a mesma linguagem. Eu tivera a expectativa e a esperança de ver exposto e defendido o ponto de vista ocidental, alicerçado no fato de ser uma alternativa melhor e mais duradoura. Em vez disso, porém, tivemos denúncias. Aquilo deixou uma im-

pressão muito negativa, como se nada tivéssemos a dizer, a não ser ‘metam a mão neles!’ Houve um discurso de Franz Borkenau que foi muito violento e, a rigor, quase histérico. Ele falou em alemão e lamento dizer que, ao ouvi-lo e ao ouvir os urros de aprovação das enormes platéias, pensei comigo mesmo: bem, essas são as mesmas pessoas que, sete anos atrás, provavelmente urravam do mesmo modo diante de denúncias alemãs semelhantes sobre o comunismo, proferidas pelo Dr. Goebbels no Sports Palast. E pensei, bem, com que tipo de pessoas nos estamos identificando? Esse foi o maior choque para mim. Houve um momento, durante o Congresso, em que me pareceu que estávamos sendo convidados a invocar Belzebu para derrotar Satanás.”<sup>15</sup>

Sidney Hook correu em defesa de Koestler, mas teve de admitir que seu amigo “recitava as verdades da taboada de multiplicar de um modo que deixava algumas pessoas indignadas com ele”. Tinha também o hábito irritante de sorrir “como um gato de Cheshire” toda vez que marcava um ponto na retórica. Silone foi muito mais flexível, defendendo a tese de que o espírito cristão de reforma social e política no Ocidente, por si só, furtaria o fogo do Deus do Comunismo. André Philip também representou a visão moderada, defendendo uma via intermediária entre a Rússia e os Estados Unidos: “A Europa de hoje está debilitada, após sua doença longa e dolorosa. Os norte-americanos nos enviam penicilina para tratar dessa doença, e os soviéticos nos enviam micróbios. Naturalmente, qualquer médico preferiria uma mistura dos dois. Como europeus, porém, nossa obrigação deve ser lidar com os micróbios o mais depressa possível, a fim de não mais necessitarmos do remédio.”<sup>16</sup>

Para os adeptos da linha dura, essa defesa da “equidistância” não passava de uma heresia. “O neutralismo, como idéia e como movimento, foi patrocinado pelos soviéticos”,<sup>17</sup> declarou Melvin Lasky, retomando a exclamação de Robert Montgomery: “Não há nenhum canto neutro no salão da Liberdade!” Relutando em participar dessa cruzada retórica, a delegação britânica uniu-se em torno da admoestação de Talleyrand — “*surtout pas de zèle*”. \* “Eu não via por que se devesse atear fogo ao mundo para purgar a culpa pessoal de gente como Borkenau e Koestler”,<sup>18</sup> concluiu Hugh Trevor-Roper.

O caráter apropriado ou impróprio de os convertidos políticos catequizarem o mundo começava a se transformar numa questão-chave do Con-

---

\*“Nada de pressa, acima de tudo!”-(N. da T.)

gresso de Berlim. “Levantou-se então um certo *Herr* Grimme, uma espécie de pároco cuja voz parecia uma sirene, para argumentar que todas aquelas questões concretas eram basicamente religiosas”, relatou Sidney Hook. “Sua fala foi de um vazio eloqüente e só se tornou concreta no final, quando ele desceu ao nível das personalidades e teceu um comentário desdenhoso sobre o fato de Koestler ser um ‘convertido político’, que agora se opunha fervorosamente ao que antes havia defendido com o mesmo fervor, assim mostrando que nunca tinha aberto mão de seu materialismo dialético.”<sup>19</sup>

Koestler já havia descoberto o ressentimento de quem nunca fora comunista para com convertidos políticos como ele. Repetindo os argumentos, escreveu: “Os ex-comunistas não são apenas Cassandras cansativas, como tinham sido os refugiados antinazistas; são também anjos decaídos, que tiveram o mau gosto de revelar que o Paraíso não é o lugar que se imaginava. O mundo respeita os católicos ou os comunistas convertidos, mas abomina os sacerdotes de qualquer religião que abandonem o hábito. Essa atitude é racionalizada como uma aversão aos renegados. No entanto, o convertido também é um renegado de suas crenças ou descrenças anteriores, e está bem preparado para perseguir os que ainda persistem nelas. Mesmo assim, ele é perdoado porque ‘abraçou’ uma religião, ao passo que o ex-comunista ou o padre que abandonou o hábito ‘perdeu’ uma fé — e com isso tornou-se uma ameaça à ilusão e um lembrete do vazio abominável e ameaçador.”<sup>20</sup>

O problema das “Cassandras cansativas” também vinha perturbando os círculos oficiais. Edward Barrett, subsecretário de Estado para Informações Internacionais, sentiu-se obrigado a questionar a sensatez das “tendências atuais a tratar como celebridades (...) os ex-comunistas, e a colocá-los em pedestais de onde possam fazer preleções a todos os cidadãos que tiveram o bom senso de nunca se tornarem comunistas, para começo de conversa. Alguns de nós suspeitamos que o ex-comunista típico — sobretudo o ex-comunista recente — tem grande valor como informante e palpiteiro, mas quase nenhum como proponente de verdades eternas”.<sup>21</sup> Evidenciava-se cada vez mais que a acolhida da esquerda não comunista pelo governo dos Estados Unidos teria que ser mantida em segredo para alguns de seus próprios principais formuladores políticos.

Josselson manteve uma conduta discreta, mas continuou a acompanhar tudo o que transpirava. Observou com crescente apreensão a reação de Hugh

Trevor-Roper ao tom cruzadista. Trevor-Roper e os demais componentes britânicos deixavam clara a sua dissidência, sempre que havia uma oportunidade. Mas isso ia-se tornando mais e mais difícil, à medida que “os dirigentes” (o mais destacado dos quais era Lasky) instalados no pódio durante as sessões evitavam cuidadosamente dar a palavra aos “esmurradores de mesas”. Lasky estava em toda parte, organizando, adulando, redigindo declarações para divulgação na imprensa e preparando a entrada dramática de Theodor Plievier, autor alemão de *Stalingrado* e ex-comunista que estava escondido em Stuttgart. Plievier gravara previamente a mensagem que enviaria ao Congresso, mas, ao tomar conhecimento da invasão da Coréia, pegou um avião para Berlim, desafiando o perigo de ser seqüestrado pelos soviéticos ou pelos alemães orientais enquanto visitasse a cidade (embora a probabilidade dessa calamidade fosse reduzida por uma vigilância vinte e quatro horas por dia, providenciada pelos norte-americanos).

No OPC, a visibilidade de Lasky enfureceu Wisner. Havia bons motivos para inquietação. Em 24 de junho, véspera do Congresso, o escritório de Gerhart Eisler, chefe de propaganda do governo da Alemanha Oriental, expediu um comunicado que atribuíra um incêndio na Casa de Cultura Comunista, em Berlim Oriental, ao círculo íntimo do “espião policial norte-americano Melvin Lasky”. A declaração de Eisler, que foi reproduzida em jornais dos Estados Unidos, dizia que a tentativa de incendiar o clube comunista pretendia ser o prelúdio da abertura do Congresso pela Liberdade Cultural (que Eisler descreveu como “uma competição de ciclismo intelectual imperialista com duração de seis dias”), mas a trama havia malogrado e as chamas tinham sido rapidamente extinguidas. Indagado sobre esse incidente, Lasky respondeu com seu sarcasmo de praxe: “Sim, é verdade. Tentamos incendiar a casa, lançando de helicóptero vaga-lumes disfarçados de besouros-da-batata.”<sup>22</sup> Mas Wisner não achou graça e telegrafou instruções a Berlim determinando que Lasky fosse afastado de qualquer ligação visível com o Congresso.

Entretanto, seria preciso mais do que o afastamento de Lasky para conter os rumores que cercavam o Congresso. Alguns delegados especulavam sobre quem estava bancando a despesa. A escala grandiosa em que o Congresso foi lançado, numa época em que a Europa estava na bancarrota, parecia confirmar o boato de que aquele não era propriamente o evento espontâneo e “independente” como afirmavam seus organizadores. Lawrence de Neufville



recebeu tanto dinheiro, que não sabia o que fazer com ele: “Não sei de onde vinha o dinheiro. Nunca recebi cheques nem nada parecido, era apenas como se tivesse marcos em espécie. Todos tínhamos.”<sup>23</sup> Isso não escapou à atenção de Trevor-Roper, que começou a farejar algo de podre. “Ao chegar, constatei que a coisa toda fora orquestrada numa escala tão grandiosa (...) que percebi que (...), em termos financeiros, devia ter sido financiada por alguma organização governamental poderosa. Assim, presumi desde o início que, de um modo ou de outro, aquilo fora organizado pelo governo norte-americano. Isso me pareceu óbvio desde o começo.”<sup>24</sup> Anos depois, Tom Braden, da CIA, refletiu que bastava o simples bom senso para descobrir quem estava por trás do Congresso: “Temos que lembrar disso ao falarmos daqueles anos em que a Europa estava falida. Para obter dez centavos em qualquer lugar, provavelmente seria de alguma organização criminosa. *Não havia dinheiro nenhum*. Logo, era natural que eles se voltassem para os Estados Unidos em busca de dinheiro.”<sup>25</sup>

A Conferência encerrou-se em 29 de junho com um discurso dramático de Arthur Koestler, que gritou triunfalmente para uma multidão de 15 mil pessoas, reunidas sob um sol causticante no Funkturm Sporthalle: “Amigos, a liberdade partiu para a ofensiva!” Em seguida, leu em voz alta o Manifesto pela Liberdade, uma declaração de quatorze pontos oferecida como uma nova constituição para a liberdade cultural. Redigido por Koestler depois de uma reunião que durara a noite inteira na base de Lasky, no Hotel am Steinplatz, em Charlottenberg, o manifesto foi “impingido por ele, Burnham, Brown, Hook e Lasky, através de táticas ofensivas vigorosas, de modo que não deparou com praticamente nenhuma oposição”, de acordo com Mamaine Koestler.<sup>26</sup> Todavia, um artigo da declaração que expressava intolerância para com as idéias marxistas foi vigorosamente contestado pelo contingente britânico, que exigiu que a referência ofensiva fosse excluída. Em essência, os britânicos eram contrários à suposição que norteava os anticomunistas mais militantes da conferência — assim como guiava muitos formuladores da política externa norte-americana —, a de que os escritos de Marx e Lenin menos constituíam “uma filosofia política do que o manual de campo da estratégia soviética”.

Depois de incorporar as emendas britânicas, o manifesto foi adotado como a pedra angular moral e filosófica do Congresso pela Liberdade Cultural. Dirigido a “todos os homens determinados a recuperar as liberdades que

perderam e a preservar e ampliar aquelas de que gozam”, o documento declarava: “Consideramos evidente que a liberdade intelectual é um dos direitos inalienáveis do Homem (...). Essa liberdade é definida, antes e acima de tudo, por seu direito de ter e expressar opiniões próprias e, particularmente, opiniões que divirjam das de seus governantes. Privado do direito de dizer ‘não’, o Homem torna-se escravo.”<sup>27</sup> O manifesto considerava a liberdade e a paz “inseparáveis”, e advertia que “a paz só pode ser mantida quando cada governo se submete ao controle e à inspeção de seus atos pelo povo que ele governa”. Outros pontos enfatizavam que um dos pré-requisitos da liberdade era “a tolerância para com opiniões divergentes. O princípio da tolerância é um impedimento lógico da prática da intolerância”. Nenhuma “raça, nação, classe ou religião pode reivindicar o direito exclusivo de representar a idéia de liberdade, nem tampouco o direito de recusar a liberdade a outros grupos ou credos em nome de um ideal supremo, ou de qualquer objetivo altaneiro. Consideramos que a contribuição histórica de qualquer sociedade deve ser julgada pela extensão e qualidade da liberdade de que seus membros efetivamente desfrutam”. O manifesto denunciava ainda as restrições impostas à liberdade pelos Estados totalitários, cujos “meios de imposição ultrapassam em muito os de todas as tiranias anteriores na história da humanidade”. “A indiferença ou a neutralidade diante de tamanho desafio”, prosseguia, “equivale à traição da humanidade e à abdicação da mente livre.” O documento expressava o compromisso com “a defesa das liberdades existentes, a recuperação das liberdades perdidas” e (por insistência de Hugh Trevor-Roper) a “criação de novas liberdades (...) [para chegar a] respostas novas e construtivas para os problemas de nossa época”.<sup>28</sup>

Ali estava, de fato, um manifesto para ser lido nas barricadas. Koestler, um Robespierre moderno (embora seus dois guarda-costas norte-americanos pairassem nas imediações), entusiasmou-se com a ocasião. Aquele era o arcabouço com que julgar o compromisso dos indivíduos e instituições em relação à plena liberdade de expressão e ao fluxo desinibido de idéias e opiniões. Se tanto os comunistas quanto os fascistas haviam violado sistematicamente o princípio do *habeas corpus*, ali estava um juramento de resistir a qualquer ataque ao princípio do *habeas animam*. Esse documento era a prova de fogo da liberdade. Através dele, o próprio Congresso pela Liberdade Cultural se sustentaria ou desmoronaria.

Enquanto se encerrava a conferência, seus patrocinadores em Washington começaram a comemorar. Wisner ofereceu seus “mais calorosos parabéns” a todos os envolvidos. Por sua vez, foi parabenizado por seus patronos políticos. O general John Magruder, representante do Departamento de Defesa, elogiou o Congresso como “uma operação secreta sutil, executada no mais alto nível intelectual (...) uma guerra não convencional no que ela tem de melhor”. Informou-se que o próprio presidente Truman ficara “muito satisfeito”. Os funcionários da ocupação norte-americana na Alemanha sentiram que ele dera “um impulso palpável ao moral de Berlim Ocidental, mas acreditavam que seu efeito mais importante acabaria por se fazer sentir nos intelectuais do Ocidente, que tinham estado politicamente desgarrados desde 1945”. O Congresso pela Liberdade Cultural, afirmou um relatório, havia “efetivamente impellido vários líderes culturais proeminentes a abrirem mão de seu distanciamento sofisticado e contemplativo, em favor de uma postura firme contra o totalitarismo”.<sup>29</sup>

Talvez essa conclusão fosse um certo exagero, destinado a vender o Congresso aos estrategistas de alto nível do governo. Com certeza, Hugh Trevor-Roper e o contingente britânico ainda teriam que ser convencidos. Imediatamente ao retornar à Inglaterra, Trevor-Roper recebeu a notícia de que algumas autoridades do Departamento de Estado haviam se queixado com seus colegas do Ministério das Relações Exteriores britânico, dizendo que “seu homem estragou nosso Congresso”. Foi o bastante para confirmar as suspeitas de Trevor-Roper a respeito do papel do governo norte-americano no evento de Berlim. Mas revelou também a irritação oficial com a maneira como Trevor-Roper se conduzira. Josselson — e seus superiores na CIA — compreenderam que seria preciso fazer esforços renovados a fim de conquistar os intelectuais britânicos para seu projeto.

## 6

# “Operação Congresso”

Devemos fazer-nos ouvir pelo mundo afora numa grande campanha da verdade. Essa tarefa não é separada e distinta de outros componentes de nossa política externa.

Presidente Harry Truman, 1950

Apesar da hesitação de alguns delegados britânicos, Wisner convenceu-se de que a conferência de Berlim havia mais do que compensado o investimento. Embora seu futuro ainda fosse incerto, ela fora incluída no “Inventário de Bens de Propaganda” da CIA, uma lista oficial que documentava o número crescente de canais e indivíduos nos quais a Agência podia confiar. Conhecidos não oficialmente como o “Wurlitzer de Wisner”,\* esses “bens” revelavam, por seu apelido, a percepção que a Agência tinha de como se esperava que eles funcionassem: apertando um botão, Wisner poderia tocar qualquer música que quisesse ouvir.

Wisner retomou o problema de Melvin Lasky, cuja presença pavonesca em toda a conferência de Berlim tanto o havia enfurecido. Flagrantemente ignorada a sua ordem anterior de que Lasky fosse afastado do centro do palco,

---

\*Wurlitzer era a famosa marca dos órgãos fabricados pela Rudolph Wurlitzer Company, sobretudo no período de aproximadamente 1914-1940, instalados em teatros, cinemas, igrejas e outros locais públicos, e até em residências particulares. Chegavam a ter 482 chaves de timbre e 18 pedais, como o instalado na Woolworth’s Store, em Nice, na França. (N. da T.)

ele escreveu um memorando interno raivoso — “Congresso de Berlim pela Liberdade Cultural: Atividades de Melvin Lasky” —, no qual afirmou que a visibilidade de Lasky fora “um erro crasso, reconhecido como tal por nossos melhores amigos do Departamento de Estado (...). Ela deixa transparecer uma tendência lamentável, aparentemente mais arraigada do que eu esperava, a sucumbir à tentação da conveniência (fazer as coisas da maneira mais fácil), independentemente da segurança e de outras considerações técnicas de extrema importância”.<sup>1</sup> Wisner foi inequívoco: a menos que o voluntário Lasky fosse afastado do Congresso pela Liberdade Cultural, a CIA não continuaria a apoiar a organização.

O memorando de Wisner foi telegrafado para a Alemanha. “O funcionário do OPC que o recebeu teve uma explosão e telegrafou de volta, mandando um protesto histriônico, mas não havia nada a fazer. Lasky teria que sair, e o OPC concebeu um modo de afastá-lo do projeto.”<sup>2</sup> Há duas explicações possíveis para isso: ou Lasky tinha algum tipo de relação com o OPC e, por conseguinte, era um verdadeiro risco para a segurança, já que se recusava a ser discreto; ou, como sempre afirmou, era um agente independente, em cujo caso seu afastamento representou a primeira de muitas táticas violentas similares por parte da CIA. A autoridade do OPC encarregada do afastamento de Lasky foi Michael Josselson, cuja tendência a explodir, ao ser provocado, viria a lhe custar caro no futuro. Lasky e Josselson já haviam estabelecido o vínculo sólido que, tempos depois, os observadores constataram ser impossível romper. É difícil penetrar na psicologia desse relacionamento: a influência de Lasky sobre Josselson, que era seu superior em todos os aspectos, era singular. “Às vezes Josselson se irritava com a surdez deliberada de Lasky”, escreveu um integrante do círculo íntimo do Congresso. “De vez em quando, exasperava-se com a incapacidade de Lasky de imaginar as conseqüências de suas palavras e atos, mas, ao mesmo tempo, olhava-o com uma admiração indulgente, ou até com deslumbramento.”<sup>3</sup> Para alguns, o poder de Lasky sobre Josselson tinha um traço edipiano. “Josselson adorava Lasky como o filho que nunca tivera. Sempre o defendeu”,<sup>4</sup> recordou Natasha Spender. Lasky objetava a essa alcunha, preferindo descrever a relação como “fraterna”.<sup>5</sup> Como quer que fosse, Josselson não tardou a perceber que sua defesa teatral de Lasky era uma estratégia ruim. Assim, concordou com a exigência de Wisner de que ele fosse oficialmente afastado do projeto. Oficiosamente,

Lasky continuaria a ser o assessor mais próximo de Josselson durante toda a vida do Congresso. E outras recompensas se seguiriam.

Com Lasky aparentemente afastado, Wisner tratou de estabelecer o Congresso pela Liberdade Cultural como uma entidade permanente. Sua continuidade foi aprovada pela Diretoria de Revisão de Projetos do Escritório de Coordenação Política, no começo de 1950, e recebeu o codinome de QKOPERA.<sup>6</sup> Uma das primeiras decisões de Wisner foi transferir de Berlim para Paris a base de operações do Congresso. Havia poderosas razões simbólicas para deixar a entidade em Berlim, mas, por outro lado, considerou-se que ela seria um risco grande demais para a segurança e muito vulnerável à infiltração.

Wisner ofereceu a Josselson a tarefa de dirigir o Congresso para a CIA, subordinado a Lawrence de Neufville, que deveria supervisioná-lo do escritório francês de trabalho da Agência. Os dois aceitaram, demitindo-se de seus respectivos cargos de fachada no governo norte-americano de ocupação na Alemanha, mas levando consigo seus codinomes, “Jonathan F. Saba” (Josselson) e “Jonathan Gearing” (Neufville). Em seguida, Wisner associou Irving Brown ao Congresso, nomeando-o como um dos membros-chave do comitê organizador dos trabalhos que fora formado logo depois da conferência em Berlim. “Mais útil do que todos os Koestlers e Silones juntos”, Brown foi descrito certa vez como um “OSS de um homem só” e “um personagem saído de um romance de E. Phillips Oppenheim”. Trabalhava para Jay Lovestone, um ex-delegado do Komintern que, na época, chefiava o contato secreto da CIA com o movimento trabalhista norte-americano. Brown era extremamente habilidoso na busca de objetivos através de vias clandestinas, e estivera na lista de preferências de George Kennan, em 1948, como candidato à chefia do OPC, cargo que acabou cabendo a Frank Wisner.<sup>7</sup> “Creio que *nunca* vi Irving [Brown] com um níquel que não pertencesse à CIA”, recordou-se Tom Braden, que logo assumiria o comando do QKOPERA. “Ele costumava dizer que o dinheiro era dos sindicatos trabalhistas. Era um bom disfarce. Brown era o encarregado dos pagamentos, mas gostava de participar do planejamento das operações. Era um sujeito inteligente, com um vasto círculo de relações.”<sup>8</sup>

Também nomeado para o comitê organizador dos trabalhos foi James Burnham. Presença constante nos círculos do serviço secreto e da formula-

ção das políticas, Burnham era considerado indispensável para o sucesso do Congresso, um contato vital entre a intelectualidade e o escritório de Wisner. “Burnham era consultor do OPC em praticamente todos os assuntos de interesse de nossa organização”, escreveu Howard Hunt, o homem dos golpes baixos da CIA, que despontou, tempos depois, como um dos “bombeiros” de Watergate. “Ele tinha inúmeros contatos na Europa e, graças a seus antecedentes trotskistas, era uma espécie de autoridade em matéria dos partidos comunistas e organizações de fachada, internos e estrangeiros.”<sup>9</sup>

Mas nem todos gostavam dos “antecedentes trotskistas” de Burnham. De acordo com Miles Copeland, um executivo da CIA, a princípio houve “uma certa inquietação a respeito do flerte de Burnham com a ‘extrema esquerda’ (afinal, ele não estivera numa espécie de ‘célula’ que incluía Sidney Hook, Irving Kristol e Daniel Bell?), mas tudo ficou acertado quando alguém se lembrou [de um] comentário no sentido de que, se Jim fosse um comunista sério, ter-se-ia filiado ao Partido, em vez de ser um mero trotskista. Além disso, como alguém que estivera na extrema esquerda e dera uma guinada para a extrema direita, ele estava em boa companhia no plantel de consultores permanentes da CIA”. Descrevendo Burnham como “cem por cento capitalista e imperialista, adepto da mamãe, da torta de maçã, do beisebol, da farmácia da esquina e (...) da democracia de estilo norte-americano”, Miles Copeland disse haver aprendido com ele o seguinte princípio: “A primeira tarefa de qualquer grupo governante é manter-se no poder.”<sup>10</sup> Um combatente da Guerra Fria referiu-se a ele como “um expoente muito articulado do ministério dos golpes baixos”.<sup>11</sup> No começo de 1953, Burnham viria a desempenhar um papel crucial na Operação AJAX, da CIA, que tirou do poder o Dr. Mossadegh, em Teerã, e o substituiu pelo xá. Wisner havia decidido que o projeto era tosco demais e precisava de “um toque maquiavélico”, com o que se referia a uma aula de história recebida de Burnham. Em seu livro *The Machiavellians* (que se tornou um manual dos estrategistas da CIA), Burnham usou, além de Maquiavel, as idéias de grandes pensadores europeus modernistas — Mosca, Pareto, Michels e Sorel — para “questionar a teoria política igualitária e mostrar a persistência e a inevitabilidade do governo pela elite, mesmo em épocas de igualdade”. Uma velha conhecida de Burnham disse, certa vez, que a única ocasião em que o viu manifestar algum entusiasmo intelectual verdadeiro foi ao falar de Maquiavel.<sup>12</sup>

Ao lado de Irving Brown, Josselson, Neufville e Lasky (que não se deixou abater por sua demissão anterior), Burnham empenhou-se em dar ao Congresso pela Liberdade Cultural uma base permanente. Reunido em Bruxelas no fim de novembro de 1950, o comitê organizador concebeu uma estrutura funcional para a organização, trabalhando a partir de um documento redigido por Lasky em julho. Entre os presentes estavam Ignazio Silone, Carlo Schmid (líder dos socialistas no Parlamento alemão), o sociólogo judeu Eugene Kogon, Haakon Lie (líder do Partido Trabalhista norueguês), Julian Amery (deputado britânico), Josef Czapski (escritor e pintor polonês), David Rousset, Irving Brown e Nicolas Nabokov.

Em essência, a estrutura esboçada por Lasky foi a adotada: nomeou-se um Comitê Internacional composto de 25 membros, bem como cinco presidentes honorários. Para guiar suas atividades havia um Comitê Executivo de cinco pessoas — diretor executivo, diretor editorial, diretor de pesquisas, diretor do escritório de Paris e diretor do escritório de Berlim —, o qual, por sua vez, deveria ser controlado pelo secretário-geral. No diagrama de Lasky, essa estrutura parecia uma imagem especular de um aparelho do Kominform. “Eles tinham nomes exatamente como os do Partido Comunista”, observou um historiador. “A CIA instalou essas bases culturais como as organizações de fachada do Partido Comunista, inclusive tendo o sigilo em seu cerne. Elas realmente se comunicavam.”<sup>13</sup> Em tom de pilhéria, Nicolas Nabokov referiu-se certa vez ao corpo dirigente do Congresso como “nossos Rapazes do Polit Bureau”.\*

Na reunião de novembro também se discutiu um relatório de Arthur Koestler, intitulado “Tarefas Imediatas para o Período de Transição”. Nele, Koestler resumiu as “tarefas técnicas” que precisariam ser realizadas para dar seguimento à conferência de Berlim. Sob o cabeçalho “Campanha Política no Ocidente”, Koestler, que fora repetidamente esnobado pelos neutralistas na conferência de Berlim, escreveu: “Nosso objetivo é trazer para o nosso lado aqueles que ainda hesitam, anular a influência dos Joliot-Curies, de um lado, e de neutralistas culturais como *Les Temps modernes*, de outro.”<sup>14</sup>

Contestar a base intelectual do neutralismo era um dos objetivos principais da política norte-americana da Guerra Fria, e foi então adotada como a

---

\*Num trocadilho entre “escritório político” e Politburo. (N. da T.)



“linha” oficial do Congresso. Donald Jameson, da CIA, explicou: “Havia uma preocupação especial com os que diziam ‘bem, o Leste é o Leste e o Oeste é o Oeste, e ao diabo com os dois’. [Tentávamos] deslocá-los ao menos um pouquinho para o lado ocidental das coisas. Havia muita gente que achava que a neutralidade (...) era uma posição já comprometida. Era uma atitude que se tinha a esperança de que diminuísse. Por outro lado, no entanto, creio que havia um reconhecimento geral de que também não convinha pular na neutralidade de alguém e dizer ‘você também não presta, é igual aos comunistas’, porque isso empurraria as pessoas para a esquerda, o que certamente não era desejável. Mas os neutros eram um alvo, com certeza.”<sup>15</sup>

Koestler também se havia transformado num alvo. Seu documento foi discutido pelo comitê organizador à sua revelia. Ele nem sequer fazia parte desse órgão. Sua intolerância para com a divergência, sua raiva irracional e sua afirmação arrogante da própria genialidade haviam convencido Washington de que Koestler era mais um risco do que um trunfo. Desde a conferência de junho, ele vinha fazendo reuniões regulares em casa, em Verte Rive, com Burnham, Brown, Raymond Aron, Lasky e outros integrantes do “círculo íntimo”. No dizer de Mamaine, ficara “realmente obcecado com o Congresso” e “mal conseguia dormir”. Essas reuniões não passaram despercebidas. Em agosto de 1950, o semanário comunista francês *L'Action* chegou à imaginativa conclusão de que Koestler estava planejando, com Burnham e Brown, uma milícia terrorista sediada em sua casa.

Josselson convenceu-se então de que o tom moderado era essencial para que o Congresso pela Liberdade Cultural viesse a consumir uma de suas principais tarefas: conquistar os hesitantes. A reação dos superiores foi autorizar o afastamento de Koestler de sua posição central na organização. Assim, o homem que havia redigido o Manifesto pela Liberdade Cultural foi posto para fora. O parágrafo 3 do manifesto afirmava: “A paz só pode ser mantida quando cada governo se submete ao controle e à inspeção de seus atos pelo povo que ele governa.”<sup>16</sup> A CIA, ao marginalizar Koestler e dirigir em sigilo o que viria a se transformar na maior dessas aglomerações de intelectuais e “livres-pensadores”, agiu, efetivamente, violando a própria declaração de direitos pela qual havia pago. Para promover a liberdade de expressão, primeiro a Agência teve de comprá-la e depois restringi-la. O mercado das idéias não era tão livre quanto parecia. Para Koestler, essa foi

uma traição devastadora. Ele sofreu uma espécie de “colapso nervoso”, tomou um avião para os Estados Unidos e ficou observando, amargurado, o Congresso pela Liberdade Cultural se distanciar de suas idéias.

Arthur Schlesinger era outro contato valioso para o Congresso. Fazia parte do que Stuart Hampshire, Isaiah Berlin e Stephen Spender apelidaram de “o aparelho, o grupo controlador”. Escrevendo para dar os parabéns a Irving Brown depois da conferência de Berlim, Schlesinger observou, entusiasmado: “Creio que podemos ter aí um instrumento imensamente poderoso de guerra política e intelectual.”<sup>17</sup> Schlesinger entendia um pouco do assunto, graças a seu trabalho durante a guerra no Escritório de Serviços Estratégicos (OSS), onde fora alocado no departamento de Pesquisa e Análise, que havia granjeado o apelido de “*campus*”, em virtude de sua aura acadêmica.

Schlesinger mantivera um estreito contato com o “clube” exclusivo dos veteranos do OSS, muitos dos quais, inclusive ele próprio, depois se tornaram estadistas ilustres e assessores presidenciais. Conhecia Allen Dulles, que, em 1950, convidou-o a participar do Comitê Executivo da Rádio Europa Livre, criado naquele ano pela CIA (cuja participação foi encoberta do público por sua organização de fachada, o Comitê Nacional por uma Europa Livre). Schlesinger também ganhara experiência com operações secretas ao trabalhar como assistente de Averell Harriman, diretor do Plano Marshall na Europa. “Havia um sentimento geral de que a União Soviética estava gastando muito dinheiro na organização de seus intelectuais, e tínhamos que fazer alguma coisa para responder a isso”,<sup>18</sup> recordou Schlesinger. Quando subordinado a Harriman, ele se envolvia na distribuição secreta de fundos de contrapartida a sindicatos europeus, negociando freqüentemente com Irving Brown.

O relacionamento de Schlesinger com Brown foi então consolidado pelo segredo mútuo que os dois compartilhavam. É que Schlesinger fez parte do punhado de pessoas não pertencentes à Agência que sabiam desde o início das verdadeiras origens do Congresso pela Liberdade Cultural. “Por minhas ligações com o serviço secreto, eu sabia que a reunião original do Congresso em Berlim fora paga pela CIA”, reconheceu Schlesinger, tempos depois. “Não parecia insensato ajudar as pessoas que estavam do nosso lado. De todos os gastos da CIA, o Congresso pela Liberdade Cultural afigurou-se o mais meritório e o mais bem-sucedido.”<sup>19</sup>

Uma das primeiras tarefas de Schlesinger foi convencer Bertrand Russell, um dos patronos honorários do Congresso, a não pedir demissão. Era o que o filósofo tinha ameaçado fazer, depois de ler as “reportagens maliciosas” de Hugh Trevor-Roper no *Manchester Guardian*, que haviam descrito os acontecimentos de Berlim como algo incomodamente próximo de um comício nazista. Ao visitar Russell em Londres com Koestler, em 20 de setembro de 1950, Schlesinger ouviu o britânico dizer-se alarmado com o relatório de Trevor-Roper (que A. J. Ayer havia endossado), e ouviu sua decisão subsequente de se afastar. Russell pareceu tratar Koestler com frieza (certa vez, o filósofo assediara Mamaine Koestler, e um resíduo de rivalidade sexual entre os dois continuava a prejudicar a amizade), mas acabou aceitando os argumentos dele e de Schlesinger.

Bertrand Russell, matemático e filósofo de renome mundial, estava em toda parte em 1950, ano em que lhe foram conferidos a Ordem do Mérito britânica e o Prêmio Nobel. Conhecera e não gostara de Lenin: “A gargalhada dele ao lembrar dos que foram massacrados enregelou-me o sangue (...). Minhas recordações mais vívidas eram de fanatismo e de uma crueldade mongólica.” Russell havia estarecido seus admiradores em 1948, ao sugerir, num discurso no salão principal bombardeado da Westminster School, que se ameaçasse Stalin com a bomba atômica.<sup>20</sup> Na época, ele era “violentamente anticomunista [e] insistiu em que, do nosso lado, a força militar e o rearmamento tinham precedência sobre *todas* as outras questões”.<sup>21</sup> Russell também era valorizado pelo Departamento de Pesquisa de Informações [IRD], de onde ficava contente em receber “umas noticiuzinhas saborosas de vez em quando”. Mas, se nessa época Russell tinha sido um “falcão”, em meados da década de 1950 ele exortava ao desarmamento nuclear (“Seu traseiro aristocrático sentou-se / nas pedras do calçamento de Londres / com rainhas e comunistas”, escreveu um poeta).<sup>22</sup> Sua política parecia mudar conforme o vento, e ele viria a causar muitas dores de cabeça ao Congresso e aos patrocinadores norte-americanos ao longo dos anos em que foi um de seus patronos, até finalmente pedir demissão, em 1956. De momento, no entanto, seu nome acrescentava brilho à organização e satisfazia o que alguns identificavam como a fraqueza de Josselson pelo talismã da celebridade.

Tal como Russell, todos os outros presidentes honorários foram filósofos, e todos eram “representativos da recém-nascida ‘mentalidade euro-ameri-

cana”<sup>23</sup>. Benedetto Croce era um conservador político e monarquista que não tinha tempo para o socialismo nem para a religião constituída (seus livros entraram na lista do Índice de Livros Proibidos do Vaticano). Já então na casa dos oitenta, era reverenciado na Itália como o pai eloqüente do antifascismo, um homem que desafiara abertamente o despotismo de Mussolini e que fora adotado como líder moral da resistência. Fora também um contato valioso para William Donovan, às vésperas dos desembarques aliados na Itália. Croce morreu em 1952 e foi substituído por Don Salvador de Madariaga, que também tinha estreitas ligações com Donovan através do Movimento Europeu. John Dewey, que havia chefiado o Comitê de Defesa de Leon Trotsky, representava o liberalismo pragmático norte-americano. Karl Jaspers, o existencialista alemão, tinha sido um crítico implacável do Terceiro Reich. Como cristão, certa vez desafiara publicamente Jean-Paul Sartre a declarar se aceitava ou não os Dez Mandamentos. Jacques Maritain, humanista católico liberal, era um herói da resistência francesa. Era também amigo íntimo de Nicolas Nabokov. Isaiah Berlin foi procurado para se juntar a esse leque de patronos filósofos, mas recusou o convite, sob a alegação de que esse apoio público a um movimento anticomunista poria em perigo seus parentes no Leste Europeu. Entretanto prometeu apoiar o Congresso da forma modesta que lhe fosse possível. Segundo a lembrança de Lawrence de Neufville, Berlin fez isso sabendo que o Congresso era secretamente financiado pela CIA. “Ele sabia do nosso envolvimento”, disse Neufville. “Não sei quem lhe contou, mas imagino que tenha sido um de seus amigos de Washington.”<sup>24</sup>

Como acontece com todas as organizações de profissionais liberais, os primeiros tempos foram marcados por mudanças constantes nas fileiras, à medida que os membros competiam pelos cargos. Denis de Rougemont, que nunca fora comunista e vinha da neutra Suíça, foi nomeado presidente do Comitê Executivo. Autor de *O amor e o Ocidente*,\* Rougemont vinha da esquerda não marxista e antifascista. Depois da guerra, fora locutor da “Voz da América” e trabalhara de perto com François Bondy na União Européia de Federalistas, cujas metas continuaria a perseguir com a assistência secreta

---

\**O amor e o Ocidente*, trad. Paulo Brandi e Ethel Brandi Cachapuz, Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. (N. da T.)

da CIA (da qual, disse posteriormente, não tinha conhecimento), a partir de seu Centre Européen de la Culture [Centro Europeu da Cultura], sediado em Genebra (que existe até hoje).

Para o cargo de secretário-geral, Josselson pressionou com afinco por seu candidato favorito, Nicolas Nabokov, que, embora não o soubesse, fizera um teste para um papel principal, ao declamar na conferência de Berlim: “A partir deste Congresso, devemos construir uma organização para a guerra. Devemos ter um comitê permanente. Devemos certificar-nos de que ele convoque todas as personalidades, todas as organizações combatentes e todos os métodos de luta, com vista à ação. Se não o fizermos, mais cedo ou mais tarde todos seremos enforcados. Faz muito tempo que é chegada a hora.”<sup>25</sup> Nabokov foi devidamente eleito para o cargo.

Além de seu velho amigo Josselson, Nicolas Nabokov tinha protetores poderosos. Havia Chip Bohlen, “o norte-americano puro-sangue” que fizera da América “um verdadeiro lar” para Nabokov no início da década de 1940, e que continuaria a ser, nas palavras do compositor, “meu modelo, minha fonte de orientação e, muitas vezes, meu consolador”. E havia George Kennan, que ficara muito constrangido, numa ocasião anterior, quando uma solicitação de emprego no governo fora recusada a Nabokov. O nome deste também figurava numa lista ultra-secreta do pessoal da guerra psicológica que era recomendado para emprego em cargos-chave, e que foi posta em circulação pelo Gabinete do Ministério do Exército em 1950.<sup>26</sup> Essa combinação de protetores políticos poderosos garantiu que a aprovação de Nabokov não fosse barrada pela segurança, como tinha acontecido alguns anos antes.

Irving Brown, o homem das finanças, propôs seis mil dólares a Nabokov. Este, com dois filhos pequenos em idade escolar e recebendo, na época, um salário de oito mil dólares como professor no Conservatório Peabody e no Colégio Sarah Lawrence, disse que precisava de um valor maior: “Não se esqueça de que esse cargo envolverá despesas de representação. Não tenciono fazer recepções, mas terei que ver muitas pessoas, adulá-las, convidá-las para almoços e jantares etc. etc.”<sup>27</sup> Na verdade, Nabokov adorava dar festas e, nos dezesseis anos seguintes, ofereceria muitas recepções suntuosas à custa da CIA. De momento, porém, a questão de seu salário ficou pendente. Irving Brown, que tinha acesso a uma caixinha gigantesca, tinha também muitos outros interesses. Embora fosse um defensor vigoroso do Congresso,

sua inclinação natural era por gastar o dinheiro disponível financiando a Force Ouvrière, apoiada pela CIA, em suas tentativas de desarticular os sindicatos de estivadores comunistas em Marselha, onde os suprimentos do Plano Marshall e os carregamentos de armas norte-americanas vinham sendo bloqueados diariamente. A questão foi resolvida quando James Burnham entrou no circuito, em janeiro de 1951, com a promessa de melhorar o salário de Nabokov. “Outros arranjos para me compensar pela perda considerável de renda serão feitos aqui e não aparecerão nos livros da operação na Europa”,<sup>28</sup> disse Nabokov a Brown, aparentemente sem se deixar perturbar pela relação flexível que Burnham mantinha com a contabilidade. Durante o primeiro ano, mais ou menos, Burnham praticamente “bancou” Nabokov.

Decidiu-se que Lasky permaneceria em Berlim, cuidando da edição de *Der Monat*, cujo escritório tornou-se a sede da filial alemã do Congresso. Josselson e Neufville se mudariam para Paris e lá chefiariam o escritório central, mantendo contato com Irving Brown, que foi instruído a alugar e mobiliar uma residência adequada. Quando se preparavam para deixar a Alemanha, Josselson e Neufville souberam de uma novidade empolgante na sede da CIA, em Washington: Allen Dulles acabara de se ligar à Agência, e levava consigo um assistente chamado Tom Braden. As coisas iam mudar.

Allen Dulles ingressou na CIA em dezembro de 1950, como subdiretor de operações. Era um cargo de alcance imenso, que lhe atribuía a responsabilidade de colher informações e supervisionar a divisão de Frank Wisner, o Escritório de Coordenação Política. Um de seus primeiros atos foi recrutar Tom Braden, um dos mais arrojados dirigentes do OSS, homem que cultivara muitos contatos de alto nível desde sua volta à vida civil. Esguio, alourado e de feições bonitas e marcantes, Braden parecia uma mistura de John Wayne, Gary Cooper e Frank Sinatra. Nascido em 1918 em Dubuque, no estado de Iowa, Braden era filho de um corretor de seguros e sua mãe escrevia novelas românticas. Ela o ensinou a apreciar as obras de Ring Lardner, Robert Frost e Ernest Hemingway. Braden formou-se em Ciência Política em Dartmouth, em 1940, e ficou tão empolgado com a eclosão da guerra que se alistou no exército britânico. Foi designado para o 8º Exército, 7ª Divisão de Blindados — os famosos Ratos do Deserto —, onde se tornou o melhor amigo de Stewart Alsop. Os dois se ligariam ao OSS, descendo de pára-quedas na França ocupada para lutar nos bosques ao lado da resistência, dominada pelos co-

munistas. Depois da guerra, Braden e Alsop foram co-autores de um livro, *Sub Rosa: The OSS and American Espionage*, no qual descreveram o OSS como um órgão que proporcionava a seus integrantes “oportunidades para as mais incríveis aventuras já registradas em qualquer guerra, desde a do rei Arthur”.

Ao retornar à vida civil, Braden passou os anos seguintes fazendo campanha por um serviço permanente de informações. No fim de 1950, Allen Dulles lhe telefonou e o convidou para ser seu assistente na CIA. Braden aceitou. Recebendo o codinome “Homer D. Hoskins”, a princípio ele ficou sem ocupação definida, nominalmente designado para o OPC de Wisner, mas, na realidade, trabalhando diretamente com Dulles. Em poucos meses, havia adquirido um conhecimento íntimo da ofensiva de propaganda comunista e uma aprovação com restrições da resposta norte-americana. “Como é estranho, pensava eu comigo mesmo, ao observar tal contraste, que os comunistas, que têm medo de se ligar ao que quer que seja, fora o Partido Comunista, ganhem aliados em massa com a guerra organizacional, enquanto nós, norte-americanos, que nos ligamos a tudo, ficamos aqui sentados, mudos.”<sup>29</sup>

William Colby, um futuro diretor da CIA, chegou à mesma conclusão: “Os comunistas não faziam segredo de sua confiança no que chamavam de ‘a arma organizacional’: organizar o Partido como tropa fundamental de comando, mas, além disso, organizar todas as outras frentes — os grupos de mulheres, os grupos culturais, os sindicatos, os grupos de agricultores, as cooperativas, toda uma panóplia de organizações — para poder incluir nesses grupos o maior número possível de pessoas e, dessa maneira, colocá-las basicamente sob a liderança e até a disciplina comunista.”<sup>30</sup>

“Se o outro lado pode usar idéias camufladas como próprias, em vez de apoiadas ou estimuladas pelos soviéticos, devemos ser capazes de usar idéias camufladas como idéias próprias”, ponderou Braden.<sup>31</sup> Um exame superficial da OPC de Wisner convenceu-o de que esse órgão estava sobrecarregado com projetos aos quais faltava um foco central. Um funcionário da CIA o descreveu como um “monte de ferro velho operacional”. “Havia uma Seção de Organizações Internacionais, mas ela era um misto de pequenas tarefas que a Agência tinha em toda parte, e totalmente sem importância”, lembrou Braden. “Procurei Al [Allen Dulles] e disse: ‘Por que não fundimos tudo isso numa única divisão?’ Talvez Al tivesse a esperança de que eu propusesse algo dessa natureza.”<sup>32</sup>

Enquanto Dulles ficou entusiasmado, a proposta de Braden foi recebida com consternação pelos integrantes da CIA que achavam que as operações secretas significavam organizar a derrubada de líderes estrangeiros “inamistosos”, como Jacobo Arbenz. Se metade da Agência recém-criada era composta de acadêmicos (já era conhecida como “o *campus*”), ela também era composta, na outra metade, de policiais e ladrões. Ao lado dos ex-alunos de Yale que fumavam cachimbos, havia aquelas pessoas, no dizer de Braden, que não tinham compreendido que a guerra havia terminado. Perigosamente obstinadas, seu raciocínio identificava-se com o de homens como o general MacArthur, que queria alongar a guerra da Coréia bombardeando a Manchúria, ou como o ministro da Marinha, que, em 1950, havia exortado o mundo a se preparar para outra conflagração mundial. “Eu estava muito mais interessado nas *idéias* que vinham sendo bombardeadas pelos comunistas do que em explodir a Guatemala”, explicou Braden. “Eu era um sujeito mais ‘intelectual’ do que de pôr as mãos na massa.”<sup>33</sup>

O chefe da divisão de Braden tentou barrar sua proposta, alegando que ela “desrespeitava linhas divisórias”, o que foi uma manobra burocrática de mesquinhez monumental. Seguiu-se uma “briga dos diabos”, que Braden perdeu. Ato contínuo, ele foi ao escritório de Dulles e pediu demissão. Furioso, Dulles pegou o telefone e ligou para Frank Wisner. “Que diabo está acontecendo?” indagou. “Allen caiu em cima do Wisner”, recordou-se Braden. “Tomou inteiramente o meu partido. E foi assim que vim a criar a Divisão de Organizações Internacionais, subordinada ao DDP\* [subdiretor de planejamento], que era Wisner. Mas eu não dava muita bola para o Wisner; simplesmente passava por cima dele e ia direto ao Allen. Eu tinha que manejar isso com cuidado, porque Frank era supostamente meu superior.”<sup>34</sup>

A formação dessa nova divisão (que recebeu a sigla IOD) coincidiu com uma nova diretriz do Conselho de Segurança Nacional, a NSC-68, e teve suas atividades sancionadas por ela. Redigida em março de 1950 pelo novo diretor da Diretoria de Planejamento Político, Paul Nitze (que havia substituído Kennan), a NSC-68 tornou-se “o símbolo documental supremo da Guerra Fria” e se baseou no pressuposto de um monólito comunista cujo espírito norteador residia no Kremlin.<sup>35</sup> A diretriz concluiu que “considera-

---

\*Sigla de Deputy Director of Plans. (N. da T.)



ções de ordem prática e ideológica (...) impelem-nos à conclusão de que não temos alternativa senão demonstrar a superioridade da idéia de liberdade por sua aplicação construtiva”. “A verdade também precisa de propaganda”, declarou em época recente o filósofo Karl Jaspers. Ali estava uma autorização para que os combatentes norte-americanos da Guerra Fria adotassem medidas “construtivas”, para garantir que a verdade triunfasse sobre a falsidade. A previsão orçamentária estipulada pela NSC-68 revelou a importância então conferida a essa tarefa: nos dois anos seguintes, os 34 milhões de dólares gastos na guerra psicológica em 1950 seriam quadruplicados.

“Na disputa pelas mentes humanas, a verdade pode ser peculiarmente a arma norte-americana”, anunciou o secretário de Estado Edward Barrett. “Ela não pode ser uma arma isolada, porque a propaganda da verdade só é poderosa quando se liga a ações e políticas concretas (...) uma campanha sumamente habilidosa e substancial pela verdade é tão indispensável quanto uma força aérea.”<sup>36</sup> A verdade, assim como o século, deveria pertencer à América. Se esta tivesse que usar de subterfúgios para promover a verdade, que assim fosse. Era o que Koestler chamava de “lutar contra uma mentira completa em nome de uma meia verdade”.

“O objetivo da IOD”, disse Braden, “era unir os intelectuais contra o que vinha sendo oferecido na União Soviética. A idéia de que o mundo sucumbiria a uma espécie de conceito fascista ou stalinista da arte, da literatura e da música [era] uma perspectiva apavorante. Queríamos unir todas as pessoas que fossem pintores, escritores, músicos e todas as pessoas que os acompanhavam, para demonstrar que o Ocidente e os Estados Unidos eram devotos da liberdade de expressão e das realizações intelectuais, sem nenhuma barreira rígida *quanto ao que se deve escrever e ao que se deve dizer e ao que se deve fazer e ao que se deve pintar* [grifos de Braden], que era o que vinha acontecendo na União Soviética. Acho que o fizemos de uma forma danada de boa.”<sup>37</sup>

A IOD funcionava segundo os mesmos princípios que norteavam a administração da esquerda não comunista por Wisner. O propósito de apoiar grupos esquerdistas não era destruir nem dominar, mas manter uma proximidade discreta desses grupos e monitorar seu pensamento; proporcionar-lhes um meio de expressão, para que eles pudessem desabafar; e, *in extremis*, exercer um veto final sobre sua publicidade e, possivelmente, sobre seus atos, caso eles viessem a ser “radicais” em demasia. Braden enviou instruções cla-

ras aos ocupantes dos postos recém-criados da IOD na Europa: “Restrinjam o dinheiro a valores que possam ser crivelmente gastos por organizações privadas; disfarcem a extensão do interesse norte-americano; protejam a integridade da organização, não exigindo que ela apóie todos os aspectos da política norte-americana oficial.”<sup>38</sup>

A nova divisão de Braden foi criada para fornecer uma base institucional melhor a entidades como o Congresso pela Liberdade Cultural, e foi a Braden que os administradores deste passaram a ficar subordinados. Os verdadeiros objetivos do Congresso foram esclarecidos. Ele não deveria ser um centro de agitação, mas uma cabeça-de-ponte na Europa ocidental, a partir da qual fosse possível deter o avanço das idéias comunistas. Deveria engajar-se numa campanha ampla e coesa de pressão de pares, a fim de persuadir os intelectuais a se desvincularem das frentes comunistas ou de organizações simpatizantes. Deveria estimular a intelectualidade a elaborar teses e argumentos que se dirigissem não a um público de massa, mas à pequena elite de grupos de pressão e estadistas que, por sua vez, determinavam as políticas de governo. Não deveria ser uma fonte de coleta de informações, e os agentes de outras divisões da CIA foram advertidos a não tentar usá-la como tal. O Congresso deveria dar apoio “independente” aos objetivos da política externa norte-americana que buscassem promover a união da Europa (através da participação na OTAN e no Movimento Europeu, o último dos quais era substancialmente financiado pela CIA), o que incluía a reunificação da Alemanha. Deveria agir como um emissário das realizações da cultura norte-americana, e trabalhar no sentido de solapar os estereótipos negativos que prevaleciam na Europa, especialmente na França, sobre o que era percebido como a aridez cultural da América. E deveria responder às críticas negativas sobre outros aspectos da democracia norte-americana, inclusive seu histórico de direitos civis.

Todas as pessoas escolhidas pelo comitê organizador para animar o novo Congresso, já consolidado, foram submetidas a verificações de segurança, assim como aconteceu com as que passaram a ter um estreito envolvimento com o “aparelho” de controle e com todos os futuros empregados do Congresso. Pela CIA, havia Michael Josselson e Lawrence de Neufville. Suas necessidades eram atendidas por um agente especialmente designado, que, durante um período de acompanhamento de três anos, fazia a ligação com um equivalente do mesmo nível em Washington, o qual, por sua vez, era

subordinado a um chefe de departamento da IOD. O chefe do Departamento Três cuidava do Congresso. Ele era subordinado ao subchefe de divisão da IOD e ao chefe de divisão (Braden). À medida que o Congresso foi crescendo, vários outros membros do pessoal da Agência foram designados para cuidar de suas finanças e suas atividades. Longe de ser o que Koestler imaginara inicialmente como uma “operação pequena e sem recursos, como a de Willi Munzenberg”, com “pouco dinheiro, pessoal escasso e nenhum Kominform a nos respaldar”,<sup>39</sup> o Congresso tornara-se um “trunfo” de uma das divisões que cresciam mais depressa dentro da CIA.<sup>40</sup>

Fiel a seu estilo, Braden resolveu dirigir a operação QKOPERA “fora das fileiras” e, com isso em mente, instruiu Neufville a não dizer nada sobre suas atividades ao homem de Wisner que dirigia o escritório francês, Robert Thayer. Passando por cima de Braden, Allen Dulles disse a Neufville, numa conversa privada, que ele devia “ficar no encalço de Irving Brown e descobrir o que ele estava fazendo”, embora Neufville não tardasse a lhe informar que isso “era quase impossível, porque [Brown] dirigia a operação como se fosse dele, e nunca falava muito do que fazia”.<sup>41</sup> Como não é de surpreender, Dulles, Wisner e Braden nunca tiveram reputação de bons administradores.

Josselson e Neufville não tardaram a montar o escritório de Paris e a pôr em ordem o “serviço doméstico”, jargão da Agência para designar as providências internas que eram comuns a todas as atividades de fachada. Enquanto eles cuidavam das instalações e do mobiliário, Nabokov chegou para assumir seu novo cargo de secretário-geral, mudando-se de Nova York com Patrícia Blake para um pequeno apartamento na Rue d’Assas, de frente para o Jardim de Luxemburgo. “Não havia nenhum precedente moderno, nenhum modelo no mundo ocidental”, escreveu ele sobre a organização que havia passado a representar. “Até então, nunca se havia tentado mobilizar intelectuais e artistas em escala mundial, a fim de travar uma guerra ideológica contra opressores da mente, ou de defender o que era designado pela surrada expressão ‘nossa herança cultural’. Esse tipo de guerra ideológica, até aquele momento, fora apanágio dos stalinistas e dos nazistas (...). Conduzir uma guerra racional, fria e resolutamente cerebral contra o stalinismo, sem cair na armadilha maniqueísta simplória da falsa proibidade, parecia-me essencial, especialmente numa época em que, nos Estados Unidos, essa guerra ideológica vinha-se tornando histrioticamente histórica e cruzadisticamente paranóica.”<sup>42</sup>

Com o vigor e o entusiasmo que raramente o abandonavam, Nabokov lançou-se em sua nova carreira de empresário da Guerra Fria cultural. Em maio, o Congresso “apresentou” um valioso desertor intelectual numa coletiva de imprensa em Paris. Tratava-se do jovem adido cultural da embaixada polonesa, Czeslaw Milosz, poeta e tradutor de *The Waste Land*. \* Milosz fora integrante da delegação polonesa na conferência de 1949 no Waldorf Astoria, e lá, depois de sua “primeira exposição à esquerda democrática, simplesmente se apaixonara por nós”, segundo Mary McCarthy. Brillantemente montada por Nabokov, a aparição de Milosz ao lado dos patrocinadores foi um dos primeiros golpes em favor do Congresso.

Pouco depois, acompanhado por Denis de Rougemont, Nabokov foi a Bruxelas discursar num jantar oferecido pela revista *Synthèses*. Em seguida, voltou às pressas para promover o trabalho dos Amis de la Liberté, uma espécie de braço rotariano do Congresso que organizava reuniões de grupos de estudantes franceses pelo país e na Maison des Jeunesses des Amis de la Liberté [Casa da Juventude dos Amigos da Liberdade], em Paris. Em meados de junho, Nabokov estava novamente em trânsito, desta vez dirigindo-se a Berlim, onde faria uma palestra sobre “a arte no sistema totalitarista”. “Esta, é claro, não é nenhuma ‘Turnê de Conferências’ para mim”, escreveu ele a James Burnham, “mas minha primeira ‘prise de contact’ com o campo de operações alemão.”<sup>43</sup> Foi a primeira de muitas expedições de reconhecimento similares empreendidas pelos executivos do Congresso, das quais surgiu uma profusão de sucursais, não apenas na Europa (havia escritórios na Alemanha Ocidental, na Grã-Bretanha, na Suécia, na Dinamarca e na Islândia), mas também noutras regiões — no Japão, na Índia, na Argentina, no Chile, na Austrália, no Líbano, no México, no Peru, no Uruguai, na Colômbia, no Brasil e no Paquistão.

De volta a Paris, Nabokov desempenhou um papel importante no lançamento da primeira revista do Congresso, *Prewes* (“Provas”). A idéia de criar uma publicação político-cultural, dentro da tradição das grandes revistas francesas, foi discutida pela primeira vez em fevereiro de 1951, na reunião do Comitê Executivo em Versalhes. O que se precisava era de uma revista capaz de competir com *Les Temps modernes* e estimular deserções no reduto de

---

\*De T. S. Eliot. (*N. da T.*)

Sartre. “Quem era o verdadeiro antagonista?” perguntou um historiador, tempos depois. “Não era a União Soviética nem Moscou. Quem realmente os obsedava eram Sartre e Beauvoir. Era *esse* ‘o outro lado’.”<sup>44</sup> “Os intelectuais da Rive Gauche eram o alvo”, confirmou um integrante do círculo íntimo do Congresso. “Ou talvez o alvo fossem as pessoas que lhes davam ouvidos.”<sup>45</sup> Mas encontrar um editor que gozasse de estatura suficiente para atrair esses *compagnons de route* para um *arrondissement* mais centrista revelou-se difícil. Em junho de 1951, Nabokov começava a se desesperar, escrevendo para dizer a Burnham que “a questão da revista francesa tem-me trazido noites insones. É muito difícil encontrar alguém da estatura de Aron ou Camus que se disponha a assumir a função de editor (...) a dificuldade aqui é que, embora as pessoas falem muito de compromisso, ninguém quer se comprometer. Paira no ar uma espécie de lassidão e apatia, ou melhor, de cansaço, contra o qual é preciso lutar diariamente”.<sup>46</sup>

Não tendo conseguido atrair um editor francês, o Comitê Executivo resolveu entregar o cargo a François Bondy, um escritor suíço de língua materna alemã, que fora ativista do Partido Comunista até o pacto de 1939 entre Hitler e Stalin. Como nomeado de peso para a secretaria do Congresso, em 1950 (como diretor de publicações), Bondy havia colaborado na *Der Monat* com Melvin Lasky, que o chamava de “assessor editorial por excelência para nossa época”. Sob a direção de Bondy, o primeiro número de *Prewes* foi finalmente publicado em outubro de 1951. Tendo por objetivo criar um consenso atlântico, antineutralista e pró-americano, *Prewes* era, inequivocamente, o boletim do Congresso, dando-lhe voz e anunciando suas atividades e seus projetos. Nessas condições, deparou quase de imediato com o que Manés Sperber chamou de “*une hostilité presque totale*” [uma hostilidade quase total], mas Bondy se manteve firme diante dos ataques virulentos da esquerda e da direita.<sup>47</sup>

Nesses primeiros tempos, o Congresso foi acolhido com desconfiança quase universal. Os ativistas que o apoiavam convenceram-se de que essas suspeitas eram simples excrescências do antiamericanismo então muito em voga; os que não conseguiam defendê-lo simplesmente sublimavam suas inquietações. Os detratores, no entanto, aproveitavam todas as oportunidades para questionar a legitimidade do Congresso como organização “livre” e “independente”. O fato de ele ter conseguido sobreviver a esses desafios é um sinal da persistência obstinada daqueles (de “dentro” e de “fora”) que

confiavam em seu objetivo. Quando George Altman, editor do *Franc-Tireur*, e François Bondy foram despachados para Roma no fim de 1950, a fim de providenciar apoio para uma sucursal italiana, foram repetidamente expostos a perguntas como “quem está pagando isso tudo?” e “o que vocês entendem por ‘liberdade’ é o capitalismo norte-americano?”. Parecia haver observadores comunistas, disseram eles, presentes na maioria de suas reuniões, e muitos intelectuais italianos eram claramente suscetíveis à “tentação totalitária”. Outros, como Alberto Moravia, foram tidos como mais preocupados com o neofascismo do que com o comunismo. Em seu relatório a Josselson, Bondy e Altman enfatizaram o provincianismo e o antiame­ricanismo dos intelectuais italianos. Havia “grandes possibilidades” para o Congresso na Itália, mas elas só amadureceriam como resultado de “uma ação lenta, indireta, diversificada e extremamente discreta”.<sup>48</sup>

A Associação Italiana pela Liberdade Cultural foi criada no fim de 1951, sob a direção de Ignazio Silone, e se tornou o centro de uma federação de cerca de cem grupos culturais independentes, aos quais a Associação fornecia oradores, livros, panfletos, filmes e um espírito internacionalista. Ela produziu o boletim *Libertà della Cultura* e, mais tarde, *Tempo Presente*, editados por Silone e Nicola Chiaromonte. Entretanto, mal a filial italiana foi montada, começou a desmoronar. Nabokov foi despachado para Roma, a fim de tentar levar adiante os interesses do Congresso, mas, como acontecera com Bondy e Altman antes dele, deparou com intelectuais apáticos e prontos a dar ouvidos a “rumores curiosos” sobre o Congresso. Queixando-se com Irving Brown da “letargia silonesca de nossa organização italiana”, Nabokov afirmou que eram necessárias medidas radicais para instilar vida no “aparelho” italiano. “Silone entroniza-se no céu, invisível, e impede que a garotada do escritório faça seu trabalho. Mandei-lhe duas cartas e telegrafei para lhe pedir que voltasse por um dia de suas férias de verão, para se encontrar comigo aqui em Roma (...) nenhuma resposta a coisa alguma. Recebo dezenas de pessoas por dia. A maioria delas está pronta para se filiar, trabalhar e ajudar (inclusive Moravia), mas todas dizem que, enquanto Silone for o único chefe aqui, não se fará trabalho algum”, queixou-se Nabokov.<sup>49</sup> Alarmado com a atitude “quixotesca”, “belicosa” e “arrogante” da Associação perante a Igreja, Nabokov também escreveu a Jacques Maritain, exortando-o a escrever “uma longa carta às autoridades do

Vaticano”, para explicar que o Congresso pela Liberdade Cultural e a Associação Italiana tinham “políticas diferentes”.<sup>50</sup>

Nabokov também viajou a Londres, a fim de obter apoio para a filial britânica, a Sociedade Britânica pela Liberdade Cultural, que fora fundada em janeiro de 1951 na Sociedade dos Escritores, em Whitehall Court. Depois de se reunir com T. S. Eliot, Isaiah Berlin, lorde David Cecil, os diretores do Conselho Britânico, o *Third Programme*, da BBC, e Richard Crossman, que era então secretário-geral do Partido Trabalhista, Nabokov pôde informar a Paris que o Congresso tinha aliados poderosos na Inglaterra. Separadamente, disse a Burnham que “muitos [intelectuais britânicos] pensam em nosso Congresso como uma espécie de organização norte-americana semiclandestina, controlada por você (...). Creio que nossos esforços constantes devem ser orientados para provar aos intelectuais europeus que o Congresso pela Liberdade Cultural não é uma Agência do serviço secreto norte-americano”.<sup>51</sup> Usando um linguajar normalmente preferido pelos colaboradores “conscientes” dos serviços de informações, Nabokov pediu a Burnham que transmitisse a “nossos amigos na América” o “paradoxo fundamental da situação daqui: talvez nos reste pouco tempo, mas devemos trabalhar como se dispuséssemos de todo o tempo do mundo. O processo de transformar a ‘Operação-Congresso’ numa frente ampla e sólida de oposição ao totalitarismo levará muito tempo e, receio eu, muito dinheiro”.<sup>52</sup>

## 7

### Glacê

Não conseguíamos gastar tudo. Uma vez, lembro-me de ter encontrado Wisner e o tesoureiro. Santo Deus, disse eu, como podemos gastar isso? Não havia limites, e ninguém tinha que prestar contas. Era impressionante.

— Gilbert Greenway, agente da CIA

Abrir um nicho no mercado competitivo da cultura da Guerra Fria exigia um investimento substancial. No começo, coube a Irving Brown funcionar como o duto financeiro dos projetos culturais da CIA. “Eu dava 15 mil, 10 mil, 5 mil dólares de cada vez a Brown, além do orçamento, mas nunca tinha realmente certeza do que ele fazia com aquilo”, lembrou-se Tom Braden.<sup>1</sup> Mas isso era troco, comparado à verba total à disposição de Brown. “A chave de tudo eram os fundos de contrapartida”, revelou Lawrence de Neufville, tempos depois. “Não se podia dizer no Congresso dos Estados Unidos: ‘Oh, vejam o que eles estão fazendo com o dinheiro do contribuinte!’, porque não era nosso dinheiro, era um subproduto do Plano Marshall.”<sup>2</sup> Num gesto inovador, nos primeiros anos do Plano Marshall propôs-se que, para fazer com que as verbas desempenhassem uma dupla função, cada país beneficiado deveria contribuir para o esforço de ajuda externa, depositando em seu banco central o valor equivalente à contribuição dos Estados Unidos. Um acordo bilateral entre o país e os Estados Unidos permitia que essa verba fosse usada em conjunto. O grosso dos fundos em moeda corrente (95%) ficava



como propriedade legal do governo do país, enquanto 5%, uma vez depositados, tornavam-se propriedade do governo norte-americano. Esses “fundos de contrapartida” — uma verba secreta de aproximadamente duzentos milhões de dólares anuais — foram colocados à disposição da CIA como um fundo de reserva.

Em dezembro de 1950, Richard Bissell, que havia lecionado economia em Yale e no MIT na década de 1930, era administrador assistente do Plano Marshall. Um dia, Frank Wisner telefonou para seu escritório em Washington. Bissell, que conhecia Wisner socialmente dos círculos de Georgetown, descreveu-o como “perfeitamente integrado em nosso círculo íntimo de pessoas — servidores públicos de alto nível, envolvidos em muitas das iniciativas de governo de que nos encarregávamos”. Bissell recordou que Wisner lhe disse “precisar de dinheiro, e me pediu para ajudar a financiar as operações secretas do OPC, liberando uma soma modesta dos 5% dos fundos de contrapartida (...). Se alguém previa que essas [verbas] incluíam atividades secretas, é difícil dizer. Decididamente, essa era uma área obscura. Fiquei meio atônito com o pedido, já que eu era muito desinformado no tocante às atividades clandestinas. Wisner usou de toda a calma para aplacar ao menos algumas de minhas preocupações, assegurando-me de que Harriman havia aprovado essa medida. Quando comecei a pressioná-lo sobre como o dinheiro seria usado, ele explicou que eu não podia dispor dessa informação (...). Nós do Plano Marshall lidamos, direta ou indiretamente, com um bom número das pessoas que foram beneficiárias dos primeiros programas de ação secreta da CIA”.<sup>3</sup>

Os fundos de contrapartida tinham sido usados, na gestão de Harriman no Plano Marshall, para subsidiar o contramovimento do OPC no Dia Internacional de Resistência à Ditadura e à Guerra, em abril de 1949. Também haviam desempenhado um papel crucial nas eleições italianas de 1948. E, nesse momento, Irving Brown pôde dar um reforço à sua “caixinha” da CIA com o “glacê” do Plano Marshall. Da multiplicidade de projetos secretos financiados através de Brown, aproximadamente 200 mil dólares (equivalentes a 1,5 milhão em 1999) foram reservados para os custos básicos de administração do Congresso pela Liberdade Cultural, em 1951. Isso pagou os salários de François Bondy, Denis de Rougemont, Pierre Bolomey (um protegido de Altman que fora nomeado tesoureiro), um gerente e várias secretárias. Bondy e Rougemont recebiam seus salários em dólares, transferidos por Brown através da American

Express para uma conta na Société de Banque Suisse, em Lausanne. Os outros recebiam em francos franceses. A despesa total por mês para fazer a secretaria funcionar, nessa época, girava em torno de cinco milhões de francos. Brown também bancava aproximadamente o mesmo valor para Les Amis de la Liberté. Numa conta particular na Alemanha, ele depositava 40 mil marcos alemães para o escritório local do Congresso, o que cobria salários e despesas de escritório. O escritório italiano recebia vários milhares de dólares por mês através da conta de Codignola Trista, editor do jornal *Nuova Italia*. Michael Goodwin, secretário da Sociedade Britânica pela Liberdade Cultural, tinha acesso a um subsídio mensal de 700 libras esterlinas, depositadas em sua conta no Westminster Bank, em St. James's Park.

Antes de Brown conseguir uma sede permanente para o Congresso no Boulevard Haussman, seus aposentos no Hotel Baltimore, na avenue Kleber, serviram de sede temporária da organização. Certa noite, aparecendo sem aviso prévio para tomar um drinque, uma jovem norte-americana que trabalhava na Divisão Trabalhista do Plano Marshall reparou numa lista de nomes, com valores em dólares indicados ao lado, que estava junto ao telefone de Brown. Este havia saído do aposento para preparar os drinks para sua visitante inesperada. Ela pensou ter detectado a presença de outra pessoa além de Brown na suíte. Por fim, não mais podendo se ocultar, Michael Josselson apareceu, saindo do banheiro, onde se escondera às pressas para não ser visto. Diana Dodge, que dali a dois anos se tornaria mulher de Josselson, achou a cena sumamente divertida. Já ele ficou profundamente embaraçado.

Essa cena no Hotel Baltimore mostra a natureza improvisada do Congresso pela Liberdade Cultural em seus primórdios. “No começo, era tudo muito na base da motivação, e apenas cooperávamos da melhor maneira que sabíamos”,<sup>4</sup> disse Neufville. Aos poucos, as coisas começaram a se firmar, à medida que a CIA criou uma burocracia para abarcar essas operações e lhes dar “orientação”. “Houve diversas reuniões [entre] alguns dos mais altos integrantes do Congresso, inclusive Lasky e outros, e o pessoal da Agência que estava encarregado”,<sup>5</sup> recordou Donald Jameson, um especialista da CIA em assuntos russos que teve um envolvimento periférico com o QKOPERA. “Na maioria das vezes, havia umas dez a quinze pessoas na sala de reuniões. E nós nos sentávamos em volta da mesa e conversávamos sobre o que devia ser feito, onde devia ser feito, e era um diálogo muito franco. Esse era o tom

estabelecido pelo pessoal da cadeia de comando da Agência, e penso que era muito sensato agir assim. Aliás, se as coisas não fossem feitas dessa maneira, as pessoas do outro lado — do lado do Congresso — teriam ido embora. Pelo menos um bom número delas, eu acho. Elas não eram oportunistas preocupadas em se prender à Agência, simplesmente por precisarem de um cheque.”<sup>6</sup>

As pessoas do outro lado da mesa a quem Jameson se referiu eram Josselson, Nabokov, Lasky, Bondy e, vez por outra, Malcolm Muggeridge, que proporcionava uma linha de acesso ao IRD [Departamento de Pesquisa de Informações] britânico. Esse era o “aparelho”, o grupo escolhido para participar da orientação da CIA, a qual, apesar da natureza delicada de sua transmissão, significava, na verdade, a estipulação da linha política que Washington esperava que o Congresso seguisse. Havia uma reciprocidade, como Jameson explicou: a CIA transmitia os objetivos da política externa norte-americana e, em troca, ouvia atentamente um grupo cujo acesso singular às correntes intelectuais da Europa Ocidental poderia facilitar ou até modificar os métodos e os argumentos usados para formular esses objetivos.

Josselson, apesar de claramente fazer parte da cadeia de comando da Agência, também levava muito a sério seu trabalho de representante dos interesses do Congresso. Era uma posição singularmente difícil de sustentar, e de sustentar com credibilidade. Tecnicamente, ele era subordinado a Neufville, mas este raramente ou nunca tentava dominá-lo. “Eu encontrava Josselson todos os dias, ou então toda semana, e ia para Washington levando o que quer que ele quisesse fazer”, disse Neufville. “Quando concordava, o que geralmente acontecia, eu procurava ajudar. Eu via minha tarefa como uma tentativa de facilitar o desenvolvimento do Congresso, ouvindo pessoas como Josselson, que tinham mais conhecimentos do que eu. Ele fazia um trabalho maravilhoso.”<sup>7</sup>

“Josselson é um dos heróis não reconhecidos do mundo”, disse Tom Braden, tempos depois. “Fazia aquele trabalho frenético com todos os intelectuais da Europa, que não necessariamente concordavam em muitas coisas além de sua crença básica na liberdade, e corria atrás deles de reunião em reunião, de homem em homem, de grupo em grupo, e os mantinha todos unidos, todos organizados e todos fazendo alguma coisa. Ele merece um lugar na história.”<sup>8</sup> Similarmente, Arthur Schlesinger recordou Josselson como “um homem extraordinário”, capaz de “tocar qualquer instrumento na orquestra”. Mas havia um lado obscuro no temperamento heróico de Josselson.

Veza por outra, seu grande talento para escutar sem falar era desgastado pelo talento dos outros para falar sem ouvir. “Às vezes, Mike ficava impaciente com todo aquele falatório. Veza por outra, achava aquelas pessoas preciosistas demais, talmúdicas demais. Nessas horas, ele apenas punha as mãos nos ouvidos e dizia: ‘Chega! Não agüento mais escutar nada disso. Vamos tratar de ir em frente!’”, lembrou um colega. “Ele era um bocado brusco e tinha um ponto de ignição muito baixo — queimava o pavio muito depressa.”<sup>9</sup> Outro membro do círculo íntimo do Congresso achava que Josselson estava “quase sempre à beira de uma explosão emocional”.<sup>10</sup> Josselson, que certa vez revelou que sua mãe costumava “fazer cenas”, dava o melhor de si para controlar seu temperamento. Mas, ao evitar o confronto, muitas vezes produzia um “clima extremamente pesado”, carregado de raiva silenciosa e pontuado por olhares dardejantes de seus olhos escuros. Quarenta anos depois, Ben Sonnenberg, um escritor que tivera um flerte rápido e infausto com a CIA na década de 1950, estremeceu à lembrança do núcleo tenebroso de Josselson. “O nome Michael Josselson ainda me deixa de cabelo em pé”, disse ele.<sup>11</sup>

Josselson não suportava a indecisão intelectual, porque via com extrema urgência o trabalho a ser feito. Assim, quando Irving Brown informou que a Sociedade Britânica pela Liberdade Cultural estava hesitando diante das discordâncias internas e só servia para “recepções e festas regadas a xerez” (um membro disse que sua “principal atividade era convidar intelectuais ilustres para almoçar em restaurantes caros do Soho”), Josselson resolveu impor sua autoridade à filial britânica. Criada em janeiro de 1951, ela tivera um começo vacilante. Seu presidente, Stephen Spender, desentendeu-se em pouco tempo com o secretário honorário, Michael Goodwin, e, no fim de 1951, o Comitê Executivo começou a se desintegrar. Goodwin, como editor da *Twentieth Century*, a famosa publicação mensal lançada em 1877 como *Nineteenth Century and After*, era um contato vital para o escritório de Paris, que salvara sua revista da falência no começo de 1951, pagando a dívida com um senhorio irritado e financiando a mudança para um novo escritório na Henrietta Street, que também se tornou sede da Sociedade Britânica. Isso fora acompanhado por dois subsídios de emergência concedidos à *Twentieth Century*, nos valores de 2.000 dólares e 700 libras, para quitar débitos com gráfica e papel em agosto de 1951, além de um outro subsídio mensal de 150 libras, destinado a “cobrir o déficit mensal da revista”. Goodwin, que

mais tarde se tornaria diretor de cinema e teatro da BBC, não apenas oferecia a Josselson um veículo na Inglaterra, sob a forma da *Twentieth Century*, como também lhe proporcionava uma ligação útil com os esforços secretos da propaganda cultural britânica: trabalhava como empregado contratado para o Departamento de Pesquisa de Informações [IRD].

O subsídio de Josselson à revista de Goodwin foi concedido mediante o entendimento específico de que a *Twentieth Century* se dedicaria a refutar as posições da *New Statesman and Nation*. Numa carta de janeiro de 1952, Goodwin confirmou que sua campanha estava ganhando impulso, e informou que a *Twentieth Century* vinha “mantendo um fogo contínuo de comentários sobre uma variedade de temas [na *New Statesman*] que equivale, no conjunto, a uma destruição crítica sistemática de sua posição”. De quebra, acrescentou ele, também se estava preparando para minar a revista *Soviet Studies*, uma publicação trimestral de Glasgow, “que é provavelmente a fonte principal da apologia stalinista neste país”.<sup>12</sup>

Mas Josselson nunca ficou inteiramente satisfeito com o acordo feito com a *Twentieth Century*. “Ela não tinha empolgação suficiente. Não era o veículo certo”, disse Diana, a mulher de Michael Josselson.<sup>13</sup> Tudo bem que Goodwin atacasse a *New Statesman*, mas sua revista não fizera o bastante para abordar os problemas indicados por Nabokov numa carta de 19 de dezembro de 1951, na qual este havia transmitido a “insatisfação generalizada” do Comitê Executivo Internacional. “O Sr. Spender sugerirá a você e a sua direção editorial algumas mudanças urgentes e importantes, que são plenamente endossadas por Irving Brown, Rougemont e eu”, escrevera Nabokov, em tom severo.<sup>14</sup> Essas mudanças deveriam ser prontamente implementadas, acrescentou, caso contrário, o apoio do Congresso seria suspenso. Ao que Goodwin retrucou asperamente, em 31 de dezembro: “Não fará nenhum bem a ninguém se a revista não continuar independente e se não for sabido que ela continua independente (...) [a revista] deve ter permissão para funcionar ‘sem restrições’.”<sup>15</sup>

Para Goodwin, as coisas foram de mal a pior. Em janeiro de 1952, Spender ficou no centro do que parecia ser um golpe para substituir Goodwin como secretário da Sociedade Britânica, ao lhe enviar uma carta seca de demissão. O próprio Spender, ressentido, pedira demissão algumas semanas antes, juntamente com Woodrow Wyatt e Julian Amery, e dissera a Nabokov que iria a Paris explicar suas razões para isso. Em Paris, havia convencido o círculo ínti-

mo do Congresso de que a filial britânica não poderia funcionar com Goodwin na chefia, e conseguiu uma carta para demiti-lo, carta esta que então encaminhou a Goodwin. Por sua vez, este responsabilizou Spender pela saída de Wyatt e exortou Nabokov a mantê-lo “dentro dos limites”. Ainda assim, porém, foi obrigado a se demitir. Spender ligou-se ao Comitê Executivo, que, a partir desse momento, passou a ser controlado por Malcolm Muggeridge e Fredric Warburg, com Tosco Fyvel “na rabeira, como a terceira pessoa da trindade”. Para quem era sistematicamente caracterizado como um sujeito apagado e tolo, Spender exibiu uma determinação férrea para tirar o que queria dessa situação.<sup>16</sup> W. H. Auden o chamava de “Bufão Sagrado Dostoievskiano” e “paródia de Parsifal”. Isherwood dizia que ele era um “personagem essencialmente cômico”, que revelava a verdade através da farsa. Outros viam nele uma “confusão assustadora” (Ian Hamilton), ou uma “mente desconjuntada, obscura, nebulosa, encoberta”, na qual “nada tem contornos” (Virginia Woolf). Numa vida marcada pela contradição e pela ambigüidade, Spender já tinha desenvolvido um talento para se refugiar atrás dessas auréolas dúbias.

A demissão de Goodwin foi um golpe para Josselson, que nele perdeu um contato direto com o Departamento de Pesquisa de Informações. Mas o IRD logo compensou essa falta, inserindo seu agente John Clews na Sociedade Britânica como secretário-geral. Em pouco tempo, Clews estava usando seu posto como ponto de distribuição para o material do IRD, escrevendo a Nabokov para lhe contar, em junho de 1952, que tivera “uma longa conversa com Hannah Arendt e a apresentei a um ou dois de nossos especialistas do Ministério das Relações Exteriores, e em conseqüência disso venho lhe fornecendo muito material de consulta de que ela necessita para seu novo livro (...). Se você souber de outras pessoas que estejam vindo para cá e queiram fazer contatos semelhantes aos estabelecidos pela Dra. Arendt, é só me informar que eu os providenciarei”.<sup>17</sup> Clews também remeteu material a Josselson, lembrando-lhe (como se isso fosse necessário) que os documentos poderiam ser usados livremente, “mas sua fonte não deve ser revelada”.

Com a nomeação de Clews, os problemas da Sociedade Britânica pareceram temporariamente resolvidos. Tosco Fyvel, editor de *Tribune* e um dos principais membros do comitê organizador do Congresso, concordou em “manter uma sùmula atenta das providências tomadas em Londres”. Mas nem assim Josselson ficou satisfeito. As críticas públicas de Hugh Trevor-Roper

ao Congresso, depois de sua inauguração em Berlim, tinham deixado um legado de desconfiança, e muitos intelectuais britânicos relutavam em se identificar com uma organização cuja verdadeira origem era tida como obscura. O problema era que muitos intelectuais britânicos viam a mão do governo norte-americano invadindo sua seara. “Costumávamos brincar a esse respeito”, disse uma autoridade da Sociedade Britânica pela Liberdade Cultural. “Levávamos nossos amigos para almoçar e, quando eles se ofereciam para pagar a conta, dizíamos: ‘Oh não, não se preocupe, os contribuintes norte-americanos estão pagando!’”<sup>18</sup> Ainda havia muitos por convencer de que esses agrados eram desejáveis.

## 8

### *Cette fête américaine*

Esse espalhafato de Eisenhower...

— Elizabeth Bishop

No início de 1951, Nabokov enviou um memorando confidencial a Irving Brown, resumindo o projeto de um grande festival artístico. Na sua sintaxe tipicamente desajeitada (no inglês escrito, Nabokov nunca atingiu a fluência estilística e a correção gramatical que vinham com tanta facilidade a Josselson), explicou que o propósito do festival seria construir “a primeira colaboração estreita de organizações artísticas norte-americanas de alto nível na Europa com as européias, e também da produção artística norte-americana *em pé de completa igualdade* com a produção artística européia. Assim, ele está fadado a ter um efeito geral extremamente benéfico na vida cultural do mundo livre, por mostrar a solidariedade e a interdependência culturais da civilização européia e da norte-americana. Se tiver sucesso, ele ajudará a destruir o pernicioso mito europeu (cultivado com êxito pelos stalinistas) da inferioridade cultural norte-americana. Será um desafio da cultura do mundo livre à incultura do mundo totalitário, além de uma fonte de coragem e “*redressement moral*”,\* em particular para os intelectuais franceses, pois voltará a dar uma espécie de sentido e propósito à vida cultural perturbada e desintegrada da França e da maior parte da Europa”.<sup>1</sup>

---

\*Reerguimento moral, em francês no original. (N. da T.)



Brown reagiu à idéia com hesitação, assim como Josselson, Neufville e Lasky. Nabokov teve que reunir todos os seus poderes de persuasão para obter a aprovação — e grandes somas em dinheiro — para seu “festival dos sonhos”. Lasky sempre se sentiu pouco à vontade com Nabokov, a quem descrevia desdenhosamente como “o dândi da revolução. Pessoas como Nicky ficavam absolutamente deslumbradas com o foguetório de artifício, a badalação e o espalhafato”. Lasky, o ideólogo do City College, tinha dificuldade de aceitar o tipo singular de boemia aristocrática de Nabokov. Mas até ele teve que admitir que o projeto nabokoviano de “introduzir um toque de esplendor, sensacionalismo, propaganda, exibicionismo, carnaval ou seja lá o que for, no intuito de aumentar a audiência e mostrar que vocês não são apenas austeros intelectuais de óculos, enfiados no trabalho ideológico, mas estetas e pessoas que gostam de se divertir”, poderia trazer alguns “resultados positivos”.<sup>2</sup>

Na Divisão de Organizações Internacionais, Tom Braden ficou entusiasmado. A afirmação nabokoviana de que “nenhuma polêmica ideológica sobre a validade e o significado de nossa cultura pode igualar-se aos produtos dessa mesma cultura”<sup>3</sup> despertou a simpatia imediata de Braden, que, pouco tempo antes, assistira a uma peça montada em Varsóvia sob os auspícios do Departamento de Estado e a havia considerado “pavorosa, como quase tudo que eles fazem. Não impressionaria ninguém em Waterloo, no [estado de] Minnesota, e muito menos em Paris. Ficou claro que o Departamento de Estado não sabia diferenciar alhos de bugalhos. Eles não estavam nessa, não sabiam usar o que tinham, e tudo que faziam era de terceira ou quarta categoria”.<sup>4</sup> Com poucas e notáveis exceções (como a exposição de Frank Lloyd Wright que fez uma turnê na Europa em 1951-1952), essa recriminação das iniciativas culturais do Departamento de Estado se justificava. Quem se deixaria impressionar por displays construídos para celebrar o estilo de vida norte-americano, incluindo uma exposição sobre “A Fabricação de Nylon nos Estados Unidos”? E porventura a “simplicidade e os modos encantadores” dos Cantores de Música de Câmara do Smith College, com “sua aparência jovial e cativante, em suas túnicas brancas”, seria o bastante para convencer as platéias francesas de que o centro da cultura se deslocara para os Estados Unidos?<sup>5</sup> “Quem vai a uma exposição de fotografias que mostre as glórias da América?”, perguntou Tom Braden. “Descartei aquilo tudo como um dispa-

rate. Se você pretende fazer alguma coisa, tem que pegar o que há de melhor. O Al [Allen Dulles] e eu não nos deixamos enganar. Parece arrogante, mas era isso que pensávamos. *Nós sabíamos*. Entendíamos alguma coisa de pintura e de música, e o [Departamento de] Estado não entendia nada.”<sup>6</sup>

Braden também havia selecionado um artigo do *New York Times* que criticava “o insensato descaso da América para com a importância da ‘ofensiva cultural’”, e assinalava que a União Soviética fazia gastos maiores com a propaganda cultural só na França do que os Estados Unidos no mundo inteiro. A América precisava de alguma coisa grande e vistosa, para fazer uma intervenção decisiva no *Kulturkampf*. O projeto de Nabokov prometia exatamente isso e, no fim de abril de 1951, Braden obteve aprovação para o festival numa reunião de diretoria para análise de projetos da CIA.

Em 15 de maio de 1951, o Comitê Executivo do Congresso pela Liberdade Cultural instruiu Nabokov, como secretário-geral da Secretaria Internacional, a levar o projeto adiante. Nabokov munuiu-se imediatamente de uma passagem de primeira classe para os Estados Unidos, fazendo primeiro uma parada em Hollywood para ver seu “velho amigo” Igor Stravinsky. Stravinsky (assim como Schoenberg, Thomas Mann e, durante algum tempo, Bertolt Brecht) era um dos “deuses da cultura superior [que] haviam desembarcado da Europa para morar, quase incógnitos, entre os limoeiros, a garotada da praia, a arquitetura neo-Bauhaus e os hambúrgueres extravagantes” do sul da Califórnia.<sup>7</sup> Nesse meio incongruente, Stravinsky saudou seu amigo bielorrusso e lhe prometeu apresentar-se no festival. Nabokov demorou-se o bastante na Cidade dos Ouropéis\* para arranjar um encontro com José Ferrer, que se empolgou tanto com o projeto que, algum tempo depois, escreveu dizendo-lhe que voltasse a Hollywood, já que lá havia muito dinheiro para encher os cofres e ele, Ferrer, faria todo o possível para ajudar.

Após uma turnê acelerada pela América, Nabokov voltou à Europa com um punhado de contratos e promessas de apresentação no festival, cuja data fora marcada para abril de 1952. Igor Stravinsky, Leontyne Price, Aaron Copland, Samuel Barber, o Balé da Cidade de New York, a Orquestra Sinfônica de Boston, o Museu de Arte Moderna de Nova York, James T. Farrell,

---

\*A autora usa nesse ponto o termo “Tinseltown”, denominação dada a Hollywood na linguagem informal. (N. da T.)

W. H. Auden, Gertrude Stein, Virgil Thomson, Allen Tate, Glenway Westcott, todos eles tiveram obras ou apresentações agendadas no programa de Nabokov. De volta à Europa, este logo pôde anunciar que Jean Cocteau, Claude Debussy, William Walton, Laurence Olivier, Benjamin Britten, a Ópera de Viena, a Ópera de Covent Garden, o corpo de baile de Balanchine, Czeslaw Milosz, Ignazio Silone, Denis de Rougemont, André Malraux, Salvador de Madariaga e Guido Piovene também estariam no programa.

Como não é de admirar, dada a vocação de compositor do próprio Nabokov, o setor musical começou a despontar como a parte mais importante do festival. Nela, Nabokov pretendia fazer oposição, compositor por compositor, ao stalinismo nas artes. “O significado político, cultural e moral do Festival e de seu programa não deve ser abertamente exposto”, defendeu sua proposta. “Deve competir ao público chegar às suas inevitáveis conclusões lógicas. Praticamente todas as obras [a serem] apresentadas pertencem à categoria que é rotulada de ‘formalista, decadente e corrupta’ pelos stalinistas e pelos estetas soviéticos, inclusive as obras dos compositores russos (Prokofiev, Shostakovich [*sic*], Scriabin e Strawinsky [*sic*]).”<sup>8</sup> O palco do Waldorf, onde Nabokov desafiara Shostakovich a repudiar o ataque do stalinismo à música, estava pronto para alcançar o seu crescendo.

Os planos grandiosos de Nabokov representaram o primeiro desafio sério para a recém-surgida máquina de propaganda cultural da CIA. A capacidade organizacional e de angariar fundos da incipiente IOD de Braden seria realmente posta à prova. Abriu-se em Nova York uma “conta do festival”, com o Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural funcionando como ‘lavanderia’ para as verbas da CIA e do Departamento de Estado. O dinheiro era canalizado pela Fundação Farfield, uma fachada ou “canal” expressamente criada pela CIA para lidar com o fluxo de caixa do festival, mas posteriormente mantida como duto principal dos subsídios da Agência ao Congresso, dada a sua utilidade. O apoio financeiro à parte britânica do festival foi obtido através de negociações com o IRD e com Woodrow Wyatt, que, como “amigo pessoal do ministro da Fazenda, Sr. Gaitskell”, prometeu levantar verbas adicionais.

A IOD de Braden também se envolveu diretamente na negociação referente à Orquestra Sinfônica de Boston. Nabokov já havia despertado o interesse de seu velho amigo Charles Munch, diretor artístico da orquestra.

Mas havia alguns problemas. Só as despesas de viagem da orquestra já seriam “imensas”, segundo Nabokov. O festival também entraria em choque com a temporada altamente lucrativa de música popular, o que significava que a orquestra enfrentaria uma possibilidade de perda de renda. Mas Braden não estava disposto a abdicar do que era unanimemente considerado a melhor orquestra sinfônica da América. Assim, apelou para Charles Douglas Jackson, um ardoroso combatente da Guerra Fria, que se licenciara de seu trabalho na Time-Life para atuar na campanha eleitoral de Eisenhower. “C.D.”, como Jackson era conhecido, era também um dos curadores da Orquestra Sinfônica de Boston. Ao lado de Julius Fleischmann, presidente da fictícia Fundação Farfield e “anjo da guarda” do festival, C.D. “convidou” formalmente a orquestra a tocar no festival. Oficialmente, eles estavam agindo em nome do Congresso pela Liberdade Cultural. Não oficialmente, representavam a CIA, que já empenhara 130 mil dólares (registrados como doação de “indivíduos e associações ilustres”) no custeio da turnê. Estava garantida a orquestra.

Em 1º de abril de 1952, deu-se em Paris a abertura do festival Obras-Primas do Século XX, ou Oeuvre du Vingtième Siècle, com uma apresentação de *A sagração da primavera* pela Orquestra Sinfônica de Boston, regida por Pierre Monteux, o mesmo maestro que a havia regido trinta e nove anos antes. Foi um acontecimento deslumbrante, ao qual Stravinsky compareceu, ladeado pelo presidente francês, Vincent Auriol, e senhora. Nos trinta dias subseqüentes, o Congresso pela Liberdade Cultural inundou Paris com uma centena de sinfonias, concertos, óperas e balés de mais de setenta compositores do século XX. Nove orquestras se apresentaram, entre elas a Sinfônica de Boston, a Filarmônica de Viena, a Orquestra RIAS, de Berlim Ocidental (financiada pelos fundos de contrapartida do Plano Marshall), a Romande Suisse, de Genebra, a Orquestra Santa Cecília, de Roma, e a orquestra da Radiodifusão Nacional Francesa. Para coroar o programa, lá estavam os compositores que tinham sido proscritos por Hitler ou Stalin (alguns dos quais, como Alban Berg, tiveram a honra de ser proibidos pelos dois). Foram apresentadas obras do austríaco Arnold Schoenberg — expulso da Alemanha como judeu e compositor de “música decadente” em 1933 —, caracterizadas como “antiestéticas, anti-harmônicas, caóticas e vazias” por “críticos” musicais russos; Paul Hindemith, outro refugiado da Alemanha nazista, na época de-

preciado pelos stalinistas por ter dado início a toda uma escola de “pseudocontraponto linear e gráfico, que é servilmente seguida por inúmeros pseudo-modernistas da Europa e da América”; e Claude Debussy, sob cuja “árvore impressionista” tinham podido crescer as “*fleurs du mal* do modernismo”, de acordo com a revista *Sovietskaya Muzyka*.

Também foram escolhidas para representar o “valor do esforço criativo de nosso século” composições de Samuel Barber, William Walton, Gustav Mahler, Erik Satie, Béla Bartók, Heitor Villa-Lobos, Ildebrando Pizzetti, Vittorio Rieti, Gianfranco Malipiero, Georges Auric (listado na *Sovietskaya Muzyka*, ao lado de Darius Milhaud, como um dos “lacaiois instigadores dos gostos burgueses esnobes de uma cidade capitalista”), Arthur Honegger, Jean Françaix, Henri Sauguet, Francis Poulenc e Aaron Copland (que foi agrupado com os psiquiatras Freud e Borneigg, o filósofo Bergson e os “bandidos” Raymond Mortimer e Bertrand Russell na categoria de falsas autoridades às quais os musicólogos e críticos soviéticos nunca deveriam referir-se). Stravinsky, que tinha fugido de Paris em 1939, regeu seu próprio trabalho, *Oedipus Rex*, para o qual Jean Cocteau projetou o cenário e dirigiu a coreografia. (O Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural fizera um apelo de última hora para que Cocteau fosse retirado do programa do festival, telegrafando a Nabokov em 9 de abril de 1952, para informar que acabara de ter notícia de que Cocteau “assinou um documento de inspiração comunista protestando contra a execução dos espões soviéticos na Grécia. Isso é tão obviamente de inspiração comunista, que o sentimento aqui é de que ele deveria ser retirado do programa da Exposição”. Ele não foi.)

O Departamento de Estado pagou a Virgil Thomson por sua adaptação de *Quatro santos em três atos*, de Gertrude Stein, estrelada por Leontyne Price. Mais tarde, Nabokov gabou-se com Arthur Schlesinger: “Dei início à carreira dela, e por isso ela sempre se dispôs a fazer por mim coisas que não faria por mais ninguém.” Curiosamente, a irmã de Frank Wisner, Elizabeth, também afirmou ter descoberto e promovido Price, que se referia a si mesma como a “irmã de chocolate” dos Wisner. Como uma das grandes sopranos da época, Leontyne Price tinha a vantagem adicional — ao menos para seus patrocinadores — de ser negra. Em 15 de novembro de 1951, Albert Donnelly Jr., que aparecera de repente no Comitê Norte-Americano como secretário do festival (e desaparecera tão logo encerrado o evento), escreveu a Julius

Fleischmann: “Mencionou-se aqui, entre os amigos interessados, uma certa cantora negra, Leontine [sic] Price, que, segundo creio, era protegida do Sr. Nabokov. Dizem que é excelente. Você poderia sondar o Sr. Nabokov para ver se devemos tentar consegui-la para os *Quatro santos*? Ainda não conversei sobre ela com Virgil Thomson. Há também um intenso sentimento de que, por razões psicológicas, todo o elenco dos *Quatro santos* deveria ser de negros norte-americanos: para contradizer a propaganda sobre a ‘raça oprimida’ e prevenir qualquer crítica de que tivemos de usar negros estrangeiros por nos recusarmos a deixar que os nossos ‘aparecessem’.”<sup>9</sup>

A exposição de pintura e escultura teve como curador James Johnson Sweeney, crítico de arte e ex-diretor do Museu de Arte Moderna de Nova York, que foi contratado para organizá-la. Obras de Matisse, Derain, Cézanne, Seurat, Chagall, Kandinsky e outros mestres do modernismo do início do século XX foram selecionadas de coleções norte-americanas e despachadas para a Europa em 18 de abril, a bordo do SS *Liberté*, cujo nome não poderia ser mais apropriado. O comunicado de Sweeney para divulgação na mídia não fez nenhuma tentativa de esconder o valor propagandístico da exposição: uma vez que as obras tinham sido criadas “em muitas terras, nas condições do mundo livre”, elas falariam por si sobre “a deseabilidade de que os pintores contemporâneos vivam e trabalhem num clima de liberdade. Estarão expostas obras-primas que não poderiam ter sido criadas e cuja exposição não seria permitida por regimes totalitários como a Alemanha nazista ou a atual Rússia soviética e seus satélites, como se evidenciou pelo fato de esses governos haverem rotulado de ‘degenerados’ ou ‘burgueses’ muitos dos quadros e esculturas incluídos”.<sup>10</sup> A exposição deveria ser uma espécie de *Entartekunst* às avessas, na qual a arte “oficial” do mundo livre seria tudo que os totalitários adoravam detestar. E, embora se tratasse de obras-primas européias, o fato de todos os trabalhos da exposição pertencerem a colecionadores e museus norte-americanos transmitiria outra mensagem clara: o modernismo devia sua sobrevivência — e seu futuro — aos Estados Unidos. A exposição artística foi um grande sucesso de público (apesar da crítica de Herbert Read de que era retrospectiva demais e apresentava a arte do século XX como um *fait accompli*, um período encerrado) e atraiu as maiores platéias de qualquer exposição realizada depois da guerra, segundo Alfred Barr, diretor do Museu de Arte Moderna.

Julius Fleischmann, um multimilionário famoso por sua avareza, sentiu-se em seu elemento, distribuindo dinheiro da CIA e se deixando atribuir todo o mérito por isso. “Sua” contribuição de mais de 7 mil dólares possibilitou a transferência da exposição para a Tate Gallery e granjeou o agradecimento efusivo do Conselho de Arte da Grã-Bretanha, que informou que ela foi “um sucesso estrondoso. Mais de 25 mil pessoas já a visitaram e ela tem recebido uma excelente cobertura da imprensa”.

Os debates literários foram um capítulo confuso. Na tribuna se apresentaram Allen Tate, Roger Caillois, Eugenio Montale, Guido Piovene, James T. Farrell, Glenway Westcott, William Faulkner, W. H. Auden, Czeslaw Milosz, Ignazio Silone, Denis de Rougemont, André Malraux, Salvador de Madariaga e Stephen Spender. A reação da imprensa foi morna. Os críticos identificaram uma disparidade no calibre de escritores de primeira grandeza e autores medíocres, e ficaram entediados com os discursos “cansativamente longos”. O jornalista da *Carrefour* (em geral simpática, já que era esquerdista e antistalinista) assistiu à palestra de Stephen Spender, mas assinalou apenas sua “tez vermelho-amarelada” e sua “cabeleira que aponta para o infinito”. Denis de Rougemont foi julgado “de longe o mais (...) sóbrio e claro; enuncia com habilidade o problema do autor na sociedade”. Guido Piovene, no entanto, fez um discurso “rígido como seu colarinho. É difícil compreendê-lo; e então, de repente, não se consegue mais escutar (...). À porta, um jornalista italiano me disse que tinha ido embora por se sentir entediado. ‘Os escritores deviam escrever’, disse ele. Essa me pareceu outra verdade fundamental”.<sup>11</sup> Outro crítico, lamentando a ausência de Albert Camus e Jean-Paul Sartre, assinalou que todos os outros intelectuais franceses presentes — Raymond Aron, André Malraux, René Tavernier, Jules Monneret, Roger Nimier, Claude Mauriac e Jean Amrouche — tinham “as mesmas idéias políticas”, o que significava que as pessoas de fora que os ouvissem teriam uma idéia falsa “de nossa estética e nossas concepções morais”.

Sartre se recusara a comparecer ao festival, comentando secamente que “não [era] tão anticomunista assim”. Se houvesse comparecido, é bem possível que tivesse achado, como seu herói de *A náusea*, que estava “sozinho em meio àquelas vozes alegres e sensatas. Todos esses personagens passam o tempo se explicando e reconhecendo alegremente que têm as mesmas opiniões”. Em seu *roman à clef*, *Os mandarins*, Simone de Beauvoir descreveu o mesmo

*ennui*: “Sempre os mesmos rostos, o mesmo ambiente, as mesmas conversas, os mesmos problemas. Quanto mais se modifica, mais se repete. No fim, a gente se sente como se estivesse morrendo em vida.”

Primeiro tinha havido *O deus que falhou*. Agora, ao que parece, essa congregação havia encontrado um Deus que não poderia falhar: o Deus do anticomunismo. Com certeza, o estilo de existencialismo egoísta e não coletivo de Sartre não teria nada a oferecer a esses comungantes, que imaginavam uma cultura progressista essencialmente consensual, e pressupunham uma relação positiva entre os intelectuais e o setor da sociedade — político e “privado” — que os respaldava. Sartre era o inimigo, não apenas por sua postura em relação ao comunismo, mas por pregar uma doutrina (ou anti-doutrina) de individualismo que entrava em atrito com a sociedade federalista da “família humana” que vinha sendo promovida pelos Estados Unidos, através de organizações como o Congresso pela Liberdade Cultural. (A propósito, a União Soviética achava Sartre igualmente desagradável, rotulando o existencialismo de “invenção nauseante e pútrida”).

Os norte-americanos ficaram felicíssimos por se encontrarem em Paris. Elizabeth Hardwick e Robert Lowell, que estavam em viagem pela Europa nessa ocasião, “não puderam resistir” a dar uma espiada no festival, e informaram que todos os presentes pareciam estar-se “divertindo maravilhosamente”. Janet Flanner, que escrevia como “Genet” para a revista *The New Yorker*, dedicou toda a sua “Carta de Paris” de maio de 1952 a esse festival. “[O evento] derramou tantos litros de tinta capciosa dos jornais franceses, desperdiçou tamanhas tormentas de fôlego argumentativo franco-americano e, *grosso modo*, proporcionou tanto prazer aos olhos e ouvidos, que pode seguramente ser chamado, com admiração, de um fiasco extremamente popular”, escreveu Flanner.<sup>12</sup> Como a maioria dos outros críticos, ela julgou “maçantes” as conferências literárias. Faulkner, “de forma decepcionante, não fez mais do que murmurar algumas palavras incoerentes”, incapaz de encontrar algo inteligente para dizer sobre os “temas absurdos estipulados pelo comitê do Congresso, tais como ‘Isolamento e Comunicação’ ou ‘Revolta e Comunhão’”. O único francês “de alguma qualidade literária” que concordou em se apresentar foi “o atual lugar-tenente político do general de Gaulle, André Malraux, que [meramente] disse: ‘Agora a América faz parte da Europa’”.<sup>13</sup>

“*Cette fête américaine*” tornou-se um tema quentíssimo de conversa à



mesa de jantar dos franceses. O jornal *Combat*, um diário da esquerda não comunista, publicou uma série de matérias de Guy Dumur, que concluiu: “De uma forma confusa, esses entretenimentos culturais estiveram ligados à assinatura do tratado sobre um Exército Europeu e ao relatório do almirante Fechteler [referência a um relatório, possivelmente espúrio, em que o almirante teria informado o Conselho de Segurança Nacional sobre a inevitabilidade da guerra, em 1960], o qual, verdadeiro ou falso, tem alimentado a mitologia antiamericana e reacendido o grande temor da Europa. E essa mescla irritante de chauvinismo e complexo de inferioridade em relação à América (tão pouco conhecida pelos franceses) (...) encontrou, de forma bizarra, mas não inexplicável, uma saída na depreciação dessa exposição das artes européias, às quais os norte-americanos, de modo meio desajeitado, queriam prestar uma homenagem.”<sup>14</sup>

Outra matéria do *Combat*, entretanto, ridicularizou o “Festival da OTAN” e reclamou da “apresentação ruidosa desses eventos”, na qual foram esquecidos “alguns dos melhores músicos franceses, provavelmente por nunca terem ouvido falar deles no Alabama ou em Idaho (...). Mas superaríamos nosso orgulho nacional, se não houvesse um alvo muito especial escondido por trás de todo esse projeto. A liberdade e a cultura não têm que ser definidas por um congresso; sua principal característica é não tolerar a limitação nem o preconceito, nem tampouco o patrocínio (...). De nossa parte, neste jornal em que as palavras ‘liberdade’ e ‘cultura’ são sempre entendidas sem nenhuma idéia de transigência, só podemos deplorar o emprego que vem sendo feito desses termos no contexto das manifestações do Festival. O valor e o interesse desses eventos não precisam da ajuda de um Barnum ‘inspirado’ nem de uma bandeira ‘atlântica’”.<sup>15</sup>

A intenção nabokoviana original de esconder o valor propagandístico do festival tinha-se frustrado. No dizer de Janet Flanner, esse fora “o maior esforço de propaganda cultural, privado ou governamental, desde a guerra (...), [sendo] o foco da propaganda naturalmente anticomunista”. Numa França cansada da subvenção da arte condicionada ao *parti pris*, a tentativa do Congresso de ligar as obras-primas do século XX a um projeto político causou amplo ressentimento. Numa carta aberta aos organizadores do festival, o chefe do corpo de baile da Ópera de Paris, Serge Lifar, célebre por sua intemperança, acusou raivosamente o Congresso de promover uma cruzada “totalmente sem

sentido” na França, “contra uma possível e imprevisível subjugação cultural [pelo comunismo]”. Aparentemente esquecido dos anos de Vichy, Lifar declarou que “a França é o único país em que a ‘domesticação espiritual’ é impensável. Considerando a longa luta passada da França pela liberdade de pensamento e pela independência individual, é difícil entender como vocês se atrevem a vir aqui falar de liberdade e criticar nossas atividades intelectuais. Prezados senhores, os senhores cometeram um grande erro: do ponto de vista do espírito, da civilização e da cultura, a França não tem que pedir a opinião de ninguém; é ela que dá conselhos aos outros”.<sup>16</sup>

O jornal esquerdista *Franc-Tireur* questionou o direito de Lifar de se manifestar como defensor da França, “cuja causa ele não está qualificado para respaldar, uma vez que servir à arte não é incompatível com a dedicação à causa da liberdade e da dignidade humana, especialmente numa época em que essas causas foram oprimidas como foram durante a ocupação alemã, a qual não impediu o Sr. Lifar de dançar”. *Touché*. O artigo prosseguiu: “Esqueçamo-nos, por favor, da política ou da propaganda. A sombria mistificação que coloca as mentes criativas dos campos artístico ou científico a serviço do Estado ou do chefe não foi criada pelo mundo livre, [que] deixa o talento soprar em qualquer canto (...). As asas da liberdade ainda não foram cortadas.”<sup>17</sup>

O *Franc-Tireur* parecia ter-se recuperado do “mal disfarçado antiamericanismo” de alguns anos antes, e defendeu ardorosamente o festival. Nessa ocasião, ele era editado por Georges Altman — integrante do comitê organizador do Congresso. Igualmente favorável foi o *Figaro Littéraire*, que elogiou o festival como uma “grande prova de atividade artística imparcial”. Também isso não foi de admirar, uma vez que o editor-chefe do jornal era Maurice Noël, um amigo de Raymond Aron, o qual, por sua vez, apresentou-o ao Congresso. O principal jornal, *Le Figaro*, também se alinhava de perto com o Congresso, através dos préstimos do Sr. Brisson, seu editor-chefe, cuja amizade Nabokov cultivava meticulosamente em longos almoços.

Nas mãos da imprensa comunista, o Congresso recebeu uma surra completa. *L'Humanité* atacou o festival como parte de um projeto sinistro “de facilitar a ocupação ideológica de nosso país pelos Estados Unidos, de imbuir as mentes francesas de idéias belicistas e fascistas, cuja aceitação permitiria o alistamento de intelectuais franceses num ‘exército cultural’, um reforço

do exército europeu (...). Para os norte-americanos, o intercâmbio cultural transforma-se num meio (...) de reforçar os programas de infiltração, espionagem e propaganda criados por Burnham e aprovados pelo Congresso dos Estados Unidos, através dos chamados 'créditos de segurança' (...). A famosa afirmação do Sr. Henri Luce de que 'o século XX, em larga medida, deve tornar-se um século norte-americano' dá-nos o verdadeiro sentido da empreitada chamada 'Festival do Século XX'.<sup>18</sup> "Os Estados Unidos estão hoje desempenhando o papel antes desempenhado por Roma em relação à Grécia. Os novos Adrianos já não são imperadores (e nem sequer 'presidentes'): são banqueiros ou fabricantes de automóveis", dizia um artigo do *Combat*.

Diana Josselson recordou a Paris desse período como transbordante de antiamericanismo, exibindo em toda parte a mentalidade do "ianque, vá embora": "as pessoas com quem a gente deparava não eram realmente assim, mas tinham, com efeito, a idéia de que o norte-americano típico era vulgar." Muitos norte-americanos aborreceram-se com essa reação antipática à sua generosidade. "Eu ficaria muito magoado com os europeus, se me permitisse fazê-lo", confessou C. D. Jackson. "O modo como os europeus conseguem comprazer-se, dizendo com um canto da boca 'americanos, vão embora', enquanto com o outro dizem 'se uma única divisão norte-americana deixar o solo europeu, será o fim do mundo', me parece meio tolo e não condiz com a famosa mentalidade lógica da Europa."<sup>19</sup>

De modo geral, o festival de Nabokov acabou contribuindo com "mais uma dolorosa torção nos laços das relações da propaganda franco-americana".<sup>20</sup> Neufville, que nunca se convencera de que o festival era uma boa idéia, disse depois que ele "parecia uma matéria de capa muito cara. Mas foi acolhido por Washington, e eles nos encheram de dinheiro, por acharem que era uma grande idéia. Ele teve apenas uma espécie de efeito bola de neve. Será que foi um sucesso? Bem, que estava tentando fazer? Terá disseminado a mensagem da liberdade cultural? Não sei. Cumpru seu propósito de matéria de capa, suponho. Quero dizer, apresentou Fleischmann como patrono de todo aquele negócio. Foi um esforço duvidoso. Creio que foi uma grande vitrine para que as coisas dos Estados Unidos fossem mostradas competitivamente com a cultura européia, e [Washington] entusiasmou-se com isso".<sup>21</sup>

Melvin Lasky ficou indiferente. "A Orquestra Sinfônica de Boston custou uma bolada", reclamou. (De fato, o custo total para levá-la à Europa foi

de 166.359,84 dólares.) Lasky prosseguiu: “Achei [o festival] banal. Não é importante que os estrangeiros achem que os norte-americanos sabem ou não sabem fazer música. Esse negócio todo não era uma moleza, não havia carra-das de dinheiro, como andaram dizendo — ele mal chegava. Portanto, gas-tar aquelas somas enormes nesse tipo de espalhafato espetacular não fazia sentido”.<sup>22</sup> “Na época, o antiamericanismo na França era muito intenso, e o festival de Nicolas pretendia opor-se a isso. Foi emocionante. Mas deu mais peso à idéia de que os Estados Unidos estavam por trás do Congresso”, con-cluiu Diana Josselson.<sup>23</sup>

Apesar de tudo, o festival teve dois resultados palpáveis. Primeiro, lan-çou a Orquestra Sinfônica de Boston como um cartaz do virtuosismo sinfô-nico da América. Depois de sua apresentação triunfal no festival de Paris, a orquestra viajou pela maioria das grandes cidades européias, apresentando-se em Haia, Amsterdã, Bruxelas, Frankfurt, Berlim, Estrasburgo, Lyon, Bordeaux e Londres. Como carro-chefe da cultura norte-americana, ela se tornou a resposta da CIA à *agitprop* do passado.

C. D. Jackson escreveu empolgado sobre o “sucesso e aceitação avassa-ladores da Sinfônica de Boston em sua turnê européia (...). Não foi um tra-balho fácil de realizar, mas, do ponto de vista da Grande Causa, foi essencial, e mais do que justificou o sangue, suor e lágrimas preliminares. Um dos maiores riscos que enfrentamos na Europa, se não o maior, é a não aceitação européia da América noutras questões que não a Coca-Cola, as banheiras e os tanques de guerra (...). A contribuição da OSB nesse campo intelectual e cultural é incomensurável, mas enorme”.<sup>24</sup> Braden mostrou um entusiasmo similar e, mais tarde, lembrou “a enorme alegria que senti quando a Or-questra Sinfônica de Boston granjeou mais aclamação para os Estados Uni-dos em Paris do que teriam conseguido John Foster Dulles ou Dwight D. Eisenhower com cem discursos”.<sup>25</sup>

A segunda realização positiva do festival foi ter instituído a Fundação Farfield como um patrocinador aparentemente confiável do Congresso. Isso significou que Irving Brown não precisou mais bancar a despesa com sua “caixinha”, e começou a recuar para os bastidores. A Fundação Farfield foi criada em 30 de janeiro de 1952 como uma “organização sem fins lucrati-vos”. De acordo com seu folheto, foi “formada por um grupo de cidadãos norte-americanos, interessados em preservar a herança cultural do mundo

livre e em estimular a expansão e o intercâmbio constantes de conhecimentos nos campos das artes, letras e ciências. Para tanto, a Fundação oferece ajuda financeira a grupos e organizações empenhados na interpretação e na divulgação dos avanços culturais recentes, bem como a grupos cujas iniciativas nos campos literário, artístico ou científico possam constituir contribuições valiosas para o progresso da cultura. A Fundação oferece assistência a organizações cujos programas tendam a fortalecer os laços culturais que ligam as nações do mundo, e a revelar a todos os povos que partilham das tradições de uma cultura livre os perigos intrínsecos que o totalitarismo cria para o desenvolvimento intelectual e cultural”.<sup>26</sup>

O primeiro presidente da Farfield, e o mais importante testa-de-ferro da CIA, foi Julius Fleischmann, apelidado de “Junkie”, herdeiro milionário de uma imensa fortuna construída com base no fermento e no gim, que morava em Indian Hill, nos arredores de Cincinnati. Ele ajudara a financiar a revista *The New Yorker* e se gabava de uma carteira polpuda de patrocínio artístico: era diretor da Ópera Metropolitana de Nova York, membro da Real Sociedade das Artes, em Londres, membro do comitê consultivo da Escola de Arte Dramática de Yale, diretor do Balé Russo de Monte Carlo, de Diaghilev, e da Fundação de Balé de Nova York, e ainda esteio financeiro de muitas produções da Broadway. Michael Josselson referia-se a ele como “o mecenas norte-americano do mundo da cultura”. Sua fortuna pessoal e seu patrocínio artístico diversificado faziam dele um financiador idealmente plausível para o patrocínio do Congresso pela Liberdade Cultural por parte da CIA.

Tempos depois, Braden descreveu Junkie como um dos muitos “milionários que queriam prestar serviços ao governo. Tiravam disso uma certa dose de auto-estima. Eram levados a se sentir como figurões, por serem admitidos nessa expedição secreta de combate aos comunistas”.<sup>27</sup> Membro ativamente engajado do OPC de Wisner desde seus primórdios, Junkie era freqüentador assíduo dos corredores empoeirados dos galpões do Washington Mall, orgulhoso de seu papel de fachada (a princípio através da Fundação Fleischmann) para atividades secretas. Entretanto, na reorganização drástica que se seguiu ao advento da Divisão de Organizações Internacionais, Junkie foi meio destrutado. “O problema era que ele levava aquilo muito a sério”, disse Braden. “Começou a achar que era o dono dessas fachadas. Elas apenas usavam seu nome, mas ele começou a acreditar que aquilo era para valer. Lem-

bro-me de que começou a me dizer o que queria. Dizia querer que sua fundação fizesse isto e não aquilo. E isso era a última coisa de que eu precisava (...). No fim, nós lhe oferecemos a Farfield como uma espécie de compensação. Mas ela sempre foi apenas uma fachada. Quem quer que a presidisse era apenas um nome, e toda aquela velharia de Nova York participava da diretoria só para nos fazer um favor.”<sup>28</sup>

“A Fundação Farfield era uma fundação da CIA, e havia muitas delas”, continuou a explicar Tom Braden. “Usávamos os nomes de fundações para muitos fins, mas elas *não existiam*, exceto no papel. Procurávamos em Nova York alguém que fosse rico e conhecido, e lhe dizíamos: ‘Queremos criar uma fundação’, e então lhe contávamos o que pretendíamos fazer, e fazíamos a pessoa jurar segredo, e ela respondia: ‘É claro que eu topo.’ Depois disso, publicava-se um papel timbrado em que o nome do sujeito aparecia, e passava a haver uma fundação. Na verdade, era um recurso bem simples.”<sup>29</sup> Como presidente da Fundação Farfield, Junkie podia ser apresentado a pessoas de fora, desavisadas, como o financiador particular do Congresso pela Liberdade Cultural. “Era bom ter um patrocinador para exibir”, comentou Diana Josselson, “e ele adorava esse papel. Mas esse relacionamento tornou-se uma tarefa árdua e uma chatices, porque desviava Michael de coisas mais substantivas, enquanto ele dava grandes mostras de deferência ao grande patrocinador.”<sup>30</sup>

Os diretores da Farfield reuniam-se em meses alternados em Nova York, onde costumava haver um “convidado” do Congresso — Nabokov, Josselson ou Muggeridge. Aprovavam os pagamentos sem fazer perguntas, encenando o que Muggeridge chamava de “a comédia” como um dever patriótico. Havia também uma reunião anual de diretoria, que Diana Josselson descreveu como “uma enorme farsa, é claro. Michael comparecia, assim como Junkie. A relação toda era uma farsa, de certo modo, porque apenas aparentávamos seriedade. Eles só faziam aprovar um conjunto de medidas previamente preparadas”.<sup>31</sup>

Como secretário-geral do Congresso, Nabokov com certeza sabia a qual agência do governo devia a extraordinária generosidade de que desfrutou o escritório de Paris durante seu festival gigantesco. Anos depois, confessou a Josselson que a “rainha Juliana Fleischmann” nunca fora plausível. Ele havia pensado no “Junkie plutocrata” como “um canal precário”. Oficialmente, porém, Nabokov não sabia de nada, e afirmou (com a mesma implausibilidade) que, “curiosamente, nem por um instante a questão do dinheiro me passou

pela cabeça. É provável que devesse ter passado, porque era difícil imaginar os sindicatos de trabalhadores norte-americanos subsidiando um festival de arte moderna grandiosamente caro e realizado não na América, mas justamente em Paris (...). Nem em meus sonhos mais desvairados eu poderia esperar que meu 'festival dos sonhos' recebesse o apoio da máquina de espionagem dos Estados Unidos, nem tampouco soube que a passagem da minha esplêndida viagem na primeira classe para Paris fora paga pela CIA, através do representante europeu do sindicato dos trabalhadores, o animado Sr. Brown. E, em pouquíssimo tempo, essa mesma máquina de espionagem usaria fundações 'transitórias' para bombear dinheiro para grupos como o nosso Comitê Cultural, para faculdades norte-americanas, orquestras de refugiados e sabe-se lá o que mais".<sup>32</sup>

Poderia Nabokov estar realmente na ignorância, sem saber que se enredava num engodo deliberado? Ou será que, como muitos de seus contemporâneos, ele se havia transformado, à semelhança do Alden Pyle de Graham Greene, em apenas mais um americano tranqüilo?\* "Ele nem sequer escutou o que eu disse; já estava absorto nos dilemas da Democracia e nas responsabilidades do Ocidente; estava decidido — disso eu soube muito cedo — a fazer o bem não a uma pessoa individual, mas a um país, um continente, um mundo. Bem agora estava em seu elemento, com o universo inteiro para aprimorar."<sup>33</sup>

---

\*Do livro de Greene, *O americano tranqüilo*, que também inspirou, em 2002, o filme do mesmo nome, dirigido por Philip Noyce. (N. da T.)

## 9

### O consórcio

- Majestade, sobre quem é que reinais?
- Sobre tudo — respondeu o rei, com magnífica simplicidade.
  - *O pequeno príncipe*, Antoine de Saint-Exupéry

A liberdade cultural não foi barata. Nos dezessete anos seguintes, a CIA bombeou dezenas de milhões de dólares para o Congresso pela Liberdade Cultural e projetos correlatos. Com esse tipo de compromisso, ela funcionava, na verdade, como o Ministério da Cultura dos Estados Unidos.

Um aspecto central dos esforços da Agência para mobilizar a cultura como arma da Guerra Fria foi a organização sistemática de uma rede de grupos ou “amigos” “particulares” num consórcio não oficial. Tratou-se de uma coalizão empresarial de fundações filantrópicas, empresas comerciais e outras instituições e indivíduos, que trabalhavam de mãos dadas com a CIA para proporcionar a fachada e o canal de financiamento de seus programas secretos na Europa ocidental. Além disso, podia-se confiar nesses “amigos” para articular os interesses do governo no país e no exterior, enquanto pareciam fazê-lo exclusivamente por iniciativa própria. Mantendo seu *status* “privado”, esses indivíduos e entidades agiam, na verdade, como os capitalistas de risco da Guerra Fria, designados pela CIA.

A inspiração por trás desse consórcio era Allen Dulles, que começara a construir suas bases depois da guerra, quando ele e o irmão, John Foster Dulles, foram sócios do escritório de advocacia Sullivan and Cromwell. Em maio de



1949, Allen Dulles presidiu a criação do Comitê Nacional por uma Europa Livre, que era, aparentemente, iniciativa de um “grupo de cidadãos norte-americanos”, mas constituía, na realidade, uma das fachadas mais ambiciosas da CIA. Instituído em Nova York em 11 de maio de 1949, o Comitê Nacional por uma Europa Livre tinha como objetivo declarado “usar as muitas e variadas habilidades dos exilados provenientes do Leste Europeu no desenvolvimento de programas que combatam ativamente a dominação soviética”.<sup>1</sup> Comprometido com “a convicção de que essa luta tanto pode ser resolvida pela força das idéias quanto por meios físicos”, o Comitê não tardou a estender seu alcance a todas as áreas da Guerra Fria cultural. “O Departamento de Estado fica muito satisfeito ao ver a formação desse grupo”, anunciou o secretário de Estado Dean Acheson. “A seu ver, o objetivo dessa organização é excelente, e ele se compraz em dar boas-vindas a sua entrada nesse campo e lhe oferece seu caloroso respaldo.”<sup>2</sup> Essa bênção pública pretendia mascarar as origens oficiais do Comitê e o fato de que ele funcionava exclusivamente a critério da CIA, que lhe fornecia 90% do apoio financeiro através de verbas não declaradas. Por trás do endosso de Acheson havia outra verdade oculta. Embora o estatuto de fundação do Comitê incluísse o artigo “Nenhuma parte das atividades da corporação consistirá na realização de propaganda”, era isso, precisa e especificamente, que ele se destinava a fazer.<sup>3</sup>

Mudando-se para a CIA em dezembro de 1950, Allen Dulles tornou-se “o Grande Agente Encarregado” do Comitê Nacional por uma Europa Livre, trabalhando com Carmel Offie, que havia supervisionado esse comitê para o OPC de Wisner desde sua criação, um ano antes. Dulles encarregou-se então de organizar suas comissões, garantir sua alocação orçamentária e conceber suas estratégias. Como um dos pioneiros dessa organização não governamental quase autônoma, Dulles entendia que o sucesso do programa norte-americano da Guerra Fria dependia de “sua capacidade de parecer independente do governo, de parecer representar as convicções espontâneas de indivíduos amantes da liberdade”.<sup>4</sup> Por esse simples aspecto, o Comitê Nacional por uma Europa Livre serve de paradigma da “corporativização” que a CIA liderou na máquina da política externa durante o período da Guerra Fria.

Com uma proliferação de comissões e subcomissões, diretorias e conselhos administrativos, o Comitê gabava-se de um rol de membros que parecia o *Quem é Quem na América*. A interligação era vital, e deu um novo sentido

ao comentário jocoso de Paul Valéry de que a ambição dos europeus era serem governados por um comitê de norte-americanos. Lá estavam Lucius Clay, que, como Alto Comissário na Alemanha, dera o sinal verde para *Der Monat*; Gardner Cowles, presidente do grupo editorial Cowles e curador da Fundação Farfield; Henry Ford II, presidente da General Motors; Oveta Culp Hobby, uma curadora do Museu de Arte Moderna que permitiu que diversas fundações familiares fossem usadas como canais da CIA; o cardeal da Guerra Fria, Francis Spellman; C. D. Jackson, veterano da guerra psicológica e executivo da *Time-Life*; John C. Hughes, embaixador dos Estados Unidos na OTAN; Junkie Fleischmann; Arthur Schlesinger; Cecil B. DeMille; Spyros Skouras; Darryl Zanuck; e Dwight D. Eisenhower. Havia negociantes e advogados, diplomatas e administradores do Plano Marshall, executivos da propaganda e magnatas das comunicações, diretores de cinema e jornalistas, sindicalistas e, é claro, agentes da CIA — uma porção deles.

Todos esses homens eram conscientes. Para a Agência, o indivíduo “consciente” era “um homem de seu mundo, conhecedor da linguagem, dos códigos, dos costumes e dos símbolos de reconhecimento. Ser ‘consciente’ era fazer parte do clube. Falar sua língua. Compreender os sinais importantes. Conhecer o poder da fraternidade. O ‘inconsciente’ era alienado, não sabia do que se passava a seu redor, desconhecia as concepções da elite que norteavam o círculo fechado das informações secretas”.<sup>5</sup> Recordando a facilidade com que podia engajar seus conterrâneos norte-americanos em projetos sigilosos, o agente da CIA Donald Jameson disse: “Naquela época, não havia praticamente ninguém neste país a quem eu não pudesse me dirigir e dizer: ‘Sou da CIA e gostaria de lhe perguntar sobre tal ou qual coisa’, e obter, no mínimo, uma acolhida respeitosa e uma conversa.”<sup>6</sup> Os agentes da CIA raramente tinham que bater — a porta ficava aberta.

Decorrido apenas um ano de sua criação, esse núcleo de operadores “privados” fizera o Comitê de Dulles pela Europa Livre (como ficou conhecido) passar de seus “primórdios hesitantes para um programa amplo e bem definido, com operações em escala muito substancial”. Ele era “um instrumento na mão — oportuno e já bem formado” para perseguir “a vitória das idéias”. Seu pessoal somava 413 integrantes, dentre os quais 201 eram norte-americanos, muitos deles de origem européia, e 212 eram “especialistas” exilados do Leste Europeu.<sup>7</sup> Só no primeiro ano, seu orçamento foi de 1.703.266

dólares. Um orçamento específico de dez milhões de dólares foi reservado para a Rádio Europa Livre (REL), fundada em Berlim em 1950, sob os auspícios do Comitê. Em poucos anos, a REL tinha 29 estações, que transmitiam programas em dezesseis línguas diferentes e usavam “todos os truques de oratória conhecidos desde Demóstenes ou Cícero, em [suas] ‘Filípicas’, contra qualquer indivíduo que apoiasse o regime stalinista”.<sup>8</sup> A rádio também recrutava os serviços de informantes atrás da Cortina de Ferro, monitorando a transmissão de programas comunistas, financiando palestras e escritos anticomunistas de intelectuais do Ocidente, e distribuindo internacionalmente suas “pesquisas” a estudiosos e jornalistas (inclusive os filiados ao Congresso pela Liberdade Cultural).

O braço do Comitê pela Europa Livre encarregado do levantamento de fundos era a Cruzada pela Liberdade, da qual um jovem ator chamado Ronald Reagan foi um porta-voz e divulgador de destaque. A Cruzada pela Liberdade foi usada na lavagem de dinheiro para apoiar um programa dirigido por Bill Casey, futuro diretor da CIA, chamado Comitê Internacional de Refugiados, em Nova York, que supostamente coordenava a retirada de nazistas da Alemanha e sua infiltração nos Estados Unidos, onde se esperava que eles ajudassem o governo em sua luta contra o comunismo.

Dulles mantinha um controle firme do Comitê, colocando funcionários da CIA em posições essenciais. Quando surgia um problema que precisava ser solucionado “fora dos canais regulares”, ele simplesmente convocava uma reunião com os dirigentes do Comitê numa boate ou num hotel de Nova York. Documentos ultra-secretos registram uma série dessas reuniões, convocadas por Dulles, no Knickerbocker Club e no Drake Hotel (nesse caso, num quarto reservado para a ocasião. Quantas campanhas da Guerra Fria terão sido travadas a partir de quartos de hotel?). Outras reuniões eram realizadas no escritório de Allen Dulles ou no de Frank Wisner, na sede da CIA.

“Os Estados Unidos eram uma grande operação, muito grande”, diz o narrador de *O legado de Humboldt*. Comentando a dedicação da elite norte-americana a seu trabalho de tripular esse navio corsário, Henry Kissinger escreveu: “É um mérito perene daquela geração de norte-americanos haver assumido essas responsabilidades com energia, imaginação e habilidade. Ao ajudar a Europa a se reconstruir, ao incentivar a união européia, ao moldar as instituições de cooperação econômica e ao ampliar a proteção de nossas

alianças, ela salvou a possibilidade da liberdade. Esse surto de criatividade foi um dos momentos gloriosos da história norte-americana.”<sup>9</sup> Henry Breck, um agente de informações da CIA e ex-aluno da Escola Groton, expressou essa idéia de outra maneira: “É claro que, quando se está numa guerra de verdade, deve-se lutar com empenho — e as classes mais altas são as que mais lutam. São as que mais têm a perder.”

Quando não estavam reunidas em boates ou quartos de hotel, as classes altas de Breck dedicavam-se com igual empenho à tarefa do entretenimento. Animados, confiantes e volúveis, Wisner e seus colegas tinham tanto empenho em desfrutar de uma boa festa quanto em salvar o mundo do comunismo. Wisner adorava dançar o “*crab walk*”. Angleton, um lendário consumidor de martínis (e, às vezes, de qualquer bebida em que pudesse pôr as mãos), costumava dançar à vontade nas festas ao som de músicas de Elvis Presley, gingando com entusiasmo, amiúde sozinho. Maurice Oldfield, chefe do MI6, conhecido como “C”, também adorava dançar. “Maurice (...) nos visitava em Rhode Island e, à noite, dançava sob as árvores”, lembrou Janet Barnes.<sup>10</sup> À medida que o mundo se tornava mais estranho, com “um padrão mais complicado”, a animação deles era realmente “uma empolgação da vida inteira a cada momento”.

Parece espantoso que homens que iam a tantas festas e bebiam tão prodigiosamente continuassem a funcionar no trabalho durante o dia. Promotores de uma nova ordem mundial, eles só adiavam a exaustão porque os ganhos potenciais eram realmente imensos. De volta a suas escrivinhas no dia seguinte, atarefavam-se na descoberta de novas maneiras de garantir seus investimentos e ampliar seus bens. “Em geral, procurávamos encontrar norte-americanos que consentissem em receber o dinheiro em suas contas e depois usá-lo para contribuir de várias maneiras”, disse William Colby, um agente de ações secretas. “Se a gente se dirigisse a uma instituição ou empresa norte-americana, ou a qualquer coisa parecida, e perguntasse ‘vocês querem ajudar seu país, transferindo esse dinheiro?’, eles batiam continência e diziam: ‘É claro, será um prazer.’ É fácil circular dinheiro pelo mundo para levá-lo ao objetivo final desejado. Podia não ser um pagamento vultoso, e sim vários pagamentos pequenos, indo na direção certa. Isso ia até a prática bem mais escancarada, à qual eu às vezes me dedicava, de pôr maços de dinheiro local na mala do meu carro, sair dirigindo e transferi-los para o carro de outro colega.”<sup>11</sup>

As empresas e indivíduos norte-americanos que concordavam em colaborar com a Agência desse modo eram conhecidos como “canais silenciosos”. Esses canais também podiam ser criados depois de se estabelecer contato no sentido inverso. “Muitas vezes, grupos privados norte-americanos nos procuravam”, lembrou o agente Lee Williams. “Não éramos sempre nós que os procurávamos. Havia uma comunhão de propósitos, que nos parecia desfazer qualquer grande preocupação sobre a moralidade do que estávamos fazendo.”<sup>12</sup>

Em 1956, depois da rebelião húngara, J. M. Kaplan, presidente da Welch Grape Juice Company e presidente e tesoureiro da Fundação Kaplan (ativo de 14 milhões de dólares), escreveu a Allen Dulles oferecendo seus serviços na luta contra o comunismo. Kaplan ofereceu-se para dedicar sua “energia infindável, a fim de utilizar toda idéia e recurso engenhoso no objetivo supremo de desarticular a conspiração comunista, buscando e aproveitando todas as oportunidades práticas”.<sup>13</sup> Posteriormente, Dulles providenciou para que um “representante” da CIA marcasse um encontro com Kaplan. A Fundação Kaplan logo passou a figurar como um trunfo, uma “passagem confiável” para as verbas secretas destinadas a projetos da CIA, entre eles o Congresso pela Liberdade Cultural e um instituto chefiado pelo socialista veterano e presidente do Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, Norman Thomas.

✕ O uso de fundações filantrópicas era a maneira mais conveniente de transferir grandes somas para projetos da Agência, sem alertar os beneficiários para sua origem. Em meados da década de 1950, a intromissão da CIA no campo das fundações foi maciça. Embora não disponhamos de cifras relativas a esse período, a conclusão geral de uma comissão parlamentar de inquérito de 1952, nomeada para investigar fundações dos Estados Unidos, foi que “um volume ímpar de poder concentra-se cada vez mais nas mãos de um grupo inter-relacionado e que se perpetua. Diversamente do poder das diretorias das empresas, ele não é verificado pelos acionistas; diversamente do poder dos governos, não é checado pelo povo; diversamente do poder das igrejas, não é checado por nenhum cânone de valor solidamente estabelecido”.<sup>14</sup> Em 1976, uma Comissão Especial nomeada para investigar as atividades do serviço secreto dos Estados Unidos deu informações sobre a penetração da CIA no campo das fundações em meados da década de 1960: durante 1963-1966, das 700 verbas de mais de 10 mil dólares concedidas por 164 fundações, pelo menos 108 envolveram financiamento parcial ou completo

da CIA. Mais importante ainda, o financiamento da CIA esteve implicado em quase metade das concessões feitas por essas 164 fundações no campo das atividades internacionais, durante o mesmo período.

As fundações “autênticas”, como a Ford, a Rockefeller e a Carnegie, eram consideradas “o tipo melhor e mais plausível de disfarce para os financiamentos”.<sup>15</sup> Um estudo da CIA, datado de 1966, afirmou que essa técnica era “particularmente eficaz para as organizações associativas democraticamente dirigidas, que precisam assegurar a seus próprios membros e colaboradores desavisados, bem como a seus críticos hostis, que possuem fontes privadas de renda genuínas e respeitáveis”. Sem dúvida, isso permitiu que a CIA financiasse “um leque aparentemente ilimitado de programas secretos de ação que afetavam grupos de jovens, sindicatos de trabalhadores, universidades, editoras e outras instituições privadas”, a partir do início da década de 1950.<sup>16</sup>

“Havia na CIA um braço secreto cuja tarefa era ajudar a proporcionar fachadas, como as fundações que usávamos em nossas operações”, explicou Braden. “Eu não prestava atenção aos detalhes. O Departamento de Finanças cuidava disso e falava com o funcionário encarregado da camuflagem. Era apenas um dos mecanismos usados. A Fundação Farfield foi uma dessas fachadas. Não sei o nome de todas elas, não consigo me lembrar. Mas era um vaivém de dinheiro. Nunca houve o menor perigo de que a CIA ficasse sem dinheiro.”<sup>17</sup>

Esse vaivém de dinheiro era filtrado por uma multiplicidade de fundações anfitriãs, algumas das quais funcionavam como fachadas, outras como dutos. Entre as que facilitaram conscientemente as “transferências de verbas” da CIA, havia mais de 170 fundações, que incluíram a Fundação Hoblitzelle (um canal de transferência da Farfield), a Fundação Littauer (doadora da Farfield), o Fundo do Distrito de Miami (outro “doador” da Farfield), o Fundo Price (uma fachada da CIA), a Fundação Beneficente Rabb (que recebia dinheiro da CIA do fictício Fundo Price e, em seguida, passava-o para a Farfield), o Fundo Vernon (tal como a Farfield, uma fachada da CIA, com uma diretoria que apenas carimbava o seu aval) e o Fundo de Pecúlio Whitney. Nas diretorias dessas entidades estava a nata do meio social, financeiro e político dos Estados Unidos. Não era à toa que essas fundações se anunciavam como “privadas”. Tempos depois, dizia uma piada que, quando uma organização filantrópica ou cultural norte-americana trazia as palavras “livre”

ou “privada” em seu material impresso, devia ser uma fachada da CIA. Era o consórcio em funcionamento, cobrando favores em toda a rede dos antigos laços estudantis, na rede do OSS e nas salas de diretoria da América.

A simples diretoria da Fundação Farfield já oferece um mapa fascinante desses elos complexos. Junkie Fleischmann, seu presidente, foi consultor contratado do OPC de Wisner e, depois dele, uma fachada deliberada da CIA para o Congresso pela Liberdade Cultural. Seu primo, Jay Holmes, era presidente da Fundação Holmes, fundada em 1953 em Nova York. Holmes começou a fazer pequenas contribuições para o Congresso pela Liberdade Cultural em 1957. A partir de 1962, a Fundação Holmes funcionou formalmente como um canal de transferência de dinheiro da CIA para o Congresso. A Fundação Fleischmann, da qual Junkie era presidente, estava igualmente listada como doadora da Fundação Farfield. Também na diretoria da Fundação Fleischmann encontrava-se Charles Fleischmann, sobrinho de Junkie, introduzido na Farfield como diretor no começo da década de 1960.

Outro dirigente da Farfield era Cass Canfield, um dos mais ilustres editores norte-americanos. Ele era diretor da Grosset and Dunlap, da Bantam Books, e diretor e presidente da equipe editorial da Harper Brothers. Canfield foi o editor norte-americano de *O deus que falhou*. Tinha numerosas ligações com o mundo do serviço secreto, tanto na condição de ex-oficial da guerra psicológica quanto na de amigo pessoal e íntimo de Allen Dulles, cujo livro de memórias, intitulado *The Craft of Intelligence*, publicou em 1963. Canfield também fora ativista e angariador de fundos da União Mundial de Federalistas no fim da década de 1940. Seu presidente da época era Cord Meyer, depois assistente de Tom Braden, que revelou que “uma das técnicas que usávamos era incentivar aqueles de nossos membros que tinham cargos influentes nas organizações de profissionais liberais, nas associações comerciais ou nos sindicatos trabalhistas, para que eles obtivessem a aprovação, em suas convenções anuais, de resoluções favoráveis a nossa causa”.<sup>18</sup> Em 1954, Canfield chefiou um Comitê Democrático sobre as Artes. Mais tarde, foi um dos membros fundadores da American National Theatre and Academy (ANTA), reativada em 1945 como o equivalente do ramo teatral norte-americano nos assuntos exteriores, ao lado de Jock Whitney, outro dos “canais silenciosos” da CIA. Canfield era amigo de Frank Platt, também diretor da Farfield e agente da CIA. No fim da década de 1960, Platt ajudou Michael

Josselson a conseguir um emprego com Canfield na Harper's. Canfield também era um dos dirigentes da *Sociedade França-América*, ao lado de C. D. Jackson, Grayson Kirk (presidente da Universidade de Columbia), David Rockefeller e William Burden (que era seu presidente).

William Armistead Moale Burden, além de presidente da *France-America Society*, era diretor da Farfield. Trineto do comodoro Vanderbilt, Burden era uma presença fundamental no *establishment* norte-americano. Era membro diretor do Conselho de Relações Exteriores, um centro particular de pesquisa intensiva formado pela elite empresarial e social dos Estados Unidos, que funcionava como uma espécie de unidade oficiosa de formulação da política externa (cujos outros membros incluíam Allen Dulles, John McCloy e David Rockefeller). Durante a guerra, ele trabalhou para a organização de informações secretas de Nelson Rockefeller e presidiu um comitê consultivo do Museu de Arte Moderna em Nova York. Em 1956, tornou-se presidente do museu. Nesse ano, também participou de um Comitê Consultivo do Departamento de Estado chamado "Books Abroad" [Livros no Exterior]. Como ex-subsecretário de Estado da Aeronáutica, era um financista com interesses especiais no financiamento da aviação, havendo-se associado com a Brown Brothers, Harriman and Company e com a Scudder, Stevens and Clark, em Nova York, além de ser diretor de diversas empresas, entre elas a American Metal Company Ltd., a Union Sulphur and Oil Corporation, a Cerro de Pasco Corporation e o Banco Hanover. Foi membro visitante de comitês docentes de Harvard e do MIT, co-presidente da "Saudação à França", patrocinada pelo governo (Paris, primavera de 1955), e embaixador norte-americano em Bruxelas em 1960.

Outro executivo da Farfield era Gardner Cowles, um dos doadores da Fundação Gardner Cowles, com sede em Iowa, cujos enormes ativos, isentos de impostos, vinham dos imensos lucros da empresa *Cowles Magazines and Broadcasting*, da qual ele era presidente. Foi também membro associado da Cruzada pela Liberdade e patrocinador da revista *History*, publicada pela Sociedade de Historiadores Norte-Americanos e financiada por "donativos privados". Essa revista foi tão resultante da Guerra Fria quanto a Cruzada pela Liberdade, e incluía em sua lista de "patrocinadores" William Donovan, Dwight D. Eisenhower, Allen Dulles e Henry Luce.

O diretor executivo da Fundação Farfield que exerceu essa função por mais tempo foi John Thompson, de apelido "Jack", que ocupou o cargo de



1956 a 1965. Thompson foi recrutado para a CIA por Cord Meyer, a quem conhecia desde 1945, quando ambos tinham sido assistentes da delegação norte-americana na conferência realizada em San Francisco para estabelecer a estrutura da nova Organização das Nações Unidas. Ex-aluno da Universidade de Columbia, quando dirigida por Lionel Trilling, Thompson era bem conhecido nos círculos literários de Nova York. Jennifer Josselson, filha de Michael, referia-se a ele como “tio Jack”.

Entre outros diretores da Farfield estavam William Vanden Heuvel, um advogado nova-iorquino muito ligado a John e Bobby Kennedy, assim como a Arthur Schlesinger (e que também integrou a diretoria do Comitê de Resgate Emergencial, ao lado de William Donovan e Cass Canfield); Joseph Verner Reed, presidente da *Triton Press*, vice-presidente da *Hobe Sound Company*, na Flórida, e membro do Conselho Consultivo de Arte Dramática do Programa de Intercâmbio Internacional da ANTA; Fred Lazarus Jr., principal doador da Fundação Fred Lazarus (que, em 1956, fez uma contribuição substancial para a Farfield) e, mais tarde, membro consultivo do Fundo Nacional para as Artes; Donald Stralem, presidente da *United Community Defense Services Inc.* e, ao lado de sua mulher, Jean, doador da Fundação Shelter Rock (que “canalizou” dinheiro da CIA destinado ao Congresso pela Liberdade Cultural para os cofres da Farfield em 1962, ano em que Stralem substituiu Fleischmann como presidente da Farfield); Whitelaw Reid, editor do *New York Herald Tribune*; e Ralph P. Hanes, diretor da Fundação Hanes, na Carolina do Norte. Como bons amigos de Junkie, Hanes e sua mulher, Barbara, fizeram cruzeiros com os Fleischmann e os Wisner nas Bahamas. Por último, é claro, havia Michael Josselson, cujo nome aparecia no papel timbrado da fundação como seu diretor internacional, e que recebia seu salário da CIA através da fundação.

A Farfield nada tinha de excepcional em seu caráter incestuoso. Essa era a natureza do poder na América da época. O sistema de patrocínio privado era o modelo preponderante de como grupos pequenos e homogêneos passavam a defender os interesses da América — e, por definição, os deles mesmos. Prestar serviços no topo desse rol era a ambição de todo WASP\* que se prezasse. O prêmio era um cargo diretivo na Fundação Ford ou na Fundação Rockefeller,

---

\*“Protestante branco anglo-saxão”, sigla do original “white Anglo-Saxon Protestant”.  
(N. da T.)

ambas as quais eram instrumentos conscientes da política externa clandestina dos Estados Unidos, com diretores e funcionários que tinham estreitas ligações com o serviço secreto norte-americano, ou eram até integrantes dele.

Criada em 1936, a Fundação Ford era a nata isenta de impostos da vasta fortuna dos Ford, e tinha um ativo que somava mais de três bilhões de dólares no fim da década de 1950. Dwight Macdonald fez dela uma descrição memorável, como “uma vasta massa de dinheiro, completamente cercada por pessoas que querem algum”. Os arquitetos da política cultural da Fundação, depois da Segunda Guerra Mundial, estavam em perfeita sintonia com os imperativos políticos que respaldavam a portentosa presença dos Estados Unidos no cenário mundial. Em certos momentos, a Fundação Ford parecia ser uma simples extensão do governo na área da propaganda cultural internacional. A Fundação tinha um histórico de estreito envolvimento em ações clandestinas na Europa, trabalhando de perto com responsáveis pelo Plano Marshall e pela CIA em projetos específicos. Essa reciprocidade foi ainda mais ampliada quando Richard Bissell, um planejador do Plano Marshall mediante cuja assinatura se haviam destinado fundos de contrapartida a Frank Wisner, ingressou na Fundação Ford, em 1952, prevendo com exatidão que não haveria “nada que impedisse um indivíduo de exercer tanta influência, através de seu trabalho numa fundação privada, quanto poderia fazer através do trabalho no governo”.<sup>19</sup> Durante sua gestão na Ford, Bissell reuniu-se muitas vezes com Allen Dulles e outras autoridades da CIA, inclusive Tracy Barnes, seu ex-colega de classe na Groton, numa “busca recíproca” de idéias novas. Afastou-se subitamente para se ligar à CIA como assistente especial de Allen Dulles, em janeiro de 1954, não sem antes ajudar a conduzir a fundação para a vanguarda do pensamento da Guerra Fria.

Bissell havia trabalhado diretamente sob as ordens de Paul Hoffman, que se tornou presidente da Fundação Ford em 1950. Havendo chegado à Fundação diretamente de seu cargo de administrador do Plano Marshall, Hoffman fizera um curso completo de imersão nos problemas da Europa e no poder das idéias para lidar com esses problemas. Era fluente na linguagem da guerra psicológica e, fazendo eco à exclamação de Arthur Koestler em 1950 (“Amigos, a liberdade partiu para a ofensiva!”), falava em “travar a batalha da paz”. Também compartilhava com Robert Maynard Hutchins, porta-voz da Fundação Ford, a visão de que o Departamento de Estado estava “sujeito a tanta

interferência política interna, que já não consegue apresentar uma imagem completa da cultura norte-americana”.

Uma das primeiras iniciativas da Fundação Ford na diplomacia cultural internacional, no período do pós-guerra, foi o lançamento, em 1952, do Programa de Publicações Interculturais, chefiado por James Laughlin, editor da série *New Directions* (que publicava George Orwell e Henry Miller) e guardião reverenciado dos interesses da vanguarda. Com uma verba inicial de 500 mil dólares, Laughlin lançou a revista *Perspectives*, que tinha por alvo a esquerda não comunista da França, da Inglaterra, da Itália e da Alemanha (e era publicada nas línguas de todos esses países). O objetivo da revista, enfatizou Laughlin, era “menos derrotar os intelectuais esquerdistas no combate dialético do que atrai-los para longe de suas posições, por meio da persuasão estética e racional”. Além disso, ela “promoveria a paz, aumentando o respeito pelas realizações não materialistas dos Estados Unidos entre os intelectuais do exterior”.<sup>20</sup>

Com sua diretoria repleta de combatentes da Guerra Fria cultural, o programa de Publicações Interculturais também tinha por alvo os intelectuais norte-americanos que achavam que seu trabalho era “solapado pelo estereótipo vigente da América como um inferno da cultura de massa”. Malcolm Cowley foi um dos primeiros promotores de *Perspectives*, que oferecia uma versão da América muito distante dos “filmes, das insensíveis histórias de detetives, das histórias em quadrinhos e das revistas em que havia mais propaganda do que texto”. Um acadêmico, Perry Miller, argumentou que “não se deve incluir nenhuma propaganda do estilo de vida norte-americano; essa omissão, por si só, se tornará o mais importante elemento de propaganda, no melhor sentido”.<sup>21</sup> *Perspectives* nunca ficou à altura dessas expectativas. Irving Kristol referiu-se a ela como “aquele jornaleco infeliz da Fundação Ford”.<sup>22</sup> Após o fracasso da revista, foi fácil convencer a Fundação a assumir o patrocínio da *Der Monat* de Lasky. Criada mediante o apoio de Lucius Clay, em outubro de 1948, e financiada pelo “Fundo Confidencial” do Alto Comissariado norte-americano, *Der Monat* tinha patrocínios oficiais que dificultavam suas afirmações de independência. Lasky ansiava por substituir esse subsídio e, com a ajuda de Shepard Stone, um executivo da Fundação que havia trabalhado sob a direção de Clay na Alemanha, finalmente obteve uma verba da Fundação Ford e

declarou, na edição de outubro de 1954: “De agora em diante, somos absoluta e completamente livres e independentes.”

Em 21 de janeiro de 1953, Allen Dulles, inseguro de seu futuro na CIA sob a presidência de Eisenhower, então recém-eleito, encontrou-se com seu amigo David Rockefeller para almoçar. Rockefeller fez fortes insinuações de que, se Dulles resolvesse deixar a Agência, poderia ter uma expectativa razoável de ser convidado a se tornar presidente da Fundação Ford. Dulles não precisaria ter tido medo pelo futuro. Dois dias depois desse almoço, o *New York Times* divulgou a notícia de que ele se tornaria diretor da Agência Central de Informações.

O novo presidente da Fundação Ford foi anunciado pouco depois. Era John McCloy, arquétipo do poder e da influência norte-americanos no século XX. Ao chegar à Fundação Ford, ele tinha sido subsecretário da Guerra, presidente do Banco Mundial e Alto Comissário na Alemanha. Em 1953, tornou-se também presidente do *Chase Manhattan Bank*, de propriedade dos Rockefeller, e presidente do Conselho de Relações Exteriores. Depois do assassinato de John F. Kennedy, foi um dos nomeados para a Comissão Warren. Durante todo esse período, manteve sua carreira de advogado das sete grandes companhias de petróleo dos Estados Unidos, com escritório na Wall Street, e de diretor de numerosas empresas.

Como Alto Comissário na Alemanha, McCloy havia concordado em dar cobertura a um sem-número de agentes da CIA, inclusive Lawrence de Neufville. Apesar de estarem oficialmente empregados em sua administração, esses homens respondiam não oficialmente a seus chefes em Washington, que tinham poucas obrigações de dizer a McCloy o que os agentes realmente faziam. Como político sofisticado, McCloy tinha uma visão pragmática do interesse inevitável da CIA pela Fundação Ford, ao assumir a presidência desta. Para lidar com as preocupações de alguns executivos da Fundação, que achavam que sua reputação de integridade e independência vinha sendo solapada por seu envolvimento com a CIA, McCloy argumentou que, se eles não cooperassem, a CIA simplesmente penetraria em sigilo na Fundação, recrutando ou introduzindo pessoal nos níveis inferiores. A resposta de McCloy a esse problema foi criar na Fundação Ford uma unidade administrativa para lidar especificamente com a CIA. Chefiado por McCloy e outros dois executivos da Fundação, esse comitê de três homens

tinha que ser consultado todas as vezes que a Agência quisesse usá-la como rota de passagem ou como fachada. “Eles faziam uma verificação com esse comitê específico e, quando se julgava tratar-se de uma coisa razoável, que não fosse de encontro aos interesses de longo prazo da Fundação, o projeto era entregue ao pessoal interno e a outros executivos da casa [sem que eles] tivessem conhecimento das origens da proposta”,<sup>23</sup> explicou o biógrafo de McCloy, Kai Bird.

Estabelecido esse arranjo, a Fundação Ford foi oficialmente engajada como uma das organizações que a CIA poderia mobilizar na guerra política contra o comunismo. Os arquivos da fundação revelam uma profusão de projetos conjuntos. O Fundo do Leste Europeu, uma fachada da CIA em que George Kennan desempenhou um papel de destaque, recebeu quase todo o seu dinheiro da Fundação Ford. Esse fundo estabeleceu vínculos estreitos com a editora Chekhov, que recebeu 523 mil dólares da Fundação Ford para adquirir obras russas proibidas e fazer a tradução de clássicos ocidentais para o russo. A Fundação doou 500 mil dólares ao Comitê de Resgate Internacional, de Bill Casey, e concedeu verbas substanciais a outra fachada da CIA, a Assembléia Mundial da Juventude. Ela foi também uma das maiores doadoras do Conselho de Relações Exteriores, um banco de idéias independente que exerceu enorme influência na política externa norte-americana e funcionou (como continua a funcionar) de acordo com regras rigorosas de sigilo, que incluem a proibição da liberação de seus documentos por 25 anos.

Com uma grande verba da Fundação Ford, o Instituto de Artes Contemporâneas [ICA], fundado em Washington em 1947, expandiu seu programa internacional em 1958. No conselho administrativo do ICA estava William Bundy, integrante da Diretoria de Estimativas Nacionais da CIA e genro do ex-secretário de Estado Dean Acheson. Seu irmão, McGeorge Bundy, tornou-se presidente da Fundação Ford em 1966 (diretamente saído de seu cargo de assistente especial do presidente encarregado da Segurança Nacional, o que significava, entre outras coisas, o monitoramento da CIA). Entre os beneficiários da generosidade da Fundação figuraram Herbert Read, Salvador de Madariaga, Stephen Spender, Aaron Copland, Isak Dinesen, Naum Gabo, Martha Graham, Robert Lowell, Robert Penn Warren e Robert Richman, todos os quais eram Membros do Congresso de Líderes Culturais do ICA. Na verdade, este era uma extensão do trabalho do Congresso pela

Liberdade Cultural, que, por sua vez, era um dos maiores destinatários das verbas da Fundação Ford, tendo recebido sete milhões de dólares no começo dos anos sessenta do século XX.

Um dos primeiros defensores do Congresso pela Liberdade Cultural na CIA foi Frank Lindsay, a quem Neufville fora subordinado na preparação do conclave de 1950 em Berlim. Lindsay era um veterano do OSS que, em 1947, tinha escrito um dos primeiros memorandos a recomendar que os Estados Unidos criassem uma força secreta de ação para travar a Guerra Fria. O documento havia chamado a atenção de Frank Wisner, que o convidara para trabalhar na direção de suas operações européias no OPC. Como subchefe do OPC (1949-1951), Lindsay foi responsável pela criação dos grupos secretos “de retaguarda” na Europa Ocidental. Em 1953, entrou na Fundação Ford e, a partir dela, manteve estreito contato com seus colegas da comunidade de informações.

Posteriormente, a Lindsay foi juntar-se Waldemar Nielsen, que se tornou diretor de pessoal da Fundação. Ao longo de toda a sua gestão nessa entidade, Nielsen foi agente da CIA. Em 1960, tornou-se diretor executivo do Comitê Presidencial de Atividades de Informação no Exterior. Em seus vários disfarces, Nielsen trabalhou em estreita colaboração com C. D. Jackson, com quem compartilhava a insatisfação pelo “descaso fundamental para com os fatores psicológicos, num bom número de altos funcionários desta cidade”. Nielsen era também amigo íntimo do Congresso pela Liberdade Cultural, cujos esforços apoiava ardentemente.

O elo principal entre o Congresso e a Fundação Ford era Shepard Stone, que ganhara fama como especialista na estrutura e nos métodos pelos quais o governo e os grupos privados norte-americanos participavam dos assuntos mundiais. Editor dominical do *New York Times* antes da guerra, ele servira no G-2 (serviço de informações do exército) antes de se tornar diretor de assuntos públicos na Alemanha, subordinado a John McCloy, cargo este em que obtivera o patrocínio do governo para a revista *Der Monat*. Tarimbado na guerra psicológica, John McCloy tinha uma opinião suficientemente alta de Stone para recomendá-lo como um digno sucessor do chefe da Diretoria de Estratégia Psicológica que se estava afastando em 1951. Stone não obteve o cargo e, em vez disso, ligou-se à Fundação Ford. Ao longo de sua carreira, teve laços tão estreitos com a CIA, que muitos o ti-

nam na conta de um funcionário da Agência. “Shep não era agente da CIA, embora pudesse ter pescado nessas águas”,<sup>24</sup> comentou vagamente um agente. Em 1953, ele passou um mês na Europa, a convite de Josselson, visitando pessoas importantes do Congresso. Como diretor da Divisão de Assuntos Internacionais da Fundação Ford a partir de 1954, o valor de Stone para o Congresso aumentou ainda mais.

A Fundação Rockefeller, assim como a Ford, foi um componente da máquina da Guerra Fria dos Estados Unidos. Fundada em 1913, seu principal doador foi o lendário John D. Rockefeller III. Seus ativos ultrapassavam 500 milhões de dólares, sem incluir outros 150 milhões da Rockefeller Brothers Fund Inc., um importante banco de idéias criado em Nova York em 1940. Em 1957, este último reuniu as mentes mais influentes da época num Projeto de Estudos Especiais cuja tarefa era tentar chegar a uma definição da política externa norte-americana. O Subpainel II voltou-se para o estudo de Objetivos e Estratégias de Segurança Internacional, e seus membros incluíram Henry e Clare Booth Luce, Laurence Rockefeller, Townsend Hoopes (representando a empresa de Jock Whitney), Nelson Rockefeller, Henry Kissinger, Frank Lindsay e William Bundy, da CIA.

A convergência entre os bilhões da Fundação Rockefeller e o governo dos Estados Unidos ultrapassou até mesmo a da Fundação Ford. John Foster Dulles e, mais tarde, Dean Rusk saíram da presidência da Fundação Rockefeller para se tornar ministros de Estado. Outros pesos-pesados da Guerra Fria, como John J. McCloy e Robert A. Lovett, figuraram com destaque como dirigentes da Rockefeller. A posição central de Nelson Rockefeller nessa fundação garantiu uma relação estreita com os círculos de informações norte-americanos: ele fora encarregado de todas as informações secretas na América Latina durante a Segunda Guerra Mundial. Tempos depois, seu parceiro no Brasil, o coronel J. C. King, tornou-se chefe de atividades clandestinas da CIA no hemisfério ocidental. Quando Nelson Rockefeller foi nomeado por Eisenhower para o Conselho de Segurança Nacional, em 1954, seu trabalho consistia em aprovar várias operações secretas. Quando precisava de qualquer informação extra sobre as atividades da CIA, ele podia simplesmente pedir informações diretas a seu velho amigo Allen Dulles. Uma das mais controvertidas dessas atividades foi o projeto MK-ULTRA (ou “Candidato da Manchúria”), da CIA, que se dedicou a pesquisas sobre o controle

da mente durante a década de 1950. Essas pesquisas foram bancadas por verbas da Fundação Rockefeller.

Dirigindo seu próprio departamento de informações durante a guerra, Nelson Rockefeller estivera ausente das fileiras do OSS e, na verdade, criara uma inimizade com William Donovan que durou a vida inteira. Mas não havia preconceito contra os veteranos do OSS, que eram recrutados aos borbotões pela Fundação Rockefeller. Em 1950, um ex-integrante do OSS, Charles B. Fahs, tornou-se chefe da divisão de humanidades da fundação. Seu assistente era outro veterano do OSS, chamado Chadbourne Gilpatric, que lá chegara diretamente da CIA. Esses dois foram os principais elos com o Congresso pela Liberdade Cultural e responsáveis por fornecer grandes subsídios da Fundação Rockefeller à organização de Josselson.

Tão importante quanto Nelson Rockefeller foi seu irmão, David. Ele controlava o comitê de donativos da Fundação Chase Manhattan Bank, foi vice-presidente e depois presidente do próprio banco, membro do Conselho de Relações Exteriores, diretor do Comitê Executivo da Casa Internacional e amigo pessoal e íntimo de Allen Dulles e Tom Braden. “Era freqüente eu informar David, semi-oficialmente e com a permissão de Allen, sobre o que estávamos fazendo”, recordou Braden. “Ele era da mesma opinião que nós, e aprovava tudo que fazíamos. Tinha o mesmo sentimento que eu de que a maneira de vencer a Guerra Fria era a *nossa* maneira. Às vezes, David me dava dinheiro para fazermos coisas que não estavam em nosso orçamento. Deu-me muito dinheiro para causas na França. Lembro-me de que me deu 50 mil dólares para alguém que militava na promoção de uma Europa unida entre grupos de jovens europeus. Esse sujeito me procurou com esse projeto, eu o relatei a David, e David simplesmente me deu o cheque de 50 mil dólares. A CIA nunca entrou nessa equação.”<sup>25</sup>

Essas transações *freelance* deram um novo sentido à pirataria governamental, e foram um subproduto inevitável da semiprivatização da política externa norte-americana durante esses anos de Guerra Fria. Saídos da mesma cultura, no entanto, vieram desastres posteriores, como o de Oliver North. A comparação é válida, pois, tal como o arquiteto do Irangate, “com seu olhar firme, seu sentimento inexorável de missão e sua convicção palpável de que o fim justifica os meios”,<sup>26</sup> esses primeiros amigos da CIA nunca foram atormentados, nem uma única vez, pela dúvida a respeito de si mesmos ou de seus objetivos.





## A Campanha pela Verdade

Não basta escrever em iídiche; é preciso ter alguma coisa a dizer.

— Y. L. Peretz

O amplo festival de artes criado por Nicolas Nabokov em 1952 havia proporcionado uma oportunidade para testar o alcance da capacidade de propaganda secreta dos Estados Unidos. Todavia, numa era que ainda estava por descobrir a máxima de Marshall McLuhan de que “o meio é a mensagem”, os estrategistas do governo perguntaram-se então exatamente qual era a mensagem. Ou, como mais tarde diria Walt Rostow, ex-integrante do OSS e assessor especial de Eisenhower: “O problema dos golpes sujos era que não sabíamos o que dizer.”<sup>1</sup> Quem melhor do que um executivo da propaganda para definir a mensagem?

No começo da década de 1950, um homem sozinho fez mais do que qualquer outro para estabelecer a agenda da guerra cultural norte-americana. Como presidente do Comitê Nacional por uma Europa Livre e, mais tarde, assessor especial de Eisenhower na guerra psicológica, C. D. Jackson foi um dos mais influentes estrategistas secretos da América. Nascido em Nova York em 1902, era filho de um rico industrial que importava mármore e pedras da Europa. Formando-se em Princeton em 1924, “C.D.” juntou-se à empresa da família e fez extensas viagens pela Europa, cultivando contatos que se revelariam um recurso valioso em anos posteriores. Em 1931, ingressou no império da Time-Life de Henry Luce como executivo de propaganda. Du-

rante a guerra, foi um dos principais especialistas em guerra psicológica dos Estados Unidos, trabalhando como subchefe do Escritório de Informações de Guerra no Além-Mar, na África do Norte e no Oriente Médio, e depois como subchefe da Divisão de Guerra Psicológica (PWD) do SHAEF (Quartel-General Supremo da Força Expedicionária Aliada, que estava sob o comando de Eisenhower).

Depois da guerra, C.D. voltou para a Time-Life, onde se tornou vice-presidente da revista *Time*. Foi um dos primeiros ativistas do grupo nova-iorquino de Allen Dulles, um dos Caubóis da Park Avenue. Depois, em 1951, foi convidado a participar de um estudo patrocinado pela CIA, que recomendava a reorganização dos serviços de informação norte-americanos. Isso levou ao trabalho de diretor “externo” de operações clandestinas da Agência, através da Campanha pela Verdade e do Comitê Nacional por uma Europa Livre, do qual se tornou presidente. Ali, reuniu uma lista de norte-americanos ilustres — inclusive o general Eisenhower — dispostos a emprestar seu nome ao Comitê. Participou do Comitê Executivo da Rádio Europa Livre ao lado de Jay Lovestone e, ocasionalmente, de Arthur Schlesinger. Foi também diretor do Fundo das Faculdades Negras Unidas, curador da Orquestra Sinfônica de Boston (ao lado de Henry Cabot Lodge, Jacob Kaplan e Edward Taft, todos combatentes da Guerra Fria), e integrou as diretorias do Centro Lincoln de Planejamento das Artes, da Associação da Ópera Metropolitana (ao lado de Cornelius Vanderbilt Whitney) e da Carnegie Corporation de Nova York.

Eisenhower conhecia bem C.D. Jackson dos tempos de suas campanhas de guerra na Europa e na África, e fora instruído por ele na arte de manipular as platéias. Foi por influência de C.D. que Eisenhower foi convencido a contratar uma empresa de relações públicas durante sua campanha eleitoral, o que o tornou o primeiro candidato presidencial a fazê-lo (e levou um escritor a inventar o mantra jocoso “Philip Morris, Lucky Strike, Alka-Seltzer, Gosto do Ike”<sup>\*</sup>). Tão logo entrou na Casa Branca, em janeiro de 1953, como trigésimo quarto presidente dos Estados Unidos, Eisenhower fez uma nomeação especial para sua equipe: C.D. Jackson deveria ser o assessor especial do presidente para a Guerra Psicológica, cargo este que fez dele um ministro não oficial da propaganda, com poderes quase ilimitados.

---

<sup>\*</sup>No original, resgatando a “rima”, “Philip Morris, Lucky Strike, Alka-Seltzer, I Like Ike”.

A primeira tarefa de C.D. era consolidar a capacidade de guerra secreta da América. Nessa época, as operações de guerra psicológica e propaganda dividiam-se entre o Departamento de Estado, a Administração de Cooperação Econômica (que dirigia o Plano Marshall), o serviço militar de informações, a CIA e, dentro da CIA, mas amiúde com muita independência, o OPC de Wisner. Ao ver esses órgãos governamentais perpassados por disputas organizacionais e rivalidade interdepartamental, C.D. considerou que eles se estavam portando como “amadores profissionais” e se queixou de uma “absoluta penúria da política em Washington, um vazio completo”. Havia, segundo ele, “uma oportunidade e um problema. A oportunidade é reconquistar nossa dinâmica mundial, que não são os dólares, mas as idéias. Nossa dinâmica aceita até este momento — autoproteção e dólares — deve ser substituída pela dinâmica norte-americana anterior, de dedicação a um ideal. Nesse ponto, vemo-nos diante da possibilidade de um ressurgimento da proposta norte-americana no mundo inteiro (...) o problema está em como preservarmos essa dinâmica sem ter que recuar”. Em suma, o que se fazia necessário era uma “planta [abrangente] das medidas políticas e um projeto para a guerra psicológica dos Estados Unidos”, cuja meta era “vencer a Terceira Guerra Mundial sem ter que travá-la”.<sup>2</sup>

“Nosso objetivo na Guerra Fria não é a conquista de territórios nem a subjugação pela força”, explicou o presidente Eisenhower numa coletiva de imprensa. “Nosso objetivo é mais sutil, mais penetrante e mais completo. Estamos tentando levar o mundo, através de meios pacíficos, a acreditar na verdade. Essa verdade é que os norte-americanos querem um mundo em paz, um mundo em que todas as pessoas tenham oportunidade do máximo de desenvolvimento individual. Os meios que empregaremos para disseminar essa verdade são comumente chamados de ‘psicológicos’. Não tenham medo desse termo, simplesmente por ele ser uma palavra de cinco dólares e cinco sílabas. A ‘guerra psicológica’ é a luta pela mente e pela vontade dos homens.”<sup>3</sup>

Para superar a proliferação fragmentada e auto-rivalizante das operações secretas em todo o governo, o Departamento de Defesa e a CIA haviam proposto uma diretoria independente para coordenar as operações psicológicas. Apesar da resistência do Departamento de Estado, George Kennan defendera essa idéia e fora muito útil ao convencer o presidente Truman a assinar uma diretriz secreta que havia criado a Diretoria de Estratégia Psico-

lógica, em 4 de abril de 1951. Foi essa diretoria (cujo título orwelliano logo foi reduzido a suas iniciais, PSB\*) que recebeu instruções, nesse momento, para traçar a “planta das medidas políticas” reivindicada por C. D. Jackson.

O projeto “doutrinário” ou “ideológico” da PSB foi proposto, inicialmente, num documento estratégico chamado PSB D-33/2. O documento em si ainda é confidencial, mas, num longo memorando interno, um funcionário preocupado da PSB, Charles Burton Marshall, citou livremente as passagens que mais o inquietavam. “Como [pode] um governo interpor um vasto sistema doutrinário de sua autoria sem assumir a bandeira do totalitarismo?”, perguntou ele. “O documento não indica sistema algum. A rigor, aceita a uniformidade como substituta da diversidade. Postula um sistema que justifica ‘um tipo particular de convicção e estrutura sociais’, proporcionando ‘um corpo de princípios para as aspirações humanas’ e abarcando ‘todos os campos do pensamento humano’ — ‘todos os campos dos interesses intelectuais, desde a antropologia e as criações artísticas até a sociologia e a metodologia científica’.” Marshall (que viria a se tornar um ferrenho opositor da PSB) criticou, em seguida, a solicitação, constante do documento, de “‘uma máquina’ para produzir idéias que retratem ‘o estilo de vida norte-americano’ em ‘bases sistemáticas e científicas’”. “Ele prevê a ‘produção doutrinária’ sob um ‘mecanismo de coordenação’”, observou Marshall. “Afirma que ‘valoriza a ação rápida e positiva para estimular a criação e a distribuição de idéias’ (...) Prevê um ‘movimento intelectual de longo prazo’ como algo nascido desse esforço, e que teria o objetivo não só de se opor ao comunismo, mas, a rigor, de ‘desarticular os padrões de pensamento doutrinário no mundo inteiro’, fornecendo uma base intelectual para as ‘doutrinas hostis aos objetivos norte-americanos’.” Sua conclusão foi categórica: “Mais totalitário do que isso, é impossível.”<sup>4</sup>

Marshall também discordou da confiança da PSB em “teorias sociais não racionais”, que enfatizavam o papel da elite “de um modo que faz lembrar Pareto, Sorel, Mussolini e assim por diante”. Não eram esses os modelos usados por James Burnham em seu livro *Os maquiavélicos*? Talvez tivesse havido uma cópia convenientemente à mão, quando o PSB D-33/2 foi redigido. O mais provável é que o próprio James Burnham estivesse conve-

---

\*Sigla de Psychological Strategy Board. (N. da T.)

nientemente à mão. Sem dúvida, foi a teoria de Burnham sobre a dominação da elite que Marshall viu-se questionando nesse momento. “Os indivíduos são relegados a uma importância terciária”, prosseguiu Marshall. “A suposta elite desponta como o único grupo que importa. A elite é definida como o ‘grupo [numericamente] limitado que está apto a manipular as questões doutrinárias e interessado em fazê-lo’, os homens de idéias que puxam as cordinhas intelectuais ‘para formar ou, pelo menos, para predispor as atitudes e opiniões’ daqueles que, por sua vez, conduzem a opinião pública.”<sup>5</sup> De acordo com a exegese de Marshall, a PSB planejava trabalhar com a elite de cada área, a fim de predispor seus membros para “a filosofia dos planejadores”. O uso de elites locais ajudaria a esconder a origem norte-americana desse esforço, “para que ele pareça ser um fenômeno autóctone”. Mas não visava apenas aos estrangeiros. Embora o documento negasse qualquer intenção de fazer propaganda para os norte-americanos, ele se comprometia com um programa de doutrinação nas forças armadas, injetando as idéias certas nas revistas em quadrinhos dos militares e fazendo com que seus capelães as propagassem.<sup>6</sup>

As críticas incisivas do Sr. Marshall atingiram em cheio os próprios fundamentos do programa de guerra cultural secreta dos Estados Unidos. A teoria da elite, subjacente ao texto doutrinário da PSB, tinha exatamente o mesmo modelo da usada pela CIA para justificar sua acolhida da esquerda não comunista e seu apoio ao Congresso pela Liberdade Cultural. Comentando a utilização da elite intelectual para desenvolver “a filosofia dos planejadores”, o agente da CIA Donald Jameson não pretendeu ser irônico ao dizer: “No que concerne às atitudes que a Agência queria inspirar através dessas atividades, é claro que o que ela gostaria de poder produzir seriam pessoas que, *por seu próprio raciocínio e convicção*, se convencessem de que tudo que era feito pelo governo dos Estados Unidos estava certo.”<sup>7</sup>

Mas as críticas de Marshall caíram em ouvidos surdos. Raymond Allen, diretor da PSB, foi levado a fazer o altivo anúncio de que “os princípios e ideais incorporados na Declaração da Independência e na Constituição são para exportação, e (...) constituem a herança dos homens de toda parte. Devemos apelar para os anseios fundamentais de todos os homens, que creio serem os mesmos no agricultor do Kansas e no agricultor do Punjab”.<sup>8</sup> E, em maio de 1952, a PSB recém-fortalecida encarregou-se formalmente do ritmo e da escolha do momento para o programa de guerra psicológica da CIA,

que recebeu o codinome de “Packet” [Pacote]. Isso lhe deu a supervisão da campanha da CIA destinada a exercer pressão sobre os “líderes de opinião” estrangeiros, entre eles jornalistas e comentaristas, artistas, professores e cientistas, para os quais o comunismo havia apelado com muito sucesso. Reconquistar essas figuras influentes para a causa da “libertação e da liberdade” exigia uma programação de “operações cultas, como seminários, simpósios, livros especiais, publicações eruditas, bibliotecas, intercâmbio de pessoal, dotações para cátedras etc.” Sob essa rubrica, a PSB assumiu então a supervisão do Movimento de Rearmamento Moral, da Cruzada pela Liberdade, da Rádio Europa Livre, do Paix et Liberté, do Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural e até de operações que implicavam transmissões radiofônicas a partir de navios, “filmes em três dimensões” e “o uso de canções populares, do folclore, de contos populares e de contadores de histórias itinerantes”. Em junho de 1953, o “Packet” era apenas uma parte do “Programa Doutrinário” da PSB, cujos “objetivos psicológicos” foram definidos num novo texto como algo que “apelava para os intelectuais, os estudiosos e os grupos formadores de opinião”, com o objetivo de “desarticular os padrões de pensamento doutrinário mundiais que haviam fornecido uma base intelectual para o comunismo e para outras doutrinas hostis aos objetivos norte-americanos e do Mundo Livre”. Essa campanha de persuasão, ponderou-se, iria “criar confusão, dúvidas e perda de confiança nos padrões de pensamento aceitos dos comunistas convictos [e] dos carreiristas cativos”. A CIA recebeu ordens de “dar prioridade elevada e contínua a todas as atividades que apóiem os objetivos desse programa”.<sup>9</sup> Menos de dois anos depois de sua criação, a PSB “finalmente conseguiu estabelecer-se como parte integrante do desenvolvimento e da implementação da política externa”.<sup>10</sup>

Gozando de um acesso ímpar às maquinações secretas da PSB e dos departamentos de governo que ela abrangia, C.D. Jackson tornou-se a figura mais requisitada do pequeno círculo de poder que passou a ser conhecido como “o governo invisível”. Sentado como um potentado oriental ou um oráculo délfico, ele recebia um fluxo constante de visitas que buscavam seu saber sobre uma vasta gama de assuntos. Seus arquivos, com registros pormenorizados dessas visitas, proporcionam uma visão única do mundo da clandestinidade. Da PSB saíam funcionários munidos de planos para a guerra doutrinária, que incluíam a distribuição de toda sorte de propaganda impressa

sobre os países da Cortina de Ferro em balões de hélio. Do Departamento de Pesquisa de Informações saiu Adam Watson, que apresentou a C.D. um memorando sobre a política britânica de guerra psicológica, “que Watson me garantiu ser uma ação absolutamente singular e sem precedentes por parte do governo de Sua Majestade. Nesse contexto, ele levantou o problema de os britânicos compartilharem conosco praticamente todas as informações e de nada dividirmos com eles. Eu lhe disse que os operadores daqui tinham plena ciência dessa situação, e que eu tinha esperança de que isso fosse acelerado muito em breve”. Watson tornou-se um contato valioso para C.D., que este havia encontrado pela primeira vez em 1951, na embaixada britânica em Washington, onde Watson servia de homem de ligação com a CIA. A partir desse momento, C.D. “trabalhou em estreita colaboração com ele” e recomendou Watson a Nelson Rockefeller (que sucedeu C.D. em seu cargo na Casa Branca, em 1954) como alguém que “realmente gostaria de [uma] relação não oficial e relaxada de dar e receber, que seja muito mais útil”.<sup>11</sup> Durante muitos anos, Watson viria a se revelar um aliado poderoso, embora discreto, do Congresso pela Liberdade Cultural. Desse Congresso vieram Julius Fleischmann, “para discutir as possibilidades de que o Congresso pela Liberdade Cultural patrocine uma turnê européia da Ópera Metropolitana” e, mais tarde, Daniel Bell, “para falar de Milosz [*sic*] e de uma próxima reunião científica a ser patrocinada pelo Congresso pela Liberdade Cultural”.<sup>12</sup>

Com C.D. Jackson na Casa Branca, o Congresso pela Liberdade Cultural ganhou um poderoso aliado em Washington. Tom Braden apressou-se a estabelecer uma relação com ele, e os dois passaram a se reunir regularmente para discutir “assuntos acumulados”. Sua colaboração na turnê da Orquestra Sinfônica de Boston, em 1952, havia convencido C.D. da utilidade do Congresso, o qual ele elogiava como “a única entidade, ao que eu saiba, que está realmente fazendo uma moessa anticomunista e antineutralista entre os intelectuais da Europa e da Ásia”.<sup>13</sup> E ele tinha em alto apreço muitos de seus ativistas, recomendando vários deles como candidatos a trabalhar no governo, inclusive Sidney Hook, James Burnham (“um expositor muito fluente do ‘departamento de golpes sujos’”), Sol Levitas, editor da *New Leader* (“definitivamente do lado dos anjos da guarda”) e Daniel Bell, que tinha trabalhado para a revista *Fortune*, de propriedade de Luce, e era, no dizer de C.D., um “rematado conhecedor das técnicas comunistas de Guerra Fria”.<sup>14</sup> Jackson



era também um admirador de Nabokov de longa data. Ele é que o havia recomendado na lista do pessoal da guerra psicológica que estaria apto a assumir cargos sensíveis, lista esta submetida ao Escritório da Secretaria do Exército em 1950.

A aliança de C.D. com o Congresso estendeu-se por muito anos (em 1954, ele se tornou membro da diretoria do Comitê Norte-Americano) e lhe trouxe numerosos benefícios, além do prestígio de seu apoio discreto. Se o Congresso precisava de cobertura nas revistas de Luce, lá estava C.D. para obtê-la. Se buscava uma convergência com o Comitê pela Europa Livre e a Rádio Europa Livre, C.D. funcionava como agente de ligação. Se o Congresso precisava de doações “particulares”, C.D. recorria a sua vasta gama de contatos comerciais para obter a cobertura necessária. O mais importante, porém, foi o prestígio político que C.D. levou a uma organização que tinha um número surpreendentemente pequeno de defensores na capital. “Ninguém tinha a fama de apoiá-lo em Washington, e ninguém tinha certeza de querer a fama de apoiá-lo”, disse Lawrence de Neufville. “A maioria das pessoas se intriga com [o Congresso]. Nós o havíamos criado, mas, na verdade, não tínhamos nenhum mecanismo real para ele em Washington.”<sup>15</sup> O fato de o Congresso pela Liberdade Cultural ter sobrevivido e até prosperado, num contexto de tamanho ceticismo, deve ser atribuído aos esforços heróicos de Michael Josselson.

Depois da carga febril de trabalho dos anos anteriores, Michael Josselson tirou uma pequena folga da luta pela mente e pela vontade dos homens. Em 14 de fevereiro de 1953, casou-se com Diana Dodge, numa cerimônia civil que teve Lawrence de Neufville como testemunha. Os dois já tinham sido casados. Josselson se casara com Colette Joubert, em Havana, em 1940, mas eles se haviam divorciado e ficado inimigos. Sempre ferozmente cioso de sua privacidade, Josselson nunca falou dela com ninguém. Mas guardou um recorte desbotado de um jornal de Nova York datado de fevereiro de 1963, que noticiara o terrível assassinato de Colette — tinham-na encontrado amarrada e estrangulada por uma mordaca, depois de sofrer uma agressão sexual em seu apartamento do Upper East Side.

Michael e Diana passaram a lua-de-mel em Maiorca. Pouco depois de voltarem a Paris, Michael “abriu o jogo”, contando a sua nova esposa que traba-

lhava para a CIA e que o Congresso pela Liberdade Cultural era uma “propriedade” da Agência. Diana, que já observara, pelo envolvimento de Michael com o Congresso, que havia mais coisas no marido do que anunciava seu cartão de importações e exportações comerciais, contemplara certa vez a idéia de que ele talvez trabalhasse para os russos. Para seu alívio, descobriu então que ele estava do lado “certo”. Diana recebeu um codinome — “Jean Ensinger” — e, daí por diante, os dois formaram uma espécie de parceria.

Diana Josselson era bastante adequada para a tarefa. Ex-estudante bolsista do Programa Fulbright,\* possuía um conhecimento complexo de assuntos trabalhistas, primeiro por seu emprego como editora de uma compilação da imprensa trabalhista norte-americana, depois por seu trabalho na Divisão Trabalhista do Plano Marshall, que funcionava sob a influência de Jay Lovestone e Irving Brown. “Eu era moça e tinha um rosto jovial, e fazia grande sucesso com todos os líderes trabalhistas”, recordou Diana, animadamente. Sua atividade na Divisão Trabalhista implicava a redação de relatórios sobre os sindicatos comunistas da Europa, razão por que lhe era dado acesso a informações interceptadas altamente sigilosas. Esse trabalho sensível exigia liberação da CIA. Tempos depois, Diana soube que era dos fundos de contrapartida colocados à disposição da CIA que saíam os recursos para pagar seu salário.

Juntos, “Jean Ensinger” e “Jonathan F. Saba” escreviam telegramas e memorandos codificados a serem despachados para Washington. Estes eram entregues a um agente da CIA, em meio a martínis no apartamento dos Josselson. “Todos os agentes tinham a mesma pasta com fundo falso, onde colocavam os telegramas. Na verdade, era muito engraçado, porque eles podiam ser reconhecidos a meio quilômetro de distância — todos usavam o mesmo modelo-padrão de maleta. Erã uma piada. Líamos os telegramas recebidos, e depois eu os jogava no vaso sanitário”,<sup>16</sup> recordou Diana. Ela era bem talhada para o cargo e sabia guardar segredos, inclusive da própria mãe. Certa vez, o agente Lee Williams saiu para comprar potes de alimentos de bebê para Jennifer, a primeira e única filha dos Josselson. Quando voltou, Diana foi obrigada a apresentá-lo a sua mãe, que chegara dos Estados Unidos para ajudá-la com o bebê. Notando um exemplar de *Jane Eyre* sobre a

---

\*O maior e mais prestigiado sistema binacional de intercâmbio cultural, destinado a estudantes e professores, criado em 1946 por proposta do senador J. William Fulbright. (N. da T.)

mesa, Diana gaguejou: “Este é, hmm... o Sr. Rochester.” “Que estranho! Sr. Rochester. Exatamente como em *Jane Eyre!*”, exclamou a mãe, sem desconfiar de nada. O fato de Diana não haver simplesmente usado o nome verdadeiro de Lee Williams, o que por si só não revelaria coisa alguma, indica com que complexidade sua imaginação fora apanhada no Grande Jogo. Tempos depois, quando a mãe de Diana soube da verdade, também ela ficou “muito empolgada com aquilo tudo”.<sup>17</sup>

Já então inteiramente a par das atividades de Michael, a cada dia Diana admirava mais a perícia extraordinária do marido. Sua capacidade de coordenar as exigências de Washington com os temperamentos dos intelectuais do Congresso, quase sempre voláteis, deixava-a admirada. “De jeito nenhum o Congresso poderia ter acontecido sem ele”, disse ela, tempos depois. “O clima do Congresso, no auge do seu vigor, era como imagino que tenham sido os primeiros cem dias do governo Kennedy. Era eletrizante. A gente se sentia em contato com tudo que estava acontecendo em toda parte. As coisas estavam em floração, era uma coisa vital. Michael sabia tudo. Era deslumbrante ver como era capaz de falar sobre teatrólogos da Bolívia, de manhã, depois, sobre escritores da Ásia, à tarde, e à noite, ele e Nicolas ficavam no telefone conversando em quatro línguas diferentes. Lembro-me de ter sentado com Stravinsky num café em Paris, com a mulher dele me dizendo como preparar *blinis*. Foi uma época extraordinária para nós. A Guerra Fria, o Congresso pela Liberdade Cultural — aquilo era como a Revolução Francesa ou o Movimento de Oxford. Era assim que parecia.”<sup>18</sup>

Os Josselson encontravam-se com freqüência com Tom Braden, que percorria regularmente suas operações na Europa. Costumavam ir a restaurantes, ou ao torneio de tênis de Roland-Garros, ou levavam Braden às corridas de ciclismo no Vélodrome d’Hiver, “aquele estádio de lembranças pavorosas”, para onde os judeus tinham sido levados durante as detenções maciças do governo de Vichy. O casal também mantinha contatos regulares com Irving Brown, indo às vezes encontrá-lo em sua mesa numa boate *gay* chamada L’Indifférent. Certa vez, lá chegando, encontraram Brown entregando uma grande soma em espécie a “um bandido de Marselha”.<sup>19</sup> Nessa ocasião, Brown estava montando “o Comitê do Mediterrâneo”, um grupo de justiceiros que eram pagos para montar guarda nos portos franceses, enquanto os estivadores descarregavam suprimentos do Plano Marshall e armas norte-americanas para a OTAN. A propósito da capaci-

dade de Brown de alternar essas atividades, Braden comentou secamente que “era inusitado uma pessoa que tinha uma participação altamente visível no espantamento de bandidos comunistas, no cais de Marselha, também se interessar pelo Congresso pela Liberdade Cultural”.<sup>20</sup>

“A Federação Norte-Americana do Trabalho tinha uma experiência real com o comunismo, e esse era o lugar óbvio em que preparar a luta”, explicou Diana Josselson. “Brown gostava de todo aquele negócio de força bruta e de furar greves em Marselha, e por aí vai. Michael e eu nos divertíamos com isso de ir a uma boate e encontrar Irving dando dinheiro a um bandido do sindicato, e tenho certeza de que Irving se divertia igualmente com os intelectuais. Imagino que o atrativo da turma do Congresso, para Irving — que não sabia nada de Picasso ou de Baudelaire —, estava em que aquilo era glamoroso e os contatos eram bons.”<sup>21</sup>

Nos fins de semana, Michael e Diana relaxavam, passeando pelos antiquários e galerias da Rive Gauche. Almoçavam sanduíches abertos com aquavita, seguidos por chá no Café de Flore (o favorito de Sartre) ou no Deux Magots. Aos domingos, faziam piqueniques em Fontainebleau, ou saíam de barco pelo Sena. Às vezes se encontravam com Neufville, formando um trio agradável, unido pela amizade sincera e pelo segredo compartilhado. Neufville voltou de um desses passeios com Josselson pelas lojas como o orgulhoso proprietário de dois quadros de Braque. Anos depois, quando Jennifer, a filha dos Josselson, tornou-se especialista em arte moderna, ela confessou relutantemente que eram falsos.

Com o selo de aprovação de Josselson impresso no escritório de Paris, o Congresso foi adquirindo a reputação de um centro bem organizado de resistência intelectual ao comunismo. Através da revista *Prewes*, ele projetava uma voz política sofisticada, que também se manifestava sobre as grandes questões artísticas e culturais da época. Embora a filial alemã do Congresso balançasse entre uma crise e outra, Josselson confiava em que Melvin Lasky (e, pouco depois, *Der Monat*, que o Congresso recebeu da Fundação Ford em 1954) levaria adiante os interesses do Congresso naquele país. As filiais de outros países passaram por uma multiplicidade de problemas incômodos, todos os quais atestavam a quase impossibilidade de fazer intelectuais trabalharem juntos, sem se tornarem presa de brigas entre facções e sensibilidades feridas. Mas os problemas deles pareciam tempestades em copos d'água, comparados aos furacões que devastavam o Comitê norte-americano.



## O novo consenso

O artista deve ser um reacionário. Tem que se levantar contra a tendência geral da época, em vez de segui-la frouxamente; precisa fazer um pouquinho de oposição.

— Evelyn Waugh

Eu escolho o Ocidente.

— Dwight Macdonald, 1952

Fundado em Nova York em janeiro de 1951, o Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural teve sua principal força em Sidney Hook, que se tornou seu primeiro presidente e era, segundo Lawrence de Neufville, um “consultor contratado” da CIA. Irving Kristol, outro que se formara no New York City College, trabalhava como diretor executivo, com um salário anual de 6.500 dólares. Esse valor foi elevado para 8.500 dólares em 1954, quando Kristol foi substituído por Sol Stein, que chegou diretamente do Serviço de Informações dos Estados Unidos, onde havia trabalhado numa divisão dedicada à análise ideológica. O Comitê, como filial norte-americana oficial do Congresso, pretendia refletir a ampla coalizão de componentes liberais e esquerdistas que compunham a organização anfitriã. Mas, embora o Congresso tivesse conseguido marginalizar seus ativistas de linha dura, como Koestler, não detinha esse poder sobre o Comitê Norte-Americano, que logo

se rachou ao meio entre moderados e militantes. “Naqueles tempos, ou se era ‘duro’ ou ‘frouxo’ com o comunismo”, explicou Jason Epstein, que se lembrou de Diana Trilling, com um jeito sensual, “parada atrás da cadeira de Lionel [Trilling] num jantar, certa vez, dizendo: ‘Nenhum de vocês homens é DURO o bastante para mim!’ Era mesmo uma gente ridícula, que vivia numa xícara de chá.”<sup>1</sup>

Viver na xícara de chá com os Trilling era uma combinação poderosa de intelectuais conservadores do que era jocosamente designado como “*kibutz* do Upper West Side”. Entre eles se incluíam James Burnham, Arnold Beichmann, Peter Viereck (cujo pai fora um notório simpatizante fascista), o crítico de arte Clement Greenberg e ainda Elliot Cohen, editor da revista *Commentary* e consultor não oficial sobre comunismo junto aos executivos das publicações de Luce. Em estilo e conteúdo, o deles era um anticomunismo *haute* [elevado]. “Algumas pessoas, como Beichmann e os Trilling (especialmente Diana), eram violentamente pró-americanos, e achavam que estávamos fracassando na tarefa. Diana, em particular, era muito cáustica”, lembrou Irving Kristol.<sup>2</sup> Outro integrante do círculo recordou “uma espécie de sentimento febril de superioridade entre muitos norte-americanos: vencemos a guerra e agora vamos reorganizar a Europa do nosso jeito. Essas pessoas, em sua maioria pistoleiros de Nova York, eram favoráveis a uma via moral superior de intransigência, considerando que a nossa era uma via inferior de pacificação. Havia até quem achasse que o Congresso fora infiltrado por comunistas”.<sup>3</sup>

Como representantes do elemento moderado do Comitê Norte-Americano havia Arthur Schlesinger, Reinhold Niebuhr, teólogo da Guerra Fria, James T. Farrell, Richard Rovere, da revista *The New Yorker*, Norman Thomas, ex-presidente do Partido Socialista e seis vezes candidato à presidência dos Estados Unidos, e Philip Rahv, editor da *Partisan Review*. Oscilando entre as duas facções ficavam Irving Kristol (que depois se tornou um reaganista ardoroso), o outro editor da *Partisan Review*, William Phillips, e Sidney Hook. Este, em particular, estava interessado em manter a paz entre os dois grupos: nessa época, vinha promovendo os interesses do Comitê com o diretor da CIA, Walter Bedell Smith (substituído por Allen Dulles em 1953), e com Gordon Gray, primeiro diretor da Diretoria de Estratégia Psicológica (em reuniões que não chegaram a merecer menção na autobiografia de Hook).<sup>4</sup> Esses contatos com autoridades de alto nível do serviço secreto atestam um

engajamento muito mais consciente na guerra cultural clandestina do que Hook jamais se dispôs a admitir. Seu artigo na *New York Times Magazine* de março de 1951 — “Para Fazer Oposição à Grande Mentira — Uma Estratégia Básica” — foi recortado e arquivado pela PSB, por C. D. Jackson e pela CIA. Nele, Hook descreveu a ameaça representada pelo comunismo internacional para a democracia, e conclamou “ao [esgotamento] de todas as possibilidades de guerra política eficaz em defesa da sobrevivência democrática (...) As democracias devem partir para a ofensiva na guerra política contra o regime totalitário da União Soviética, e continuar na ofensiva (...). Até que ponto essa guerra política obteria êxito, não se sabe dizer de antemão. Mas certamente vale a pena arcar com o custo de meia dúzia de bombardeiros para lançá-la”.<sup>5</sup> Para Hook, o Comitê Norte-Americano era uma bazuca no arsenal político dos Estados Unidos, e ele trabalhava com seu fervor de praxe para consolidar a posição desse arsenal.

Foi para os moderados que se voltou Josselson, no esforço de manter o Comitê Norte-Americano em sintonia política com o Congresso. Mas Schlesinger e seus aliados não conseguiam conter a panelinha rebelde dos adeptos da linha dura, e as discordâncias entre o Comitê e o escritório de Paris vieram à tona quase de imediato. Os norte-americanos zombaram do grande festival de Nabokov em Paris, acusando o Congresso de frivolidade. Elliot Cohen, que, em sua política, era apenas levemente menos extremado do que James Burnham, perguntou se, “com esse tipo de espalhafato, não estaremos perdendo de vista nossa função e nossos objetivos, e, se nós os perdermos de vista, quem mais o fará?”<sup>6</sup> Outro crítico fez troça do festival como algo que “apelava para esnobes e estetas” e destruía a reputação do Congresso como “uma força intelectual séria”.<sup>7</sup>

O fascínio pelo poder era sumamente óbvio no Comitê Norte-Americano, e culminou em 1952, com um simpósio da *Partisan Review* que confirmou uma relação nova e positiva entre os intelectuais e o Estado nacional. Publicado em edições sucessivas, o simpósio foi chamado de “Nosso País e Nossa Cultura”. Seu objetivo, escreveram os editores, era “examinar o fato evidente de que os intelectuais norte-americanos vêm a América e suas instituições, hoje em dia, de uma nova maneira. Até pouco mais de dez anos atrás, era comum pensar-se na América como hostil à arte e à cultura. De lá para cá, a maré começou a mudar e muitos escritores e intelectuais sentem-se hoje



mais próximos de seu país e de sua cultura (...). Politicamente, há um reconhecimento de que o tipo de democracia existente nos Estados Unidos tem um valor intrínseco e positivo: não é um simples mito capitalista, mas uma realidade que deve ser defendida do totalitarismo russo (...). A Europa já não é considerada um refúgio; já não garante a rica experiência cultural que inspirou e justificou uma crítica à vida norte-americana. A roda descreveu o círculo completo, e agora a América tornou-se a protetora da civilização ocidental”.<sup>8</sup>

A vida intelectual de Nova York na década de 1930 tinha sido aquilatada quase que exclusivamente em relação a Moscou, e, para articular suas preocupações, lá estava a *Partisan Review*, criada por um grupo de trotskistas do City College. Inicialmente um órgão interno do John Reed Club, dominado pelos comunistas, a *Partisan Review* desenvolveu uma linguagem sofisticada para articular idéias marxistas. Mas os acontecimentos de 1939-1940 destruíram seus alicerces. Com a assinatura do Pacto de Não-Agressão germano-soviético, muitos intelectuais começaram a se afastar das ortodoxias do comunismo leninista, em direção ao radicalismo dissidente de Trotski. Alguns simplesmente abandonaram a esquerda por completo, deslocando-se para o centro político e até para a direita. A *Partisan Review* viu-se então criando uma contralinguagem para articular o anti-stalinismo e redefinir o radicalismo num contexto não comunista.

Voltando à *idéia* da América como um punhado de filhos pródigos arrependidos, os intelectuais e artistas emergiram do “período de trevas” da década de 1930 para descobrir “uma exultação ante o aparecimento repentino e maciço de novas possibilidades, tanto na vida quanto na consciência. Lá fora havia um mundo para o qual ninguém parecia ter-se incomodado em olhar, até então, e todos, tirando alegremente seus antolhos marxistas, saíram correndo para vê-lo”.<sup>9</sup> Esses intelectuais renascidos, em sua busca de algo que substituísse os absolutos históricos que os haviam desapontado tão absolutamente, encontraram a resposta na “América”, ou, em termos mais fluentes, no “americanismo”. Como equivalente literário da “Fanfarra para o Homem Comum”, de Aaron Copland, o simpósio da *Partisan Review* assinou esse ato de descobrimento da América, como se fosse a primeira vez. “Os artistas e intelectuais norte-americanos adquiriram um novo sentimento de pertencerem a sua terra natal”, escreveu William Phillips, “e, de modo geral, passaram a sentir que seu próprio destino está ligado ao de seu país.”<sup>10</sup> Assim

como os intelectuais desenvolviam uma ligação amistosa com a América, também a América passou a vê-los sob uma nova luz. “O intelecto associou-se ao poder, talvez como nunca se dera antes na história, e é hoje concebido como sendo, em si mesmo, uma espécie de poder”, observou Lionel Trilling.<sup>11</sup>

“Talvez tenha sido a primeira vez, desde a Revolução Francesa, em que componentes significativos de uma comunidade intelectual decidiram que já não era de bom-tom antagonizar; que era possível apoiar o próprio país sem baratear a integridade intelectual e artística”, observou a historiadora Carol Brightman.<sup>12</sup> Essa nova percepção dos intelectuais foi confirmada quando a revista *Time* publicou uma reportagem de capa chamada “Parnaso: de Costa a Costa”, que concluiu que “o Homem do Protesto (...) deu lugar ao Homem da Afirmação — e ocorre que esse foi exatamente o papel desempenhado pelos intelectuais quando a nação era nova”.<sup>13</sup> Foi nesse momento que os marxistas desviacionistas começaram a passar de *refuseniks*\* a “concordaniks”; foi o momento em que os ideólogos do City College, junto com seus *compagnons de guerre* mais tipicamente WASP, como Dwight Macdonald, perderam o gosto pela luta de classes e começaram a receber improváveis pedidos de cartas de recomendação de aspirantes a alunos. “A velocidade com que evoluí de liberal para radical e de morno simpatizante comunista para anti-stalinista ardoroso ainda me surpreende”, escreveu depois Dwight Macdonald.<sup>14</sup> Descrevendo essa transformação política, seu biógrafo concluiu: “A independência de Dwight, seu negativismo autoproclamado e sua recusa a aceitar qualquer tipo de fidelidade nacionalista haviam marcado sua visão política e sustentado sua vida política. Não foi uma questão de trair um compromisso: ele simplesmente havia chegado, por sua própria análise dolorosa, a um ponto em que não tinha outra posição política viável senão o ‘mal menor’. Para ele, foi um dilema desanimador. Embora continuasse a se identificar com uma tradição radical, ou pelo menos dissidente, e ainda se sentisse membro de uma elite alienada que se opunha ao nacionalismo, ao imperialismo e à cultura de massa norte-americanos, ele passou a apoiar, ainda que inadvertidamente, a manutenção do poder norte-americano no exterior e das instituições estabelecidas dentro do país.”<sup>15</sup> Philip Rahv observou esses

---

\*Cidadão soviético, especialmente judeu, a quem se recusava autorização para emigrar. O termo se presta ao trocadilho feito logo a seguir com os “*all-rightniks*”. (N. da T.)

desdobramentos com apreensão crescente, e alertou: “O anti-stalinismo tornou-se quase uma postura profissional. Passou a significar tanta coisa, que exclui quase todos os outros interesses e idéias, com o resultado de que há uma tentativa de transformar o anti-stalinismo em algo que ele jamais poderá ser: nada menos que uma visão completa da vida, ou até uma filosofia da história.”<sup>16</sup>

A sede do anti-stalinismo “profissional” era o Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, bem como as revistas cujos editores participavam de sua diretoria, a saber, *Commentary*, *New Leader* e *Partisan Review*. Àquela altura, porém, justamente quando o centro começava a se sustentar, a *Partisan Review* estava à beira do desmoronamento, em parte porque o Tesouro dos Estados Unidos vinha ameaçando retirar-lhe a isenção de impostos. Sidney Hook escreveu um apelo dramático a Howland Sargeant, subsecretário de Estado, em 10 de outubro de 1952, defendendo o histórico da *Partisan Review* como um veículo eficaz para “combater a ideologia comunista no exterior, particularmente entre os intelectuais”, e implorando que sua isenção de impostos fosse preservada. Daniel Bell também tomou a iniciativa e agiu como “intermediário” em conversas com Henry Luce, que salvou a revista mediante a concessão de uma verba de 10 mil dólares (ao mesmo tempo, Luce doou 71 ações da Time ao Comitê Norte-Americano). “Ao que eu saiba, a concessão dessa verba nunca foi publicamente revelada, nem mesmo para os colaboradores e para alguns editores associados da *Partisan Review*”, escreveu Daniel Bell algum tempo depois.<sup>17</sup> Não se sabe ao certo exatamente o que Luce esperava em troca de seu investimento. Mais tarde, Jason Epstein afirmou que “o que era impresso na *Partisan Review* logo passou a ser ampliado na *Time* e na *Life*”.<sup>18</sup> Sem dúvida, o generoso apoio financeiro de Luce ao que antes fora uma voz autorizada do Partido Comunista Norte-Americano confere um novo significado à debatidíssima “desradicalização” dos intelectuais norte-americanos durante a Guerra Fria.

A CIA fora alertada para as dificuldades financeiras da *Partisan Review* através de Irving Brown. Um ano antes da concessão da verba de Luce, Sidney Hook tinha escrito a Brown, solicitando ajuda em sua luta para manter vivas a *Partisan Review* e a *New Leader*. “Nossas informações de muitos amigos europeus são que o sentimento antiamericano e especialmente *neutralista* vem crescendo na Europa Ocidental. E isso, justamente na época em que o órgão democrático esplendidamente antineutralista que é a *New Leader* vê-se de

fato diante da extinção, por força dos custos crescentes. Seu desaparecimento”, escreveu Hook, “seria uma calamidade cultural”.<sup>19</sup> Ele fez a mesma defesa da *Partisan Review*, e pediu que Brown ajudasse a garantir uma circulação estrangeira de quatro a cinco mil exemplares de cada revista. Brown passou o problema para Braden, na Divisão de Organizações Internacionais. Pouco depois, o editor da *New Leader*, Sol Levitas, viu-se no escritório de Tom Braden. “Santo Deus, ainda me lembro daquele sujeito sentado do outro lado da mesa, a me implorar dinheiro”, lembrou Braden.<sup>20</sup>

Levitas, um emigrado russo que havia trabalhado com Trotski e Bukharin, tinha defensores poderosos na comunidade de serviço secreto dos Estados Unidos. C. D. Jackson o elogiou por ter feito “um excelente trabalho no oferecimento de praticamente a única literatura esquerdista objetiva, não tendenciosa, pró-americana e de alta qualidade que existe dos dois lados do Atlântico”, e afirmou que ele estava “definitivamente do lado dos anjos da guarda”.<sup>21</sup> Sem dúvida, era isso que pensava Allen Dulles. Em 1949, Levitas publicara um texto de Dulles que defendia uma “comissão de segurança interna”, para examinar as influências subversivas nos Estados Unidos e “usar as instituições da democracia para destruí-las”. Com Allen Dulles ajudando a Casa Branca a reorganizar o serviço secreto norte-americano, isso “era muito parecido com o chefe do MI5 escrevendo para a *New Statesman*”.<sup>22</sup> Também nessa ocasião, embora a *New Leader* fizesse apelos desesperados por verbas para quitar suas dívidas de 40 mil dólares, ela começou a ser publicada em abril de 1950 como uma nova *New Leader*, com um formato dispendioso, semelhante ao da revista *Time*. Sentado diante de Braden uns dois anos depois, Levitas encontrou mais um protetor capaz de salvar sua revista. Braden concordou em subsidiar a *New Leader*, providenciando para que somas em espécie fossem entregues a Levitas, no escritório dele [Braden], em pelo menos três ocasiões. “Não foram somas imensas”, disse Braden, “provavelmente na faixa dos 10 mil dólares de cada vez. Mas foi o bastante para impedir que a revista falisse.”<sup>23</sup>

Enquanto isso, o assistente de Braden, Cord Meyer, assumia a causa da *Partisan Review*. Além da verba de 10 mil dólares de Luce, a revista recebeu um subsídio de 2.500 dólares, no começo de 1953, da “conta do festival” do Comitê Norte-Americano, que ainda dispunha de verbas residuais que haviam escapado à extravagância de Nabokov no ano anterior. A conta do festival, convém lembrar, era o canal para os dólares da CIA, “transportados” pela

fictícia Fundação Farfield. Quando essa doação foi feita à *Partisan Review*, seu co-editor, William Phillips, era secretário cultural do Comitê Norte-Americano. Tempos depois, Phillips disse não se lembrar dessa doação, e sempre fez questão de afirmar que sua revista nunca recebeu apoio da CIA.

Ao subsidiar publicações norte-americanas, a CIA estava desrespeitando os termos de sua própria carta legislativa, que proibia o apoio a organizações internas. No caso da *Partisan Review* e da *New Leader*, houve duas razões muito convincentes para desconhecer essa minudência legal: primeiro, as revistas proporcionavam uma cabeça-de-ponte ideológica para os intelectuais norte-americanos e europeus que tinham em comum o anticomunismo, mas eram separados por diferenças geopolíticas e culturais; segundo, o apoio financeiro fornecia o que Josselson descreveu como um “escudo” contra a previsível “raiva” da *Partisan Review* e da *New Leader*, quando elas descobrissem — o que não tardariam a fazer — que sua posição no mercado de idéias estava prestes a ser seriamente contestada.

## 12

### A revista "X"

Que faremos então? Agarrar-nos, tanto quanto possível, aos fatos empíricos — sempre lembrando que eles são modificáveis por qualquer um que resolva modificar o mecanismo de percepção.

— Aldous Huxley, *Sem olhos em Gaza*\*

A revista *Encounter*, publicada de 1953 a 1990, ocupou uma posição central na história intelectual do pós-guerra. Sabia ser animada e mordaz como um coquetel literário. Foi nela que Nancy Mitford publicou seu famoso artigo "A aristocracia inglesa", uma análise contundentemente sagaz dos hábitos sociais britânicos, que introduziu a distinção entre "U e Non-U".\*\* A revista também publicou "Uma década maravilhosa", de Isaiah Berlin, quatro ensaios memoráveis sobre a literatura russa, textos de Vladimir Nabokov sobre Pushkin, de Irving Howe sobre Edith Wharton, de David Marquand sobre "O renascimento liberal", contos de Jorge Luis Borges e ensaios críticos de Richard Ellmann, Jayaprakash Narayan, W. H. Auden, Arnold Toynbee, Bertrand

---

\*Aldous Huxley, *Sem olhos em Gaza*, trad. V. de Miranda Reis, São Paulo: Globo, 2ª ed. rev., 2001. (N. da T.)

\*\*Em 1954, o lingüista britânico Alan Ross cunhou esses dois termos com respeito à diferença introduzida pela classe social no uso da língua inglesa, no tocante à pronúncia, ao estilo de redação e ao vocabulário; o "U" representa a classe alta (*upper class*), enquanto o "non-U" representaria o resto da sociedade. Foi o artigo de Ross que Mitford retomou em seu trabalho. (N. da T.)

Russell, Herbert Read e Hugh Trevor-Roper — algumas das melhores cabeças pensantes dessas décadas. Ela foi lida na Inglaterra e nos Estados Unidos, na Ásia e na África. Promíscua em sua atenção aos temas culturais, era estranhamente silenciosa, ou simplesmente obscura, quanto a muitas questões políticas. Em todas as situações, era resolutamente ideológica, um exemplo rematado do pensamento anticomunista da Guerra Fria. Nunca fechou suas contas e vivia com um déficit substancial, precisando dobrar sua circulação para sair do vermelho. Era inteligente. E estava prodigamente ligada ao mundo do serviço secreto. Michael Josselson referia-se a ela como “nosso maior trunfo”.

A austeridade do pós-guerra pusera fim à revista *Horizon*, de Cyril Connolly, em 1950, seguida logo depois pela *Penguin New Writing*, de John Lehmann. A *London Magazine* vacilava financeiramente, e F. R. Leavis, apesar de uma doação generosa da Fundação Rockefeller, estava quase fechando a *Scrutiny*. Somente a revista *New Statesman and Nation* florescia, com sua circulação semanal de 85 mil exemplares a exhibir uma impressionante resistência às tentativas de solapá-la. Os subsídios secretos de Josselson para a *Twentieth Century* fizeram parte dessa campanha. Além de dinheiro, a publicação, juntamente com a Sociedade Britânica pela Liberdade Cultural, havia recebido instruções explícitas de “travar uma polêmica permanente com a *The New Statesman and Nation*”.<sup>1</sup> A CIA, atenta ao pálido desempenho britânico na conferência de Berlim em 1950, ansiava por penetrar na névoa de neutralismo que embotava o julgamento de inúmeros intelectuais britânicos, inclusive os mais próximos da *New Statesman*. O fato de a revista de Kingsley Martin não ter abraçado a idéia de uma visão socialista inteiramente separada de Moscou exasperava profundamente os combatentes norte-americanos da Guerra Fria.

O serviço secreto britânico também estava interessado em projetar uma voz que pudesse opor-se à política de ambivalência da *New Statesman*, com sua “idiotia” e suas “simplificações terríveis”. O apoio do Departamento de Pesquisa de Informações à revista *Tribune*, trechos de cujo material eram selecionados e distribuídos internacionalmente por funcionários do Ministério das Relações Exteriores, foi um gesto nessa direção. Malcolm Muggeridge e Woodrow Wyatt, ambos estreitamente ligados ao IRD, reuniram-se com Tosco Fyvel, editor de *Tribune*, em abril de 1950, para discutir o futuro da revista,

mas Muggerridge concluiu: "É óbvio que eles estão em péssima situação financeira, e eu disse que, a bem da Guerra Fria, conviria mantê-los em funcionamento, como uma reação energética à *New Statesman*. Desenvolvi uma de minhas formulações prediletas — a de que o grande sucesso da *New Statesman* como propagandista consistiu em estabelecer a proposição de que ser inteligente é ser esquerdista, quando a verdade é quase exatamente o oposto."<sup>2</sup>

O apoio da IRD à *Tribune* não bastou para convencer Fyvel de seu futuro a longo prazo e, no fim de 1951, ele já falava numa nova "publicação anglo-americana de centro-esquerda". Escrevendo a Irving Brown, Fyvel disse que os planos para essa publicação "avançaram, e há várias pessoas ansiosas para que eu dê a partida. Discuti a idéia diretamente ou por carta com Denis Healey, Maurice Edelman, Dick Crossman, Arthur Schlesinger, David Williams e outros — por motivos óbvios, isso está inteiramente fora das atividades do Congresso pela Liberdade Cultural".<sup>3</sup> A razão óbvia para manter a revista separada do Congresso, como bem sabia Fyvel, era que o governo norte-americano concordara em não realizar atividades de propaganda na Grã-Bretanha. A CIA tinha "praticamente declarado uma moratória sobre o uso do dinheiro [da Agência] (...) nesse país em particular. Há uma espécie de acordo de cavalheiros quanto a essa questão".<sup>4</sup> Mas isso estava prestes a mudar.

Independentemente um do outro, o serviço de informações britânico e a CIA vinham defendendo a idéia de criar uma nova revista que pudesse abordar o déficit percebido na bancada do anticomunismo intelectual da Grã-Bretanha. Essa duplicação do esforço veio à luz numa série de reuniões realizadas em Londres por iniciativa de Frank Wisner, no início de 1951. Acompanhado por Kim Philby, agente de ligação entre o MI6 e a CIA sediado em Washington (cujos amigos Burgess e Maclean estavam a apenas alguns meses de desertar para os lados da União Soviética), Wisner viajara até Londres para discutir "temas de interesse comum" com o serviço secreto britânico. Durante uma série de reuniões a que compareceram o MI6 e membros do Ministério das Relações Exteriores, de acordo com Philby, Wisner "discorreu longamente sobre um de seus temas favoritos: a necessidade de camuflar a origem das verbas secretas fornecidas a órgãos aparentemente respeitáveis em que estamos interessados. 'É essencial', disse Wisner em seu estilo informal de praxe, 'garantir a cooperação franca de pessoas que tenham acesso conspícuo à riqueza por seus próprios meios'". Diante disso,



Philby divertiu-se a o ver um funcionário do Ministério das Relações Exteriores rabiscar uma anotação que dizia: “pessoas que tenham acesso conspícuo à riqueza por seus próprios meios = gente rica.”<sup>5</sup>

Foi durante a “missão” de Wisner em Londres que se ventilou pela primeira vez a questão de uma publicação de alto nível, destinada a estimular um léxico esquerdista livre da gramática do Kremlin. Os dois serviços secretos aperceberam-se de vir perseguindo a mesma idéia. Wisner e seus equivalentes no Serviço Secreto de Informações (SIS) concordaram em que isso seria uma tolice e acertaram uma operação conjunta. No fim de 1951, essa proposta conjunta fora aprovada nos mais altos escalões, e agora era transmitida aos níveis subalternos. Philby delegou poderes a seu assistente em Washington, John Bruce Lockhart, sobrinho do grande Robert Bruce Lockhart, um expoente do serviço secreto das duas guerras que fora detido pelos soviéticos em 1917 como espião e ficara preso no Kremlin. Enquanto se apagava a estrela de seu tio, o próprio Lockhart, mais jovem, tinha-se projetado como um modelo de oficial do serviço de informações. Chefiara o ramo militar do “C” (SIS) na Itália durante a guerra, e era especialista em se infiltrar em organizações comunistas na Europa. Lockhart era respeitado em Washington, onde estabelecera uma relação estreita com Frank Wisner. Quando Wisner quis que seu filho, Frank Wisner Jr., ingressasse no *Rugby College*, Lockhart, que fizera sua formação lá, ficou contente em tomar as providências cabíveis. Wisner confiava em Lockhart, mas não em Philby. Este, por sua vez, não conseguia reprimir sua antipatia por Wisner, a quem descrevia de modo fulminante como “um homem meio moço para um cargo de tanta responsabilidade, já ficando calvo e correndo presunçosamente para a obesidade”.<sup>6</sup>

John Bruce Lockhart também tinha um bom relacionamento com Lawrence de Neufville, com quem mantivera contatos na Alemanha depois da guerra. Ele é que havia providenciado um encontro de Neufville e Josselson com Christopher Monty Woodhouse, do IRD, em Londres. Woodhouse era um homem pródigo em talentos. Fora apresentado aos textos de Eurípides e Lucrécio aos onze anos de idade e, antes da guerra, havia estudado no New College, em Oxford, sob a orientação de Richard Crossman e Isaiah Berlin (que fazia “monólogos que eram um zumbido intenso e grave” em suas aulas e “era conhecido como o único homem em Oxford capaz de pronunciar ‘epistemológico’ como se fosse um monossílabo”).<sup>7</sup> Havendo tirado um du-

plo primeiro lugar em 1939, Woodhouse sonhava com uma carreira acadêmica, lecionando Platão e Aristóteles, quando eclodiu a guerra. A partir daí, sua educação foi bem diferente — “disciplina de quartel, exercícios de tiro, pára-quedismo, guerra de guerrilha, sabotagem, serviço secreto” — e acabou por levá-lo a travar uma guerra heróica de resistência na Grécia ocupada.<sup>8</sup>

Espião arrojado e intrépido da velha escola, Woodhouse foi uma figura-chave nos preparativos para derrubar o premiê do Irã, Mohammed Mossadegh, trabalhando com Kim Roosevelt num golpe conjuntamente arquitetado pela CIA e pelo SIS, que instalou a monarquia ultradireitista do xá.<sup>9</sup> Ao retornar de Teerã, Woodhouse foi incumbido de um trabalho ultra-secreto para o Departamento de Pesquisa de Informações. Ele dirigia um escritório separado, fornecido pelo SIS, em frente à estação de metrô de St. James's Park. Esse escritório tinha como equipe um punhado de jovens funcionários do Ministério das Relações Exteriores, nominalmente registrados no IRD, mas que, na verdade, eram dirigidos como uma equipe semi-autônoma por Woodhouse.

Relutante em “tratar de negócios” em seu próprio clube, The Reform, Woodhouse concordou com uma reunião no Royal Automobile Club [RAC], no Pall Mall, do qual Neufville era sócio ultramarino. Neufville e Josselson foram de Paris a Londres para essa reunião. Foi lá, no fim da primavera de 1952, que os serviços secretos britânico e norte-americano fizeram uma das intervenções mais significativas no curso da história intelectual do pós-guerra. Durante o almoço no restaurante do RAC, os três delinearam seu projeto de lançamento e patrocínio secreto de uma nova revista intelectual. Woodhouse, que estava autorizado a liberar o projeto, liberou-o sem hesitação. Trabalhando para diferentes divisões geográficas do Ministério das Relações Exteriores, via esse projeto como a “extremidade mais mundana do espectro”. Mas ele era um arguto defensor da guerra psicológica, na qual a proposta se encaixava perfeitamente. O tom da conversa no RAC não lhe deixou a menor dúvida de que aquela seria uma contribuição sutil para a luta secreta da propaganda.

Sua única ressalva foi que os britânicos deveriam manter sua participação no projeto. Concordou-se em que o Congresso pela Liberdade Cultural, através de um agente designado da CIA, faria consultas com Woodhouse quanto aos procedimentos “operacionais” relacionados com a revista. Além disso, o SIS queria manter um interesse financeiro no projeto, uma pequena

contribuição que viesse da votação secreta do IRD. Woodhouse sugeriu que essa contribuição fosse destinada a pagar os salários do editor inglês e sua secretária. Isso evitaria a impropriedade de a CIA remunerar súditos britânicos.

Ademais, disse ele que o interesse principal do Ministério das Relações Exteriores no projeto era conseguir um veículo para a transmissão de idéias anticomunistas a intelectuais da Ásia, da Índia e do Extremo Oriente. Para garantir a distribuição da revista nessas esferas de influência, o Ministério das Relações Exteriores compraria um número especificado de exemplares, que seriam despachados e distribuídos através do Conselho Britânico. Afora isso, o ônus financeiro da revista ficaria com o Congresso pela Liberdade Cultural. Josselson confirmou que as verbas seriam disponibilizadas através da Fundação Farfield, embora a revista fosse encorajada a funcionar como uma empresa, a fim de minimizar as suspeitas. Por último, Josselson disse a Woodhouse que dois candidatos haviam sido pré-selecionados para a tarefa de co-edição da revista. Na dependência da aprovação por parte dos dois serviços secretos, concordou-se em que esses candidatos seriam procurados pelo Congresso pela Liberdade Cultural. Instaurada a estrutura de trabalho, a reunião se encerrou, com o acordo de que Josselson e Neufville levariam adiante o projeto, e depois voltariam a se encontrar com Woodhouse. Este, por sua vez, começaria a procurar “fachadas” convenientes — a “gente rica” de Wisner — através das quais canalizar o dinheiro do IRD para a nova revista.

O candidato norte-americano para o cargo de co-editor era Irving Kristol, diretor executivo do Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural. Nascido em 1920, filho de um terceirista da indústria de confecções de Nova York, ele entrou no City College em 1936, ali fazendo amizade com Irving Howe, Daniel Bell e Melvin Lasky. Foi lá que se envolveu com a Liga Socialista dos Jovens, uma organização anticomunista de esquerda que havia na faculdade, e com os trotskistas. Kristol compensou sua baixa estatura com o desenvolvimento da postura política musculosa que era típica dos alunos de graduação do City College, acompanhada por uma presteza em se lançar contra os adversários que lhe granjearia a fama de pugilista intelectual. Diplomado com louvor em 1940, foi trabalhar como corretor de fretes em Chicago e ajudou a editar a revista ex-trotskista *Enquiry*, até ser convocado. Recrutado para a infantaria em 1944, participou de combates na França e na Alemanha e deu baixa em 1946. Seguiu para a Inglaterra e começou a traba-

lhar na revista *Commentary*, voltando a Nova York em 1947 para se tornar seu editor-chefe.

O candidato britânico era Stephen Spender. Nascido em 1909 numa famosa família liberal, ele tivera uma infância protegida ("Meus pais me mantinham afastado das crianças rudes"),<sup>10</sup> e desenvolveu uma natureza indolente e despreocupada, além de uma atração por idéias utópicas. Em Oxford, na década de 1920, ficou sob a influência duradoura de W. H. Auden, e pouco depois ganhou fama com seu primeiro livro, *Poems*, que exsudava o clima sexual e político do período do entre-guerras. Spender foi imediatamente identificado com Auden, Cecil Day Lewis e Louis MacNeice como um Poeta dos Anos Trinta, a década que levou a política para os recessos mais profundos da literatura e viu Spender filiar-se ao Partido Comunista, ainda que apenas por algumas semanas. O dele mais era um "bolchevismo inglês de salão" do que qualquer outra coisa, típico da política volúvel de Spender. Tempos depois, ele descreveria suas mudanças de convicções e compromissos como uma questão de "minha extrema vulnerabilidade e franqueza".<sup>11</sup> Anita Kermode inverteu o famoso comentário de Henry James pai sobre Emerson, de que ele era "uma pista sem labirinto", ao descrever Spender como "um labirinto sem pista".<sup>12</sup> Outra expressão de James coadunava-se bem com Spender: ele era "um homem sem alça".

Mais tarde, Spender presumiu que a razão de ter sido escolhido para coeditar a nova revista do Congresso "foi consequência de meu ensaio em *O deus que falhou*". Talvez mais do que sua renegação do comunismo, foi a relação positiva de Spender com os Estados Unidos que fez dele um candidato ideal. Em 1948, Spender escrevera uma ode à América — "Podemos Vencer a Batalha pela Mente da Europa" —, no qual havia afirmado que, "enquanto a política norte-americana encontra aliados duvidosos e amigos sem entusiasmo, a liberdade de expressão norte-americana, em suas maiores realizações, tem uma autenticidade capaz de conquistar o mais vital pensamento europeu de hoje (...). Se quisesse, a América poderia hoje desempenhar um papel educacional na Europa, que levaria milhares de estudantes a compreenderem o que há de melhor na civilização norte-americana e na concepção norte-americana de liberdade (...) pois o que é realista hoje é não esperar nada da propaganda e das ameaças políticas, mas participar da exibição aos europeus das maiores realizações contemporâneas da civilização, da

educação e da cultura norte-americanas”.<sup>13</sup> Spender mal pôde conter sua empolgação, chegando a afirmar que “uma palavra de um literato norte-americano ou inglês” é considerada “algo quase milagroso” pelos estudantes europeus. Tudo bem que houvesse o Plano Marshall, escreveu ele, mas “também é necessário fortalecer a antiga civilização do Ocidente na Europa, com a confiança, a experiência e o conhecimento dessa nova Europa que é a América”.<sup>14</sup> A tais sentimentos faziam eco muitos outros intelectuais do Ocidente. Raymond Aron anunciou estar “inteiramente convencido de que, para um anti-stalinista, não há como escapar à aceitação da liderança norte-americana”.<sup>15</sup> Dificilmente se poderia dizer (como foi feito tempos depois) que a intervenção dos Estados Unidos no *Kulturkampf* não tinha nenhum apoio nacional, quando pessoas como Spender e Aron identificavam a sobrevivência da Europa com o salvador norte-americano.

Spender tinha outras qualidades atraentes para seus futuros patrões. Como integrante do grupo “MacSpaunDay” (MacNeice, Spender, Auden e Day Lewis), ele constituía um elo importante com a aristocracia literária londrina, que ainda se apegava a muitas excrescências esnobes do período de Bloomsbury, mas cujos membros se renderam prontamente aos encantos de Spender. Josselson havia experimentado em primeira mão a intransigência dos britânicos na estréia do Congresso em Berlim, e muitos estrategistas norte-americanos irritavam-se com o ar de superioridade exibido pela intelectualidade britânica. “Há alguns antecedentes importantes nisso tudo”, explicou Stuart Hampshire. “Em 1949, creio eu, a Fundação Ford foi a Londres e realizou uma grande reunião num hotel, para a qual convidou os intelectuais mais ilustres. Na ocasião, a Fundação tinha reservas de capital que valiam mais do que toda a área abarcada pela libra esterlina. Assim, os intelectuais compareceram e a Fundação Ford lhes ofereceu o mundo, mas eles disseram: ‘Não, muito obrigado. Temos o All Souls [College], e isso nos basta.’ Os britânicos não se deixaram cumular de favores. Pediram algumas coisas, de fato, mas tão pequenas que os norte-americanos acharam que eles estavam loucos. E o contexto disso é que havia um antiamericanismo muito profundo, de tipo freudiano, uma espécie de encontro entre o esnobismo do Winchester College e o esquerdismo chinês, sintetizado por pessoas como Empson e Forster. Lembrome de Forster ter-se hospedado na casa de Lionel Trilling em Nova York, em certa ocasião. Trilling (que tinha escrito um livro sobre Forster e era um anglófilo

extremamente patético, que nunca estivera na Inglaterra até então) ficou muito nervoso. Forster lhe disse que precisava comprar uma camisa para uma ocasião qualquer, e Trilling o levou à Brooks Brothers. Ao chegar lá, porém, Forster deu uma olhada em volta e disse: 'Santo Deus, não há possibilidade de eu comprar nada aqui.' Isso resumia a história."<sup>16</sup>

Spender, que havia trabalhado para a Comissão Britânica de Controle na Alemanha ocupada, depois da guerra, estava bem sintonizado com as necessidades do governo na área da política cultural. Desde essa época, havia passado um bom tempo nos Estados Unidos, onde se vira sob a proteção de John Crowe Ransom, Allen Tate e da dupla conservadora formada por Ben Tate e o senador Edward Taft. Cultivando seus colegas britânicos com igual encanto, Spender era justamente a ponte de que os norte-americanos precisavam para fazer uma investida junto a seus aliados recalcitrantes. Mas o talento mais irresistível de Spender, afirmou sua mulher, Natasha, era o de ser fácil de tapear. "É claro", disse ela, "que Stephen tinha todas as credenciais certas para ser escolhido como fachada: era um dos maiores renegadores [do comunismo], e era eminentemente passível de ser iludido, por sua enorme inocência. Seu pai foi iludido por Lloyd George. Eles são uma família muito crédula; nunca lhes ocorre que as pessoas podem estar lhes contando mentiras."<sup>17</sup> Tempos depois, o custo dessa ingenuidade congênita viria a se revelar alto.

Em fevereiro de 1953, Spender, que estava lecionando em Cincinnati, recebeu uma carta de Josselson convidando-o a ir a Paris para discutir "uma edição inglesa da *Preuves*". Através de Kristol, Spender ficou sabendo que, "durante uma rápida viagem que fiz a Paris há umas duas semanas, passei um bom tempo discutindo [esse assunto] com Mike Josselson, François Bondy e Mel Lasky; além disso, Josselson e eu passamos um dia em Londres para discutir o assunto com Warburg, Muggeridge e Fyvel".<sup>18</sup>

Pouco antes dessa reunião em Londres, Neufville e Josselson haviam-se reunido outra vez com Woodhouse. Eles concordaram quanto a um arranjo para um "contrato" de publicação mediante o qual Fredric Warburg, editor de Orwell, emprestaria à revista o nome de sua empresa. Numa carta de Josselson a Warburg, o primeiro confirmou que o Congresso "assumiria plena responsabilidade pelo pagamento imediato de todas as contas apresentadas referentes à produção e distribuição da *Encounter*", bem como plena responsabilidade em processos por difamação. Josselson deixou claro a

Warburg que “nem ele nem sua empresa deveriam ter a menor influência na área editorial da revista”.<sup>19</sup>

Quando de seu segundo encontro, Woodhouse e Neufville haviam estabelecido uma sólida relação. As credenciais de Neufville não eram menos impressionantes que as de Woodhouse. Nascido em Londres, ele se formara no New College e em Harvard, antes de se tornar correspondente da Reuters. “Nós nos demos extremamente bem, concordávamos em tudo”, lembrou-se Woodhouse. “Sempre me dei extremamente bem com meus colegas norte-americanos, desde que não fossem lunáticos”, acrescentou, num tom sugestivo de que muitos o eram. “Toda vez que Larry vinha a Londres, eu o encontrava. Ou então, quando eu ia a Washington, encontrava-o lá, junto com meu homem em Washington, Adam Watson.”<sup>20</sup> Os dois se reuniram com regularidade nos dois anos seguintes, até Neufville voltar para os Estados Unidos e Woodhouse tornar-se diretor do Real Instituto de Assuntos Internacionais. Como essa era a única área em que suas responsabilidades se superpunham, eles discutiam “operações e métodos” da revista *Encounter* e “a operação britânica” em geral, tomando drinques no RAC.

“Operações e métodos” significou, a princípio, estabelecer o que Woodhouse descreveu como “um fluxo de caixa e uma linha de contato”. “Cuidado para não achar que havia um sistema para alguma coisa naquela época. Era tudo improvisado”, explicou Neufville, posteriormente.<sup>21</sup> O homem trazido para ajudar na improvisação e funcionar como intermediário do MI6 e do Congresso pela Liberdade Cultural foi Malcolm Muggeridge. Este percorreria um longo caminho desde os tempos de garoto, quando cantava “A bandeira vermelha” com o pai num palanque do Partido Trabalhista, em Croydon. Seu livro *Winter in Moscow* [“Inverno em Moscou”] (1933), que expôs a destruição de sua utopia russa, foi uma das primeiras denúncias do mito soviético escritas pela esquerda, e marcou o início de sua transformação política em agente do MI6. Como membro do comitê organizador do Congresso pela Liberdade Cultural, ele se alinhou firmemente com sua postura antineutralista e pró-americana, ponderando que, “se admito, como fazem milhões de outros europeus ocidentais, que os Estados Unidos estão fadados a ser o esteio da liberdade neste mundo de meados do século XX, não decorre daí que as instituições norte-americanas sejam perfeitas, que os norte-americanos se portem invariavelmente bem, ou que o estilo de vida norte-americano

seja impecável. Significa apenas que, num dos conflitos mais terríveis da história da humanidade, escolhi meu lado, como todos terão de escolher, mais cedo ou mais tarde, e me proponho ficar com o lado que escolhi em todas as eventualidades, esperando ter coragem suficiente para não desanimar, bom senso suficiente para não me deixar confundir nem desviar desse propósito, e confiança suficiente na civilização a que pertença e na religião em que essa civilização se baseia para seguir o conselho de Bunyan e suportar os riscos e humilhações do caminho, em nome do valor do local de destino".<sup>22</sup>

"O sigilo", escreveu Muggeridge em *The Infernal Grove* ["O pomar infernal"], "é tão essencial para o serviço secreto quanto as vestes sacerdotais e o incenso para a missa, ou a escuridão para as sessões espíritas, e deve ser mantido a todo custo, independentemente de servir ou não a um propósito."<sup>23</sup> Sempre animado com um pouquinho de intriga no estilo capa e espada, mesmo que duvidasse de sua necessidade, Muggeridge ficou encantado por se envolver na nova empreitada editorial do Congresso. Sua primeira tarefa foi arranjar a "gente rica" capaz de figurar como patrocinadora particular crível da revista. Numa reunião num *pub* da Fleet Street, Muggeridge pôde informar a Woodhouse que sua busca de dutos financeiros revelara dois candidatos interessados.

O primeiro era Alexander Korda, o diretor de cinema emigrado. Como amigo de Ian Fleming e ex-patrão de Robert Bruce Lockhart (que trabalhara para ele como assessor na distribuição internacional de filmes), Korda desfrutava de estreitos vínculos com o serviço secreto britânico. Em seguida à abordagem de Muggeridge, Korda concordou em permitir que o IRD utilizasse sua conta bancária como canal para os subsídios à nova revista. O outro duto apresentado por Muggeridge era um velho amigo seu, lorde Victor Rothschild. Rothschild manteve uma estreita ligação com a revista até meados da década de 1960, mas sempre nos bastidores, nunca às claras.

Ainda havia problemas práticos a solucionar, e Muggeridge e Warburg — já então chamados de "Os Primos" pelos agentes da CIA — foram a Paris, no fim de fevereiro de 1953, para discuti-los em detalhe e resolvê-los. Jasper Ridley, então secretário da Sociedade Britânica pela Liberdade Cultural, foi instruído a comprar as passagens e pagar a hospedagem de ambos. Na volta, Warburg pediu a Ridley que emitisse um cheque a seu favor na conta da Sociedade Britânica, no valor de cem libras esterlinas, para cobrir suas "despesas" em Paris.



Ridley, cujo salário semanal era de aproximadamente dez libras, ficou perplexo. “Acho que Warburg embolsou as cem libras, ou gastou-as em jóias para sua bela esposa, Pamela de Bayou”,<sup>24</sup> conjecturou ele mais tarde.

Em 5 de março de 1953, Michael Josselson escreveu a Stephen Spender, fazendo um relato da reunião entre Muggeridge, Warburg, Fyvel, Nabokov, Bondy e Josselson. “Precisamos de uma revista com um apelo mais amplo do que a *Horizon*, mais parecida com *Der Monat*. Você e Kristol seriam uma equipe ideal de editores. Deve haver uma campo editorial, talvez com Muggeridge e Hook, que passarão um ano inteiro na Europa a partir de julho de 1953. Muggeridge e Warburg estão dispostos a pôr na revista todas as verbas que, nesse meio tempo, o Sr. Muggeridge já conseguiu levantar para a Sociedade Britânica.”<sup>25</sup> Referindo-se a esse arranjo, Spender escreveu a Kristol: “Parece que seremos ambos empregados pelo Comitê britânico.”<sup>26</sup> Estava parcialmente certo. Kristol, o norte-americano, seria pago com verbas da Fundação Farfield, da CIA; Spender, com dinheiro do orçamento secreto do Tesouro britânico.

Em março de 1953, Kristol tinha-se mudado para Paris e estava ocupado em colher matérias para a revista. O escritório de Paris, que imaginava uma publicação capaz de funcionar “como porta-voz do Congresso”, sugeriu quatro alternativas de capa, sob a orientação de Josselson. Nem Kristol nem Spender (que ainda estava nos Estados Unidos) conseguiram concordar quanto ao título. O título provisório, “*Outlook*”, foi considerado banal, de modo que eles quebraram a cabeça e folhearam os dicionários de sinônimos, trocando idéias sobre títulos como “*Symposium*”, “*Culture and Politics*”, “*Congress*”, “*Witness*”, “*Vista*”, “*Testimony*”, “*Writing and Freedom*” (Kristol queria evitar as palavras “liberdade” e “libertação”, porque elas “cheiravam a tédio”), “*Messenger*”, “*Across Seas*”, “*East-West Review*”, “*Compass*”, “*Connect*”, “*Exchange*”, “*Interchange*”, “*Present*”, “*Turning Point*” e “*Circumference*”. \* A certa altura, Kristol referiu-se simplesmente à publicação como a “Revista X”.<sup>27</sup> Talvez esse tivesse sido o título mais apropriado, à luz do

---

\*É interessante apreciar o leque de títulos proposto, a começar por “*Outlook*” (“*Perspectiva*”): “*Simpósio*”, “*Cultura e Política*”, “*Congresso*”, “*Testemunha*”, “*Panorama*”, “*Depoimento*”, “*Escrito e Liberdade*”, “*Mensageiro*”, “*Transmarina*”, “*Resenha Leste-Oeste*”, “*Bússola*”, “*Conexão*”, “*Diálogo*”, “*Intercâmbio*”, “*Presente*”, “*Momento Decisivo*” e “*Circunferência*”. O título finalmente escolhido, *Encounter*, se traduziria por *Embate*. (N. da T.)

espírito clandestino que estava por trás dela. O título "*Encounter*" veio à tona pela primeira vez numa carta de Kristol a Warburg datada de 27 de abril de 1953, mas Kristol disse não se entusiasmar com ele.

Em 30 de abril de 1953, Alexander Korda emitiu seu primeiro cheque de 250 libras esterlinas. É presumível que o mesmo tenha feito Victor Rothschild, embora não exista nenhum registro que confirme quando tiveram início seus "donativos". Assim camuflado, o serviço secreto britânico transferiu fundos para a *Encounter* desde o começo. O fluxo de caixa era reforçado pela chegada regular de um envelope pardo ao escritório da *Encounter*. O portador era um integrante da equipe de Woodhouse. Também de sua equipe era a gerente do escritório da revista (e posterior editora administrativa), Margot Walmsley, que se transferiu diretamente de sua função de gerente administrativa do IRD e se manteve como "linha de contato" do Ministério das Relações Exteriores na revista *Encounter* por mais de duas décadas. Tempos depois, Walmsley comentou com um atônito Frank Kermode que, se ele quisesse saber alguma coisa sobre a *Encounter*, ela poderia contar-lhe "tudo". Até morrer, em 1997, Walmsley nunca revelou que trabalhara para o Ministério das Relações Exteriores.

Depois disso, o IRD depositava o dinheiro numa conta particular da editora Secker and Warburg, e Warburg providenciava para que um cheque do mesmo valor fosse emitido a favor da Sociedade Britânica pela Liberdade Cultural, da qual era tesoureiro. A Sociedade Britânica, que já então não passava de uma fachada para o fluxo de caixa entre o IRD e a *Encounter*, transferia em seguida o mesmo valor para a revista. No jargão do serviço secreto, esse tipo de mecanismo de financiamento era conhecido como "bilhete triplo". Era dessa forma tortuosa que o governo de Sua Majestade pagava o salário de Stephen Spender. Pessoalmente, Woodhouse nunca falou com Spender sobre esse arranjo, embora tivesse amplas oportunidades de fazê-lo. "Os filhos dele e os meus estavam no mesmo jardim-de-infância, e costumávamos encontrarmos lá", recordou Woodhouse. "Eu tendia a presumir que ele soubesse e, por isso, não sentia uma necessidade especial de falar com ele a esse respeito. Era essa a nossa forma de agir naquele tipo de mundo."<sup>28</sup> Posteriormente, Spender foi inflexível em sua afirmação de que nunca lhe falaram desses arranjos.

Em junho de 1953, a revista *Encounter* estava em pleno funcionamento, operando no escritório da Sociedade Britânica pela Liberdade Cultural, no

número 119b da Oxford Street, até se mudar, no mês de setembro, para escritórios no Haymarket. As contas da gráfica e outras despesas de seus primeiros doze meses foram cobertas por uma doação de 40 mil dólares da Fundação Farfield, cifra esta que Kristol e Spender foram aconselhados por Josselson a “guardar em segredo”. A historiadora Gertrude Himmelfarb foi ao encontro do marido, Kristol, que estava em Londres desde maio, levando o filho pequeno do casal, William. Pouco depois, Spender chegou de Cincinnati. Ele e Kristol foram arrolados como acionistas da Encounter Ltd., que foi registrada em dezembro de 1953 e cujas ações majoritárias ficaram com Junkie Fleischmann, como presidente da Fundação Farfield, e Pierre Bolomey, como tesoureiro do Congresso pela Liberdade Cultural.

Numa revisão notável da história, Spender e Kristol registraram sua colaboração, tempos depois, como uma espécie de lua-de-mel. “Considerando-se que Stephen e eu éramos duas pessoas muito diferentes, creio que nos demos surpreendentemente bem”,<sup>29</sup> disse Kristol. “Fiquei muito feliz em trabalhar com Irving Kristol”,<sup>30</sup> disse Spender. Os dois se consideravam amigos, nessa época e posteriormente. Mas seu relacionamento profissional foi problemático desde o começo. Spender era maleável, emotivo, ariscamente avesso a confrontos e, como editor, às vezes não “sabia distinguir o traseiro do cotovelo”.<sup>31</sup> Kristol, ao contrário, era teimoso como um jumento e intransigente, acostumado por anos de discussões em Brooklyn ao comportamento emotivo ou ao preciosismo intelectual. De baixa estatura, tinha em comum com Lasky e Hook essa característica e a irascibilidade. “É uma loucura imaginar que Irving Kristol — um ex-trotskista do Brooklyn — pudesse ir para lá lidar com todos aqueles intelectuais britânicos e corrigir sua prosa!”, disse um agente da CIA.<sup>32</sup> Mas não eram apenas Spender e seus amigos britânicos que precisavam tomar cuidado com Kristol. Josselson descobriu muito depressa o calibre do homem que tinha escolhido. “Irving tinha brigas terríveis com o escritório de Paris”, disse Natasha Spender, que recordou ter ouvido de Stephen que Kristol era dado a gritar com Josselson ao telefone, dizendo-lhe que, se ele queria uma “revista doméstica”, que fosse procurar outro editor.<sup>33</sup>

Em julho, Kristol enviou a Josselson o sumário provável da primeira edição: um texto de Denis de Rougemont sobre a Índia, uma pequena meditação de Albert Camus sobre a morte, páginas dos cadernos de Virginia Woolf, dois contos japoneses, um perfil de Ernst Toller por Christopher Isherwood,

um artigo de Leslie Fiedler sobre os Rosenberg, e textos de Nicolas Nabokov sobre a música soviética, de Josef Czapski sobre *Vozes do silêncio*, da autoria de André Malraux, de Irving Kristol sobre a conferência "Ciência e Liberdade" do Congresso, de Herbert Lüthy sobre as revoltas recentes na Alemanha Oriental e na Tchecoslováquia, e de Edith Sitwell sobre Hollywood. Resenhas de livros tinham sido prometidas por Muggeridge, Spender, Hugh Seton-Watson, J. K. Galbraith e Nathan Glazer. Os textos de Koestler e Aron foram retirados da primeira edição, depois que Nabokov alertou Kristol para o fato de que eles eram militantes demais em seu anticomunismo.

Preocupado com a possibilidade de que a pauta da primeira edição não fosse suficientemente política, Josselson escreveu a esse respeito numa carta a Kristol, que retrucou com rispidez: "Não estou seguro quanto a seu comentário enigmático sobre a questão de o 'conteúdo político' ficar à altura das expectativas. É óbvio que a revista deve ser um periódico 'cultural' — encarando-se a política ao lado da literatura, da arte, da filosofia etc. como uma parte intrínseca da 'cultura', o que de fato ela é. Naturalmente, a proporção entre artigos especificamente políticos e artigos literários etc. variará de um número para outro. Na primeira edição, a política é relativamente secundária, uma vez que almejamos captar o maior público possível. Tenho uma idéia muito clara do que o Congresso quer e de como se deve obtê-lo. Mas não posso funcionar com eficiência com o escritório de Paris pegando no meu pé, mandando diretrizes editoriais etc."<sup>34</sup>

Noutra carta inflamada, Kristol voltou a protestar com Josselson, dizendo-lhe: "Nós aqui em Londres não somos idiotas ineptos, e creio sinceramente que estamos mais aptos a julgar a situação do que vocês em Paris. Você e seus colegas de Paris acham que a capa está horrorosa? Bem, pode ser que tenham razão. Por outro lado, pode ser que estejam errados — as capas de revistas, afinal, não são sua especialidade. A capa me parece boa, embora sem dúvida possa ser melhorada; Muggeridge acha que está ótima (...) Você considera o primeiro número insuficientemente político? Nesse caso, é óbvio que não estudou o índice com cuidado (...) Acha a primeira edição literária demais? Bem, está enganado (...). Talvez eu esteja me iludindo, mas acho realmente que, na *Encounter*, o Congresso detém algo muito mais importante do que vocês sequer se dão conta. Ao que parece, você ficaria satisfeito se conseguíssemos atingir o nível da *Preuves*. Santo Deus, homem, já estamos

muito além dele (mais uma vez, a não ser que eu me engane). Potencialmente, temos condições de nos tornarmos, dentro de poucos meses, o periódico cultural da língua inglesa, e não só na Inglaterra, mas também na Ásia. Dê-nos esses poucos meses e seremos o ídolo da intelectualidade, no Oriente e no Ocidente, uma revista em que um autor asiático — ou europeu e norte-americano! — daria os olhos da cara para aparecer. Digo isso a sério; e, se estiver errado, você deve arranjar outro editor. Mas precisa dar-nos tempo e liberdade editorial para chegarmos lá (...). Sua atitude em relação às vendas me intriga: você se diz menos interessado nelas do que no ‘impacto’ da revista. Mas, será que uma coisa não é a medida da outra?”<sup>35</sup> Se Kristol soubesse da estrutura financeira que daria sustentação à *Encounter*, teria percebido que esta última pergunta era redundante.

É evidente que Kristol não pretendia desempenhar para Josselson o papel do orador com o megafone numa tribuna improvisada. Spender criou o conceito de “Poder de Kristol” para descrever a pose adamantina de seu colega. Depois de um excesso de ameaças, Josselson realmente acabaria procurando outro editor. Naquele momento, porém, a *Encounter* precisava de estabilidade, e Josselson não teve alternativa senão ficar com Kristol.

O escritório de Paris ganhara a briga com Kristol para deixar Koestler e Aron de lado, mas, em troca, teve de fazer uma concessão a um artigo de Leslie Fiedler que deixou todos profundamente constrangidos. Originalmente, Kristol havia solicitado a seu amigo Fiedler que apresentasse um artigo sobre Karl Marx, mas Fiedler não manifestou nenhum entusiasmo e, em vez disso, ofereceu-lhe um texto sobre os Rosenberg. Se estava atrás de alguma coisa “provocadora” para a primeira edição, Kristol a tinha conseguido.

Na manhã de sua execução, Julius e Ethel Rosenberg sentaram-se em sua cela, na prisão de Sing Sing, para escrever uma carta a seus dois filhos pequenos, Robert e Michael. “Lembrem-se sempre de que éramos inocentes e não podíamos desonrar nossa consciência”, terminou o texto. Pouco depois das oito horas da noite de 19 de junho de 1953, os minutos anteriores ao pôr-do-sol anunciaram o começo do sabá judaico e, na véspera de seu décimo quarto aniversário de casamento, os Rosenberg foram executados na cadeira elétrica. Primeiro Julius, depois Ethel. Antes de ser atada à cadeira pelas correias, Ethel virou-se para a carcereira da prisão, estendeu-lhe a mão e puxou-a para beijá-la no rosto.

Os Rosenberg tinham sido condenados em março de 1951 por transmitirem segredos atômicos norte-americanos aos soviéticos. Depois de se recolher a uma sinagoga para refletir sobre sua sentença, o juiz Kaufman voltou ao tribunal e condenou o casal à morte, por sua participação no que descreveu como uma "conspiração diabólica para destruir uma nação temente a Deus".<sup>36</sup> Até então, a pena capital nunca fora imposta nos Estados Unidos a nenhuma pessoa condenada por espionagem em tempos de paz. A grita internacional que se seguiu representou, para os propagandistas da América, seu desafio mais urgente desde as primeiras surtidas da Guerra Fria. A questão da culpa dos Rosenberg (e eram poucas as dúvidas reais de que eles *eram* culpados) não foi o problema central: para a maioria dos observadores, as acusações contra eles eram irrefutáveis. Mas coube aos estrategistas norte-americanos convencer o mundo não apenas de que o veredicto era inconteste, mas de que a punição era compatível com o crime.

"Quando dois inocentes são condenados à morte, isso é problema do mundo inteiro", exclamou Jean-Paul Sartre, definindo o fascismo não "pelo número de suas vítimas, mas pelo modo como ele as mata". Sartre acrescentou que a execução era "um linchamento judicial que cobriu de sangue uma nação inteira".<sup>37</sup> Para se certificarem de que o mundo todo soubesse que esse era um problema dele, os comunistas orquestraram uma campanha maciça pela clemência, organizando a cobertura na imprensa de controle comunista e providenciando para que organizações de fachada comunistas fizessem petições às embaixadas norte-americanas. Londres recebeu milhares de petições e protestos, com centenas de milhares de assinaturas. Paris informou estar recebendo telegramas, cartas e petições à razão de aproximadamente cinqüenta por dia.

Na França, especialmente, o caso Rosenberg tornou-se o ponto de encontro simbólico para qualquer um que tivesse alguma queixa contra o governo dos Estados Unidos. Realizaram-se protestos em toda a França, e muitos deles se transformaram em tumultos antiamericanos. Um homem foi morto numa passeata com o lema "*Libérez les Rosenbergs*",\* na Place de la Concorde.<sup>38</sup> Melvin Lasky, embora "desconfortável" com o uso da pena capital em tempos de paz, ridicularizou esses protestos como produto de "ressentimen-

---

\*"Libertem os Rosenberg". (N. da T.)

tos antiamericanos que estão na moda”.<sup>39</sup> É claro que nenhum dos *lobbies* formados com apoio comunista para defender o casal divulgou o fato de que, no mesmo dia em que foi fundado na França o Comitê de Defesa dos Rosenberg, onze antigos líderes do Partido Comunista tcheco foram executados em Praga. Eles também não discutiram o fato de mais comunistas terem sido fuzilados por Stalin do que em qualquer país fascista; ou de os trabalhadores da União Soviética serem mandados para campos de trabalho forçado, se se atrasassem mais de cinco minutos para o trabalho por duas vezes; nem tampouco o fato de que, quando se instruíram artistas a participar de um concurso que escolheria uma estátua comemorativa do centenário de Pushkin, o primeiro prêmio foi para um escultor cuja estátua mostrava Stalin lendo um texto de Pushkin.

Mesmo assim, a análise de Melvin Lasky foi fantásticamente simplista. O embaixador norte-americano em Paris, Douglas Dillon, havia alertado enfaticamente o secretário de Estado, num telegrama datado de 15 de maio de 1953, para o fato de que a maioria da população francesa era “esmagadoramente [de] opinião que [a] sentença de morte [é] injustificável”, e advertira que “nem todas as pessoas que insistem na clemência devem ser tomadas por inocentes úteis [dos] comunistas”.<sup>40</sup>

Naturalmente, o movimento pela clemência não podia ser descartado unicamente como uma conspiração comunista. Um relatório do serviço secreto norte-americano afirmou que, na Europa Ocidental, “muito recentemente, têm surgido apelos por clemência na imprensa socialista e independente, bem como em grupos oficiais socialistas, e na Inglaterra, parte da opinião pública trabalhista apóia a clemência. Esses apelos não comunistas pela clemência baseiam-se em algumas dúvidas sobre a culpa dos Rosenberg e na alegação de que a clemência servirá menos aos propagandistas do comunismo do que a execução e o conseqüente martírio”.<sup>41</sup>

Todo o aparelho de guerra psicológica norte-americano viu-se então diante de um enorme desafio. Nos seis meses seguintes, até a execução dos Rosenberg, em junho, ele reuniu todos os seus recursos para convencer o mundo de que a justiça norte-americana era justa. A Diretoria de Estratégia Psicológica (PSB) recebeu ordens de coordenar a campanha, cujo objetivo central era situar os Rosenberg no contexto de um arquétipo comunista negativo — o comunista como um monstro que precisava de “sacrifícios de

sangue". Ela preparou relatórios para dar informações ao presidente e a toda a sua equipe, com base em despachos das embaixadas e relatórios da CIA, e expediu uma enxurrada de instruções para todas as sedes norte-americanas no exterior. Todavia, embora os relatórios gerados pela PSB, que mostravam que os Rosenberg tinham sido "condenados com imparcialidade e eram culpados", repercutissem bem na imprensa européia, muitos representantes diplomáticos norte-americanos continuaram a pressionar pela clemência. Na França, o embaixador Dillon continuou profundamente preocupado "com o efeito adverso da execução na Europa Ocidental", e insistiu em que a sentença fosse reavaliada "em termos do interesse nacional maior".<sup>42</sup>

Enquanto a PSB examinava "todo o alcance da execução dos Rosenberg, particularmente o impacto dessa decisão na psicologia externa, bem como seu efeito no prestígio e na liderança norte-americanos",<sup>43</sup> C.D. Jackson adotava uma abordagem ligeiramente diferente. Embora estivesse convencido de que os Rosenberg "merecem ser eletrocutados cem vezes, pelo que fizeram com este país", ele fazia questão de extrair uma confissão de culpa dos condenados. Isso, é claro, modificaria todo o panorama do processo. Numa carta entregue em mãos ao procurador geral da república, Herbert Brownell, datada de 23 de fevereiro de 1953, C.D. escreveu: "Vale a pena fazer mais uma tentativa de levar pelo menos um dos Rosenberg a se abrir (...). Fazer os Rosenberg se abrirem", prosseguiu ele, "não é um problema de 'dar um aperto neles', mas um problema psiquiátrico. Assim, quem sabe não seria possível arranjar um psiquiatra judeu realmente habilidoso, digamos, o Dr. Karl Binger, para que ele tentasse insinuar-se na confiança deles nos próximos trinta dias; e, se eles dessem algum sinal de estar cedendo, seria possível arranjar um adiamento da execução por mais trinta ou sessenta dias, enquanto o trabalho progredisse."<sup>44</sup>

Em maio, C.D. teve outra idéia. Num "memorando para o arquivo", redigido em papel timbrado da Casa Branca, escreveu: "Falei com Brownell e insisti em que ele faça uma guerra de nervos com os Rosenberg, incluindo, se necessário, um adiamento temporário pelo presidente. Brownell informou que a carcereira havia conseguido insinuar-se e que eles tinham algumas esperanças nesse sentido. Insisti com Brownell em que se inculquem no diretor, na carcereira, no médico da prisão e em qualquer outra pessoa envolvida as sutilezas da situação e do jogo que está sendo feito, em vez de deixá-los



agir de improviso. Isso já não é um caso de polícia. Brownell concordou em fazer alguma coisa nesses moldes.”<sup>45</sup> Até que ponto a carcereira conseguiu insinuar-se continua a ser uma questão especulativa. A julgar pelo último gesto de Ethel, entretanto, pode-se deduzir que ela chegou bem perto.

Numa reunião do gabinete ministerial, em 19 de junho de 1953, data marcada para a execução, Eisenhower admitiu, nervoso, estar “impressionado com dados de sua correspondência que refletiam uma dúvida sincera” a respeito do julgamento dos Rosenberg, e disse parecer “estranho que nosso sistema judicial seja atacado num caso tão claro”.<sup>46</sup> Herbert Brownell assegurou-lhe que não se “cogitava de nenhuma dúvida nessa matéria (...) [era] apenas uma minudência técnica”. “O público não entende de minudências técnicas”, retrucou Eisenhower. Ao que Brownell respondeu: “Quem é que vai decidir, os grupos de pressão ou o sistema judiciário? O objetivo dos comunistas é mostrar que é possível pressionar Dwight Eisenhower.”<sup>47</sup> Eisenhower tornou a manifestar impaciência, dizendo a Brownell que estava “preocupado apenas com os cidadãos decentes”. Nesse momento, C. D. Jackson interrompeu e reconheceu que algumas pessoas vinham achando difícil compreender a condenação à morte, à luz do fato de que ela não fora imposta a outros espiões condenados, como Klaus Fuchs. Ao que um amigo de C.D., Henry Cabot Lodge (recém-nomeado especialista tático de Eisenhower em matéria de comunismo), retrucou em tom confiante: “Pode-se explicar tudo com muita facilidade.” “Não com facilidade para mim”, bufou Eisenhower.<sup>48</sup>

À medida que começou a diminuir qualquer esperança de perdão, até Michael Josselson foi levado a pedir clemência. “Michael achava que eles eram culpados, mas não deviam ser executados, porque isso era péssimo em matéria de relações públicas. Ele mandou um telegrama pessoal a Eisenhower, pedindo clemência”,<sup>49</sup> lembrou Diana. Além disso, Josselson organizou o envio de um telegrama de apelo de Denis de Rougemont à Casa Branca, em 13 de junho de 1953. “A Associação de Escritores, Cientistas e Artistas, juntamente com o Congresso pela Liberdade Cultural, apelam para a clemência de V.Ex.<sup>a</sup> para com os Rosenberg”, dizia o telegrama da Western Union. “Acreditamos que esse ato de sua parte estaria dentro da tradição humanista da democracia ocidental e serviria à causa da liberdade no mundo inteiro.”<sup>50</sup> Até o papa Pio XII interveio, pedindo a Eisenhower que dosasse a justiça

com a caridade, mas não adiantou. "Ficamos arrasados com a execução. Foi uma coisa *muito* idiota", disse Diana Josselson.<sup>51</sup>

No fim de julho, Irving Kristol recebeu o artigo de Leslie Fiedler, intitulado "Um pós-escrito do caso Rosenberg". Fiedler, ex-membro da Liga da Juventude Comunista e do Partido dos Trabalhadores Socialistas, afastara-se da esquerda no início da década de 1940 e vinha escrevendo "ensaios anticomunistas virulentos, tão cheios de psicologismo duvidoso e exortações à expiação por parte de toda a esquerda, que Harold Rosenberg sentiu-se obrigado a publicar uma longa refutação, intitulada 'O liberalismo de divã e o passado de culpa'".<sup>52</sup> Fora nesse clima que Fiedler havia redigido suas idéias sobre o caso Rosenberg.

Fiedler observou que, no começo, nem mesmo os comunistas mostraram-se interessados em se identificar com o casal, já que eles eram "muito centrais para todo o seu esforço de espionagem e muito flagrantemente culpados". Ele estabeleceu uma distinção entre o caso Rosenberg "factual" e um segundo caso Rosenberg, "lendário", no qual, graças a uma mitologia simpaticamente cuidadosamente orquestrada, eles tinham sido erigidos em mártires, dentro da tradição do caso Dreyfus. E assim, enquanto "se desfaldavam as bandeiras de antigas causas nobres", as pessoas de mentalidade liberal em toda parte tinham-se tornado vítimas de "uma espécie de chantagem moral".<sup>53</sup> Em seguida, ele responsabilizou os comunistas pelo sofrimento e morte dos Rosenberg, alegando que isso fora "desejado pelos formadores da opinião pública comunista e saboreado por eles, assim como todo caso de discriminação contra um negro nos Estados Unidos é desejado e saboreado, como uma prova adicional de que eles estão certos". Ele estivera lá, disse Fiedler, bem no meio de uma Europa exultante com seu antiamericanismo. Vira "os rostos das multidões comunistas multiplicando-se e gritando em frente à embaixada norte-americana" em Roma, e não vira "nada senão alegria". "Morte aos Assassinos dos Rosenberg!" entoara a multidão, antes de se afastar "para sentar-se diante de uma garrafa de vinho, satisfeita com um bom dia de trabalho". Quanto aos Rosenberg, bem, eles eram "pouco atraentes e vingativos", mas "humanos", interessados em seus filhos, "preocupados com operações de amidalite e brigas familiares". Mas o casal repugnava tanto a Fiedler, que ele tinha dificuldade de encaixá-los numa história "humana",

de modo que passou a afirmar que, na verdade, eles se haviam “desumanizado”, ao se transformarem em “ clichês oficiais ” até o próprio momento de sua morte. “O que eles nos oferecem é uma paródia do martírio, absurda demais para ser verdadeiramente trágica”, escreveu. Comentando as cartas trocadas pelo casal em suas celas separadas, na prisão de Sing Sing, Fiedler pareceu tão ofendido pelo estilo (ou falta de estilo) literário de Ethel Rosenberg quanto pela incapacidade de Julius de ser suficientemente íntimo com sua mulher e cúmplice. “Acostumamo-nos com espões comunistas que mentem no tribunal com toda a convicção e fervor das verdadeiras vítimas, como no exemplo recente de Alger Hiss, para citar apenas um;”<sup>54</sup> mas sempre havíamos esperado que, pelo menos a suas mulheres, na escuridão e aos sussurros, eles dissessem a verdade.” Mas eles não conseguiam falar noutra linguagem que não a codificada, nem mesmo um com o outro, e assim, perguntou Fiedler, já que não eram “mártires nem heróis — ou sequer seres humanos (...), que é que restava para morrer?”<sup>55</sup>

Ao ver as provas do artigo, Sidney Hook ficou assustado. James T. Farrell dissera dele, certa vez, que “[Hook] submete a realidade viva e complexa da história a uma máquina de lógica, e a picota em pedacinhos. O modo como pratica a ‘ênfase seletiva’ equivale a um truque de ilusionismo (...) Todo tipo de problema e contradição (...) o chateia, e ele tem que se livrar deles”.<sup>56</sup> Hook sabia identificar prontamente esses defeitos nos outros, ainda que não em si mesmo, e teve certeza de que a análise de Fiedler aborreceria o Congresso. Escrevendo a Kristol (que lhe enviara as provas), recomendou que o artigo fosse publicado com a seguinte justificativa: “Esses comentários não devem ser interpretados como um ataque a seres humanos já mortos — pois devemos respeitar os mortos como seres humanos —, mas a questão é que, em sua vida política, os Rosenberg abandonaram seu papel de seres humanos e se propuseram como símbolos políticos. Por isso, fazemos aqui uma análise não de personalidades humanas, mas de um mito político.”<sup>57</sup> Uma versão menos sucinta do acréscimo sugerido por Hook chegou a entrar no texto de Fiedler, mas seu impacto se perdeu, num artigo que se notabilizou por sua mesquinhez humana.

A notícia do artigo de Fiedler espalhou-se rapidamente e, em menos de uma semana, toda a tiragem de 10 mil exemplares da primeira edição de *Encounter* foi vendida (quantas delas terão sido “compradas” de antemão

pelo Ministério das Relações Exteriores, não se sabe dizer. De acordo com Tom Braden, a CIA também “desembolsou verbas de circulação para fazer com que [a revista] fosse aceita”). Dada a escassez de publicações de alto nível na Inglaterra, nunca houve a menor probabilidade de que a estréia de *Encounter* fosse acolhida com indiferença. Seu nome caiu na boca de todos, e não se passava um jantar sem que houvesse uma discussão acalorada sobre seu conteúdo. Dias depois, a repercussão começou a se fazer sentir no escritório da *Encounter*, sob a forma de gordos malotes. De Christopher Isherwood vieram elogios por uma estréia “empolgante e nada enfadonha”. Leonard Woolf escreveu haver considerado todos os artigos “acima da média”, e descreveu o de Fiedler como “excepcionalmente bom”.

À distância, Melvin Lasky deduziu que o artigo de Fiedler garantiria uma luta árdua para a *Encounter*. Os sinais disso apareceram num trio de cartas recebidas por Spender na manhã de 22 de outubro de 1953. Escrevendo a Josselson, Spender citou trechos da carta de E. M. Forster, que expressou um ressentimento especial pelo artigo sobre os Rosenberg, “não por suas constatações factuais, que talvez estejam corretas, mas pelo desprezo e severidade com que [o texto] aborda os últimos dias de Ethel Rosenberg. O mais ofensivo era o final ‘compadecido’, com sua misteriosa afirmação de que ali estava um ser humano que agira de forma não humana, e que seria perdoado pelo ser humano que escrevera o artigo. Eu me pergunto como agirá *ele*, se um dia for condenado à morte”.<sup>58</sup>

Czeslaw Milosz também não gostou do artigo sobre os Rosenberg, disse Spender a Josselson. Pior ainda, T. S. Eliot, escrevendo em resposta ao pedido que Spender lhe fizera de um artigo, disse ter dúvidas sobre a eficácia de *Encounter*, já que ela era muito “obviamente publicada sob os auspícios dos norte-americanos”. Se ele quisesse dizer alguma coisa para influenciar a opinião pública norte-americana, não seria melhor dizê-la num artigo publicado nos Estados Unidos, para consumo norte-americano? “A questão é que Eliot expõe aí o tipo de reputação que temos de procurar minimizar: a de sermos uma revista que disfarça a propaganda norte-americana sob um verniz de cultura britânica”,<sup>59</sup> explicou Spender. Concordando com o comentário de Hugh Gaitskell de que “qualquer política que publiquemos seria suspeita, pelo fato de as pessoas saberem que tivemos apoio norte-americano”, Spender concluiu que “qualquer sentimento anticomunista direto sim-

plesmente prejudica seu próprio fim”. Em seguida, ele disse a Josselson ter achado as cartas “profundamente perturbadoras”, e acrescentou que, “no que concerne a minha posição pessoal, a crítica implícita de que estou inserindo artigos que atendem aos objetivos norte-americanos me é muito dolorosa, naturalmente”.<sup>60</sup> “Havia um antiamericanismo pueril na Inglaterra daquela época”, disse Natasha Spender. “Pessoas eminentes e respeitáveis estavam cheias de clichês reacionários sobre o fato de os Estados Unidos serem um país adolescente, e tudo o mais. Stephen era constantemente criticado por essas pessoas, que diziam que não teriam nem mesmo um exemplar da *Encounter* em sua casa, por ela ser muito obviamente ‘norte-americana’. E isso o deixava muito aborrecido, porque ele queria defender os colegas a quem admirava de seus tempos na América.”<sup>61</sup>

Fiedler, ao que parece, supervalorizou a capacidade de defesa de Spender. Monty Woodhouse lembrou-se de ter ficado “estarecido” quando Spender “mais ou menos explodiu e disse que não participaria mais de um ‘exercício da propaganda’. Eu presumia que ele compartilhasse minhas idéias e as idéias de todos nós sobre a desejabilidade de uma reação intelectual aos comunistas. Achei simplista demais para ele, em termos intelectuais, dizer que estava sendo frustrado de algum modo”.<sup>62</sup> Spender considerou que o artigo sobre os Rosenberg não tinha sido ofensivo para todos, e o defendeu como não tendo “nada de propaganda”. Mas ficou profundamente apreensivo com o fato de ele ser amplamente encarado “como o tipo de cavalo-de-tróia contido na *Encounter*”.<sup>63</sup>

Isso, e muito mais, ficou implícito na resenha de Anthony Hartley na revista *Spectator*, que afirmou ter identificado “alguma coisa da pomposidade da cultura oficial” no primeiro número da revista, e comentou: “Seria uma pena que a *Encounter*, por sua vez, viesse a se tornar uma mera arma da Guerra Fria.”<sup>64</sup> O professor de Cambridge e crítico Graham Hough referiu-se à *Encounter* como “essa estranha cria anglo-americana” e afirmou que ela não era tão livre quanto se declarava: “Não é livre da ‘obsessão’ nem das ‘idéias fixas’”, disse, acrescentando que a revista tinha “uma concepção realmente muito estranha da cultura”. Numa indireta dirigida aos patrocinadores da *Encounter*, Hough observou que “não gostava de pensar no conceito de liberdade cultural que tornaria possível escrever ou publicar o artigo [de Fiedler]”.<sup>65</sup>

Mais maldosa foi uma nota publicada na coluna "Atticus", do *Sunday Times*, que se referiu à revista como "a resenha policial dos países ocupados pelos norte-americanos". A. J. P. Taylor, escrevendo no *Listener*, simplesmente ignorou o rebuliço em torno do artigo sobre os Rosenberg e reclamou: "Não há, nesse número, nenhum artigo que instigue o leitor a queimá-lo, ou sequer a jogá-lo na cesta de papéis, indignado. Nenhum dos artigos é politicamente subversivo (...) Todos constituem uma leitura segura para as crianças. A maioria foi escrita pelos idosos e bem-estabelecidos."<sup>66</sup> "Você viu a *Encounter*?" perguntou Mary McCarthy a Hannah Arendt. "Com certeza é a coisa mais insípida que já apareceu, como uma revista de faculdade produzida por alunos mortos há muito tempo e em estado de putrefação."<sup>67</sup>

Em conversas particulares, Spender disse aos amigos que sempre fora contrário à publicação do artigo de Fiedler, mas tinha achado que "não podia opor-se a Kristol em tudo no primeiro número", e reconheceu a necessidade de Kristol de deixar sua marca em seu novo meio. Mas também confidenciou que o artigo de Fiedler era um modo tão bom quanto qualquer outro de "informar aos leitores britânicos como podia ser terrível um certo tipo de intelectual norte-americano".<sup>68</sup> Isso fez eco à visão de Harold Rosenberg, que, afligindo-se com a falta de profundidade de Fiedler, escreveu que o artigo não fizera nada além de confirmar a crença generalizada de que "todo o mundo nos Estados Unidos vive num painel publicitário".

Assim como dividiu os leitores da *Encounter*, o artigo de Fiedler também introduziu uma cunha entre seus co-editores e aumentou a distância entre eles. Em março de 1954, Spender escreveu a Josselson queixando-se de que Kristol nunca concordava com nenhuma de suas sugestões e afirmando que, a menos que Kristol "admitisse sua ignorância" em certos assuntos, a *Encounter* correria o risco de perder a posição que havia alcançado. Ele também acusou Kristol de dirigir a revista como se ele, Spender, não estivesse presente (aliás, durante boa parte desse ano, não esteve, uma vez que, de acordo com Natasha Spender, fora "coagido por Josselson e Nabokov" a fazer uma viagem ao exterior em nome do Congresso): "Escrevo-lhe agora porque já reclamei com você verbalmente dezenas de vezes, sem que isso surtisse o menor efeito", Spender admoestou Kristol. "Preciso ter certeza de que os projetos para melhorar a revista não serão simplesmente barrados por sua má vontade em consultar a mim ou a qualquer outra pessoa."<sup>69</sup> Josselson

tomou o partido de Spender e escreveu com freqüência, para repreender Kristol por desconhecer recomendações e adverti-lo a melhorar o visual da revista e “oferecer aos leitores alguma coisa que valha a pena, em vez da ‘titica’ que lhes temos oferecido até hoje e que só pode prejudicar a revista”.<sup>70</sup>

Menos de dois anos depois do lançamento da *Encounter*, a relação entre Spender e Kristol estava irremediavelmente desgastada. “Considero impossível trabalhar com Irving, porque não há nenhuma base e nenhum mecanismo de cooperação”, disse Spender a Josselson. “Assim, creio que seria muito desonesto continuar a trabalhar com [ele].”<sup>71</sup> Enquanto Josselson batalhava para resolver essa situação, surgiu um outro problema mais grave.

## 13

# Um baita desassossego

E que nenhum renitente cisma  
Corrompa este nosso catecismo.

— John Crowe Ransom, “*Our Two Worthies*”

O caso Rosenberg acarretou um dilema doloroso para os Estados Unidos. Quando Roy Cohn, o laçao de McCarthy, gabou-se publicamente com os europeus de seu papel na execução dos Rosenberg, só reforçou a suspeita de que o julgamento estava ligado à caça às bruxas macarthista. Embora se tratasse tecnicamente de questões bem distintas, espalhou-se na Europa o sentimento de que os dois fenômenos estavam associados.

McCarthy despontou numa época em que muitos europeus estavam atentos aos indícios de uma “perversidade paralela” nos Estados Unidos e na União Soviética. “O veneno sopra pelo Atlântico como um pavoroso vento dominante”,<sup>1</sup> escreveu a mulher de um jovem diplomata norte-americano na França, no auge da campanha macarthista. O senador de Wisconsin compensava a inteligência escassa com a fala indiscreta e uma desonestidade inveterada (sua claudicação, dizia ele, era resultado de um ferimento de guerra, embora tivesse sido conseguida, na verdade, num escorregão numa escada). Mamaine Koestler o achava repulsivo, descrevendo-o como “um bandido de patas peludas” (apesar de achar que ele estava fazendo um ótimo serviço ao denunciar os “infiltrados”). Richard Rovere escreveu que nenhum outro político da época tinha “um acesso mais certo e mais rápido aos recônditos da



mente norte-americana”.<sup>2</sup> No começo da década de 1950, McCarthy falava em linguagem bombástica sobre “uma grande conspiração, em escala tão imensa e de uma infâmia tão tenebrosa, que apequenava qualquer empreitada anterior na história da humanidade”. Encorajado pelos processos contra Alger Hiss, os Rosenberg e outros agentes pró-soviéticos nos Estados Unidos, que deram uma certa plausibilidade a suas fixações orwellianas, Joe McCarthy chegou até a acusar o general George Catlett Marshall de servir à política do Kremlin. Em sua presidência intimidante das audiências da Comissão Congressional para Investigação de Atividades Antiamericanas, as acusações e as listas negras tornaram-se a ordem do dia. Arthur Miller recebeu uma ordem de prisão (posteriormente anulada, quando ele recorreu). Lillian Hellman foi incluída na lista negra e chamou essa era de “Tempo dos Canalhas”.

“À exceção de I. F. Stone, cujo boletim semanal de quatro páginas, publicado por ele mesmo, examinava persistentemente os problemas, sem obedecer à regra de que toda questão tinha que ser enunciada sob a forma de declarações anticomunistas, não havia, ao que eu me lembre, nenhum outro jornalista que enfrentasse os ventos tempestuosos sem tremer”, escreveu Arthur Miller. “Com o mais minúsculo Partido Comunista do mundo, os Estados Unidos se portavam como se estivessem à beira de uma revolução sangrenta.”<sup>3</sup> Os membros do Partido Comunista eram cerca de 31 mil em 1950, e minguiaram para uns poucos milhares em 1956, sendo que a maioria deles se compunha, segundo diziam, de agentes secretos do FBI. “Sempre acreditei no velho adágio de que o FBI mantinha vivo o Partido Comunista através do pagamento das contribuições de seus agentes”,<sup>4</sup> disse William Colby. Para o escritor Howard Fast, “o Partido Comunista dos Estados Unidos, naquele momento, era, na verdade, praticamente uma filial do Ministério da Justiça”.<sup>5</sup>

Rabos-de-peixe cromados nos novos Cadillacs, meias soquete e gelatina, bambolês e Frigidaires, sofás Chesterfield e liquidificadores, golfe, o sorriso do Tio Ike e os chapéus de Mamie [Eisenhower]: bem-vindos aos inspirados anos cinqüenta. Essa era a América da revista *Life*, um lugar com uma florescente economia de consumo, uma sociedade de bem consigo mesma. Por trás disso, no entanto, havia uma outra América — apreensiva, sombria e constrangida; uma América em que ter um disco de Paul Robeson podia ser considerado um ato de subversão; em que um livro didático chamado *Explorando*

a *história norte-americana*, no qual um dos autores era um historiador de Yale, oferecia às crianças o seguinte conselho: “O FBI exorta os norte-americanos a comunicarem diretamente a seus escritórios qualquer suspeita de atividade comunista que possam ter em relação a seus compatriotas. O FBI tem formação especializada para examinar a veracidade dessas informações nos termos das leis de nossa nação livre. Quando os norte-americanos lidam com suas suspeitas dessa maneira, e não através dos boatos e da publicidade, eles agem de acordo com as tradições norte-americanas.”<sup>6</sup> “Enaltecer jovens delatores foi uma marca das sociedades totalitárias, mas foi preciso a Guerra Fria para incluir a delação no estoque das ‘tradições norte-americanas’”, escreveu um historiador.<sup>7</sup> O teor desse clima taciturno era registrado na *Weltschmerz*\* de James Dean, na displicência de Marlon Brando a limpar o nariz, ou na violência verbal de Lenny Bruce — manifestações precoces do que depois se transformaria em movimentos de protesto de massa. Mas esses eram momentos isolados, alusões obscuras que se perdiam no clamor da cultura “oficial”, no alarido da logorréia corrosiva e cheia de ódio de Mickey Spillane,\*\* ou nas façanhas ruidosas do Capitão América, o herói dos quadinhos *Marvel*, que passara com muita facilidade do combate aos nazistas para a denúncia dos comunistas e, nessa ocasião, alertava: “Cuidado, comunistas, espíões, traidores e agentes estrangeiros! O Capitão América, com todos os leais homens livres por trás dele, está procurando vocês, pronto para lutar até que o último de vocês seja denunciado como a escória covarde que é!”<sup>8</sup>

Essa era a América de Roy Cohn e David Schine, a “dupla terrível” de McCarthy. Um comentarista descreveu Cohn como “inominável” e Schine como “um pernóstico enfeitado”. Cohn era um advogado brilhante, que se diplomara em direito na Universidade de Columbia com apenas dezenove anos e que, aos vinte e um, tornara-se consultor jurídico de McCarthy na Comissão Congressional para Investigação de Atividades Antiamericanas. Extremamente ambicioso e arrogante, chorava todas as vezes que ouvia o hino nacional. David Schine, filho de um magnata da hotelaria, educado em Andover e Harvard, era o amigo mais íntimo de Cohn. Adorava boates, car-

---

\*Melancolia, misantropia, em alemão no original. (N. da T.)

\*\*Pseudônimo do escritor Frank Morrison Spillane (1918-2006), autor de romances policiais e criador do lendário detetive “durão” Mike Hammer. (N. da T.)

ros velozes e atenção. No início de 1953, Cohn arranhou-lhe um emprego na subcomissão de McCarthy. Schine tinha poucas qualificações, excetuada a autoria de um livro ridículo, chamado *Definição do comunismo*, cujos exemplares eram colocados junto à Bíblia de Gideon nos hotéis de propriedade de seu pai.

Na primavera de 1953, quando o impacto do processo dos Rosenberg vinha expondo um amplo ressentimento contra a presença da América na Europa, Cohn e Schine fizeram uma viagem de inspeção pelas bases oficiais de informações dos Estados Unidos no exterior. Chegaram pouco depois da morte de Stalin, que foi anunciada pelo Kremlin no dia 5 de março. Mas sua providência seguinte foi o mais poderoso lembrete possível de que a halitose mental do stalinismo ainda estava em circulação. Depois de visitar bibliotecas da Agência de Informações dos Estados Unidos (USIA) em sete países, eles anunciaram que trinta mil dos dois milhões de livros que havia nas prateleiras eram de escritores “pró-comunistas”, e exigiram que eles fossem retirados. O Departamento de Estado, longe de defender suas bibliotecas (que eram anualmente visitadas por 36 milhões de pessoas), expediu uma diretriz pusilânime, proibindo qualquer material, inclusive pinturas, da autoria de “pessoas controvertidas, comunistas, simpatizantes etc.”. Foi assim, com uma imprecisão kafkiana, que as obras de centenas de escritores e artistas norte-americanos foram lançadas na lata de lixo da política.

Seguiu-se uma enxurrada de telegramas entre o Departamento de Estado e todas as missões da USIA (Berlim, Bremen, Düsseldorf, Frankfurt, Hamburgo, Munique, Hanôver, Stuttgart, Freiburg, Nuremberg, Paris), à medida que a proibição de livros foi ganhando corpo: “Retirem todos os livros de Sartre de todas as coleções das Amerika Hauser.” “Todos os livros dos autores relacionados abaixo devem ser retirados: Hammett, Dashiell; Kay, Helen; Weltfish, Gene; Hughes, Langston; Seaver, Edwin; Stern, Bernhard; Fast, Howard.” “Retirem todos (repetindo, todos) os livros dos indivíduos listados abaixo: Abt, John; Julius, J.; Singer, Marcus; Witt, Nathan.” “Por meio do presente, todos os livros dos seguintes autores têm ordem de ser retirados: Dubois, W. E. B.; Foster, William; Górkí, Maksim [*sic*]; Lysenko, Trofim; Reed, John; Smedley, Agnes.”<sup>9</sup> Herman Melville foi atingido, e todos os livros ilustrados por Rockwell Kent foram retirados. Em 20 de abril de 1953, a embaixada dos Estados Unidos em Paris telegrafou ao Departamento de Estado:

“Os seguintes livros foram retirados da biblioteca da USIA em Paris e nas províncias: Howard Fast, *The Proud and the Free*, *The Unvanquished*, *Conceived in Liberty*; Dashiell Hammett, *The Thin Man*; Teodore Haff, *Charlie Chaplin*; Langston Hughes, *Weary Blues*, *Ways of White Folks*, *Big Sea*, *Fields of Wonder*, *Montage of a Dream Deferred*, *Not Without Laughter*, *Histoires des Blancs*.”<sup>10</sup>

O prestígio cultural norte-americano ia sendo pisoteado, à medida que as agências e missões do governo se submetiam servilmente a McCarthy. O número médio de títulos despachados pela USIA para o exterior, em 1953, despencou de 119.913 para 314. Muitos livros retirados das bibliotecas tinham sido queimados pelos nazistas. Pela segunda vez, foram lançados à fogueira *A montanha mágica*, de Thomas Mann, *As obras seletas* de Tom Paine, *A teoria da relatividade*, de Albert Einstein, os escritos de Sigmund Freud, *Por que me tornei socialista*, de Helen Keller, e *Dez dias que abalaram o mundo*, de John Reed. O ensaio de Thoreau sobre “A desobediência civil” foi banido pelos Estados Unidos na mesma ocasião em que foi proibido pela China maoiísta. Aparentemente incontrolável, a limpeza cultural inspirada em McCarthy levou à bancarrota as afirmações da América de ser o arauto da liberdade de expressão.

Thomas Mann, ganhador do Prêmio Nobel e famoso antinazista, descobriu então que sua cidadania americana lhe oferecia menos do que a proteção esperada dos ímpetos totalitários de que ele havia escapado. Acusado pelos macarthistas de ser frouxo com o comunismo, e rotulado de “O Simpatizante Número Um da América” pela revista *Plain Talk*, ele quis sair dos Estados Unidos, que chamou de “pesadelo refrigerado”.<sup>11</sup> Outra presa de Cohn e Schine foi Dashiell Hammett, que, em 1951, cumpriu 22 semanas de uma sentença de seis meses de prisão, por ter-se recusado a identificar as pessoas que contribuía para o Fundo de Fiança dos Direitos Cívicos, criado para pagar a fiança dos comunistas detidos. Em 1953, Hammett foi intimado a depor no Subcomitê de Investigações Permanentes do Senado, presidido por McCarthy, onde novamente se recusou a citar nomes, dessa vez invocando a Quinta Emenda. Cohn e Schine exigiram então a retirada de todos os seus livros das bibliotecas do Departamento de Estado. Suspensa pela NBC a transmissão radiofônica de *As aventuras de Sam Spade*, Hammett ficou privado de sua principal fonte de renda. Depois de ter combatido pe-

los Estados Unidos em duas guerras mundiais, morreu na pobreza em 1961. A despeito dos esforços do FBI para impedi-lo, ele foi enterrado, a seu próprio pedido, no Cemitério Nacional de Arlington.<sup>12</sup>

A maioria dos autores vivos proibidos pelas instruções normativas do Departamento de Estado também foi alvo de arquivos volumosos — e amiúde ridículos — no FBI de J. Edgar Hoover. As atividades e movimentos de Robert Sherwood, Archibald MacLeish, Malcolm Cowley (em cujo arquivo Sidney Hook aparecia como informante do FBI), John Crowe Ransom, Allen Tate, Howard Fast, F. O. Matthiessen, Langston Hughes e, é claro, todas as velhas *bêtes noires* da conferência do Waldorf Astoria eram monitorados. Quando Ernest Hemingway queixou-se com seus amigos de estar sendo vigiado pelo FBI, eles acharam que o escritor estava perdendo a noção de realidade. Seu arquivo, liberado em meados da década de 1980, e que contém 113 páginas, confirmou as suspeitas de Hemingway: ele foi seguido, submetido a escutas e assediado por agentes de Hoover durante mais de 25 anos. Pouco antes de se suicidar e sofrendo de uma depressão profunda, Hemingway internou-se numa clínica em Minnesota, usando um nome falso. Um psiquiatra da clínica entrou em contato com o FBI, para saber se não havia objeções a que o escritor se registrasse dessa maneira.<sup>13</sup>

O arquivo aberto sobre o poeta William Carlos Williams descreve-o como “um sujeito do tipo professor distraído”, que usa “um estilo ‘expressionista’ passível de ser interpretado como um ‘código’”. Foi o bastante para garantir que, ao ser nomeado consultor de poesia da Biblioteca do Congresso, em 1952, Williams não assumisse o cargo, por não ter passado no teste de segurança (o cargo permaneceu vago até 1956). O poeta Louis Untermeyer foi colocado no Índice de Segurança do FBI (que o classificou como um risco para a segurança nacional) em 1951.<sup>14</sup> Pouco depois, Untermeyer trancou-se em seu apartamento, recusando-se a sair por quase um ano e meio, refém de um “medo esmagador e paralisante”.<sup>15</sup> O ensaísta Murray Kempton acreditava que Hoover era “completamente louco”, e imaginou que suas “noites eram atormentadas pela suspeita de que havia alguém em algum lugar que não o reverenciava”.<sup>16</sup>

Ao discutir o problema da censura cultural em 10 de julho de 1953, o gabinete ministerial de Eisenhower concluiu frouxamente que “não podemos fazer uma triagem sem parecermos tolos ou nazistas. Isso poderá ser feito

em surdina, se houver tempo suficiente e se forem eliminados os espíritos destemperados. A intenção definida agora é escolher novos livros, para ficar em conformidade com a lei”.<sup>17</sup> Isso estava longe de ser a resposta robusta que se fazia necessária. Havia cartas inundando as sedes norte-americanas em toda a Europa, criticando a proibição de livros. Os britânicos — que haviam tomado a decisão de deixar exemplares de *Mein Kampf* nas estantes das bibliotecas alemãs depois da guerra, “até ele virar uma piada” — viram isso com muito pessimismo. Parte do problema foi que Eisenhower, em vez de entrar na briga com McCarthy, achou que poderia eclipsá-lo com sua própria cruzada anticomunista, estratégia esta que foi endossada por seu secretário de Estado, John Foster Dulles. Entrementes, McCarthy tinha suas dúvidas até sobre Eisenhower. Circulavam boatos de que, sob o comando supremo de Ike, na Europa do pós-guerra, tinha havido uma infiltração maciça de comunistas em órgãos do governo dos Estados Unidos — especialmente na Alemanha. Surpreendentemente, foi Nicolas Nabokov quem atçou as chamas dessa alegação, transmitindo informações aos irmãos Alsop sobre a gravidade da infiltração, e afirmando que a quinta-coluna comunista havia praticamente controlado o comando de Eisenhower.

Também ficou sob ataque a Voz da América, do Departamento de Estado. À medida que McCarthy foi montando audiências televisadas em que se contavam histórias fantásticas da infiltração comunista no serviço radiofônico norte-americano no exterior, os empregados que haviam ajudado a construir esse serviço foram sumariamente despedidos. Em março de 1953, um produtor da Voz da América telefonou para a biblioteca musical para pedir uma gravação da “Canção da Índia”, mas o encarregado lhe informou que não poderia fornecê-la, porque “ela é de Rimsky-Korsakov, e não é para nós usarmos nada dos russos”.

Os ataques de McCarthy ao Departamento de Estado foram implacáveis, e culminaram na acusação de que Dean Acheson — “esse diplomata pomposo de calças listradas, com um falso sotaque britânico — estava “mimando os comunistas”. A acusação de que Acheson, o arquiteto da Doutrina Truman, era brando com o comunismo soou meio oca. É muito provável que o próprio McCarthy não acreditasse nela. Mas o fato de Acheson passar brilhantina no bigode e comprar ternos na Savile Row era uma verdadeira acusação. Tal como Mussolini antes dele, McCarthy era autárquico — queria o “fabricado

nos Estados Unidos”. Sua voz era a dos brancos que rejeitavam os valores anglicizados de gente como Acheson. O macarthismo foi um movimento — ou um momento — inflamado pelo ressentimento populista contra o *establishment*. Por sua vez, a demagogia vulgar de McCarthy foi recebida como um insulto pela elite governante. Ele representava o que A. L. Rowse, na Inglaterra, desdenhava como “o Povo Idiota”; ofendia o gosto da alta classe, que se horrorizava com a mediocridade, a mentalidade caipira e a temida cultura mediana. Mandarins da política como os irmãos Joseph e Stewart Alsop viam McCarthy como “um populista do interior, que exacerbava paixões contra a elite da política externa do país (...). Eles também viam [seu] ataque ao Departamento de Estado como um ataque à filosofia internacionalista que havia norteado a política externa norte-americana desde o término da guerra. Ninguém o dizia explicitamente, mas parecia claro para os irmãos que, se McCarthy conseguisse derrubar os internacionalistas do Departamento, o resultado seria uma nova onda de isolacionismo”.<sup>18</sup>

“Quase todos os liberais do governo federal eram vistos com suspeita”, disse Lyman Kirkpatrick, que trabalhou como inspetor geral da CIA durante o período de McCarthy. “Aquilo tinha algo do clima que deve ter prevalecido durante a Revolução Francesa, quando as denúncias e os julgamentos levavam à guilhotina. Embora não houvesse guilhotina em Washington, talvez houvesse um destino ainda pior na destruição da carreira dos indivíduos e no destroçar de sua vida.”<sup>19</sup> Depois de prejudicar em caráter permanente o moral do Departamento de Estado, McCarthy voltou os olhos para a CIA, um “alvo fundamental e muito mais importante, particularmente do ponto de vista de lhe granjear maior publicidade pessoal”.<sup>20</sup>

Eram os “internacionalistas” agrupados em torno da Divisão de Organizações Internacionais da CIA que mais tinham a perder.) No fim de 1952, as suspeitas de McCarthy transferiram-se para a divisão de Braden, depois que o senador soube que ela havia “concedido grandes subsídios a organizações pró-comunistas”.<sup>21</sup> Foi um momento crítico: o anticomunismo não oficial de McCarthy estava prestes a desarticular, e talvez afundar, a rede mais complexa e eficiente de fachadas da esquerda não comunista montada pela CIA. “Uma das curiosidades da aventura da CIA na política cultural era que o que ela fazia tinha que ser feito de maneira franca e pública, através da Agência de Informações dos Estados Unidos, ou de algum outro órgão similar”, ex-

plicou Arthur Schlesinger. “A razão de ela não poder fazê-lo era Joe McCarthy, porque, se Joe McCarthy soubesse que o governo norte-americano estava financiando revistas da esquerda não comunista e sindicatos socialistas e católicos, isso causaria enormes problemas. Assim, era para evitar McCarthy que a CIA fazia essas coisas em sigilo.”<sup>22</sup> “Tinha que ficar tudo fora do orçamento”, disse uma autoridade da CIA ligada ao Congresso pela Liberdade Cultural, “já que nada daquilo jamais passaria pelo Congresso. Imagine a gritaria ridícula que teria havido: ‘São todos comunistas! Eles são homossexuais!’, ou lá o que fosse.”<sup>23</sup>

“Ironicamente, muitas dessas operações secretas passaram a correr riscos por causa de McCarthy, que, a certa altura, ameaçou expô-las às claras, porque, do seu ponto de vista, aquela era uma agência norte-americana, a CIA, entrando em conchavos com esquerdistas”, explicou o historiador Kai Bird. “Aquilo era um estorvo, um descrédito para a idéia de que os Estados Unidos eram uma sociedade democrática sofisticada, capaz de manter um debate político racional. Mas também era ameaçador revelar grandes operações secretas, que tinham implicações a longo prazo para a construção de um consenso político e para a manutenção da Europa Ocidental na OTAN e em aliança com o Ocidente.”<sup>24</sup>

Com os sabujos de McCarthy farejando o programa da esquerda não comunista da Agência, a CIA precisou recuar o máximo possível para os bastidores. Entretanto, nesse momento crítico, o Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural pôs a boca no mundo. No início de março de 1952, o Comitê fez uma reunião fechada para discutir qual deveria ser sua resposta a McCarthy. Evidenciou-se de imediato que o Comitê estava irremediavelmente dividido. James T. Farrell e Dwight Macdonald tinham dúvidas quanto aos perigos do macarthismo. “A ameaça stalinista é basicamente incompreendida nos Estados Unidos, embora não no plano mundial”, argumentou Farrell. “Mas estamos vendo o desenvolvimento de um grupo de intelectuais macarthistas.”<sup>25</sup> Em seguida, definiu o macarthismo como “coisa de ignorante”, como uma pressão indevida em prol do conformismo e da ortodoxia. Macdonald propôs duas posturas: “a ‘pura’ (...) que significa não fazer distinção entre comunistas e não comunistas nas questões de direitos civis e liberdade cultural; e a ‘impura’, que significa só defender as pessoas (...) que forem penalizadas por acusações falsas ou não comprovadas de co-



munismo.”<sup>26</sup> Ele tinha esperança de que o Comitê adotasse a primeira posição, mas achava que ele deveria, no mínimo, adotar a segunda. Bertram Wolfe objetou que “os perigos atuais da América são o resultado direto de ‘nossa’ incapacidade de executar a tarefa de denunciar os stalinistas. Se não o fizermos, os ‘homens de porrete’ o farão”.<sup>27</sup>

✦ Outro membro advertiu o Comitê contra sua “tendência a se prender a controvérsias prontas e depois assumir a postura ‘oficial’ (...) ele assumiu o papel de defender a linha atual do governo. Seu interesse deveria estar em descobrir novos problemas e questões. Os outros serão resolvidos através de uma vasta máquina de propaganda”.<sup>28</sup> Quem respaldou essa visão foi Richard Rovere, editor associado da revista *The New Yorker*, que disse: “Nossa tarefa é claramente informar ao país e informar à Europa que é possível ser contra o macarthismo e contra o totalitarismo comunista. O problema principal, aqui, é que a política está começando a determinar a cultura.”<sup>29</sup> Mas Sidney Hook, Daniel Bell, Clement Greenberg e William Phillips, falando pela visão majoritária, recusaram-se a apoiar uma condenação geral de McCarthy.

Escrevendo a Hannah Arendt para dar notícia dessas posturas divergentes, Mary McCarthy revelou ter “ouvido insinuações da linha do grupo de Hook, que parece ser a de que as estroinices de McCarthy (...) não são da alçada de um comitê pela liberdade *cultural*”.<sup>30</sup> Ela também fora confidencialmente informada “de que o Comitê, reconhecendo que não há realmente uma ameaça comunista aqui, está interessado principalmente em levantar verbas para combater o comunismo na Europa Ocidental, ou melhor, para combater o neutralismo, que vem assumindo o primeiro lugar como Ameaça. Isso me foi proferido como uma coisa ‘cá entre nós’”.<sup>31</sup> Por outro lado, continuou Mary McCarthy, havia um sentimento de que “a grande coisa a ser combatida é uma recaída no neutralismo por aqui. Um sentimento de que, se Hook & Cia. relaxarem seus esforços por um momento, o stalinismo se reafirmará no governo e na educação, culminando na pacificação no exterior. Eu não saberia dizer se esse é um temor genuíno (parece muito fantasioso) ou uma racionalização. Não consigo acreditar que essas pessoas achem seriamente que o stalinismo em larga escala é latente aqui, e está prestes a ressurgir ante a menor convocação (...). Eles vivem apavorados com um ressurgimento da situação que prevaleceu na década de 1930, quando os simpatizantes eram poderosos no ensino, no ramo editorial, no teatro etc., quando o

stalinismo era a grande mamata e essas pessoas estavam fora dela, e se tornaram objeto de despeitos sociais, de pequenas privações econômicas, de boatos e de calúnias. Essas pessoas, que são orientadas para o sucesso, raciocinam em termos de promoção do grupo e monopólio cultural, e ficaram realmente traumatizadas com o breve apogeu stalinista dos anos trinta (...). Nos sonhos delas, esse período está sempre se repetindo; é ‘mais real’ do que o dia de hoje. Assim, elas mal chegam a notar a deterioração atual, e minimizam o senador McCarthy como irrelevante”.<sup>32</sup>

Até então, a cisão no Comitê Norte-Americano em torno do macarthismo fora mantida em caráter relativamente privado. Mas, em 29 de março, ele divulgou suas divisões em público, num debate aberto patrocinado pelo Comitê, intitulado “Em Defesa da Livre Cultura”, debate este montado, muito apropriadamente, no Salão Starlight do Waldorf Astoria. Na sessão matinal, Dwight Macdonald, Mary McCarthy e Richard Rovere manifestaram-se contra o senador McCarthy. À tarde, entretanto, Max Eastman, o queridinho da esquerda norte-americana no início dos anos trinta, fez um discurso que mostrou quão completo podia ser o processo de desradicalização. Negando que houvesse uma caçada às bruxas em andamento, ele acusou os comunistas e seus simpatizantes de inventarem essa expressão como “uma tática de difamação”. “Como bruxa parcialmente queimada daqueles tempos de histeria”, disse Eastman, “peço licença para lhes garantir que o que vocês chamam de caça às bruxas é brincadeira de criança em piquenique de escola dominical, comparado ao que o povo norte-americano é capaz de fazer quando se mobiliza de verdade.”<sup>33</sup> Em seguida, Eastman acusou o executivo nacional de “ficar em falta conosco na luta contra a infiltração pelos inimigos da liberdade” e, para completar, fez a mesma acusação à Casa da Liberdade, aos Norte-Americanos pela Ação Democrática e à União Norte-Americana das Liberdades Civis (da qual ele mesmo era membro), denunciando todos como um punhado de “liberais aloprados que, em nome da liberdade cultural, estão dando sua melhor ajuda a um inimigo armado, que está determinado a destruir todas as liberdades no mundo inteiro”.<sup>34</sup>

Alguns relatos dizem que a platéia ficou estarrecida, outros que ficou radiante. Em seu discurso daquela manhã, Richard Rovere havia censurado Irving Kristol por raramente revelar “o tipo de verdade crua sobre McCarthy que ele quer que outras pessoas digam sobre os comunistas”. Havia acusado

McCarthy de ter “tão pouca consideração pela verdade quanto qualquer historiador soviético”, e concluíra em tom sombrio que “a verdade certa e talvez inevitável é que os santarrões estão em marcha por toda parte”.<sup>35</sup> E à tarde, segundo Max Eastman, esses sentimentos simplesmente indicavam que o próprio Rovere era tapeado pela propaganda soviética.

Depois da reunião, Rovere escreveu a Schlesinger, expressando sua desolação ante a explosão de Eastman, e lhe implorou que fizesse alguma coisa. Para quem apelou Schlesinger? Para Frank Wisner. Tempos depois, Schlesinger recordou de forma bastante improvável que, embora tivesse sabido do investimento inicial da CIA no lançamento berlinense do Congresso pela Liberdade Cultural, depois disso havia “presumido que as fundações estavam pagando. Como todos os outros, eu achava que elas eram legítimas (...) Não sabia que era a CIA que estava pagando tudo”. Meio século depois, Schlesinger ainda se mostrou reticente a respeito de qualquer relação formal com a CIA nessa matéria: “Às vezes eu encontrava Frank Wisner na casa do Joe Alsop, e ele me perguntava, como que socialmente, o que andava acontecendo no Comitê Norte-Americano, e eu lhe contava.”<sup>36</sup> Assim, podemos presumir que tenha sido como um gesto “social” que Schlesinger escreveu a Wisner, em 4 de abril de 1952, enviando-lhe alguns anexos, “todos os quais”, observou Wisner, “apresentam um quadro bastante alarmante”.<sup>37</sup> Em resposta à comunicação de Schlesinger, Wisner redigiu um memorando interno, “Informação de Crise no Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural”, que é extraordinariamente revelador e merece ser citado na íntegra:

Memorando da CIA, do subdiretor de planejamento [Wisner] para o subdiretor assistente de coordenação política. Assunto: Informação de crise no ACCF.\*

1. Segue apenas uma carta datada de 4 de abril, de Arthur Schlesinger Jr. para mim, juntamente com alguns anexos, todos os quais apresentam um quadro bastante alarmante. Eu não tivera notícia dessas ocorrências antes de receber a carta de Schlesinger, e estou muito ansioso por ter uma avaliação desse assunto pelo OPC, já que ele pode muito bem *não ser* uma tempestade em copo d’água.

\*Sigla de American Committee for Cultural Freedom (Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural). (N. da T.)

2. Minha reação imediata a essa confusão é que nem a postura dos pró-macarthistas nem a dos antimacarthistas é a certa, do nosso ponto de vista, e que é realmente lamentável que o assunto tenha sido levantado de maneira a levá-lo a esse tipo de clímax. Posso entender que um comitê norte-americano pela liberdade cultural, agindo sozinho e sendo, na verdade, um grupo de cidadãos norte-americanos que se interessam pela liberdade cultural, sentisse que *teria* que assumir uma posição a respeito do macarthismo. Entretanto essa não é a natureza do Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, que, segundo me lembro, foi inspirado por esta Agência, se não montado por ela, com o objetivo de dar cobertura e respaldo ao esforço europeu. Se é assim, estamos atolados com o Comitê, na medida em que temos a responsabilidade inescapável por sua conduta, seus atos e suas declarações públicas. Nessas circunstâncias, levantar a questão do macarthismo, quer para condená-lo, quer para apoiá-lo, foi um erro grave, na minha opinião. A razão é, simplesmente, que isso nos insere numa questão extremamente acalorada da política interna norte-americana, e com certeza nos criará problemas, e fará cair críticas sobre nossas cabeças por interferirmos num assunto que não é absolutamente da nossa conta.

3. Se você concordar com a análise e a reação precedentes, devemos considerar *prontamente* o que deve ser feito, agora que a confusão está armada. Se fosse possível, minha idéia seria eliminar dos registros todo o debate sobre esse assunto, desde o começo, e com isso deixá-lo esfriar. Sei que isso não satisfará nenhuma das facções, mas talvez seja possível transmitirmos aos membros de ambas que estamos falando da Europa e do mundo fora dos Estados Unidos, e que devemos ater-nos a isso até o fim — e que, se não o fizermos, todo o nosso esforço ficará comprometido e irá por terra, por causa de questões de política interna. Talvez um apelo à união e à concórdia, assim como à preservação deste nosso valioso esforço, possa ter sucesso. Seja como for, é a única abordagem em que consigo pensar.<sup>38</sup>

É múltipla a importância desse memorando. Ele mostra Arthur Schlesinger alertando Frank Wisner sobre acontecimentos no Comitê Norte-Americano que ele, Schlesinger, considerava perturbadores (Schlesinger já se havia queixado com Nabokov de que a organização estava cheia de anticomunistas “neuróticos” e vinha-se tornando “um instrumento desses cretinos”).<sup>39</sup> O memorando revela as origens desse Comitê — que se anunciara como um órgão

“livre” e “independente” — como um “respaldo”<sup>40</sup> para um esforço maior da CIA na Europa Ocidental. Mostra que Wisner não tinha dúvida quanto à responsabilidade da Agência pela conduta, pelos atos e pelas declarações públicas do Comitê Norte-Americano. Tendo sido criado pela Agência, a questão de sua liberdade de fazer e dizer o que quisesse era, na visão de Wisner, uma questão acadêmica. Se o Comitê de fato fosse o que dizia ser — um grupo independente de cidadãos —, poderia fazer o que quisesse. Mas não era o que dizia ser: fazia parte do “Wurlitzer de Wisner” e, como tal, podia-se esperar que tocasse a música certa, ou, se necessário, ficasse em silêncio. Legalmente, é claro, a CIA não tinha direito de interferir nos assuntos de uma organização nacional. É o que Wisner admite no memorando.

Além disso, o fato de Wisner ter podido escrever com tanta liberdade sobre “eliminar dos registros” dá uma imagem perturbadora da postura da CIA para com esses grupos. A Agência tinha poder de veto sobre suas atividades de fachada e, nesse momento, Wisner estava defendendo o uso desse veto. Pelo memorando, também fica claro que Wisner julgava ter uma linha direta com o Comitê Norte-Americano, linha esta que agora queria acionar, para convencer as duas facções do grupo a esquecerem suas divergências e a abandonarem por completo a questão do macarthismo.

“O Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural era apenas uma fachada para criar a impressão de uma participação norte-americana na operação européia”, disse Tom Braden. “Quando eles começaram a levantar a questão do McCarthy, santo Deus!, aquilo foi constrangedor, especialmente para o Allen [Dulles]. Era uma razão suficientemente boa para que não existisse um Comitê Norte-Americano, certamente na cabeça do Allen. Ele ficaria perplexo com tamanho reconhecimento público de que alguém do Congresso pela Liberdade Cultural se opunha a McCarthy. É claro que ele detestava McCarthy, mas sabia que era preciso lidar com ele com luvas de pelica muito, muito delicadas: não irritá-lo, nem deixar que ele se envolvesse em nada. A idéia de que pessoas como Burnham ou Schlesinger — pessoas dessa envergadura — pudessem levantar-se e armar um barulho dos diabos por causa do McCarthy estava realmente fora de cogitação, pelo menos na cabeça do Allen.”<sup>41</sup>

Obviamente, era uma questão de política que o Congresso pela Liberdade Cultural e suas filiais deixassem inteiramente de lado o macarthismo, como

recordou tempos depois um militante inglês: “Havia um entendimento claro de que não devíamos criticar o governo norte-americano nem o macarthismo, que na época estava no auge nos Estados Unidos.”<sup>42</sup> Esse foi um dos assuntos discutidos por Neufville e Monty Woodhouse em suas reuniões sobre “operações e métodos”, e complementou uma instrução do Ministério das Relações Exteriores ao Departamento de Pesquisa de Informações no sentido de que nenhuma de suas atividades “desse a impressão de estar atacando os Estados Unidos em nenhum sentido”. A contribuição da *Encounter* para a questão do macarthismo deve ser vista nesse contexto. Conseguindo, de modo geral, evitar por completo o assunto, quando ela veio a examiná-lo, seu tom ficou longe de ser condenatório. Num ensaio de extraordinária obscuridade, Tosco Fyvel arriscou a idéia de que o clima estadunidense concomitante à ascensão do macarthismo assemelhava-se ao clima da Inglaterra em 1914, quando “um século de segurança inglesa desmoronou”. “O ódio frio ao inimigo (os boches), a confiança apaixonada na justiça da causa britânica e a intolerância raivosa para com os socialistas, os pacifistas e outros dissidentes”, tudo isso, no dizer de Fyvel, eram emoções comparáveis à “perda abrupta do sentimento de segurança” dos Estados Unidos no dia em que o armistício foi firmado, em 1945, com o “discurso inaugural da nova era da bomba atômica, e com a União Soviética avultando no horizonte como uma adversária poderosa”. Tudo que se seguira tinha sido uma tentativa, ainda que “dolorosa”, de adaptação. Embora McCarthy fosse lamentável, era preciso vê-lo no contexto da “busca insistente [da América] de uma nova segurança nacional e, a rigor, de um mundo seguro para a democracia”. Isso, concluiu Fyvel, era infinitamente preferível ao “abatimento europeu e ao ceticismo ante qualquer realização desse tipo”.<sup>43</sup>

A idéia de que os europeus se haviam equivocado fundamentalmente quanto às circunstâncias que cercavam o macarthismo foi retomada por Leslie Fiedler, que argumentou ser um erro presumir, como faziam muitos “anticapitalistas vagos do mundo inteiro”, que, “pelo fato de McCarthy gritar contra a infiltração comunista, isso constitua uma prova suficiente de que a idéia inteira é absurda”. Presumindo a “inocência por associação”, essas pessoas se precipitavam em defesa de *qualquer um* que fosse acusado por McCarthy. Descartando como “comédia” as afirmações de que os norte-americanos vinham-se “alvorçando para lá e para cá” constantemente, por medo de McCarthy, Fiedler concluiu que o senador de Wisconsin era um moinho

contra o qual era tolice “desperdiçarmos nossos golpes”, quando havia “monstros de verdade” a serem combatidos.<sup>44</sup>

A cartada do “mal menor” também foi usada pelo jovem conservador britânico Peregrine Worsthorne, que, na edição de novembro de 1954 da *Encounter*, anunciou que “a América teve um passado de altos e baixos, e sem dúvida terá um futuro de altos e baixos, e, quanto mais cedo aceitarmos esse fato inevitável, mais cedo poderemos tirar pleno proveito de suas múltiplas bênçãos, sem ficarmos repisando as máculas. A lenda criou um Deus norte-americano. Esse Deus fracassou. Mas, ao contrário do Deus comunista, que, examinado mais de perto, revelou-se um demônio, o Deus norte-americano simplesmente se humanizou”.<sup>45</sup> A revista *Encounter* é recordada com acerto por seu exame inflexível do cerceamento cultural no bloco comunista. Mas sua mitigação do macarthismo mostrou menos visão: embora a revista conseguisse enxergar a trave no olho do adversário, não soube detectar o cisco no seu.

Com certeza seria de se esperar que aqueles que afirmavam honrar a causa da liberdade encontrassem um modo de deplorar aquilo que a atacava ou desonrava, não é mesmo? O Comitê Norte-Americano tivera razão em levantar a questão do macarthismo, e a CIA estava errada em tentar abafar o debate. Mas Wisner não era homem de se deixar deter por essas sutilezas. Em seu memorando, tinha sugerido que “talvez um apelo à união e à concórdia, assim como à preservação deste nosso valioso esforço, possa ter sucesso”. Esse apelo foi rapidamente organizado. A carta de Nabokov a Arthur Schlesinger, escrita bem em meio aos preparativos do festival “Obras-Primas”, a se realizar em Paris em abril de 1952, faz eco ao memorando de Wisner com insólita precisão: “Francamente, eu deploraria uma cisão no Comitê Norte-Americano. Ela poria em risco o trabalho do Congresso e nossa organização francesa, numa proporção incalculável”, advertiu. “Convém que se deixe claro aos europeus que McCarthy é um homem, não um movimento<sup>46</sup> (...) Estou convencido de que devemos atacar os atos e métodos individuais de *McCarthy*, mas questiono a utilidade e a lógica de resoluções contra o ‘*macarthismo*’, o que tenderia a implicar, pelo menos para os europeus, que McCarthy representa um autêntico movimento popular nos Estados Unidos.” Em seguida, Nabokov exortou Schlesinger “a fazer todo o possível para prevenir uma cisão no Comitê Norte-Americano. Não tenho como enfatizar de-

mais a minha convicção de que tal ruptura praticamente representaria um golpe mortal para nosso trabalho aqui”.<sup>47</sup>

O agente Lee Williams revelou que, quando havia problemas com comitês, filiais ou editores do Congresso que saíam demasiadamente da linha, uma das maneiras de implementar o veto da Agência, sem que isso fosse visto como tal, era passar por cima de toda a burocracia e fazer com que os transgressores recebessem uma mensagem direta de alguém “lá de cima” na estrutura do Congresso.<sup>48</sup> Essa tarefa costumava caber a Julius Fleischmann, que, numa ocasião célebre, advertiu os editores da *Encounter* de que seu financiamento poderia correr riscos, se eles insistissem em publicar um artigo controvertido. Nabokov parece ter assumido uma função similar, tanto nesse caso da intromissão do Comitê Norte-Americano no campo minado de McCarthy quanto em ocasiões futuras. Ou Nabokov era “posicionado” para interceder nessas circunstâncias, sem saber em nome de quem, ou, o que é mais provável, ele o fazia conscientemente.

“Se houvéssemos revidado desde o começo, em vez de fugir, estas coisas não estariam acontecendo agora”,<sup>49</sup> escreveu John Steinbeck, no auge da cruzada macarthista. “O terrível é que muitos dos que foram vitimados, e o povo norte-americano como um todo, aceitaram essa sentença de culpa”, escreveu John Henry Faulk. “Eles aceitaram que justiceiros tivessem o direito de fazer acusações, tomar a decisão e proferir a sentença. E todos ficamos calados. Achávamos que o silêncio nos deixaria seguros.”<sup>50</sup>

Embora os escritores e artistas soviéticos tenham sido perseguidos numa escala que não se compara nem se pode comparar à campanha de McCarthy nos Estados Unidos, os dois cenários tiveram componentes similares. Uma visita dos irmãos Alsop ao “covil de McCarthy no Capitólio” teve todos os temas do pesadelo soviético, com o próprio McCarthy exibindo mais do que uma semelhança passageira com um *apparatchik* ou membro da polícia secreta stalinista. “A ante-sala costuma estar cheia de personagens de olhares furtivos, que parecem agentes subornados do Departamento de Estado”,<sup>51</sup> escreveram os Alsop. “O próprio McCarthy, apesar da calvície insidiosa e de um tremor contínuo, que faz sua cabeça balançar de modo desconcertante, está razoavelmente bem no papel da versão hollywoodiana do detetive particular durão. O visitante tende a encontrá-lo com seus pesados ombros recurvados, com um telefone nas mãos enormes, berrando instruções enig-



máticas para algum aliado misterioso. ‘Sei, sei. Estou ouvindo, mas não posso falar. Entendeu? Certo? Você conseguiu mesmo as provas sobre esse cara?’ O senador ergue os olhos para observar o efeito do drama em seu visitante. ‘Ah, é? Bem, é o seguinte. Mencione isso assim, meio de passagem, ao Número Um, e veja a reação dele. Está bem?’ O drama é acentuado por uma dose expressiva de teatralidade. Isso porque, enquanto fala, às vezes o senador McCarthy bate no bocal do telefone com um lápis. Segundo o folclore de Washington, dizem que isso tira de funcionamento qualquer aparelho secreto de escuta. Em suma, enquanto o Departamento de Estado teme que os amigos do senador McCarthy o estejam espionando, parece que o senador McCarthy tem medo de que os amigos do Departamento de Estado estejam fazendo o mesmo com ele.”<sup>52</sup>

Era essa a lógica do memorando de Wisner: a razão de suspender o debate era que McCarthy vinha gerando um “miasma de medos neuróticos e desconfiança interna” e, fora dos Estados Unidos, isso ameaçava os próprios alicerces dos esforços da CIA para conseguir uma convergência com a esquerda não comunista.

Todavia, entre os elementos conservadores do Comitê Norte-Americano, a descrição dos irmãos Alsop foi descartada como produto de uma imaginação febril. “Há quem afirme, embora não devesse deixar-se enganar, que estamos atravessando o pior período de terror e histeria políticos de nossa história”, escreveu Sidney Hook. “Essa descrição do estado atual da América [é] um exagero fantástico da realidade.”<sup>53</sup> Kristol também zombou das afirmações de que o macarthismo andava criando “um clima de pavor”. Em resposta à afirmação de Arthur Miller de que a Broadway vinha sofrendo com a “burrice do macarthismo”, com suas “investigações da heterodoxia política no Congresso”, Kristol escreveu no *New York Times* que Miller era responsável por “expressar absurdos”.<sup>54</sup> Em 1953, Kristol fez a célebre afirmação de que “há uma coisa que o povo norte-americano sabe sobre o senador McCarthy: tal como o povo, ele é inequivocamente anticomunista. Quanto aos porta-vozes do liberalismo norte-americano, o povo não sente saber nada disso”. Ao mesmo tempo, Stephen Spender chegou à sombria conclusão de que, “volta e meia, um escritor norte-americano faz o sinal-da-cruz com um fervoroso sentimento anticomunista, e fica-se desconfiado de que, em vez de rezar a Ave-Maria, ele está mesmo dizendo Ave McCarthy”.<sup>55</sup>

Josselson tinha sido contra a formação do Comitê Norte-Americano desde o começo e, depois da “mancada” de McCarthy, sentiu-se vingado. Braden também achava o Comitê uma insensatez, e disse, tempos depois: “Creio que a idéia foi de Sidney Hook, mas eu achei que era um erro. Pareceu-me que se estava criando uma organização rival do Congresso de Paris e, além disso, ela estaria cheia de pessoas de linha dura. Alguns integrantes do Comitê Norte-Americano tinham um caráter bem próximo do de McCarthy. Pior ainda, tratava-se de pessoas que tinham acesso aos ouvidos de pessoas influentes do Departamento de Estado, e isso poderia acarretar problemas para a Agência.”<sup>56</sup> Apesar dessas reservas, Frank Wisner conseguiu convencer Allen Dulles, na época ainda subdiretor de operações, de que um grupo norte-americano do Congresso pela Liberdade Cultural era uma necessidade inevitável. Isso fazia parte, disse Melvin Lasky, tempos depois (e talvez na época?), “da natureza endêmica inerente à coisa do sigilo. A Agência não podia participar de assuntos internos, mas era preciso ter um Comitê Norte-Americano. Como não tê-lo? Seria uma anomalia inexplicável. Vocês dizem que são internacionais, então, onde estão os norte-americanos? Seria como ir à disputa de um campeonato de box com uma luva só. Esse era o lado mais fraco dessa coisa secreta, mas era preciso tê-lo. Como não?”<sup>57</sup>

Mesmo assim, confrontados com a desintegração do Comitê, numa exibição pública de aspereza e recriminação em torno da questão de se opor ou não a McCarthy, Josselson e seus superiores na CIA tinham motivos reais para estar preocupados. O perigo era que, caso se desfizesse, o Comitê Norte-Americano viesse a se reagrupar sob o mesmo nome, mas sem a ala moderada representada por Schlesinger, Rovere e seus amigos “sensatos”. A última coisa de que Josselson precisava era um grupo de pressão de linha dura, inteiramente destoante do esforço europeu.

Os que esperavam que o Comitê Norte-Americano defendesse a liberdade cultural das depredações do macarthismo ficaram decepcionados. “Sua postura relutante nessa matéria causou muito embaraço ao Congresso no mundo inteiro”,<sup>58</sup> disse Josselson depois. O Comitê efetivamente publicou um livro, *McCarthy e os comunistas* (de Midge Decter e James Rorty), mas seu ataque principal voltou-se contra os métodos indolentes de McCarthy, e não contra sua perseguição a pretensos comunistas. Publicado em 1954, o texto foi uma contribuição tardia e bastante ambígua (sua simples publicação ins-

tigou James Burnham a liderar uma debandada da ala conservadora do Comitê Norte-Americano. Mais ou menos na mesma época, Burnham também pôs fim a sua associação da vida inteira com a *Partisan Review*). O fato de o Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, assim como a revista *Encounter*, ter procurado negar ou minimizar os riscos de McCarthy para a cultura constituiu uma herança perturbadora. Deprimida com a falta de qualquer análise sustentável do problema, Mary McCarthy escreveu a Hannah Arendt sobre sua visão de um “curioso amálgama de elementos de esquerda, elementos anarquistas, elementos niilistas e elementos oportunistas, todos se denominando de conservadores, numa perfeita *Narrenschiffe* [barca dos tolos] (...) O grande esforço dessa nova direita é para fazer-se aceitar como *normal* (...) e isso, ao que me parece, tem que ser impedido, se já não for tarde demais”.<sup>59</sup>

Enquanto o senador McCarthy planejava seu ataque à CIA, Allen Dulles foi empossado como diretor da Agência. Ao contrário de seu irmão, John Foster Dulles, cujo “protestantismo tenebroso” e cujo anticomunismo agressivo o impediam de questionar McCarthy, Allen Dulles estava decidido a impedir que um “picareta arrivista do Wisconsin” destruísse a Agência. Ele advertiu seus funcionários de que despediria qualquer um que fosse falar com McCarthy sem sua autorização pessoal. Parte do pessoal da CIA já recebera telefonemas misteriosos dos associados de McCarthy, entre os quais se incluía um obscuro personagem de Baltimore chamado Ulius Amoss, um greco-americano que fora despedido do OSS (o que, por si só, já era um grande feito) e que, nessa época, dirigia uma agência secreta particular, chamada Fundação Internacional de Serviços de Informação, que McCarthy contratou em sigilo para levantar a sujeira dos integrantes da CIA. De repente, o pessoal da Agência começou a ouvir de interlocutores anônimos, ao telefone, que “era sabido que eles bebiam demais, ou estavam tendo um ‘simples caso’, e que a pessoa que estava ligando não criaria nenhum problema com isso, se eles pensassem bem e contassem tudo que sabiam sobre a Agência” a um devoto de McCarthy.<sup>60</sup>

Mas Amoss revelou-se incapaz de abrir um envelope, muito menos de conduzir uma investigação séria sobre membros do círculo da espionagem. O primeiro tiro de McCarthy — um ataque a William Bundy, em julho de 1953 — saiu-lhe pela culatra. Bundy, que integrava a Diretoria de Estimati-

vas Nacionais da CIA (e era genro de Dean Acheson), fizera uma contribuição de 400 dólares para o fundo de defesa de Alger Hiss. Isso, deduziu McCarthy, significava que Bundy devia ser comunista. “Por acaso, eu estava no escritório do Allen quando surgiu esse assunto”, recordou-se Tom Braden, “e Bundy estava lá. Allen lhe disse: ‘Vá embora, que eu cuido disso.’ Bundy tirou uns dias de licença e Allen foi diretamente a Eisenhower, e disse que não estava disposto a se aporrinhar com aquela confusão do Wisconsin.”<sup>61</sup> Na verdade, Dulles disse ao presidente que pediria demissão, se os ataques de McCarthy não parassem.

E parece ter sido isso, finalmente, que instigou Eisenhower a agir. Depois que o vice-presidente Richard Nixon foi despachado para pressionar McCarthy a abandonar seus projetos de uma investigação pública, o senador de repente “convenceu-se” de que “não seria de interesse público realizar audiências abertas sobre a CIA, e de que talvez se pudesse cuidar do assunto no âmbito administrativo”.<sup>62</sup> Isso assumiu a forma de um compromisso pelo qual McCarthy concordou em formular suas queixas contra a Agência na privacidade do escritório de Allen Dulles. Levando consigo listas de supostos “homossexuais” e “milionários” empregados pela CIA, ele exigiu um vasto expurgo interno na Agência. Caso Dulles não o atendesse, McCarthy ameaçou levar adiante uma investigação pública. “A pressão cobrou seu tributo. As normas de segurança foram intensificadas. Houve um caso em que o prejuízo da CIA foi um benefício para Hollywood. Um jovem formado em ciência política, com um clássico sotaque nova-iorquino, chamado Peter Falk [famoso por seu papéis como o detetive *Columbo*], candidatou-se a entrar no programa de treinamento da CIA em 1953, mas seu pedido foi rejeitado porque, em certa época, ele havia pertencido a um sindicato esquerdista.”<sup>63</sup>

Os funcionários da Divisão de Organizações Internacionais [IOD] de Braden foram submetidos a um exame especialmente rigoroso, por seu suposto liberalismo político. O diretor de operações sindicais de Braden foi despedido, por ter pertencido, durante um breve período, à Liga da Juventude Comunista, na década de 1930. Mas viriam coisas piores. No fim de agosto de 1953, Braden estava velejando no Maine com Richard Bissell, que tirara uma breve licença de seu trabalho na Fundação Ford para desfrutar de seu iate, o *Sea Witch*. Ancorado na baía de Penobscot, Braden recebeu um recado urgente, informando que os macarthistas tinham descoberto “um

comuna” na Agência. O homem em questão era o assistente de Braden, Cord Meyer Jr., que fora recrutado por Allen Dulles em 1951. Com Dulles e Braden viajando em férias, não havia nada que se interpusesse entre os fundilhos de Meyer e a força da bota de McCarthy. Ele foi suspenso sem remuneração, enquanto aguardava uma investigação por parte da segurança, e se descobriu relendo *O processo*, de Kafka, e compreendendo melhor do que nunca “a aflição de seu herói perplexo, que nunca pôde descobrir por que ou por quem tinha sido acusado”.<sup>64</sup>

Cord Meyer não era vermelho. Não era nem mesmo cor-de-rosa. Entre as acusações listadas num documento de três páginas estava o fato de ele haver um dia compartilhado a tribuna, numa palestra, com Harlow Sharpley, um astrônomo de Harvard que era conhecido por suas opiniões políticas de esquerda. Também se assinalou a associação de Meyer com o Conselho Nacional de Artes, Ciências e Profissões Liberais, que fora citado como uma fachada comunista pela Comissão Congressional para Investigação de Atividades Antiamericanas. Os dois supostos crimes datavam dos anos imediatamente subseqüentes à guerra, quando Meyer tinha chefiado o Comitê de Veteranos Norte-Americanos, uma organização liberal concebida para oferecer uma alternativa à Legião Norte-Americana, ultraconservadora, e fora um dos fundadores da União Mundial de Federalistas, que clamava por um governo mundial e era mais utópica do que liberal.

“Meu superior imediato, Tom Braden, deu-me um apoio sistemático e me estimulou a crer que nunca houve nenhuma dúvida de que eu conseguiria me inocentar”,<sup>65</sup> escreveu Meyer, tempos depois. E de fato, nunca houve uma possibilidade real de que as acusações de McCarthy colassem. No Dia de Ação de Graças de 1953, dois meses depois de sua suspensão, Meyer recebeu um telefonema de Allen Dulles: ele fora inteiramente inocentado das acusações de deslealdade e estava livre para retornar à Agência. Esse episódio viria a marcar Meyer pelo resto da vida, e serve para ilustrar um dos grandes paradoxos da América da Guerra Fria: enquanto os homens da CIA trabalhavam ininterruptamente para derrotar o comunismo, eram perseguidos por contrerrôneos norte-americanos que afirmavam ater-se ao mesmo objetivo. Se Juvenal se perguntou quem vigiava os vigias, a questão, aqui, era mais a de quem mataria os matadores do dragão.

McCarthy finalmente entrou em eclipse no fim de 1954, e morreu como

alcoólatra em 1957. Mas a caracterização que Dwight Macdonald fez do macarthismo, como uma “paródia de epopéia heróica (...) um interlúdio tão estranho e maravilhoso em nossa história política, que os arqueólogos do futuro bem poderão atribuí-la à mitologia e não à história”,<sup>66</sup> foi um excesso de otimismo. A América teria que passar anos lutando para exorcizar os demônios despertados por McCarthy; na época, “os valores que ele defendia e as suposições em que baseou sua cruzada ficaram quase todos sem questionamento”. Como disse um observador, “McCarthy foi censurado e subjogado, mas não o macarthismo”.<sup>67</sup> A busca da verdade, o desejo de examinar as coisas até o fundo e o próprio processo da investigação intelectual foram maculados por sua associação com as caças às bruxas.

Ou será que foi o contrário? Talvez a pergunta seja: poderia o macarthismo ter acontecido sem a Doutrina Truman? Será que o desvio das regras elementares de levantamento da verdade — no qual o julgamento foi toldado pela hostilidade e pelo medo, no qual o que Murray Kempton descreveu como “excesso de atenção ao exagerado” desviou os homens “de perceberem como o normal é ruim” — foi a essência do pensamento da Guerra Fria? “Nossos líderes livraram-se das regras normais de comprovação e inferência, quando se tratava de lidar com o comunismo”, afirmou, tempos depois, o senador William Fulbright. “Afim, onde já se ouviu falar em despachar o Diabo com imparcialidade? Já que sabemos o que ele tem em mente, é uma afetação discutir minudências sobre o que ele realmente faz (...). O efeito da ideologia anticomunista foi poupar-nos a tarefa de tomar conhecimento dos fatos específicos de situações específicas. Nossa ‘fé’ nos libertou, tal como aos fiéis do passado, das exigências do raciocínio empírico (...). Como teólogos medievais, tínhamos uma filosofia que nos explicava tudo de antemão, e tudo que não se enquadrava podia ser prontamente identificado como fraude, mentira ou ilusão (...). A perniciosidade da [ortodoxia anticomunista] não provém de nenhuma falsidade flagrante, mas de sua distorção e simplificação da realidade, de sua universalização e de sua elevação ao *status* de uma verdade revelada.”<sup>68</sup>

Longe de causar uma mozza na CIA, McCarthy acabou por contribuir para o aumento de seu prestígio. Graças a ele, a reputação da CIA como uma espécie de refúgio para “livres-pensadores” da política externa foi confirmada. Richard Bissell, que se ligou à Agência em janeiro de 1954, recordou-a

como “um lugar onde ainda havia efervescência e desafio intelectuais e havia coisas acontecendo, [enquanto] grande parte do desafio e da idéia de um movimento para adiante haviam desaparecido de outras áreas do governo”.<sup>69</sup> Seu diretor, Allen Dulles, emergiu mais forte do que antes. Segundo Tom Braden, “o poder fluía para ele e, através dele, para a CIA, em parte porque seu irmão era secretário de Estado, em parte porque sua reputação como grande espião da Segunda Guerra Mundial pairava sobre ele como uma auréola silenciosa, e em parte porque o fato de ele ser sócio do prestigioso escritório nova-iorquino de advocacia de Sullivan e Cromwell impressionava os advogados das cidadezinhas que faziam parte do Congresso Nacional”. E agora, diante do ataque de McCarthy à Agência, Dulles tinha vencido, e “sua vitória aumentou imensamente a respeitabilidade do que as pessoas da época chamavam de ‘a causa’ do anticomunismo. ‘Não se juntem aos queimadores de livros’, dissera Eisenhower. Essa era a maneira errada de combater o comunismo. A maneira certa era a CIA”.<sup>70</sup>

## Música e verdade, *ma non troppo*

A mim me ocorre que o aparato de criação e manutenção das celebridades ultrapassa largamente o material que se presta para ser celebrado.

Philip Larkin

Ao contrário do Comitê Norte-Americano, cuja incapacidade de assumir uma postura coerente numa única grande questão acelerou sua extinção iminente, o Congresso na Europa, em meados da década de 1950, havia claramente demarcado seu território. Sob a mão firme de Josselson, tinha estabelecido a reputação de ser uma aliança séria de intelectuais, comprometidos com a demonstração da falibilidade do mito soviético e da superioridade da democracia ocidental como quadro de referência da investigação cultural e filosófica. Embora a composição de seu círculo mais íntimo — ou “aparelho” — continuasse inalterada, o Congresso podia, àquela altura, gabar-se de um quadro de membros cravejado de nomes de intelectuais e artistas eminentes.

Julian Huxley, Mircea Eliade, André Malraux, Guido Piovene, Herbert Read, Allen Tate, Lionel Trilling, Robert Penn Warren, W. H. Auden, Thornton Wilder, Jayaprakash Narayan — esses e muitos outros luminares abrihantavam as páginas de *Encounter*, *Preuves* e das inúmeras outras revistas criadas pelo Congresso, ou filiadas a ele. Dirigida aos intelectuais latino-americanos, havia *Cuadernos*, lançada em 1953 em Paris, sob a direção editorial do romancista e teatrólogo Julian Gorkin. Em Viena, o Congresso



lançou a revista *Forum*, no início de 1954, como uma publicação mensal, editada pelo romancista e crítico Friedrich Torberg. “Freddy, a Torta”, como o apelidavam, era uma figura extraordinária, que atraía e repelia as pessoas em igual medida. Em tom de admiração, Koestler escreveu que ele era “o último dos moicanos do Danúbio, de uma antiga Viena que talvez só tenha existido em nossa fantasia”. Outros o achavam arrogante e intolerante. Os comunistas o atacavam como um “agente (...) caluniador (...) e informante dos norte-americanos”, e descartavam o tom antineutralista de sua revista como uma conspiração dos Estados Unidos. *Forum* desenvolvia os temas habituais do Congresso, e Torberg gozava de uma boa relação profissional com a secretaria de Paris. Mas às vezes Josselson tinha que discipliná-lo, como numa ocasião, em 1957, em que a *Forum* reproduziu um artigo da publicação direitista *National Review*. Isso, disse Josselson, ficava “aquém da dignidade de uma revista do Congresso”. “Não voltará a acontecer”, respondeu o repreendido Torberg.

[*Science and Freedom* foi lançada no outono de 1953, após uma conferência do mesmo nome promovida pelo Congresso. Realizada em Hamburgo em julho de 1953, a conferência havia atraído verbas de 10 mil dólares da Fundação Rockefeller e de 35 mil dólares da Fundação Farfield. A revista epônima era editada por Michael Polanyi, que foi nomeado para o Comitê Executivo no mesmo ano. Ao chamar a atenção para a segregação racial nos Estados Unidos, assim como para o apartheid na África do Sul, a revista de Polanyi falava de questões sobre as quais, em geral, o Congresso emudecia. Ela também reconheceu a *détente*, muito antes de a maioria das pessoas compreender o significado dessa palavra, estimulando o intercâmbio intelectual com o bloco soviético e o abrandamento da postura ocidental de Guerra Fria. Entretanto, como boletim semestral com um público leitor minúsculo, sua voz nunca foi mais do que um junco sacudido pelas fortes rajadas da polêmica da Guerra Fria.<sup>1</sup>

*Soviet Survey* teve início em 1955, como um boletim informativo mensal editado pelo historiador Walter Laqueur, que era também o representante oficial do Congresso em Israel. Descrito por Josselson como “um dos melhores especialistas internacionais em União Soviética”, Laqueur escreveu longamente sobre questões russas, sob o pseudônimo de Mark Alexander. Sob sua direção, a *Soviet Survey* produziu investigações da vida intelectual,

artística e política no bloco oriental, que ofereciam uma percepção “ímpar entre as publicações do Ocidente”.<sup>2</sup> Embora as afirmações de que a revista “estalava de animação”<sup>3</sup> talvez sejam um exagero, ela com certeza conquistou um público numeroso e dedicado. Estranhamente, até mesmo algumas publicações comunistas achavam que podiam tomar emprestado com proveito o material da *Soviet Survey*, o que fez Josselson escrever a Laqueur, ansioso, dizendo que “não queremos que uma ou mais publicações pró-soviéticas adocem sua propaganda com partes de nosso material”.<sup>4</sup>

Em abril de 1956, saiu na Itália o primeiro número de *Tempo Presente*. Editada por Ignazio Silone e Nicola Chiaromonte, a revista foi o primeiro desafio sério a *Nuovi Argomenti*, uma publicação fundada em 1954 por Alberto Moravia, e que se assemelhava de perto a *Les Temps modernes*, de Sartre. *Tempo Presente* levou um passo adiante essa semelhança, escolhendo um título que era um eco deliberado do de Sartre. Os cínicos diriam, posteriormente, que isso equivalia a um furto intelectual, e ilustraram as afirmações de que uma das grandes estratégias da CIA era criar ou apoiar organizações “paralelas” que ofereciam uma alternativa ao radicalismo sobre o qual ela não tinha nenhum controle. Sem dúvida, *Tempo Presente* “abriu suas páginas a muitos desertores do Partido Comunista italiano no fim da década de 1950”,<sup>5</sup> inclusive aos escritores Italo Calvino, Vasco Pratolini e Libero de Libero. Suas páginas também estavam abertas aos autores dissidentes do bloco oriental que, juntamente com o quadro regular de colaboradores do Congresso, mantinham um ataque ininterrupto aos caprichos do totalitarismo comunista.

O Congresso também marcou presença em terras mais distantes, projetando sua voz em regiões que eram consideradas suscetíveis ao comunismo ou ao neutralismo. Ele teve uma revista na Austrália, *Quadrant*, cuja intenção era reduzir a influência do grande corpo de intelectuais australianos atraídos “em grau alarmante pelo campo magnético do comunismo”. Seu editor, o poeta católico James McAuley, acreditava que “as mentes dos homens só serão conquistadas quando as posturas anticomunistas conseguirem irradiar uma atração inversa”, e, sob sua direção, *Quadrant* (que existe até hoje) tornou-se um foco animado da esquerda não comunista australiana.<sup>6</sup>

Na Índia, o Congresso publicou *Quest*, cujo primeiro número saiu em agosto de 1955. Culturalmente limitada, por ser escrita em inglês — língua do governo, e não da literatura —, a revista foi atacada pelos comunistas

hindus por sua “insidiosa” propaganda norte-americana, mas, tal como *Cuadernos* na América Latina, pelo menos deu ao Congresso uma pequena base num terreno difícil. É provável que não tenha merecido a chacota de J. K. Galbraith, que disse que a revista “desbravou novos campos no portentoso e indistinto analfabetismo”. O primeiro-ministro Nehru certamente não a apreciou, uma vez que sempre desconfiou do Congresso como uma “fachada norte-americana”. No Japão, havia *Jiyu*, uma das revistas mais maciçamente subsidiadas dentre todas as que pertenceram ao Congresso. A princípio, suas tentativas de moderar a postura antiamericana entre os intelectuais japoneses foram débeis demais e, em 1960, o Congresso decidiu romper inteiramente com o editor e relançá-la com uma equipe sob o controle direto do escritório de Paris. O Japão, segundo se considerou, era “complicado demais, em termos ideológicos”, para que a revista fosse deixada até mesmo em mãos semi-independentes.<sup>7</sup> De meados até o final da década de 1960, o Congresso havia ampliado seu programa de publicações, passando a incluir outras áreas de interesse estratégico: a África, o mundo árabe e a China.

“O verdadeiro mistério é como essas revistas funcionavam”, disse um agente da CIA. “Aqueles intelectuais não iriam juntos a um coquetel, mas estavam todos em *Preuves*, *Tempo Presente*, *Encounter*. Seria impossível fazer isso na América. A *Harpers* não conseguiria, a *New Yorker* não conseguiria. Não seriam capazes de juntar Isaiah Berlin, Nancy Mitford e todos os outros. Nem mesmo Irving Kristol teria conseguido, ao regressar de Londres. Suponho que a resposta seja Michael Josselson.”<sup>8</sup> Bem, essa era metade da resposta. Havia Michael Josselson e havia Melvin Lasky. Diana Josselson explicou a relação: “Michael era o editor e o chefe de redação. Lasky era vice-presidente e, em certa medida, era o porta-voz de Michael. Michael tentava arranjar encontros periódicos entre os vários editores, e ficava entendido que Lasky era o homem principal quando Michael não estava. Eles mantinham um contato estreito e viam as coisas de maneira parecida.”<sup>9</sup>

Tempos depois, Melvin Lasky disse que, a princípio, Josselson tinha querido que ele fosse co-editor de Spender na revista *Encounter*, mas que ele, Lasky, não quisera sair de Berlim, de modo que havia recomendado Irving Kristol. Parece mais provável que a razão de ele não ter assumido o leme da revista capitânia do Congresso tenha sido a mesma fornecida por Wisner em 1950, ao ordenar que Lasky fosse retirado do corpo de organizadores do Congres-

so em Berlim: ele tinha vínculos estreitos demais com o governo norte-americano. Em 1953, Lasky podia argumentar que já não era assim. Sua revista, *Der Monat*, passara a ser patrocinada pela Fundação Ford, que, em data recente, dera-lhe mais uma verba de 275 mil dólares, para publicar livros sob os auspícios de *Der Monat*. Mas persistia em torno de Lasky uma aura de suspeita que era difícil de dissipar. Josselson fez o que pôde, acolhendo *Der Monat* no rebanho das revistas do Congresso no fim de 1953, quando expirou a verba inicial da Fundação Ford. Desse modo, ele pôde legitimar a relação de Lasky com o Congresso. Como editor de uma de suas revistas, Lasky viu-se então oficialmente no centro do aparelho formulador de políticas do Congresso.

Como membro do “Comitê Editorial das Três Revistas”, criado para coordenar a política editorial de *Encounter*, *Der Monat* e *Preuves*, Lasky passou a fazer parte da pequena equipe que decidia como articular os temas do Congresso. Reunindo-se regularmente em Paris e contando com a presença de Josselson, Nabokov e Rougemont, esse comitê analisava o desempenho das revistas e aprovava os temas a serem discutidos nos números posteriores. Lasky defendia consistentemente um compromisso mais profundo com temas ligados aos Estados Unidos (seria conveniente procurar Eudora Welty, para que ela escrevesse um artigo sobre a “Dessegregação”; alguém deveria escrever sobre “o Grande Surto de Crescimento Norte-Americano”; Gian Carlo Menotti poderia fazer alguma coisa sobre o tema “alta cultura e baixa cultura”), e defendia uma ênfase maior nos assuntos soviéticos. Outra *bête noire* favorita — e alvo sistemático de uma espécie de ódio insensato das revistas do Congresso — era Jean-Paul Sartre, cujo rompimento com Merleau-Ponty em 1955 (depois de Merleau-Ponty anunciar seu divórcio do comunismo) deveria, no dizer de Lasky, ser destacado nas revistas do Congresso sob a manchete “*Sartre est mort*” [“Sartre morreu”].<sup>10</sup> Sartre era repetidamente desancado, nas páginas da *Encounter* e da *Preuves*, como lacaio do comunismo, um pobre prestador de serviços cujos escritos políticos e ficcionais perpetuavam a ilusão comunista e “regozijavam-se com a violência”.

A extensão da influência de Lasky nessas três revistas é revelada por um relatório datado de abril de 1956 — “Algumas Notas sobre *Preuves*, *Encounter* e *Der Monat*” —, no qual ele resumiu as realizações das publicações e expôs o projeto para seu futuro. As revistas tinham-se firmado, escreveu ele, como “parte da comunidade, como um pedaço do meio ambiente, com seu pró-

prio peso institucional. Tornaram-se símbolos da vida cultural de duas antigas nações de intercâmbio internacional (e transatlântico) livre, humano e democrático”.<sup>11</sup> Mas Lasky advertiu seus colegas editores contra “a insistência, em termos do material norte-americano, em que os Estados Unidos sejam constantemente projetados de maneira ‘positiva’, e em que todos os estereótipos antiamericanos dos europeus sejam desdenhados”. Embora admitisse que alguns “lapsos antiamericanos” publicados nas revistas eram “lamentáveis, e deveriam ser evitados no futuro”, Lasky opôs-se a que se exigisse demais da qualidade da compreensão transatlântica. “Não forcemos o assunto o tempo todo. ([Essa história de] ‘O que foi que fizemos hoje para levar as pessoas a pararem de pensar em nós como bárbaros’.) Nós — como qualquer outro — temos problemas em demasia (incluindo o materialismo, o cinismo, a corrupção e a violência) para estar sistematicamente enunciando palavras positivas de louvor à bandeira nacional. Deixemos os escritores europeus resmungarem. Resmunguemos um pouco, nós mesmos (paradoxalmente, esse é um de nossos sons mais simpáticos).”<sup>12</sup>

Com efeito, Lasky admitiu que os críticos das revistas do Congresso que reclamavam de uma tendenciosidade pró-americana estavam basicamente certos. *Encounter*, em particular, tinha de enfrentar a acusação, naquele momento, de ser um “cavalo-de-tróia” dos interesses norte-americanos, de “ter um ponto cego peculiar — raramente incluía artigos críticos sobre os Estados Unidos, como se isso fosse um território proibido”.<sup>13</sup> Nos primeiros anos, sem dúvida, *Encounter* fez enormes esforços para desgastar qualquer antipatia em relação aos Estados Unidos e suas instituições. O antiamericanismo foi diversamente caracterizado como “uma necessidade psicológica, para muitos europeus”, um recurso que lhes permitia “entregarem-se simultaneamente ao ódio a si mesmos” (a América como “imagem mitificada de tudo [que eles] odeiam”) e à “hipocrisia” (Fiedler); ou como um modo de intensificar “o prazer que os intelectuais britânicos extraem de sua autocontemplação nacional” (Edward Shils); ou ainda, como um reflexo mecânico do “liberalismo moderno”, cujo epítome era o *New Statesman and Nation*, com sua “anemia perniciosa”, suas “reações estereotipadas” e sua “presunção moral” (Dwight Macdonald em 1956, no auge de sua atividade como combatente da Guerra Fria). As recomendações de Lasky tiveram apenas um êxito parcial. Embora A. A. Alvarez, escrevendo em 1961, tenha

notado uma mudança — “raramente se ouve na *Encounter*, hoje em dia, a pulsação paranóica da verdadeira propaganda”<sup>14</sup> —, outros continuaram a não se deixar convencer, compartilhando a visão de Conor Cruise O’Brien de que “a lealdade primordial da *Encounter* é para com a América”.<sup>15</sup>

Na sede da CIA em Washington, a *Encounter* era orgulhosamente vista como uma “nau capitânia”, um veículo apropriado para promover a idéia de uma comunidade cultural que era ligada — e não separada — pelo Atlântico. Tornou-se até uma espécie de cartão de visitas dos agentes da CIA. Ao marcar um encontro com Ben Sonnenberg, um jovem andarilho rico que trabalhou por um curto período para a CIA, em meados da década de 1950, um agente lhe disse: “Vou levar um número da *Encounter* para você saber quem eu sou.”

A confiança da CIA nas publicações do Congresso equiparava-se a seu compromisso financeiro. Embora os detalhes sejam efetivamente difíceis de obter, alguns relatórios financeiros sobreviveram, espalhados pelos recônditos poeirentos de alguns arquivos. De acordo com a Declaração de Despesas do período encerrado em 31 de dezembro de 1958, a Fundação Farfield pagou os salários da “secretaria editorial” do Congresso, no montante de 18.660 dólares por ano. Isso abrangia Bondy, Lasky (presumivelmente) e o redator norte-americano da *Encounter* (o salário do editor britânico, convém lembrar, era da responsabilidade do serviço de informações britânico). Em 1959, a *Encounter* recebeu 76.230,30 dólares da Farfield (quase o dobro da verba anual inicial de 40 mil dólares). No mesmo ano, *Cuadernos* recebeu 48.712,99 dólares e *Preuves*, 75.765,07 dólares. Além disso, 21.251,43 dólares foram destinados à “administração” das publicações do Congresso. As verbas para *Der Monat* (aproximadamente 60 mil dólares por ano) eram canalizadas por uma variedade de fachadas. Em 1958, verbas com destino certo foram encaminhadas através do Fundo do Distrito de Miami. Em 1960, o financiamento foi diversificado, dessa vez chegando através da Fundação Florence (27 mil dólares) e da Fundação Hoblitzelle (29.176 dólares) — uma doadora improvável, considerando-se que seu “Objetivo e Atividades” figuravam no Catálogo de Fundações Norte-Americanas como sendo os de dar “respaldo a organizações do Texas, primordialmente em Dallas, com ênfase na ajuda aos deficientes”. Esse caminho também foi usado para prover de fundos a revista *Tempo Presen-*

te, que recebeu das mesmas fundações 18 mil e 20 mil dólares, respectivamente, em 1960. O gasto total com as revistas do Congresso, em 1961, foi de 560 mil dólares, elevando-se para 880 mil em 1962. Ao mesmo tempo, o compromisso da Farfield com o Congresso (em outras palavras, o custo direto dos salários, administração, aluguel etc. para a CIA) chegava a aproximadamente um milhão de dólares anuais (ou seis milhões, em 1999).

Apesar da afirmação de Lasky de que isso não era um trem da alegria, certamente começou a parecer que sim. “De repente, havia limusines, festas com cascatas de salmão defumado e assim por diante, e gente que normalmente não poderia arcar com uma passagem de ônibus para Newark voava para a Índia na primeira classe, para passar o verão”,<sup>16</sup> recordou Jason Epstein. “No auge de toda essa atividade, as empresas aéreas ficaram abarrotadas de sumidades e escritores que levavam a cultura de marca registrada a todos os cantos do globo habitável”,<sup>17</sup> escreveu depois Malcolm Muggeridge. Até o serviço secreto britânico ficou pasmo com a escala em que seu equivalente norte-americano patrocinava a Guerra Fria cultural. Relembrando os “dias elísios” em Londres, “em que se juntaram a nós os primeiros a chegar, diretamente saídos de seus ninhos inocentes em Princeton, Yale ou Harvard, na Wall Street, na Maddison Avenue ou em Washington, D.C.”, Muggeridge admirou-se ao perceber “como durou pouco o período de lua-de-mel! Com que rapidez nossa organização britânica foi superada, em termos de pessoal, empenho e escala das operações e, acima de tudo, no dinheiro que se podia gastar! (...) A rede do OSS-CIA, com ramificações no mundo inteiro, suplantou nosso serviço secreto, antes lendário, como faz um Cadillac reluzente com um fiacre antiquado”.<sup>18</sup>

Quem viajava satisfeito nesse Cadillac era Nicolas Nabokov, ocupado em fazer o que fazia melhor: promover o glamour. O espantoso leque de contatos e amizades de Nabokov era de valor inestimável na conquista de credibilidade e status para o Congresso. Suas formas de tratamento eram um testemunho de sua capacidade de assegurar a afeição e a lealdade desses amigos. Ele se dirigia a Schlesinger como “Arthuro”, a Isaiah Berlin como “Caríssimo”, “Prezado Doutor” e “Tio”, a Natasha Spender como “Docinho” e a Stephen como “Milyii Stiva”; George Weidenfeld era chamado de “Querido reizinho” [*Königskind*], Edward Weeks, editor da *Atlantic Monthly*, de “Caro Ted”, e Edward d’Arms, da Fundação Rockefeller, de “Chat”.

Embora fosse um compositor medíocre e estivesse longe de ser um intelectual, Nabokov foi um dos grandes empresários do pós-guerra, capaz de reconhecer o talento e incentivar a criatividade. Durante o inverno de 1953-1954, instalou-se numa residência temporária como diretor musical da Academia Norte-Americana, em Roma. Isso o deixou numa boa posição para organizar a primeira grande incursão do Congresso no cenário musical desde o festival “Obras-Primas”, de 1952. Na verdade, em muitos aspectos, o festival que Nabokov se empenhou em organizar, nessa ocasião, foi a resposta oficial à crítica de Herbert Read sobre a natureza retrospectiva da empreitada de Paris. “Que nossa próxima apresentação, portanto, não seja um olhar complacente para o passado, mas um olhar confiante para o futuro”,<sup>19</sup> exortara Read. Assim, depois de ir a Nova York para uma coletiva de imprensa, em fevereiro de 1953, Nabokov aceitou o desafio. “Com aquele festival, fechamos as portas do passado”, declarou. “Com efeito, dissemos: aqui estão grandes obras. Elas já não são ‘modernas’, embora tenham-se originado no século XX. Agora fazem parte da história. Tenho agora um novo projeto (...) vamos realizar um concurso de compositores, diferente de qualquer outra competição já realizada. Doze compositores jovens e promissores, mas internacionalmente desconhecidos, deverão ser convidados a Roma, com todas as despesas pagas. Cada um deles trará uma partitura e elas serão executadas (...). Por último, um júri especial, democraticamente eleito por todos os que comparecerem à apresentação, selecionará uma obra vencedora dentre esses doze trabalhos. E a premiação em si é assombrosa: primeiro, haverá um prêmio em dinheiro; segundo, haverá a promessa de uma apresentação por três grandes orquestras na Europa e três nos Estados Unidos; terceiro, a obra será publicada; e quarto, será gravada por uma grande gravadora. E não é só: nem mesmo os onze derrotados poderão realmente chamar isso de derrota”, prosseguiu Nabokov, soando cada vez mais como um promotor de eventos de Chicago. “Além da viagem gratuita a Roma, eles receberão a garantia de que seus trabalhos também serão publicados e a reprodução das partituras será paga. Portanto”, perguntou, “isso é ou não é uma premiação?”<sup>20</sup>

A Conferência Internacional de Música do Século XX, marcada para se realizar em Roma durante duas semanas, em meados de abril de 1954, anunciou o compromisso do Congresso com a promoção da música de vanguarda. Ela deveria pôr o Congresso firmemente no mapa como parte da vanguarda



da experimentação musical. E ofereceria ao mundo uma rica amostra do tipo de música que era expressamente proibido por Stalin.

O governo italiano deveria depositar 2,5 milhões de liras na conta do American Express de Nabokov em Roma, à guisa de subsídio para o evento, mas essa verba nunca chegou (confirmando o temor de Nabokov de que acabasse por se “perder em algum lugar das ruínas do Fórum”). Mas não tinha importância; havia dinheiro suficiente, entrando aos borbotões da Fundação Farfield, parte do qual foi usada para dotar o concurso de prêmios que totalizaram 25 mil francos suíços (6 mil dólares) para o melhor concerto para violino e orquestra, sinfonia curta e música de câmara para solista vocal e instrumentos. A coletiva de imprensa anunciou que o festival, “destinado a provar que a arte viceja na liberdade”, beneficiou-se de uma generosa doação feita pelo “herdeiro norte-americano do gim e do fermento, Julius Fleischmann”. Junkie também foi convocado mais uma vez para negociar com a Orquestra Sinfônica de Boston, que concordou em dar à composição vencedora sua primeira apresentação norte-americana em sua subsidiária, a Tanglewood (em 1953, oito dos onze membros do conselho consultivo internacional de música do Congresso estavam ligados à escola de música Tanglewood).

Como era seu costume, Nabokov remeteu o primeiro convite a seu velho amigo Igor Stravinsky, oferecendo-se para pagar despesas de até cinco mil dólares para que o maestro e sua esposa, bem como seu secretário, comparecessem ao festival em Roma. Além disso, Stravinsky concordou em presidir o conselho consultivo de música durante o festival, junto com Samuel Barber, Boris Blacher, Benjamin Britten, Carlos Chavez, Luigi Dallapiccola, Arthur Honegger, Francesco Malipiero, Frank Martin, Darius Milhaud e Virgil Thomson (que, segundo Nabokov, “conhecia todos os meninos e meninas da Fundação Rockefeller”). Charles Munch havia proposto que Arturo Toscanini fosse convidado a participar do conselho, mas Nabokov objetou, alegando que “o nome de Toscanini, ligado a um projeto referente à música contemporânea, soa, no mínimo, anacrônico. O bom maestro (...) tem sido um inimigo sistemático e determinado da música contemporânea e, em muitas ocasiões, atacou seus principais protagonistas”.<sup>21</sup>

No começo de 1954, o Congresso montou um escritório para o festival na região nobre do Palazzo Pecci, por cortesia do conde Pecci-Blunt, amigo íntimo de Nabokov e, apesar do título suntuoso, cidadão norte-americano.

O tesoureiro Pierre Bolomey organizou uma linha de crédito com a conta que o Congresso mantinha no Chase National Bank, na Basileia, através da qual o dinheiro da CIA seria canalizado. Pecci-Blunt fez uma contribuição pessoal de 1.300 dólares para a caixinha do festival. Outros 10 mil dólares foram canalizados através do Centre Européen de la Culture, de Denis de Rougemont, o qual, por sua vez, recebia dinheiro da Fundação Farfield. A organização de Rougemont recebeu o lugar de maior destaque no programa. Tomaram-se também providências para a viagem de Leontyne Price, e passagens de ida e volta foram despachadas para Aaron Copland, Michael Tippett, Joseph Fuchs e Ben Weber.

Em março de 1954, Nabokov estava pronto para anunciar os concorrentes do festival. Com uma concentração pesada nas composições dodecafônicas atonais, a direção estética do evento apontou claramente para a vanguarda progressista de Alban Berg, Elliott Carter, Luigi Dallapiccola e Luigi Nono. Entre os “novos” compositores estavam Peter Racine Fricker, Lou Harrison e Mario Peragallo, cuja obra era influenciada em graus variáveis pela composição dodecafônica. De modo geral, eles foram bem recebidos. A revista *Musical America* observou que “a maioria dos compositores e críticos que compõem os comitês consultivos e executivos responsáveis pelos concertos (...) não era conhecida, no passado, por sua receptividade aos princípios ou às proposições da dodecafonía. Por essa razão, os programas oferecidos por eles foram não apenas surpreendentes, mas também estimulantes”.<sup>22</sup> Um recém-convertido à música dodecafônica era Stravinsky, cuja presença em Roma assinalou um grande momento na convergência dos tributários modernistas da “ortodoxia serialista”. Para Nabokov, havia uma clara mensagem política a ser transmitida pela promoção de uma música que se anunciava como descartando as hierarquias naturais, como uma libertação das leis anteriores sobre a lógica interna da música. Mais tarde, os críticos se perguntariam se o serialismo tinha descumprido sua promessa emancipatória, levando a música para um beco sem saída modernista, no qual ela permaneceu, restrita e difícil, tiranizada por fórmulas despóticas e exigindo uma platéia cada vez mais especializada. Diante de seus “guinchos e batidas”, escreveu Susan Sontag, “éramos deferentes — sabíamos que se esperava que apreciássemos a música feia; ouvimos devotamente os trabalhos de Toch, Krenek, Hindemith, Webern, Schoenberg, ou lá de quem fosse (tínhamos um apetite enor-

me e o estômago forte)".<sup>23</sup> Até as pessoas mais deferentes, no público que compareceu ao festival do Congresso, em Roma, prorromperam em assovios e vaias quando uma das apresentações transformou-se num "solilóquio particular". E, quando estreou a ópera dodecafônica *Boulevard Solitude*, de Hans Werner Henze, o público pôde ser perdoado por sentir-se percorrendo uma Via Crucis.

Talvez intuindo o questionamento de seu próprio tipo de dificuldade, Pierre Boulez escreveu uma carta furiosa a Nabokov, carregada de insultos. Em suas palavras, Nabokov estava incentivando um "folclore da mediocridade", alimentado por burocratas mesquinhos que tinham uma obsessão com o número 12 — "um Conselho de Doze, uma Comissão de Doze, um Júri de Doze" —, mas não entendiam nada do processo criador. Em seguida, Boulez acusou o Congresso de manipular os jovens compositores, oferecendo-lhes grandes prêmios (os vencedores foram Lou Harrison, Giselher Klebe, Jean-Louis Martinet, Mario Peragallo e Vladimir Vogel). Seria mais honesto, disse ele, dar-lhes esmolas, em vez de submetê-los à pantomima dos "gestos públicos espetaculares de um banqueiro de Cincinnati". Boulez encerrou a carta com a sugestão de que a próxima iniciativa do Congresso fosse uma conferência sobre "o papel da camisinha no século XX", tema que ele julgava "de mais bom gosto" do que suas iniciativas anteriores.<sup>24</sup> Perplexo, Nabokov respondeu dizendo esperar que a carta de Boulez não fosse encontrada num fundo de gaveta por alguém, no futuro, uma vez que ela "desonrava sua inteligência e seu julgamento". Sem tempo nem disposição para levar o assunto adiante, Nabokov pediu a Boulez que se abstivesse de voltar a lhe escrever.

Além de subsidiar os compositores e músicos que compareceram ao festival de Roma, a Fundação Farfield vinha financiando outros grupos e artistas, através de uma série de verbas concedidas sobretudo a critério de Josselson. Em janeiro, ela deu 2 mil dólares à Mozarteum Akademie Orchester de Salzburgo, para a criação de um Curso Internacional de Orquestração para Jovens. A partir de seu "fundo eletivo especial" na Farfield, Josselson recompensou o compositor polonês exilado Andrzej Panufnik, que realizara uma fuga arrepiante de Varsóvia para Londres através de Zurique, com uma "bolsa anual de 2 mil dólares", sem nenhuma obrigação implícita, "a ser paga em doze parcelas mensais" a partir de setembro de 1954. De acordo com Nabokov, o agradecido Panufnik declarou-se "totalmente disposto a coope-

rar e colaborar conosco, pois está inteiramente convencido dos ideais do Congresso pela Liberdade Cultural”.<sup>25</sup>

Também em setembro de 1954, Josselson começou a conceder uma verba mensal de trezentos dólares ao mestre de Yehudi Menuhin, o músico romeno exilado Georges Enesco. Um ano depois da morte de Enesco, em 1955, a Fundação Farfield bancou um concerto *in memoriam*, executado pela Orquestra Sinfônica de Boston, que estava novamente em turnê pela Europa, basicamente custeada pela CIA (através do Comitê pela Europa Livre).<sup>26</sup> Ao se referir à turnê triunfal da orquestra, em 1956, C.D. Jackson foi levado a declarar: “‘Cultura’ já não é uma palavra efeminada. Uma nação como a nossa pode ser viril. Uma nação como a nossa pode ter um fantástico sucesso econômico. Mas, estranhamente, o cimento que nos une é o coeficiente de idealismo da nação (...). A expressão tangível, visível e audível do idealismo nacional é a cultura. Dentre todas as expressões culturais, a música é a mais universal. Dentre todas as expressões da cultura musical de hoje, a Orquestra Sinfônica de Boston é a melhor.”<sup>27</sup>

O ano de 1956 também assistiu ao lançamento da Ópera Metropolitana na Europa. Mais uma vez, lá estava C.D. para dar todo o seu apoio, dizendo que “os Estados Unidos empenham-se em muitas atividades destinadas a projetar a imagem correta do país no exterior. Às vezes temos sucesso, às vezes não. Trata-se, reconhecidamente, de um campo nebuloso e impreciso. Mas uma área tão próxima de ser um tiro certo quanto qualquer outra já tentada é a projeção cultural da América — desde, é claro, que a escolha do que constitui a cultura norte-americana seja feita com inteligência e que não se mande nada senão o que tiver a mais alta qualidade. Creio que a Met [Ópera Metropolitana] os deixaria extasiados”.<sup>28</sup> A Diretoria de Estratégia Psicológica, que convidara Junkie Fleischmann em 1953 para negociar a turnê, concordou com Jackson, e reuniu a verba maciça de 750 mil dólares para financiá-la. A maior parte dessa soma parece ter vindo da CIA. Embora C.D. reconhecesse que era “um dinheirão para exercer impacto na propaganda cultural”, ele exortou Allen Dulles a não subestimar os ganhos potenciais, acrescentando que “esse impacto seria absolutamente esplêndido nas capitais do Leste Europeu, inclusive Berlim”.<sup>29</sup> Junkie concordou, e expôs sua própria lógica singularmente oportunista para a turnê: “Nos Estados Unidos, somos um caldeirão racial e cultural”, disse ele, “e, por sermos assim,

temos demonstrado que os povos podem conviver, independentemente da raça, da cor ou do credo. Usando como tema a expressão *'melting pot'*, ou outra expressão de efeito como essa, talvez possamos utilizar a Met como exemplo de que os europeus são capazes de se entender nos Estados Unidos e, portanto, como exemplo de que algum tipo de Federação Européia é inteiramente viável.”<sup>30</sup> Era assim que os combatentes da Guerra Fria dos Estados Unidos teciam sua rede emaranhada, na qual a Ópera Metropolitana podia ser usada para congregar as platéias em torno do conceito do livre federalismo mundial.

Ao mesmo tempo que trabalhava a idéia da Diretoria de Estratégia Psicológica sobre uma turnê da Ópera Metropolitana, C.D. lidou com um outro aspecto mais controvertido dos projetos da companhia. Em março de 1953, ele soubera que Rudolf Bing, o gerente geral da Met, queria contratar Wilhelm Furtwängler como maestro convidado para a temporada de 1953-1954. Perguntado se achava que o Departamento de Estado objetaria a essa nomeação, C.D. pôde informar que não haveria “sobrancelhas levantadas no Departamento quanto à questão do Sr. Furtwängler”. Alertou que poderia haver um “problema de relações públicas” do ponto de vista da Met, mas concluiu com as seguintes palavras de incentivo: “Sou capaz de apostar dinheiro que, quando ele chegar aqui, ninguém se incomodará em saber se ele foi a Besta de Belsen.”<sup>31</sup>

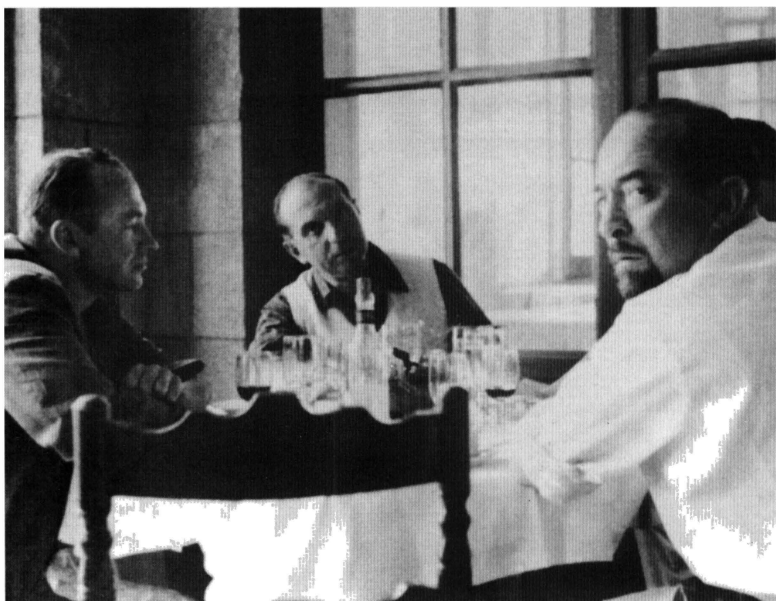
Embora viesse a expressá-lo em termos mais delicados, o Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural parece ter sido basicamente da mesma opinião. Em fevereiro de 1955, quando o grupo judaico Betar protestou contra a presença de Herbert von Karajan numa apresentação feita em Nova York pela Filarmônica de Berlim — “Amantes da Música, não compareçam ao concerto sangrento desta noite!” —, o Comitê pressionou a Federação Norte-Americana de Músicos para que se opusesse a esses protestos. Num telegrama assinado por James T. Farrell, em nome de “trezentos líderes da comunidade cultural norte-americana”, o Comitê acusou o protesto do grupo Betar como “uma invasão da liberdade cultural”. Curiosamente, em momento algum o Comitê discordou da alegação de Betar de que von Karajan tinha sido membro do Partido Nazista. Ao contrário, admitiu que esse era um fato “deplorável”. Mas tal acusação não era “relevante para a natureza apolítica da apresentação da orquestra aqui”, e desconhecia o fato de que a Filarmônica de Berlim “prestou serviços expressivos à causa da liberdade



O primeiro-tenente Michael Josselson em Berlim, 1948. Agente de Assuntos Culturais do governo militar norte-americano, ele não tardaria a ser recrutado pela CIA.



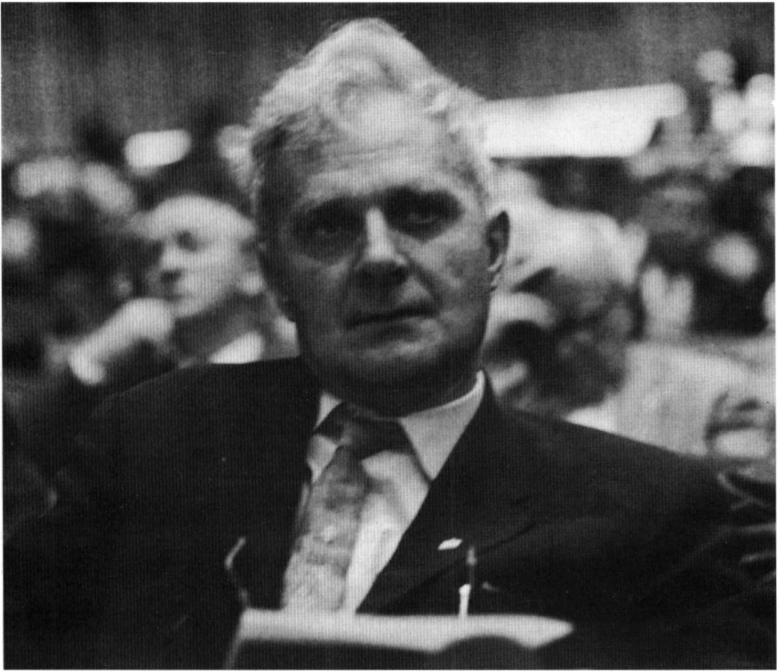
Tom Braden, o agente da CIA que montou a Divisão de Organizações Internacionais, centro nervoso da Guerra Fria cultural secreta dos Estados Unidos. A divisão de Braden dirigia dezenas de “fachadas”, inclusive o Congresso pela Liberdade Cultural.



O “aparelho” num almoço de trabalho: John Hunt, Michael Josselson e Melvin Lasky.



Da esquerda para a direita, Stephen Spender, Manès Sperber, Mino Masani, Michael Josselson, Denis de Rougemont e Nicolas Nabokov na reunião do Comitê Executivo do Congresso pela Liberdade Cultural, janeiro de 1957.



Stephen Spender, escolhido pela CIA e pelo MI6 para ser co-editor da revista *Encounter*. “Stephen tinha todas as credenciais certas para ser escolhido como fachada”, disse Natasha Spender. “Era excepcionalmente ludibriável, por ser inocente demais.”



Irving Kristol, co-editor da *Encounter* de 1953 a 1958.





Michael Josselson, Arthur Schlesinger Jr., Julius Fleischmann e o sociólogo Peter Dodge em Milão, setembro de 1955, reunidos para discutir “O Futuro da Liberdade”.

Dwight Macdonald e Michael Josselson, setembro de 1955, em Milão, durante a conferência “O Futuro da Liberdade”. Os debates, nas palavras de um observador, foram “de um tédio mortal”, mas houve discussões acaloradas nos bastidores em torno da proposta de colocar Dwight Macdonald na chefia editorial da revista *Encounter*.





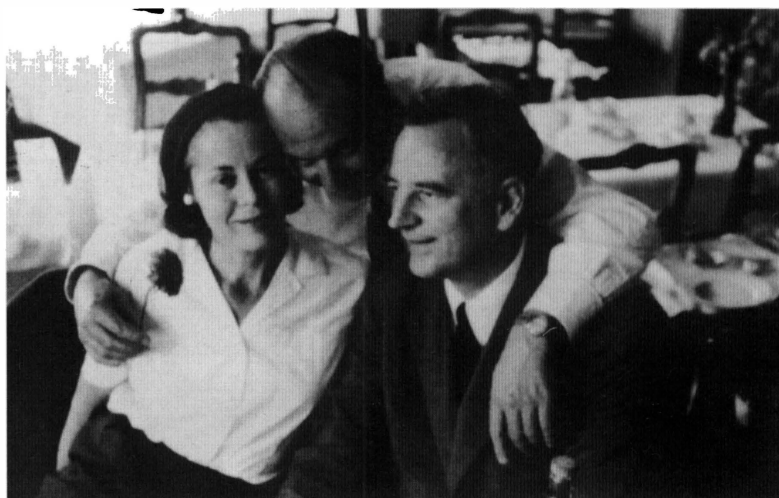
Nicolas Nabokov, compositor e empresário que serviu de “testa-de-ferro” do Congresso pela Liberdade Cultural. Nabokov aparece entre sua mulher, Marie-Claire, e Michael Josselson. Ópera de Viena, 1957.



Nicolas Nabokov e o ator Peter van Eyck no apartamento dos Josselson, Paris, março de 1958, reunidos para comemorar o aniversário de Michael Josselson. Van Eyck e ele tinham dividido um alojamento na Berlim do pós-guerra.



John Hunt, Robie Macauley e Michael Josselson, mapeando a situação nas montanhas de Genebra.



Michael Josselson abraça seu amigo e colega Lawrence de Neufville e a esposa deste, Adeline. Neufville havia recrutado Josselson para a CIA em 1948 e, juntos, em 1950, os dois montaram o Congresso pela Liberdade Cultural, sediado em Paris, como uma organização permanente. Neufville voltou aos Estados Unidos em 1954, deixando Josselson às voltas com uma série de sucessores decepcionantes.



Raymond Aron e sua mulher, Susanne, Michael Josselson e Denis de Rougemont desfrutando um dia ao ar livre nas montanhas suíças. Aron sentiu-se profundamente comprometido em função da denúncia do Congresso como fachada da CIA, embora se alegue que fazia anos que ele tinha conhecimento desse segredo.



John Hunt e Michael Josselson, sentados sob a placa de bronze do Congresso. Essa placa fora roubada da parte externa do escritório de Paris alguns anos antes e, para surpresa dos dois, foi avistada na parede de um restaurante de Genebra, onde Diana Josselson tirou essa fotografia em 1969.



Uma parceria sumamente eficaz: Michael Josselson, codinome “Jonathan F. Saba”, e sua mulher, Diana, codinome “Jean Ensinger”.

cultural na Europa, e simboliza a resistência corajosa do povo berlinense ao totalitarismo comunista, que envolve sua posição isolada”.<sup>32</sup> O telegrama concluiu com a sugestão de que parte dos lucros da turnê da orquestra fosse doada a vítimas dos nazistas.

Ao que parece, o Comitê Norte-Americano não se apercebeu do quanto se estava desviando de sua “Declaração de Princípios” de 1953, na qual se afirmara “vitalmente interessado nas questões políticas, na medida em que estas afetem as condições da liberdade cultural e da criatividade cultural. Por conseguinte, o Comitê se opõe intransigentemente a qualquer tipo de totalitarismo, pois o totalitarismo é a própria negação dessas condições”.<sup>33</sup> A mesma declaração havia deplorado “o fato simples e vergonhoso de que, ainda hoje, concede-se aos comunistas e simpatizantes dos comunistas um grau de respeitabilidade, nos círculos intelectuais e culturais, que nunca seria concedido a um nazista ou a um neofascista”.

Parece assombroso que o Comitê Norte-Americano pudesse ser tão cego para a natureza contraditória — e moralmente incoerente — de sua atitude perante indivíduos como von Karajan ou Furtwängler. Três meses depois, George Kennan, um dos arquitetos da estratégia de atrelar a cultura aos imperativos políticos da Guerra Fria, viria a demonstrar que também ele era vulnerável à mesma confusão. Dirigindo-se ao Conselho Internacional do Museu de Arte Moderna em 12 de maio de 1955, Kennan deplorou o fato de que, “nos últimos anos, tem-se desenvolvido entre nós um hábito sumamente repreensível, o hábito totalitário, na verdade, de julgar a adequação das contribuições culturais por qualquer coloração política que julgemos ter sido adquirida por seus criadores. Não conheço nada mais tolo do que isso. Um quadro não tem valor maior ou menor pelo fato de o pintor haver um dia integrado este ou aquele partido, ou contribuído para tal ou qual grupo. O valor de um concerto sinfônico não me parece ser afetado pela natureza do regime político em que o regente possa ter desenvolvido seu trabalho, em algum momento (...). Afinal, os eventos culturais não são exposições políticas de gado, nas quais exponhamos figuras humanas para serem admiradas pela pureza de seus traços ideológicos”.<sup>34</sup>

Os combatentes da Guerra Fria cultural norte-americana viram-se apinhados num paradoxo perigoso: quando se levantava o bicho-papão do nazismo, eles faziam uma campanha vigorosa para separar a arte da política;

mas, quando lidavam com o comunismo, não se dispunham a fazer essa distinção. Essa ilogicidade flagrante viera à tona pela primeira vez no fim da década de 1940, durante a “desnazificação” da Alemanha. Na ocasião, enquanto Furtwängler era recompensado com concertos altamente promovidos, ao lado de Yehudi Menuhin, Bertolt Brecht era ridicularizado por Melvin Lasky em *Der Monat*.<sup>35</sup> Toda a premissa da Guerra Fria cultural, do Congresso pela Liberdade Cultural, era que os escritores e artistas tinham que se *engajar* na luta ideológica. “Estamos falando dos principais escritores, dos principais músicos e pintores — de qualquer um que se dispusesse a se associar à idéia de lutar pelo que Camus chamava de literatura ‘engagé’, alguém que se comprometesse não só a escrever, mas a escrever como expressão de um sistema de valores. E éramos favoráveis a isso, éramos favoráveis a isso, e o apoiávamos”,<sup>36</sup> explicou Lee Williams, da CIA. O fato de os combatentes da Guerra Fria cultural da América poderem “desengajar-se” com tanta facilidade, quando isso lhes convinha, é perturbador.

Não se concedeu nenhuma tolerância semelhante aos simpatizantes e neutralistas que o Comitê Norte-Americano fazia questão de denunciar. Ninguém poderia questionar com seriedade, pelo menos em meados dos anos cinqüenta, que era plausível considerar o comunismo como o inimigo central e supremo da liberdade cultural nos Estados Unidos. Mas os anticomunistas profissionais, como todos os profissionais, queriam proteger e até ampliar seu mercado. Uma contagem grosseira dos *lobbies* e grupos de pressão anticomunistas organizados nos Estados Unidos, durante a década de 1950 — época geralmente reconhecida como o ponto mais baixo da quinta-coluna —, sugere uma proliferação ímpar. Como não havia nenhuma ameaça real a combater nos Estados Unidos, os anticomunistas, na verdade, para reciclar a frase de Churchill, estavam “amarrados a um cadáver”.

“Lenta e paulatinamente, os colegas vão influenciando o sujeito”, previra James T. Farrell, com exatidão, em 1942. “Confio em que meus colegas o façam. Tenho grande confiança em sua capacidade evolutiva de se tornarem meus policiais e guardiães da minha alma. Minha confiança em sua potencialidade para serem vergonhosos é imbatível: não há como abalar esse dogma da minha fé. Todos esses anjinhos da guarda da alma da América.”<sup>37</sup> A essa altura, os componentes linha-dura do Comitê haviam conquistado a reputação duvidosa de serem um “esquadrão da verdade”. Pareciam ter perdido

todo o senso de proporção, e se distanciavam muito do objetivo declarado do Comitê, que era fortalecer as condições sociais e políticas da criatividade cultural e da investigação intelectual livre. Schlesinger escreveu sobre um sentimento de repulsa diante dos “componentes de vingança na perseguição aos simpatizantes, como se estivéssemos voltando a travar, na década de 1950, as velhas batalhas ultrapassadas dos anos trinta e quarenta (...) temos agora coisas melhores a fazer do que acertar antigas contas. Um comitê dedicado à liberdade cultural dificilmente poderia errar por ser magnânimo”.<sup>38</sup> Da Universidade de Cornell, um colega de Sol Stein escreveu em linhas semelhantes: “Sol, meu caro, o que você precisa é de uma lufada de ar fresco do norte do estado de Nova York, ou de Kansas, ou de Seattle, ou de praticamente qualquer outro lugar que não o centro de Manhattan. Será que você tem mesmo tanta certeza de que todas aquelas batalhas literárias acerbadas do fim da década de 1930, e também as batalhas de hoje, são realmente tão importantes na história dos Estados Unidos?”<sup>39</sup>

E o importante era isso. A história intelectual norte-americana havia oscilado, nas duas décadas anteriores, entre a esquerda dissecando a direita e a direita dissecando a esquerda, e a visão de homens que assim dilaceravam as vísceras uns dos outros era pouco edificante. Balcanizadas em feudos acadêmicos em disputa, as duas facções perdiam de vista a única verdade importante: o absolutismo na política, fosse sob a forma do macarthismo, do anticomunismo liberal ou do stalinismo, não tinha a ver com a esquerda ou a direita, mas com a recusa a deixar a história dizer a verdade. “Ele é muito corrupto, e nem sequer sabe disso”, disse Jason Epstein, em tom intransigente. “Quando essas pessoas falam em ‘contra-intelectualidade’, o que elas fazem é criar um sistema de valores falso e corrupto, para apoiar seja qual for a ideologia com que estejam comprometidas na ocasião. A única coisa com que elas estão realmente comprometidas é o poder, bem como a introdução de estratégias czarista-stalinistas na política norte-americana. Elas são tão corruptas que, provavelmente, nem sequer sabem disso. São *apparatchiks* mesquinhos e mentirosos. Pessoas que não acreditam em nada, que estão apenas *contra* alguma coisa, não devem partir em cruzadas nem começar revoluções.”<sup>40</sup>

Comentando a “relação de contraponto com o comunismo” de muitos combatentes intelectuais da Guerra Fria, George Urban, um diretor da Rádio Europa Livre, concluiu que isso satisfazia uma “compulsão a discutir,



esgrimir e brigar, quase que independentemente dos objetivos<sup>41</sup> (...). Seus protestos eram intensos demais, seu cinismo, evidente demais, e suas análises eram um reflexo exagerado do mundo que eles julgavam ter deixado para trás. Eles marchavam negativamente conforme a música, mas, mesmo assim, marchavam conforme a música”.<sup>42</sup>

Josselson, que na época se recuperava de uma cirurgia que o deixara preso a uma espreguiçadeira — embora claramente não inativo —, escreveu a Sidney Hook que estava “mais convencido do que nunca de que a morte natural do atual [Comitê Norte-Americano] seria a melhor coisa que poderia acontecer a todos os interessados (...) esse grupo é incompatível [*sic*] para fazer seja lá o que for em qualquer campo, exceto o das brigas mesquinhas”.<sup>43</sup> Uma das maneiras de assegurar a extinção do Comitê seria retirar seus subsídios e, em outubro em 1954, foi exatamente o que fez Josselson. Os depósitos mensais da Fundação Farfield para o Comitê Norte-Americano já haviam cessado no começo de 1953 e, nesse momento, com a retirada de um pagamento anual de 4.800 dólares pelo escritório de Paris, o grupo ficou diante da ruína financeira iminente.

Sidney Hook, que havia montado o Comitê em consulta com a CIA, ficou estarecido com a decisão do Congresso de cortar seus vínculos financeiros. Desconhecendo a determinação de Josselson de fazer com que o Comitê fosse extinto, ele foi diretamente a Allen Dulles pleitear mais dinheiro. Sol Stein (que tinha avisado que, “se os intelectuais norte-americanos perderem sua voz na Europa Ocidental por falta de 20 mil dólares anuais, é melhor que algum novo Gibbon\* comece a apontar seus lápis agora”) foi plenamente informado desse desdobramento, assim como Norman Thomas, o ex-candidato socialista à presidência dos Estados Unidos, que ocupava, na época, um cargo executivo no Comitê Norte-Americano. Além disso, os dois homens vinham fazendo pressão na comunidade de informações, separadamente, através de “nosso amigo Dr. Lilly”, um alto funcionário da Diretoria de Estratégia Psicológica e consultor da CIA. Sabendo que Norman Thomas era amigo íntimo e vizinho de Allen Dulles, Stein sugeriu ainda que Thomas telefonasse a Dulles, para “[lhe] recordar seu interesse em nosso trabalho e

---

\*Edward Gibbon (1737-1794), historiador britânico que escreveu a clássica *História do declínio e queda do Império Romano* (1776-1788). (N. da T.)

sugerir que é essencial a rapidez em nos auxiliar”.<sup>44</sup> Thomas respondeu achar que “traria mais danos do que benefícios telefonar para Allen Dulles sem um pretexto mais imediato”, porém disse que, “na hipótese de Dulles estar em sua casa de campo neste fim de semana, tentarei entrar em contato com ele no domingo”.<sup>45</sup> Era abril de 1955. Em maio, os cofres do Comitê foram abarrotados com uma verba de 4 mil dólares da Fundação Ásia, da CIA, e 10 mil dólares da Fundação Farfield. Josselson tinha sido atropelado.

Arthur Schlesinger escreveu então em tom queixoso a Cord Meyer, para externar suas queixas sobre “certos membros” do Comitê Executivo, que, impulsionados pela nova generosidade da CIA, estavam mais uma vez tendo sua importância inflacionada. Em resposta, Meyer explicou que “decerto não estamos planejando nenhuma assistência contínua em larga escala, e a verba isolada que foi recentemente concedida resultou de um pedido urgente, que partiu diretamente de Sidney Hook e indiretamente de Norman Thomas. É nossa esperança que o refrigério proporcionado por esse auxílio possa ser usado por aqueles senhores, por você e pelas outras pessoas sensatas, para reconstituir o Comitê Executivo e elaborar um projeto inteligente (...). Se essa recomposição da liderança se revelar impossível, aí então creio que teremos de enfrentar a necessidade de permitir que o Comitê tenha morte natural, embora me pareça que essa solução resultaria em repercussões infaustas no exterior”. Meyer terminou a carta agradecendo a Schlesinger por “reprimir o falatório irresponsável” e sugerindo que os dois se reunissem, dentro em breve, para “discutir todo o problema com maiores detalhes”.<sup>46</sup>

A estratégia de Dulles-Meyer revelou-se completamente falha, como Josselson sempre havia temido. A injeção adicional de dólares serviu apenas para adiar o momento do conflito final entre os pistoleiros de Nova York e os sofisticados da operação parisiense. Em menos de um ano, a desconfiança e a acrimônia recíprocas, que tinham vindo à tona pela primeira vez depois do festival parisiense de Nabokov de 1952, tornaram-se escancaradas. Em 26 de março de 1956, o *Manchester Guardian* publicou uma carta de Bertrand Russell que se referia às “atrocidades cometidas pelo FBI” durante o julgamento dos Rosenberg, e comparava os Estados Unidos a “outros Estados policiaescos, como a Alemanha nazista e a Rússia de Stalin”. Josselson reagiu de imediato, sugerindo que Irving Kristol encontrasse um “correspondente norte-americano inteligente em Londres” para entrevistar Russell, de

modo a “mostrar que Russell não viu nenhum novo indício no caso dos Rosenberg, e que sua declaração baseou-se em alguma propaganda comunista que, em sua senilidade, ele já não consegue distinguir da verdade”.<sup>47</sup>

Mas, enquanto Josselson se preparava para solapar as afirmações de Russell, através de uma entrevista cuidadosamente preparada, o Comitê Norte-Americano resolveu entrar na dança com os dois pés. Uma carta de protesto foi enviada diretamente a Russell, acusando-o de um “desvio extraordinário das normas de objetividade e justiça” e de prestar “um grande serviço aos inimigos que supúnhamos que o senhor estivesse empenhado em combater”. Porventura teria ocorrido a Russell considerar se era “apropriado um amigo da liberdade cultural e, em particular, um dirigente do Congresso pela Liberdade Cultural (...) fazer declarações falsas e irresponsáveis sobre o processo judicial dos Estados Unidos”?<sup>48</sup> Como não seria de surpreender, a resposta de Russell à carta foi demitir-se do cargo de presidente honorário do Congresso.

Josselson ficou furioso, até porque a carta enviada a Russell foi “transmitida a nós da maneira mais peremptória”. Era impensável que uma comunicação dessa natureza pudesse ter sido enviada por qualquer outra filial do Congresso sem a aprovação prévia dele. Depois de convocar uma reunião de emergência do Comitê Executivo, em Paris, Josselson enviou sua censura oficial à organização norte-americana, por ela não “nos haver consultado, ao tomar providências no âmbito do Congresso que podem ter graves conseqüências internacionais”.<sup>49</sup> Era tarde demais para resgatar Russell, cujo quarto pedido de demissão ao Congresso foi realmente o último. Em junho de 1956, seu nome foi retirado de todos os cabeçalhos do papel timbrado da entidade.

O problema não terminou aí. Dois meses depois, a renúncia de James T. Farrell ao cargo de presidente nacional do Comitê Norte-Americano espalhou-se pelas manchetes. Farrell era um homem complexo. Apesar de anticomunista confesso, não suportava a postura de muitos intelectuais nova-iorquinos, cujo “vanguardismo da Park Avenue” era uma simples desculpa para não se empenharem em um trabalho melhor. Ele mesmo já havia renunciado à política uma vez, escrevendo a Meyer Schapiro, em 1941: “Decidi que não há muito que eu possa fazer no mundo atualmente, e que há um número suficiente de pessoas posando de estadistas. Assim, vou-me

dedicar com afinco a meu próprio trabalho.”<sup>50</sup> Depois disso, no entanto, as tentações de uma cruzada contra o comunismo tinham-se revelado difíceis de resistir, e também ele havia assumido esse encargo. No fim, foi derrotado não pelo comunismo, mas pelo mesquinho caráter justiceiro de seus companheiros de cruzada. “A monomania”, alertara George Orwell certa vez, “e o medo de proferir heresias não são amigos das faculdades criativas.” A carta de demissão de Farrell cheirou a um cansaço da Guerra Fria. “Nunca fomos capazes de fincar profundamente nossas raízes na vida norte-americana”, queixou-se ele. “Não pudemos contribuir de maneira suficiente para a luta contra a censura neste país (...) é chegada a hora de todos os que acreditam no espírito liberal fazerem um novo esforço para promover seu ressurgimento (...). Estamos constantemente à beira de nos transformarmos num comitê político, com opiniões sobre a política externa e muitas outras questões. Ao fazê-lo, corremos o risco de misturar a política com a cultura.” Farrell também enfatizou sua razão pessoal para se demitir, que foi um alerta mal disfarçado para outros escritores do Comitê Norte-Americano: “Se pretendo escrever melhor, preciso dedicar mais tempo a isso e aos estudos.”<sup>51</sup>

Esse poderia ter sido o fim do episódio, não fosse o fato de Farrell ter optado por anunciar sua demissão primeiramente ao *New York Times*. Ele telefonou para o jornal, tarde da noite de segunda-feira, 27 de agosto de 1956, aparentemente muito desinibido pela bebida. Reprovou a incapacidade do Comitê Norte-Americano de se consolidar como uma organização de massa, sua incapacidade de fazer o que quer que fosse a respeito da censura nos Estados Unidos, sua despreocupação com as liberdades civis norte-americanas e sua postura evasiva quanto ao problema de McCarthy. Diana Trilling foi escolhida pela diretoria para aceitar o pedido de demissão de Farrell, o que fez numa carta que deixou transparecer um gélido desprezo.

Em Paris, a notícia da renúncia de Farrell foi recebida com ira incrédula por Michael Josselson, que escreveu, enfurecido: “Não conseguimos compreender por que o Comitê não usou o intervalo de 24 horas, entre o momento em que a Sra. Trilling recebeu o telefonema e o momento em que a matéria foi efetivamente para o prelo, para fazer com que Jim Farrell retirasse sua declaração original e a substituísse por uma afirmação de sua renúncia que fosse satisfatória para todos os implicados.”<sup>52</sup>

Tudo tem limites. Quando Irving Brown recebeu uma carta pedindo-lhe o pagamento retroativo de três anos de cotas de associados do Comitê Norte-Americano, simplesmente ignorou a solicitação. Junkie Fleischmann retirou-se da diretoria em outubro de 1956, dizendo estar ocupado demais com a operação parisiense. Em 31 de janeiro de 1957, Sidney Hook escreveu a Nabokov, dizendo que o Comitê Norte-Americano havia “decidido, relutantemente, suspender sua vida organizacional ativa”, em decorrência de dificuldades financeiras.

## Os meninos de Ransom

É minha convicção que a CIA não só se engajou numa guerra fria cultural de maneira abstrata e puramente pragmática, mas que tinha em vista objetivos muito claros e também uma estética muito definida: ela representava a Cultura Superior.

— Richard Elman

Em setembro de 1954, Cord Meyer assumiu a Divisão de Organizações Internacionais em lugar de Tom Braden, que “se aposentou”<sup>1</sup> da CIA e se mudou para a Califórnia, a fim de ser editor de um jornal que lhe fora comprado por Nelson Rockefeller. Meyer herdou uma divisão que constituía a maior concentração isolada de atividades clandestinas de política e propaganda da CIA, que já então se assemelhava a um polvo.<sup>2</sup> Além disso, ele o fez num clima cada vez mais favorável às atividades clandestinas, como mostra um relatório altamente sigiloso submetido ao presidente Eisenhower no mesmo mês: “Enquanto continuar a ser esta a política nacional, outro requisito importante é uma agressiva organização secreta psicológica, política e paramilitar, que seja mais eficiente, mais singular e, se necessário, mais determinada do que a empregada pelo inimigo. Não se deve permitir que ninguém estorve o cumprimento imediato, eficiente e seguro dessa missão. Agora está claro que enfrentamos um inimigo implacável, cujo objetivo confesso é a dominação mundial, seja por que meio for e a que preço for. Não existem regras nesse jogo. As normas até hoje aceitáveis de conduta humana não se

aplicam. Para que os Estados Unidos sobrevivam, os antigos conceitos norte-americanos de *'fair play'* devem ser reconsiderados (...). Talvez se torne necessário fazer com que o povo norte-americano compreenda, apóie e se familiarize com esta filosofia fundamentalmente repugnante.”<sup>3</sup>

Mas a importância da Divisão de Organizações Internacionais nem sempre se refletia no calibre do pessoal designado para formá-la. Tom Braden havia lutado para inspirar seu próprio assistente, mas só fizera deparar com uma completa indiferença. “O nome dele era tenente-coronel Buffington. Ele deixava memorandos por toda parte, mas não fazia titica nenhuma”, disse Braden. “Era uma completa perda de tempo, não fazia nada o dia inteiro. Chegava às nove, pendurava o chapéu, lia o *New York Times* e voltava para casa.”<sup>4</sup> Numa tentativa jocosa de levantar a genealogia dos agentes encarregados que chegavam a Paris, Josselson e seus amigos íntimos referiam-se a eles como George I, George II, George III e assim por diante. George IV foi Lee Williams, também jocosamente conhecido como “Nickel and Dime”<sup>\*</sup> (um trocadilho com seu codinome) e, durante um breve período, como “Sr. Rochester”. Williams causou uma impressão melhor do que a maioria de seus antecessores, equilibrando-se valentemente sobre as duas culturas de uma CIA cada vez mais burocratizada e do Congresso, que, em contraste, era quase boêmio. “Lembro-me que, certa vez, eu estava andando de carro por Paris com Cord [Meyer], depois de uma reunião com Mike, e Cord virou-se para mim e disse: ‘Sabe, Lee, o Mike *gosta* mesmo de você’”, lembrou-se Williams. “Filho-da-mãe! Foi como se ele estivesse surpreso. Mas Mike gostava de mim porque nunca tentei lhe ensinar seu trabalho — ficava sentado a seus pés, era respeitoso com ele.”<sup>5</sup> O verdadeiro aliado de Josselson, entretanto, era Lawrence de Neufville, e este, depois de dez anos na Europa, queria ir para casa. Designado para um novo trabalho clandestino no escritório nova-iorquino da Rádio Europa Livre, deixou Paris no fim de 1953.

Neufville nunca seria um personagem fácil de substituir e, depois dele, Josselson passou a pensar cada vez mais nos agentes do Congresso como “garotos de recados”. “No começo, o pessoal da CIA era gente boa e interes-

---

\*Apelido que poderia ter a tradução livre de “Níquel e Tostão”, ou de “Cinco e Dez”, numa referência mais estrita aos respectivos valores das moedas norte-americanas em questão, de cinco e dez centavos. (N. da T.)

sante, como Lawrence de Neufville, que tinha o coração no lugar certo”, disse Diana Josselson. “Mas depois, eles se tornaram cada vez menos interessantes, e Michael passou a gostar menos deles. De vez em quando, aparecia um agente e eu percebia que o Michael tentava se livrar, mas eles se agarravam. Michael nunca lhes pedia nada de substantivo. Era amistoso com eles, conversava sobre suas famílias e sobre suas carreiras, e eu tinha a impressão de que eles o admiravam, mas Michael estava decidido a proteger o Congresso da Agência e da possibilidade de que a relação entre eles fosse revelada.”<sup>6</sup> De acordo com Diana, a relação entre Michael e seus colegas da Agência transformou-se cada vez mais numa farsa: “Já que eles queriam fingir que detinham o controle, é provável que Michael aproveitasse a oportunidade para lhes dar informações sobre os acontecimentos, de contribuir para essa ilusão.” Diana, que servia zelosamente aos agentes os martinis obrigatórios, quando eles iam ao apartamento dos Josselson, descartou-os depois como “um mal necessário. Eles não tinham, para mim, a metade da importância de minha empregada”.<sup>7</sup>

Um dos problemas de Cord Meyer consistia em que era difícil atrair pessoal da Agência para sua divisão. Não que houvesse escassez de candidatos adequados. Em meados da década de 1960, a Agência se gabava de que seria capaz de suprir o corpo docente de qualquer universidade com seus analistas, 50% dos quais tinham graus universitários avançados, sendo 30% doutores, o que levou uma autoridade do Departamento de Estado a dizer que “há mais intelectuais liberais por centímetro quadrado na CIA do que em qualquer outro lugar do governo”. Mas esses personagens acadêmicos não tinham entrado na Agência para fazer o que poderiam fazer no *campus*. Estavam em busca de aventura, e não de um emprego para lidar com pessoas que poderiam encontrar numa mesa de diretoria, num refeitório universitário. “As pessoas da Divisão de Organizações Internacionais eram vistas por muita gente [da Agência] como uma espécie de perfumaria para as horas vagas, particularmente pelos que achavam que o que devíamos fazer era espionagem pesada, recrutando espiões e obtendo documentos, e que todo o resto não passava de uma porção de bobagens”,<sup>8</sup> disse um dirigente da CIA, Donald Jameson. “Algumas pessoas da CIA achavam que não era adequado gastar todo aquele dinheiro com todos esses esquerdistas”,<sup>9</sup> confirmou Lawrence de Neufville. Assim, Cord Meyer começou a procurar noutros lugares.



“Cord tinha um prestígio intelectual ímpar”, disse Lee Williams. “Tinha um acesso singular à comunidade intelectual dos Estados Unidos e um enorme respeito pelos literatos.”<sup>10</sup> Quando de seu ingresso em Yale, em 1939, Meyer havia estudado poesia inglesa, “desde os poetas metafísicos do século XVII até a poesia moderna de Yeats e T. S. Eliot, com o professor Maynard Mack, que deixou em nós um respeito permanente pela graciosa majestade dessa realização e, em alguns de nós, a ambição de tentar escrever igualmente bem”.<sup>11</sup> Meyer arriscou sua sorte na poesia, havendo publicado alguns poemas “passáveis” na *Yale Lit*, revista da qual posteriormente se tornou editor.

Em 1942, Meyer formou-se em literatura inglesa, com um brilhante *summa cum laude*.\* Suas ambições literárias foram prejudicadas pela guerra, na qual seu irmão gêmeo foi morto, e o próprio Meyer perdeu um olho em Guam, quando uma granada japonesa explodiu a seus pés (o que depois veio a lhe granjear, na CIA, o apelido de “Ciclope”). Depois disso, ele escreveu alguns artigos e, em 1980, suas memórias, *Facing Reality* [“Enfrentando a realidade”].

Como editor da *Yale Lit*, Meyer seguiu os passos de James Jesus Angleton, que se tornou o lendário chefe de contra-espionagem da CIA. Radical literário, Angleton havia introduzido Ezra Pound em Yale e fundado a revista de poesia *Furioso*, em 1939 (seu nome, como editor, figurou nos créditos até mesmo na época em que ele foi chefe de contra-espionagem em Roma). Angleton foi o elo vital no que se tornou conhecido como “a fonte dos P” (onde “P” representava “professor”), que descrevia a ligação da Agência com a Ivy League. Entre os membros de destaque da “fonte dos P” incluía-se William Sloane Coffin, um pós-graduado de Yale que foi recrutado por Allen Dulles. Lembrando sua decisão de ingressar na Agência, Coffin disse, tempos depois: “Stalin fez Hitler parecer um escoteiro. Eu era muito intensamente anti-soviético. Nesse estado de espírito, observei a preparação da Guerra da Coreia. Mas não a acompanhei muito de perto, nem questioneei suas causas. Quando me formei em Yale, em 1949, estava pensando em ingressar na CIA, mas, em vez disso, fui para o seminário. Depois de um ano no *Union Theological Seminary*, quando a guerra com a União Soviética pa-

---

\*“Com o máximo de louvor”, nos exames de doutoramento. (N. da T.)

recia uma ameaça, abandonei os estudos e ingressei na CIA, na esperança de ser útil para o esforço de guerra. A CIA financiava a esquerda não comunista; fazia doações, estabelecendo um mínimo de condições. Naquela época, eu não tinha discordâncias da política norte-americana — mas, em retrospectiva, não devia ser tão inocente e imaculado.”<sup>12</sup> Os recrutas de Coffin na Ivy League incluíram Archie Roosevelt, que lecionava inglês em Harvard sob a chefia do famoso diretor do Wadham College, Maurice Bowra (que viera de Oxford por um ano num programa de intercâmbio) e um primo de Archie, Kermit Roosevelt, conhecido como “Kim”, que estava alguns anos à frente dele na Escola Groton e em Harvard.

Outra grande ligação com a Ivy League — e epítome da “fonte dos P” — foi o professor Norman Holmes Pearson, um humanista reverenciado, que era famoso por haver organizado com W. H. Auden a edição da Viking, em cinco volumes, dos *Poetas de língua inglesa*, além de ser integrante da Associação de Estudos Norte-Americanos e da Associação de Língua Moderna, conselheiro da Fundação Bryher e executor testamentário da poetisa H.D.\* Pearson também havia participado dos primórdios do OSS-CIA. Formou muitas das mentes mais promissoras de Yale, inclusive Angleton e Richard Ellmann, que recrutou para o OSS.<sup>13</sup> Ele próprio trabalhou no X-2, o ramo de contra-espionagem do OSS, servindo em Londres durante a guerra sob a direção de Kim Philby, que mais tarde o descreveu como “ingênuo”. Durante a guerra, Pearson supervisionou a acumulação de arquivos sobre um milhão de agentes e organizações inimigas, prática esta que “achava vivamente que deveria prosseguir depois da guerra, apesar de seu caráter ofensivo às idéias jeffersonianas tradicionais de governo. Essas objeções excêntricas (...) foram rapidamente superadas, à medida que o termo ‘inimigo’ adquiriu uma definição muito liberal”.<sup>14</sup> Retornando a Yale, ele dirigiu “a promoção dos estudos norte-americanos no país e no exterior. Tal como os estudos de áreas estrangeiras, essa nova disciplina tinha uma clara importância imperial, por permitir que compreendêssemos nossa adequação singular a nosso papel do pós-guerra como governantes do mundo, e estimulou uma apreciação mais apurada de nossa sofisticação cultural entre os dominados”.<sup>15</sup> Coadunou-se com essa visão o prefácio de Pearson para a edição da Rinehart do *Walden*,

---

\*Hilda Doolittle (1886-1961), poetisa norte-americana que se assinava como H.D. (N. da T.)

de Thoreau, no qual ele minimizou o radicalismo do grande individualista norte-americano e procurou livrá-lo de qualquer associação com a anarquia, frisando que seus textos apoiavam um governo melhor, “um símbolo da liberdade individual na qual gostamos de pensar que se baseia o estilo de vida norte-americano”.

O mais famoso pupilo de Pearson era James Jesus Angleton. Nascido em Idaho, em 1917, Angleton foi mandado na adolescência para o Malvern College, em Worcestershire, onde se empenhou em se tornar “mais inglês do que os ingleses. Ele absorveu a cortesia do Velho Mundo e a etiqueta discreta que nunca o abandonaram. Aliás, o correr dos anos deu-lhe uma persona européia (ele também passava longos períodos de férias na Itália) que obscureceu seus antecedentes ianques e lhe conferiu um leve sotaque britânico”.<sup>16</sup> De 1937 a 1941, Angleton freqüentou Yale, onde trabalhou na *Yale Lit* ao lado de McGeorge Bundy, futuro consultor de Segurança Nacional, Walter Sullivan, que mais tarde viria a tornar-se editor científico do *New York Times*, e do poeta E. Reed Whittimore Jr. Em 1938, Angleton conheceu Ezra Pound em Rapallo, e os dois fizeram uma sólida amizade; Pound descreveu-o, tempos depois, como “uma das mais importantes esperanças das revistas literárias dos Estados Unidos”. Ao escrever seu testamento, em 1949, Angleton deixou “uma garrafa de bom humor” para Ezra Pound, ee cummings e outros amigos poetas da revista *Furioso*, e concluiu com o seguinte credo: “Posso agora dizer que creio no espírito de Cristo e na vida eterna, e neste sistema social turbulento que às vezes luta às cegas para preservar o direito à liberdade e à expressão do espírito. Em nome de Jesus Cristo, eu os deixo.” Apesar desses sentimentos, Reed Whittimore recordou-se de que Angleton (cuja mãe era mexicana) sentia-se constrangido com seu segundo prenome, porque “este sugeria que ele não era um cavalheiro inglês da classe alta, o que constituía a imagem que ele procurava projetar na época”.<sup>17</sup>

Tarimbado na conspiração desde os tempos do OSS, Angleton levou seus talentos para a CIA, onde desenvolveu uma capacidade aparentemente ilimitada para a intriga bizantina. Seu primeiro grande sucesso foi a orquestração da campanha secreta dos Estados Unidos para assegurar a vitória dos democratas cristãos na eleição italiana de 1948. Essa campanha, observada de perto e apoiada por George Kennan e Allen Dulles, foi o primeiro ato bem-sucedido da Guerra Fria política dos Estados Unidos. Segundo Kim Philby, Angleton

foi promovido a chefe do Escritório de Operações Especiais da CIA em 1949. Durante vinte anos, encarregou-se da Equipe de Contra-Espionagem (CI)\* da Agência, e foi responsável por toda a ligação com os serviços secretos aliados a partir de 1954. Também dirigiu um grupo completamente independente de agentes-jornalistas, que executavam missões sensíveis e frequentemente perigosas. Os contemporâneos da CIA não tinham praticamente nenhum conhecimento desse grupo, que funcionava sob uma camada de “neve espessa” e cujos segredos Angleton mantinha trancados num cofre em seu escritório, ao qual somente ele tinha acesso.

Perito no cultivo de orquídeas silvestres (e inspirador da “mãe” no *roman à clef* de Aaron Latham, *Orchids for Mother*), exímio pescador, fotógrafo com trabalhos publicados, artesão habilidoso no trabalho com pedras preciosas e couro, fã da ópera italiana, de Paul Newman, Robert Redford, Marlon Brando, Peter Sellers e Shirley MacLaine, e fã das partidas de críquete e do futebol europeu, Angleton era uma figura extraordinária e eclética. Clare Booth Luce disse-lhe, certa vez: “Não há dúvida de que você é, sem termos de comparação, a figura mais interessante e fascinante produzida pelo mundo do serviço secreto, além de uma lenda viva.”<sup>18</sup> Com 1,83m de altura e sempre vestido com roupas escuras, Angleton, no dizer de um admirador, tinha “a aparência de um Byron — muito magro e de maxilares esqueléticos”. Era a própria imagem do poeta-espião, inspiração de muitos mitos românticos sobre a CIA como extensão da tradição literária liberal norte-americana.

A extensa rede de contatos da “fonte dos P” de Cord Meyer levou-o em seguida ao Kenyon College, onde lecionavam seus poetas favoritos, Allen Tate e John Crowe Ransom. Fora ali, em 1938, que Ransom havia fundado a *Kenyon Review*, uma revista que moldou a sensibilidade literária de toda uma geração e cujo prestígio assegurou um lugar elevado, no índice Dow Jones cultural, para a cidadezinha modorrenta e atrasada de Kenyon. Lá, também em 1938, um manancial de talentos residia na Douglass House, um prédio “de carpintaria gótica” no centro do *campus*, assinalado como o “bloco de isolamento” ideal dos poetas estudiosos e excêntricos que eram *protégés* de John Crowe Ransom. Conhecido como “Os Meninos de Ransom”, esse grupo incluía Robie Macauley, Randall Jarrell, John Thomp-

---

\*Sigla do original Counterintelligence (Staff). (N. da T.)

son, David Macdowell, Peter Taylor e Robert Lowell, este mais velho, que era membro do corpo docente.<sup>19</sup>

Quando aluno do Oliver College, em Michigan, em 1937, Robie Macauley tinha assistido às aulas de Katherine Anne Porter e Allen Tate, além de observar Ford Madox Ford vagar pelo *campus* “como um pensionista veterano de guerras esquecidas” (tempos depois, Macauley escreveu o prefácio da edição de 1961 de *Parade's End*, de Ford). Durante a guerra, Macauley servira por quatro anos no G-2, o Serviço de Contra-espionagem do Exército dos Estados Unidos, trabalhando como agente especial à caça de nazistas. Mais tarde, ficcionalizou essa experiência numa coletânea de contos, *The End of Pity*, pela qual recebeu o Prêmio de Ficção *Furioso*. Depois de fazer pós-graduação na Universidade de Iowa, voltou ao Kenyon College para trabalhar com John Crowe Ransom como assistente na *Kenyon Review*. Em agosto de 1953, Ransom disse a um colega que tinha “grandes esperanças de fazer de Robie um pesquisador, se ele não aceitar um emprego na Agência Central de Informações, como ouvi dizer que fará”.<sup>20</sup> Cord Meyer tinha oferecido pessoalmente um emprego a Macauley na Divisão de Organizações Internacionais. Depois de pensar na oferta durante o verão, Macauley a aceitou. “Cord o recrutou como agente encarregado para trabalhar com Josselson, porque acho que pensou que ele sabia falar a língua certa”, disse Lee Williams.<sup>21</sup>

Meyer arranjou seu segundo menino de Ransom ao recrutar John “Jack” Thompson, que, em 1956, tornou-se diretor executivo da Fundação Farfield, cargo este que exerceu, mediante contrato com a CIA, durante mais de uma década. Depois do Kenyon, Thompson havia escrito vários artigos eruditos e exercia uma influência considerável entre os literatos de Nova York. “Ele foi escolhido por John Crowe Ransom e pelo Grupo dos Fugitivos e, mais tarde, por Lionel e Diana Trilling, em Nova York, onde Thompson lecionava inglês na Universidade de Columbia”, lembrou seu amigo íntimo Jason Epstein. “Os Trilling, que eram esnobes fantásticos, ficaram obcecados com Thompson e sua mulher. Assim, Trilling sugeriu Jack para o cargo de diretor da Fundação Farfield, provavelmente por ter a esperança de conseguir dinheiro da Fundação para o Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural.”<sup>22</sup> Na época, tudo aquilo pareceu a Thompson uma boa idéia. “A KGB estava gastando milhões”, disse ele, “mas nós também tínhamos nossos amigos. Sabíamos quem merecia e quem não merecia; sabíamos o que era me-

lhor e tentávamos evitar a porcaria democrática usual de fazer com que as verbas fossem para um judeu, um negro, uma mulher e um sulista. Queríamos alcançar nossos amigos e ajudá-los, aquelas pessoas que concordavam conosco e procuravam fazer coisas boas.”<sup>23</sup> Apesar de sua prolongada colaboração com a CIA, lê-se “radical” no subtítulo “Política” do verbete sobre Thompson numa das edições do Catálogo de Catedráticos Norte-Americanos.

Da mesma forma que Thompson e Macauley, um outro membro do grupo da Douglass House também seria tratado como um “trunfo” por Cord Meyer, só que com um efeito desastroso, ainda que tragicômico. Para Ransom, ele era “mais do que um aluno, é mais como um filho para mim”. Seu nome era Robert Lowell.

Proveniente das salas de aula menos prestigiadas de uma pequena escola experimental para meninos em St. Louis, no Missouri, o jovem romancista John Hunt foi então acrescentado por Cord Meyer a sua lista de novos recrutas. Nascido em Muskogee, no estado de Oklahoma, em 1925, Hunt havia freqüentado a Lawrenceville School, em New Jersey, antes de deixá-la para se alistar no Corpo de Fuzileiros Navais, em 1943. Havendo dado baixa em 1946, com a patente de segundo-tenente, ingressou em Harvard com uma bolsa de estudos no mesmo ano. Ali, foi editor da *Student Progressive*, a publicação da *Harvard Liberal Union*. No ano de 1948, depois de se formar em literatura inglesa, com uma licenciatura secundária em grego, Hunt casou-se no outono e se mudou para Paris, onde começou a escrever ficção, teve aulas na Sorbonne e descobriu-se deslumbrado e fascinado pela idéia de Hemingway de um Americano em Paris. Após o nascimento de uma filha, em julho de 1949, voltou aos Estados Unidos para ingressar na Oficina de Escritores da Universidade de Iowa, onde também lecionou no departamento de letras clássicas. Foi lá que conheceu Robie Macauley. Em 1951, Hunt juntou-se ao corpo docente da Thomas Jefferson School, em St. Louis, onde ficou até junho de 1955, época em que o romance que começara a escrever em Paris — *Generations of Men* [“Gerações de homens”] — foi aceito para publicação pela editora Atlantic, Little Brown. Foi por volta dessa época que Meyer recrutou Hunt como agente do Congresso pela Liberdade Cultural.

A combinação da enorme pressão do trabalho com seu próprio temperamento, altamente tenso, começou a afetar a saúde de Michael Josselson, e, em outubro de 1955, aos 47 anos de idade, ele sofreu seu primeiro ataque

cardíaco. Por isso Meyer resolveu enviar o segundo-tenente John Hunt para aliviar-lhe a carga. Seguiu-se a curiosa pantomima de John Hunt ser formalmente entrevistado por Josselson, que já fora devidamente munido de um *curriculum vitae* e uma lista de recomendações brilhantes. John Farrar, da Farrar Straus, recomendou Hunt por sua “capacidade executiva, pela mente criteriosa e pelo senso de missão em prol das coisas em que todos acreditamos”. Timothy Foote, editor assistente da *Time-Life* em Paris, confiava em que ele era “tremendamente útil para se ter por perto, em quase qualquer empreitada razoável”, e acrescentou que “ele acredita firmemente nas responsabilidades norte-americanas no exterior, mas não sente que os Estados Unidos devam desculpar-se por seus esforços ou sua influência nos países estrangeiros”.<sup>24</sup> Entrevistado por Josselson em fevereiro de 1956, Hunt foi formalmente nomeado para o Secretariado do Congresso pouco depois. Só se pode presumir que o currículo e as cartas de recomendação tenham feito parte do disfarce de Hunt, como documentos úteis para se ter nos arquivos, a fim de fazer parecer que sua nomeação fora inteiramente impecável.

Para Hunt, o Congresso era, como o mar de Melville, “minha Yale e minha Harvard”. Embora não se pudesse esperar que ele alcançasse a autoridade obtida por Josselson após anos de gerenciamento diligente e escrupuloso de dólares e temperamentos, o Congresso se beneficiou com a injeção de sangue novo. O advento dos recrutas de Meyer assinalou uma nova era na relação do Congresso com a CIA. Pôs fim à escassez de agentes adequadamente preparados para a tarefa, fornecendo a Josselson ajudantes intelectualmente compatíveis com as exigências do Congresso. Josselson e Macauley, em especial, deram-se extremamente bem. Faziam viagens de carro com as esposas, às vezes acompanhados por Hunt e sua mulher. Eles aparecem bronzeados e relaxados nas fotografias, sendo Macauley e Hunt os representantes arquetípicos dos norte-americanos da década de 1950, com seus cortes de cabelo à escovinha, calças cáqui e óculos escuros de armação preta. De volta ao trabalho, freqüentemente compartilhavam piadas à custa da Agência. Quando Scott Charles, um agente recém-chegado da CIA, revelou que a cada dia fazia um trajeto diferente para o escritório, para o caso de estar sendo seguido, Josselson, Macauley e Hunt consideraram isso histericamente engraçado.

“Robie Macauley não pensava como eles [a CIA] nem agia como eles. Não era cínico nem metido a besta”, disse Diana Josselson, que foi amiga de

Macauley desde 1941. “Só havia um erro que ele cometia em relação a Michael, que era o de não responder quando Michael fazia perguntas irritadas ou dava explicações irritadas sobre alguma situação. Michael ia ficando ainda mais aborrecido e sua pressão sangüínea subia, e ele tornava a se repetir, e o Robie ficava sentado lá, sem dizer nada. Certa vez, eu lhe disse que ele não estava lidando direito com o Michael, que devia dizer alguma coisa, em vez de deixar Michael ficar todo alterado daquele jeito.”<sup>25</sup>

O entusiasmo recrutador de Meyer demonstrava um compromisso maior com o Congresso, mas começou a se mostrar uma bênção duvidosa. A chegada de Warren Manshel em 1954, por exemplo, indignou Josselson, que achou que a presença da Agência no “aparelho” do Congresso estava se tornando desproporcional. Manshel, afirmou Diana Josselson, “foi enviado pela CIA para fazer relatórios sobre o Congresso. Foi imposto a Michael, que teve de achar algum tipo de disfarce para ele. Fazia parte de uma série de relações instáveis fora da equipe imediata, e Michael simplesmente tinha de suportá-lo”.<sup>26</sup> Também teve que suportar Scott Charles, que foi colocado no escritório de Paris como auditor. “Até que eu gostava dele”, disse Diana. “Tempos depois, após a morte de Michael, editei o guia turístico que ele escreveu sobre Genebra.”<sup>27</sup>

Em meados da década de 1950, a fidelidade de Josselson era sobretudo para com o Congresso, cujas necessidades ele colocava instintivamente acima das da CIA. Ele achava que o Congresso só precisava do dinheiro da Agência (e Cord Meyer mantinha uma vigilância cerrada sobre os dólares dele, introduzindo no Congresso um contador da CIA, Ken Donaldson, como o “tesoureiro geral” sediado em Londres). Josselson até tentara livrar o Congresso de sua dependência financeira da Agência, fazendo diligências próprias junto à Fundação Ford. Uma vez que, em meados da década de 1950, a fundação já havia patrocinado o Congresso com vários milhões de dólares, era razoável esperar que considerasse a idéia de assumir todo o seu custo financeiro. Mas a Agência se recusou a abdicar de seu controle do Congresso, e os contatos de Josselson com a Fundação Ford viram-se fadados ao fracasso desde o início.

Longe de diminuir, a presença da CIA na vida cultural da época tornou-se maior. De Nova York, Lawrence de Neufville escreveu a Josselson sobre idéias a serem discutidas na *Encounter*, inclusive um texto sobre o tema da “consciência do indivíduo *versus* as exigências da hierarquia”, que Josselson rapidamente recomendou a Spender e Kristol. É presumível que estes igno-



rassem o interesse especial de Josselson nas facetas intrincadas desse assunto. Outros homens da Agência não conseguiram resistir ao apelo da pluma. Jack Thompson continuou a escrever para periódicos eruditos, como a *Hudson Review*, e, em 1961, publicou *The Founding of English Metre* [“A fundação da métrica inglesa”], um brilhante estudo sobre a poesia da Inglaterra. Robie Macauley escreveu para as revistas *Kenyon Review*, *The New Republic*, *The Irish University Review*, *Partisan Review* e *New York Times Book Review*. Durante sua permanência na CIA, continuou a escrever ficção, especialmente *The Disguises of Love* [“Os disfarces do amor”] (1954) e *The End of Pity and Other Stories* [“O fim da piedade e outras histórias”] (1958).

A editora londrina Hodder & Stoughton publicou um livro sobre o Afeganistão, escrito por Edward S. Hunter, outro agente da CIA que usava o disfarce de escritor *freelance* e passou anos vagando pela Ásia Central. Frederick Praeger, um propagandista do governo militar norte-americano na Alemanha do pós-guerra, publicou 20 a 25 livros em que a CIA teve uma participação, fosse no texto, na publicação ou na distribuição. Praeger disse que a Agência o reembolsava diretamente pelas despesas de publicação, ou garantia, em geral através de uma fundação, a compra de um número suficiente de exemplares para fazer com que a obra valesse a pena.

“Os livros são diferentes de todos os outros meios de propaganda”, escreveu um chefe da Equipe de Ação Secreta da CIA, “sobretudo porque um único livro pode alterar de maneira significativa a postura e as ações do leitor, numa extensão que não se equipara ao impacto de nenhum outro meio isolado, [a ponto de] tornar os livros a mais importante arma da propaganda estratégica (de longo prazo).”<sup>28</sup> O programa clandestino de livros da CIA era dirigido, segundo a mesma fonte, com os seguintes objetivos: “Fazer com que os livros sejam publicados ou distribuídos no exterior sem revelar nenhuma influência dos Estados Unidos, através do subsídio secreto a publicações ou livreiros estrangeiros. Fazer com que se publiquem livros que não estejam ‘contaminados’ por nenhum vínculo visível com o governo norte-americano, especialmente se a situação do autor for ‘delicada’. Fazer com que se publiquem livros por razões operacionais, independentemente da viabilidade comercial. Formar e subsidiar organizações nacionais ou internacionais para fins de publicação ou distribuição de livros. Estimular a redação de livros politicamente significativos por autores estrangeiros desconhecidos —

seja subsidiando diretamente o autor, se for viável um contato sigiloso, seja indiretamente, através de agentes literários ou editores.”<sup>29</sup>

Em 1977, o *New York Times* afirmou que a CIA estivera envolvida na publicação de pelo menos mil livros.<sup>30</sup> A Agência nunca divulgou o catálogo antigo de suas publicações, mas sabe-se que entre os livros com que ela se envolveu estiveram: *La Révolution Hongroise*, de Lasky, traduções de *The Waste Land* e *Four Quartets*, de T. S. Eliot, e, naturalmente, os livros publicados pelo Congresso pela Liberdade Cultural ou suas filiais, incluindo: antologias poéticas; *Le passé présent: combats d'idées de Calvin à Rousseau*, de Herbert Lüthy; *Half-Way to the Moon: New Writing from Russia* (1964, livro publicado pela *Encounter*); *Literature and Revolution in Soviet Russia*, organizado por Max Hayward e Leopold Labedz (Oxford University Press, 1963); *History and Hope: Progress in Freedom*, de Kot Jelenki; *The Art of Conjecture*, de Bertrand de Jouvenel; *The Hundred Flowers*, organizado por Roderick MacFarquhar; o romance autobiográfico *Before My Time*, de Nicolo Tucci; *The Italians*, de Barzini; *Doutor Jivago*, de Pasternak; e novas edições de *O príncipe*, de Maquiavel. Sob o selo da editora Chekhov, as obras de Tchekov foram amplamente traduzidas e distribuídas. A Chekhov era secretamente subsidiada pela CIA.

Além de John Hunt, que fora inicialmente recrutado como escritor, a Agência se vangloriava de contar com vários outros romancistas em atividade. Em Paris, um pós-graduado de Yale, Peter Matthiessen, mais tarde o festejado autor de *The Snow Leopard* [“O leopardo na neve”], foi um dos co-fundadores e redatores da *Paris Review*, além de ter escrito o romance *Partisans* enquanto trabalhava para a CIA. Outro dos recrutados de Cord Meyer foi Charles McCarry, posteriormente visto como a resposta norte-americana a John Le Carré. Havia ainda James Michener, cuja longa carreira escrevendo campeões de vendagem com títulos modestos, como *Polônia*, *Alasca*, *Texas* e *Espaço*, foi marcada por um período com a Agência. Em meados da década de 1950, Michener usou a carreira de escritor como disfarce para seu trabalho de eliminar os radicais que se haviam infiltrado numa das operações asiáticas da CIA. Com essa finalidade, foi colocado na Fundação Ásia, pertencente à Agência. Tempos depois, afirmou que “um escritor nunca deve servir de agente secreto de nada nem ninguém”.

E havia também Howard Hunt, autor de romances como *East of Farewell*,

*Limit of Darkness* e *Stranger in Town* (que lhe granjeou uma bolsa da Fundação Guggenheim). Durante o período em que trabalhou no OPC de Wisner, Hunt foi contratado para redigir várias brochuras para a editora Fawcett sob o selo Gold Medal. No México, foi responsável pelo livro *Life and Death in the USSR* ["Vida e morte na URSS"], do escritor e intelectual marxista El Campesino, uma das primeiras revelações pessoais sobre o terror stalinista a emergir da América Latina. O livro foi fartamente traduzido e distribuído, com a ajuda da CIA. Hunt também designou o agente William Buckley para auxiliar um outro intelectual — o marxista chileno Eudocio Ravines — a terminar seu livro igualmente influente, *The Yenan Way* ["O caminho de Yenan"].

No fim de 1961, Howard Hunt ingressou na recém-fundada Divisão de Operações Domésticas, de Tracy Barnes. Este último, que atuara como subdiretor da Diretoria de Estratégia Psicológica, era um vigoroso defensor do uso da literatura como arma anticomunista e trabalhou com afinco para fortalecer o programa de publicações da CIA. "A nova divisão aceitou o pessoal e os projetos não desejados em outros setores da CIA", escreveu posteriormente Howard Hunt, "e os projetos secretos que chegavam às minhas mãos diziam respeito quase que inteiramente a livros e publicações. Nós subsidiamos livros 'significativos', como, por exemplo, *The New Class* ["A nova classe"], de Milovan Djilas (o estudo definitivo das oligarquias comunistas), um dos vários títulos da editora Frederick A. Praeger a serem patrocinados dessa maneira."<sup>31</sup>

"Sob um pseudônimo qualquer, eu ajudava nuns romances pró-CIA (...), além de supervisionar um ou dois trabalhos acadêmicos, sem falar na redação apressada de um artigo ocasional de revista sobre a nova animosidade da velha ameaça comunista", diz Harry Hubbard em *O fantasma da prostituta*, de Mailer. Até os guias turísticos podiam conter percepções de agentes da CIA, muitos dos quais circulavam pela Europa usando os famosos guias Fodor como disfarce. Eugene Fodor, um ex-tenente do OSS, defendeu essa prática, tempos depois, dizendo que os colaboradores da CIA "eram todos sumamente profissionais, de alta qualidade. Nunca deixávamos a política se insinuar subrepticiamente nos livros".<sup>32</sup> Lyman Kirkpatrick, assistente executivo do diretor da CIA, contribuía todos os anos com o artigo sobre "Exércitos do Mundo" para a *Encyclopaedia Britannica*, de propriedade de William Benton, ex-subsecretário de Estado para Assuntos Públicos. Às vezes, as críticas de

livros do *New York Times* ou outros editoriais respeitados eram redigidas por escritores contratados da CIA. O agente George Carver assinava artigos com seu próprio nome na *Foreign Affairs* (embora não mencionasse quem eram seus patrões). Na Inglaterra, Monty Woodhouse escreveu artigos para a *Encounter* e para o *Times Literary Supplement*.

O fenômeno do escritor como espião, ou do espião como escritor, não tinha nada de novo. Somerset Maugham usou seu status literário como disfarce em missões realizadas para o Serviço Secreto Britânico durante a Primeira Guerra Mundial. Sua coletânea posterior de contos autobiográficos, *Ashenden*, era uma bíblia para os agentes secretos. Compton Mackenzie trabalhou para o MI5 na década de 1930 e, mais tarde, foi processado pelo governo de Sua Majestade por revelar nomes do pessoal do SIS em seu livro *Aegean Memories* ["Lembranças do Egeu"]. Graham Greene extraiu muito material ficcional de sua experiência como agente secreto do MI5 durante a Segunda Guerra Mundial — e, segundo dizem, depois dela. Certa vez, ele fez uma referência famosa ao MI5 como "a melhor agência de viagens do mundo".

"Os intelectuais, ou um certo tipo de intelectuais, sempre tiveram fascinação pelo serviço secreto", observou Carol Brightman. "Ir para o serviço secreto, especialmente em certas universidades, como Yale, é uma espécie de rito que marca a passagem para a idade adulta."<sup>33</sup> Para o romancista Richard Elman (não confundir com o biógrafo de Joyce, Richard Ellmann), havia também uma preocupação estética compartilhada: "Vale a pena examinar o que essas pessoas tinham em comum. Eram todos cristãos não sectários, meio que à maneira de T. S. Eliot. Acreditavam numa autoridade superior, numa verdade superior que sancionava sua cruzada anticomunista e antiatêica. T. S. Eliot, Pound e outros modernistas apelavam para sua sensibilidade elitista. A CIA chegou até a encomendar uma tradução do livro *Four Quartets*, de Eliot, e mandou despejar exemplares dele na Rússia, de avião. Assim como Shaw e Wells, esses eram homens para quem o 'século' socialista 'do homem comum' não era bem-vindo — eles queriam o Homem Incomum e a Alta Cultura. Portanto, não estavam apenas injetando dinheiro aleatoriamente na cultura."<sup>34</sup>

Allen Ginsberg chegou a fantasiar que T. S. Eliot fazia parte de uma conspiração literária montada por seu amigo [de Eliot] James Jesus Angleton. Em 1978, num pequeno conto intitulado "T. S. Eliot Entered My Dreams" ["T. S. Eliot entrou em meus sonhos"], Ginsberg imaginou que, "no convés de

um navio para a Europa, Eliot estava reclinado com vários outros passageiros em espreguiçadeiras do deque, com um enevoado céu azul por trás e um piso de aço a nossos pés. ‘E você’, disse eu, ‘que achou da dominação da poesia pela CIA? Afinal, o Angleton não era seu amigo? Ele não lhe falou de seu plano de revitalizar a estrutura intelectual do Ocidente contra os chamados stalinistas?’ Eliot ouviu atentamente — fiquei surpreso por não se distrair. ‘Bem, há todo tipo de gente competindo pela dominação política e literária (...) os seus gurus, por exemplo, e os teosofistas, os que crêem em batidas na mesa, os dialéticos, os leitores de folhas de chá e os ideólogos. Penso que fui um deles, na minha meia-idade. Mas, sim, conheci as conspirações literárias de Angleton, e achei-as insignificantes — bem-intencionadas, mas sem nenhuma importância para a literatura.’ ‘Creio que tiveram certa importância’, disse eu, ‘uma vez que alimentaram secretamente a carreira de um sem-número de intelectuais conservadores, sustentaram pensadores acadêmicos que influíram no tom intelectual do Ocidente (...) Afinal, o tom dos Intelectuais deveria ser revolucionário, ou pelo menos Radical, buscando as raízes do mal-estar, da Mecanização e da dominação por um monopólio antinatural (...). E o governo, através das fundações, apoiou todo um campo de Eruditos da Guerra (...). O subsídio de revistas como a *Encounter*, que defendia o estilo eliotiano como a pedra angular da sofisticação e da competência (...), não conseguiu criar uma cultura alternativa individualista, livre, vital e descentralizada. Em vez disso, tivemos o pior do Imperialismo Capitalista’”.<sup>35</sup>

A defesa da “alta” cultura montada por pessoas como Angleton era automática. “Jamais nos teria ocorrido acusar alguém ou alguma coisa de ‘elitista’”, disse Irving Kristol, certa vez. “A elite éramos nós — os ‘felizes eleitos’ que tinham sido escolhidos pela História para guiar nossos semelhantes para uma redenção secular.”<sup>36</sup> Criados na cultura modernista, esses elitistas cultuavam Eliot, Yeats, Joyce e Proust. Consideravam ser sua missão “não dar ao público o que ele quer, ou o que acha que quer, mas aquilo que — por intermédio de seus membros mais inteligentes — ele deve ter”.<sup>37</sup> Em outras palavras, a alta cultura não era importante apenas como uma linha anticomunista de defesa, mas era também o baluarte contra uma sociedade homogeneizada de massa, contra aquilo que Dwight Macdonald via, horrorizado, como “o lodo alastrado da Cultura de Massa”.<sup>38</sup>

É difícil ignorar o paradoxo de uma defesa da democracia montada por patrícios que, em essência, tinham dela uma profunda desconfiança. Posicionando-se como uma elite de príncipes que guardavam os portões contra o barbarismo, eles eram modernistas aterrorizados pela modernidade e por sua maré tingida de sangue. Num discurso de formatura no Kenyon College, em 1940, Robert Lowell dera voz aos temores mais sombrios dessa aristocracia: “Pois todos vocês sabem que, ao avançarem com seu jeito apático para o desmembramento da civilização, os filisteus e os godos acabarão chegando a todos os áureos palácios do saber, chegarão finalmente ao Milton [College], ao Groton, ao St. Paul’s e ao St. Mark’s, e lá, os alunos que não forem eficientes, humanísticos nem cultos estarão fazendo o que fazem hoje. E os godos e filisteus indignados arrancarão esses pobres zangões da colméia, e não haverá membros velhos para o sangue novo, e o mundo retornará a seus ciclos incansáveis de retrocesso, avanço e repetição.”<sup>39</sup>

Convencidos de que tinham de escorar suas defesas contra a destruição vindoura, foram esses os Aurelianos que, em 1949, resolveram conceder a Ezra Pound o Prêmio Bollingen de Poesia, por seu livro *Pisan Cantos* [“Cantos pisanos”]. Diz uma história que, certo dia, Paul Mellon, um generoso filantropo, queixou-se com Allen Tate e John Crowe Ransom do número de escritores que eram de esquerda. O próprio Mellon era progressista em seu gosto artístico, porém conservador na política, o que era quase um *sine qua non* entre os anjos protetores da Guerra Fria. Tate retrucou que os escritores estavam sempre necessitados e, sendo assim, por que Mellon não injetava algum dinheiro em bolsas de estudo, premiações ou coisas similares, que deixassem os ganhadores muito mais felizes e menos inclinados a ser revolucionários? E foi assim que Mellon criou os prêmios Bollingen-Mellon, como doações privadas com valor aproximado de vinte mil dólares.

“Por que eles indicaram Pound?”, perguntou Richard Elman. “Porque ele representava o máximo na cultura elitista que eles procuravam preservar e promover.”<sup>40</sup> O prêmio provocou uma enorme controvérsia, até porque, na época, Pound estava internado num hospital psiquiátrico para criminosos, como o único norte-americano acusado de traição da Segunda Guerra Mundial. Suas transmissões radiofônicas da guerra para o MinCulPop\* de Mussolini haviam incluído acusações contra o “Sr. Jewsevelt”, “Franklin

Finkelstein Roosevelt” e “Stinkie Roosenstein”,\* e também contra a “judiaria, a gringalhada e a gentalha pegajosa”.\*\* Pound afirmara que *Mein Kampf* era um texto de “história agudamente analisada” e chamou seu autor de “santo e mártir” na tradição de Joana d’Arc. A América, em suas palavras, “foi invadida por vermes”. Karl Shapiro, editor da revista *Poetry*, escreveu dizendo ter sido “o único dissidente na votação que concedeu o Prêmio Bollingen a Pound, à exceção de Paul Green, que se absteve. Eliot, Auden, Tate, Lowell, todos votaram pela premiação de Pound. Um bando de fascistas”. Quando William Barrett atacou a decisão do júri, Allen Tate desafiou-o para um duelo.

A decisão de conceder o prêmio a Pound reacendeu todas as discussões sobre arte-*versus*-política que vinham campeando desde a década de 1930, e pareceu confirmar o que muitos da esquerda temiam: que havia uma inclinação, entre os que se diziam liberais, a perdoar ou, pelo menos, a ignorar as contemporizações históricas que tinham levado inúmeros artistas — muitos dos quais estavam agora confortavelmente reinstalados nos Estados Unidos — a usar seu talento criativo para enaltecer o fascismo. Numa época em que a arte e os artistas eram tão altamente politizados, pareceu insuficiente dizer, como fez o júri do Bollingen, que “permitir que outras considerações que não a realização poética influenciassem a decisão destruiria a importância do prêmio e, em princípio, negaria a validade da percepção objetiva dos valores sobre os quais deve repousar a sociedade civilizada”.<sup>41</sup> Como poderia a arte ser autônoma, por um lado, e, por outro, ser pressionada a prestar serviços políticos, quando conveniente?

---

\*Redução de Ministero della Cultura Popolare, o Ministério da Cultura Popular do governo de Mussolini. (N. da T.)

\*\*Os três “nomes” designam o presidente Roosevelt, o primeiro fazendo um trocadilho com a palavra “judeu” (*jew*, donde *Jewsevelt*), o segundo acrescentando um sobrenome judaico (Finkelstein), e o terceiro dando ao sobrenome Roosevelt uma “terminação” tipicamente judaica (-e)nstein), além de precedê-lo de um termo ofensivo (*stinkie* = fedido, fedorento). (N. da T.)

## Garatuja yanques

Sei pintar melhor do que qualquer um!

— Jackson Pollock, no sonho de De Kooning

Durante seu governo, Harry Truman gostava de levantar cedo e ir à National Gallery. Lá chegando, antes de a cidade se pôr de pé, cumprimentava com um aceno silencioso de cabeça o guarda que tinha a tarefa especial de destrancar a porta para o passeio do presidente pela galeria, antes do café da manhã. Truman deleitava-se com essas visitas e as registrava em seu diário. Em 1948, depois de contemplar um conjunto sortido de quadros de Holbein e Rembrandt, anotou a seguinte observação: “É um prazer fitar a perfeição e, depois, pensar nos modernos, com sua preguiça e sua birutice. É como comparar Cristo com Lenin.” Em público, Truman formulou juízos similares, dizendo que os mestres holandeses “fazem nossos borra-tintas modernos e os frustrados do feijão com arroz parecerem exatamente o que são”.

Em seu desprezo pelos modernos, Truman enunciou uma visão, sustentada por muitos norte-americanos, que ligava a arte experimental, e especialmente a arte abstrata, a impulsos degenerados ou subversivos. Os vanguardistas europeus que tinham fugido da bota fascista sentiram-se alarmados, ao se descobrirem numa América onde o modernismo era mais uma vez achincalhado. Isso, é claro, era coerente com o fundamentalismo cultural de figuras como McCarthy e fazia parte do confuso processo pelo qual os Estados Unidos, embora pregassem a liberdade de expressão no exterior, pareciam lamentar



essas liberdades no âmbito interno. No Congresso Nacional, um ataque inflamado foi proferido por George Dondero, um republicano do Missouri, que declarou que o modernismo era, muito simplesmente, parte de uma conspiração mundial para enfraquecer a determinação norte-americana. “Toda a arte moderna é de cunho comunista”, anunciou ele, antes de prosseguir numa exegese desequilibrada, mas poética, de suas várias manifestações: “O cubismo visa destruir pela desordem deliberada. O futurismo visa destruir pelo mito da máquina (...). O dadaísmo visa destruir pelo ridículo. O expressionismo visa destruir macaqueando o primitivo e o insano. O abstracionismo visa destruir pela criação de transtornos mentais (...). O surrealismo visa destruir pela negação da razão.”<sup>1</sup>

A avaliação neurótica de Dondero foi ecoada por um círculo de figuras públicas, cujas acusações estridentes ressoaram na assembléia do Congresso e na imprensa conservadora. Seus ataques culminaram em declarações como “os pintores ultramodernos são inconscientemente utilizados como ferramentas do Kremlin” e na afirmação de que, em alguns casos, os quadros abstratos eram, na verdade, mapas que assinalavam fortificações estratégicas dos Estados Unidos.<sup>2</sup> “A arte moderna é, na realidade, um meio de espionagem”, acusou um adversário. “Se você souber lê-los, os quadros modernos revelarão os pontos fracos das fortificações dos Estados Unidos e de construções cruciais, como a represa de Boulder.”

Não era uma época propícia para os modernistas. O mais vulnerável aos ataques da facção política de Dondero foi um grupo de pintores surgido no fim da década de 1940, conhecido como os expressionistas abstratos. Na realidade, eles nada tinham de grupo — “é desastroso nos darem uma denominação”, advertiu De Kooning certa vez —, e eram, antes, um bando de pintores díspares, a quem mais unia o gosto pela aventura artística do que qualquer denominador comum estético formal. Entretanto, estavam ligados por um passado semelhante: a maioria deles havia trabalhado no Projeto Federal das Artes, na vigência do New Deal de Roosevelt, produzindo arte subsidiada para o governo e se envolvendo na política de esquerda. O mais destacado entre eles era Jackson Pollock, que, na década de 1930, estivera envolvido no seminário comunista do muralista mexicano David Alfaro Siquieros. Adolph Gottlieb, William Baziotos e vários outros expressionistas abstratos tinham sido militantes comunistas. O fato de seu ativismo mais ter

sido uma “afiliação não teorizada com a ‘esquerda’” do que alguma coisa mais profunda era irrelevante para Dondero e seus aliados, que, sem capacidade ou disposição de distinguir entre a biografia e a obra, misturavam o histórico político dos pintores com sua expressão estética e condenavam os dois.<sup>3</sup>

Enquanto Dondero via no expressionismo abstrato indícios de uma conspiração comunista, os mandarins culturais da América do Norte detectavam uma virtude contrária: para eles, o expressionismo revelava especificamente uma ideologia anticomunista, a ideologia da liberdade, da livre iniciativa. Sendo não figurativo e politicamente silencioso, ele era a própria antítese do realismo socialista. Era precisamente o tipo de arte que os soviéticos adoravam odiar. Porém era mais do que isso. Nas palavras de seus apologistas, era uma intervenção explicitamente *norte-americana* no cânone modernista. Já em 1946, os críticos aplaudiam a nova arte como “independente, autônoma, uma verdadeira expressão da vontade, do espírito e do caráter nacionais. Parece que, quanto ao caráter estético, a arte dos Estados Unidos não é mais um reservatório de influências européias, não é um mero amálgama de ‘ismos’ estrangeiros, reunidos, compilados e assimilados com menor ou maior grau de talento”.<sup>4</sup>

Quem se elevou como principal representante dessa nova descoberta nacional foi Jackson Pollock. “Ele era o grande pintor norte-americano”, disse seu colega Budd Hopkins. “Para imaginar uma pessoa assim, era preciso que se tratasse, antes de mais nada, de um verdadeiro norte-americano, não de um europeu transplantado. E ele deveria ter as grandes virtudes do macho norte-americano — ser um americano turbulento, idealmente taciturno — e, se fosse um caubói, melhor ainda. Com certeza, não seria um sujeito da Costa Leste, alguém que freqüentasse Harvard. Deveria ser menos influenciado pelos europeus do que por nossa própria gente — os índios mexicanos e norte-americanos, e assim por diante. Deveria provir do solo natal, não de Picasso e Matisse. E deveria ter permissão para ter o grande vício norte-americano, o vício de Hemingway — o de ser um bebedor.”<sup>5</sup>

Tudo em Pollock estava na medida certa. Nascido num rancho de ovelhas em Cody, no Wyoming, ele entrou no cenário nova-iorquino como um caubói — falando duro, bebendo muito e chegando impetuosamente do Velho Oeste. É claro que se tratava de um passado mítico. Pollock nunca havia montado um cavalo e saíra do Wyoming quando pequeno. Mas a imagem

era muito apropriada, muito *norte-americana*, e ninguém duvidava dela. Willem de Kooning certa vez contou ter sonhado com Pollock escancarando as portas de um bar, como um caubói de cinema, e gritando: “Sei pintar melhor do que qualquer um!” Ele tinha a valentia de Marlon Brando e a rebeldia taciturna de James Dean. Comparado a Matisse — a figura de proa de um envelhecido modernismo europeu, já então quase incapaz de erguer um pincel —, Pollock era a encarnação da virilidade. Apareceu com uma técnica conhecida como pintura de ação, que envolvia deitar uma imensa tela no chão — de preferência, ao ar livre — e derramar tinta sobre toda ela. No nó extravagante e aleatório das linhas que se entremeavam pela tela e ultrapassavam as bordas, ele parecia empenhar-se no ato de redescobrir a América. Extasiado, solto e alimentado pelo álcool, o modernismo, nas mãos de Pollock, era uma espécie de *deliriums tremens*. Embora um crítico o tenha descrito como “Picasso derretido”, outros se apressaram a celebrá-lo como “a vitória da pintura norte-americana”, que externava o que era a América do Norte: vigorosa, enérgica, desinibida, grandiosa. Esse modernismo foi visto como sustentando o grande mito norte-americano da voz solitária, do indivíduo intrépido — uma tradição cultuada por Hollywood em filmes como *A mulher faz o homem\** e, mais tarde, *Doze homens e uma sentença\*\** (os expressionistas abstratos denominavam-se, em certa época, “Os irascíveis”).

Em 1948, o crítico de arte Clement Greenberg, também ele um sujeito de maus bofes, briguento e beberrão, fazia afirmações pródigas a favor da nova estética: “Ao ver (...) quanto se elevou o nível da arte norte-americana nos últimos cinco anos, com o surgimento de novos talentos repletos de energia e conteúdo, como Arshile Gorky, Jackson Pollock, David Smith (...), impõe-se a conclusão, para nossa própria surpresa, de que as grandes premissas da Arte Ocidental finalmente migraram para os Estados Unidos, junto com o centro de gravidade da produção industrial e do poder político.”<sup>6</sup> A América, em outras palavras, era o lugar de que o artista já não sentia que tinha de “*escapar*, a fim de amadurecer na Europa”.<sup>7</sup> Comentando essa afirmação, em vez de concordar com ela, Jason Epstein disse, tempos depois: “A América do Norte — e especialmente Nova York — tornou-se agora o cen-

\*No original, *Mr. Smith Goes to Washington*, filme de 1939 dirigido por Frank Capra. (N. da T.)

\*\*No original, *Twelve Angry Men*, dirigido por Sidney Lumet em 1957. (N. da T.)

tro político e financeiro do mundo, e, é claro, tornou-se também o centro cultural. Ora, o que seria uma grande potência sem uma arte apropriada? Era impossível ser uma grande potência sem ter a pintura que combina com ela, como Veneza sem Tintoretto ou Florença sem Giotto.”<sup>8</sup> A idéia de que o expressionismo abstrato poderia tornar-se um veículo do fardo imperial começou a se firmar. Mas seu surgimento, numa época de tamanho ódio político e moral, criou um dilema substancial para seus pretensos promotores.

Apesar da flagrante estupidez dos protestos de Dondero, ele havia conseguido, no fim da década de 1940, derrubar as sucessivas tentativas do Departamento de Estado de usar a pintura norte-americana como arma de propaganda. Os filisteus obtiveram uma vitória precoce em 1947, quando forçaram a suspensão de uma exposição do Departamento de Estado intitulada “Pintura norte-americana avançada” — uma seleção de 79 obras “progressistas”, entre elas as de Georgia O’Keefe, Adolph Gottlieb e Arshile Gorky, que estava programada para viajar pela Europa e pela América Latina. A exposição chegou a Paris e seguiu para Praga, onde fez tamanho sucesso que os russos enviaram de imediato uma exposição rival. A justificativa oficial dessa iniciativa era “desfazer, diante do público estrangeiro, qualquer idéia do caráter acadêmico ou imitativo da arte norte-americana contemporânea”.<sup>9</sup> “Desta vez, não estamos exportando *brandy* nacional nem garrafas de imitação de conhaque, nem suco de uva de alta qualidade que não embriaga, mas o verdadeiro *bourbon*, envelhecido na madeira — o que se poderia descrever, com justa razão, como o vinho do país”,<sup>10</sup> elogiou um crítico.

Longe de promover a causa da pintura norte-americana, a exposição marcou seu ignominioso retrocesso. Vigorosamente questionada no Congresso Nacional, ela foi denunciada como subversiva e “antiamericana”. Um orador detectou nela a intenção maléfica de “dizer aos estrangeiros que o povo norte-americano é desanimado, abatido ou de formas medonhas — inteiramente insatisfeito com sua sorte e ansioso por uma mudança de governo. Os comunistas e seus simpatizantes do New Deal escolheram a pintura como uma de suas vias de propaganda”.<sup>11</sup> “Sou apenas um norte-americano burro, que paga impostos por esse tipo de lixo”, exclamou outro orador, um digno antepassado de Jesse Helms. “Se houver um único indivíduo neste Congresso que acredite que esse tipo de porcaria (...) traz uma compreensão melhor da vida norte-americana, ele deve ser mandado para o mesmo hospício de

onde vieram as pessoas que desenharam esse negócio.”<sup>12</sup> A exposição foi cancelada e os quadros foram vendidos, com desconto de 95%, como propriedade excedente do governo. Em resposta à acusação de que muitos dos pintores representados na exposição haviam feito incursões na política de esquerda (o que era, na época, uma condição *sine qua non* de qualquer vanguardista de respeito), o Departamento de Estado expediu uma diretriz covarde, determinando que, no futuro, nenhum pintor norte-americano associado a comunistas ou simpatizantes fosse posto em exibição à custa do governo. E, com isso, “a percepção da pintura de vanguarda como antiamericana foi incorporada à política oficial”.<sup>13</sup>

Uma visão terrível, de bárbaros nos portões do palácio da arte superior, insinuou-se então na imaginação dos elitistas culturais. Dwight Macdonald denunciou esses ataques como *Kulturbolschewismus* [bolchevismo cultural] e afirmou que, apesar de serem formulados em nome da democracia norte-americana, eles refletiam, na verdade, uma agressão totalitária às artes. Os soviéticos — e, a rigor, grande parte da Europa — diziam que a América do Norte era um deserto cultural, e o comportamento dos deputados e senadores norte-americanos parecia confirmá-lo. Na ânsia de mostrar ao mundo que ali estava uma arte proporcional à grandeza e à liberdade dos Estados Unidos, os estrategistas de alto nível descobriram-se impossibilitados de apoiá-la em público, por causa da oposição interna. Que fizeram, então? Recorreram à CIA. E teve início uma luta para afirmar os méritos do expressionismo abstrato contra as tentativas de denegri-lo.

“Tivemos muitos problemas com o deputado Dondero”, recordou Braden, tempos depois. “Ele não suportava a arte moderna. Considerava-a um traves-ti, achava que era pecaminosa e feia. Criou uma briga dos diabos por causa da pintura e tornou muito difícil conseguirmos que o Congresso concordasse com algumas coisas que queríamos fazer — como enviar arte ao exterior, enviar sinfonias ao exterior, publicar revistas no exterior, ou fosse lá o que fosse. Essa é uma das razões por que a coisa teve que ser feita em sigilo; tinha que ser secreta, porque seria rejeitada, se fosse submetida a uma votação democrática. Para estimular a abertura, tínhamos que agir em sigilo.”<sup>14</sup> Aí estava, mais uma vez, o sublime paradoxo da estratégia norte-americana na Guerra Fria cultural: para promover a aceitação da arte produzida na demo-

cracia (e enaltecida como expressão dela), o próprio processo democrático tinha que ser contornado.

Mais uma vez a CIA recorreu ao setor privado para promover seus objetivos. Nos Estados Unidos, a maioria dos museus e das coleções de pintura era — como é agora — de propriedade particular e patrocinada por verbas privadas. O Museu de Arte Moderna (MoMA) de Nova York era proeminente entre os museus de arte contemporânea e de vanguarda. Seu presidente, durante a maior parte das décadas de 1940 e 1950, foi Nelson Rockefeller, cuja mãe, Abby Aldrich Rockefeller, fora co-fundadora do museu em 1929 (Nelson Rockefeller chamava-o de “Museu da mamãe”). Nelson era um defensor entusiástico do expressionismo abstrato, ao qual se referia como a “pintura da livre empresa”. Ao longo dos anos, só a sua coleção particular acumulou 2.500 obras. Milhares de outras cobriam as entradas e paredes dos prédios que pertenciam ao Chase Manhattan Bank, de propriedade de Rockefeller.

Patrocinar pintores de esquerda era território familiar para os Rockefeller. Quando questionada acerca de sua decisão de promover o revolucionário mexicano Diego Rivera (que certa vez havia gritado “Morte aos Gringos!” em frente a uma embaixada dos Estados Unidos), Abby Aldrich Rockefeller havia afirmado que os comunistas deixariam de ser comunistas “se lhes granjeássemos reconhecimento artístico”. Uma mostra exclusiva de Rivera, a segunda na história do MoMA, foi o que se seguiu, como se poderia esperar. Em 1933, Nelson Rockefeller havia supervisionado a encomenda feita a Rivera de pintar o mural do recém-construído Rockefeller Center. Um dia, ao inspecionar o trabalho do pintor, Nelson observou que uma das figuras havia assumido os traços inconfundíveis de Vladimir Ilich Lenin. Polidamente, solicitou a Rivera que a retirasse. Polidamente, Rivera se recusou. Por ordem de Nelson, o mural foi cercado por guardas, enquanto se entregava a Rivera o cheque de seu pagamento total (21 mil dólares), além de ele ser notificado de que a encomenda estava cancelada. Em fevereiro de 1934, o mural, que estava quase concluído, foi destruído a marteladas.

Embora este caso específico de patrocínio não tenha tido êxito, o princípio que o norteou não foi abandonado. Figuras do *establishment* continuaram a acreditar que valia a pena apoiar os pintores de esquerda. Nesse processo, podia-se ter a expectativa de que o clamor político do artista fosse

abafado pelo tilintar das moedas do patrocinador. Num famoso artigo intitulado “Avant-Garde and Kitsch” [“Vanguarda e *kitsch*”], Clement Greenberg, o crítico de arte que mais contribuiu para colocar o expressionismo abstrato no mapa, expôs a lógica ideológica para a aceitação do patrocínio por parte de um patrono esclarecido. Publicado na *Partisan Review* em 1939, o artigo se mantém até hoje como a suprema profissão de fé em favor da visão elitista e antimarxista do modernismo. A vanguarda, escreveu Greenberg, fora “abandonada por aqueles a quem verdadeiramente pertence — nossa classe dirigente”. Na Europa, era tradicional o apoio ser proporcionado “por uma elite das classes dominantes (...) da qual [a vanguarda] se presumia isolada, mas à qual sempre permaneceu ligada por um cordão umbilical de ouro”.<sup>15</sup> Nos Estados Unidos, afirmou ele, o mesmo mecanismo devia prevalecer. A ligação realmente profunda entre o expressionismo abstrato e a Guerra Fria cultural pode ser encontrada aí. Foi de acordo com esse princípio que a CIA operou, juntamente com seus capitalistas de risco privados.

Tom Braden, em especial, sentia-se atraído pela proposta greenberguiana de que os pintores progressistas precisavam de uma elite para subsidiá-los — exatamente como seus ancestrais renascentistas. “Esqueci qual foi o papa que encomendou a Capela Sistina”, disse ele, “mas imagino que, se isso tivesse sido submetido à aprovação do povo italiano, teria havido inúmeras reações negativas: ‘Ele está nu’, ou ‘Não era assim que eu imaginava Deus’, ou qualquer coisa parecida. Não creio que a capela fosse aprovada pelo parlamento italiano, se este existisse na época. É preciso um papa, ou alguém com muito dinheiro, para reconhecer a arte e apoiá-la. E, passados muitos séculos, as pessoas dizem: ‘Olhem! A Capela Sistina, a mais bela criação da Terra!’ Esse é um problema que a civilização tem enfrentado desde o primeiro artista e o primeiro multimilionário — ou papa — que o patrocinou; no entanto, se não fossem os multimilionários e os papas, não teríamos a arte.”<sup>16</sup> Nos termos de Braden, o patrocínio trazia em si o dever de instruir, de educar as pessoas a aceitarem não o que queriam ou pensavam querer, mas aquilo que deviam ter. “Você sempre tem que combater os ignorantes, ou, para dizê-lo de maneira mais polida, as pessoas que simplesmente não entendem.”<sup>17</sup>

“Existe uma maneira perversa de abordar essa questão, que é dizer que a CIA encarou a pintura com muita seriedade”, comentou o crítico de arte Philip Dodd. “A grande coisa nos políticos, quando eles se envolvem com

a arte, é que ela *significa* algo para eles, quer se trate de fascistas, soviéticos ou da CIA norte-americana. Portanto, talvez haja um argumento realmente perverso, que diz que estavam na CIA os melhores críticos de pintura dos Estados Unidos nos anos cinqüenta, porque eles viram trabalhos que, na verdade, deviam ser-lhes antipáticos — feitos por antigos esquerdistas saídos do surrealismo europeu —, e eles viram o poder potencial daquele tipo de pintura e o apoiaram. Não se pode dizer o mesmo sobre muitos críticos de arte da época.”<sup>18</sup>

“Com relação ao expressionismo abstrato, eu adoraria poder dizer que a CIA inventou aquilo tudo, só para ver o que aconteceria no dia seguinte em Nova York e no SoHo\* do centro da cidade!”,<sup>19</sup> brincou o agente Donald Jameson, antes de passar a uma explicação mais sóbria do envolvimento da CIA. “Reconhecíamos que aquele era o tipo de pintura que nada tinha a ver com o realismo socialista, e fazia o realismo socialista parecer ainda mais convencional, mais rígido e restrito do que era. E essa relação foi explorada em algumas exposições. Naquela época, Moscou era muito violenta nas denúncias de qualquer tipo de não-conformismo a seus próprios padrões, extremamente rígidos. Assim, podia-se argumentar com muita propriedade e exatidão que valia a pena apoiar, de um modo ou de outro, qualquer coisa que eles criticassem tanto e tão tiranicamente. É claro que, em matérias dessa ordem, [isso] só podia ser feito por meio de organizações ou operações da CIA que tivessem um parentesco distante com ela, para que não se cogitasse de ter que liberar a entrada de Jackson Pollock, por exemplo, ou de fazer qualquer coisa que envolvesse essas pessoas com a organização — elas seriam meramente acrescentadas no fim da linha. Não creio que tenha havido nenhuma relação significativa entre nós e Robert Motherwell, por exemplo. E ela não poderia ser mais próxima, e certamente também não deveria ser mais próxima, porque a maioria dessas pessoas tinha pouquíssimo respeito pelo governo, em especial, e certamente nenhum pela CIA. Se fosse preciso usar pessoas que se considerassem mais próximas de Moscou que de Washington, de tal ou qual maneira, bem, tanto melhor, talvez.”<sup>20</sup>

---

\*O SoHo norte-americano, cuja pronúncia lembra o Soho londrino, é um bairro da região sudoeste de Manhattan, ao sul da rua Houston (*south of Houston*), célebre como ponto de encontro de pintores, galerias de arte etc. (N. da T.)



Uma instituição que operava a uma certa distância da CIA, e por isso proporcionava um disfarce plausível para seus interesses, era o Museu de Arte Moderna. Um exame dos comitês e conselhos do MoMA revela uma proliferação de laços com a Agência. Em primeiríssimo lugar, havia o próprio Nelson Rockefeller, que tinha chefiado a agência de informações do governo na América Latina durante a guerra, chamada Coordenação de Assuntos Interamericanos (CIAA). Essa agência, entre outras atividades, patrocinava exposições itinerantes de “pintura norte-americana contemporânea”. Dezenove dessas exposições foram contratadas com o MoMA. Na qualidade de curador do Rockefeller Brothers Fund, um banco de idéias contratado pelo governo para estudar assuntos exteriores, Rockefeller dirigiu algumas das mentes mais influentes da época, enquanto elas debatiam e aprovavam definições da política externa norte-americana. No início da década de 1950, ele recebeu informações sobre atividades secretas, fornecidas por Allen Dulles e Tom Braden, que depois declararam: “Eu presumia que o Nelson sabia praticamente tudo que estávamos fazendo.” Era uma suposição razoável, considerando-se a nomeação de Nelson como assessor especial de Eisenhower para a estratégia da Guerra Fria, em 1954 (substituindo C. D. Jackson), e sua chefia do Grupo de Coordenação do Planejamento, que supervisionava todas as decisões do Conselho Nacional de Segurança, inclusive as operações secretas da CIA.

Um amigo íntimo de Rockefeller era John (“Jock”) Hay Whitney, um antigo curador do MoMA que também exerceu as funções de presidente e diretor do museu. Educado em Groton, Yale e Oxford, Jock havia transformado uma herança substancial numa vasta fortuna, através do financiamento de novas empresas, peças da Broadway e filmes de Hollywood. Como diretor da divisão cinematográfica da CIAA de Rockefeller em 1940-1942, Jock supervisionou a produção de filmes como *Saludos, Amigos*,\* da Disney, transbordantes de boa vontade interamericana. Ele ingressou no Escritório de Serviços Estratégicos (OSS) em 1943, foi capturado por soldados alemães no sul da França, em agosto de 1944, e despachado num trem para o leste, antes de realizar uma fuga temerária. Depois da guerra, criou a J. H. Whitney & Co., como “uma parceria dedicada à propagação do sistema da livre iniciativa, mediante o fornecimento de apoio financeiro a empresas novas, pouco

---

\*No original, *Saludos, amigos*, filme de animação produzido em 1942. (N. da T.)

desenvolvidas e de risco, que talvez tivessem dificuldade de atrair capital de investimento por parte de canais mais conservadores”.<sup>21</sup> Um de seus sócios destacados era William H. Jackson, um amigo de Jock que jogava pólo e que, por acaso, era também subdiretor da CIA. Jock ocupou um cargo na Diretoria de Estratégia Psicológica e encontrou “muitas maneiras de ser útil à CIA”.<sup>22</sup>

Outro elo era William Burden, que se ligou inicialmente ao Museu como presidente de seu Comitê Consultivo, em 1940. Descendente do “comodoro” Vanderbilt, Burden era a síntese do *establishment* na Guerra Fria. Ex-secretário de Estado da Aeronáutica, também havia trabalhado para a CIAA de Rockefeller durante a guerra. Havia igualmente amealhado uma fortuna pessoal e a fama de ser “um capitalista de risco de primeira categoria”. Dirigindo numerosos órgãos paragovernamentais e até a Fundação Farfield, da CIA (fundação de que foi presidente), ele parecia satisfeito em fazer o papel de testa-de-ferro. Em 1947, foi nomeado presidente do Comitê de Coleções do Museu e, em 1956, tornou-se presidente do MoMA.

Sob a presidência de Burden, “a política era elaborada por [René] d’Harnoncourt, no que concernia às operações do museu”, sendo as consultas conduzidas “essencialmente na base do carimbo de aprovação”.<sup>23</sup> Isso dava margem a que d’Harnoncourt exercesse seus talentos consideráveis como o cardeal Wolsey\* dos círculos aristocráticos em torno do MoMA. Com seus 1,96m de altura e 104 quilos, o vienense d’Harnoncourt era uma figura extraordinária, “descendente direto e colateral de um enxame de nobres da Europa Central, que floresceram como camaristas e prebostes de um enxame de duques de Lorena, condes de Luxemburgo e imperadores dos Habsburgo”.<sup>24</sup> Emigrou para os Estados Unidos em 1932 e, durante a guerra, trabalhou no setor de artes da CIAA. Depois disso, Nelson o recrutou para o Museu, do qual ele se tornou diretor em 1949. D’Harnoncourt acreditava que “a arte moderna, em sua infinita variedade e sua exploração incessante”, era o “mais destacado símbolo” da democracia, e fez um *lobby* escancarado no Congresso Nacional, durante a década de 1950, para financiar uma campanha cultural contra o comunismo. Embora Braden afirmasse

---

\*Prelado e político inglês de enorme influência, Thomas Wolsey (1475?-1530) foi o principal conselheiro de Henrique VIII, e caiu em desgraça quando não conseguiu obter aprovação papal para que o monarca se divorciasse de Catarina de Aragão. (N. da T.)

que “o pessoal do MoMA gostava de lidar com as coisas dentro de casa”, ele concluiu que René d’Harnoncourt era, “com toda a probabilidade, o contato da Agência no Museu”. Certamente, d’Harnoncourt consultava-se com a Coordenadoria de Operações do Conselho de Segurança Nacional (que havia substituído a Diretoria de Estratégia Psicológica). Também submetia relatórios regulares ao Departamento de Estado. Essas ligações conferem uma certa malícia ao comentário de que, como seus ancestrais, d’Harnoncourt “exibia o dom de se tornar indispensável para uma sucessão — e, não raro, uma superposição — de patronos”.<sup>25</sup>

William Paley, herdeiro da Congress Cigar Company, era outro curador do MoMA que tinha laços estreitos com o mundo do serviço secreto. Amigo pessoal de Allen Dulles, Paley deixava que a CBS, a rede de televisão de sua propriedade, servisse de cobertura para funcionários da CIA, num arranjo semelhante ao autorizado por Henry Luce em seu império da Time-Life (Luce também foi curador do MoMA). No auge desse relacionamento, os correspondentes da CBS encontravam-se com a hierarquia da CIA uma vez por ano, para jantares reservados e troca de informações. Esses jantares, “coisa de gente grande, com boa conversa entre os convivas à mesa e bons charutos”, realizavam-se na casa de Dulles ou em seu clube particular, o Alibi, em Washington. A propósito do envolvimento de Paley com a CIA, disse um executivo da CBS: “Esse é o único assunto sobre o qual a memória dele já falhou.”<sup>26</sup>

E assim se sucedem os nomes e prosseguem as ligações. Joseph Verner Reed, por exemplo, foi curador do MoMA na mesma época em que era curador da Fundação Farfield. O mesmo se deu com Gardner Cowles. Idem com Junkie Fleischmann e com Cass Canfield. Oveta Culp Hobby, uma das fundadoras do MoMa, participou da diretoria do Comitê pela Europa Livre e permitia que a fundação de sua família fosse usada como duto da CIA. Quando ela foi ministra da Saúde, Educação e Bem-Estar, no governo de Eisenhower, sua assistente era uma certa Joan Braden, que antes havia trabalhado para Nelson Rockefeller. Joan era casada com Tom. Este, antes de integrar a CIA, também havia trabalhado para Nelson Rockefeller, como secretário executivo do Museu de Arte Moderna, de 1947 ao fim de 1949.

Como disse certa vez Gore Vidal, “tudo tem tantos elos de associação, em nossa república inesperadamente jacobina, que nada mais surpreende”. É claro que se poderia argumentar que essa congruência não revelava nada

além da natureza do poder norte-americano na época. O simples fato de essas pessoas se conhecerem e de serem socialmente (e até formalmente) instruídas pela CIA não significa que elas fossem co-conspiradoras na promoção da nova arte norte-americana. Mas a intimidade dessa relação garantiu a durabilidade das afirmações de que o MoMA estava ligado, de uma forma oficial, ao programa secreto de guerra cultural do governo. Esse boato foi examinado pela primeira vez por Eva Cockroft, em 1974, num artigo seminal para a revista *Artforum*, intitulado “Expressionismo abstrato: arma da Guerra Fria”, que concluiu: “Os elos entre a política da guerra fria cultural e o sucesso do expressionismo abstrato nada têm de coincidentes (...). Foram conscientemente forjados, na época, por algumas das figuras mais influentes que controlavam a política dos museus e defendiam uma tática esclarecida de guerra fria, destinada a atrair intelectuais europeus.”<sup>27</sup> Além disso, asseverou Cockroft, “em termos de propaganda cultural, as funções do aparelho cultural da CIA e dos programas internacionais do MoMA eram similares e, na verdade, apoiavam-se mutuamente”.<sup>28</sup>

“Não tive nada a ver com a promoção de Pollock ou de quem quer que fosse”, disse Lawrence de Neufville. “Nem me lembro quando ouvi falar dele pela primeira vez. Mas lembro-me bem de ter ouvido que Jock Whitney e Allen Dulles concordaram em que precisavam fazer alguma coisa a respeito da arte moderna, depois que o Departamento de Estado parou de se opor. Talvez seja dessa maneira que se pode definir o ‘apoiavam-se mutuamente’.”<sup>29</sup> Não existem provas, à primeira vista, de nenhum acordo formal entre a CIA e o Museu de Arte Moderna. A verdade é que isso simplesmente não era necessário.

Os defensores do MoMA têm atacado sistematicamente a afirmação de que o apoio do Museu ao expressionismo abstrato teve alguma ligação com a promoção clandestina da imagem internacional dos Estados Unidos. Curiosamente, um dos argumentos que usam é que, na verdade, o MoMA desprezou esse movimento, quando ele veio à tona inicialmente. “As exposições de expressionismo abstrato do [MoMA], basicamente no país, mas também no exterior, se deram, de modo geral, no fim dos anos 1950, quando à primeira geração do movimento já se seguira a segunda”,<sup>30</sup> escreveu Michael Kimmelman, numa resposta encomendada pelo Museu. Dizer que o MoMA simplesmente deixou escapar o que estava bem embaixo do seu nariz é uma falácia, além de desconhecer o fato de que o Museu havia colecionado obras dos expressio-

nistas abstratos, de maneira sistemática e consistente, desde seu primeiro aparecimento. A partir de 1941, o MoMA adquiriu trabalhos de Arshile Gorky, Alexander Calder, Frank Stella, Robert Motherwell, Jackson Pollock, Stuart Davis e Adolph Gottlieb. Em maio de 1944, ele vendeu em leilão “algumas de suas obras de arte do século XIX, a fim de angariar fundos para a compra de obras do século XX”. Embora os proventos do leilão tenham sido decepcionantes, obtiveram-se verbas suficientes para a compra de “pinturas importantes de Pollock, Motherwell e Matta”. E foi assim — como se poderia esperar de um museu de arte *moderna*, particularmente um museu que reconhecia ter “uma imensa responsabilidade moral para com os artistas vivos cujas carreiras e cuja sorte possam ser drasticamente afetadas pelo apoio ou falta de apoio do Museu”<sup>31</sup> — que a nova geração de pintores norte-americanos foi acolhida em seu acervo.

O fato de essas aquisições terem sido feitas diante da oposição interna demonstra ainda a determinação de consolidar o direito do expressionismo abstrato ao reconhecimento canônico. Quando alguns membros do Comitê de Coleções do Museu, incentivados por críticas adversas nos jornais, “questionaram vigorosamente a validade de certas aquisições, inclusive de pinturas ditas ‘expressionistas abstratas’”,<sup>32</sup> seus protestos foram ineficazes; e ninguém se opôs quando um integrante do comitê pediu demissão, em protesto contra a compra de um Rothko. Quanto às turnês no exterior, Motherwell, Mark Tobey, Georgia O’Keefe e Gottlieb foram todos escolhidos para a exposição “Pintura Norte-Americana desde o século XVIII até os Dias Atuais”, que foi inaugurada em Londres em 1946, antes de prosseguir para outras capitais européias. Essa foi uma das primeiras aparições do expressionismo abstrato numa exposição grupal sob auspícios oficiais (o patrocínio foi fornecido pelo Departamento de Estado e pelo Serviço de Informações de Guerra). No mesmo ano, a exposição do MoMA intitulada “Quatorze Norte-Americanos” incluiu Gorky, Motherwell, Tobey e Theodore Roszak. Em 1948, Lincoln Kirstein, um ex-ativista do MoMA, queixou-se na *Harper’s* de que o Museu “cumpriu sua tarefa quase bem demais”, ao se transformar numa “moderna academia abstrata” cujos dogmas ele definiu como sendo “a improvisação como método, a deturpação como fórmula e a pintura (...) como uma diversão manipulada por decoradores de interiores e vendedores insistentes”.<sup>33</sup> Em 1952, cerca de cinquenta pintores norte-ame-

ricanos, entre eles Edward Hopper, Charles Burchfield, Yasuo Kuniyoshi e Jack Levine, atacaram o MoMA, no que ficou conhecido como “Manifesto da Realidade”, por “se identificar cada vez mais, aos olhos do público, com a pintura abstrata e não objetiva”, num “dogma” que eles sentiam provir, “em larguíssima escala, do Museu Moderno e de sua influência incontestável em todo o país”. No mesmo ano, a revista mensal *Masses and Mainstream* satirizou a pintura abstrata e seu “santuário”, o Museu de Arte Moderna, numa denúncia veemente, cujo título — “Dólares, Garatuja e Morte” — foi insolitamente profético.

Será mesmo possível afirmar que o MoMA entrou tardiamente nesse jogo? Quando Sidney Janis levou para a Galerie de France a exposição coletiva “Pintura Vanguardista Norte-Americana para Paris”, no fim de 1951, ela foi um completo fiasco. As críticas foram mornas, se tanto, e quase todas francamente hostis. Não se vendeu um único quadro. “Foi cedo demais”, concluiu Janis. Outros proprietários de galerias particulares que defendiam a escola de Nova York não tinham dúvida de que ela contraíra uma dívida de gratidão para com o reconhecimento precoce do MoMA. “Devo dizer que o Museu de Arte Moderna foi um dos primeiros a aceitar pessoas como Motherwell, Gottlieb e Baziotés”, disse Samuel Kootz, da Galeria Kootz. “[Alfred] Barr era um entusiasta desses três homens, em particular, e transmitiu esse entusiasmo a gente como Burden, ou Nelson Rockefeller, e a outros do grupo de curadores do Museu [de Arte Moderna].”<sup>34</sup>

Como abalizado formador de opiniões e preferências da época, Alfred Barr, com sua defesa do expressionismo abstrato, foi essencial para o sucesso dessa corrente. Nascido em Detroit em 1902, Barr ingressou em Princeton em 1918 e de lá saiu com um interesse ardoroso pela arte, pela história militar e pelo enxadrismo (o que refletia seu interesse pela estratégia e pela tática). Em 1929, a convite de Abby Aldrich Rockefeller, tornou-se o primeiro diretor do MoMA, cargo que ocupou até 1943, quando foi substituído por René d’Harnoncourt. Barr continuou a manter um escritório no Museu e, em fevereiro de 1947, foi nomeado diretor das Coleções do Museu. Num perfil publicado na revista *New Yorker*, Dwight Macdonald o descreveu como “tímido, frágil, de fala mansa e aparência erudita, só se aliviando a austeridade de seu rosto de óculos e nariz aquilino por aquela espécie de sorriso enigmático que se vê nas estátuas gregas arcaicas, ou nas feições cuidadosamente

sisudas de um psicanalista”. Mas Macdonald notou que havia mais em Barr do que “simplesmente outro velho e agradável professor distraído. Com seu jeito sereno e íntegro, ele é mais do que uma espécie de político (...) ‘a bela mão italiana de Alfred Barr’ teve seu papel na criação de um clima de intriga no Museu, onde as coisas não são necessariamente o que parecem, a tal ponto que um pintor perplexo chamou o lugar de ‘A Casa do Mistério, se não do Júbilo’”. Depois disso, Macdonald citou Peggy Guggenheim — que certa vez dissera “detestar o ar matreiro” de Barr — e um outro contemporâneo que havia detectado “qualquer coisa de jesuítico em Alfred. Mas, assim como os jesuítas punham seus estratagemas em prática *ad majorem Dei gloriam*,\* Barr manobrava em prol da maior glória da arte moderna e do Museu”.<sup>35</sup>

Por trás das estratégias do MoMA, nesse período altamente politizado, há indícios da “mão italiana” de Barr. Como parte de uma manobra deliberada para acalmar a oposição ao culto do expressionismo abstrato por parte do Museu, ele adotou “uma política dupla, que, por tato ou diplomacia, nunca foi reconhecida, mas que se manifestava especialmente no programa de exposições do Museu”.<sup>36</sup> Com isso, não faltavam exposições que atendessem à preferência vigente pela pintura romântica ou representacionista, o que levou um crítico a fazer a acusação de que o Museu se dedicava menos à “arte de nossa época” do que à “arte da época de nossos avós”.<sup>37</sup> Ao mesmo tempo, entretanto, Barr adquiria obras da Escola de Nova York e buscava, discretamente, maior apoio institucional. Foi ele quem convenceu Henry Luce, da *Time-Life*, a alterar sua política editorial para com a nova pintura, dizendo-lhe numa carta que ela deveria ser especialmente protegida, e não criticada como na União Soviética, porque, afinal, essa era a “livre iniciativa artística”.<sup>38</sup> E foi assim que Luce — que tinha permanentemente na ponta da língua a expressão “saúde intelectual da América” — teve conquistado o seu apoio aos interesses de Barr e do MoMA. Em agosto de 1949, a revista *Life* dedicou sua página central dupla a Jackson Pollock, colocando o pintor e sua obra em todas as mesinhas de centro dos Estados Unidos. Esse tipo de cobertura (e os esforços de Barr para obtê-la) joga por terra a alegação de negligência.

Mas foram os empréstimos da coleção do MoMA à Europa que melhor ilustram o destino da Escola de Nova York. Sob os auspícios do Programa

\*“Para maior glória de Deus”. (N. da T.)

Internacional, criado em 1952 através de uma verba anual de 125 mil dólares, oferecida pelo Rockefeller Brothers Fund e concedida pelo período de cinco anos, o Museu lançou um maciço programa de exportação do expressionismo abstrato, ao qual o próprio Barr se referia como uma forma de “propaganda benevolente para a intelectualidade estrangeira”<sup>39</sup> (outro ativista do MoMA o chamava de “um trunfo imenso em prol da compreensão no exterior”). O diretor do programa foi Porter McCray, diplomado por Yale e outro veterano da organização sul-americana do serviço de informações de Nelson Rockefeller. Em dezembro de 1950, McCray licenciou-se por um ano de seu cargo de diretor do Departamento de Exposições Circulantes do MoMA para se tornar adido no corpo diplomático dos Estados Unidos, sendo designado para a seção cultural do Plano Marshall em Paris. A respeito dessa mudança, Russell Lynes escreveu, em sua história do MoMA: “O Museu passou então a ter, e ficou encantado em ter, o mundo inteiro (ou, pelo menos, o mundo fora da Cortina de Ferro) para fazer proselitismo — embora, dessa vez, a religião exportável fosse de fabricação caseira, e não o que no passado tinha sido sua mensagem primordial: a fé importável da Europa.”<sup>40</sup> Na França, McCray viu em primeira mão o impacto negativo da proscrição oficial, por parte do Departamento de Estado, dos (chamados) pintores esquerdistas, o que criou o que um funcionário da embaixada norte-americana chamou de “uma lacuna nos interesses e atividades norte-americanos, que é não apenas incompreensível para os europeus, mas também faz o jogo dos comunistas, pois parece justificar a acusação destes de que os Estados Unidos não conseguem compartilhar os valores básicos da civilização ocidental”.<sup>41</sup> McCray regressou ao MoMA com a missão de corrigir essa impressão. Com ele, os empréstimos do Museu para exposições itinerantes tiveram um aumento dramático, até mesmo “em grau meio inquietante”, segundo um relatório interno, e deixaram o Museu “privado da maioria de suas melhores pinturas norte-americanas durante dezoito meses”, a partir de 1955. Em 1956, o Programa Internacional organizou 33 mostras internacionais, incluindo-se aí a participação dos Estados Unidos na Bienal de Veneza (como único país a ter uma representação privada). Ao mesmo tempo, os empréstimos às embaixadas e consulados norte-americanos tiveram um drástico aumento.

“Houve uma série de artigos que relacionaram o Programa Internacional do Museu de Arte Moderna com a propaganda cultural, e até insinua-



ções de que ele era associado à CIA, e, como trabalhei lá durante aqueles anos, posso dizer categoricamente: é mentira!”<sup>42</sup> Foram essas as palavras de Waldo Rasmussen, assistente de McCray. “A ênfase central do Programa Internacional recaía na arte — não dizia respeito à política nem tampouco à propaganda. E, com efeito, era importante que um museu norte-americano evitasse a sugestão de propaganda cultural, razão por que nem sempre era vantajoso ter ligações com as embaixadas dos Estados Unidos ou as autoridades do governo norte-americano, porque isso daria a impressão de que as exposições eram feitas como uma forma de propaganda, o que não acontecia.”<sup>43</sup>

O Museu de Arte Moderna não era isento de propaganda nem de figuras do governo. Por exemplo, quando aceitou o contrato para montar a exposição de pintura do festival Obras-Primas, do Congresso pela Liberdade Cultural, realizado em Paris em 1952, ele o fez sob os auspícios de curadores que tinham pleno conhecimento do papel da CIA nessa organização. Além disso, o curador da exposição, James Johnson Sweeney (integrante do comitê consultivo do MoMA e do Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural), endossou publicamente o valor propagandístico da exposição, ao anunciar: “Serão exibidas obras-primas que não poderiam ter sido criadas e cuja exposição não seria permitida em regimes totalitários como a Alemanha nazista ou a Rússia soviética de hoje e seus satélites.”<sup>44</sup> A visão de que a pintura abstrata era sinônimo de democracia, de que estava “do nosso lado”, também foi enfatizada por Alfred Barr, que tomou emprestada a retórica da Guerra Fria ao declarar que “O inconformismo e o amor à liberdade que caracterizam o pintor moderno não podem ser tolerados numa tirania monolítica, e a arte moderna é inútil para a propaganda dos ditadores”.<sup>45</sup>

De importância muito maior do que a exposição Obras-Primas, de Nabokov, foi a excursão, em 1953-1954, da exposição “Doze Pintores e Escultores Norte-Americanos Contemporâneos”,<sup>46</sup> a primeira do MoMA a ser exclusivamente dedicada à Escola de Nova York. Inaugurada no Musée National d’Art Moderne, em Paris, ela foi a primeira exposição significativa de arte norte-americana a ser realizada num museu francês em mais de quinze anos. Para prevenir a acusação de que seria a ponta-de-lança de uma “invasão cultural” da França (cujo próprio chauvinismo cultural não podia ser subestimado), o MoMA declarou que a exposição havia resultado de solicitações feitas pelo museu anfitrião. Na verdade, ocorria o inverso. Segundo

um despacho da embaixada norte-americana em Paris, “no início de fevereiro de 1953, o Museu [de Arte Moderna] solicitou à Seção de Relações Culturais da embaixada que discutisse com Jean Cassou, diretor do Musée National d’Art Moderne, em Paris, a possibilidade de montar a atual exposição. O Sr. Cassou já havia programado todo o seu espaço de exposições até a primavera de 1954. Entretanto, ao saber que essa exposição estaria disponível, reorganizou sua agenda e adiou uma mostra do pintor belga Ensor, que já estava programada”.<sup>47</sup> O despacho reclamou da impossibilidade de a embaixada “tomar qualquer providência a respeito dessa solicitação, dada a ausência de qualquer programa de arte sob os auspícios do governo dos Estados Unidos”, mas afirmou em seguida que, “no caso da exposição de arte norte-americana hoje em exame, entretanto, esse impasse foi resolvido pela ação do Fundo Nelson Rockefeller, que destinou verbas ao Museu de Arte Moderna de Nova York para uso em exposições internacionais”.<sup>48</sup>

Impossibilitada de assumir um papel oficial na exposição, a embaixada norte-americana restringiu-se a funcionar como elo discreto entre o MoMA e seus anfitriões franceses. Estes incluíam a Association Française d’Action Artistique, que era ligada ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Educação Nacional. A Associação se fez presente com uma “doação” expressiva para um catálogo luxuoso, cartazes e “toda a publicidade da exposição”. Trata-se de um elo interessante: a Associação também era “doadora” do Congresso pela Liberdade Cultural, e seu diretor, Philippe Erlanger, segundo Junkie Fleischmann, era “uma das pessoas da França que se mostraram mais solícitas e cooperativas, todas as vezes que lhe levamos algum problema relacionado com o Congresso”.<sup>49</sup> Na verdade, Erlanger era um contato designado pela CIA no Ministério das Relações Exteriores francês. Através dele, o Congresso pela Liberdade Cultural (e, nessa ocasião, o MoMA) conseguiu um canal digno de crédito para as verbas francesas oficiais destinadas a iniciativas de propaganda. René d’Harnoncourt, que deu tanta importância à exposição que foi montá-la pessoalmente, não poderia desconhecer essa ligação. Alguns componentes da imprensa francesa captaram as manobras políticas por trás da mostra e fizeram referências desdenhosas ao Musée d’Art Moderne, apontando-o como um novo posto avançado do “território dos Estados Unidos” e descrevendo os pintores em exposição como “os doze apóstolos do Sr. Foster Dulles”.

Enquanto a mostra “Doze Pintores e Escultores Norte-Americanos Contemporâneos” era embalada para seu destino seguinte (ela prosseguiu para Zurique, Dusseldorf, Estocolmo, Oslo e Helsinque), o MoMA já preparava sua participação numa exposição que o poria, mais uma vez, em relação direta com o Congresso pela Liberdade Cultural. Escrevendo a Nabokov em 9 de abril de 1954, Monroe Wheeler, diretor de Exposições e Publicações do MoMA, confirmou que “nosso Comitê de Coordenação concordou em que devemos cooperar o máximo possível com seu projeto de exposição de quadros de pintores com 18 a 35 anos de idade. Gostaríamos de sugerir, para integrar o seu Comitê Consultivo Internacional, o diretor de Pintura e Escultura do Museu, Sr. Andrew Carnduff Ritchie”.<sup>50</sup>

O resultado dessa colaboração foi a exposição “Jovens Pintores”, que foi inaugurada na Galleria Nazionale d’Arte Moderna, em Roma, e depois seguiu para o Palais des Beaux-Arts, em Bruxelas, o Musée National d’Art Moderne, em Paris, e o Instituto de Artes Contemporâneas (ICA [na sigla em inglês]), em Londres. Dos 170 quadros da exposição, quase todos eram obras abstratas. Ritchie, que era de opinião que os pintores que produziam obras abstratas reagiam, de certo modo, à “fraqueza ou até esterilidade da maior parte da pintura figurativa não comunista”, selecionou trabalhos de Richard Diebenkorn, Seymour Drumlevitch, Joseph Glasco, John Hultberg, Irving Kriesberg e Theodoros Stamos. Assim, enquanto as platéias européias ainda eram apresentadas à primeira leva de expressionistas abstratos, Ritchie já entregava a segunda.

Como de praxe, o Congresso pela Liberdade Cultural arrebanhou grandes prêmios em dinheiro, a serem concedidos aos três melhores quadros (Hultberg dividiu o primeiro prêmio de pintura com Giovanni Dova e Alan Reynolds, cada um dos quais recebeu mil francos suíços, ou dois mil dólares, “doados” por Fleischmann). As verbas para organizar a exposição, assim como para seu transporte e publicidade durante o ano em que ela viajou, foram diretamente fornecidas pela Fundação Farfield. O Programa Internacional do MoMA pagou a conta pelo transporte das obras para e da Europa, usando dinheiro fornecido pelo Rockefeller Brothers Fund. A rede de meios de comunicação do Congresso fez sua parte, ampliando a influência da mostra. A revista *Preuves* dedicou a ela metade de sua edição de outubro de 1956, além de publicar uma pesquisa internacional com jovens pintores sobre o

tema arte abstrata *versus* arte figurativa.<sup>51</sup> Josselson, que asseverou que “os problemas da pintura moderna são um de meus passatempos”, encaminhou a pesquisa a Nelson Rockefeller e disse que ela figurava “com destaque entre os temas de debate em Paris na atualidade”.<sup>52</sup>

A colaboração com o Congresso possibilitou ao MoMA ter acesso às mais prestigiosas instituições artísticas da Europa. Integram o Comitê Artístico do Congresso os diretores do Palais des Beaux-Arts, em Bruxelas, do Museu de Arte Moderna da Suíça, do ICA, em Londres, do Kaiser Friedrich Museum, em Berlim, do Musée National d'Art Moderne, em Paris, do Museu Guggenheim (em Nova York e Veneza) e da Galleria Nazionale d'Arte Moderna, em Roma. Combinado com o poderio econômico do MoMA (e, nos bastidores, o da Fundação Farfield), esse comitê tinha fôlego e alcance suficientes para influenciar o gosto estético em toda a Europa. Como escreveu um crítico da exposição “Jovens Pintores”, “o fato de a exposição se conformar à predileção atual por várias correntes da pintura abstrata, e de não oferecer nenhuma surpresa, provavelmente é atribuível à composição do júri de seleção. Quase todos os membros do júri são diretores de museus e, nessas condições, não se pode esperar que ultrapassem as já estabelecidas como melhores”.<sup>53</sup>

Há poucas dúvidas de que essa ortodoxia predominante foi produzida de acordo com um projeto político, e não unicamente estético. Tratava-se de um projeto pessoalmente sancionado pelo presidente Eisenhower, que, ao contrário de Truman, que o precedera, reconhecia o valor da arte moderna como um “pilar da liberdade”. Num discurso que endossou explicitamente o trabalho do MoMA, Eisenhower declarou: “Enquanto os artistas tiverem liberdade para sentir com grande intensidade pessoal, enquanto nossos artistas estiverem livres para criar com sinceridade e convicção, haverá uma controvérsia saudável e haverá progresso na arte (...). Isso é muito diferente na tirania. Quando se faz dos artistas escravos e instrumentos do Estado, quando os artistas se tornam os grandes propagandistas de uma causa, o progresso é bloqueado e a criação e o talento são destruídos.”<sup>54</sup> Esses sentimentos tiveram eco num ex-diretor do Programa Internacional do MoMA, August Heckscher, que afirmou que o trabalho do Museu estava “relacionado com a luta central da época — a luta da liberdade contra a tirania. Sabemos que, quando a tirania assume o controle, seja no fascismo, seja no comunismo, a arte moderna é destruída e exilada”.<sup>55</sup>

George Kennan aderiu a essa ideologia da “arte livre”, dizendo a uma platéia de ativistas do MoMA, em 1955, que eles tinham o dever de “corrigir várias impressões que o mundo lá fora tem a nosso respeito, impressões estas que começam a afetar nossa posição internacional de formas muito importantes”.<sup>56</sup> Esses “sentimentos negativos”, no dizer de Kennan, estavam “mais relacionados com as condições culturais do que com as condições políticas”. Sua observação seguinte deixou todos perplexos: “Os totalitaristas reconheceram que somente se parecessem, para o mundo externo, gozar da confiança e do entusiasmo dos artistas é que poderiam afirmar, de maneira plausível, que criaram uma civilização esperançosa e digna de crédito. (...) E considero lamentável que tenham chegado a esse reconhecimento muito antes de grande parte de nossa própria gente.”<sup>57</sup> Qual era, perguntou Kennan, a natureza da tarefa reservada pelo futuro? “Temos (...) de mostrar ao mundo externo que temos uma vida cultural e que nos importamos com ela. Que nos importamos o bastante, na verdade, para lhe dar incentivo e apoio dentro de casa, e para nos certificarmos de que ela seja enriquecida pelo contato com atividades similares em outros locais. Se essas impressões puderem ser transmitidas com força e sucesso suficientes para os países que estão além de nossas fronteiras, *eu, por exemplo, estaria disposto a trocar todo o estoque restante da propaganda política pelos resultados passíveis de ser obtidos unicamente com esses resultados.*”<sup>58</sup>

O apoio do Congresso pela Liberdade Cultural à pintura experimental e predominantemente abstrata, em vez da estética realista ou representacionalista, deve ser entendido nesse contexto. Pelas declarações de Tom Braden e Donald Jameson, fica evidente que a CIA sentiu ter um papel a desempenhar no incentivo à aceitação da nova arte. Pelos registros da Fundação Farfield, também se pode mostrar que a Agência expressou seu compromisso através dos dólares. Além de apoiar a exposição “Jovens Pintores”, ela fez com que vários donativos passassem da Farfield para o MoMA, inclusive dois mil dólares para seu Conselho Internacional, em 1959, para que se fornecessem livros sobre arte moderna aos leitores poloneses.

Há outras provas incontestáveis de que a CIA foi um componente ativo da máquina que promoveu o expressionismo abstrato. Imediatamente após o encerramento da exposição “Jovens Pintores”, de 1955-1956, Nicolas Nabokov começou a planejar uma continuação. Apesar de um começo hesi-

tante, a proposta acabou sendo aprovada no início de 1959. Junkie Fleischmann, já então presidente do Comitê de Música e Arte do Congresso, além de membro do Conselho Internacional de Arte do MoMA (uma versão ampliada do Programa Internacional), foi o elo entre as duas organizações. Mais uma vez, o MoMA fez a seleção da participação norte-americana na exposição, sobretudo a partir de trabalhos que já tinham sido enviados à Europa para a Biennale de Paris. No fim do ano, a secretária de Nabokov pôde dar a Junkie a notícia de que a exposição planejada “varreu o meio artístico como um tornado. Cada jovem pintor de Paris, cada diretor de galeria, cada crítico de arte estão [*sic*] telefonando [para o Congresso] para descobrir do que se trata. Será um sucesso tremendo”.<sup>59</sup>

Originalmente intitulada “Sources poétiques de la peinture actuelle” [“Fontes poéticas da pintura atual”], a mostra finalmente inaugurada no Musée des Arts Décoratifs do Louvre, em janeiro de 1960, recebeu o título mais provocador de “Antagonismes”. Dominando a exposição estavam trabalhos de Mark Rothko (que se encontrava na França na época), Sam Francis, Yves Klein (em sua primeira exibição em Paris), Franz Kline, Louise Nevelson, Jackson Pollock, Mark Tobey e Joan Mitchell. Muitos quadros tinham sido levados a Paris de Viena, onde o Congresso os havia exposto como parte de uma campanha mais ampla, orquestrada pela CIA, para solapar o festival comunista da juventude de 1959. Essa exposição havia custado à CIA 15.365 dólares, mas, para sua versão ampliada em Paris, eles tiveram que tornar a enfiar a mão no bolso. Outros 10 mil dólares foram lavados pela Fundação Hoblitzelle, a eles se acrescentando 10 mil dólares da Association Française d’Action Artistique.

Embora a imprensa tenha dado uma “atenção exuberante” à mostra “Antagonismes”, o Congresso foi obrigado a reconhecer que as críticas foram, “*grosso modo*, muito rancorosas”. Apesar de alguns críticos europeus terem sido conquistados pelas “ressonâncias magníficas” e pelo “mundo empolgante e estonteante” do expressionismo abstrato, muitos outros ficaram pasmos ou chocados com ele. Em Barcelona, um crítico que escrevera sobre “A Nova Pintura Norte-Americana”, levada em turnê pelo MoMA naquele ano, ficou estarrecido ao saber que duas telas — uma de Jackson Pollock, outra de Grace Hartigan — eram tão grandes que a parte superior da porta metálica da entrada do museu tivera que ser serrada para que elas pudessem

entrar. “As Maiores do Mundo”, anunciou o jornal *La Libre Belgique*, preocupado com o fato de que “essa força, manifesta no frenesi de uma liberdade total, parece ser uma maré realmente perigosa. Nossos pintores abstratos, todos os artistas europeus ‘informais’, parecem pigmeus diante da força perturbadora desses gigantes desagrilhoados”.<sup>60</sup> Houve uma profusão de referências ao tamanho, à violência e ao Velho Oeste, “como se os críticos tivessem recebido o catálogo errado e achassem que os quadros tinham sido pintados por Wyatt Earp ou Billy the Kid”.<sup>61,\*</sup>

Não foram apenas os pintores europeus que se sentiram apequenados pelo gigantismo do expressionismo abstrato. Adam Gopnik concluiu, posteriormente, que “as gigantescas aquarelas abstratas [tinham-se tornado] o único estilo do museu norte-americano, forçando duas gerações de realistas a morrer em porões e circular naturezas-mortas como se fossem um *samizdat*”.<sup>62,\*\*</sup> John Canaday refletiu que, em 1959, “o expressionismo abstrato estava no auge de sua popularidade, a tal ponto que um pintor desconhecido que tentasse expor em Nova York não conseguiria encontrar uma galeria, a menos que pintasse um estilo derivado de um ou outro membro da Escola de Nova York”.<sup>63</sup> Os críticos que “sugerissem que o expressionismo abstrato estava abusando de seu sucesso, e que a orgia monopolista já havia durado o bastante” podiam descobrir-se, no dizer de Canaday, numa “situação dolorosa” (disse ele que sua própria não apreciação da Escola de Nova York lhe havia granjeado uma ameaça de morte).<sup>64</sup> Peggy Guggenheim, ao voltar aos Estados Unidos em 1959, após doze anos de ausência, ficou “estarecida, [ao ver que] todo o movimento artístico se havia transformado num imenso negócio”.

O Museu de Arte Moderna, descrito por um crítico como “o cartel superequipado do modernismo”, aferrava-se tenazmente a seu papel executivo de fabricar uma história do expressionismo abstrato. Ordeira e sistemática, essa história reduzia o que antes fora provocador e estranho a uma fórmula

---

\*Respectivamente, o mais famoso xerife e um dos mais célebres bandidos do Velho Oeste norte-americano. (N. da T.)

\*\*Termo russo que se traduziria por “publicado por conta própria”, mas servia para designar o sistema pelo qual manuscritos sem permissão oficial de publicação na União Soviética eram clandestinamente circulados, sob a forma de textos datilografados ou mimeografados, ou enviados às escondidas para publicação no exterior; o termo também designava os próprios manuscritos. (N. da T.)

acadêmica, um maneirismo aceito, uma arte oficial. Assim instalada dentro do cânone, a forma mais livre de arte passou a carecer de liberdade. Mais e mais pintores produziram mais e mais quadros, que foram ficando cada vez maiores e mais vazios. Foi justamente esse conformismo estilístico, receitado pelo MoMA e pelo contrato social mais amplo de que ele fazia parte, que levou o expressionismo abstrato à beira do *kitsch*. “Era como a roupa do imperador”, disse Jason Epstein. “Desfilava-se aquilo pela rua e se dizia: ‘Isto é arte de primeira’, e as pessoas ao longo da rota do desfile concordavam. Quem iria enfrentar Clem Greenberg e, mais tarde, os Rockefeller, que compravam aquilo para os saguões de seus bancos, e dizer ‘esse troço é terrível’?”<sup>65</sup> Talvez Dwight Macdonald tivesse razão ao afirmar que ‘poucos norte-americanos estão interessados em argumentar contra cem milhões de dólares’.<sup>66</sup>

E que dizer dos próprios pintores? Será que não objetavam à retórica de Guerra Fria — ao que Peter Fuller chamou de “lavagem ideológica” — que comumente acompanhava as exposições de seu trabalho? Um dos aspectos extraordinários do papel desempenhado pela pintura norte-americana na Guerra Fria cultural foi não apenas o fato de ela ter-se tornado parte dessa iniciativa, mas também o fato de um movimento que se declarava tão deliberadamente apolítico ter podido ser tão intensamente politizado. “A pintura moderna é o baluarte da expressão criativa individual, acima da esquerda política e de sua irmã consangüínea, a direita”,<sup>67</sup> havia declarado o pintor Paul Burlin. Para o crítico Harold Rosenberg, a arte do pós-guerra implicava “a opção política de desistir da política”. “No entanto, em sua reação politicamente sagaz contra a política, em sua demonstração ostensiva de que as ideologias rivais tinham-se esvaziado e afastado os adeptos (...), os novos pintores e as pessoas que os apoiavam engajaram-se plenamente, é claro, nas questões da época.”<sup>68</sup>

Seria seu trabalho inteiramente incompatível com a função social e política a que passou a servir? Barnett Newman, em sua introdução ao catálogo da mostra de 1943 intitulada “Primeira Exposição de Pintores Norte-Americanos Modernos”, escreveu: “Reunimo-nos como pintores norte-americanos modernos porque sentimos necessidade de apresentar ao público um corpo de obras de arte que reflita adequadamente a nova América que se vem instaurando, e o tipo de América que, como é esperado, irá se tornar o centro cultural do mundo.”<sup>69</sup> Terá Newman vindo a lamentar esse contexto



nacional? Willem de Kooning considerou que “essa americanice” era “um certo fardo”, e disse: “Você não tem isso quando vem de uma nação pequena. Quando fui para a Academia e fazia desenhos de nus, era eu quem desenhava, não a Holanda. Às vezes, acho que um pintor norte-americano deve sentir-se como um jogador de beisebol, ou coisa parecida — um membro de um time que escreve a história dos Estados Unidos.”<sup>70</sup> Em 1963, entretanto, De Kooning orgulhou-se de receber a Medalha Presidencial. “A idéia de uma pintura norte-americana isolada (...) me parece absurda, assim como a idéia de criar uma matemática ou uma física puramente norte-americanas pareceria absurda”,<sup>71</sup> afirmou Jacson Pollock, que morreu ao volante de seu Oldsmobile antes de enfrentar a alternativa de aceitar ou não essas honrarias.

Robert Motherwell, que, a princípio, ficou contente em participar da “missão de tornar a pintura na América igual à pintura noutros lugares”, posteriormente achou “estranho um produto ser mais poderoso do que os homens que o criam”.<sup>72</sup> Na década de 1970, repudiando as reivindicações nacionalistas do expressionismo abstrato, ele apoiou o pintor abstracionista inglês Patrick Heron, quando este questionou o direito de os Estados Unidos exercerem o monopólio da liderança cultural, e escreveu sobre os “bravos esforços [de Heron] a respeito do imperialismo de N[ova] Y[ork] (...) sua geração, na Inglaterra, fez um esforço heróico para ir além da arte cavalheiresca, [que] não recebeu o que lhe era devido, nem na época nem hoje”, por causa da “falta de generosidade [de Nova York] para com sua geração na Grã-Bretanha”. Motherwell acrescentou que ansiava por “uma história não chauvinista da arte moderna” e concluiu reafirmando a Heron que “nem todos os norte-americanos são mongolóides”.<sup>73</sup>

Motherwell era membro do Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural. O mesmo se aplicava a Baziotes, Calder e Pollock (embora este último estivesse totalmente embriagado ao ingressar na entidade). O pintor realista Ben Shahn recusou-se a integrá-lo, referindo-se ao comitê como “ACCFuck”. \* Mark Rothko e Adolph Gottlieb, ex-simpatizantes do comunismo, tornaram-se anticomunistas engajados durante a Guerra Fria. Em 1940, ajudaram a fundar a Federação de Pintores e Escultores Modernos, que começou por condenar

\*Trocadilho com que o pintor modificou com um palavrão a sigla do comitê em inglês (ACCF), transformando o nome em Comitê Norte-Americano pela F... Cultural. (N. da T.)

todas as ameaças feitas à cultura por movimentos políticos nacionalistas e reacionários. Nos meses seguintes, a Federação tornou-se um agente atuante do anticomunismo no mundo da arte. Procurou denunciar a influência do Partido em várias organizações artísticas. Rothko e Gottlieb lideraram esses esforços para destruir a presença comunista no mundo da arte. Tão intensa foi sua dedicação a essa causa que, quando a Federação aprovou a suspensão das atividades políticas, em 1953, os dois se demitiram.

Ad Reinhardt foi o único expressionista abstrato que continuou a aderir à esquerda, e, nessa condição, foi praticamente ignorado pelo mundo artístico oficial até a década de 1960. Isso o deixou numa situação perfeita para apontar as incoerências da vida e da arte de seus antigos amigos, cujas noitadas de bebedeira na Cedar Tavern tinham dado lugar a residências em Hampton, Providence e Cape Cod,\* e cujas fotos grupais como “Os irascíveis” de 1950 tinham sido substituídas por matérias na revista *Vogue*, na qual esses jovens irados mais pareciam os corretores de valores que os classificavam como pintores “especulativos” ou “em ascensão”, e informavam que o mercado do expressionismo abstrato “fervilhava” de atividade. Reinhardt condenou cabalmente seus colegas pintores por sucumbirem às tentações da ambição e da ganância. Chamou Rothko de “fauvista de apartamento conjugado da revista *Vogue*” e Pollock de “vagabundo da *Harper’s Bazaar*”. Barnett Newman era “o mascate-artesão e lojista educacional da vanguarda” e “uma mescla de grialhão fanático e explicador/recreador residente” (comentário que lhe valeu um processo por parte de Newman). Reinhardt não parou por aí. Declarou que um museu devia ser “um tesouro e um túmulo, não um escritório de contabilidade ou um parque de diversões”.<sup>74</sup> Comparou a crítica artística a “baboseiras de otários” e ridicularizou Greenberg como uma mistura de papa e ditador. Reinhardt foi o único expressionista abstrato a participar da passeata de Washington em favor dos direitos dos negros, em agosto de 1963.

É difícil defender a tese de que os expressionistas abstratos meramente “pintaram *na* Guerra Fria, por acaso, e não *para* a Guerra Fria”.<sup>75</sup> Suas próprias declarações e seu engajamento político, em alguns casos, minam as afirmações de descompromisso ideológico. Mas sucede também que a obra desses

---

\*Locais representativos de alguns dos mais luxuosos endereços à beira-mar na costa nordeste nos Estados Unidos. (N. da T.)

pintores não pode ser reduzida à história política em que se situou. O expressionismo abstrato, tal como o jazz, foi — e é — um fenômeno de criação que existiu independentemente e, sim, até triunfalmente separado do uso político que foi feito dele. “Não há dúvida de que toda arte precisa ser compreendida em relação a sua época”, argumentou Philip Dodd. “Para entender o expressionismo abstrato, precisamos compreender como ele foi produzido, num momento extraordinário das relações européias e norte-americanas. No nível político, essa foi uma geração de radicais enalhada pela história, e, no nível nacional, eles despontaram no exato momento em que os Estados Unidos se tornavam o grande império cultural do período do pós-guerra. Todas essas coisas precisam ser entendidas, para que se possa avaliar as realizações deles. Mas sua arte não pode ser reduzida a essas circunstâncias. É verdade que a CIA esteve envolvida — e eu o lamento tanto quanto qualquer outra pessoa —, mas isso não explica por que [o expressionismo abstrato] se tornou importante. Houve alguma coisa na arte em si que lhe permitiu triunfar.”<sup>76</sup>

Jackson Pollock morreu num acidente de automóvel em 1956, ocasião em que Arshile Gorky já se havia enforcado. Franz Kline bebeu até morrer, no espaço de seis anos. Em 1965, o escultor David Smith faleceu em consequência de um desastre de automóvel. Em 1970, Mark Rothko cortou os pulsos e sangrou até morrer no chão de seu estúdio. Alguns amigos acharam que ele se havia suicidado, em parte, por não conseguir lidar com a contradição de ser cumulado de recompensas materiais por trabalhos que “berravam sua oposição ao materialismo burguês”.

“O país se orgulha de seus poetas mortos”, diz o narrador de *O legado de Humboldt*. “Extraí uma incrível satisfação do depoimento dos poetas de que os Estados Unidos são duros demais, grandes demais, excessivos, tempestuosos demais, de que a realidade norte-americana é esmagadora (...). A debilidade das forças espirituais se comprova na infantilidade, na loucura, na embriaguez e no desespero desses mártires (...). E assim os poetas são amados, mas amados porque simplesmente não conseguem vencer aqui. Eles existem para iluminar a monstruosidade da terrível confusão.”<sup>77</sup>

## As Fúrias guardiãs

Em 1787, num albergue perto de Moulins, estava à morte um velho, amigo de Diderot, formado pelos filósofos. Os padres das redondezas sentiam-se extenuados: tinham tentado tudo, inutilmente; o homenzinho se recusava a receber os últimos sacramentos, era panteísta. O Sr. de Rollebon, que passava por ali e não acreditava em nada, apostou com o pároco de Moulins que, em menos de duas horas, converteria o doente aos sentimentos cristãos. O pároco aceitou a aposta e perdeu; entregue a ele às três da manhã, o doente se confessou às cinco e morreu às sete. “É tão forte assim na arte da argumentação?”, perguntou o pároco. “O senhor supera os nossos!” O Sr. de Rollebon respondeu: “Não argumentei: fiz com que ele sentisse medo do inferno.”

— Jean-Paul Sartre, *A náusea*\*

Enquanto o expressionismo abstrato era mobilizado como uma arma da Guerra Fria, os Estados Unidos fizeram uma descoberta ainda mais poderosa — Deus. A fé religiosa na lei moral fora venerada na Constituição dos Estados Unidos em 1789, mas foi durante o auge da Guerra Fria que a América descobriu como podia ser útil a invocação do mais alto hosana. Deus manifestou-se em toda parte: esteve nos 10 mil balões contendo Bíblias que foram lançados sobre a Cortina de Ferro pelo Projeto Balões Bíblicos, em 1954; seu *imprimatur* foi estampado numa lei do Congresso, datada de 14 de ju-

---

\*Do original francês *La nausée*, trad. Rita Braga, Rio de Janeiro: Record/Altaya, 1996 (N. da T.)

nho de 1954, que ampliou o Juramento de Fidelidade, incluindo nele as palavras “Uma nação sob Deus”, expressão esta que, segundo Eisenhower, reafirmou “a transcendência da fé religiosa na herança e no futuro da América; desse modo, fortaleceremos constantemente as armas espirituais, que serão para sempre o mais poderoso recurso de nosso país, na paz e na guerra”;<sup>1</sup> Deus começou até a aparecer nas notas de dólares, depois que o Congresso determinou que as palavras “Confiamos em Deus” se tornassem o lema oficial da nação, em 1956.

“Por que haveríamos *nós* de fazer um plano quinquenal, quando Deus parecia ter-nos aprontado um plano milenar?”<sup>2</sup> indagou um historiador norte-americano. Nos termos dessa lógica, a virtude política devia ser submetida a uma antiga tradição cristã de obediência à lei de Deus. Ao invocar a autoridade moral suprema, a América obtinha uma sanção inquestionável para seu “destino manifesto”.

Os eleitos do destino haviam aprendido, como os meninos da Escola Groton, que, “na história, todas as religiões honraram imensamente os fiéis que destruíram o inimigo. O Alcorão, a mitologia grega, o Velho Testamento (...). Derrotar o inimigo é a coisa correta a fazer. É claro que existem algumas restrições quanto aos fins e aos meios. Se voltarmos à cultura grega e lermos Tucídides, veremos que havia limites ao que se podia fazer com outros gregos, que eram parte da mesma cultura. Mas não havia limites quanto ao que se podia fazer com um persa. Ele era um bárbaro. Os comunistas eram bárbaros”.<sup>3</sup>

O imperativo religioso motivou combatentes da Guerra Fria como Allen Dulles, que, criado na tradição presbiteriana, gostava de fazer citações da Bíblia sobre o uso de espões (por Josué em Jericó). Quando a CIA se mudou para seu novo e vasto complexo arquitetônico nas florestas virginianas, em 1961, Dulles providenciou para que uma de suas citações favoritas das Escrituras Sagradas fosse gravada na parede do saguão de Langley: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (João, 8:32). Henry Luce, filho de missionários norte-americanos, gostava de se pautar pela mesma referência divina: “A grande promessa cristã é esta: procura e encontrarás. (...) É nessa promessa e nessa premissa que se fundamenta a América.” Luce raras vezes faltava à igreja dominical ou se deitava sem primeiro rezar de joelhos. Sua mulher, Clare Booth Luce, converteu-se ao catolicismo romano, depois que sua filha Anne morreu num acidente de automóvel, em 1943. Sendo esta a conversão mais divulgada

do país, ela levou alguns detratores a recorrerem à ridicularização. De acordo com uma piada fartamente repetida, o papa interrompeu uma discussão doutrinária com a Sra. Luce, na época em que ela era embaixatriz dos Estados Unidos na Itália, para lhe recordar: “Mas, senhora, também sou católico.” Ela reivindicava o mérito de haver persuadido Eisenhower a se tornar presbiteriano nos preparativos para a campanha eleitoral de 1952.<sup>4</sup>

“Nem o lucro nem a glória pessoal motivavam [Henry] Luce tão profundamente quanto sua ânsia missionária de aprimorar seus conterrâneos, e ele exercia seu poder com a convicção sincera, ainda que não unanimemente compartilhada, de que sabia o que era bom para eles”, escreveu um de seus primeiros biógrafos.<sup>5</sup> Luce insistia em que “a capacidade norte-americana de cooperação bem-sucedida está diretamente relacionada com a confiança constitucional de nosso país em Deus”, e acreditava que “nenhuma nação na história, excetuada a antiga Israel, foi tão obviamente predestinada a uma fase especial do desígnio eterno de Deus”.<sup>6</sup> Para Luce, a Guerra Fria era uma guerra santa, na qual a *Time* tinha um compromisso com “a meta e objetivo dominante” de derrotar o comunismo no mundo inteiro. “Será esta uma declaração de guerra particular?”, perguntou ele, certa vez, aos executivos da *Time*. “E, se assim for, não será ela ilícita e louca, provavelmente? Talvez, mas há belos e poderosos precedentes para a declaração de uma guerra particular.”<sup>7</sup> Em parte alguma se traçou um paralelo tão expressivo com os mercenários das cruzadas, ou com a armada particular de Francis Drake.

O teólogo predileto de Luce era Reinhold Niebuhr, patrono honorário do Congresso pela Liberdade Cultural e “realista” da Guerra Fria, que acreditava que o estabelecimento de um equilíbrio calculado de poder era fundamental, sendo a política externa uma responsabilidade exclusiva das autoridades da elite. Para os integrantes dessa elite, Niebuhr, é claro, era a imagem exemplar da autoridade. Martin Luther King, por outro lado, dizia ter aprendido com ele o “potencial para o mal”. Niebuhr servia porções generosas de teologia aos leitores da *Time-Life*, obtendo a aprovação de Sidney Hook para revivificar com êxito a doutrina do pecado original como ferramenta política, e fazendo de “Deus um instrumento da política nacional”.<sup>8</sup> Aliás, com o imperativo religioso a se insinuar em todas as grandes plataformas políticas da Guerra Fria, toda a estrutura do poderio norte-americano na década de 1950 pareceu apoiar-se numa proposição monista fundamen-

tal: a de que o futuro seria decidido “entre dois grandes campos de homens — os que rejeitam e os que cultuam Deus”.<sup>9</sup> “Não devemos confundir-nos quanto à questão enfrentada pelo mundo de hoje”, advertira o presidente Truman. “Trata-se da tirania ou da liberdade (...). E, pior ainda, o comunismo nega a própria existência de Deus.”<sup>10</sup> A fabricação dessa idéia — que reduzia a complexidade das relações mundiais a uma luta entre as forças da luz e das trevas — significou que a retórica da política externa norte-americana passara a se apoiar em distinções que resistiam aos processos da lógica ou da racionalidade. George Santayana, escrevendo em 1916, havia descrito o processo filosófico pelo qual tais distorções passam a dominar o processo histórico: “A imaginação sustentada é chamada de conhecimento, a ilusão coerente é chamada de verdade, e a vontade sistemática é chamada de virtude.”<sup>11</sup>

Tais distinções perderam-se no jovem pregador Billy Graham, que ampliou as advertências de Truman com a teoria de que “o comunismo é (...) arquitetado por Satanás (...). Creio não haver outra explicação para as tremendas conquistas do comunismo, nas quais eles parecem superar-nos em astúcia a cada momento, a menos que lhes sejam concedidos um poder, sabedoria e inteligência sobrenaturais”.<sup>12</sup> Norman Mailer inferiu um diagnóstico diferente: “A doença política mais profunda da América é ela ser uma nação hipócrita.”<sup>13</sup>

Foi nesse clima de dogmatismo doutrinário que floresceu o senador Joe McCarthy. Em *As bruxas de Salem*,\* Arthur Miller comparou as caças às bruxas de Salem com o período de McCarthy, a fim de demonstrar a culpa paralela, com dois séculos de separação, decorrente de se “alimentar sentimentos ilícitos e reprimidos de alienação e hostilidade em relação à sociedade diurna padronizada, tal como definida por seus adversários mais ortodoxos. Sem a culpa, a caça aos comunistas da década de 1950 nunca teria conseguido gerar tamanho poder”.<sup>14</sup> O objetivo principal das duas inquisições foi estabelecer a culpa através da confissão pública, esperando-se que o acusado “maldissesse seus confederados, assim como seu mestre diabólico, e garantisse sua nova e autêntica fidelidade, mediante a revelação de antigos votos repulsivos — ao que então ele seria libertado, para se juntar novamente à sociedade das pessoas extremamente honradas”.<sup>15</sup> Um traço curioso das au-

\*Arthur Miller, *The Crucible* [*As bruxas de Salem*, trad. Valeria Chamon, Rio de Janeiro: Ediouro, 1997]. (N. da T.)

diências de McCarthy sobre as atividades antiamericanas era que elas mostravam “menos interesse nos nomes fornecidos do que em testar a sinceridade da confissão das testemunhas”. Leslie Fiedler, que, como seu amigo Irving Kristol, descobriu a religião no começo da década de 1950, descreveu esse processo como uma espécie de ritual simbólico, quando disse que “a confissão em si não é nada, mas, sem a confissão (...), não poderemos evoluir de um liberalismo da inocência para um liberalismo da responsabilidade”.<sup>16</sup>

Muito atraído pelo simbolismo da confissão pública era o Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural. Elia Kazan, que havia citado nomes numa audiência com McCarthy em abril de 1952, foi recompensado com a participação no Comitê Norte-Americano, que, a partir desse momento, alegrou-se em travar as batalhas do cineasta por ele. Ao defender o Actor’s Studio de Kazan dos ataques de um grupo anticomunista linha-dura, Sol Stein, num clima jesuítico, afirmou que Kazan vinha cumprindo o “papel adequado aos anticomunistas no teatro, [que] é o de um missionário para seus irmãos politicamente atrasados, que levaram tempo demais para reconhecer o fato de que servir a grupos de fachada neste país contribui para o poder do mamute soviético”.<sup>17</sup> “Os que ladearam com os comunistas no passado devem receber a oportunidade de orientar suas energias para iniciativas e esforços autenticamente anticomunistas, se isso estiver de acordo com suas convicções atuais”, ponderou Stein.<sup>18</sup> Kazan, disse ele, deve ter espaço para oferecer aos “retrógrados políticos uma oportunidade de redenção, a fim de que seus talentos possam ser alistados contra nosso inimigo comum”.<sup>19</sup> Isso não foi o bastante para tranquilizar um extremado grupo de pressão anticomunista, o Aware Inc., que se queixou de que Kazan continuava a trabalhar com “irregenerados” como Marlon Brando, Frank Silvera e Lou Gilbert, e não havia empregado “nenhum anticomunista militante”.<sup>20</sup>

O Comitê Norte-Americano também julgou por bem nomear para seu órgão executivo o mais famoso informante da América, Whittaker Chambers, cujo depoimento havia destruído a carreira de Alger Hiss. Whittaker elevou a novos píncaros a arte de delatar, motivando um colega mais antigo da *Time-Life* (onde Chambers era editor) a lhe dizer, na presença de Luce: “Acho que seu filme favorito seria *O delator*.”\* Agitado, Sol Stein

---

\*No original, *The Informer*, filme dirigido por John Ford em 1935. (N. da T.)



escreveu a Chambers, dizendo-lhe que sua nomeação havia precipitado “vários telefonemas anônimos depois da meia-noite, ameaçando varrer os [membros da diretoria] ‘da face da terra’. Santo Deus, imagino que essa insensatez esteja sempre entre nós”, concluiu.<sup>21</sup>

“O que estava em questão”, escreveu Chambers em *Witness*, sua autobiografia de 1952, “era se esta sociedade adoecida que chamamos de civilização ocidental ainda seria capaz de vomitar, em seu momento extremo, um homem cuja confiança nela era tão grande, que ele abandonaria voluntariamente as coisas que são mais caras aos homens, inclusive a vida, para defendê-la.”<sup>22</sup> Apresentando-se exatamente como esse Davi, Chambers recebeu 75 mil dólares para erguer sua atiradeira contra o comunismo no *Saturday Evening Post*, que publicou o livro em capítulos, ao longo de oito semanas. “Você é um dos que não voltaram do inferno de mãos vazias”,<sup>23</sup> disse-lhe André Malraux, depois de ler *Witness*.

Com Deus e Dinheiro a seu lado, os anticomunistas norte-americanos puderam colher os benefícios do que se havia transformado numa florescente ocupação. Em Hollywood, a cruzada para expurgar da cultura norte-americana todas as impurezas ímpias foi retomada por Hedda Hopper e Louella Parsons, duas colunistas de fofocas que vendiam suas matérias a agências de notícias, e que estavam para a higiene moral como a Sra. Beeton\* para uma cozinha limpa. Com seus salários polpudos, elas eram “as Fúrias guardiãs, as inspetoras de polícia plantadas nos portões para barrar a entrada dos pecadores, dos impatrióticos e dos rebelados contra a propriedade, que eram indignos de respirar o mesmo ar puro que exemplos apostólicos como Louis B. Mayer, Harry Cohn, Jack Warner, Darryl Zanuck, Sam Goldwyn e um punhado de outros. A ferocidade dessas senhoras em relação ao comunismo só se equiparava à reprodução que elas faziam de algumas de suas práticas”.<sup>24</sup>

Hopper e Parsons, embora talvez não se vissem dessa maneira, eram “libertistas militantes” — expressão que designou uma campanha altamente secreta, por parte do Pentágono, da Marinha, do Conselho de Segurança

---

\*Isabella Beeton (1836-1865), a despeito de sua morte precoce aos 28 anos, celebrizou-se na Inglaterra como uma estrela da culinária e da administração do lar. Casada com um editor, Samuel Orchard Beeton, publicou alguns livros, os mais famosos dos quais foram *The Book of Household Management* e *A History of the Origin, Properties, and Uses of All Things connected with Home Life and Comfort*. (N. da T.)

Nacional e da Coordenadoria de Operações (OCB), para introduzir o tema da “liberdade” nos filmes norte-americanos. Numa sexta-feira, 16 de dezembro de 1955, uma reunião secreta foi convocada pelo Estado-Maior das Forças Armadas para discutir de que maneira a idéia de “liberdade militante” poderia ser explorada por Hollywood. De acordo com um relatório absolutamente sigiloso, “liberdade militante” pretendia “explicar em termos simples as verdadeiras condições existentes no comunismo, e explicar os princípios em que se baseia o estilo de vida do Mundo Livre”, bem como “despertar nos povos livres a compreensão da magnitude do perigo enfrentado pelo Mundo Livre, e gerar uma motivação para combater essa ameaça”.<sup>25</sup> “A idéia era criar um lema, um bordão político que a maioria das pessoas tivesse a impressão de haver surgido espontaneamente, mas que, na verdade, tinha sido intencionalmente introduzido na cultura”, explicou o historiador cultural Christopher Simpson. “Foi uma operação de propaganda bastante sofisticada para sua época.”<sup>26</sup> Como base de uma campanha de doutrinação, a liberdade militante foi aprovada nos mais altos níveis. Mas só no ano seguinte é que o Pentágono finalmente encontrou uma formulação concreta com que transmitir sua mensagem. Em junho e julho de 1956, representantes do Estado-Maior das Forças Armadas fizeram várias reuniões na Califórnia com um bando de figurões de Hollywood dedicados a eliminar o comunismo: John Ford, Merian Cooper, John Wayne e Ward Bond.

As reuniões, realizadas no escritório de John Ford na MGM, chegaram a durar seis horas. De acordo com um memorando de 5 de julho de 1956, “o Sr. Wayne afirmou que em seus filmes, produzidos por ele (BacJac Productions), o programa [Liberdade Militante] seria cuidadosamente inserido”. Para saber como se poderia fazê-lo, Wayne convidou todos a sua casa, no nº 4570 da avenida Louise, em Encino, na noite seguinte. “Terminado o jantar, os filmes *Fomos os sacrificados* e *Depois do vendaval*\* foram exibidos e estudados pelo Sr. Wayne e pelo Sr. Ford, no tocante à maneira como se haviam introduzido nos dois filmes os pontos de vista favoráveis à Marinha e aos padrões culturais do mundo livre.”<sup>27</sup>

---

\*No original, respectivamente, *They Were Expendable*, de 1945, e *The Quiet Man*, de 1952, ambos dirigidos por John Ford e estrelados por John Wayne. (N. da T.)

Em outra reunião, Merian Cooper assinalou que uma série de filmes feitos por Cornelius Vanderbilt Whitney “careciam de um tema (...) e que ele gostaria de ter tido esse (por exemplo, a Liberdade Militante), e disse ainda que o colocaria nos outros”.<sup>28</sup> Combinou-se que Whitney receberia as instruções pertinentes. Industrial de sucesso, Cornelius (“Sonny”) Vanderbilt Whitney compartilhava a vasta fortuna dos Whitney cuja administração coubera a seu primo Jock. Tal como Jock, ele também era íntimo da CIA (os dois eram primos de Tracy Barnes) e estava mais do que disposto a ajudá-la: na condição de depositário, Cornelius permitiu que o Fundo de Pecúlio Whitney fosse usado como duto da CIA. Também participou da equipe envolvida na formulação de uma iniciativa de guerra psicológica denominada Agência Nacional de Informações de Segurança. Conhecido como produtor (havia entrado no ramo cinematográfico em 1933, com David Selznick, e juntos os dois haviam produzido *Nasce uma estrela*, *Rebecca* e o clássico *E o vento levou*), Cornelius criou em 1954 a C. V. Whitney Pictures Inc., declarando que “quero filmar o que descreveria como uma ‘série norte-americana’, para mostrar a nosso povo o seu país e também para me certificar de que o resto do mundo aprenda mais sobre nós”.<sup>29</sup> O primeiro filme da série norte-americana foi *Rastros de ódio* [1956], produzido a um custo de três milhões de dólares e dirigido por John Ford.

Durante a guerra, John Ford tinha chefiado o Ramo Fotográfico de Campo do OSS. Sua tarefa era fotografar o trabalho de guerrilheiros, sabotadores e grupos da resistência na Europa ocupada. As tarefas especiais incluíam a produção de filmes ultra-secretos, que eram exibidos para altas autoridades do governo. Em 1946, ele criou sua própria produtora, a Argosy Pictures. Os principais investidores, além de Ford e Merian Cooper, eram todos veteranos do OSS: William Donovan, Ole Doering (integrante do escritório de advocacia de Donovan na Wall Street), David Bruce e William Vanderbilt. Ford aprovava inteiramente a idéia de que as agências de informações do governo sugerissem temas para as platéias de Hollywood, e pediu que lhe “deixassem seis exemplares do livreto sobre a liberdade militante e lhe mandassem mais uma dúzia, a fim de que ele pudesse passá-los a seus roteiristas, para que estes aprendessem a nomenclatura do conceito”. Ford também pediu que um representante do Estado-Maior das Forças Armadas fosse à locação do filme *Asas de águia*, em Pensacola, na Flórida, “para auxiliar na introdução de elementos da liberdade militante no filme”.<sup>30</sup>

Para ajudar a transmitir a mensagem, lá estava Merian Cooper, que havia lutado contra Pancho Villa e que, como piloto do exército, fora derrubado na França pelos alemães em 1918. Ao se tornar produtor na RKO na década de 1930, fora responsável pela criação da dupla Fred Astaire e Ginger Rogers. Quem também esteve no *set* de filmagem de *Asas de águia* foi Ward Bond, presidente da Aliança Cinematográfica pela Preservação dos Ideais Norte-Americanos, uma organização dedicada a expulsar os comunistas da indústria do cinema e a auxiliar a Comissão Congressional para Investigação de Atividades Antiamericanas (HUAC). Bond, no dizer de um conhecido, “era capaz de fazer qualquer coisa que o levasse a se sentir importante, mesmo à custa de pisotear outras pessoas”. Ford (que ficava horrorizado com as listas negras de McCarthy) costumava dizer: “Sejamos francos: o Ward Bond é um merda. Mas é nosso merda favorito.” Esse era o consórcio de Hollywood em ação, composto por um grupo de homens que se conheciam havia décadas e que buscavam uns nos outros autorização e apoio.

A Liberdade Militante só poderia ter acontecido numa América muito cônica do sentimento de ter um fardo imperial. Articulando os imperativos (e sacrifícios) da *Pax Americana*, esses filmes celebravam o dever, o grupo, a obediência ao comando e a dominação da audácia masculina. Foi nesse contexto que John Wayne, que fizera esforços extraordinários para evitar o serviço militar durante a Segunda Guerra Mundial, passou a ser visto como o modelo do soldado norte-americano, a personificação do “americanismo”. “O Duque”<sup>\*</sup> era o homem do oeste bravio, domesticando o mundo. Em 1979, o Congresso cunhou uma medalha em sua homenagem. A inscrição dizia apenas: “JOHN WAYNE, AMÉRICA”. Mas a dele era a América da perseguição aos comunistas e do preconceito étnico. Como o herói epônimo de *Aventura perigosa* [*Big Jim McLain*] (1952), ele estrelou uma das expressões mais cruentas do ódio aos comunistas num filme de segunda categoria (produzido como um tributo à Comissão Congressional para Investigação de Atividades Antiamericanas).

Os filmes, assim como a propaganda, trabalham com a ficção, mas, quando essa ficção é habilmente fabricada, ela é tomada pela realidade. Para desempenhar bem essa função, fazia tempo que Hollywood havia compreendido a

---

\*Célebre apelido de John Wayne. (N. da T.)

necessidade de talhar seus padrões míticos de acordo com o clima político e social vigente. Assim, havia passado da produção de filmes antibolcheviques, nas décadas de 1920 e 1930, à glorificação da Rússia como aliada durante a guerra (em filmes como *A Estrela do Norte*, *Quando a neve tornar a cair*, *Canção da Rússia* e o notório *Missão em Moscou*, que, na verdade, tinha inocentado os julgamentos de Moscou e enaltecido os russos como defensores da democracia), assim como à produção de uma enxurrada de filmes anticomunistas nos anos cinquenta — *O pesadelo vermelho*, *A ameaça vermelha*, *Invasão USA*, *I was a communist for the FBI* [“Fui comunista para o FBI”], *Marte, planeta vermelho*, *Iron Curtain* [“A cortina de ferro”], *Não desonres o teu sangue* e *Vampiros de almas*. *Walk East on Beacon Street* [“Vire à direita na rua Beacon”], roteirizado e financiado pelo FBI, era o favorito pessoal de J. Edgar Hoover. Com títulos tão pouco convincentes quanto suas tramas, todos esses filmes revelavam uma obsessão neurótica com o forasteiro, o desconhecido, “o Outro”. Assim como o Capitão América tinha deixado de combater os nazistas para dar combate aos comunistas, a atitude dos filmes norte-americanos para com a Alemanha sofreu uma mudança radical, e o inimigo vencido passou a ser retratado sob a forma de combatentes heróicos e oponentes dignos (*Raposa do deserto*, 1952; *Mares violentos*, 1955; *A raposa do mar*, 1957). À medida que os inimigos da segunda-feira transformavam-se nos amigos da terça, Hollywood mostrou com que facilidade podia arrancar os “rótulos de Boa e Má de uma nação e [colá-los] em outra”.<sup>31</sup>

Embora esses filmes funcionassem bem junto a uma platéia nacional bombardeada por afirmações exageradas da ameaça comunista — àquela altura, a maioria dos norte-americanos fora convencida de que “os russos estavam chegando e a bomba não tardaria a cair durante a madrugada”<sup>32</sup> —, no mercado internacional eles tinham um desempenho ruim. Para uma Europa ainda machucada pelas lembranças do fascismo, o ódio insensato e a violência verbal das produções anticomunistas de Hollywood eram pouquíssimo atraentes. Os trabalhos que se saíam melhor eram os desenhos da Disney e os filmes para divertir, como *A princesa e o plebeu* e *O mágico de Oz*. Mas nem todos os europeus eram seduzidos por esses paraísos fictícios. Enterradas nos artigos de sucessivos acordos comerciais (a começar pelo acordo Blum-Byrnes de 1946), havia cláusulas que garantiam um aumento da quota de filmes norte-americanos exibidos em países como a França. Tais acordos eram recebidos

por críticas indignadas nos círculos intelectuais franceses e, em 1948, chegaram até a levar a violentas batalhas de rua.

Os estrategistas norte-americanos foram surpreendentemente lentos em sua reação ao ressentimento generalizado que havia na Europa, ante os níveis de saturação das importações hollywoodianas. Não houve representação diplomática no Festival de Cinema de Cannes em 1951, nem tampouco uma delegação formal de dirigentes, autores, técnicos ou artistas da indústria cinematográfica norte-americana. Já os russos enviaram seu ministro adjunto do Cinema, além do renomado diretor Poudovkine, que fez um resumo brilhante das realizações soviéticas. Depois de receber informações de que os Estados Unidos tinham parecido “muito tolos” em Cannes, o governo resolveu dar mais atenção à indústria cinematográfica.

Em 23 de abril de 1953, após sua nomeação como consultor cinematográfico especial do governo, Cecil B. DeMille entrou no escritório de C.D. Jackson. Ao escrever a Henry Luce, duas semanas depois, C.D. disse que DeMille “está totalmente do nosso lado e (...) justificadamente impressionado com o poder dos filmes norte-americanos no exterior. Ele tem uma teoria, a qual subscrevo completamente, de que o uso mais eficiente dos filmes norte-americanos não está em conceber um filme inteiro para lidar com um certo problema, porém em nos certificarmos de que, num filme ‘normal’, sejam introduzidos a fala, o aparte, a inflexão ou o movimento de sobranceiras corretos. Disse-me ele que, se eu lhe desse a qualquer momento um problema simples, referente a um país ou uma área, ele encontraria um modo de abordá-lo num filme”.<sup>33</sup>

A aceitação de uma consultoria por DeMille no Serviço Cinematográfico (MPS)\* foi uma grande jogada para os propagandistas do governo. Trabalhando através de 135 unidades do Serviço de Informações dos Estados Unidos, em 87 países, o MPS tinha nas mãos uma imensa rede de distribuição. Nadando em verbas governamentais, ele era de fato uma “produtora”, com todas as facilidades disponíveis para esse tipo de empresa. Empregava diretores e produtores liberados pelas autoridades máximas de segurança e designados para filmes que articulassem “os objetivos que os Estados Unidos estão interessados em alcançar”, e que pudessem atingir da melhor maneira

---

\*Sigla original de Motion Picture Service. (N. da T.)

“o público predeterminado que nós, como meio cinematográfico, devemos condicionar”.<sup>34</sup> O MPS assessorava órgãos secretos, como a Coordenadoria de Operações, sobre os filmes adequados para distribuição internacional. Em junho de 1954, listou 37 filmes a serem exibidos atrás da Cortina de Ferro, entre eles *Peter Pan*, *Sonhos dourados* [a história de Al Jolson], *Música e lágrimas*, *Aço de boa tempera*, *A princesa e o plebeu*, *Quatro destinos*, *O barco das ilusões*, *A nave da revolta*, *O time maravilhoso* (uma história dos Harlem Globetrotters), *Alice no País das Maravilhas* e *Um homem e dez destinos*.

O MPS também regulamentou a participação norte-americana em festivais de cinema no exterior, com isso preenchendo o vazio constrangedor do Festival de Cannes de 1951. Naturalmente, empenhou-se a fundo em impedir que “produtores cinematográficos e filmes norte-americanos que não apóiam a política externa estadunidense, os quais são prejudiciais, em alguns casos”,<sup>35</sup> fossem exibidos em festivais internacionais. Empurrou filmes como *The Bob Mathias Story* (Allied Artists, 1954), que era “um retrato quase perfeito da melhor fase da vida norte-americana — um garoto do interior, com sua família, sua namorada, sua carreira e seu interesse pelos esportes, tudo isso conduzindo a sua dupla vitória como um dos atletas de maior destaque na história das Olimpíadas (...); se ele não tem os valores norte-americanos que queremos ver na tela, então temos de começar a procurar um novo conjunto de valores para divulgar”.<sup>36</sup>

Na busca de aliados em Hollywood que compreendessem melhor “os problemas de propaganda dos Estados Unidos” e estivessem dispostos “a introduzir em seus roteiros e sua ação as idéias certas, com a sutileza adequada”, C. D. Jackson, como de praxe, teve dificuldade de escolher. Em janeiro de 1954, redigiu uma lista de “amigos” que seria possível esperar que ajudassem o governo: Cecil B. DeMille, Spyros P. Skouras e Darryl Zanuck, na Fox; Nicholas Schenk, presidente da MGM, e o produtor Dore Schary; Barney Balaban, presidente da Paramount; Harry e Jack Warner; James R. Grainger, presidente da RKO; Milton Rackmil, presidente da Universal; Harry Cohn, presidente da Columbia Pictures; Herbert Yates, na Republic; Walt e Roy Disney; e Eric Johnston, da Motion Picture Association.

Entretanto, o trunfo mais valioso de C.D. em Hollywood era um agente da CIA, Carleton Alsop. Secretamente infiltrado na Paramount Studios, Alsop tinha sido produtor e agente, havendo trabalhado nos estúdios da MGM em

meados da década de 1930 e, mais tarde, com Judy Garland, no fim da década de 1940 e início da de 1950, época em que já havia entrado no Grupo de Trabalho sobre Guerra Psicológica, de Wisner. No começo dos anos cinquenta, ele escrevia “relatórios sobre cinema” para a CIA e a Diretoria de Estratégia Psicológica, em caráter regular. Esses relatórios eram preparados para atender a uma necessidade dupla: primeiro, monitorar comunistas e simpatizantes do comunismo em Hollywood, e segundo, resumir as realizações e os fracassos de um grupo de pressão secreto — chefiado por Carleton Alsop —, encarregado de introduzir temas específicos nos filmes de Hollywood.

Os relatórios secretos de Alsop constituem uma leitura extraordinária. Revelam a que ponto a CIA conseguiu estender seu alcance na indústria cinematográfica, a despeito de suas afirmações de não estar buscando essa influência. Um dos relatórios, datado de 24 de janeiro de 1953, concentrou-se no problema da estereotipia dos negros em Hollywood. Sob o título de “Negros no cinema”, Alsop informou ter obtido a concordância de vários diretores de elenco para plantar “negros bem vestidos como parte do cenário norte-americano, sem que isso pareça excessivamente conspícuo ou deliberado. Infelizmente, ‘Sangaree’, que está em processo de filmagem, não permite esse tipo de inserção, já que é um filme de época que se passa no Sul. Por conseguinte, mostrará negros nas *plantations*. Mas isso vem sendo compensado, em certa medida, pela inclusão de um mordomo negro muito digno numa das casas principais, e por lhe serem dados diálogos indicativos de que ele é um liberto que pode trabalhar onde lhe aprouver”.<sup>37</sup> Alsop também informou que “serão plantados alguns negros nas cenas de multidões” da comédia *Sofrendo da bola* (estrelada por Jerry Lewis). Numa época em que muitos “negros” tinham tanta probabilidade de ingressar num clube de golfe quanto de obter o direito de voto, isso parecia realmente otimista.<sup>38</sup>

No mesmo relatório, Alsop referiu-se ao filme *O último guerreiro*, que, para quebrar a rotina, mostrava-se disposto a questionar o tratamento dado aos apaches pelos Estados Unidos. Mas isso, disse Alsop, “representava um problema sério”, uma vez que “os comunas poderiam [usá-lo] em seu benefício”. Felizmente, umas ajeitadas de sua parte haviam garantido que fosse retirada a maioria das cenas ofensivas (o embarque de uma tribo inteira de apaches para a Flórida, a contragosto, feito pelo exército, bem como a marcação dos índios como animais), ou que “seu impacto [fosse] significativa-



mente diluído”. Outras mudanças foram obtidas mediante uma nova dublagem de alguns diálogos, depois de encerrada a filmagem. Apresentando o filme. “em bases comerciais e patrióticas”, Alsop não encontrou oposição por parte de seu produtor, Nat Holt.<sup>39</sup>

Os soviéticos nunca perdiam a oportunidade de sublinhar o péssimo histórico dos Estados Unidos nas relações raciais. Em 1946, James Byrnes, secretário de Estado de Truman, sentiu-se “aturdido e derrotado” ao tentar protestar contra a recusa soviética a conceder o direito de voto nos Bálcãs e ouvir os soviéticos responderem, acertadamente, que “o mesmo direito era negado aos negros do estado do próprio Sr. Byrnes, a Carolina do Sul”.<sup>40</sup> Os esforços de Alsop em Hollywood faziam parte de uma campanha mais ampla para desacreditar as afirmações soviéticas sobre a discriminação norte-americana, os baixos salários, a justiça desigual e a violência contra os afro-americanos. Por sua vez, C. D. Jackson queria enfrentar o problema de peito aberto, e declarou que “está na hora de pararmos de nos explicar em termos dessa ‘desonra pavorosa para nossa reputação’, e de encararmos o mundo inteiro olho no olho”.<sup>41</sup> Com esse objetivo em mente, os especialistas em guerra psicológica da Coordenadoria de Operações (em estreita colaboração com o Departamento de Estado) criaram uma Comissão de Apresentação Cultural, de caráter secreto, cuja atividade principal era planejar e coordenar excursões de artistas negros norte-americanos. No palco internacional, o aparecimento de Leontyne Price, Dizzy Gillespie, Marian Anderson, William Warfield, da Companhia de Dança de Martha Graham e de uma multiplicidade de outros talentos norte-americanos multirraciais e negros, durante esse período, fez parte desse programa de “exportação” secretamente supervisionado. O mesmo se deu com a longa turnê do que um estrategista secreto descreveu como a “grande ópera popular negra”, *Porgy and Bess*, que excursionou pela Europa Ocidental, América do Sul e bloco soviético durante mais de uma década, e cujo elenco de setenta afro-americanos era “uma demonstração viva do negro norte-americano como parte da vida cultural da América”.<sup>42</sup>

Curiosamente, a ascensão desses talentos negros dos Estados Unidos foi diretamente proporcional à derrocada dos escritores que primeiro tinham dado voz à condição precária dos negros na sociedade norte-americana. Em 1955, a revista russa *Inostranaya Literatura* (“Literatura estrangeira”) publicou dois contos de Erskine Caldwell que fizeram os propagandistas norte-

americanos engasgarem-se com o café da manhã. “O primeiro conto intitula-se ‘Crazy Money’ [“Dinheiro maluco”] (originalmente publicado em inglês como ‘The Windfall’ [“A sorte grande”]), e é inofensivo”, escreveu John Pauker, da Agência de Informações dos Estados Unidos (USIA). “O segundo conto, entretanto, é selvagem: intitula-se MASSAS DE HOMENS e versa sobre a velhacaria empresarial, a pobreza dos negros e o estupro de uma menina de dez anos, por causa de 25 centavos.”<sup>43</sup> A preocupação da USIA foi retomada pelo Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, que prometeu pressionar Caldwell a renegar publicamente o conto. Fazendo eco às queixas de Sidney Hook, em 1949, de que os escritores sulistas reforçavam as percepções negativas dos Estados Unidos, com seus “romances de protesto e revolta sociais” e de “degeneração e inabilidade norte-americanas”,<sup>44</sup> o Comitê Norte-Americano resolveu “ficar longe dos sulistas incestuosos. Sua obra fornece um retrato excessivamente parcial e psicologicamente adulterado de nossos costumes e nossa moral”.<sup>45</sup> Esse não era um juízo isolado, e sim adotado por muitos combatentes da Guerra Fria cultural, inclusive Eric Johnston, que liderou o ataque aos sulistas a partir de seu escritório em Hollywood: “Não teremos mais *Vinhas da ira*, não teremos mais *Tobacco Road*.<sup>\*</sup> Não teremos mais filmes que mostrem o lado sórdido da vida norte-americana.”<sup>46</sup> As vendas dos livros de Caldwell, Steinbeck, Faulkner e Richard Wright (o “Steinbeck em sépia”) despencaram nesse período.

Em Hollywood, Carleton Alson continuava atento como sempre às imagens da decadência norte-americana. Num relatório, alertou para um roteiro baseado num “romance chamado ‘Giant’, de Edna Ferber”. Este, disse ele, “merece ser visto”, porque “toca nos três problemas seguintes: 1. Um retrato pouco lisonjeiro de norte-americanos ricos, grosseiros e implacáveis (texanos). 2. A discriminação racial dos mexicanos no Texas. 3. A inferência de que a riqueza dos anglo-texanos foi construída pela exploração do trabalho mexicano”. A solução de Alson foi simples: “Pretendo certificar-me de que o projeto seja liquidado, toda vez que alguém tentar reativá-lo na Paramount.”<sup>47</sup> Seu sucesso foi apenas parcial: a Warner Brothers, e não a Paramount, fez o filme — o último de James Dean — em 1956.\*\*

\*Romances escritos, respectivamente, por John Steinbeck e Erskine Caldwell. (N. da T.)

\*\**Giant* recebeu no Brasil o título de *Assim caminha a humanidade*. (N. da T.)

Os relatórios de Alsop continuaram a medir a temperatura política de Hollywood, detalhando o trabalho complexo de manobrar produtores e estúdios para fazê-los aceitarem o que a CIA rotulava de sua “Fórmula Hollywoodiana”.<sup>48</sup> Fora com os estereótipos negativos, sim às caracterizações que representassem uma América do Norte sadia. “Consegui retirar bêbados norte-americanos, geralmente em papéis de destaque, quando não principais, dos seguintes filmes”, anunciou Alsop: “*Houdini*. Jornalista norte-americano alcoólatra. Totalmente cortado. Talvez precise de uma refilmagem para corrigir. *O segredo dos incas*. Retirei do roteiro todo o consumo pesado de bebidas do protagonista norte-americano. *No caminho dos elefantes*. Embriaguez mantida apenas para os objetivos estritos da trama. *Selva nua*. Todo o consumo maciço de bebidas pelo protagonista norte-americano está sendo retirado do roteiro.”<sup>49</sup>

Em matéria dos “filmes que atacam a religião”, Alsop era particularmente sensível: quando um estúdio começou a desenvolver o roteiro de *A filha de Lório*, de d’Annunzio, em colaboração com Alberto Moravia, Alsop convenceu-se de que ele seria “100% anticlerical” e perguntou: “Como podemos impedir esse? Imagino que o Vaticano deva fazer alguma coisa a respeito. Não creio estar adotando uma atitude excessivamente pró-católicos que possa deturpar minha visão. Nesta batalha pelas mentes, o primeiro passo que os comunas têm que dar é desbancar a religião.”<sup>50</sup> Ainda mais inquietante foi *Francisco, arauto de Deus*, a abordagem de Roberto Rossellini sobre a vida de São Francisco. “Esse é realmente incrível”, escreveu Alsop. “Seria impossível esperar um filme melhor do que esse para desbancar a religião (...). São Francisco e seus companheiros (...) são caracterizados de maneira tão extremamente supersimplificada, que se fica com a impressão de que são um bando de imbecis, não muito certos da cabeça, e alguns deles, quem sabe, homossexuais.”<sup>51</sup>

Alsop tinha-se ligado ao OPC de Wisner na mesma época que Finis Farr, um escritor com contatos em Hollywood que havia trabalhado com John O’Hara. Recrutados pelo Grupo de Trabalho sobre Guerra Psicológica, Alsop e Farr eram chefiados por Howard Hunt, um ex-integrante do OSS cujo gosto pela propaganda falsa [*black propaganda*] (tempos depois, ele disse que “pensava deturpando”) lhe granjeou um emprego na CIA, para dar cursos de treinamento sobre guerra política e psicológica.

Pouco depois da morte de George Orwell, em 1950, Howard Hunt despachou Alsop e Farr para a Inglaterra, a fim de se encontrarem com a viúva do escritor, Sonia. Os dois não foram lá para consolá-la, mas para lhe pedir que cedesse os direitos de filmagem de *A revolução dos bichos*. Foi o que fez Sonia, depois de obter deles a promessa de que providenciariam para que ela conhecesse seu herói, Clark Gable. “Dessa [visita]”, escreveu Howard Hunt, “sairia o desenho animado inspirado em *A revolução dos bichos*, de Orwell, que a CIA financiou e distribuiu no mundo inteiro.”<sup>52</sup>

Adquiridos os direitos, Hunt tratou de arranjar um produtor que pudesse servir de fachada para a CIA. Sua escolha recaiu sobre Louis de Rochemont, que o havia empregado na época em que ele fizera *The March of Time*, uma série de documentários mensais cuja matriz tinha sido a Time Inc.<sup>53</sup>

Em contato com Hunt e usando as verbas da CIA injetadas por Alsop e Farr, Rochemont iniciou a produção de *A revolução dos bichos* em 15 de novembro de 1951. A escolhida para fazer o mais ambicioso desenho animado da época (oitenta cartunistas, 750 cenas, 300 mil desenhos em cores) foi a empresa britânica Halas & Batchelor Cartoon Films Ltd. Halas, nascido na Hungria, fora para a Inglaterra em 1936 e havia trabalhado em *Music Man*, o primeiro desenho animado inglês em technicolor. Trabalhando em equipe com sua mulher, Joy Batchelor, ele havia produzido mais de cem filmes institucionais para o Escritório Central de Informações da Grã-Bretanha, muitos dos quais ajudaram a divulgar o Plano Marshall e a OTAN.

O editor de *A revolução dos bichos*, Fredric Warburg, interessou-se vivamente pela produção de Halas e manteve seus amigos do Congresso pela Liberdade Cultural informados sobre seu progresso. Visitou o estúdio várias vezes, em 1952-1953, para examinar as seqüências e acrescentar suas sugestões de alterações no roteiro (terá sido Warburg quem sugeriu que o velho Major, o profeta da Revolução, recebesse a voz e a aparência de Winston Churchill?). Ao mesmo tempo, ele supervisionou uma nova edição do livro, a ser publicada pela editora Secker and Warburg com desenhos da produção de Halas e Batchelor.

O roteiro também foi minuciosamente examinado pela Diretoria de Estratégia Psicológica. De acordo com um memorando de 23 de janeiro de 1952, os integrantes desse órgão ainda não estavam convencidos do roteiro, achando seu “tema meio confuso e o impacto da história, tal como

expressa na seqüência de cartuns, (...) um tanto nebuloso. Embora o simbolismo pareça evidente, não há grande clareza da mensagem”.<sup>54</sup> Curiosamente, a crítica feita pelos burocratas do serviço secreto fez eco a preocupações anteriores de T. S. Eliot e William Empson, ambos os quais tinham escrito a Orwell, em 1944, apontando falhas ou incoerências na parábola central de *A revolução dos bichos*.

Os problemas do roteiro foram resolvidos através da modificação do final. No texto original, os porcos comunistas e o homem capitalista são indistinguíveis, fundindo-se numa massa comum de podridão. No filme, essa congruência foi cuidadosamente evitada (Pilkington e Frederick, personagens centrais que Orwell designou como as classes governantes britânica e alemã, mal se fazem notar) e, no final, simplesmente eliminada. No livro: “As criaturas de fora olhavam de um porco para um homem, de um homem para um porco, e de um porco para um homem outra vez; mas já se tornara impossível distinguir quem era homem, quem era porco.” Os espectadores do filme, todavia, assistiram a um desenlace completamente diferente, no qual é a visão dos porcos que impele os outros animais que observam a preparar uma contra-revolução bem-sucedida, invadindo a fazenda. Depois de se haver tirado de cena os fazendeiros humanos e deixado apenas os porcos, a se refestelarem nos frutos da exploração, a fusão da corrupção comunista com a decadência capitalista foi desfeita.

Liberdades ainda maiores foram propostas quando a CIA voltou os olhos para o livro posterior de Orwell, 1984. Orwell morreu antes de vender os direitos de filmagem, mas, em 1954, eles acabaram nas mãos do produtor Peter Rathvon. Este, muito amigo de John Ford, havia presidido a RKO até ser despedido por Howard Hughes, em 1949. No mesmo ano, havia criado a Motion Picture Capital Corporation, que se dedicava à produção e ao financiamento de filmes. A empresa — assim como o próprio Rathvon — mantinha um relacionamento íntimo com o governo dos Estados Unidos, financiando filmes para o Serviço Cinematográfico. De acordo com Lawrence de Neufville, Howard Hunt solicitou a colaboração de Rathvon na versão cinematográfica do clássico orwelliano. Através da empresa de Rathvon, disponibilizou-se dinheiro do governo para iniciar a produção do filme,<sup>55</sup> que foi lançado em 1956, estrelado por Edmond O’Brien, Jan Sterling e Michael Redgrave.

A visão de pesadelo que Orwell tem do futuro, em 1984, atraiu os estrategistas culturais em diversos níveis. Agentes da CIA e da Diretoria de Estratégia Psicológica (para os quais o livro era leitura obrigatória) interessaram-se pelo exame que o livro faz dos perigos do totalitarismo, ignorando o fato de Orwell ter investido contra os abusos praticados por *todos* os Estados controladores, de direita ou de esquerda, em relação a seus cidadãos. Embora seus alvos fossem complexos, a mensagem geral do livro era clara: tratava-se de um protesto contra *todas* as mentiras, *todos* os truques feitos pelos governos. Mas os propagandistas norte-americanos apressaram-se a designá-lo em termos de um tratado especificamente anticomunista, o que levou um crítico a dizer que, “independentemente do que Orwell acreditasse estar fazendo, ele contribuiu para a Guerra Fria com um de seus mitos mais poderosos (...). Na década de 1950, o livro foi uma novilíngua maravilhosa para a OTAN”.<sup>56</sup> Em outro nível, 1984 era um livro com uma densa desconfiança da cultura de massa e dos perigos da escravidão universal, através da ignorância submissa (no livro, a reação de Winston à canção popular que a proletária cantarola, enquanto pendura sua roupa lavada, resume perfeitamente esse medo da “cultura de massa” e de sua estupidez simplista e soporífera). Do mesmo modo, seu alvo político não era propriamente específico, mas universal: o abuso da linguagem e da lógica — o que Peter Vansittart chamou de “a sórdida ameaça da Correção Política” — era imputado tanto a Nós quanto a Eles. Na versão cinematográfica, essa distinção foi obscurecida.

A manipulação da parábola orwelliana, para adaptá-la aos preconceitos e pressupostos dos produtores do filme, foi, é claro, totalmente compatível com o *parti pris* da Guerra Fria cultural. Ajudando a fornecer uma estrutura para essa interpretação tendenciosa, lá estava ninguém menos do que Sol Stein, diretor executivo do Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, que Rathvon consultou em diversas ocasiões, em busca de orientação sobre o roteiro. Stein tinha muito a oferecer. Primeiro, o roteiro “deve ter muita pertinência com os dados específicos do totalitarismo atual. Por exemplo, os cartazes do Grande Irmão devem ter a fotografia de um ser humano real, não de uma caricatura de Stalin semelhante a um cartum. Em outras palavras, a probabilidade da existência real do Grande Irmão não deve ser diminuída por sua ligação com Stalin, já agora falecido”.<sup>57</sup> Nada no filme deveria ser caricato, prosseguiu Stein, “mas uma simples extensão de algo que pode-

mos testemunhar diretamente hoje em dia”. Por exemplo, nas situações em que “os membros da Liga Anti-Sexo têm que usar uma faixa no peito”, Stein teve a preocupação de que “essas faixas não correspondam a nada na vida totalitária tal como a conhecemos, mas, antes, às faixas usadas por diplomatas em ocasiões cerimoniais”.<sup>58</sup> Assim, ele sugeriu que, em vez de faixas, eles usassem braçadeiras. Similarmente, nos pontos em que Orwell havia introduzido clarins no romance, Stein quis que eles fossem “eliminados”, porque, para os norte-americanos, os clarins estavam “associados à pompa”.<sup>59</sup>

Mas era o final que mais afligia Stein, que disse a Rathvon: “O problema do final, tal como o entendi, é que ele termina num toque de completo desespero: rouba-se a humanidade de Winston Smith e ele capitula diante do Estado totalitário. Penso haveremos concordado em que isso representa uma situação sem esperança, quando, na realidade, há uma certa esperança (...) a esperança de que a natureza humana não possa ser alterada pelo totalitarismo, e de que o amor e a natureza possam sobreviver até mesmo às invasões pavorosas do Grande Irmão.”<sup>60</sup> Stein propôs que Rathvon deixasse de lado o final de Orwell, em favor do seguinte desfecho: “Julia se levanta e se afasta de Winston. Será que Winston também não poderia sair do café, não para ir atrás de Julia, mas na direção oposta, e, ao andar melancolicamente pela rua, não poderia ver os rostos das crianças, não o rosto da menina que denunciava o pai, mas os rostos de crianças que houvessem conseguido preservar um pouco de sua inocência natural? (...) Ele começa a andar mais rápido e a música soa mais forte, até que Winston se aproxima de novo do local isolado em que ele e Julia haviam encontrado refúgio do mundo totalitário. Revemos a grama, o vento nas árvores e até, talvez, pelos olhos de Winston, um outro casal abraçado. São essas coisas que, para Winston e para nós, representam a permanência que o Grande Irmão não pode destruir. E, enquanto Winston se distancia dessa cena, ouvimos na trilha sonora seu coração bater, e ele fica sem fôlego, ao se dar conta do que é que o Grande Irmão não pode tirar da humanidade, daquilo que sempre estará em contraste e em conflito com o mundo de 1984, e talvez, para firmar esse ponto de vista, possamos vê-lo olhando para suas mãos: dois dedos na mão esquerda e dois dedos na mão direita, e assim ele sabe que dois e dois são quatro. Ao perceber isso, ele continua a ouvir seu coração batendo e, por extensão, o coração humano batendo — mais alto, enquanto o filme termina.”<sup>61</sup>

O filme, na verdade, encerrou-se com dois finais diferentes, um para o público norte-americano e outro para as platéias britânicas. Nenhum dos dois seguiu as sugestões açucaradas de Stein, embora a versão britânica tenha sido fiel à idéia do fim proposto por ele, com Winston sendo morto a tiros, depois de gritar “Abaixo o Grande Irmão!”, e prontamente acompanhado por Julia. No livro, em contraste direto com isso, Orwell nega explicitamente a possibilidade de o espírito humano elevar-se acima das pressões do Grande Irmão. Winston é inteiramente subjugado, tendo seu espírito alquebrado — “Mas agora estava tudo em paz, tudo ótimo, acabada a luta. Finalmente lograda a vitória sobre si mesmo. Ele amava o Grande Irmão.” As instruções específicas de Orwell de que *1984* não sofresse nenhuma alteração foram convenientemente desconsideradas.

Os filmes *A revolução dos bichos* e *1984* ficaram prontos para distribuição em 1956. Sol Stein anunciou que eram “do interesse ideológico do Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural” e prometeu certificar-se de que tivessem “a mais ampla distribuição possível”.<sup>62</sup> Tomaram-se as devidas providências para estimular a acolhida favorável dos filmes, inclusive “arranjando editoriais nos jornais de Nova York”, bem como a distribuição de “uma enorme quantidade de cupons de desconto”.

Poderíamos argumentar que as “falsificações” são inerentes a qualquer passagem do texto para o celulóide, que a feitura de um filme é, por si só — e não necessariamente por maldade —, um ato de tradução, ou até de reinvenção. Isaac Deutscher, em “The Mysticism of Cruelty” [“O misticismo da crueldade”], seu ensaio sobre *1984*, afirmou que Orwell “tomou emprestada a idéia de *1984*, a trama, os personagens centrais, os símbolos e todo o clima de seu romance, de *Nós*, de Yevgeny Zamyatin”.<sup>63</sup> A lembrança pessoal que Deutscher tinha de Orwell era que ele “pensava muito em ‘conspirações’, e seu raciocínio político pareceu-me uma sublimação freudiana da mania de perseguição”. Preocupado com a “falta de senso histórico e compreensão psicológica da vida política” que observara em Orwell, Deutscher alertou: “Seria perigoso nos cegarmos para o fato de que, no Ocidente, milhões de pessoas podem inclinar-se, em sua angústia e medo, a fugir de sua responsabilidade pelo destino da humanidade, e a dar vazão a sua raiva e seu desespero na gigantesca mistura de bicho-papão e bode expiatório que o *1984* de Orwell tanto contribuiu para lhes colocar diante dos olhos. (...) Pobre



Orwell, será que algum dia poderia imaginar que seu próprio livro se tornaria um item de tamanho destaque no programa da Semana do Ódio?”<sup>64</sup>

Mas Orwell em si não era inteiramente inocente nessas manipulações da Guerra Fria. Afinal, havia entregado uma lista de simpatizantes suspeitos ao Departamento de Pesquisa de Informações, em 1949, lista esta que denunciara 35 pessoas como simpatizantes (ou “FT”,\* no linguajar orwelliano), ou como suspeitos de serem testas-de-ferro ou “adeptos” do comunismo, entre elas Kingsley Martin, editor da revista *New Statesman and Nation* (“Liberal decaído. Muito enganador”), Paul Robeson (“Muito contrário aos brancos. Defensor de Wallace”), J. B. Priestley (“Adepto ardoroso, possivelmente com algum tipo de vínculo organizacional. Muito anti-EUA”) e Michael Redgrave (o que foi uma ironia, considerando-se seu aparecimento posterior no filme 1984).<sup>65</sup> Profundamente desconfiado de quase todo o mundo, fazia anos que Orwell guardava à mão um caderno azul em formato in-quarto. Em 1949, o caderno continha 125 nomes e se transformara numa espécie de “brincadeira” que ele gostava de fazer com Koestler e Richard Rees, na qual os três estimavam “a que extremos de traição iriam nossas *bêtes noires* favoritas”.<sup>66</sup> Os critérios de inclusão parecem ter sido muito amplos, como no caso de Stephen Spender, cuja “tendência para o homossexualismo” Orwell julgou digna de nota (dizendo também que Spender era “muito pouco confiável” e “fácil de influenciar”). O realista norte-americano John Steinbeck foi incluído na lista, unicamente por ser um “Escritor espúrio, pseudo-ingênuo”, enquanto Upton Sinclair ganhou o epíteto de “Muito bobo”. George Padmore (pseudônimo de Malcolm Nurse) foi descrito como “Negro [talvez] de origem africana?”, “antibranco” e, provavelmente, amante de Nancy Cunard. Tom Driberg foi submetido a fogo pesado, por ser todas as coisas que Orwell adorava temer: “Homossexual”, “Comumente tido como membro de organizações secretas” e “Judeu inglês”.<sup>67</sup>

Entretanto, aquilo que Orwell chamava de sua “listinha” deixou de ser uma espécie de brincadeira e assumiu uma dimensão nova e sinistra, quando ele a entregou voluntariamente ao Departamento de Pesquisa de Informações [IRD], que era um braço secreto (como Orwell sabia) do Ministério das Relações Exteriores da Inglaterra. Embora Adam Watson, do IRD, tenha

\*Abreviatura do original “*fellow traveller*”. (N. da T.)

posteriormente afirmado que “a utilidade imediata [da lista] foi saber que essas não eram pessoas que deveriam escrever para nós”, ele também revelou que “*as ligações [delas] com organizações apoiadas pelos soviéticos talvez tivessem que ser denunciadas, numa data posterior*”.<sup>68</sup> Em outras palavras, uma vez nas mãos de um órgão de governo cujas atividades não eram acessíveis à inspeção, a lista de Orwell perdeu toda a inocência que pudesse ter tido como documento pessoal. Transformou-se num dossiê com um potencial muito real de prejudicar a reputação e a carreira das pessoas.

Cinquenta anos depois, Bernard Crick, biógrafo autorizado de Orwell, deu um sólido apoio ao gesto do escritor, alegando que ele “não diferiu dos cidadãos responsáveis de hoje que transmitem ao esquadrão antiterrorista informações a respeito de pessoas de suas relações que eles acreditam ser terroristas do IRA. Essa era uma época vista como perigosa, o fim dos anos quarenta”.<sup>69</sup> Tal defesa encontrou eco nos que estavam determinados a perpetuar o mito de um grupo de intelectuais ligados por seus laços com Moscou, e unidos na tentativa sediciosa de preparar o terreno para o stalinismo na Grã-Bretanha. Não há provas de que nenhuma pessoa da lista de Orwell (até onde ela já foi divulgada) tenha-se envolvido em atividades ilegais e, com certeza, não há nada que justifique a comparação com terroristas republicanos. “Homossexual” era a única acusação que implicava algum risco de condenação criminal, embora isso não pareça ter detido Orwell na atribuição da palavra. A lei britânica não proibia a filiação ao Partido Comunista, nem proibia que as pessoas fossem judias, sentimentais ou néscias. “No que concernia à direita, Orwell não podia fazer nada de errado”, escreveu Peregrine Worsthorne. “Seu julgamento nesses assuntos era recebido com absoluta credibilidade. Portanto, se ele achasse que a Guerra Fria tornava justificável que um escritor ficasse decididamente ansioso por denunciar outro, era isso, e pronto. Fim de discussão. Mas não deveria ser o fim da discussão. Um ato desonroso não se torna honrado pelo simples fato de ter sido cometido por George Orwell.”<sup>70</sup>

Isso não significa que Orwell estivesse errado em se preocupar com o que chamava de “efeito venenoso do mito russo na vida intelectual inglesa”.<sup>71</sup> Ele, mais do que qualquer outra pessoa, sabia do preço da ideologia e das distorções praticadas em seu nome por “liberais que temem a liberdade, e pelos intelectuais que querem conspirar o intelecto”.<sup>72</sup> Por seus atos, en-

tretanto, ele demonstrou haver confundido o papel do intelectual com o do policial. Como intelectual, Orwell tinha a possibilidade de atrair um público para seus ataques à rússomania britânica, *abertamente*, travando debates com seus adversários nas páginas de *Tribune*, *Polemic* e outros jornais e revistas. Em que sentido se promoveria a causa da liberdade, respondendo à (suspeita de) desonestidade intelectual com subterfúgios?

“Se eu tivesse que escolher um texto para me justificar, escolheria o verso de Milton: ‘Pelas regras conhecidas da antiga liberdade’”, escreveu Orwell no prefácio de *A revolução dos bichos*. Essa frase, explicou ele, referia-se a sua intensa confiança na “tradição profundamente arraigada” da “liberdade intelectual (...), sem a qual nossa cultura característica do Ocidente só poderia ter uma existência duvidosa”. A esse texto ele acrescentou uma citação de Voltaire: “Detesto o que dizes, mas defenderei até a morte teu direito de dizê-lo.”<sup>73</sup> Meses antes de sua própria morte, Orwell parecia estar dizendo: “Detesto o que dizes e defenderei até a morte teu direito de dizê-lo, mas não em qualquer circunstância.” Ao comentar sobre o que via como a debandada de Orwell para a direita, Mary McCarthy observou que era uma bênção ele ter morrido muito moço.

## Quando os camarões aprenderem a assobiar\*

A liberdade transformou-se numa série de clichês (...) o Clichê Hum-hum: “Nem todas as sociedades que parecem livres são tão livres quanto parecem” (...) o Clichê Dúbio: “A Liberdade é Indivisível.”

— Dwight Macdonald, 1956

“Atenção! Atenção! Caros ouvintes, agora vocês ouvirão o manifesto da Federação de Escritores Húngaros (...). Aqui é a Federação de Escritores Húngaros. A todos os escritores do mundo, todos os cientistas, todas as federações de escritores, todas as associações científicas, à elite intelectual do mundo, pedimos a todos vocês sua ajuda e seu apoio. O tempo é curto. Vocês conhecem os fatos. Não é preciso fazer-lhes um relatório especial. Ajudem a Hungria. Ajudem o povo húngaro. Ajudem os escritores, cientistas, operários e camponeses húngaros, assim como nossa intelectualidade. Ajudem. Ajudem. Ajudem.”

---

\*O título alude a um discurso de improviso feito por Nikita Khrutchov em Moscou, num jantar para dignitários alemães visitantes, realizado em 17 de setembro de 1955, conforme matéria publicada no *New York Times* de 18 de setembro de 1955. Eis o trecho em questão: “Dizem que os delegados soviéticos sorriem. É um sorriso autêntico. Não é artificial. Queremos viver na paz e no sossego. Mas, se alguém acha que nossos sorrisos implicam o abandono dos ensinamentos de Marx, Engels e Lenin, engana-se redondamente. Quem espera por isso terá de esperar até o dia em que os camarões aprenderem a assobiar” [ou em que as galinhas criarem dentes, como dizemos no Brasil]. (*N. da T.*)

Domingo, 4 de novembro de 1956. Às 8:07h, minutos depois de transmitir essa mensagem, a Rádio Budapeste silenciou. Inundando a capital sob a proteção do manto da noite, o exército soviético havia iniciado sua repressão brutal do levante de outubro. Nos meses seguintes, 15 mil húngaros foram mortos e 5 mil foram presos sem julgamento. Ao avançar com suas divisões de tanques pelas avenidas centrais de Budapeste, foi como se a União Soviética punisse o mundo por havê-la julgado tão mal — o stalinismo morreu? Viva o stalinismo!

Após uma década de tramas, análises, coleta de informações e elaboração de estratégias para a libertação das “nações cativas” da Europa, os Estados Unidos, nesse momento, ficaram imóveis e aparentemente horrorizados com essa exibição dos músculos soviéticos. “Os revolucionários húngaros morreram, perdendo a esperança no mundo livre, que se dispunha a compartilhar sua vitória, mas não sua luta”,<sup>1</sup> escreveu Manès Sperber, amargurado, no dia 11 de novembro. Mas, com a invasão anglo-franco-israelense simultânea de Suez, Eisenhower viu-se atolado na lama moral, limitado pelos paralelos cruelmente óbvios da agressão imperialista.

Não foi apenas o Suez, entretanto, que paralisou a América: embora os estrategistas do governo e os chefões do serviço secreto houvessem passado anos arquitetando exatamente um acontecimento como a rebelião húngara, tratava-se de uma quimera, um jogo abstrato, que se revelou praticamente inútil diante da realidade. A “Operação Foco”, com a qual a CIA supunha vir examinando minuciosamente as questões húngaras desde o início da década de 1950, mostrou-se desoladoramente vaga. Lawrence de Neufville, que fora nomeado para a Rádio Europa Livre em 1954, recordou que, em seu primeiro mês na estação, havia perguntado: “Que acontece se um homem de capa de chuva entrar aqui e disser: ‘Temos escutado esse negócio todo e estamos prontos para dar início a uma revolução’? Eles discutiram isso numa reunião especial de diretoria e não sabiam o que fazer. Era um castelo de cartas, e foi o que eu lhes disse. Estavam todos ocupados em achar que vinham fazendo o bem, e não havia ninguém traçando nenhum plano real. E aí, foram apanhados pelos acontecimentos.”<sup>2</sup>

Durante a revolução de outubro, a Rádio Europa Livre incentivara repetidas vezes os insurgentes. De acordo com algumas informações, havia até prometido apoio armado, embora isso tenha sido — e ainda seja — vigorosamente negado pela CIA. Mas, segundo Neufville, a Agência não estava

em condições de fazer tais desmentidos, porque, por incrível que pareça, não fazia idéia do que a seção húngara andava realmente transmitindo. “A coisa toda era uma impostura e uma ilusão”, explicou ele. “A Rádio Europa Livre enviava regularmente orientações a Washington e Munique sobre os programas que transmitia, mas tudo não passava de areia nos olhos, porque eles simplesmente ignoravam suas próprias orientações. Além disso, o governo dos Estados Unidos tinha um acordo com os britânicos para o monitoramento e a tradução dos programas transmitidos no Leste Europeu, mas, espantosamente, ninguém jamais traduzia os programas da Rádio Europa Livre, de modo que Washington simplesmente não sabia o que acontecia em sua estação de rádio. A CIA não deveria ter desmentido os programas húngaros, porque ela simplesmente não sabia.”<sup>3</sup> As transcrições completas dos programas húngaros da Rádio Europa Livre, nesses dias cruciais de outubro de 1956, nunca foram encontradas.

À medida que se instalou o reconhecimento de que a revolução de outubro havia fracassado, milhares de húngaros fugiram para a Áustria, a fim de escapar às represálias soviéticas. Entrando aos borbotões pela fronteira, dirigiram-se sobretudo a Viena. Mais uma vez, os norte-americanos estavam totalmente despreparados. Escrevendo a Shepard Stone, na Fundação Ford, Josselson alertou para o fato de que “a situação que envolve os refugiados parece estar chegando a um estado de caos intolerável. Nosso escritório em Viena, assim como os que voltaram de lá nos últimos dias, falam de uma catástrofe iminente, a menos que se tomem de imediato algumas providências fundamentais”.<sup>4</sup> Também em Viena estava Frank Wisner, que havia chegado de Washington bem a tempo de assistir à desintegração da revolução fracassada. Tamanho foi seu abalo emocional, que ele começou a exagerar na bebida. Quando chegou à sua parada seguinte, Roma, os agentes locais da CIA lutaram para fazê-lo superar suas noitadas de embriaguez. Em Atenas, Wisner comeu uns mexilhões crus que lhe causaram hepatite, febre alta e delírios. Sua família e amigos atribuíram seu declínio posterior como assistente principal de Allen Dulles à confusão emocional daquele outono. Cada vez mais irritado e irracional, Wisner teve um colapso nervoso em 1958 e foi substituído no cargo de assistente de Dulles.<sup>5</sup>

Melvin Lasky também entrou em cena rapidamente, disparando de um lado para outro entre Viena e a fronteira húngara, num estado de grande

agitação. Enquanto Wisner se descobriu num Getsêmane pessoal, Lasky animou-se com a satisfação do cumprimento de uma profecia. “A Hungria, bem, aquilo foi o máximo para nós”, lembrou, empolgado. “Quero dizer, não foi preciso pagarmos um centavo por aquilo. Foi a confirmação da análise, da nossa análise, que dizia que todo totalitarismo era uma farsa. E colocou firmemente na pauta a liberdade, a liberdade burguesa.”<sup>6</sup> Unindo forças com Friedrich Torberg, cujo escritório da revista *Forum* tornou-se a sede improvisada da campanha húngara do Congresso, Lasky montou um registro de intelectuais e estudantes refugiados e se empenhou em lhes arranjar vagas nas universidades européias (à razão de quinze por dia). Também começou a compilar um dossiê de documentos (com a ajuda de seus amigos da Rádio Europa Livre e da Voz da América), intitulado *La Révolution hongroise*, que foi um relatório oficial publicado na Inglaterra pela Secker and Warburg e, nos Estados Unidos, pela Praeger.

Em Paris, o Congresso firmou sua posição, ficando com seus escritórios no Boulevard Haussman apinhados de gente. “Foi um ponto alto de tensão e paixão. Foi incrivelmente empolgante, era para isso que estávamos ali”,<sup>7</sup> disse John Hunt, que chegara ao Congresso apenas uns meses antes. Convocando sua extensa rede de contatos e afiliados, o escritório parisiense coordenou protestos populares de Santiago à Dinamarca, do Líbano a Nova York, de Hamburgo a Bombaim. Na Suécia, o comitê local convenceu oito ganhadores do Prêmio Nobel a assinarem um telegrama de protesto dirigido ao marechal Bulganin. O Comitê Norte-Americano organizou um enorme comício de protesto, ao qual compareceram Koestler e Silone (eles queriam a presença de Hemingway e telegrafaram a Josselson para que os ajudasse a localizá-lo, mas este respondeu que “Hemingway supostamente na Europa, paradeiro incerto”). Em janeiro de 1957, o escritório de Paris pôde informar que “as ações dos vários comitês nacionais nunca foram tão unidas nem tão fortes”.<sup>8</sup>

Outro efeito da crise húngara foi a formação da Philharmonica Hungarica, uma orquestra montada por iniciativa de Josselson, sob a direção musical de Antal Dorati e tendo Zoltan Rozsnyay como maestro. Rozsnyay havia fugido para Viena, em companhia de uma centena de integrantes da Filarmônica de Budapeste, assim que os tanques soviéticos começaram a disparar contra a capital húngara. Com uma verba inicial de setenta mil dólares, a orquestra tornou-se um foco poderoso do *Kulturkampf* e faz turnês até hoje.

Entretanto, o desdobramento mais empolgante, para Josselson e sua “tropa de choque intelectual”, talvez tenha sido a notícia de que Sartre havia repudiado publicamente o Partido Comunista, rotulando a liderança soviética de “um grupo que hoje supera o stalinismo, depois de havê-lo denunciado”. Escrevendo no jornal *L'Express*, em 9 de novembro de 1956, o escritor denunciou a política soviética desde a Segunda Guerra Mundial como “doze anos de terror e estupidez”, e condenou “vivamente” a intervenção na Hungria. Reservando invectivas especiais para os comunistas de seu próprio país, declarou Sartre: “Não é nem jamais será possível restabelecer relações com os homens que hoje dirigem o Partido Comunista francês. Cada uma de suas frases, cada um de seus gestos, é produto de trinta anos de mentiras e esclerose. Suas reações são as de pessoas completamente irresponsáveis.”<sup>9</sup> O Congresso imprimiu milhares de cópias do pronunciamento de Sartre, distribuindo-o juntamente com o de Camus, que ameaçou liderar um boicote da Organização das Nações Unidas, caso ela não aprovasse “a retirada imediata das tropas soviéticas” da Hungria, bem como “denunciar publicamente sua falência e seu fracasso”, se a ONU ficasse aquém dessa exigência. “Parece haver (...) um afastamento dos intelectuais franceses, em ordem decrescente, dos comunistas, dos simpatizantes, dos progressistas, dos anticomunistas e, agora, dos comunistas anticomunistas”,<sup>10</sup> observou Josselson, radiante. O Comité National des Écrivains, de Louis Aragon, uma entidade apoiada pelos comunistas, foi, nas palavras de Josselson, “praticamente torpedeado (...). É lícito dizer que a ‘*mystique*’ comunista foi destroçada”. Mas ele também assinalou que “o Partido Socialista francês poderia ter tirado proveito da situação, não fosse pela malfadada intervenção no Egito”.<sup>11</sup>

Outra verdade a respeito do conflito de Suez firmou-se na mente de Josselson nessa ocasião. “É óbvio que, para não sucumbir, a Europa tem que se tornar independente de suas fontes de petróleo no Oriente Médio”, disse ele a um correspondente. “Um programa intensificado de pesquisa científica, para a substituição do petróleo por outras fontes de energia, talvez seja a resposta.”<sup>12</sup> Em termos específicos, Josselson referia-se à energia nuclear. As tentativas de obter a aceitação da energia atômica eram uma prioridade da política externa norte-americana desde longa data. Em 1952, C. D. Jackson havia anotado em seus arquivos que “estavam progredindo os trabalhos, na [revista] *LIFE*, sobre um artigo de Gordon Dean para eliminar o complexo



de culpa dos Estados Unidos pelo uso da bomba atômica”.<sup>13</sup> C. D. Jackson também se envolveu de perto na preparação do famoso discurso de Eisenhower intitulado “Átomos para a paz”, proferido na ONU em 8 de dezembro de 1953, no qual o presidente propôs uma redução unilateral das armas atômicas e sublinhou a maneira de desviar os usos militares da energia nuclear para usos civis. Não sendo dado a perder nenhuma oportunidade de propaganda, C.D. Jackson submeteu a Frank Wisner, em fevereiro de 1954, um memorando em que sugeriu uma ampliação da proposta de Eisenhower, para que ela incluísse “o anúncio de um projeto de construção do primeiro reator atômico em Berlim”. No dizer de C.D., havia “razões muito práticas, bem como de propaganda, para fazê-lo. Cada libra-peso de combustível usada em Berlim, seja ele líquido ou sólido, tem que ser levada para a cidade passando pelo território soviético. Apesar dos estoques de reserva que acumulamos, um novo bloqueio seria muito grave”.<sup>14</sup> Uma usina de energia atômica, ponderou ele, “conseguiria suprir a necessidade [energética] básica para cuidar da cidade, em caso de sítio”. O valor em termos de propaganda, “perante os alemães e os soviéticos”, era “óbvio”. Na verdade, em termos de propaganda, nem seria preciso tomar “uma decisão final sobre a construção efetiva da usina. A idéia poderia ser vazada como uma simples idéia. Um grupo de inspeção poderia circular por Berlim à procura de um local adequado; um terreno baldio poderia ser cercado e posto sob vigilância, com cartazes misteriosos; e o projeto, por enquanto, poderia limitar-se ao estágio dos boatos, o que, do ponto de vista dos berlinenses e dos observadores soviéticos, é quase tão bom quanto o início efetivo das obras”.<sup>15</sup>

Josselson não possuía nada que se aproximasse desse raciocínio maquiavélico. Estava sinceramente empolgado com a idéia de Eisenhower de “transformar as espadas nucleares em relhas de arado”.<sup>16</sup> Seus motivos eram sinceros, apesar de ingênuos: numa carta a Nabokov, escreveu ele: “É evidente que a exploração da energia atômica modificará radicalmente o destino da humanidade e da sociedade. Continuo firmemente convencido de que também marcará o canto do cisne do marxismo, e fornecerá uma nova base filosófica e sociológica à humanidade, assim como a Revolução Industrial forneceu a base das teorias de Marx.”<sup>17</sup> Acolhendo como “um golpe de gênio” a proposta de Eisenhower de usar os recursos de energia atômica para fins pacíficos, Josselson fez questão de promover essa idéia nas publicações

do Congresso, mas deparou com uma muralha de indiferença. “Tenho tentado desesperadamente fazer com que a proposta [de Eisenhower] seja acompanhada por uma série de artigos na *Preuves*, da qual eles seriam apanhados por outras publicações da Europa”, disse ele a Neufville em janeiro de 1954. “Infelizmente, os três principais cientistas não comunistas da França declinaram o convite, pretextando uma coisa ou outra. (...) É a situação habitual da boa idéia que não é inteiramente explorada, porque as pessoas são preguiçosas demais, ou estão atarefadas demais, ou simplesmente não dão a mínima. No entanto, essa é uma idéia capaz de instilar novas esperanças e confiança entre alguns europeus bastante desesperançados.”<sup>18</sup> Josselson concluiu dizendo: “Se você tiver alguma idéia, por favor, não a guarde para si.”<sup>19</sup>

O que aconteceu em seguida proporciona um raro vislumbre do funcionamento da burocracia clandestina que estava por trás do Congresso pela Liberdade Cultural. A carta de Josselson foi transmitida a C. D. Jackson, na Casa Branca. Este a passou para Tracy Barnes, na CIA, com a sugestão de que William Tyler fosse solicitado a “redigir anonimamente essa matéria para o cientista europeu de grande nomeada que for mais conveniente”. Tyler era funcionário de relações públicas na embaixada norte-americana em Paris (embora suas muitas funções sugiram que isso constituía uma fachada). “Além de escrever um francês acadêmico impecável”, disse Jackson, “Tyler tem a vantagem adicional de haver tomado conhecimento de muitos (...) rascunhos desse discurso, de modo que tem uma compreensão completa da filosofia do discurso.” Jackson disse a Barnes que submetesse essa idéia “diretamente a Josselson”, com urgência, uma vez que a edição seguinte da *Preuves* estava prestes a ser fechada.<sup>20</sup>

Enquanto Josselson alimentava planos de uma Europa abastecida de energia nuclear e unida em torno do conceito de liberdade democrática, Dwight Macdonald estava no Egito para ver os impérios ocidentais se portarem mal, designado para essa tarefa pela revista *Encounter*, da qual acabara de se tornar editor associado. Macdonald, que tinha, no dizer de um amigo, a aparência de um professor biruta com uma rede de caçar borboletas, achava-se num ponto alto de sua carreira: acabara de concluir seu extenso perfil da Fundação Ford para *The New Yorker* e se deleitava com a oportunidade de trabalhar para uma revista intelectualizada como a *Encounter*. Por isso, foi estranho que sua temporada no Cairo não o tenha estimulado a redigir ne-

nhuma boa reportagem. Aliás, ao ouvir uma bomba estourar num prédio próximo de seu hotel, ele bateu em retirada para os subúrbios residenciais, onde passou vários dias escondido, sem entrar em contato com o escritório da *Encounter*. Macdonald, que havia descrito como “muito divertida” a sua prisão em 1940, por ter feito piquetes em frente ao consulado soviético em Nova York, parecia haver perdido seu gosto pelos riscos, e nem por uma vez se arriscou a sair da cidade para ver a zona de guerra. “Pagamos umas duzentas libras esterlinas por sua passagem e pagamos o hotel, para que Dwight pudesse fazer uma autópsia de Suez”, recordou Lasky, “mas o que ele escreveu foi absolutamente impublicável. Ele teve um bloqueio por lá, e depois voltou e passava meses a fio sentado no escritório, e só havia mesmo esse bloqueio do escritor.”<sup>21</sup>

A nomeação de Macdonald para a *Encounter* tinha sido controvertida desde o começo. Josselson nunca ficara satisfeito com o trabalho editorial de Kristol e, desde o primeiro número, os dois haviam entrado em choque quanto ao que a revista deveria ser. Josselson achava Kristol preciosista demais quanto às questões da Guerra Fria e exigia mais ênfase no aspecto político da revista. “Não estamos publicando revistas culturais com C maiúsculo. Inquieta-me a sua incapacidade de perceber isso”,<sup>22</sup> disse Josselson numa admoestação a Kristol (observação que quase corrobora o comentário de um crítico, no sentido de que a *Encounter* era uma revista de propaganda política com um *décor* cultural). Lasky, como sempre, concordou com Josselson: “Em meados da década de 1950, preocupava-nos que a *Encounter* não prestasse atenção suficiente aos assuntos soviéticos e do Leste Europeu. Mas Kristol não queria fazer esse trabalho — tinha uma espécie de medo nervoso e compulsivo das discussões ideológicas.”<sup>23</sup> Apesar de já haver chamado Kristol às falas numa série de reuniões em Paris, em 1955 Josselson estava completamente exasperado. “Você deve estar lembrado de que, em nossa reunião do Comitê Executivo, todos concordaram em que o período gasto até hoje pela *Encounter* na superação da resistência, tanto oculta quanto franca, foi um tempo bem empregado”, escreveu Josselson, misteriosamente, “mas concordaram também em que agora é hora de darmos um passo adiante.”<sup>24</sup> A resposta de Kristol não foi nada submissa: “Basicamente”, escreveu ele, “tenho que fazer as coisas a meu modo (...). Se o meu jeito se revelar insatisfatório, há sempre uma ‘solução final’.”<sup>25</sup>

Enquanto Kristol se referia displicentemente a sua própria extinção, Josselson já estava um passo à frente, instruindo Nabokov e Lasky, em surdina, a fazer sondagens e solicitar recomendações para um editor substituto. Isaiah Berlin, que costumava ser consultado nessas questões, sugeriu H. Stuart Hughes. Outra sugestão foi Philip Horton, ex-integrante do OSS e chefe da primeira sede da CIA em Paris, em 1947, que na época trabalhava para *The Reporter*. Entrementes, Spender se empenhava em solapar a posição de Kristol. “Imagino que seja por ser intensamente competitivo que ele encara toda decisão como uma espécie de conflito, no qual tem que sair vitorioso, seja reservando a decisão para si, seja sabotando-a, quando ela é tomada por um colega”,<sup>26</sup> disse Spender a Josselson, não lhe deixando dúvidas quanto aos benefícios de afastar Kristol: “Se o Irving for embora, poderemos começar a discutir coisas que seriam decididas de imediato, mas que ele transforma em batalhas prolongadas.”<sup>27</sup> Nabokov, por sua vez, tinha outro candidato em mente, e escreveu a seu amigo e confidente, “Arthuro” Schlesinger, perguntando-lhe se poderia, “com extremo tato”, sondar Dwight Macdonald. Schlesinger ficou muito entusiasmado. O mesmo se deu com Malcolm Muggeridge, cujo comentário de que Kristol era “um ótimo sujeito, mas perfeitamente inútil e incapaz de fazer qualquer diferença aqui” escondia o que Lasky afirmou ser “um ódio biológico: ele o via como um bárbaro”.<sup>28</sup>

Josselson concordou em discutir a possibilidade com Macdonald em Nova York, onde foi encontrá-lo em junho de 1955. Os dois se deram bem, mas Josselson mostrou-se preocupado que o temperamento implicante de Macdonald não fosse fácil de acomodar na tenda do Congresso. No dizer de Josselson, ele era “lobo solitário” demais. Ao saber dessa reunião, Sidney Hook ameaçou demitir-se do Comitê Executivo e disse que “daria um susto no Congresso”<sup>29</sup> se Macdonald fosse nomeado. Kristol, que fora mantido no escuro durante todas essas negociações, mostrou-se incrédulo ao finalmente saber que Macdonald estava sendo considerado como seu substituto. “Foi ridículo — ele era anarquista e pacifista!”,<sup>30</sup> exclamou, tempos depois.

Por ocasião da conferência sobre O Futuro da Liberdade, realizada pelo Congresso em Milão, em setembro de 1955, o assunto ainda não fora resolvido. Durante aquela meia semana de setembro de 1955, o hotel dos delegados fervilhou de intrigas. Stuart Hampshire guardou mais lembranças da política de *boudoir* que dos debates em si (os quais, segundo Hannah Arendt,

foram “de um tédio mortífero”). Enquanto George Kennan discursava monotonamente sobre “A estratégia da liberdade” (um tema típico de Kennan — a liberdade, tal como a política externa, precisava ser estrategicamente organizada), o quarto de Sidney Hook tornou-se o foco de um grupo que se opunha à indicação de Dwight. Umhas poucas passadas pelo corredor levavam ao quarto de Arthur Schlesinger, onde se reunia a facção que apoiava a nomeação de Macdonald. “Dwight foi vetado, principalmente por Sidney Hook”, lembrou Hampshire. “E percebi com muita clareza, naquele momento, que havia um controle central — o aparelho em ação. Com certeza, Dwight seria um cânone frouxo. Nunca se sabia o que poderia dizer ou fazer a seguir. E eles não estavam dispostos a isso.”<sup>31</sup>

Mas Schlesinger fincou pé: “Eu o apoiei. A CIA também, e ela pressionou Josselson a aceitá-lo, o que ele fez com relutância.”<sup>32</sup> Acabou-se por chegar a uma solução de compromisso, mediante a qual Macdonald seria contratado pela *Encounter* por um ano, como “editor colaborador”, e Kristol permanecería no cargo. Ao escrever a Muggeridge para lhe explicar esse arranjo, Josselson disse ter dado a Kristol “uma dose tão forte de tratamento franco, beirando a brutalidade, que é possível esperar uma mudança salutar em sua atitude”.<sup>33</sup> Em poucos meses, porém, essas expectativas tinham-se frustrado. Os ataques maliciosos continuaram, e Josselson descobriu-se escrevendo a Kristol, em tom exasperado: “Eu não arrancaria a sua cabeça, se você não esticasse o pescoço. Não sei onde você traça a demarcação entre a crítica editorial e as questões de princípio.”<sup>34</sup> Na intimidade, Josselson confessou a Daniel Bell: “Às vezes tenho a sensação de que o Irving modificará seu estilo quando os camarões aprenderem a assobiar.”<sup>35</sup>

Josselson teve receios intuitivos acerca de Macdonald. Mal foi confirmada a nomeação dele (com um generoso salário de doze mil dólares mais despesas), Dwight submeteu à *Encounter* um artigo intitulado “Sem milagres em Milão”. Seus comentários sobre as acomodações luxuosas de que desfrutaram os delegados, bem como sobre sua visível falta de concentração nos debates das conferências, deixaram Spender e Kristol zonzos. Ao contrário do que Macdonald tinha previsto — antes de sua ida para Londres, ele escrevera para Spender dizendo-se “imensamente satisfeito” ao saber da atitude do Congresso para com a *Encounter*, pois a “política de não interferência [do Congresso] (...) soa positivamente idílica”<sup>36</sup> —, seu artigo foi discutido com

Nabokov, Bondy, Lasky e Josselson, antes de enfim lhe ser devolvido com uma porção de sugestões de emendas. Acabou sendo publicado em dezembro de 1955, um mês depois de um relato muito mais respeitoso, escrito pelo sociólogo conservador Edward Shils. Mas essa intromissão foi um pequeno prenúncio do que estava por vir.

Na esteira dos acontecimentos tumultuados de 1956, o Congresso definiu sua postura. Embora não se visse “exclusivamente como uma organização militante, voltada para o combate ideológico e a denúncia de crimes, falsidades e inquisições”,<sup>37</sup> era exatamente nisso que ele se destacava. Outros arranjos formais para esse tipo de atividade foram concluídos em outubro de 1957, quando Lasky presidiu a criação do Serviço do Fórum do Congresso, que oferecia “informações e análises de fundo” aos assinantes do mundo inteiro. Na verdade, a Forum World Features (sua nova denominação) foi uma clássica operação secreta da CIA, na qual John Hay Whitney funcionou mais uma vez como testa-de-ferro, registrando a companhia em seu nome como uma empresa de Delaware com escritórios em Londres. Na década de 1960, a Forum World Features era o serviço de notícias de maior circulação entre os que pertenciam à CIA.

Não obstante, sob a direção cuidadosa de Josselson, o Congresso continuou a ser visto como a única organização internacional independente que proclamava de maneira sistemática o valor da liberdade. “Tratava-se de criar uma área de liberdade cultural, ela mesma, na qual as grandes iniciativas da literatura, da arte e do pensamento pudessem ser acompanhadas”, explicou uma declaração do Congresso. “Para fazer oposição a um mundo em que tudo atendia a objetivos políticos, o que era inaceitável para nós, era necessário criar plataformas em que a cultura pudesse expressar-se, sem levar em conta a política e sem se confundir com a propaganda, plataformas em que o interesse direto recaísse sobre as próprias idéias e obras de arte.”<sup>38</sup> Em última instância, esse seria o critério sobre o qual o Congresso se ergueria ou desmoronaria. É claro que o imperativo da propaganda nunca foi abandonado por seus patrocinadores secretos. O trabalho de Josselson era certificar-se de que esse imperativo fosse cuidadosamente ocultado e, pelo menos de momento, isso pareceu funcionar: as pessoas acudiam em bando para o Congresso. Se em algum momento houve algo que se pudesse chamar de anticomunismo chique, foi nessa ocasião.

Mais uma vez, o custo pessoal para Michael Josselson foi alto. Em agosto de 1957, ele foi submetido a uma cirurgia pavorosa, que implicou a retirada e a reposição de artérias em sua perna. Enquanto convalescia, Melvin Lasky o animou com a notícia da “Batalha de Brecht”, na qual o Congresso voltara suas baterias contra os “idólatras” do “milionário comunista” numa conferência realizada em Berlim, obtendo mais um grande sucesso na “*Kulturpolitik* alemã”. Ainda mais animadora foi a notícia de que a Fundação Ford havia confirmado uma nova verba de 500 mil libras esterlinas para o Congresso, e de que a Fundação Rockefeller também estava renovando suas doações.

Mas a palavra final desse ano ficou com os soviéticos, quando eles lançaram o primeiro satélite orbital bem-sucedido do mundo, no dia 4 de outubro. Pesando menos de noventa quilos, o Sputnik 1 (cujo nome significava “simpatizante”) exerceu uma enorme influência nos assuntos internacionais. Ao bipolar ao redor do globo, ele criou instantaneamente um clima de pânico no governo dos Estados Unidos. “Creio que o Sputnik enterra para sempre a reputação do velho Ike na posteridade (...) o primeiro na guerra, o primeiro na paz, o primeiro nos campos [de golfe] — mas o segundo na Lua”,<sup>39</sup> disse Lasky a um correspondente. Um mês depois, quando a tentativa norte-americana de lançar um satélite muito menor estatelou-se no chão, à vista das câmeras do noticiário do mundo inteiro, o sabor de derrota foi realmente amargo.

## O calcanhar-de-aquiles

O poder foi a primeira coisa que deu errado na CIA. Era demasiado, e era fácil demais de fazer valer.

— Tom Braden

No fim da década de 1950, a CIA passara a ver a *Encounter* como sua norma, concordando com a avaliação que Josselson fizera da revista como “nosso maior trunfo”. No linguajar da Agência, “trunfo” era “qualquer recurso à disposição dela, a ser usado num papel operacional ou de apoio”.<sup>1</sup> O princípio operacional da Agência, tal como estabelecido por Tom Braden, ditava que não se exigiria das organizações beneficiadas por seu apoio que elas “respaldassem todos os aspectos da política oficial norte-americana”.<sup>2</sup> Isso significava que uma pauta esquerdista podia sobreviver num órgão como a *Encounter*. Mas, embora ela “fosse esquerdista, no sentido de dar expressão a algumas visões de esquerda, (...) não era, de modo algum, o fórum livre que tinha a pretensão de ser”,<sup>3</sup> segundo o filósofo britânico Richard Wollheim. “Creio que seu efeito era dar a impressão de estar publicando todo o espectro de opiniões. Mas, invariavelmente, eles o limitavam num certo ponto, sobretudo no que dizia respeito a áreas da política externa norte-americana. Era uma coisa feita com habilidade: havia opiniões publicadas que criticavam os Estados Unidos, mas elas nunca eram *realmente* críticas.”<sup>4</sup> E era assim, segundo Tom Braden, que se esperava que a revista *Encounter* funcionasse: “Ela era propaganda, no sentido de que não se desviava com frequência do



que o Departamento de Estado dizia ser a política externa norte-americana.”<sup>5</sup> Quando Braden oferecia um certo grau de liberdade, com certeza não pretendia que a *Encounter* ficasse livre para *denunciar* todo e qualquer aspecto da política oficial dos Estados Unidos. E isso, em 1958, foi precisamente o que a revista se dispôs a fazer.

No começo do ano, Dwight Macdonald reapareceu em Nova York, após sua temporada na *Encounter*. Para desdobrar a viagem, fizera uma parada de dois meses na Toscana, onde tinha sido inundado pelo sentimento da fecundidade da tradição européia. De volta a Nova York, onde os motoristas de táxi xingavam e a educação da população era “atroz”, Macdonald sofreu um grave surto de choque cultural. Sentou-se para escrever sobre seus sentimentos de repulsa — ante a violência, o mau gosto e o caráter “informe” dos Estados Unidos, um país sem estilo, sem visão do passado ou do presente, empenhado em arrancar o máximo de lucro. “O lema nacional não deveria ser ‘*Et pluribus unum*’ nem ‘Em Deus confiamos’, e sim ‘Garanti o meu, e você que se dane, Jack!’”,<sup>6</sup> afirmou ele, enraivecido.

O que Macdonald escreveu foi um lamento retardado por um país que ele via como já em declínio. Com tantos intelectuais afluindo em bando para abraçar a cultura “norte-americana”, o independente Dwight redescobriu a ânsia de marcar uma posição “contrária à índole norte-americana”. Em janeiro, enviou suas idéias à revista *Encounter*, num artigo que tinha o título simples de “América! América!”. Spender o aceitou, sem ler sua íntegra adequadamente, como afirmou tempos depois. Mas Irving Kristol ficou estarecido. Julgou o artigo “chegado aos textos de John Osborne”, de uma “autodestrutividade” pouco saudável e mal construído. “Dwight era um jornalista maravilhoso, mas totalmente imprevisível e, vez por outra, capaz de ser muito bobo”,<sup>7</sup> disse ele, acrescentando que, por ser de origem privilegiada, Dwight não entendia nada da América, e que o mesmo empecilho o impedia de compreender a Inglaterra, com a qual os Estados Unidos foram comparados de forma muito desvantajosa em seu artigo. “Ele não sabia nada da Inglaterra; nunca foi a um jogo de futebol na Inglaterra, nunca foi a um jogo de rúgbi na Inglaterra. Seu conhecimento da Inglaterra vinha dos diversos bares da região de St. James. Ele era um bronco — dizia ‘GROS-VENOR Square’,\* pelo amor de Deus!”<sup>8</sup> Isso, dito por um homem que tinha o hábito

\*Na pronúncia britânica (grōv'nər), o s e o e não são audíveis. (N. da T.)

de usar chapéu-coco e ir para o trabalho levando um guarda-chuva, era realmente uma afirmação e tanto. Lasky também achou que “o artigo [era] muito ruim” e fez eco à afirmação de Kristol de que Macdonald não conhecia nada da verdadeira América, porque “era um homem de Yale e Greenwich Village, e era só disso que entendia. E, ao ir para a Inglaterra, ele havia levado consigo todos os lugares-comuns que formavam a postura de um inocente norte-americano de Mark Twain no exterior. Adorava tudo que era britânico. Adorava os *pubs* e os nomes das ruas e praças, e tudo o mais. Ficávamos constrangidos. Os norte-americanos podiam ser mesmo muito ingênuos, e ficar num nível muito baixo. Foi um artigo terrível. Eu disse ao Mike [Josselson], na ocasião, que Dwight era o calcanhar-de-aquiles do Congresso, e tinha razão”,<sup>9</sup> concluiu Lasky, com ar pretensioso.

Mas o pecado de Macdonald foi muito maior do que sua pronúncia errada de Grosvenor Square. Na qualidade de crítica da América contemporânea, o artigo com certeza tinha seus pontos fracos. Como fica claro pela natureza exclamativa do título, ele mais era uma censura instintiva do que uma crítica seriamente ponderada aos valores norte-americanos. Comparava os Estados Unidos à Inglaterra e à Itália de um modo que demonstrava uma fraqueza romântica pela idealização de culturas estrangeiras. Apesar disso, era também um texto de extraordinária relevância, que explorava uma profusão de dados e pesquisas recentes, tocando em praticamente todas as áreas da vida estadunidense que interessavam aos que queriam divulgá-la. Foi estranho o modo como Macdonald se dispôs a derrubar todas as vacas sagradas, como se tivesse lido em algum lugar uma lista certa de todos os estereótipos negativos que os agentes secretos norte-americanos faziam questão de erradicar. Ele denunciou o materialismo desenfreado, não acompanhado por um crescimento espiritual correspondente, os crimes violentos, o avanço irrefreável dos painéis de propaganda, a falta de discernimento entre os críticos literários e o predomínio da discriminação racial. Atacou John Foster Dulles como “o Artful Dodger\* carola”, perfeito protótipo da rudeza e hipocrisia da América; Henry Luce como “um escoteiro que age como gângster”; o vice-presiden-

---

\*Artful Dodger, ou o trapaceiro habilidoso, é um personagem do clássico *Oliver Twist* (1837-1839), de Charles Dickens. (N. da T.)

te Nixon, por seu comportamento desastrado na Venezuela (pelo qual ele era “cronicamente atacado”, com justa razão); o presidente Eisenhower, por ser um reacionário com ares de pistoleiro; George Walker, vice-presidente da Ford Motors, por agir como “um potentado oriental”; os sindicatos trabalhistas norte-americanos, por estarem mais interessados nas relações públicas do que na luta de classes, e seus dirigentes, David Dubinsky e Walter Reuther, por serem “tão desgraçadamente moralistas”.<sup>10</sup> E assim prosseguiu seu catálogo dos pecados estadunidenses contemporâneos, com a aversão de Macdonald ao decadente império norte-americano levando-o a novos píncaros de repulsa: “Quando ouvimos os europeus reclamarem da americanização da Europa, dá vontade de fazê-los passar umas semanas aqui, para terem uma idéia da situação real (...). Até os russos soviéticos, apesar de toda a sua crueldade, mal encoberta pela capa da ideologia, parecem falar uma linguagem mais comum com outros povos do que nós.”<sup>11</sup>

Embora julgasse o artigo “sumamente ridículo”, Kristol concordou em publicá-lo, alegando não ter escolha, dada a aceitação de Stephen. Mal o artigo foi aceito, o escritório de Paris recebeu uma cópia. Spender e Kristol foram imediatamente exortados a não publicá-lo, e informados de que Junkie Fleischmann dissera que ele prejudicaria o Congresso e poria em risco seu financiamento. “Foi fácil me convencer a não publicá-lo, já que eu não tinha gostado mesmo do texto”, disse Kristol, tempos depois. “Stephen foi um pouco mais recalcitrante. No fim, porém, dissemos [ao escritório de Paris] que, se aquilo realmente dificultaria tanto a vida deles, podíamos prescindir do artigo. E então Dwight publicou-o noutro lugar, queixando-se de censura. Rejeitar um artigo não é censura. Fui editor de revistas a vida inteira e rejeitei muitos artigos, e nunca vi isso como uma forma de censura.”<sup>12</sup>

Coube a Spender dizer a Macdonald que eles não poderiam publicar o texto sem alterações consideráveis. Depois de reler o artigo, disse Spender, ele o havia achado unilateral e crítico demais. Acrescentou que Nabokov o lera e tinha “ficado muito aborrecido”. Macdonald enfureceu-se, ao saber que “o Secretário-Geral e Grão-Mestre do Decoro Internacional, Nicolas Nabokov”, andara dando “conselhos” aos editores da *Encounter*, e sugeriu a “Stephen Irving Nicholas Mike, ou a quem quer que esteja por aí e decida as coisas”, que, desse momento em diante, os editores simplesmente “consultem de imediato o escritório de Paris, ao receberem um manuscrito ‘contro-

vertido', para saberem prontamente o que ele acha".<sup>13</sup> Ocorre que era exatamente isso que os editores faziam.

Com a recusa de Macdonald a aceitar qualquer corte, o texto foi finalmente descartado. Tinha sido aceito, rejeitado, aceito e rejeitado. "Eu me senti mal com aquilo", disse Spender numa entrevista, pouco antes de morrer. "Foi o único artigo a não ser publicado na *Encounter* em decorrência da pressão fortíssima que o Congresso pela Liberdade Cultural exercia sobre nós. Absolutamente o único. Quando surgiram problemas com ele, achei que era uma bobagem de artigo e que, provavelmente, se o houvesse examinado, eu teria querido alterá-lo ou o rejeitaria. Agora, olhando para trás, essa é a única coisa que lamento muito, pois acho que, mesmo que não gostasse do texto ao examiná-lo, eu deveria ter insistido, frisado uma coisa a que todos se rendiam: que devíamos publicar aquele artigo, já que o havíamos aceitado, e já que a única razão para rejeitá-lo era seu antiamericanismo."<sup>14</sup>

Mas não foi só o escritório de Paris que interveio. De acordo com Diana Josselson (que julgou "todo [o artigo] muito *désabusé*"\*), esse foi "o único exemplo de intervenção editorial da CIA, e Michael lutou arduamente contra ela, mas não venceu".<sup>15</sup> Como foi que a Agência tomou conhecimento do artigo, para começo de conversa? Se, como afirma a ortodoxia defendida pelos implicados, as publicações do Congresso não eram previamente examinadas pela CIA, como foi que ela recebeu a notícia do texto de Macdonald? Josselson recebia exemplares antecipados da *Preuves* e, no mínimo, o índice da *Encounter*. Mas, com certeza, não seria do seu interesse transmitir esse texto inflamado a seus superiores em Washington, certo? Ele sempre preferiu lidar com os problemas independentemente da Agência, de cuja ligação com o Congresso ressentia-se cada vez mais. Mas não há dúvida de que "América! América!" percorreu os corredores de Washington. O mais provável é que tenha chegado lá através do agente de informações da CIA no Congresso (que era, na época, Lee Williams).

Se a única coisa errada com o artigo era sua submissão a um antiamericanismo barato, por que a Agência pôs em risco a credibilidade da revista *Encounter*, seu "maior trunfo", no esforço de suprimi-lo? Ali estava, com certeza, uma ótima oportunidade de demonstrar a "*bona fides*" da revista,

---

\*Desiludido, em francês no original. (N. da T.)

de esvaziar a idéia de que ela era acrítica em relação às falhas norte-americanas, de reequilibrar a acústica que, no dizer de alguns críticos, sempre soara estranha. E, o que é mais importante, se o artigo era tão ridículo quanto todos alegavam, que prejuízo poderia causar a qualquer pessoa, além de seu autor?

Ao contrário da lembrança posterior de Diana Josselson, na verdade, Josselson foi contra a publicação desse artigo ofensivo desde o começo. Chamou-o de “a matéria mais flagrantemente antiamericana que já li” e disse que seu lugar seria na “*Literaturnaya Gazeta*”.<sup>16</sup> Sabia que Macdonald “provavelmente criará caso e nos atacará publicamente, mas estou disposto a enfrentar isso”. Suas impressões digitais espalharam-se por toda a decisão de cortar o texto. Publicá-lo causaria danos consideráveis à reputação da *Encounter* em Washington, e também faria Josselson parecer nada menos do que um traidor. Sua própria credibilidade estava em jogo.<sup>17</sup>

Para os agentes secretos empedernidos que viam a Divisão de Organizações Internacionais como uma espécie de “diversãozinha colateral”, e que zombavam da idéia de ajudar e favorecer pessoas ou organizações tidas como “amigas”, ou que teriam “o mesmo ponto de vista”, a matéria de Macdonald foi uma confirmação disso. Richard Helms, assistente de Wisner e, mais tarde, diretor da CIA, verbalizou esse ceticismo, ao dizer a um comitê seletivo que “O operador clandestino (...) é treinado para acreditar que não pode realmente contar com a honestidade de seu agente para este fazer exatamente o que ele quer, ou dar informações precisas, a menos que o domine de corpo e alma”.<sup>18</sup> Que alguém a serviço da CIA pudesse ter a expectativa de domesticar Macdonald, famoso por sua iconoclastia, parecia um perfeito disparate.

Todos esses argumentos servem para desviar a atenção da verdadeira razão por que o artigo de Macdonald foi cortado. O antiamericanismo era uma coisa, mas, por si só, talvez fosse tolerado, numa formulação diluída. Todavia, a decisão de Macdonald de concluir seu ataque com o resumo de um longo artigo, que condensava um relatório sobre o comportamento de soldados norte-americanos capturados durante a Guerra da Coréia já era ir longe demais. Resumido por Eugene Kinkead na revista *The New Yorker* no outono anterior, esse relatório, encomendado pelo Exército dos Estados Unidos, era uma dura acusação à conduta dos prisioneiros norte-americanos: “muitas vezes, eles se tornavam intratáveis. Recusavam-se a obedecer ordens, xingavam e, vez por outra, agrediam fisicamente os oficiais que tentavam impor

a ordem (...) nas noites de inverno, os recrutas indefesos que estavam com disenteria eram empurrados pelos colegas para fora das cabanas e deixados do lado de fora, para morrer de frio”. O soldado norte-americano médio parecia “perdido, sem um vidro de comprimidos e um vaso sanitário cuja válvula funcionasse”.<sup>19</sup> De forma sumamente perturbadora, o relatório também havia indicado um alto nível de colaboracionismo e doutrinação. Surpreendentemente, o exército havia divulgado esse relatório, com isso criando um pesadelo para os propagandistas do governo.<sup>20</sup>

A inclusão desses dados na matéria de Macdonald foi uma boa razão para garantir que sua publicação na revista *Encounter* deparasse com um veto oficial. Foi exatamente essa última parte que criou o problema. No entanto, anos depois, nenhum dos homens diretamente envolvidos no corte do artigo de Macdonald conseguiu lembrar-se da questão de Kinkead. “Não tenho conhecimento de que houvesse qualquer abatimento do moral entre os soldados norte-americanos no fim da Guerra da Coréia”, disse Irving Kristol. “E, se houvesse, Dwight não saberia, pois que sabia ele sobre a Guerra da Coréia? Ele ficava sentado em Nova York, escrevendo para *The New Yorker*, não sabia nada da guerra coreana, nunca estivera na Coréia. Acho que nunca chegou sequer a visitar um regimento. Quanto à insatisfação militar na tropa, disso eu não tive nenhuma notícia. Não tenho nenhuma lembrança de que isso estivesse no artigo de Dwight Macdonald.”<sup>21</sup>

Similarmente, ao ser perguntado, Melvin Lasky não conseguiu se lembrar de nada a esse respeito. Nem ele nem Stephen Spender. Nem tampouco Diana Josselson. Só podemos atribuir esse esquecimento a um caso de amnésia histórica coletiva. O lapso de memória de Kristol é particularmente digno de nota: numa carta endereçada a ele em outubro de 1958 (quando o já então famigerado artigo tinha sido publicado na *Dissent*, uma revista à esquerda da *Partisan Review*, e Kristol saíra de Londres para trabalhar para *The Reporter*, em Nova York), Josselson afirmou: “Quanto ao texto exibicionista dele [Macdonald] sobre os Estados Unidos, que aliás você e Stephen cometeram o erro de aceitar, para começo de conversa, você também deve estar lembrado de que pediu que ele o reescrevesse e deixasse de fora toda a parte referente à Coréia, que já fora publicada na *New Yorker*. E ele não o fez.”<sup>22</sup> Em 1959, Kristol continuava envolvido na controvérsia de Kinkead e o atacou pessoalmente, num debate televisionado.<sup>23</sup> Com isso conquis-

tou a (rara) aprovação de Josselson, bem como um novo e “ávido leitor” de *The Reporter*.

O corte do artigo de Macdonald (cujo aparecimento tardio na revista *Tempo Presente*, quando ele já fora publicado em outros periódicos, foi uma recompensa precária) pôs em risco a credibilidade da afirmação de que o apoio da CIA era dado sem a imposição de condições. “Tudo isso tinha a ver com o esforço de criar veículos que, por definição, eram articuladores de valores ocidentais, do debate livre e aberto”, afirmou Lee Williams, agente de informações do Congresso. “Não lhes dizíamos o que fazer, isso seria incompatível com a tradição norte-americana. O que não quer dizer que não houvesse temas que desejávamos ver discutidos, mas não lhes dizíamos o que fazer. (...) Não impúnhamos nada a ninguém. Achávamos que devíamos deixar os fatos falarem por si, deixar o diálogo prosseguir, deixar as vozes livres terem um lugar em que se expressar. Não havia nada de ‘você tem que pensar dessa maneira’, ‘você vai divulgar tal ou qual idéia’, ‘você imprimirá tal artigo’. Isso era totalmente alheio ao que fazíamos.”<sup>24</sup> William Colby também contestou vigorosamente a afirmação de que havia uma expectativa de que publicações como a *Encounter* funcionassem como “megafones dos dólares” da CIA. “Não havia imposição do controle da CIA”, disse ele. “Dávamos apoio, mas não éramos mandões, não dizíamos o que fazer. Podíamos sentar e discutir, como bons amigos, se determinada linha faria sentido, mas não havia nada de ‘É isso e pronto! Isso vem de Washington e não adianta retrucar’”. Não. Isso funcionava com Moscou, mas não servia para Washington.”<sup>25</sup>

Tanto a Agência quanto os intelectuais por ela subsidiados fizeram muito para promover esse mito altruísta. O caso Macdonald sugere uma realidade diferente. “A CIA dizia patrocinar a liberdade de expressão. É claro que não era verdade”, afirmou Jason Epstein. “Quando Dwight Macdonald escreveu seu artigo para a *Encounter*, os editores da revista, respondendo ao que sabiam ser a postura [do Congresso], recusaram-se a publicá-lo. Isso não depõe muito a favor de se promover a liberdade de expressão. [A CIA] promovia uma política e uma linha política: era por isso que pagava, e era isso que esperava receber. A liberdade de expressão não tinha nada a ver com a história.”<sup>26</sup> O próprio Macdonald referiu-se a Nabokov e Josselson como os “Metternichs da diretoria” da revista *Encounter*. “Era como se os Estados Unidos fossem a Venezuela, com todo aquele orgulho nacional melindroso”, observou seca-

mente. “E o mais agradável era a censura ser feita por um congresso pela liberdade cultural!”<sup>27</sup> O sociólogo norte-americano Norman Birnbaum retomou o assunto numa carta aberta enviada ao Congresso, na qual afirmou que a diretriz que havia excluído o artigo da *Encounter* era “uma insolência absoluta”, e mostrava com clareza a existência de uma lacuna entre o que o Congresso pregava e o que ele praticava: “Há alguns anos o Congresso pela Liberdade Cultural vem fazendo preleções aos intelectuais sobre a natureza indivisível da liberdade. Tem razão: a liberdade é indivisível, é preciso lutar por ela nas questões grandes e pequenas, e é preciso estendê-la contra uma centena de dogmatismos e tiranias mesquinhas — inclusive, ao que parece, os de seus autodenominados defensores.”<sup>28</sup> Birnbaum foi ainda mais longe, e acusou o Congresso de submeter a “liberdade” às exigências da política externa norte-americana: “Ele parece subscrever algo muito parecido com uma visão stalinista da verdade: a verdade é tudo que serve aos interesses do partido.”<sup>29</sup>

A acusação de que o Congresso havia desonrado a causa que professava calou fundo. Josselson irritou-se, convencido de que os fins justificavam os meios, mas ficou profundamente perturbado com a acusação de que o Congresso identificava a verdade com os ditames de John Foster Dulles ou Allen Welsh Dulles. Evitou por completo essa questão ao escrever para explicar toda a história a Macdonald, em abril de 1958, numa carta insípida e pouco convincente: “Você deve compreender que o Irving e o Stephen precisam comer, que você precisa ser pago por seus artigos e que a *Encounter* precisa estar apta a dizer as coisas que é a mais habilitada a dizer, sem pôr em risco o seu futuro.”<sup>30</sup> A resposta de Macdonald foi dizer que “Eliminar da *Encounter* os comentários irreverentes sobre o Estilo de Vida Norte-Americano, só porque um ‘filantropóide’ da Madison Avenue, com seu terno de flanela cinza, pode reduzir a nossa mesada, é mesmo um negócio lamentável”.<sup>31</sup>

“O dever a que nenhum intelectual pode furtar-se sem degradar a si mesmo é o dever de denunciar as ficções, e de se recusar a chamar de verdades as ‘mentiras úteis’”, anunciara Nicola Chiaromonte na segunda edição da *Encounter*. Embora a revista nunca se abstivesse de denunciar as mentiras úteis em que os regimes comunistas se escoravam, ela mesma nunca ficou realmente livre da “armadilha ideológica”, da psicologia do “mentir em prol da verdade” que permeava a Guerra Fria. Ao “silenciar sobre qualquer questão realmente polêmica, ao usar de um excesso de diplomacia e uma atitude



de sigilo em relação a toda a falsidade e impostura barata que há anos vêm crescendo em todo o nosso ambiente intelectual”,<sup>32</sup> a *Encounter* baniu o mais precioso dos conceitos filosóficos ocidentais — a liberdade de pensar e agir com independência — e adaptou suas velas de modo a poder seguir os ventos dominantes.

Já houve quem afirmasse que “um artigo de revista diz o que diz, e qualquer um pode examinar seus argumentos e discordar dele — ele não pode ser uma atividade secreta”.<sup>33</sup> Os estranhos silêncios da revista *Encounter*, sua ocultação deliberada do que ficava aquém do essencial e sua exclusão do material que não convinha a seus patrocinadores secretos sugerem que a verdade é o inverso. Como disse um historiador: “A pergunta pertinente a respeito da independência da *Encounter* não é se havia instruções de Washington telegrafadas aos editores, mas sim quem escolhia esses editores, para começar, e quem estabelecia os limites claros das opiniões ‘responsáveis’, dentro dos quais as divergências podiam ser exploradas sem inibição.”<sup>34</sup> Em respaldo a essa tese, Jason Epstein explicou que “Não se tratava de comprar e subverter escritores e estudiosos isolados, mas de montar um sistema de valores arbitrário e fictício, mediante o qual o pessoal acadêmico recebia promoções, editores de revistas eram nomeados e os estudiosos eram subsidiados e publicados, não necessariamente por seus méritos — ainda que, vez por outra, estes fossem consideráveis —, mas sim por seus compromissos de fidelidade”.<sup>35</sup>

Josselson sempre teve uma participação muito ativa na *Encounter*. Desenhou os primeiros projetos de capas, examinou e revisou os sumários das primeiras edições, e continuou a ser informado de antemão pelos editores sobre seu conteúdo. Ele os repreendia quando o padrão baixava e os induzia, constantemente, a considerarem artigos ou temas para discussão. Às vezes, parecia estar dando ordens: ao anexar um comunicado para divulgação na mídia sobre uma conferência asiática do Congresso, a ser realizada em Rangun [Birmânia] em janeiro de 1955, ele disse a Kristol, simplesmente: “É essencial que essa conferência seja enaltecida na *Encounter*.”<sup>36</sup> Às vezes, soava mais implicante: “Tenho um desejo para o Ano-Novo: um debate realmente de primeira sobre o problema da coexistência na *Encounter*. Muitos amigos nossos, inclusive Muggeridge e Irving Brown, têm o mesmo desejo.”<sup>37</sup> Ou então ele insistia com Spender para que abrisse as páginas literárias para uma nova geração de escritores norte-americanos, como Saul Bellow, J. D. Salinger,

Truman Capote ou Shirley Ann Grau. Ou aconselhava Kristol a publicar uma resenha do livro *Pan-Africanism or Communism* [“Pan-africanismo ou comunismo”], de George Padmore (“Considero muito importante que esse livro seja criticado na *Encounter* por um dos ‘nossos’”).<sup>38</sup> A forma como Josselson lidava com a revista *Preuves* era a mesma e, com frequência, causava ressentimento em seu editor, François Bondy. Em junho de 1952, na verdade, Bondy ameaçou pedir demissão, se o Comitê Executivo continuasse a discutir a política da *Preuves* em sua ausência e a se arrogar o direito de expedir instruções editoriais.

Do mesmo modo, Josselson fazia o máximo para proteger as revistas da interferência da Agência. Mas a afirmação de que o corte do artigo de Macdonald foi um caso único na história da *Encounter* não tem como se sustentar. Se isso fosse verdade, poderíamos deduzir que o conteúdo da revista se adequou às exigências da CIA, a qual, posteriormente, não sentiu necessidade de exercer seu veto. Um crítico descreveu esse processo como “a relação inevitável entre patrão e empregado, na qual os desejos do primeiro ficam implícitos nos atos do segundo”.<sup>39</sup> De acordo com Tom Braden, porém, a Agência havia interferido antes, em pelo menos uma ocasião: “De vez em quando, tínhamos dificuldades com a *Encounter*, e eu costumava dizer: ‘Deixem que eles publiquem o que quiserem.’ Mas houve uma ocasião — em torno de alguma questão de política externa — em que o Larry [de Neufville] me mandou uma pergunta sobre um artigo, e tivemos que vetá-lo. Acho que tinha a ver com a política dos Estados Unidos em relação à China. A *Encounter* estava para publicar uma matéria que criticava a política norte-americana, e tivemos uma briga dos diabos no escritório. Lembro-me de ter procurado Allen Dulles para conversar, e ele se recusou a se envolver. Disse apenas: ‘Você resolve isso.’ E assim, acabamos cortando o artigo, e lamento que o tenhamos cortado.”<sup>40</sup>

Monty Woodhouse, que era o canal de comunicação com Neufville na época, tinha “plena consciência de que o Congresso pela Liberdade Cultural andava cortando artigos. Mas eu nunca soube de nenhuma norma formal enunciada explicitamente para esse fim, em lugar nenhum”.<sup>41</sup> Woodhouse não conseguiu lembrar se o artigo de Leslie Fiedler sobre os Rosenberg foi examinado por membros da comunidade de informações antes de ser publicado, mas pa-

rece provável que uma intervenção tão controvertida, numa área de importância crucial para o governo dos Estados Unidos, exigisse a atenção da CIA.

O artigo mencionado por Braden apareceu na mesa de Josselson em 28 de julho de 1954, enviado de Londres por Spender. Era um ensaio de Emily Hahn, uma colaboradora excêntrica da revista *The New Yorker* e especialista incontestável na China (havia morado em Hong Kong nas décadas de 1930 e 1940, e insistira em levar Joseph Alsop a um antro de consumo de ópio quando ele visitou a cidade, em 1941. Os dois estiveram presos no mesmo campo de concentração em Hong Kong, depois da invasão japonesa de 1942). Pela volta do correio, Josselson respondeu ter achado “o artigo profundamente chocante. Com certeza, ele não fará novos amigos na Inglaterra. Estou passando o texto a Nicolas e François, e ligarei para você ou Irving sobre ele antes que esta carta chegue a suas mãos”.<sup>42</sup> Dois dias depois, Nabokov escreveu a Kristol e Spender: “Antes de entrar na questão do artigo da Srta. Emily Hahn, permitam-me reafirmar alguns princípios sobre os quais todos concordamos, no decorrer das conversas que tivemos na época do lançamento da *Encounter*, assim como em nossas diversas reuniões posteriores. *Concordamos em que todos os artigos sobre temas polêmicos seriam vistos por nós antes de serem exibidos a qualquer pessoa de fora.* Concordamos em que uma das políticas fundamentais da *Encounter* seria trabalhar em prol de um melhor entendimento entre a Inglaterra e os Estados Unidos e, por conseguinte, em que todas as questões políticas seriam discutidas no nível mais alto possível, para que, sempre que houvesse uma controvérsia, ela fosse exposta de modo a não ofender os sentimentos nacionais dos dois lados do oceano. Todos lemos o artigo da Srta. Hahn (...) todos tivemos a mesma reação negativa a esse artigo. Cremos que a Srta. Hahn dá uma idéia equivocada, superficial e negligente do ponto de vista norte-americano sobre a China. Achamos que o artigo da Srta. Hahn é ofensivo, em termos de estilo, índole e conteúdo.”<sup>43</sup> Bondy concordou com Nabokov, dizendo que o texto era repleto de “insultos histéricos”.

Depois de assinalar quais eram esses insultos histéricos, Nabokov perguntou: “Então, que rumo tomamos daqui para frente? (...) Sugeriríamos que você tente obter da Srta. Hahn uma versão reescrita do artigo, a qual resulte numa mudança *completa* do tom, eliminando as passagens mais ofensivas. Além da Srta. Hahn, arranje um outro artigo que exponha a visão norte-americana do problema chinês, porém num nível elevado e digno e numa

formulação mais concisa. Se isso não for possível, cremos que o artigo da Srta. Hahn deve ser recusado e que esse tema crucial deve voltar a ser levantado, em data posterior, com pessoas mais responsáveis do que a Srta. Hahn para representar o ponto de vista norte-americano.”<sup>44</sup>

Para o caso de essa advertência não ser suficiente, em 19 de agosto, o recém-empossado secretário adjunto do Congresso, o agente da CIA Warren Manshel, apresentou uma porção de sugestões de alterações ao texto. “Todos aqui concordamos em que não seria prudente publicar o artigo”, escreveu ele. “Entretanto, se o seu compromisso for irreversível e o artigo tiver que sair, as seguintes partes terão que ser modificadas, como condição mínima para sua publicação.”<sup>45</sup> Seguiu-se uma lista exaustiva das partes em questão, com anotações detalhadas, escritas por Manshel de próprio punho. Mesmo assim, ele exortou os editores a reconsiderarem o assunto, alertando-os para o fato de que “é bem possível que o texto de Hahn ponha nossos planos a perder”. O artigo nunca foi publicado. As razões de sua exclusão, não fornecidas aos leitores e colaboradores da *Encounter*, dão crédito à acusação posterior de que, na revista, quando uma verdade era “incômoda para a União Soviética, ela [era] promulgada; quando [era] incômoda para os Estados Unidos, [era] atenuada”.<sup>46</sup>

## Uma OTAN cultural

Sr. Yermilov, pode dar voltas na sepultura: o senhor recebeu dinheiro da CIA!

— Nicolas Nabokov

Pouco depois do desastre do caso Macdonald, Melvin Lasky foi convidado a suceder Irving Kristol na *Encounter*. Josselson, cuja determinação de substituir Kristol não tinha diminuído, ficou radiante quando Lasky concordou em aceitar o cargo em Londres. Kristol fez as malas. Josselson finalmente sentiu-se seguro de que o lado político da revista estava em boas mãos. Não haveria desculpas — nem necessidade — para a interferência da Agência de cima para baixo. Mal se acomodou na cadeira de editor, Lasky recebeu de Fredric Warburg a informação de que o salário de Spender era pago pela Sociedade Britânica pela Liberdade Cultural, “embora a organização não exista realmente”.<sup>1</sup> Com a revista *Encounter* atendendo aos interesses que a Sociedade Britânica fora criada para promover, a Sociedade em si havia deixado de funcionar. Mas era uma fachada útil para os subsídios dados ao MI6, dos quais Victor Rothschild tornou-se então o principal duto. A correspondência entre Rothschild, Warburg e Muggeridge revela que o dinheiro (750 libras esterlinas por trimestre) era transferido, primeiro, para a conta de Rothschild na filial de Bury St. Edmund’s do Banco Westminster, depois, para a conta particular da Secker and Warburg, e por fim, para a conta mantida no Banco Barclays pela Sociedade Britânica, que então “doava” o mesmo valor à *Encounter*. Em julho de 1960, Fredric

Warburg sugeriu que “esse processo lunático de passar por uma sociedade inexistente, formada por dois membros, Malcolm Muggeridge e F. J. Warburg”, fosse substituído por um “pagamento direto, feito entre a casa de Rothschild e a Panton House”<sup>2</sup> (endereço da *Encounter*).

Surpreendentemente, durante todos os anos em que Spender trabalhou na *Encounter*, seu salário foi fixado em 2.500 libras esterlinas anuais. “Nunca foi alterado, durante todo o tempo que ele ficou lá”, recordou Natasha Spender. “Era por isso que ele tinha que aceitar todos aqueles trabalhos nos Estados Unidos.”

Um dos efeitos do magro salário de Spender era que ele tinha de encontrar outras maneiras de melhorar sua renda, principalmente entrando no circuito das palestras internacionais. Isso significava longas ausências do escritório da *Encounter*, o que convinha perfeitamente a Lasky, dando-lhe margem para acentuar a faceta política da revista sem ser perturbado. Em especial, o objetivo de Lasky parecia ser aproximá-la mais do grupo de pensadores e políticos do Partido Trabalhista que os estrategistas secretos haviam reconhecido, desde longa data, como tendo “finalmente feito a admirável descoberta de que, provavelmente, há mais socialismo na prática nos Estados Unidos do que no Partido Trabalhista, *se* o que se pretende dizer com socialismo é o bem-estar individual, em vez da guerra doutrinária de classes, e de que, no cômputo geral, o trabalhador norte-americano tem condições bem melhores que as de seu equivalente britânico — e é, além disso, muito mais livre. Em outras palavras, [eles estão] no processo de descobrir o dinâmico capitalismo democrático norte-americano”.<sup>3</sup>

O prestígio do Partido Trabalhista havia chegado ao auge no fim da Segunda Guerra Mundial, dando-lhe uma vitória esmagadora nas eleições gerais de 1945, que despacharam Churchill. Todavia, no duro inverno de 1947, o entusiasmo já havia diminuído, e a Guerra Fria introduzira uma cisão importante no partido. Os que estavam à esquerda dividiram-se entre os antistalinistas e os que procuravam favorecer a União Soviética, enquanto os da direita assumiram o compromisso de derrotar o comunismo. Este último grupo organizou-se em torno da revista *Socialist Commentary*, tendo entre seus membros mais ilustres Denis Healey, Anthony Crosland, Rita Hinden e Hugh Gaitskell. Foi esse grupo — conhecido como “os revisionistas”, por seu compromisso com a modernização do Partido Trabalhista, que incluía a

abolição do famoso compromisso do Artigo IV\* com a nacionalização — que deu à CIA o gancho que ela estava buscando, a fim de atrelar o pensamento político britânico a seus projetos com respeito à Europa. Estes foram claramente traçados em sucessivos documentos da política norte-americana, como a consolidação da Aliança do Atlântico e da Comunidade Européia de Defesa, além da criação de um Mercado Comum, objetivos estes que exigiam que os países europeus sacrificassem alguns direitos nacionais em prol da segurança coletiva. Mas, como bem sabiam os estrategistas de Washington, a Inglaterra, em particular, agarrava-se a seus hábitos de soberania. Como concluiu sombriamente um relatório do Departamento de Estado, “difícilmente se poderia dizer que o Reino Unido fica contente em abrir mão de alguns direitos soberanos em nome da segurança coletiva, [exceto aqueles que ele] foi obrigado a abandonar pela lógica das circunstâncias”.<sup>4</sup>

O principal grupo de pressão a promover a idéia de uma Europa unida, em parceria com os Estados Unidos, era o Movimento Europeu, uma organização abrangente que abarcava toda uma gama de atividades orientadas para a integração política, militar, econômica e cultural. Orientado por Winston Churchill, Averell Harriman e Paul-Henri Spaak, o Movimento era supervisionado de perto pelo serviço secreto norte-americano e quase inteiramente financiado pela CIA, através de uma fachada intitulada Comitê Norte-Americano da Europa Unida, cujo primeiro secretário executivo foi Tom Braden. O braço cultural do Movimento Europeu era o Centre Européen de la Culture [Centro Europeu da Cultura], cujo diretor era Denis de Rougemont. Além disso, um enorme programa de bolsas para associações estudantis e juvenis, que incluía a Campanha da Juventude Européia (EYC\*\*), foi inaugurado por Braden em 1950. Seguindo a orientação da CIA, essas organizações estavam na vanguarda de uma campanha de propaganda e penetração, concebida para reduzir o atrativo dos movimentos políticos de esquerda e gerar aceitação de um socialismo moderado. Quanto aos internacionalistas liberais interessados na idéia de uma Europa unida em torno de princípios internos, e não de acordo com os interesses estratégicos norte-americanos, Washington considerava que eles não passavam de neutralistas.

---

\*Da Constituição do Partido Trabalhista britânico. (N. da T.)

\*\*Sigla da denominação original, European Youth Campaign. (N. da T.)

A CIA e a Diretoria de Estratégia Psicológica foram explicitamente instruídas a “orientar os meios de comunicação e os programas para a destruição” dessa heresia específica.

Crucial em toda essa operação foi Jay Lovestone, o chefe de Irving Brown, que, a partir de 1955, foi chefiado por James Jesus Angleton. A tarefa de Lovestone era infiltrar-se nos sindicatos europeus, afastar os elementos duvidosos e promover a ascensão de líderes que fossem aceitáveis para Washington. Durante esse período, Lovestone abasteceu Angleton com relatórios volumosos sobre os assuntos dos sindicatos trabalhistas da Grã-Bretanha, compilados com a ajuda de seus contatos na Central Sindical britânica (TUC\*) e no Partido Trabalhista. Angleton deixou que seus equivalentes no serviço secreto britânico (os poucos em quem confiava) partilhassem das “informações privilegiadas” de Lovestone. Essencialmente, foram os “lovestonistas” (mesmo que não se vissem dessa maneira) que se descobriram em ascensão no fim da década de 1950. Para firmar sua ligação com esse grupo, a Agência valeu-se do Congresso pela Liberdade Cultural, às expensas do qual Gaitskell fez viagens a Nova Déli, Rodes, Berlim e Milão, para comparecer à conferência de 1955 sobre O Futuro da Liberdade (que também atraiu Rita Hinden e Denis Healey). Depois de perder sua cadeira no parlamento em 1955, Anthony Crosland — cujo influente livro *The Future of Socialism* [“O futuro do socialismo”] “parecia uma planta de uma Grã-Bretanha americanizada”<sup>5</sup> — foi empregado por Josselson, para ajudar a planejar os Seminários Internacionais do Congresso sob a direção de Daniel Bell, importado dos Estados Unidos para esse fim. No início da década de 1960, Crosland já se fizera alçar ao Conselho Internacional do Congresso. Rita Hinden, uma acadêmica sul-africana sediada na Universidade de Londres, foi descrita por Josselson como “uma de nós” e, em meados da década de 1960, foi fundamental para obter uma verba de Josselson para ampliar a revista da Sociedade Fabiana, *Venture*. O compromisso dessa revista com uma Europa unida e forte tornou-se sinônimo do pensamento dos adeptos de Gaitskell. Denis Healey, cujas credenciais atlanticistas puseram-no em estreito contato com a esquerda não comunista norte-americana (era correspondente da revista *New Leader* em Londres), tornou-se outro aliado ferrenho do Congresso e, em particular, da

---

\*Sigla da denominação original, Trades Union Congress. (N. da T.)



*Encounter*. Healey também era um dos que recebiam e reciclavam o material produzido pelo Departamento de Pesquisa de Informações. Por sua vez, fornecia a este informações sobre membros do Partido Trabalhista e sindicalistas.<sup>6</sup>

Dentre essas pessoas, Hugh Gaitskell, líder do Partido Trabalhista, foi a figura principal, e, tão logo chegou a Londres, Lasky ligou-se ao pequeno grupo de intelectuais que se reunia na casa de Gaitskell em Froggnal Gardens, Hampstead. Gaitskell, que se especializara em propaganda durante a guerra, em seu trabalho para a Executiva de Operações Especiais, e que também era íntimo do Departamento de Pesquisa de Informações, não tinha como desconhecer os laços institucionais da *Encounter*. E foi assim que, quando lançou seu célebre ataque à esquerda simpatizante, na conferência do Partido Trabalhista em Scarborough, em 1960, algumas pessoas se perguntaram com quem ele estaria simpatizando. Escrevendo a Michael Josselson depois da conferência, Lasky informou que Gaitskell lhe havia agradecido pessoalmente pelo apoio da *Encounter* a sua política. Além disso, informou Lasky, a *Encounter* fora citada durante os debates da conferência, o que era uma prova de que a revista vinha recebendo “grande aclamação”.<sup>7</sup> Quando o trabalhismo, sob a liderança de Harold Wilson, derrotou os conservadores na eleição geral de 1964, Josselson escreveu a Daniel Bell: “Estamos todos satisfeitos por contar com tantos de nossos amigos no novo governo”<sup>8</sup> (havia meia dúzia de colaboradores regulares da *Encounter* no novo gabinete ministerial de Wilson). Lasky aproximou muito mais a revista da pauta política de seus protetores ocultos. O preço, segundo Richard Wollheim, foi alto. “Representou uma invasão muito grave da vida cultural britânica — e foi responsável pela complacência de muitos intelectuais britânicos e do Partido Trabalhista no tocante à Guerra do Vietnã.”<sup>9</sup>

Foi a faceta cultural da revista (para não falar dos honorários sedutores) que continuou a atrair as melhores contribuições, e, nesse aspecto, a CIA ainda teve que agradecer a Spender. “As pessoas não escreveriam para a *Encounter*, não fosse pelo Stephen”, disse Stuart Hampshire. “Todas as coisas boas — o que Lasky costumava chamar de ‘Elizabeth Bowen e essa porcaria toda’ — foram encomendadas por Stephen. Ele deu respeitabilidade à revista.”<sup>10</sup> Sem dúvida, isso contribuiu muito para manter a reputação do Congresso como uma organização primordialmente dedicada à cultura, não à política.

Mas a Guerra Fria feria constantemente a idéia de que a cultura e a política pudessem manter-se separadas. Com efeito, o *Kulturkampf* estava forte e ativo, como demonstrou a comemoração do quinquagésimo aniversário da morte de Tolstói, promovida pelo Congresso no verão de 1960. Fazia muito que o serviço secreto norte-americano se interessava por Tolstói como um símbolo do “conceito de liberdade individual”. Essa ligação remontava aos tempos do OSS [Escritório de Serviços Estratégicos], quando Ilia Tolstói, o neto emigrado do famoso romancista, fora agente do Escritório. Outros membros da família Tolstói mantiveram contatos regulares com a Diretoria de Estratégia Psicológica no começo da década de 1950 e receberam verbas da CIA para sua Fundação Tolstói, sediada em Munique. Em 1953, C.D. Jackson anotou em seus registros haver prometido a um requerente que telefonaria para Frank Lindsay (o ex-assistente de Wisner que se mudara para a Fundação Ford) a respeito de um financiamento para a Fundação Tolstói.

Em dezembro de 1958, Cass Canfield disse a Nabokov que a Fundação Farfield estava interessada em apoiar uma “comemoração ocidental de Tolstói”, em resposta a um festival Tolstói planejado pelos soviéticos, o qual ele previu, acertadamente, que se apropriaria do grande escritor como precursor do bolchevismo. “O contraste entre as duas apresentações ficaria óbvio para qualquer pensador independente, e isso daria uma propaganda excelente para nós”,<sup>11</sup> ponderou Canfield. Coube a Nabokov conceber “uma resposta digna à propaganda comunista”, e essa resposta assumiu a forma de uma comemoração suntuosa, realizada na ilha veneziana de San Giorgio em junho e julho de 1960. Dezenas de escritores e estudiosos compareceram, entre eles Alberto Moravia, Franco Venturi, Herbert Read, Iris Murdoch, George Kennan, Jayaprakash Narayan e John Dos Passos. Dezesesseis eruditos soviéticos foram convidados, mas em lugar deles compareceram quatro “patetas”.

“Em retrospectiva, é muito engraçado lembrar, por exemplo, as silhuetas de dois russos, um magro e alto e outro baixo e gordo”, escreveu Nabokov tempos depois. “O magro era o secretário-geral da União de Escritores Soviéticos, e o baixote, um filho-da-mãe odioso, chamado Yermilov, era um picaretinha do partido. Os dois fizeram fila para receber sua ajuda de custo e sua verba de viagem do meu secretário, ou melhor, do secretário administrativo do Congresso pela Liberdade Cultural. Eles haviam comparecido, ou melhor, tinham sido instruídos a comparecer a uma conferência comemora-

tiva do quinquagésimo aniversário da morte de Tolstói.” Nabokov encerrou sua lembrança com uma observação radiante: “Sr. Yermilov, pode dar voltas na sepultura: *o senhor recebeu dinheiro da CIA!*”<sup>12</sup>

“Despesas, a mais bela palavra do inglês moderno”, declarou certa vez V.S. Pritchett. “Se vamos vender a alma, devemos vendê-la caro.” Os que não fizessem fila para receber sua ajuda de custo em Veneza poderiam enfileirar-se para recebê-la em outro evento do Congresso, a se realizar naquele mês de junho em Berlim: a conferência “O Progresso na Liberdade”. Numa carta a Hannah Arendt, Mary McCarthy fez uma descrição esplendidamente maliciosa das rivalidades pessoais e das ofuscações intelectuais que dominaram o conclave. “O principal acontecimento, do ponto de vista do puro escândalo, foi uma série de embates furiosos entre o Sr. Shils e William [Phillips], a propósito da cultura das massas, naturalmente. Juro que Shils é a versão renascida do Dr. Pangloss, sem o encanto e a inocência do Dr. Pangloss.\* Foi o que declarei, *quase* exatamente nessas palavras, quando eu mesma entrei na briga. Outro destaque do Congresso foi [Robert] Oppenheimer, que me levou para jantar e que, como descobri, é completa e, talvez, até perigosamente maluco. Com sua megalomania paranóica e seu sentimento de missão divina (...) [Oppenheimer] virou-se para Nicholas Nabokoff [*sic*] (...) e disse que o Congresso estava sendo dirigido ‘sem amor’. Depois que ele repetiu isso várias vezes, comentei achar que a palavra ‘amor’ deveria ficar reservada à relação entre os sexos (...). George Kennan esteve lá e fez um ótimo e emocionante discurso de encerramento (que deveria ter arrasado o Sr. Shils e todo o seu campo luciferista para sempre), mas o boato que correu foi que ele também era doido, embora apenas parcialmente.”<sup>13</sup> À parte essas e outras “idiotices públicas”, Mary McCarthy relatou que “o Congresso foi divertido. Gostei da reunião de velhos e novos amigos, que teve uma espécie de caráter milenarista, incluindo a separação entre o joio e o trigo”.<sup>14</sup>

Entre os que também se beneficiaram da generosidade da CIA naquele ano estava um grupo de periódicos convidados a tirar proveito da carteira de compensação do Congresso, montada como “um meio eficaz e sistemático de colocar diante de um vasto público internacional uma grande quantidade de material excelente, que hoje atinge uma platéia relativamente

---

\*O otimista do romance *Cândido*, de Voltaire. (N. da T.)

restrita”.<sup>15</sup> Além de encontrar distribuidores para o material produzido pelos periódicos pertencentes ao Congresso, essa câmara de compensação pretendia funcionar como um ponto de distribuição para outras publicações culturais, consideradas dignas de integrar a “família mundial de revistas” do Congresso. Entre elas se incluíam as revistas *Partisan Review*, *Kenyon Review*, *Hudson Review*, *Sewanee Review*, *Poetry*, *The Journal of the History of Ideas e Daedalus* (a revista da Academia Norte-Americana de Artes e Ciências), as quais, sob a proteção do Conselho de Revistas Literárias, também receberam verbas da Fundação Farfield para aumentar sua circulação no exterior. Adicionalmente, o Congresso uniu-se ao Conselho de Revistas Literárias para conceder uma bolsa de estudos anual de cinco mil dólares a um autor norte-americano. Quem foi o nomeado para administrar essa concessão? Ninguém menos do que Robie Macauley, que sucedera John Crowe Ransom como editor da *Kenyon Review* em julho de 1959.<sup>16</sup> Durante os anos em que a *Review* esteve ligada ao Congresso, Macauley conseguiu aumentar a circulação de 2 mil para 6 mil exemplares. Ele gostava de se gabar de haver “descoberto maneiras de ganhar dinheiro em que o Sr. Ransom nunca havia pensado”.<sup>17</sup> Noutros aspectos, entretanto, a *Kenyon Review* sofreu com Macauley em sua direção editorial. Suas ausências prolongadas, condição *sine qua non* de seu emprego na CIA, bem como seu estilo arrogante (em 1963, ele aboliu abruptamente o conselho editorial), tiveram um forte impacto negativo na revista. Os benefícios para o Congresso, ao contrário, foram consideráveis. Ao formalizar seu relacionamento com essas prestigiosas publicações norte-americanas, ele pôde gabar-se de uma combinação de periódicos de alcance e influência ímpares, uma espécie de Time-Life Inc. do homem pensante.

“Não estávamos vendendo uma marca registrada, de modo que nem sempre insistíamos em que se usasse o imprimátur do Congresso”,<sup>18</sup> explicou John Hunt. Por isso, muitas publicações pertencentes a ele não eram prontamente reconhecíveis como tal. Entre elas estava *Hiwar*, a revista árabe do Congresso lançada em outubro de 1962, cuja primeira edição exibiu uma entrevista com T. S. Eliot e um apelo de Silone em prol da independência do escritor e da autonomia da arte. As tentativas de esconder que a revista pertencia ao Congresso não lograram êxito, e ela foi instantaneamente atacada como um “cavalo-de-tróia”. Um jornal muçulmano afirmou que o Congresso estava tentando “propagar suas teorias maléficas, distribuindo dinheiro aqui e ali,

criando revistas sedutoras e oferecendo grandes recepções e conferências”, e conclamou a que o Congresso fosse “denunciado e boicotado”.<sup>19</sup>

Outras publicações do Congresso lançadas na década de 1960 incluíram a revista *Transition*, em Uganda, que atraiu escritores como Paul Theroux e alcançou a respeitável tiragem de 12 mil exemplares, antes que seus escritórios sofressem uma batida policial e seus editores fossem presos, em 1968. Em Londres, *Censorship* foi lançada em 1964, sob a direção de Murray Mindlin, um personagem eclético que havia traduzido o *Ulisses* de Joyce para o hebraico. O conselho editorial era composto por Daniel Bell, Armand Gaspard, da Suíça, Anthony Hartley, Richard Hoggart e Ignazio Silone. A revista custou ao Congresso 35 mil dólares anuais e teve um prejuízo substancial. Quando fechou, no inverno de 1967, a *New Statesman* foi levada a anunciar: “Essa é uma má notícia para escritores, editores e artistas de toda parte.” Josselson, que nunca se dera com Murray Mindlin, mostrou-se menos inclinado a lamentar (disse que “o relativo sucesso [da revista] deveu-se, em parte, a temas concernentes ao sexo, que ela publicava de vez em quando”). *Censorship* foi o modelo de *Index on Censorship*, fundada em 1972 por Stephen Spender, com um financiamento substancial da Fundação Ford.

Todavia, dentre todas as revistas ligadas ao Congresso, o caso da *Partisan Review* é o mais intrigante. “O verdadeiro enigma da *Partisan Review* sempre me pareceu ser a questão de como a porta-voz de um grupo tão pequeno e especial (...) conseguiu tornar-se a mais famosa revista séria dos Estados Unidos e, com certeza, dentre todas as revistas norte-americanas com ambições intelectuais, a mais lida na Europa”, ponderou Leslie Fiedler em 1956.<sup>20</sup> Parte da resposta para o enigma esteve no financiamento da publicação, como Fiedler deixou zombeteiramente implícito, ao dizer que “um estudo detalhado dos altos e baixos econômicos da PR daria [um] artigo completo”.<sup>21</sup> De 1937 a 1943, a revista foi predominantemente subsidiada pelo pintor abstrato George Morris; depois de 1948, sua fonte principal de respaldo financeiro foi Allan B. Dowling, que, até 1951, “respaldou-a sozinho e, de lá para cá, foi o presidente e o principal colaborador da fundação que publica a revista atualmente”.<sup>22</sup> Fiedler não fez menção a Henry Luce, cujo generoso donativo de 1952 fora mantido em segredo. Mas notou, junto com outras pessoas, que a *Partisan Review* “é mencionada em publicações de grande cir-

culaçoão, como a *Life* e a *Time*, com plena confiança em que despertará as reações adequadas no vasto público destas”.<sup>23</sup>

[Sem dúvida, não se fez qualquer menção à CIA, cujo suposto envolvimento com os periódicos intelectuais mais influentes dos Estados Unidos tem intrigado os historiadores há muito tempo. Sabe-se que a *Partisan Review* recebeu dólares da Fundação Farfield (através do Comitê Norte-Americano) no começo de 1953, por instigação de Cord Meyer. Recebeu também uma “verba para despesas” da Fundação Farfield, no início da década de 1960.<sup>24</sup> No entanto, na vida de uma revista atormentada por crises financeiras, isso não chega propriamente a ser muita coisa. Em 1957, a questão da isenção de impostos da *PR* voltou a ser levantada na Inspeção da Receita Federal norte-americana: a revista não apenas correu o risco de perder seu status de entidade isenta de impostos, como se falou em taxar retroativamente todas as contribuições feitas a ela durante e depois de 1954. “Considero isso absolutamente ultrajante”, escreveu C. D. Jackson a Cord Meyer.<sup>25</sup>

C.D. e Meyer correram em defesa da causa da *Partisan Review*. Primeiro, “recomendaram” a revista junto ao Departamento de Isenção de Impostos da Receita Federal. Depois disso, William Philips disse a C.D. ter ficado animado com a reação inicial da Receita. Segundo, C.D. recorreu diretamente a Allen Dulles. Em 12 de novembro de 1957, ele enviou a Daniel Bell um memorando confidencial, para transmitir a posição da CIA nesse assunto: “Eles não têm nenhum interesse monetário ou operacional direto na *Partisan Review*. O editor atual, contudo, simpatiza com o Congresso pela Liberdade Cultural e tem cooperado. As dificuldades financeiras da *Partisan Review* poderiam resultar numa mudança de direção que seria prejudicial aos interesses [da CIA]. Portanto, eles têm um interesse indireto em que esse pedido de isenção de impostos receba uma consideração favorável.”<sup>26</sup>

Os problemas da *Partisan Review* também tinham sido discutidos numa reunião da Coordenadoria de Operações (OCB) em abril de 1956. Dando seguimento ao assunto com um memorando enviado à Equipe de Política e Planejamento da Agência de Informações dos Estados Unidos, a OCB solicitou providências sobre uma proposta para ajudar a melhorar a receita da *PR*. Sem identificar o autor (é muito provável que se tratasse de Sidney Hook, integrante do Conselho Consultivo e de Publicações da *PR* e “porta-voz oficial” da revista, segundo Fiedler), o representante da OCB fez uma citação

integral da proposta, que começava dizendo: “Como vocês sabem, tenho reclamado há muito tempo de que muitas vezes se obtém apoio especial de fundações e de outra natureza para *novas* revistas, enquanto as velhas publicações de confiança e os burros de carga do campo anticomunista, como a *New Leader* e a *Partisan Review*, não são ajudadas ou não o são tanto quanto deveriam.”<sup>27</sup> Após algumas conversas com William Phillips, continuou o proponente, “a situação ideal [seria] que o Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural venha a ser o meio pelo qual assinaturas de revistas como a *Partisan Review* sejam concedidas, a título de brinde, aos intelectuais estrangeiros que mais precisam delas. Não me refiro aos que já estão decididamente do nosso lado (...), mas também ao vasto exército de intelectuais que não estão convencidos do valor do comunismo, mas pensam nos Estados Unidos como um país igualmente imperialista, materialista, sem cultura e semibárbaro”.<sup>28</sup> “Creio que há um grande mérito neste tipo de proposta, especialmente se o interesse do governo norte-americano não ficar evidente, para alcançar os objetivos indicados na abordagem ideológica”,<sup>29</sup> concluiu o relatório. Em menos de um mês, a *Partisan Review* pôde oferecer a Elizabeth Bishop uma generosa bolsa de 2.700 dólares. O dinheiro saiu da Fundação Rockefeller, à razão de 4 mil dólares anuais durante três anos, a serem distribuídos em bolsas de estudo literárias. É bem possível que tenha sido coincidência, mas é curioso notar que, a despeito dos pedidos reiterados de ajuda financeira, a Fundação Rockefeller havia recusado todos os apelos dos editores da revista nos dez anos anteriores.

No começo de 1958, William Phillips foi a Paris, onde se encontrou com Michael Josselson para discutir “o futuro da PR”. Em 28 de março de 1958, Phillips escreveu para indagar se Josselson havia considerado se “algumas das coisas sobre as quais conversamos podem ser feitas”.<sup>30</sup> Em poucos meses, o Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural — moribundo desde sua suspensão ignominiosa e *de facto* em janeiro de 1957 — foi ressuscitado, para o único propósito de figurar como editor oficial da *Partisan Review*, arranjo este que perduraria nos dez anos seguintes. Comentando esse desdobramento, Hook disse a Josselson que não havia “nenhum desejo real de dar continuidade ao Com. Norte-am., a não ser para favorecer a PR (...)”. O Phillips é capaz de fazer qualquer coisa para obter ajuda para a PR.<sup>31</sup> Tempos depois, o próprio Josselson recordou que “o Comitê teria desaparecido por

completo, se não houvesse decidido, no último instante, deixar os editores da *Partisan Review* tirarem proveito de sua condição de entidade beneficente, isenta de impostos; e desde então, sua única ‘atividade’ consistiu em figurar como patrocinador da *PR*”.<sup>32</sup> De acordo com esse relato, o Comitê não subsidiou a *Partisan Review*, mas lhe forneceu uma brecha para escapar do recolhimento de impostos.

Entretanto, segundo Daniel Bell, “a *PR* recebeu por vários anos um certo apoio financeiro do Congresso pela Liberdade Cultural, sob a forma de assinaturas compradas para indivíduos do exterior que recebiam a revista gratuitamente. Ao que eu saiba, esse financiamento também foi mantido em sigilo”.<sup>33</sup> Assim, a sorte da *Partisan Review* ficou atrelada ao Congresso, que, a partir de 1960, elevou as cifras de vendas da revista para 3 mil exemplares anuais, distribuídos pelo Congresso fora dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, o Congresso estendeu uma ajuda similar às outras revistas culturais de alto nível com que mantinha uma antiga ligação: *Kenyon Review* (1.500 exemplares), *Hudson Review* (1.500), *Sewanee Review* (1.000), *Poetry* (750), *Daedalus* (500) e *The Journal of the History of Ideas* (500). A compra desses exemplares custava 20 mil dólares por ano. Inicialmente planejado para durar três anos, o compromisso total do Congresso com essas revistas importou em 60 mil dólares, mais 5 mil de despesas administrativas. Fredric Warburg foi contratado para distribuir a *Partisan Review* na Inglaterra.<sup>34</sup> Também se ofereceu a Warburg o direito de preferência sobre uma antologia da *Partisan Review*, intitulada *Literature and Modernity* (organizada por Phillips e Philip Rahv), cujos colaboradores, num ou noutro momento, estiveram quase todos ligados ao Congresso pela Liberdade Cultural (entre eles Koestler, Chiaromonte, Mary McCarthy e Alfred Kazin).

A sorte da *Partisan Review* continuou a melhorar. “Estive com Will Phillips uma noite dessas”, escreveu Kristol a Josselson em março de 1960, “e ele fez o comentário misterioso de que agora os problemas da *Partisan Review* estão totalmente solucionados, embora não tenha querido entrar em detalhes (...). Chegou até a dizer que eles estão com *mais* dinheiro do que pensavam precisar!”<sup>35</sup> Porém Phillips ainda queria mais: “Imagino que o Congresso não possa pagar minha passagem, com base em alguma subvenção, para uma viagem à Europa neste mês de junho, para resolver uns negócios necessários, ou será que pode?”,<sup>36</sup> perguntou ele a Josselson um ano depois. Phillips soli-



citou essa verba a despeito do que descreveu, posteriormente, como seu instinto de “questionar a estrutura burocrática [do Congresso] e o que era, patentemente, seu controle secreto de cima para baixo”. Em 1990, ele escreveu com orgulho sobre o fato de que “nem Rahv nem eu fomos considerados suficientemente dignos de confiança, em termos pessoais ou políticos”, para ser convidados para o lançamento do Congresso, em 1950, um lançamento cujas personalidades ele descreveu como “empregados fiéis da organização, animados, sem raízes, inconseqüentes e cinicamente anticomunistas”.<sup>37</sup> Numa troca de insultos, Lasky descreveu o próprio Phillips, mais tarde, como uma espécie de irresponsável. “Ele conseguia tudo por meio de blefes. Por que diabos foi mandado a Paris? Só fazia ficar sentado no [café] Deux Magots.”<sup>38</sup>

Tempos depois, William Phillips afirmou não ter nenhuma dívida para com o Congresso. Embora admitisse ter sido “um jogador secundário no jogo global da propaganda”, escreveu sobre isso como uma conseqüência efetiva de sua participação na diretoria executiva do Comitê Norte-Americano, de cujos “procedimentos internos e cálculos [e] finanças” não estava inteirado, segundo disse. Phillips também declarou ter ficado “chocado — e talvez invejoso — com o tom *nouveau riche* de toda a operação, com os apartamentos luxuosos dos altos funcionários do Congresso, com a verba aparentemente inesgotável para viagens, as generosas verbas de representação e todos os outros benefícios que costumam ser associados aos executivos das grandes empresas. Quanto ao financiamento secreto”, prosseguiu, “ele me parece violar a própria natureza da livre iniciativa intelectual, sobretudo quando o financiamento é feito por um braço organizado do governo, com sua própria pauta política”.<sup>39</sup>

Outros, é claro, tinham uma visão diferente do financiamento secreto. Assim como a *Partisan Review* começou a se beneficiar da negociação com o Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, a *New Leader* contou com a munificência renovada de seus patrocinadores secretos. Em fevereiro de 1956, C. D. Jackson enviou a Allen Dulles uma proposta para levantar fundos para a revista de Sol Levitas. A Time subsidiava a *New Leader*, à razão de 5 mil dólares anuais, desde 1953, em troca de “informações sobre táticas e personalidades comunistas mundiais, com especial referência às atividades comunistas no movimento dos trabalhadores”.<sup>40</sup> Mas essa era apenas uma fração do dinheiro necessário para manter a revista livre das dificuldades

financeiras. Pelos cálculos de C. D. Jackson, nada menos de 50 mil dólares a manteriam solvente. “Se a iniciativa capitalista puder ter a sensatez de reconhecer que o tom de voz particular com que Levitas se dirige a um grupo particular de pessoas, aqui e no exterior, é singular e de uma importância ímpar, e se ela se dispuser a respaldar essa impressão com uns bons milhares de dólares”, disse ele a Dulles, “espero que você possa aprovar a proposta atual. Ela me parece a melhor fórmula que já vi para que todos tenhamos o nosso Levitas e também lhe permitamos comer.”<sup>41</sup> Dulles foi facilmente convencido, como já o fora em ocasiões anteriores, de que uma verba da Agência para a *New Leader* “seria bem justificada pelo alto potencial de recompensa”. No verão de 1956, a campanha do “Salve a *New Leader*” havia arrecadado para a revista os 50 mil dólares de que ela precisava. A Agência de Informações dos Estados Unidos entrou com 10 mil dólares, tal como fizeram a Fundação Ford, o Sr. H. J. Heinz e a Time Inc. Os dez mil restantes vieram sob a forma de uma “doação” de 5 mil dólares do editor do *Washington Post*, Philip Graham, e de outros 5 mil que foram simplesmente listados como um “maná imprevisível”.<sup>42</sup>

Como sempre, o Congresso pela Liberdade Cultural envolveu-se nos novos arranjos, tanto para a *Partisan Review* quanto para a *New Leader*. A colaboração com o Congresso, sob a forma de publicações conjuntas, acordos formais de venda de artigos e troca de conhecimentos, levou outros benefícios materiais aos dois periódicos. A prolífica atividade do Congresso naqueles anos fizera dele uma entidade marcante da vida cultural do Ocidente. Dos palcos de suas conferências e seminários, assim como das páginas de suas resenhas eruditas, intelectuais, artistas, escritores, poetas e historiadores conquistaram para suas idéias um público que nenhuma outra organização — exceto o Kominform — poderia proporcionar. O escritório de Paris era uma efervescência que atraía visitantes do mundo inteiro, e atraiu até, em 1962, uma bomba que explodiu no corredor (acontecimento que foi saudado por um dos membros como “uma grande honra, gloriosa e há muito esperada, aliás bem merecida, e uma data memorável nos anais do Congresso”).<sup>43</sup> Para a segunda e terceira gerações de aspirantes a Hemingway, o Congresso passou a ser o repositório de todos os mitos românticos da Paris literária, e eles o procuravam em bandos.<sup>44</sup>

A grande visibilidade do Congresso também atraiu alguns olhares indejados. Em 1962, ele foi objeto de uma paródia brilhantemente perspicaz,

feita por Kenneth Tynan e sua equipe do programa da BBC intitulado *That Was the Week That Was*. “E agora, um *flash* quente da Guerra Fria na Cultura”, começava o esquete. “Este diagrama é o bloco cultural soviético. Cada ponto do mapa representa uma posição cultural estratégica — bases teatrais, centros de produção cinematográfica, companhias de dança com uma produção regular de mísseis ‘balísticos’\* intercontinentais, editoras que lançam vastas edições dos clássicos para milhões de leitores escravizados. Como quer que o encaremos, há uma expansão cultural maciça em andamento. Mas e quanto a nós, no Ocidente? Será que temos uma capacidade eficaz de contra-ataque, na eventualidade de uma guerra cultural total?” Sim, prosseguia o esquete, havia o bom e velho Congresso pela Liberdade Cultural, que, “financiado por dinheiro norte-americano, montou diversas bases avançadas na Europa e noutros lugares, para funcionarem como pontas-de-lança da retaliação cultural. Essas bases se disfarçam de revistas e têm codinomes — como Embate, que é a abreviatura de ‘Estratégia de Força de Embate’”.\*\* Apresentou-se em seguida um “porta-voz do Congresso”, que se gabou de um enxame de revistas que eram “uma espécie de OTAN cultural”, e cujo objetivo era um “refreamento cultural, ou, como alguns dos meninos gostam de dizer, um anel em torno dos vermelhos. Na verdade, eu não diria que temos um objetivo. Diria que temos uma missão histórica. O público leitor mundial (...). Mas, haja o que houver, nós, do Congresso, achamos que é nosso dever manter nossas bases em alerta vermelho, 24 horas por dia — sempre vigiando o que o outro sujeito faz, em vez de desperdiçar um tempo valioso em examinar a nós mesmos”.<sup>45</sup>

A sátira foi contundente e calcada numa pesquisa impecável. Enquanto o “porta-voz” do Congresso denunciava o prosaísmo do ministro soviético da Cultura, Tynan o fez revelar, sem o menor indício de ironia, quem eram os esclarecidos patrocinadores do Congresso: o Fundo Distrital Miami, em Cincinnati, a Fundação Hoblitzelle, no Texas, e o Comitê Suíço de Ajuda aos Patriotas Húngaros.

\*Num trocadilho com “balísticos”. (N. da T.)

\*\*No original, “Encounterforce Strategy”, que forma um trocadilho com o nome da revista, *Encounter*. (N. da T.)

Essas referências aos patrocinadores financeiros do Congresso, embora não atingissem seu alvo supremo, causaram noites de insônia a Josselson e confirmaram seu temor de que o verdadeiro calcanhar-de-aquiles do Congresso era a CIA. As tensões entre Josselson e seus superiores na Agência vinham crescendo desde o colapso do Comitê Norte-Americano, no início de 1957. Incapaz, por temperamento, de bancar o macaquinho para o realejo de qualquer outra pessoa, Josselson viu-se em desavenças cada vez maiores com Cord Meyer, que se recusava a afrouxar o controle. Meyer nunca se havia recuperado do tratamento kafkiano que recebera dos macarthistas em 1953. Somava-se a isso um rosário de tragédias pessoais que o haviam deixado cada vez mais abatido e intratável. “Ondas de escuridão”, seu conto de 1946 sobre suas experiências de guerra e seu ferimento quase fatal nas praias de Guam, também descreveu o movimento trágico de sua vida posterior. Em 1956, Michael, seu filho de nove anos, foi morto por um automóvel em alta velocidade. Menos de um ano depois, Cord separou-se de sua mulher, Mary Pinchot Meyer.<sup>46</sup>

Cada vez mais teimoso e irracional, Meyer tornou-se um defensor incansável e implacável de suas próprias idéias, que pareciam gravitar em torno de uma desconfiança paranóica de todas as pessoas que não concordavam com ele. Seu tom, na melhor das hipóteses, era contencioso, e, na pior, histriônico e até belicoso. “Cord ingressou na Agência como um novo idealista e saiu dela como um instrumento ressequido de Angleton”, disse Tom Braden. “Angleton era um mestre nas artes escusas. Punha escutas em tudo quanto era canto, inclusive em mim. O que quer que Angleton pensasse, Cord pensava.”<sup>47</sup> Arthur Schlesinger, velho amigo de Meyer, tornou-se então vítima desse idealista transformado em guarda intelectual raivoso: “Ele se tornou muito rígido, muito inflexível. Lembro-me de uma vez em que me telefonou e sugeriu que nos encontrássemos para tomar uma bebida. Assim, convidei-o a minha casa, onde nos sentamos no andar de cima e conversamos. Anos depois, pedi meu arquivo à CIA, e o último documento do arquivo era um relatório de Cord Meyer a meu respeito! Na minha casa, tomando um drinque, e ele escreveu um relatório sobre mim! Mal pude acreditar.”<sup>48</sup> Tal como o personagem de James Stewart no filme *Janela indiscreta*, Meyer e Angleton acabaram espelhando os desvios que tentavam monitorar.

Em outubro de 1960, Josselson encontrou-se com Cord Meyer e um grupo de agentes da Divisão de Organizações Internacionais num quarto de

hotel, em Washington. Seguiu-se uma discussão acalorada, na qual, segundo uma testemunha, seus colegas da CIA “ensinaram o padre a rezar missa”. Josselson, que tinha o que Diana descreveu como “essa coisa de corpo/mente”, sentiu a pressão sangüínea disparar e as têmporas latejarem, antes de desabar no chão. “Ele era dado a demonstrar suas emoções”, disse John Thompson. “Entrava em discussões, desmaiava e tinha ataques do coração. Era muito europeu.”<sup>49</sup> Esse ataque cardíaco foi bem real. Às duas horas da madrugada, horário local, Diana foi acordada por Lou Latham, o chefe da base parisiense (que se encontrava em Washington quando a coisa aconteceu), que lhe disse que Michael fora levado às pressas para o hospital, depois de sofrer um colapso. Diana embarcou no primeiro vôo a decolar de Paris naquela manhã, acompanhada por Jennifer, sua filha de quatro anos. Depois de uma parada rápida num hotel para deixar a menina com a avó, mãe de Diana, ela seguiu para o Hospital Universitário George Washington. Lá chegando, encontrou Michael deitado numa tenda de oxigênio. Nas semanas seguintes, Diana manteve uma vigília constante ao lado do marido. Aos poucos, ele começou a melhorar. E, nesse estado horizontal, Josselson novamente despertou para a urgência de sua missão. “Durante todo o tempo em que estive hospitalizado, Michael me dava ‘instruções’ e eu tomava notas”, recordou Diana. “E depois ia até a porta do quarto e ‘instruía’ o Lee [Williams] e os outros gorilas que apareciam. Foi divertido virar a mesa contra eles.”<sup>50</sup>

Enquanto Josselson continuava no pulmão de oxigênio, Bill Durkee, subchefe de divisão de Meyer, virou-se para Lee Williams, quando os dois andavam por uma rua de Washington, e disse: “Agora ele está onde nós o queremos.”<sup>51</sup> Refletindo sobre isso, anos depois, Diana concluiu que, embora a Agência valorizasse Michael pelo trabalho que ele fazia, “ao mesmo tempo ele devia ser uma pedra no sapato deles, por agir à sua maneira e lhes opor resistência, toda vez que eles tentavam impor o controle. Michael procurava deixá-los satisfeitos, contando-lhes o que acontecia em vários círculos, e, por força de sua personalidade, não deixava que eles tivessem consciência de sua falta de importância. Era amigo deles, conversava sobre a família e a carreira desses homens, e eu tinha a impressão — agora abalada — de que eles o admiravam. Durkee, como agora finalmente percebo, falou por todos eles. Eles deviam desconfiar de todos aqueles intelectuais, ainda por cima estrangeiros, e sofrer por terem todo o dinheiro e o poderio norte-americanos,

mas não receberem nenhum crédito. (...) Além disso, Michael não era de Yale, era praticamente russo e judeu, mas era ele quem tinha intimidade com as pessoas famosas, e não eles.”<sup>52</sup>

Mesmo assim, ficou claro que a saúde não mais permitiria a Josselson gastar tanta energia com o Congresso. Combinou-se que ele se mudaria permanentemente para Genebra, onde continuaria a trabalhar para o Congresso, porém mais afastado. John Hunt assumiria a responsabilidade pela direção do escritório de Paris, inclusive pelo trato com a Agência. Ao chegar ao Congresso em 1956, Hunt havia passado os primeiros dois anos, como disse depois, portando-se como “um faxineiro, sem nunca dizer nada, apenas observando e aprendendo”.<sup>53</sup> Aos poucos, tinha-se transformado no que descreveu como “agente de operações” do “agente executivo” de Michael. Em essência, esses papéis se mantiveram inalterados durante toda a existência do Congresso. Todavia, com Josselson trabalhando em sua casa em Genebra, com a ajuda de uma secretária, Hunt descobriu-se no controle administrativo da sede parisiense.

## O César da Argentina

Nunca te pedi que fosses  
Nem a Moscou nem a Roma,  
Renuncia à lida enfadonha,  
Chama de volta as Musas.

— W. B. Yeats, “Those Images”

John Hunt assumiu o escritório de Paris num momento propício. O “esbanjamento de Eisenhower” nas artes foi seguido pelo anúncio do governo Kennedy de que pretendia manter uma “relação produtiva” com os artistas. Foi o que Kennedy deixou claro ao convidar 156 dos mais famosos dentre eles (inclusive Arthur Miller, Andrew Wyeth, Ernest Hemingway, Mies van der Rohe, Igor Stravinsky, Pierre Monteux, Paul Hindemith, Archibald MacLeish, Robert Lowell e Stuart Davis) para as festividades de sua posse. “A posse deve ter sido divertida”, escreveu Elizabeth Bishop a Lowell. “Vejo pedacinhos dela, repetidas vezes, nos noticiários. Mas não gosto daquela grandiosidade de Império Romano — a arquibancada para assistir ao desfile, por exemplo, parece muito triunfal.”<sup>1</sup> Entretanto, para muitos combatentes da Guerra Fria, o clima imperial era uma inspiração, como disse um admirador a Kennedy no começo de 1961: “Assim como um romano, na Antigüidade, podia proclamar orgulhosamente, onde quer que fosse, ‘*civis Romanus sum*’, agora, mais uma vez e de forma similar, onde quer que vamos, e de cabeça erguida e com orgulho, podemos proclamar: ‘*civis Americanus sum*’.”<sup>2</sup>

Em 11 de maio de 1962, Robert Lowell tornou a ser convidado à Casa Branca, dessa feita para um jantar em homenagem a André Malraux, na época ministro da Cultura da França. Na recepção, Kennedy fez uma brincadeira, dizendo que a Casa Branca vinha-se tornando “quase um café para intelectuais”. Mas Lowell era cético e, depois do jantar na Casa Branca, escreveu: “E aí, na manhã seguinte, lemos que a Sétima Frota fora mandada para algum lugar na Ásia, e tivemos a curiosa sensação de que o artista era realmente sem importância, de que aquilo fora uma espécie de decoração de vitrine, e de que o governo de verdade estava noutra lugar, e de que algo muito mais próximo do Pentágono é que realmente dirigia o país (...). Sinto que nós, os intelectuais, desempenhamos um papel muito pomposo e frívolo — deveríamos ser vitrines, não a decoração das vitrines.”<sup>3</sup>

Embora raras vezes se expressasse em termos francos, havia uma tendência crescente, entre alguns intelectuais, a ver com desconfiança a filantropia do governo. Mas a questão da corrupção não preocupava indevidamente a CIA, sob cujos auspícios era distribuída grande parte dessas doações. “Há momentos em que é como se a gente fosse seduzida”, disse Donald Jameson. “Acho que quase todos os que ocupavam uma posição de destaque no Congresso [pela Liberdade Cultural] tinham consciência de que, de um modo ou de outro, o dinheiro vinha de algum lugar, e, se a gente olhasse em volta, só havia uma escolha lógica, em última instância. E o sujeito tomava uma decisão. Na verdade, a principal preocupação, para a maioria dos estudiosos e escritores, era como ser pago para fazer o que queria fazer. Creio que, de modo geral, eles aceitariam dinheiro de qualquer fonte em que pudessem obtê-lo. E era por isso que o Congresso e outras organizações similares — no leste e no oeste — eram vistos como uma espécie de grandes tetas em que qualquer um poderia mamar, se precisasse, e depois ir cuidar de suas coisas. Essa foi realmente uma das grandes razões, penso eu, do sucesso do Congresso: ele permitia que o sujeito fosse um intelectual sensível e tivesse o que comer. E as únicas outras pessoas que faziam isso eram, realmente, os comunistas.”<sup>4</sup>

Gostassem ou não, soubessem ou não, dezenas de intelectuais do Ocidente ficaram então ligados à CIA pelo “cordão umbilical do ouro”. Se Crossman pudera escrever, em sua introdução de *O Deus que falhou*, que, “Para o intelectual, o conforto material é relativamente sem importância, o que mais lhe importa é a liberdade espiritual”, muitos intelectuais parece-



ram incapazes, nessa ocasião, de resistir a dar uma volta no trem da alegria. Algumas conferências do Congresso “eram sobretudo um espetáculo, e às vezes, seus freqüentadores faziam lembrar as altas rodas que circulavam entre St. Tropez, no verão, e St. Moritz ou Gstaad, no inverno”, escreveu o soviólogo Walter Laqueur, também ele freqüentador habitual dessas conferências. “Havia um esnobismo, particularmente na Grã-Bretanha, uma aparência externa de refinamento, espirosidade e sofisticação, combinada com a falta de substância — conversa de mesa do corpo docente e mexicanos do Café Royal.”<sup>5</sup> “Essas excursões elegantes e dispendiosas deviam dar grande prazer às pessoas que as faziam à custa do governo. Porém havia mais do que prazer, porque elas sentiam o gosto do poder”, disse Jason Epstein. “Quando iam a Nova York, esses intelectuais visitantes eram convidados para grandes recepções, com comida caríssima por toda parte, criados e sabe-se lá mais o quê, muito mais do que eles mesmos tinham recursos para se proporcionar. Quem não gostaria de estar numa situação dessas, na qual o sujeito é politicamente correto e, ao mesmo tempo, bem recompensado pela postura que adotou? E foi isso que deu ensejo à corrupção que se seguiu.”<sup>6</sup>

Os que não recebiam diárias de ajuda de custo em Nova York podiam tirar proveito da Villa Serbelloni, em Bellagio, no norte da Itália. Equilibrada sobre um promontório entre os lagos setentrionais de Lecco e Como, a mansão fora legada à Fundação Rockefeller pela Princesa della Torre e Tasso (*née* Ella Walker). A fundação colocou a residência à disposição do Congresso, como um retiro informal para seus membros mais ilustres — uma espécie de refeitório dos oficiais em que os que combatiam na linha de frente do *Kulturkampf* podiam recuperar as forças. Os escritores, pintores e músicos que ali passavam temporadas eram recebidos por um motorista particular de uniforme azul, que trazia na lapela a pequena insígnia “V.S.”. Os hóspedes não recebiam uma “verba” como tal, mas a hospedagem era gratuita, assim como todas as despesas de viagem, as refeições e o uso da quadra de tênis e da piscina. Escrevendo no elegante papel timbrado da Villa, Hannah Arendt disse a Mary McCarthy: “A sensação é de estar subitamente hospedada numa espécie de Versalhes. O lugar tem 53 criados, incluindo os homens que cuidam dos jardins (...). Os funcionários são chefiados por uma espécie de *maitre* que data dos tempos da ‘princesa’ e tem as feições e os modos de um fidalgo da Florença quatrocentista.”<sup>7</sup> McCarthy respondeu ter descoberto que

esse meio luxuoso não era propício ao trabalho árduo. A *villa* foi também o aprazível local do seminário do Congresso de junho de 1965, sobre o tema “As condições da ordem mundial”, realizado em associação com a revista *Daedalus* e com a Academia Norte-Americana de Artes e Ciências.

Para uns poucos eleitos, havia também a possibilidade de desfrutar da companhia de Hansi Lambert (a amiga milionária do Congresso que também servia de anfitriã em sua residência de inverno em Gstaad) ou de Junkie Fleischmann, para cruzeiros no Mediterrâneo em seus iates. Os Spender foram hóspedes de ambos. Quando Stephen contou a Ernst Robert Curtius sobre seu cruzeiro de Corfu a Ischia, em agosto de 1955, o alemão disse, simplesmente: “Você era comunista, e agora passeia em iates no Mediterrâneo, *ja, ja*.”<sup>8</sup> Para os que preferiam a terra firme, o Congresso providenciava acomodações nos estabelecimentos mais prestigiados da Europa. Em Londres, havia o Connaught; em Roma, o Inghilterra; e em Cap Ferrat, o Grand Hotel. Em Paris, Irving Brown continuava a receber em sua residência fora de casa — a suíte presidencial do Hotel Baltimore.

A despeito de suas reservas quanto a aceitar o patrocínio do governo, Robert Lowell conseguiu reprimi-las em favor de uma passagem de primeira classe para a América do Sul, oferecida pelo Congresso pela Liberdade Cultural em maio de 1962. Durante vários anos, sua grande amiga Elizabeth Bishop, que morava no Rio de Janeiro, havia insistido em que ele fosse visitá-la; nesse momento, a oferta da verba do Congresso levou-o à ação. Bishop ficou encantada. O pessoal do Departamento de Estado no Brasil “comporta-se de uma forma muito ESTÚPIDA e grosseira”, escreveu ela, e “costuma mandar romancistas e professores muito insignificantes e chatos”.<sup>9</sup> A visita de Lowell prometia ser muito mais interessante.

Fazia anos que o Congresso vinha tentando ampliar sua influência na América do Sul. Sua revista na região era *Cuadernos*, editada por Julian Gorkin. Gorkin havia fundado o Partido Comunista de Valência em 1921 e trabalhara numa rede clandestina do Komintern, onde havia aprendido, entre outras coisas, a falsificar passaportes. Ao romper com Moscou em 1929, alegara que os soviéticos tinham tentado convencê-lo a se tornar assassino. Quase no fim da Guerra Civil espanhola, ele fugira para o México, pousada tradicional de bolcheviques foragidos, e ali tinha sobrevivido a cinco tentativas de homicídio, uma das quais lhe deixara um buraco no crânio. Como

editor de *Cuadernos*, sua tarefa era tentar penetrar na “grande desconfiança” da América Latina, onde a única maneira de exercer um impacto significativo, brincava ele, era atacar constantemente os Estados Unidos e entoar louvores a Sartre ou Pablo Neruda. Gorkin não tivera essa tarefa facilitada pelo golpe de Estado da Guatemala, respaldado pela CIA (1953), nem pela Revolução Cubana de 1958. Na esteira da intervenção norte-americana nessas áreas, esse fora um período de “euforia para os comunistas latino-americanos e seus aliados”,<sup>10</sup> mas Gorkin havia enfrentado as adversidades e dado ao Congresso um nicho importante num ambiente hostil.

Lowell chegou ao Rio de Janeiro com sua mulher, Elizabeth Hardwick, e com a filhinha de cinco anos do casal, Harriet, na primeira semana de junho de 1962. Lá estava Nabokov para recebê-los no aeroporto, em companhia de Elizabeth Bishop. As coisas correram muito bem até a família de Lowell embarcar num navio com destino a Nova York, no dia 1º de setembro, enquanto ele permanecia para continuar sua viagem pelo sul, indo ao Paraguai e à Argentina. Quem o acompanhou foi Keith Botsford, o “representante ambulante permanente” do Congresso na América do Sul, que fora “infiltrado na viagem” por John Hunt, a fim de ficar de olho no poeta (no linguajar da CIA, Botsford era a “guia da coleira” de Lowell). Foi em Buenos Aires que os problemas começaram. Lowell jogou fora os comprimidos receitados para sua psicose maníaco-depressiva, tomou uma série de martinis duplos numa recepção no palácio presidencial e anunciou que era “o César da Argentina”, e que Botsford era seu “lugar-tenente”. Depois de fazer um discurso sobre Hitler, no qual enalteceu o Führer e a ideologia do super-homem,<sup>11</sup> Lowell tirou toda a roupa e montou numa estátua equestre numa das praças principais da cidade. Depois de prosseguir nessa linha por vários dias, ele acabou sendo dominado, por ordem de Botsford, enfiado numa camisa-de-força e levado para a Clínica Bethlehem, onde teve as pernas e braços atados com tiras de couro, enquanto lhe injetavam vastas doses de Torazina. A humilhação de Botsford completou-se quando Lowell, nessa posição de Prometeu acorrentado, ordenou que ele assobiasse “Yankee Doodle Dandy” ou o “Hino de Batalha da República”.<sup>12</sup>

Mais tarde, no mesmo mês, Nabokov telefonou para Mary McCarthy. Tinha a voz trêmula e cansada ao lhe informar que Lowell “estava num pavilhão de doentes mentais em Buenos Aires e que Marilyn Monroe se suici-

dara, porque vinha tendo um romance com Bobby Kennedy e a Casa Branca havia interferido”.<sup>13</sup> Compartilhando o desgosto de Nabokov, Mary McCarthy concluiu: “Nossa era começa a parecer uma terrível superprodução cinematográfica sobre os últimos imperadores romanos e suas Messalinas e Popéias. A piscina de Bobby Kennedy é a banheira com leite de jumenta.”<sup>14</sup>

O incidente com Lowell foi um completo desastre. Escolhido pelo Congresso “como um norte-americano excepcional, para se contrapor a (...) comunistas como [Pablo] Neruda”,<sup>15</sup> Lowell não se revelou emissário de coisa alguma, a não ser das potentes propriedades da Torazina. Ele foi uma profunda decepção para os que estavam do seu lado (e, por sua vez, foi totalmente largado de mão por Botsford). Surpreendentemente, nem Hunt nem Josselson abandonaram Botsford, mas continuaram a usar seus serviços como seu “representante” na América Latina. Ainda mais surpreendente é que, decorrido menos de um ano, chegaram até a pensar em mandar Lowell representar o Congresso numa conferência no México. Mas Josselson deu para trás, temendo que o poeta “seguisse tão pouco as recomendações de seu psiquiatra quanto fez da última vez (...) não há nenhuma garantia de que ele não torne a fazer discursos lunáticos a favor de Hitler”.<sup>16</sup> Botsford, que não tinha o menor desejo de repetir sua experiência anterior, alertou contra o envio de Lowell, e chegou-se a um acordo de que Robert Penn Warren e Norman Podhoretz seriam candidatos mais confiáveis para mandar para trás da Cortina de Tortilhas.

Embora Josselson tivesse suas dúvidas quanto a Botsford (“nem tenho certeza de que ele seja capaz de dizer a verdade”),<sup>17</sup> o protegido de Hunt continuou a prosperar no Congresso.<sup>18</sup> Nessa ocasião, ele disse a Hunt que os intelectuais brasileiros viam o Congresso como uma fachada “ianque”, e sugeriu que a entidade se tornasse mais discreta, modesta e “invisível”, só dando respaldo a projetos que tivessem um forte apoio local. Mas Hunt rejeitou essa abordagem, dizendo que nenhuma região do mundo devia ser negligenciada na luta contra o comunismo.<sup>19</sup> E, nesse estado de espírito, Hunt e Botsford engajaram-se vigorosamente numa campanha para solapar o poeta Pablo Neruda.

No início de 1963, Hunt recebeu a dica de que Pablo Neruda era candidato ao Prêmio Nobel de Literatura de 1964. Esse tipo de informação privilegiada era extremamente raro, já que as deliberações da comissão do Nobel

são tidas como conduzidas no mais absoluto sigilo. Não obstante, em dezembro de 1963, estava lançada uma campanha difamatória contra Neruda. Tomando o cuidado de obscurecer o papel do Congresso, quando Irving Kristol perguntou a Hunt se era verdade que o Congresso andava “espalhando boatos” sobre Neruda, este respondeu, em tom zombeteiro, que era inevitável que a candidatura do poeta ao Prêmio Nobel despertasse polêmicas.<sup>20</sup>

Na verdade, desde fevereiro de 1963, Hunt vinha organizando o ataque. Julian Gorkin já havia escrito a “um amigo em Estocolmo” sobre Neruda, e disse a Hunt que “esse homem está pronto para preparar um livrinho em sueco sobre ‘Le cas Neruda’”.<sup>21</sup> Mas Hunt duvidou da utilidade do livro e disse a René Tavernier, um militante do Congresso, que um relatório plenamente documentado, escrito em francês e inglês, deveria ser preparado para circulação entre certos indivíduos.<sup>22</sup> Hunt enfatizou que não havia tempo a perder, caso se quisesse evitar o escândalo de Neruda receber o Prêmio Nobel, e pediu a Tavernier que organizasse o relatório em colaboração com Julian Gorkin e seu “amigo” sueco.<sup>23</sup>

O relatório de Tavernier concentrou-se na questão do engajamento político do poeta e disse ser “impossível dissociar o artista Neruda do propagandista político Neruda”.<sup>24</sup> Acusou-o de, na condição de membro do Comitê Central do Partido Comunista chileno, usar sua poesia como “instrumento” de um engajamento político “total e totalitário”; tratava-se da arte de um homem que era um stalinista “militante e disciplinado”. Usou-se largamente o fato de Neruda ter recebido o Prêmio Stalin de 1953 por seu poema a Stalin, “seu mestre”, o que Tavernier rotulou de “servilismo poético”.<sup>25</sup>

Tavernier remeteu as provas do artigo a Hunt no fim de junho. Hunt decidiu que ele precisava de mais vigor e disse ao autor que focasse na natureza do engajamento político de Neruda, além de se concentrar no anacronismo de sua postura stalinista, que pouco se relacionava com o clima mais tolerante da Rússia contemporânea. Hunt concluiu, em tom professoral, dizendo a Tavernier que esperava ver o relatório revisado dali a alguns dias.<sup>26</sup>

“É óbvio que eles fariam campanha para que Neruda não recebesse o Prêmio Nobel. Isso era fato”, disse Diana Josselson.<sup>27</sup> Por conseguinte, Josselson escreveu a Salvador de Madariaga, filósofo e patrono honorário

---

\*“O caso Neruda”, em francês no original. (N. da T.)

do Congresso, em busca de sua intervenção. Mas Madariaga foi otimista, afirmando que “*Stockholm aurait une réponse facile et impeccable: on a déjà couronné Nobel la poésie chilienne en la personne de Gabriela Mistral. Un point, c’est tout. Et la politique n’y a rien à faire.*”<sup>28</sup> A política, é claro, tinha tudo a ver com isso.

Pablo Neruda não ganhou o Prêmio Nobel de Literatura de 1964. Mas não houve motivo para comemoração nos escritórios do Congresso, quando se anunciou o vencedor. Foi Jean-Paul Sartre. Ele, como é público e notório, recusou-se a aceitar o prêmio. Neruda teve que esperar até 1971 para ser homenageado pela Academia Sueca, quando já era embaixador do Chile na França, representando o governo democraticamente eleito de seu amigo Salvador Allende (que foi antidemocraticamente deposto e assassinado em 1973, com a ajuda do longo braço da CIA).

Em 1962, poucos meses depois da construção do Muro de Berlim, Nicolas Nabokov foi convidado por Willy Brandt, o prefeito de Berlim Ocidental, a se tornar assessor de Assuntos Culturais Internacionais no senado berlinense. Essa nomeação consolidou uma velha amizade e levou Nabokov de volta à cidade de que ele se sentia mais próximo. “Brandt e Nabokov davam-se muito bem”, rememorou Stuart Hampshire. “Brandt era financiado pelos norte-americanos, assim como o programa cultural de Berlim. Sentia-se perfeitamente à vontade com isso, que não o preocupava nem um pouco. Nicky era extremamente sofisticado, conhecia todas as pessoas certas, de modo que era perfeito para o trabalho de organizar os assuntos culturais de Berlim.”<sup>29</sup> Para Nabokov, Berlim Ocidental havia perdido parte de seu “glamour cosmopolita”, e parecia ter chegado a hora de ela renovar seu investimento no “jogo cultural”. De acordo com John Hunt, Nabokov “nunca se dispusera a enfrentar o mundo em nome de suas convicções” e, nesse momento, parecia ter perdido o interesse nos surrados paradigmas da Guerra Fria. Seus planos e propostas para Berlim, então dividida por um muro de concreto, não continham nada da antiga retórica anticomunista. “Ficou claro para mim que,

---

\*Diz o trecho de Madariaga: “Estocolmo teria uma resposta fácil e impecável: a poesia chilena já foi coroada com o Nobel, na pessoa de Gabriela Mistral. É apenas uma colocação. E a política não tem nada a ver com isso.” (N. da T.)

nesse jogo, convinha tentar obter o apoio e a participação de estudiosos e artistas da União Soviética e do bloco socialista”,<sup>30</sup> escreveu ele, num estado de espírito cheio do entusiasmo da *détente*. Com esse objetivo em mente, ele fez amizade com o embaixador soviético de Berlim Oriental, Pyotr Andreyetvitch Abrassimov. Os dois passavam horas juntos na embaixada soviética, e o russo acabou cedendo aos pedidos apaixonados de Nabokov de que artistas soviéticos fossem representados no Festival de Artes de Berlim, do qual ele também era diretor. Para Abrassimov, foi uma decisão ousada: o serviço secreto soviético vigiava Nabokov de perto. Tendo um espião da KGB plantado junto a Brandt como assessor, os russos sabiam de tudo que se referia às ligações de Nabokov com o Congresso apoiado pela CIA.

Josselson não ficou inteiramente satisfeito com a nova nomeação de Nabokov, “mas a engoliu”, segundo Diana. Nabokov, que passava cada vez mais tempo em Berlim, parecia estar-se afastando do Congresso, mas não de suas verbas de representação. Josselson, que sempre havia insistido na continência, pouco pôde fazer para restringir a extravagância congênita de Nabokov. “Ele tinha gostos muito dispendiosos, e aquilo tinha que ser pago”,<sup>31</sup> disse Stuart Hampshire. Mas essa ligação, formalmente acertada entre o Congresso e o escritório de Brandt, realmente deu ao Congresso a oportunidade de se fazer representar no Berliner Festwochen, e, em 1964, a entidade financiou a apresentação, nesse festival, de Günter Grass, W. H. Auden, Keith Botsford, Cleanth Brooks, Langston Hughes, Robie Macauley, Robert Penn Warren, James Merrill, John Thompson, Ted Hughes, Herbert Read, Peter Russell, Stephen Spender, Roger Caillois, Pierre Emmanuel, Derek Walcott, Jorge Luis Borges e Wole Soyinka (John Hunt e François Bondy compareceram como monitores).

Mas Josselson não conseguiu engolir o ressentimento ante o que viu como a deserção de Nabokov. “Ele ficou enciumado”, disse Hampshire. “Costumava referir-se a ‘meu grupo’ de intelectuais. Bajulava-os e contava com a lealdade deles. Nicky fazia parte do seu ‘grupo’, mas aí se interessou por outra coisa. Josselson ficou aborrecido e magoado.”<sup>32</sup> No fim de 1964, a paciência de Josselson começava a se esgotar, e ele escreveu uma carta cáustica em que perguntou a Nabokov por que ele julgara apropriado cobrar do Congresso as despesas de uma viagem a Londres que se originara claramente nos interesses de Berlim. Considerando-se que Nabokov rece-

bia, na época, um salário generoso do Congresso (Josselson havia sacado quase 30 mil dólares da Fundação Farfield para cobrir as atividades dele por lá, num período de quatro anos, sendo 24 mil dólares desse total reservados para seu salário), por que, perguntou Josselson, ele não podia cobrir essas despesas tirando o dinheiro dos 50 mil marcos alemães que recebia dos contribuintes berlinenses? Irritado com o fato de Nabokov não lhe ter dito nada sobre suas visitas a Abrassimov no setor soviético, nem tampouco sobre a visita deste à casa de Nabokov, em companhia de Rostropovich, Josselson concluiu a carta com raiva, dizendo ao compositor: “Não quero saber mais nada sobre o que você faz (...). Simplesmente suspendamos nosso relacionamento oficial até 1º de maio [quando os dois tinham um encontro marcado], e vamos cruzar os dedos para que, com seus atos, você não cause danos irreparáveis a nossa amizade.”<sup>33</sup> Não conseguindo resistir a uma última desfeita, Josselson manifestou a esperança de que as festas natalinas dessem a Nabokov “uma oportunidade de refletir (...) e compor um pouco de música, em vez de correr feito um louco de um lado para outro e, quem sabe, correr para um precipício”.<sup>34</sup>

Uma nuvem negra começava a pairar sobre a relação entre os dois. Quando Josselson soube que Nabokov planejava fazer uma viagem a Moscou com Abrassimov, para garantir a participação de artistas soviéticos no Festival de Berlim, escreveu-lhe em tom urgente, insistindo em que ele não fizesse a viagem. Nabokov a cancelou no último minuto, mas exigiu uma explicação de Josselson. Ela veio, porém numa formulação extremamente enigmática: “Nem por um minuto me preocupei com sua segurança, nem estava apreensivo a respeito de qualquer conseqüência decorrente de sua ligação com o Congresso. Acredite, preocupei-me apenas com você e com a situação sumamente embaraçosa em que você poderia ficar, não de imediato, mas talvez daqui a um ou dois anos. Não quero escrever sobre isso, mas esteja certo de que o que tenho em mente não é algo que eu tenha apenas captado no ar. (...) Além disso, por favor lembre-se de que você tem muitos inimigos em Berlim, que só estão à espera de uma oportunidade de esfaqueá-lo, e, para seu próprio bem, seria bom você frustrar os planos dessas pessoas e de suas intrigas maldosas.”<sup>35</sup> Havia mais do que apenas mágoa por trás das objeções de Josselson à nova mudança de carreira do amigo: Nabokov tinha-se tornado um risco para a segurança. “Você poderia tornar-se um instrumento involuntário da



política soviética na Alemanha”, alertou-o nesse momento. “Já deu o primeiro passo nessa direção.”<sup>36</sup>

Pouco depois dessa carta, em agosto de 1964, surgiu uma situação muito inquietante. No decorrer de uma investigação do Congresso nacional sobre a isenção de impostos de algumas fundações particulares norte-americanas, feita pelo deputado Wright Patman, ocorreu um vazamento que identificou várias delas (oito, ao todo, conhecidas como “As oito de Patman”) como fachadas da CIA: a Fundação Gotham, o Fundo Michigan, o Fundo Price, o Fundo Edsel, o Fundo Andrew Hamilton, a Borden Trust, o Fundo Beacon e o Fundo Kentfield. Tais entidades, como veio à tona, eram “caixas de correio” que, muitas vezes, não consistiam em nada além de um endereço criado para receber dinheiro da CIA, que podia então ser transferido para outros locais com aparente legitimidade. Depois que o dinheiro era transferido para a caixa de correio, acontecia a “segunda passagem” ou “travessia”: a fundação de fachada fazia uma “contribuição” para uma fundação proeminente, largamente conhecida por suas atividades legítimas. Essas contribuições eram devidamente registradas como ativos recebidos pelas fundações na declaração anual 990-A, que todas as entidades sem fins lucrativos e isentas de impostos eram obrigadas a entregar à Receita Federal. Esse, é claro, era o ponto em que o sistema se mostrava mais vulnerável. “Talvez não houvesse mesmo outra maneira de fazer as coisas”, disse Donald Jameson, “mas essas fundações tinham que apresentar toda sorte de documentos fiscais, mais isto e mais aquilo, e, até certo ponto, cumpriam essa obrigação. Isso significava que, quando (...) alguém começava a denunciá-las, as pessoas podiam consultar os registros fiscais e ligar diretamente A a B e C e a D, através dessa papelada, e isso era realmente lamentável.”<sup>37</sup>

A “terceira passagem” ocorria quando a fundação legítima fazia uma contribuição para a organização beneficiária designada pela CIA. William Hobby, presidente do *Houston Post* e curador da Fundação Hobby, explicou como isso funcionava: “Diziam-nos que (...) receberíamos certos valores da CIA. Depois, recebíamos uma carta, digamos, da Organização XYZ, solicitando verbas. E nós as concedíamos.” Nenhuma pergunta era formulada. “Achávamos que [a CIA] sabia o que estava fazendo.”<sup>38</sup>

Os formulários 990-A apresentados por outras quatro fundações ilustraram essa operação de transferência: a Fundação M. D. Anderson, de Houston,

a Fundação Hoblitzelle, de Dallas, a Fundação David, Josephine e Winfield Baird, de Nova York, e o Fundo J. M. Kaplan, também de Nova York. Todas as quatro fundações eram “trunfos” da Divisão de Organizações Internacionais (IOD). De 1958 a 1964, a Fundação Anderson recebeu 655 mil dólares da CIA, através de fundações de fachada como a Borden Trust e o Fundo Beacon. Em seguida, desembolsou o mesmo valor para o American Fund for Free Jurists, Inc. [Fundo Norte-Americano de Juristas Livres Ltda.], uma organização patrocinada pela CIA e com sede em Nova York, que depois ficou conhecida como Conselho Norte-americano da Comissão Internacional de Juristas. A Fundação Baird recebeu um total de 456.800 dólares de “transferências” entre 1961 e 1964, e canalizou o dinheiro para programas da CIA no Oriente Médio e na África. O Fundo Kaplan — mais conhecido como o patrocinador da temporada de “Shakespeare no Parque”, em Nova York — doou quase um milhão de dólares, entre 1961 e 1963, ao Instituto de Pesquisas Trabalhistas Internacionais, de Nova York. O Instituto concentrava-se em projetos da CIA na América Latina, inclusive um viveiro de líderes políticos democráticos chamado Instituto de Educação Política, dirigido por Norman Thomas e José Figueres, na Costa Rica. O financiamento saía da CIA, sendo canalizado para o Fundo Kaplan por dutos predeterminados: as fundações Gotham, Michigan, Andrew Hamilton, Borden, Price e Kentfield — seis das Oito de Patman. O presidente e tesoureiro da Fundação Kaplan era Jacob M. Kaplan, que, convém lembrar, havia oferecido seus préstimos a Allen Dulles em 1956. A Fundação Hoblitzelle, entre 1959 e 1965, recebeu da CIA uma soma similar. Toda ela (430.700 dólares) foi diretamente transferida para o Congresso pela Liberdade Cultural.

O vazamento de Patman abriu, ainda que por um breve período, a escotilha da casa de máquinas dos financiamentos secretos da CIA. Combinado com as informações que podiam ser livremente inspecionadas na Receita Federal, ele permitiu que alguns jornalistas criativos juntassem algumas peças do quebra-cabeça. Em setembro de 1964, o semanário esquerdista novaiorquino *The Nation* perguntou: “Deve-se permitir que a CIA canalize verbas para revistas em Londres — e Nova York — que se fazem passar por ‘revistas de opinião’, e que concorrem com publicações de opinião independentes? Será apropriado que revistas bancadas pela CIA ofereçam grandes somas como pagamento por poemas isolados de poetas russos e do Leste Europeu, tidos

como o tipo de homens que talvez fossem incentivados a desertar pelo que, nesse contexto, poderia ser visto como um suborno? Será função ‘legítima’ da CIA financiar indiretamente vários congressos, convenções, assembleias e conferências dedicados à ‘liberdade cultural’ e outros temas similares?”<sup>39</sup>

Cord Meyer recordou que “A matéria foi publicada na última página do *New York Times* e, na ocasião, causou pouco rebuliço, embora, dentro da Agência, tenha-nos feito reexaminar ansiosamente e tentar melhorar a segurança de [nossos] mecanismos de financiamento”.<sup>40</sup> “Na Agência, costumávamos fazer exercícios em que nos perguntávamos que aconteceria se alguém tirasse a chapa traseira de um rádio e começasse a investigar aonde levavam todos aqueles fios”, disse Lee Williams. “Sabe, e se alguém fosse à Receita Federal e examinasse uma fundação doadora de uma verba, e visse que os números não combinavam? Isso foi algo que realmente nos preocupou, quando os rumores começaram a ganhar vulto. Conversamos a esse respeito e tentamos encontrar um modo de proteger as pessoas e organizações que estavam prestes a ser desmascaradas.”<sup>41</sup> Mas Hunt e Josselson, que se achavam ambos em Londres quando o caso veio à tona — Josselson no Hotel Stafford, Hunt no Duke’s —, ficaram muito expostos, subitamente. “Estamos encrencados”, disse Josselson secamente a Hunt por telefone.

Josselson fora alertado para o perigo bem antes das denúncias de Patman. As pessoas começavam a tagarelar nos coquetéis — “metade do problema era que o pessoal de Washington não conseguia ficar de boca fechada”, disse Diana Josselson. Paul Goodman já fizera uma insinuação explosiva da verdade em 1962, ao escrever, na revista *Dissent*, que “a Liberdade Cultural e o Embate\* de idéias são instrumentos da CIA”. Não há dúvida de que Josselson fora previamente avisado das descobertas de Patman, dois anos depois dessa matéria, o que explica sua misteriosa carta a Nabokov em junho de 1964.

Fazia muito tempo que Josselson se inquietava com o fato de a capa do Congresso não ser segura, e, em 1961, ele havia convencido Cord Meyer de que era preciso encontrar uma safra de novos “patrocinadores”. “Em resposta às apreensões de Michael e da CIA, eles acharam, com muita esperteza, que deviam diversificar a fonte das verbas, e foi o que fizeram”,<sup>42</sup> lembrou Diana Josselson. Nabokov foi a Nova York em fevereiro de 1961, para conver-

---

\*“Embate”, vale lembrar, seria a tradução de *Encounter*. (N. da T.)

sar com curadores de fundações. Curiosamente, nenhuma das que ele procurou levou os negócios adiante. Ao que parece, sua viagem foi apenas uma cortina de fumaça, destinada a dar a impressão de que o Congresso estava buscando parcerias financeiras, ativa e abertamente, quando, na verdade, os negócios dos bastidores já vinham sendo fechados entre a CIA e outras fundações. Em 1963, a declaração das receitas do Congresso exibiu um conjunto novinho de doadores. Tratava-se das fundações Colt, Florence, Lucius N. Littauer, Fundo Beneficente Ronthelym, Shelter Rock (cujo “doador” era Donald Stralem, membro da diretoria da Fundação Farfield), Sonnabend e Sunnen.

Quanto à Fundação Farfield, sua credibilidade como fundação “independente” estava cada vez mais arranhada. “Ela pretendia ser uma fachada, mas, na verdade, era transparente. Todos ríamos disso e a chamávamos de Fundação Implausível”,\* disse Lawrence de Neufville. “Todos sabiam quem estava por trás dela. Era ridículo.”<sup>43</sup> A lendária avareza pessoal de Junkie Fleischmann parecia respaldar os boatos, então correntes em todas as recepções de Washington e Nova York, de que ele não era o verdadeiro “anjo da guarda” do Congresso pela Liberdade Cultural. Tempos depois, Nabokov disse a Josselson que “o Junkie era o rico mais sovina que já conheci”.<sup>44</sup> Natasha Spender também lembrou que “Junkie era famoso pela avareza. Num jantar num restaurante em Cincinnati, com ele e outras pessoas, tive que lhe pedir uma moeda emprestada para dar um telefonema. No táxi, ao voltarmos para casa, Stephen me disse: ‘Você precisa mandar devolver aquela moeda amanhã de manhã.’ Achei que ele estava brincando, mas não estava. Por isso, devolvi os dez centavos”.<sup>45</sup>

Ponderou-se então que, se a Fundação Farfield desembolsasse fundos para projetos norte-americanos — além dos internacionais —, o interesse da CIA, espremido entre as duas coisas, se tornaria menos evidente. “A Farfield engajou-se em outras atividades porque precisava dar cobertura à fundação, caso alguém viesse a indagar o que ela fazia”,<sup>46</sup> explicou Diana Josselson. O relatório da Farfield referente ao período de 1º de janeiro de 1960 a 31 de dezembro de 1963 listou algumas das centenas de verbas concedidas nesse período. Entre os beneficiários se incluíram o Conselho Norte-Americano de Sociedades Eruditas, a Academia Norte-Americana de Artes e Ciências, a

---

\*A língua inglesa faz af um trocadilho que se perde na tradução, construído entre “Farfield” e “Far-fetched” (absurda, implausível, inacreditável). (N. da T.)

Associação de Línguas Modernas, a Oficina dos Bailarinos, o Festival de Dois Mundos, em Spoleto, na Itália (contribuições para despesas gerais e para a participação de estudantes norte-americanos, além das despesas do poeta Ted Hughes), o Instituto de Estudos Avançados em Artes Cênicas, o Teatro Vivo de Nova York, a Pró-Música de Nova York, a Associação de Revistas Literárias da América, a *Partisan Review* (“uma verba para despesas”) e o Instituto Internacional, em Madri (doação para preservar as bibliotecas pessoais de Lorca, Ortega e Fernando Almagro). Na rubrica “Viagens e Estudos”, a Farfield concedeu bolsas a dezenas de indivíduos, inclusive Mary McCarthy (“para preparar uma antologia de novos escritos europeus”), o pintor chileno Victor Sanchez Ogaz, o poeta Derek Walcott (“para viagens pelos Estados Unidos”), Patricia Blake, Margerita Buber-Neumann, Lionel Trilling (para uma viagem a Polônia, Roma, Atenas e Berlim) e Alfred Sherman, colaborador da revista *The Spectator*, para uma viagem a Cuba.

Ironicamente, era a simples escala das doações da Fundação Farfield que a tornava especialmente vulnerável ao desmascaramento. Na esteira das revelações de Patman, não seria preciso um Conan Doyle para descobrir quem era o maquinador por trás da fundação. Espantosamente, nem um único jornalista pensou em aprofundar as investigações. A CIA de fato “examinou com rigor sua técnica de financiamento”, mas, para espanto posterior de uma comissão especial de inquérito sobre o assunto, não “reconsiderou a propriedade de pôr em dúvida a independência das fundações norte-americanas, ao usá-las como dutos para o financiamento de projetos secretos de ação”<sup>47</sup> — justamente a situação que levava Patman a deixar suas descobertas vazarem, para início de conversa. “A verdadeira lição da Comoção de Patman não está em que precisamos abandonar a prática de usar a fachada de fundações para fins de financiamento, mas em que precisamos trabalhar nisso de maneira mais profissional e ampla”,<sup>48</sup> ponderou o chefe do Grupo de Programação e Avaliação da Equipe de Ação Secreta.

Esse raciocínio era um equívoco flagrante, como viriam a mostrar os acontecimentos posteriores. Josselson decerto não o subscreveu. Ele sabia que os mecanismos vigentes de financiamento eram incorrigivelmente vulneráveis, e que estava navegando numa canoa furada. “O mar ficou cada vez mais revoltado, e a navegação, cada vez mais difícil, mas eles continuaram a navegar, embora num estado de alerta constante”,<sup>49</sup> disse Diana Josselson. A

partir do fim de 1964, Josselson fez tentativas frenéticas de distanciar o Congresso pela Liberdade Cultural das revelações iminentes e do dano que elas causariam. Pensou em trocar o nome da entidade. Tornou a investigar o corte dos laços financeiros com a CIA, a serem inteiramente substituídos pelo financiamento da Fundação Ford. Acima de tudo, tentou direcionar o Congresso para longe de sua perspectiva da Guerra Fria, bem como minimizar a plausibilidade de qualquer insinuação de que ele fosse um instrumento do governo norte-americano nessa Guerra Fria. Em outubro, disse ao Comitê Executivo, em sua reunião em Londres: “Francamente, eu não gostaria de ver a *raison d’être* do Congresso como sendo a Guerra Fria. De certo modo, tenho a sensação de que é essa a sua razão de ser, mas, com franqueza, isso não me agrada.”<sup>50</sup>

## Amigos do PEN Clube

... pois um novo tipo de homem  
 alcançou a bênção  
 e acabar com a guerra fria que travou  
 com sua própria e generosa carne.

— Allen Ginsberg, “Who Be Kind To”

O ano de 1964 foi ruim para os combatentes da Guerra Fria. Os mitos de que eles dependiam foram sendo sistematicamente destruídos. Primeiro veio a publicação de *O espião que saiu do frio*.<sup>\*</sup> Escrito em cinco meses por um jovem diplomata da embaixada britânica em Bonn, que usava o *nom de plume* John Le Carré, o livro vendeu 230 mil exemplares nos Estados Unidos e outros dois milhões numa edição em brochura, em 1965, quando a Paramount lançou a versão em filme. Le Carré atribuiu a origem do romance a sua “enorme e persistente amargura diante do impasse ideológico Leste-Oeste”. Richard Helms, então responsável pelas operações secretas da CIA, detestou o livro. Le Carré passou a ser classificado, ao lado de Graham Greene (cujo romance de 1955, *O americano tranqüilo*,<sup>\*\*</sup> havia estarrecido a comunidade clandestina dos Estados Unidos), como um dos autores que a Agência adorava detestar. Eles eram “otários”, disse Frank Wisner, “uns sujeitos malevolentes e rancorosos”.

<sup>\*</sup>John Le Carré, *O espião que saiu do frio*, trad. Adelino S. Rodrigues, adap. Pinheiro de Lemos, Rio de Janeiro: Record, 7ª ed., 2003. (N. da T.)

<sup>\*\*</sup>Graham Greene, *O americano tranqüilo*, trad. Breno Silveira, São Paulo: Abril, 1974. (N. da T.)

Seguiu-se a isso o filme *Dr. Fantástico*, de Stanley Kubrick, que satirizou a loucura da ideologia da Guerra Fria. Numa carta publicada no *New York Times*, Lewis Mumford chamou-o de “a primeira ruptura do transe catatônico da Guerra Fria que há tanto tempo mantém nosso país sob seu rígido controle (...) doentio é o nosso país, supostamente moralista e democrático, que deixou que essa política fosse formulada e implementada, sem que houvesse sequer um simulacro de debate popular”.<sup>1</sup>

Depois, em 18 de setembro de 1964, o mais influente combatente norte-americano da Guerra Fria, C.D. Jackson, morreu num hospital de Nova York. Dias antes, Eisenhower tomara um avião em Gettysburg, na Pensilvânia, para visitar C.D., já então em estado crítico. A Orquestra Sinfônica de Boston, que devia basicamente ao apoio dele a sua fama global, realizou um concerto em memória de C.D., no qual os solistas Vitya Vronsky e Victor Babin tocaram Mozart. Posteriormente, a escola de verão da orquestra, Tanglewood, criou as Medalhas e Prêmios C.D. Jackson, também em sua memória. Os patrocinadores da premiação eram muitos ex-alunos da escola especial de Guerra Fria que C.D. havia presidido.

Em 1964, essas pessoas já eram anacronismos ambulantes, membros de uma seita decrescente cuja extinção, embora longe de estar completa, parecia garantida por uma onda de repúdio e de protestos contra os valores que ela representava. Essa gente fazia lembrar um bando de “pássaros errantes”, nome inventado por um intelectual nova-iorquino para designar uma criatura fabulosa que “voa para trás, em círculos cada vez menores, até voar pelo próprio rabo adentro e se extinguir”.<sup>2</sup> Com a ascensão da Nova Esquerda e dos *beatniks*, os párias culturais que tinham vivido à margem da sociedade norte-americana entraram na corrente central, levando consigo o desprezo pelo que William Burroughs chamou de “tirania lamurienta e hipócrita de burocratas, assistentes sociais, psiquiatras e líderes sindicais”.<sup>3</sup> Joseph Heller, em *Ardil-22*,\* sugeriu que o que era visto como sanidade pelos Estados Unidos era, na verdade, loucura. Allen Ginsberg, que, em seu lamento de 1956 intitulado *Uivo*,\*\* havia chorado os anos desperdiçados — “vi as melhores

\*Joseph Heller, *Ardil-22*, trad. Pinheiro de Lemos, Rio de Janeiro: Record, 3ª ed., 1995. (N. da T.)

\*\*Allen Ginsberg, *Uivo e outros poemas*, trad., seleção e notas de Claudio Willer, Porto Alegre: L&PM, 2001. (N. da T.)



mentes de minha geração serem destruídas pela loucura” —, passou a defender as alegrias do homossexualismo declarado e das “solidões mescalísticas” alucinógenas. Mascando LSD, cantando o corpo elétrico, lendo poesia inteiramente nus e navegando pelo mundo numa névoa de benzedrina e narcóticos, os *beatniks* resgataram Walt Whitman de pedantes como Norman Pearson Holmes e o santificaram como o *hippy* original. Eles eram rebeldes desalinhados que queriam reinserir o caos na ordem, em contraste com a obsessão formulista que caracterizava revistas como a *Encounter*.

Exasperado com esses desdobramentos, Sidney Hook escreveu a Josselson em 20 de abril de 1964: “Na Europa eles têm um teatro do absurdo e, no existencialismo, uma filosofia do absurdo. Nos Estados Unidos, o avanço mais recente entre os intelectuais é a ‘política do absurdo’, cujos lemas são ‘Abaixo os Estados Unidos’, ‘A América é uma droga!’, ‘Viva o Sexo’ etc. É realmente muito divertido — Mailer, Podhoretz etc. E eles têm um novo e fervoroso discípulo — o Sr. Jack Thompson, cujo discernimento, receio, não é maior do que sua inteligência.”<sup>4</sup> Thompson teve discernimento suficiente para perceber que essa era a melhor parte da coragem, e permaneceu na Farfield como diretor executivo.

O ano de 1964 também marcou o primeiro aniversário da *New York Review of Books*. Sob a orientação de Jason Epstein e Robert Silvers, o sucesso instantâneo da revista assinalou com clareza que nem todos os intelectuais norte-americanos gostavam de agir como legitimistas da Guerra Fria, orbitando em volta do Estado de segurança nacional. À medida que o consenso governante começou a se fragmentar, a revista assinalou a emergência de uma nova intelectualidade crítica, livre para se manifestar sobre questões sobre as quais revistas como a *Encounter*, presas que estavam a uma disciplina consensual, ficavam praticamente mudas. Se alguém tivera a impressão de que todos os intelectuais de Nova York, por uma espécie de alquimia às avessas, haviam-se transformado de radicais brilhantes em apenas mais um vil metal da CIA e do resto do *establishment* da Guerra Fria, ali estava a prova do contrário. Longe de serem apologistas do poderio norte-americano, esses eram pensadores que se uniam em torno da disposição da revista de denunciar o imperialismo, assim como havia denunciado o comunismo. E, para horror da CIA, ela se tornou a nau capitânia da oposição intelectual à Guerra do Vietnã. “Tivemos um grande problema com o yin e o yang da turma da

*New York Review*, especialmente quando ela se tornou muito anti-Vietnã e muito esquerdista”,<sup>5</sup> recordou Lee Williams, que não foi propriamente franco a respeito das medidas tomadas em contraposição à *Review*, limitando-se a dizer que “não foi uma situação de golpes e contragolpes”.<sup>6</sup>

O próprio Michael Josselson não ficou indiferente ao novo espírito. Embora se esforçasse por esconder sua desilusão crescente com “a proposta norte-americana”, ele admitiu, na intimidade, estar horrorizado com a forma que ela havia assumido. Anos depois, escreveria que “a experiência de trabalhar com e para a ‘organização’ [tinha-se tornado] realmente traumática. (...) Na década de 1950, nossa motivação tinha-se escorado nas promessas históricas dos Estados Unidos (...) na segunda metade da década de 1960, nossos valores e ideais individuais tinham-se desgastado por nossa intervenção no Vietnã e por outras políticas absurdas dos Estados Unidos”.<sup>7</sup> A alegada defasagem dos mísseis, os vôos fracassados dos aviões U-2, a Baía dos Porcos, a crise cubana dos mísseis, todas essas gafes imperialistas haviam minado a confiança de Josselson no Século Norte-americano e nos órgãos de governo encarregados de transformá-lo em realidade. Até Harry Truman, cujo governo havia fundado a CIA em 1947, disse ver, nesse momento, “algo na maneira como a CIA tem funcionado que lança uma sombra sobre posturas históricas, e creio que precisamos corrigi-lo”.<sup>8</sup> Numa era que começava a abraçar a idéia da *détente*, Josselson procurou afastar o Congresso dos hábitos do apartheid da Guerra Fria, em direção a um diálogo com o Leste Europeu. Através de sua relação com o PEN,\* o Congresso estava numa posição ideal para fazer exatamente isso.

Em meados da década de 1960, o PEN Internacional tinha 76 centros em 55 países, e era oficialmente reconhecido pela Unesco como a organização mais representativa de todos os escritores do mundo. Sua tarefa, estatutariamente fixada, incluía a promessa de evitar, em todas as circunstâncias, o engajamento “na política estatal ou partidária”. Foi essa recusa a sucumbir à tendenciosidade ou ao *parti pris*, aliada a uma sólida defesa da liberdade de expressão, que garantiu a expansão mundial do PEN durante os anos da Guerra Fria. Mas a verdade é que a CIA envidou todos os esforços para transformá-lo num veícu-

---

\*A autora se refere à Associação Internacional de Poetas, Dramaturgos, Editores, Ensaístas e Romancistas, mundialmente conhecida como PEN Clube. (N. da T.)

lo dos interesses do governo norte-americano. E o Congresso pela Liberdade Cultural foi o instrumento designado para isso.

Fazia muito tempo que o Congresso se interessava pelo PEN, a despeito da peroração de Arthur Koestler de que ele era dirigido por um bando de “asnos”, preocupados com a idéia de que a campanha em prol da liberdade cultural “viesses a significar a insuflação da Guerra Fria”.<sup>9</sup> A princípio, os esforços do Congresso tinham-se voltado para manter os representantes do bloco do Leste Europeu fora do PEN, por temor de que os comunistas tentassem infiltrar-se na organização e influenciar seus debates. “Estamos dispostos a conversar com escritores russos, artistas russos, cientistas russos”, escrevera Nabokov a Richard Crossman em 1956, “mas não queremos encontrar e conversar com burocratas ou autoridades soviéticas no lugar deles. Infelizmente, (...) com demasiada freqüência, confrontamo-nos precisamente com esse tipo de burocrata soviético, subserviente e de mentalidade policialesca (olhar fixo, ombros retos, terno azul de sarja e calças largas), que queremos evitar.”<sup>10</sup> Justificadamente interessado em manter esses impostores fora, o Congresso estabeleceu um bom contato com o secretário do PEN, David Carver. Quando, em 1956, chegou a Josselson a notícia de que os comunistas planejavam “exercer uma grande pressão” na conferência do PEN no Japão, no ano seguinte, foi-lhe fácil convencer Carver de que o “primeiro time” do Congresso (listado como “Silone, Koestler, Spender, Milosz etc.) deveria apresentar-se em oposição a isso.

John Hunt, também membro do PEN Internacional (filiara-se a ele em 1956, depois de publicar seu primeiro romance, *Generations of Men* [“Gerações de homens”]), tinha um “relacionamento amistoso” com David Carver, que funcionava como agente não oficial da *Encounter*, distribuindo exemplares da revista nas reuniões do PEN. Em 1964, Hunt decidiu que Carver estava sobrecarregado e precisava de ajuda. Assim, o Congresso ofereceu-se para fornecê-la, na pessoa de Keith Botsford, que ficara um tempo coçando o saco na América do Sul depois do fiasco de Lowell, antes de regressar aos Estados Unidos para se tornar co-editor, ao lado de Saul Bellow, da revista literária *The Noble Savage*. Agora, mais uma vez, ele estava convenientemente à mão para ajudar seu amigo Hunt, e apareceu devidamente nos escritórios do PEN Internacional, em Londres, no outono de 1964. “Nunca me ocorreu indagar por que Botsford apareceu de repen-

te, do jeito que fez”, disse um ativista do PEN. “Mas, pensando nisso agora, foi meio estranho.”<sup>11</sup>

A seção francesa do PEN ficou furiosa ao saber da nomeação de Botsford e escreveu uma carta enraivecida a Carver, para pedir explicações. Em defesa da nomeação, Carver disse fazer algum tempo que vinha trabalhando com Botsford, “em completa harmonia e estreita cooperação (...) a posição [dele] é bem simples e sem complicações. O Comitê Executivo inglês nomeou-o meu assistente e substituto e, uma vez que combino os cargos de secretário-geral do Centro Inglês e secretário internacional, decorre daí que, naturalmente, espero que ele me ajude em toda a gama do meu trabalho”.<sup>12</sup> Os franceses tinham boas razões para se inquietar. As suspeitas sobre a natureza das ligações de Botsford com o Congresso pela Liberdade Cultural, assim como sobre os vínculos dessa organização com o governo dos Estados Unidos, faziam-nos temer que os norte-americanos estivessem tentando assumir o controle do PEN. E tinham razão.

Foi Keith Botsford quem telefonou para Arthur Miller, em 1965, dizendo querer fazer-lhe uma visita com David Carver. Miller, que estava em Paris na ocasião, conhecia Botsford vagamente da revista *The Noble Savage*, para a qual havia colaborado com dois contos. “Ele disse alguma coisa sobre o ‘PEN’, do qual eu só ouvira falar vagamente”, recordou Miller. No dia seguinte, Botsford chegou a Paris com David Carver, que convidou Miller a se tornar o próximo presidente do PEN Internacional. “A questão, naquele momento, é que eles tinham chegado ao fim da linha”, escreveu Miller, tempos depois. “A política recente da *détente* exigia novas tentativas de tolerar as diferenças leste-oeste, o que o PEN ainda não tinha adquirido experiência para fazer. Havia necessidade de um novo começo, e esse começo era eu.”<sup>13</sup> Mas, disse Miller, “Desconfiei que estava sendo usado e, de repente, perguntei-me se nosso Departamento de Estado ou a CIA, ou mãos britânicas equivalentes, estariam mexendo os pauzinhos nessa história. Resolvi forçá-los a abrir o jogo (...) O PEN estava fincado na concretude do que eu logo saberia ser suas posturas anti-soviéticas tradicionais da Guerra Fria, mas, tal como os governos ocidentais, àquela altura, vinha tentando flexibilizar-se e reconhecer o Leste Europeu como um grupo estável de sociedades, cujos escritores bem poderiam ter permissão de manter novos contatos com o Ocidente”. Miller disse a um historiador que “passou pela minha cabeça que

o governo podia querer que eu me tornasse presidente do PEN porque, de outro modo, não conseguiria penetrar na União Soviética, e achou que seu próprio pessoal poderia viajar atrás de mim. Eles não esperariam que eu fizesse isso, acho que não. Uma das primeiras pessoas que me abordaram para falar do PEN — não me lembro o nome agora —, mas, enfim, foi alguém de quem outras pessoas depois disseram: ‘Ora, mas esse sujeito sempre foi agente’. Bem, não tenho nenhuma prova disso — era um mexerico”.<sup>14</sup>

Os norte-americanos queriam um presidente norte-americano do PEN e trataram de consegui-lo. Na verdade, Carver vinha “fazendo todos os esforços para conseguir John Steinbeck” (ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1962), mas isso nunca se concretizou, e Miller foi a segunda opção. Para os franceses, nenhum dos dois candidatos era adequado. Eles queriam a todo custo manter os norte-americanos fora. Tão logo soube das intenções de Carver de encontrar um candidato norte-americano, o PEN francês propôs seu próprio candidato, na pessoa de Miguel Angel Asturias, o grande romancista latino-americano, que era membro do centro francês do PEN. Josselson referia-se a ele, em termos pejorativos, como “aquele tal de Asturias, simpatizante velho de guerra dos comunistas”,<sup>15</sup> e escreveu em tom urgente a Manès Sperber, que na época morava em Paris, exortando-o a recorrer a André Malraux, ministro da Cultura do governo De Gaulle e velho amigo do Congresso, para que ele barrasse a candidatura de Asturias. Sperber hesitou e respondeu que o Ministério da Cultura não tinha nada a ver com o PEN, o qual era uma organização independente. Mas Josselson insistiu, dizendo-lhe que nada menos do que o prestígio francês estava em jogo e que, nessas condições, o governo com certeza se interessaria. Se Asturias fosse eleito, afirmou Josselson, “seria uma catástrofe”, porque marcaria “o fim de nosso amigo Carver”.<sup>16</sup>

Carver, com pleno apoio de seus amigos norte-americanos, continuou a lutar por seu candidato, escrevendo uma carta aberta de oito páginas aos membros do PEN, em abril de 1965, na qual questionou a legitimidade da candidatura francesa, acusando o Centro francês de falsear a realidade e descartando Asturias como um homem a quem faltavam todas as qualificações necessárias para o cargo de presidente internacional. Depois de receber uma cópia da carta de Carver, Lewis Galantière, veterano combatente da Guerra Fria e membro da diretoria executiva do PEN norte-americano, alertou

seus confrades para o fato de que “a ofensiva francesa (...) destina-se não apenas a impedir a eleição de um presidente internacional norte-americano, mas também a se apossar da Secretaria Internacional (...). Considero o gesto francês mais um exemplo da arrogância exagerada que tomou conta dos meios oficiais franceses (pois não duvido que isso conte com a aprovação do Quai d’Orsay\*)”.<sup>17</sup>

Entre os membros da diretoria executiva do Centro norte-americano estavam diversos amigos do Congresso, além de Galantière. Um deles, em particular, destacava-se: Robie Macauley. A CIA tinha em Macauley um homem com poder executivo no PEN norte-americano. Isso significava que, quando Cord Meyer decidisse enviá-lo a Londres como o agente da Divisão de Organizações Internacionais encarregado do PEN, seu interesse pelas atividades da associação pareceria perfeitamente natural. Mesmo assim, para se certificar de que o disfarce não seria desmascarado, Macauley foi bolsista da Fundação Guggenheim e bolsista de pesquisa da Fullbright durante os dois anos em que esteve em Londres. Com Botsford e Macauley em Londres e com Carver recebendo verbas do Congresso (e, mais diretamente, da Fundação Farfield), a CIA conseguiu uma excelente penetração no PEN.

Em meio à batalha pela presidência, Carver e Botsford levaram adiante os planos do próximo grande congresso da associação, programado para se realizar em Bled, na Iugoslávia, na primeira semana de julho de 1965. John Hunt concordou em financiar o grupo de autores que compareceria a esse encontro, e Kenneth Donaldson, o “tesoureiro geral” da CIA sediado em Londres, foi instruído a organizar o pagamento ao PEN pela conta do Congresso. A lista de delegados propostos foi organizada por John Hunt, com a ressalva explícita de que, “se algum desses indivíduos não puder comparecer, a secretaria do PEN Clube deverá obter a aprovação do Congresso em Paris para usar essas verbas para mandar outra pessoa”.<sup>18</sup> A lista de Hunt incluiu David Rousset, Helmut Jaesrich (sucessor de Lasky como editor de *Der Monat*), Max Hayward, Spender, Chiaromonte e Silone. Com uma verba separada da Fundação Farfield, cobriram-se as despesas de viagem de Carlos Fuentes e Wole Soyinka.<sup>19</sup> Juntamente com os outros delegados, eles elegeram Arthur Miller como o novo presidente do PEN Clube.

---

\*A sede do Ministério das Relações Exteriores francês. (N. da T.)

Depois de obter essa vitória no congresso de Bled, John Hunt começou a preparar o conclave seguinte da associação, que deveria ocorrer em Nova York em junho vindouro. Seria a primeira vez, em 42 anos, que o Centro norte-americano seria anfitrião de um congresso do PEN Internacional. Havendo riscos dessa monta em jogo, a CIA decidiu pôr em ação a bateria completa de seu arsenal secreto. O Congresso pela Liberdade Cultural, por exemplo, deveria desempenhar um papel significativo (já dera mil libras esterlinas a Carver, em junho de 1965, para começar a organizar a “campanha” de Nova York, definida num almoço com Hunt no restaurante Chanterelle, na Brompton Road). A Fundação Ford fez uma intervenção oportuna, concedendo ao PEN norte-americano uma “doação substancial” (75 mil dólares) em janeiro de 1966, e a Fundação Rockefeller cuspiu outros 25 mil dólares. A CIA também canalizou dinheiro para o PEN norte-americano através da Fundação Ásia e do Comitê pela Europa Livre. Com investimentos dessa monta, John Hunt escreveu a David Carver, em 9 de fevereiro de 1966, dizendo-lhe julgar aconselhável que eles tentassem limitar sua participação.<sup>20</sup>

A medida de segurança proposta por Hunt consistia em instalar a organizadora dos seminários do Congresso pela Liberdade Cultural, Marion Bieber, no escritório de Carver ou em Nova York, durante três semanas antes da conferência e durante o transcurso desta, às expensas do Congresso. Bieber, que era poliglota e trabalhava no Instituto de História Contemporânea, em Londres, era veterana em campanhas desse tipo, por seu trabalho na década de 1950 como secretária executiva interina do Congresso. Com uma pessoa tão “de primeira” instalada no coração do PEN inglês ou norte-americano, Hunt podia ter certeza de que seus interesses seriam protegidos.

Ao mesmo tempo, Hunt escreveu a Lewis Galantière, já então presidente do PEN norte-americano, para lhe fazer uma oferta similar. Quem melhor do que Robie Macauley, recém-retornado a Washington, e cuja fachada de editor da prestigiosa *Kenyon Review* significava que ele estava acima de qualquer suspeita? Macauley foi posteriormente colocado à disposição do PEN norte-americano como uma espécie de quebra-galho/faz-tudo.<sup>21</sup> Além disso, Hunt concordou em pagar as despesas de viagem de intelectuais ilustres do Ocidente (de sua escolha) para que eles comparecessem ao congresso.

O 34º Congresso do PEN Internacional realizou-se entre 12 e 18 de junho de 1966. Seus organizadores — declarados e secretos — parabenizaram-

se pelo fato de que o prestígio de serem anfitriões desse evento havia significado que “uma mancha foi removida do histórico dos Estados Unidos”. Um relatório sobre a conferência descreveu, em tom eufórico, que “A preeminência dos Estados Unidos, como a nação que dita o ritmo da civilização contemporânea, foi triunfalmente confirmada pelo [fato] de o congresso haver-se realizado na cidade de Nova York”. Organizada em torno do tema “O Escritor como Espírito Independente”, a “concentração no papel do escritor na sociedade e em suas preocupações como artista foi algo que redundou num ponto para o nosso país”.<sup>22</sup>

Mas nem todos os observadores chegaram à mesma conclusão. Numa palestra feita na Universidade de Nova York na véspera da conferência do PEN, Conor Cruise O'Brien bateu pesado na idéia de independência intelectual. “O Dr. Jekyll do tema geral do congresso, ‘o escritor como espírito independente’, corre (...) o risco de se transformar no Sr. Hyde, ‘o escritor como figura pública’”, disse ele. Enquanto os escritores do passado tinham podido ser acusados de “alheios às paixões políticas” (Julien Benda), os de agora eram “passíveis de ser iludidos ou corrompidos por elas”.<sup>23</sup> Em seguida, O'Brien resumiu um artigo recente da *Encounter*, no qual Denis Brogan havia elogiado a revista por sua luta contra *la trahison des clercs*, expressão que Benda havia usado para atacar os escritores talentosos que se tornavam porta-vozes e propagandistas de causas políticas. Isso, numa revista tão “simpática às estruturas de poder vigentes”, parecia enganoso a O'Brien. No dizer dele, longe de ser politicamente neutra, a *Encounter* havia seguido sistematicamente uma linha política, a qual “era inculcar na Grã-Bretanha atitudes uniformemente favoráveis às políticas e práticas norte-americanas”.<sup>24</sup>

O *New York Times* divulgou as afirmações de O'Brien, que pairaram sobre o congresso do PEN e assinalaram o início do fim do Congresso pela Liberdade Cultural.



## Uma Baía dos Porcos literária

Lembram-se da imagem de Marx — a do político burguês da década de 1840, depois de 1848, que se agarrava às abas da casaca do que estava à sua frente e tentava chutar o que se agarrava a suas próprias abas? Pois bem, muitas abas de casacas serão rasgadas nos dias que estão por vir (...), e tenho sérios temores de que, no processo de rasgar abas e dar pontapés, possa haver um ou dois testículos machucados.

— James T. Farrell

A acusação de Conor Cruise O'Brien de que os intelectuais do Ocidente estavam servindo à “estrutura de poder” feriu fundo, numa época em que soldados norte-americanos morriam no Vietnã. Havia alguma coisa podre no reino da Dinamarca, e muitos dos anticomunistas profissionais agrupados em torno do Congresso pela Liberdade Cultural descobriram, naquele momento, que não tinham como “escapar à armadilha que [suas] convicções mais profundas [lhes] tinham preparado”.<sup>1</sup> Como guardiães do Século Norte-Americano, eles acreditavam, como o colunista conservador Joseph Alsop, que a Guerra do Vietnã era “a extensão lógica e honrada da visão e do destino da América no pós-guerra”.<sup>2</sup> “Vem o Vietnã, e nosso anti-stalinismo é usado para justificar nossa própria agressão”, afirmou Jason Epstein. “Essas pessoas estão agora em sérios apuros. Foram apanhadas com as calças na mão: *têm* que defender o Vietnã, porque trilharam por tanto tempo a via anticomunista que, de outro modo, correm o risco de perder tudo. Elas ajudaram

a possibilitar o Vietnã; ajudaram a possibilitar nossa política com a China; ajudaram a possibilitar o anti-stalinismo brutal, encarnado em pessoas como McCarthy; contribuíram para a estagnação da cultura intelectual neste país.”<sup>3</sup>

Chegando à mesma conclusão, Robert Merry, biógrafo dos irmãos Alsop, escreveu: “Anos depois, ficaria em voga ver a guerra como uma aberração política, uma tragédia nacional que poderia ter sido evitada, se os líderes da nação houvessem simplesmente enxergado com clareza suficiente para evitar por completo o envolvimento. Mas isso desconhecera a realidade central do envolvimento dos Estados Unidos no Vietnã — a de que ele era uma extensão natural, e portanto, provavelmente inevitável, da política norte-americana global estabelecida no alvorecer do pós-guerra.”<sup>4</sup>

“Há, literalmente, um miasma de loucura na cidade. Não encontro palavras para descrever a idiotice do que estamos fazendo”,<sup>5</sup> escreveu o senador William Fullbright, que fizera um percurso extraordinário de ideólogo da Guerra Fria para dissidente sem papas na língua. Proferindo invectivas contra a *Pax Americana* e a ilogicidade incorrigível de sua política externa, Fullbright liderou o ataque da nova esquerda — à qual nunca pertenceu, propriamente — ao que via como uma aquiescência acrítica ao imperialismo norte-americano: “Nem no poder executivo de nosso governo nem no Congresso levantou-se mais do que um punhado de vozes isoladas, para sugerir a possibilidade de que a política soviética na Europa seja motivada por medos mórbidos, ligados à segurança da União Soviética, e não por um projeto de dominação mundial. Praticamente ninguém nas posições de poder mostrou-se receptivo à hipótese de que a truculência soviética mais tenha refletido a fraqueza do que a força, intensificada pelas lembranças de 1919, quando as nações do Ocidente intervieram, no esforço — por mais desanimado que fosse — de estrangular no berço o ‘monstro’ bolchevique. Nossa política foi formada sem o benefício de procedimentos construtivos de oposição.”<sup>6</sup>

Com igual convicção, Norman Mailer afirmou que a guerra dos Estados Unidos no Vietnã era “a culminação de uma longa seqüência de eventos que se iniciara, de maneira não registrada, no fim da Segunda Guerra Mundial. Um consenso de WASPs de meia-idade e idosos da América — estadistas, executivos de empresas, generais, almirantes, editores de jornais e legisladores — deu sua palavra intelectual: com uma fé digna dos cavaleiros medie-

vais, eles juraram que o comunismo era o inimigo mortal da cultura cristã. Se não houvesse resistência a ele no mundo do pós-guerra, o próprio cristianismo pereceria.”<sup>7</sup>

Foi contra esse pano de fundo de dissidência crítica que o *New York Times* começou a se interessar pelo que se ocultava nos recessos obscuros do armário do governo norte-americano. Em abril de 1966, seus leitores espantaram-se com uma profusão de revelações sobre a CIA. “As ramificações das atividades da CIA no país e no exterior parecem intermináveis”, disse um artigo. “Embora os satélites, a eletrônica e as engenhocas tenham assumido grande parte do trabalho enfadonho da espionagem, persiste um profundo envolvimento de seres humanos que lançam a agência em embaraçosas situações diplomáticas, levantando muitas questões de política e de ética. É por isso que muitas pessoas estão convencidas de que, na CIA, criou-se uma espécie de monstro frankensteiniano, que ninguém consegue controlar plenamente. (...) Será que o governo de um povo orgulhoso e honrado confia demais em operações ‘secretas’, ‘golpes baixos’ e atos violentos e ilícitos nos ‘becos’ do mundo? Será que existe um ponto em que enfrentar o fogo com fogo, a força com a força, a subversão com a subversão e o crime com o crime torna-se tão disseminado e aceito, que já não resta nenhuma distinção de honradez e orgulho entre adversários soturnos e implacáveis? Estas perguntas são de interesse apropriado e necessário do povo dos Estados Unidos.”<sup>8</sup>

Um artigo de 27 de abril de 1966 reiterou as afirmações de Conor Cruise O’Brien — já então de conhecimento geral — de que a revista *Encounter* havia recebido verbas da CIA. O assunto poderia ter-se encerrado aí, não fosse o impetuoso gesto seguinte de Lasky. Ele publicou um artigo de Goronwy Rees — um homem descrito, tempos depois, como um “pescador ridículo e posteriormente desacreditado das águas da Guerra Fria”<sup>9</sup> — que, em vez de simplesmente rechaçar as acusações de O’Brien à revista *Encounter*, procurou difamá-lo, questionando sua conduta na época em que ele fora representante da ONU no Congo, alguns anos antes. O’Brien moveu imediatamente um processo contra a *Encounter*, por calúnia e difamação. Com Lasky ausente (em viagem à América do Sul) e Spender nos Estados Unidos, coube a Frank Kermode, que se tornara co-editor da revista (e não vira a coluna de Rees antes de ela ser publicada), arcar com as conseqüências.

Em maio do ano anterior, Spender tinha escrito a Josselson para lhe dar a notícia de que fora nomeado Poeta Consultor da Biblioteca do Congresso, o equivalente norte-americano do Poeta Laureado\* (entre seus predecessores estavam Frost e Lowell, mas Spender foi o primeiro não norte-americano a receber essa honraria). No começo, Josselson ficou furioso, escrevendo a Muggeridge em junho para dizer que Spender “era incapaz de resistir ao canto da primeira sereia”.<sup>10</sup> Concordou-se em que o poeta abriria mão de seu salário na *Encounter* durante o ano em que estaria fora, mas Josselson, cioso de manter algum tipo de controle financeiro sobre Spender, tomou providências “para continuar a cuidar muito bem dele”.<sup>11</sup> Isso, disse a Muggeridge, era “estritamente confidencial”. Entretanto, Spender havia sugerido que Frank Kermode seria um substituto adequado, pelo menos durante o período de sua ausência.

Lasky ficou encantado com esse desdobramento. Suas relações com Stephen (ou “Stee-fen”, como costumava chamá-lo — talvez, nas palavras de Kermode, como “uma espécie de censura velada ao poeta, por ele não grafar seu nome com *v*, à moda norte-americana”) sempre tinham sido tensas, e estavam à beira de se romper. “Por melhores que tenham sido estes [últimos] anos, com muito trabalho e um bom número de sucessos, a pior parte deles foi Stephen na sala ao lado”, queixou-se Lasky com Josselson. “Como exultei a cada perspectiva de ausência dele — e como as coisas ficavam calmas nessas ocasiões! (...) No passado (há um ano, cinco anos), sempre desdenhei da idéia de arranjar um substituto. Às vezes, porém, entrego-me a especulações pavorosas sobre como será minha vida, com ele por perto, nos próximos anos (...). Ter que conviver com esse tipo de importunação constante, baseada na consciência diariamente pesada e perturbada dele, que obtém um máximo de glória por um mínimo de trabalho e só faz realmente seus livros, peças, antologias, artigos, resenhas e programas (...), leva-me a entrar em desespero. Não me incomodo de fazer tudo — aliás, adoro isso. O que me incomoda é ser constantemente atormentado pelo sentimento constrangedor que ele tem de estar trapaceando (...). Será que ele merece isso tudo? Teremos que viver sempre sob a nuvem de sua insinceridade e sua falta

---

\*Na Grã-Bretanha histórica, poeta vitaliciamente nomeado pelo monarca como membro da casa real, antes incumbido de escrever poemas comemorativos de ocasiões de importância nacional e em homenagem à família real. (N. da T.)

de ânimo?”<sup>12</sup> Josselson acabou convencido da visão de Lasky, concordando em que “quanto mais tempo Spender passar em Londres, maiores serão as probabilidades de choque e de ele sair reclamando e fazendo fuxicos com seus amigos de fora”.<sup>13</sup>

Entretanto, os que eram mais próximos de Josselson também tinham suas dúvidas a respeito de Kermode. Embora ninguém tenha chegado perto da memorável descrição que Philip Larkin fez dele, como um “proxeneta arrivista, embriagado com os livros” (Larkin também zombou dele em versos: “Fiz meia-volta e mostrei/Meu traseiro a Kermode”\*), todos lhe fizeram elogios chochos. Edward Shils o descreveu, devastadoramente, como um professorzinho mediano.<sup>14</sup> Robie Macauley disse a Josselson não gostar de Kermode como pessoa, embora gostasse de seus escritos. “Agradeço seus comentários sobre Kermode”, respondeu-lhe Josselson. “Também gosto do que ele escreve, mas não o conheci. Pelo que você diz sobre a personalidade dele, posso depreender que com certeza haverá problemas à frente (...). Ao mesmo tempo, se Kermode mostrar ter força suficiente, poderá fazer muito pela revista, porque toda a parte literária, inclusive a seção de resenhas, é que está muito fraca.”<sup>15</sup> Na mesma carta, Josselson fez uma confissão extraordinária: “Tenho tido meus problemas com a *Encounter*. Começo a me entediar com ela. Não confessei isso a ninguém, exceto Diana, que sente a mesma coisa. Considero a *New York Review of Books* muito mais empolgante, e extraio mais satisfação até mesmo de *Commentary*.”<sup>16</sup>

Apesar das reservas do círculo íntimo de Josselson, Kermode foi oficialmente convidado a co-editar a revista com Lasky no verão de 1965. Ele, que compreendia estar sendo convidado a dirigir a parte literária, com Lasky como o chefe incontestado, achou curioso que este não houvesse escolhido alguém mais qualificado, alguém que pelo menos morasse em Londres (Kermode morava em Gloucestershire e exercia um cargo no magistério em Bristol). Na verdade, sua distância do trabalho cotidiano da revista fazia dele o candidato perfeito. “O que tomei por uma desvantagem era, na verdade, minha principal qualificação. Em algum lugar da minha mente, ou do coração, misturado com a mera vaidade e com (...) minha relutância em desconsiderar o

---

\*No original, “I turned round & showed/my bum to Kermode”. (N. da T.)

rumo equivocado, e eu sabia que estavam me armando uma cilada.”<sup>17</sup> Mesmo assim, Kermodé aceitou o convite. Constatou de imediato que “toda a operação da *Encounter*” era “misteriosa”. Não conseguiu descobrir qual era a tiragem da revista nem como ela era realmente financiada. Ofereceram-lhe pouquíssima influência em sua redação, e ele não tardou a concluir que “faria muito pouca diferença se eu nunca aparecesse por lá”.<sup>18</sup>

Como todo o mundo, Kermodé ouvira os boatos que ligavam a *Encounter* à CIA. Spender lhe disse também ter ficado desconcertado com essas alegações, mas declarou-se convencido de que as negações que ouvira de Josselson e da Fundação Farfield eram prova do contrário.<sup>19</sup>

Na verdade, quando Kermodé entrou na dança, a *Encounter* já não era patrocinada pelo Congresso pela Liberdade Cultural, e sim publicada pelo grupo Daily Mirror, de Cecil King. Bem, pelo menos oficialmente, era nesse pé que estavam as coisas. A negociação com King fora feita em resposta a uma batelada de resenhas críticas da *Encounter*, que haviam incluído um editorial no *Sunday Telegraph*, em 1963, que se referira a uma subvenção secreta e regular da revista por parte do “Ministério das Relações Exteriores”. Essas matérias ameaçavam claramente a credibilidade da *Encounter*, de modo que a busca de patrocinadores privados teve início no começo de 1964. Em julho do mesmo ano, os editores puderam anunciar na revista que, no futuro, todas as suas questões financeiras e comerciais seriam tratadas pela *International Publishing Corporation*, de Cecil King. Como parte da negociação, criou-se uma companhia fiduciária composta por Victor Rothschild, Michael Josselson e Arthur Schlesinger. A nomeação de Schlesinger foi feita apesar de uma advertência de Shils: a de que isso só faria reduzir o tempo que a visão distorcida de Spender sobre os acontecimentos levaria para chegar a Schlesinger, e deste para a “quadrilha de Nova York”.<sup>20</sup> Josselson teve uma visão mais generosa, ponderando que, como “a morte prematura do presidente Kennedy deixou Arthur numa situação meio indefinida, (...) achei que seria um belo gesto, de nossa parte, garantir-lhe pelo menos uma viagem anual à Europa, com a qual ele não poderia arcar por conta própria”.<sup>21</sup>

A propósito desse novo arranjo, Malcolm Muggeridge escreveu depreciativamente a Josselson: “Percebo agora que, na verdade, a assunção da responsabilidade financeira por King não modificará nada. Ele (ou melhor, a Receita Federal) será o caixa dois, em vez do Congresso. No mais, ficará tudo

como era antes (...). Fui parcialmente responsável pelo lançamento da *Encounter* e, depois disso, de forma descontínua, procurei ajudá-la a ir em frente (...) [ela teve sucesso, mas] há alguns perigos, decorrentes das circunstâncias em que foi fundada — o envolvimento tardio numa fase da Guerra Fria que já passou; a associação demasiadamente estreita e franca com o Congresso, a qual, embora tenha sido uma condição de seu surgimento inicial, tornou-se agora inconveniente e desnecessária. Eu havia esperado que a mudança de responsabilidade financeira pudesse proporcionar uma oportunidade, ao menos até certo ponto, de contornar esses perigos. Vejo agora que estava enganado.”<sup>22</sup>

Como Muggeridge sabia perfeitamente, a negociação com King manteve a *Encounter* bem dentro do âmbito do serviço de informações. Para começar, o Congresso pela Liberdade Cultural, ao contrário das declarações públicas, não abriu mão inteiramente do controle editorial ou sequer financeiro da revista, como Josselson depois deixou claro numa carta: “um dos aspectos do problema de fazer negociações com editoras sobre algumas de nossas publicações [é que] temos de encontrar editoras confiáveis, no sentido de não mexerem no conteúdo nem na linha geral das publicações, nem substituírem os editores escolhidos por nós. Nesse aspecto, tivemos sorte de encontrar um Cecil King na Inglaterra e uma Fischer Verlag na Alemanha [que assumiu o controle de *Der Monat*], mas essas pessoas ou editoras são raras.”<sup>23</sup> Na verdade, a negociação com King declarou explicitamente que “os salários editoriais dos dois principais co-editores e a remuneração parcial de um editor assistente” continuariam a ser responsabilidade do Congresso. “No passado, eles não fizeram parte direta das despesas da *Encounter*, e continuarão a ser uma despesa separada”,<sup>24</sup> afirmou Josselson. No dizer dele, o restante da subvenção regular dada à revista pelo Congresso — 15 mil libras esterlinas por ano — seria redirecionado, sob a forma de uma doação direta à Encounter Books Ltd. A negociação com a Fischer Verlag teve as mesmas características: na aparência, a International Publications Company assumiu a publicação da *Der Monat*; na realidade, o Congresso continuou a ser o proprietário da revista, depois de comprar 65% das ações dessa empresa, mediante uma “subvenção especial de 10 mil dólares”. As ações foram “mantidas em fideicomisso por [um intermediário] do Congresso”.<sup>25</sup> Em ambos os casos, o Congresso pela Liberdade Cultural continuou a ser o

árbitro editorial, ao mesmo tempo que ocultava sua influência e seu envolvimento financeiro.

Além disso, tendo em seu conselho administrativo Victor Rothschild, *Sir* William Hayter e, em 1966, Andrew Schonfield — um “trio apavorante”, nas palavras de Muggeridge —, a *Encounter* viu-se tão estreitamente ligada ao serviço secreto britânico quanto sempre fora. Antes de se tornar diretor do New College, Hayter tinha sido embaixador em Moscou e, em seguida, subsecretário interino de Estado no Ministério das Relações Exteriores. Antes disso, havia chefiado o Departamento de Ligações do Serviço Secreto e presidido o Comitê Conjunto do Serviço de Informações do Reino Unido. Nessa condição, participara do Grupo de Planejamento subordinado à Chefia do Estado-Maior, lidando com todas as questões de informações e visitando vários postos do serviço secreto britânico no exterior. Significativamente, fora a proposta preliminar de Hayter de dezembro de 1948, que reivindicava uma organização de guerra psicológica “para travar a Guerra Fria”, que havia ajudado a convencer o gabinete ministerial de Attlee a criar o Departamento de Pesquisa de Informações, com o qual Hayter tivera estreito envolvimento, posteriormente. Em Winchester, ele fora contemporâneo de Richard Crossman, e, no New College, de Hugh Gaitskell. Como estes, era social-democrata e simpatizava, em linhas gerais, com a ala trabalhista que a revista *Encounter*, sob a direção de Lasky, havia cultivado assiduamente. Andrew Schonfield, diretor do Real Instituto de Assuntos Internacionais, também era muito conhecido da comunidade de informações. Victor Rothschild, é claro, fez-se presente em sua função de testa-de-ferro do Ministério das Relações Exteriores. Todos os integrantes dessa rede sentiam-se à vontade com Cecil King, que, de acordo com *Spycatcher* [“O caçador de espões”], de Peter Wright, era um “contato de longa data” do MI5, associação esta que o teria predisposto a simpatizar com as operações culturais secretas da CIA.

Mas os esforços de Josselson para manter os recursos do Congresso longe de críticas destrutivas estavam fadados ao fracasso. Àquela altura, já havia mais buracos do que canoa. Se durante anos tinham circulado boatos no circuito dos coquetéis de Londres, Paris e Nova York, nesse momento eles começaram a se consolidar em fatos. Tempos depois, Mary McCarthy disse a sua biógrafa, Carol Brightman, que Josselson interceptou uma carta que ela havia rascunhado para o *New York Times*, por volta de 1964, para afirmar a



independência das revistas do Congresso, “porque sabia que não seria verdade. Ele me disse: ‘Deixe para lá, querida. Esqueça’”. Por que a Agência não levantou acampamento e deixou o Congresso por sua própria conta, já que ele era plenamente capaz de cuidar de si? Que tipo de arrogância ou vaidade terá inspirado sua malfadada decisão de se agarrar ao Congresso, quando o próprio Josselson vivia implorando independência? “Eles continuaram agarrados, suponho, porque esse tinha sido um de seus poucos sucessos. Mas deveriam tê-lo soltado, se realmente se importassem com a integridade do Congresso”,<sup>26</sup> disse Diana Josselson. Ocorre que as ações secretas têm um impulso burocrático que é difícil de conter. Durante duas décadas, os agentes da CIA tinham sido condicionados por um sistema baseado num projeto que estimulava o crescimento, não as dimensões enxutas. Ao atribuir uma importância indevida ao *tamanho* elefantino de sua “infra-estrutura” clandestina mundial, a Agência não conseguiu perceber que o risco de desmascaramento sofria um aumento exponencial. “Este é o único país do mundo que não reconhece que algumas coisas são melhores quando são pequenas”,<sup>27</sup> comentou posteriormente Tom Braden.

“É claro que não era para ninguém saber quem financiava o Congresso pela Liberdade Cultural”, disse Jason Epstein. “Mas, em meados da década de 1960, quem não soubesse disso seria um tolo. *Todos* sabiam. O diretor da Fundação Farfield [Jack Thompson] nessa época era muito amigo meu, e eu o confrontava com isso e dizia: ‘Ora, vamos, Jack, de que adianta fingir?’ E ele dizia: ‘Oh, não, não, não. Não é verdade, absolutamente não é verdade. Somos uma organização independente, não temos nada a ver com a CIA.’”<sup>28</sup> Um dia, quando almoçava com Spender, Epstein disse: “Stephen, acho que toda essa organização é paga pela Agência Central de Informações, e não lhe disseram isso, e você precisa descobrir agora mesmo o que está acontecendo.” E Spender respondeu: “Farei isso, vou falar com o Jack Thompson e descobrir imediatamente se o que você está dizendo é verdade.” Pouco depois, Stephen ligou para Epstein e disse: “Bem, eu confrontei o Jack e ele me afirmou que não é verdade, portanto, acho que não é verdade.” “E era assim que funcionava”, comentou Epstein, tempos depois. “Ninguém queria admitir qual era o verdadeiro patrocínio. Mas acho que todos sabiam e ninguém queria dizer.”<sup>29</sup>

Spender vinha investigando esse boato desde 1964, pelo menos. Uma carta de John Thompson a ele, datada de 25 de maio de 1964 (três meses antes

das revelações de Patman), na qual o autor descartou como ridícula a afirmação de que a Fundação Farfield era uma fachada do governo norte-americano,<sup>30</sup> é prova disso. Dois anos depois, Spender escreveu a Junkie Fleischmann, fazendo a mesma pergunta sobre o financiamento. Frank Platt, um agente da CIA e diretor da Farfield, enviou a carta de Spender a Josselson, anexada a um bilhete que dizia: “Lamento que esta carta ao Junkie tenha levado tanto tempo para chegar até você, mas ela fez o circuito.” Só depois de a carta de Spender ser vista pela CIA é que Fleischmann acrescentou suas próprias negativas vigorosas, escrevendo-lhe que “Com certeza, no que concerne à Farfield, nunca aceitamos nenhuma verba de qualquer órgão do governo”.<sup>31</sup> Era uma mentira flagrante, é claro.

De acordo com uma história contada por Mary McCarthy, certa vez Spender foi alvo de uma confissão extraordinária de Nicolas Nabokov. Disse McCarthy que Spender lhe contou que, num dia em que estava num táxi com Nabokov, de repente este se virou para ele e contou tudo; e saltou do táxi no mesmo instante. “Foi uma história de segunda mão, contada a mim pela Mary”, admitiu Carol Brightman, biógrafa de McCarthy. “Mas a gente pode imaginá-la acontecendo. Pode-se imaginar que incidentes como esse tenham ocorrido dezenas de vezes, repetidamente. E devia ser uma espécie de piada.”<sup>32</sup> “Acho que Nabokov tapeou o Stephen desde o começo”,<sup>33</sup> disse depois Natasha Spender. Com certeza, Spender tinha conhecimento dos boatos desde 1964 e até antes, como mostra o relato de Wollheim.

Mesmo assim, Spender acrescentou sua assinatura às de Kristol e Lasky numa carta ao *New York Times*, datada de 10 de maio de 1966, que afirmou: “Não sabemos de nenhuma ‘doação’ indireta (...) somos nossos próprios patrões e não fazemos parte da propaganda de ninguém”; a carta também defendeu o “histórico independente do Congresso pela Liberdade Cultural na defesa de escritores e artistas, no leste e no oeste, contra os delitos de todos os governos, inclusive o dos Estados Unidos”.<sup>34</sup> Fora do plano oficial, Spender não tinha tanta certeza de que essa fosse toda a verdade. “Eu deveria ficar aborrecido com todos os ecos que escuto, por todos os lados, de suas conversas pelo mundo inteiro”, Josselson viu-se obrigado a lhe escrever, tempos depois. “O *New York Times* parece ser seu assunto favorito ultimamente, e você parece levantá-lo com todas as pessoas com quem conversa, e mais, parece oferecer voluntariamente sua concordância com a alegação

do *NY Times* [a respeito do financiamento da *Encounter* pela CIA], sem o menor resquício de prova.”<sup>35</sup>

Uma semana antes da publicação da carta de Kristol, Lasky e Spender, John Hunt viajou de Paris a Nova York. Foi direto para Princeton, onde se encontrou com Robert Oppenheimer para discutir as alegações do *New York Times* e perguntar se havia algum modo de ele e algumas outras pessoas concordarem em assinar uma carta, atestando a independência do Congresso. Oppenheimer ficou feliz em atendê-lo. Mais tarde, Stuart Hampshire, que estava em Princeton na ocasião, lembrou que “Oppenheimer ficou muito surpreso por eu me surpreender, e surpreso por eu me aborrecer com as revelações do *New York Times*. Mas fiquei perturbado, sim. Houve pessoas que foram colocadas numa situação terrível. Oppenheimer não se espantou porque ele mesmo estava meio metido naquilo. Ele sabia muito bem. Fazia parte do aparelho. Acho que isso não o incomodava moralmente. Quando se tem uma mentalidade imperialista, como os norte-americanos tinham na época, não se pensa muito em saber se é errado ou não. É como os imperialistas britânicos no século XIX. Você vai lá e faz”.<sup>36</sup>

Essa carta foi enviada ao *New York Times* em 4 de maio e publicada em 9 de maio, apenas um dia antes da carta de Spender, Lasky e Kristol. Assinada por Kenneth Galbraith, George Kennan, Robert Oppenheimer e Arthur Schlesinger, ela afirmou que “o Congresso (...) tem sido um órgão totalmente livre, que só responde aos desejos de seus membros e colaboradores e às decisões de seu Comitê Executivo”.<sup>37</sup> Mas o texto não negou explicitamente o vínculo com a CIA, o que levou Dwight Macdonald a comentar que “foi uma evasiva, não uma mentira, mas também não enfrentou o problema”.<sup>38</sup> Mais tarde, Schlesinger afirmou que a carta fora idéia dele, e que havia entrado em contato com Oppenheimer e os outros para pedir sua cooperação. Entretanto, considerada a escala temporal, o texto da carta deve ter sido combinado com Hunt *antes* de ele se despedir de Oppenheimer.

Algumas pessoas perceberam o estratagema. Angus Cameron, o editor de Howard Fast na editora Little, Brown (que pedira demissão em sinal de protesto na ocasião em que a empresa rejeitou *Espártaco*, em 1949), comentou: “Acho que os liberais, de um modo geral, são pessoas que apóiam a ordem estabelecida, portando-se como críticos parciais mesquinhos, com os quais sempre se pode contar, para apoiar o *establishment* nas horas realmen-

te difíceis. Arthur Schlesinger Jr. é o exemplo clássico disso.”<sup>39</sup> Os papéis dos arquivos pessoais de Schlesinger o comprovam. Ele foi fonte, consultor (mesmo que não remunerado), amigo e parceiro de confiança de Frank Wisner, Allen Dulles e Cord Meyer. Correspondeu-se com todos eles, durante mais de duas décadas, sobre temas que iam desde o Congresso Norte-Americano pela Liberdade Cultural e a *Encounter* até a acolhida dada ao *Doutor Jivago*, de Pasternak. Chegou até a ajudar a CIA a arranjar cobertura para temas que ela queria que fossem ventilados, havendo concordado, numa ocasião, com a sugestão de Cord Meyer de que ele, Schlesinger, “sugerisse ao editor” de uma publicação italiana “que lançasse uma série de artigos sobre o problema das liberdades civis dentro do sistema soviético, como matérias que acompanhassem os artigos sobre a situação das liberdades civis nos Estados Unidos”.<sup>40</sup> E quem duvidaria da probidade de Schlesinger, que integrava o grupo de assessores não oficiais do “ministério informal” de Kennedy?

Em meio a todas essas manobras, Frank Kermode foi consultar um advogado de renome, em Londres, sobre a ação de calúnia movida por O’Brien contra a *Encounter*. O advogado recomendou que a ação fosse contestada com base num nebuloso recurso jurídico chamado de “privilégio qualificado”. Um amigo de O’Brien e Kermode insistiu em que este não se defendesse no processo. Kermode hesitou. Depois, convidado para almoçar no Garrick Club com Josselson, recebeu a palavra solene deste de que não havia a mínima veracidade nas alegações de O’Brien. “Tenho idade suficiente para ser seu pai”, disse Josselson, “e não mentiria para você, assim como não mentiria para meu próprio filho.” Estava mentindo, é claro. “Michael estava decidido a proteger o Congresso de revelações prejudiciais, e eu também”, afirmou depois Diana Josselson. “Eu não tinha nenhuma dificuldade de mentir a esse respeito. Funcionávamos como uma espécie de dupla.”<sup>41</sup> “A verdade ficava reservada para o círculo íntimo”, escreveu Tom Braden. “Para as pessoas de fora, os homens da CIA aprenderam a mentir, a mentir de forma consciente e proposital, sem o menor vestígio da culpa sentida pela maioria dos homens ao contar uma mentira deliberada.”<sup>42</sup>

Além de levar Kermode para almoçar no Garrick Club, o que mais fez Michael Josselson? Um processo que envolvesse a *Encounter* resultaria na exposição de provas referentes a seus arranjos de financiamento e publicação, que não eram propriamente convencionais, e essas provas seriam espe-

cialmente embaraçosas à luz das reiteradas negativas oficiais. No entanto, curiosamente, Josselson não se certificou de que tudo fosse resolvido fora dos tribunais e, em vez disso, permitiu que Kermode fosse em frente. O'Brien chegara até a se oferecer para desistir da ação, se fosse publicado um pedido de desculpas. Sem dúvida, estava ao alcance de Josselson interromper a história toda. Mas ele não o fez.

Entrementes, Conor Cruise O'Brien optou por fazer com que a citação do processo por calúnia fosse expedida por um tribunal de Dublin. Para horror de Kermode, este descobriu que a defesa do privilégio qualificado não era reconhecida na Irlanda. Os assessores jurídicos da *Encounter* recomendaram então que a revista simplesmente ignorasse a citação, uma vez que ela não possuía bens naquele país. Todavia, antes que Kermode tivesse tempo para pensar nesse conselho, foi atropelado por acontecimentos que, num piscar de olhos, tornaram supérflua a defesa da *Encounter*.

## A vista dos baluartes\*

Havia uma moça em Norfolk, na Virgínia, que estava processando um homem sob a alegação de estupro. O juiz lhe perguntou: “Quando ocorreu esse estupro?” “Quando ocorreu, senhor juiz?”, disse a moça. “Ora essa, foi estupro, estupro, estupro, o verão inteiro.”

— Michael Josselson

No começo de 1966, a CIA soube que a revista *Ramparts*, com sede na Califórnia, estava investigando pistas sobre a rede de organizações de fachada da Agência. Richard Helms, diretor adjunto de Planejamento, nomeou imediatamente um assistente especial para reunir “informações sobre a *Ramparts*, inclusive qualquer indício de subversão, [e] preparar propostas para uma ação contrária [da CIA]”.<sup>1</sup> Em maio de 1966, Helms forneceu à Casa Branca as informações sigilosas sobre a *Ramparts*, como parte de uma campanha para difamar a revista, seus editores e seus colaboradores. Grande parte das informações fornecidas por Helms tinha sido produzida como resultado de um esquadrinamento dos arquivos da Agência, com algumas sujeiras adicionais fornecidas por cortesia do FBI.<sup>2</sup>

Helms, convencido de que a *Ramparts* vinha sendo usada como veículo pelos soviéticos, ordenou uma investigação completa de seu financiamento,

---

\*O título original do capítulo, “View from the Ramparts”, joga com o nome da revista norte-americana cuja ação a autora examina nesta parte do texto. (N. da T.)

mas não conseguiu descobrir nenhum indício de envolvimento estrangeiro. Depois de examinar o arquivo da revista, o assessor presidencial Peter Jessup redigiu um memorando em que a linha reservada ao assunto exibiu a memorável indicação “Um cruzado de direita no templo da esquerda”: “Em vista da dedicação da *Ramparts* a difamar o governo, bem como da composição obscura de seu patrocínio, seria de se supor que algum órgão do governo investigasse os fios condutores envolvidos nisso.”<sup>3</sup> Uma semana depois, a revista *Human Events* publicou um texto difamatório, intitulado “A história secreta da revista *Ramparts*”. Os jornalistas da publicação foram desqualificados como “bisbilhoteiros”, “excêntricos”, “ventríloquos” e “barbudos da nova esquerda” com uma “fixação na idéia de sair do Vietnã”. Assinado por um certo M. M. Morton, “pseudônimo literário de um especialista em questões de segurança interna”, o artigo tinha todas as marcas de uma matéria plantada pela CIA. O mesmo se deu com um artigo da *News-Weekly* da mesma semana, “Quem garante realmente os baluartes?”, e com outro do *Washington Star*, ambos os quais manifestaram “sérias dúvidas sobre a boa-fé” da revista *Ramparts*, descrita como “não apenas imprensa marrom, mas imprensa marrom com uma motivação maléfica”.

Durante mais de um ano, a CIA fez todo o possível para afundar a *Ramparts*. “Eu dispunha de toda sorte de golpes baixos para prejudicar sua circulação e seu financiamento”, confessou posteriormente o inspetor geral adjunto Edgar Applewhite. “As pessoas que dirigiam a *Ramparts* eram vulneráveis à chantagem. Tínhamos coisas terríveis em mente, algumas das quais pusemos em prática (...). Não éramos minimamente inibidos pelo fato de a CIA não ter papel algum na segurança interna dos Estados Unidos.”<sup>4</sup>

Surpreendentemente, dado o caráter terrível das intenções da CIA, a *Ramparts* sobreviveu para contar a história. Como a Agência temia, a revista foi em frente e publicou sua investigação sobre as operações secretas desse órgão. Suas descobertas, publicadas em abril de 1967, foram prontamente retomadas por jornais nacionais, seguindo-se uma “orgia de revelações” que levou um comentarista a concluir que, “não demora muito, todas as associações políticas, sociedades beneficentes, confrarias estudantis universitárias e times de beisebol dos Estados Unidos serão identificados como testas-de-ferro da Agência Central de Informações”.<sup>5</sup> E as denunciadas não foram apenas as fachadas norte-americanas localizadas no país, é claro. À medida que

emergiram detalhes sobre o patrocínio do Congresso pela Liberdade Cultural e suas revistas pela CIA, tudo que O'Brien havia afirmado sobre a *Encounter* assumiu um ar de verdade. Spender, que ainda estava nos Estados Unidos na época em que a matéria foi publicada, entrou imediatamente em parafuso. Desesperados para contê-lo, Josselson e Lasky apelaram para Isaiah Berlin, que tinha, sabidamente, “um efeito moderador no temperamento de Stephen” e, na época, lecionava na Universidade Municipal de Nova York. “Caro Isaii Mendelevich”, escreveu Josselson em 8 de abril, “o que eu gostaria de discutir com você não pode muito bem ser conversado por telefone. Tenho a séria preocupação de que Stephen e a *Encounter* acabem sendo as verdadeiras vítimas da confusão atual, se o Stephen (assim como a Natasha, em Londres) continuar a jogar lenha na fogueira. Gosto sinceramente dos dois, donde a minha preocupação, e sei também que, se há alguém capaz de influenciar Stephen, é você. A situação é realmente grave, mas, com certeza, não se pode resolver o futuro da *Encounter* tomando medidas drásticas sob pressão.”<sup>6</sup>

“Há de fato um problema com o Stephen e a *Encounter*, e o Arthur [Schlesinger], que acabou de informar a Lasky que o assunto está morto por aqui, e que não há necessidade de fazer uma reunião sobre isso tudo em Londres, está sendo meio otimista, a meu ver”, escreveu Berlin pela volta do correio. “Sejam quais forem as reações aqui (...), é provável que o assunto continue a fervilhar em Londres, uma vez que dizem que Stephen e Kermode estão perturbados. Parece-me que, seja qual for o futuro da *Encounter* (...), haverá um certo sentido em publicar algum tipo de declaração, dizendo aos leitores que os editores da *Encounter* não tinham conhecimento da origem das verbas para o Congresso da [sic] Liberdade Cultural, o que, afinal, será verdade no tocante à maioria deles — não tenho meios de saber, é claro, o quanto Lasky sabia ou não sabia (...). Seja como for, creio que, provavelmente, você deve recomendar que se realize em Londres uma reunião das partes interessadas, com o objetivo de resolver essa questão. Os telefonemas transatlânticos para Stephen em Chicago, os outros em Londres, Arthur em Nova York, você em Genebra etc. etc. não serão suficientes. Você jamais verá o conjunto da situação, a menos que haja algum tipo de reunião para resolver o futuro moral, intelectual e organizacional da *Encounter*.”<sup>7</sup>

Enquanto isso, em Londres, a defesa de Kermode no processo por calúnia e difamação ficou irrecuperavelmente perdida. Além disso, ele estava



convencido de que, embora o novo patrocínio da *Encounter* por Cecil King “fosse perfeitamente lícito”, a revista “ainda estava, de várias maneiras dissimuladas, sob o controle (não importa quão delicadamente canalizado) da CIA”. Kermode escreveu a Lasky para detalhar suas queixas e lhe dizer que, “na falta de explicações muito convincentes, eu não poderia continuar trabalhando com ele. [Lasky] não respondeu à carta, mas veio a Gloucestershire discutir o assunto. Enquanto caminhávamos por horas e horas em volta do jardim e do *paddock*, ele me fez a descrição mais completa que se poderia esperar de sua relação com o Congresso e da história da *Encounter*”.<sup>8</sup> Esse foi o momento da chamada confissão de Lasky: ele admitiu a Kermode que sabia do apoio da CIA, fazia alguns anos, mas não tinha a menor possibilidade de dizer isso em público.

Logo depois — e por insistência de Isaiah Berlin —, convocou-se uma reunião dos curadores da *Encounter*, à qual compareceram Lasky, Kermode, Spender (que voltara dos Estados Unidos), Edward Shils, Andrew Schonfield e William Hayter. Eles se reuniram num salão privado do restaurante Scott’s, no Haymarket, a poucos metros do escritório da *Encounter*. Shils e Schonfield defenderam os atos da CIA, mas Kermode e Spender anunciaram sua decisão de se demitir. Lasky recusou-se a pedir demissão e fez violentos ataques verbais a Spender, chamando-o de hipócrita. Depois disso, soltou uma bomba. Spender devia parar de botar banca a respeito do financiamento da CIA e pensar no seguinte: fazia anos que seu salário era pago por uma subvenção do Ministério das Relações Exteriores. “Spender ficou muito agitado e anunciou que ia embora, para ver um quadro qualquer na National Gallery e se acalmar”,<sup>9</sup> recordou Kermode.

Ao voltar para casa, em St. John’s Wood, Spender se encontrava, no dizer de Natasha, “em estado de choque e de raiva. Ao que parece, Melvin lhe dissera alguma coisa sobre seu salário, algo que Stephen declarou ser completamente incompreensível”.<sup>10</sup> Spender resolveu esclarecer o assunto de uma vez por todas, falando com Muggeridge. “De fato, Malcolm tinha sido o patrão de Stephen durante todo esse tempo. Ocorre que ele falou com a Kitty, que disse que o Malcolm não podia atendê-lo, porque estava na Escócia. Naquele exato momento, Malcolm estava deitado de bruços no coro de um mosteiro cisterciense escocês, sendo filmado em oração para um especial de televisão da BBC chamado *A Hard Bed to Lie On* [‘Uma cama dura em que

deitar’]. De qualquer modo, uma hora depois, Malcolm ligou de volta. Já então, Stephen mostrava-se absolutamente enfurecido. Eu estava no outro telefone, de modo que ouvi a conversa. Stephen disse: ‘Malcolm, você sempre me disse que meu salário vinha do *Daily Telegraph* e de Alexander Korda.’ E Malcolm respondeu: ‘É verdade, meu rapaz, mas não se pode apostar até o último dólar no lugar de onde ele realmente vinha.’ Sabe aquela cena de *Os 39 degraus*\* em que o protagonista procura o homem sem dedo? Há um momento terrível em que ele percebe quem é o homem. Foi essa a sensação que tivemos quando Muggeridge finalmente admitiu a verdade.”<sup>11</sup> Tempos depois, Eric Bentley disse a Spender que Lasky também estava a par do segredo: “O Mel me disse que não havia nenhum fundamento naqueles boatos — os quais eu ouvira durante anos. Quando as coisas começaram a ficar agitadas, um ano atrás, pedi-lhe que dissesse um ‘Não’ redondo a uma carta escrita em linguagem muito clara. (...) Silêncio. Àquela altura, minha atitude foi: o Mel que fique com a sua Guerra Fria.”<sup>12</sup> Após a explosão destemperada com Spender e a enorme gafe cometida ao revelar a origem do salário dele, Lasky ficou em situação muito precária.

Depois de obter o apoio completo de Cecil King (que rejeitou seus pedidos de demissão, dizendo que “Com certeza seria uma tolice perdermos o bebê junto com a água suja”<sup>13</sup>), Lasky voltou-se para Isaiah Berlin, enviando-lhe uma carta untuosa no dia 13 de abril. Esperava não incomodá-lo, disse, mas “você tem sido uma parte *tão integrante* da nossa história — nossos esplendores e, infelizmente, nossas misérias —, que sinto que deve ser mantido completamente informado”.<sup>14</sup> Lasky disse haver-se chegado a um acordo “de que devemos acabar com essa história, mediante a emissão de uma declaração digna, e também da resolução do caso O’Brien (...) de maneira simples e rápida, se possível, com base no custo para O’Brien e na publicação das dez linhas de desculpas que ele quer. Por que não? As emoções podem rebelar-se, mas a razão manda”. Lasky concluiu pedindo ao grande filósofo que “me escreva algumas linhas com suas idéias e seus conselhos. Como sabe, eles têm um enorme e profundo significado para mim!”<sup>15</sup>

---

\*Filme dirigido por Hitchcock em 1935, com base no romance homônimo de John Buchan, com tradução brasileira publicada pela Ed. Record.

Eram palavras de uma lisonja repulsiva para um homem que muitos reverenciavam como “O Profeta”, mas de quem Lasky desdenhava, na intimidade, como um “independente” e um “indeciso, sempre em cima do muro”.<sup>16</sup> O problema de Berlin, dizia Lasky, era que “Ele não era um cruzado. Existem cruzados geniosos, que dizem ‘primeiro eu, os outros que se danem’, e há aqueles que são prudentes. No calor da batalha, a gente se sente abandonado, com vontade de dizer, como Henrique IV: ‘Onde você *estava?*’”.<sup>17</sup> Mas Berlin sempre estivera presente, como o sábio a quem a elite de Washington havia recorrido, muitos anos antes, na ocasião em que primeiro lhe ocorrera abraçar a esquerda não comunista. Teria ele conseguido *não* saber do envolvimento da CIA? Alguns dados biográficos sugerem que ele sabia, embora não se dispusesse realmente a ter uma participação ativa. Stuart Hampshire lembrou que Berlin era constantemente abordado por membros da comunidade de informações: “Eles estavam sempre fazendo propostas para que Berlin se envolvesse mais. Lembro-me de que certa vez o procuraram em Aspen, no Colorado — aquilo era tudo da CIA, era ela que dirigia —, por acharem que ele era o liberal ideal para chefiar esta ou aquela organização. E ele disse que não estava interessado, mas sugeriu [uma outra pessoa].”<sup>18</sup> Outra história conta que, “certa vez, uma das maiores fundações norte-americanas, que queria ‘causar uma impressão marcante’ na filosofia, perguntou a Berlin: ‘O que podemos fazer para ajudá-lo? O pragmatismo deu uma grande contribuição, mas está ultrapassado; que tal o existencialismo?’ Berlin teve uma visão momentânea de cafés parisienses subsidiados pela CIA, mas respondeu que as únicas coisas que queria eram papel, caneta e um ou outro debate ocasional”.<sup>19</sup>

Em sua carta a Berlin, Lasky anexou o texto da declaração editorial que fora rascunhada pelos curadores e que estava programada para sair na edição seguinte da *Encounter*. “Em vista das reportagens recentes dos jornais, a respeito da utilização de verbas da CIA por algumas fundações norte-americanas para apoiar organizações culturais e educacionais, desejamos fazer a seguinte declaração”, dizia o texto. “Ficamos desolados com a notícia de que uma parcela tão grande da filantropia mundial norte-americana, praticada por fundações dos Estados Unidos, baseou-se em subvenções governamentais indiretas e secretas. Essa foi uma prática imprudente, insensata e deplorável. É doloroso sabermos que algumas das doações que, no passado,

chegaram-nos do Congresso pela Liberdade Cultural, em Paris, e que aceitamos de boa-fé, derivaram de verbas dessa natureza, cujas verdadeiras fontes eram completamente obscuras. Os escritores e estudiosos de ponta que se associaram ao Congresso, em Paris, de forma responsável, deixaram claro que nunca houve interferência de qualquer doador, conhecido ou desconhecido, em sua política ou suas atividades. A ENCOUNTER, por sua vez, desde o início foi independente e inteiramente livre de qualquer forma de interferência. Somente os editores foram sempre os únicos responsáveis pelo que publicaram, e o Congresso nunca teve, de nenhum modo e em nenhuma ocasião, qualquer influência na política editorial. (...) A ENCOUNTER continua a exercer sua liberdade de publicar o que lhe apraz.”<sup>20</sup> A declaração nunca foi publicada.<sup>21</sup>

Berlin, que, nessa ocasião, não estava ciente do conluio de Lasky com o segredo que estava por trás da *Encounter*, conforme confessado dias antes a Kermode, respondeu à carta no dia 12 de abril. Aprovou a decisão de se fazer um acordo com O’Brien fora dos tribunais e, em seguida, com grande pragmatismo, ou até *Schadenfreude*,\* apontou a saída da trama complicada: “Vocês podem perfeitamente dizer que, como outras organizações necessitadas de ajuda financeira, procuraram o Congresso pela Liberdade Cultural; que eles recorreram a outras fundações, aparentemente respeitáveis; que as organizações beneficiadas não têm o hábito de examinar a origem da renda das entidades aparentemente respeitáveis que lhes dão apoio; mas que, a partir dessas revelações, há um constrangimento e uma relutância naturais em aceitar essas somas. Foi mais ou menos isso o que disse a Fundação Ásia [outra fachada da CIA], e me parece satisfatório (...); o papel adequado da *Encounter* é dizer, simplesmente, que agiu como agiu por ignorância (...) e que, agora que vocês se tornaram uma publicação respeitável, o fato de terem recebido doações indiretas da CIA apenas os coloca em pé de igualdade com inúmeras outras organizações, das quais seria impossível esperar que soubessem qual era a origem última de suas verbas, ou alguma coisa assim. Os homens de bom senso e boa vontade compreenderão isso; aqueles a quem eles faltam continuarão a desferir ataques maliciosos, de qualquer maneira.”<sup>22</sup> Se Berlin sentiu alguma repulsa moral pela complexa tapeação que descreveu nesse

---

\*Regozijo pela miséria alheia, em alemão no original. (N. da T.)

texto, não o demonstrou. Ao contrário, tomou emprestada a retórica da sociedade livre para defender o que era, na realidade, a tentativa de um grupo fechado de dirigir essa sociedade.

Em público, entretanto, Isaiah Berlin logo assumiu uma postura diferente. Quando veio à tona a história da relação da *Encounter* com a CIA, ele desdenhou da revista e atacou Josselson e Lasky por terem “comprometido pessoas decentes”. Seu biógrafo, Michael Ignatieff, afirmou que Berlin chocou-se tanto quanto qualquer outra pessoa com esse relacionamento sub-reptício, e que “com certeza não tinha nenhuma relação, oficial ou oficiosa, com o serviço secreto britânico nem com a CIA”.<sup>23</sup> Ridicularizando essa afirmação, Christopher Hitchens, em sua resenha do livro de Ignatieff, escreveu que “o repúdio da *Encounter*, tomado ao pé da letra, significaria que Berlin era de uma falta de curiosidade anormal, ou mais burro do que fomos levados a supor, ou que desperdiçou seu tempo em Washington”. A ambivalência de Berlin a respeito de toda essa questão proveio de sua fidelidade “ao ‘entendimento’ supranacional anglo-americano”, que, no dizer de Hitchens, “trazia frequentemente a marca da *Realpolitik* e, digamos, da postura calculista”.<sup>24</sup>

Como a reunião dos curadores no restaurante Scott's não resolveu nada, convocou-se um segundo encontro de emergência para o fim de semana de 21 de abril, para o qual Arthur Schlesinger deslocou-se de Nova York. Segundo Natasha Spender, decidiu-se nessa reunião que Lasky deveria demitir-se, e ele concordou em fazê-lo. Isso seria anunciado numa declaração dos curadores, a ser publicada na *Encounter*. Lasky havia iniciado a reunião fazendo um “pavoroso ataque pessoal a Stephen, dizendo que ele devia saber o que estava acontecendo. Todos os outros curadores lhe disseram que aquilo era totalmente impróprio e devia ser riscado da ata”,<sup>25</sup> recordou Natasha. Edward Shils disse que encontraria uma colocação para Lasky em Chicago e, na semana seguinte, voltou aos Estados Unidos com esse objetivo em mente. Mas, no dia seguinte à reunião, Lasky mudou de idéia, dizendo que não tinha intenção de se demitir e não concordaria de modo algum com a declaração.

Dias depois desse encontro, Natasha recebeu um telefonema de Michael Josselson, de Genebra: “E ele me disse para não criar caso, para deixar o barco correr, e falou sem parar sobre o quanto vinha tentando proteger o Stephen. E acho que eu perguntei: ‘Que barco? Acho que o Stephen e o Frank não estão no mesmo barco que o Mel.’”<sup>26</sup>

Sem conseguir acalmar Natasha nem Stephen por telefone, Josselson resolveu experimentar uma tática diferente. Na tentativa de afastar os dois da briga, sugeriu a Junkie Fleischmann que talvez os Spender estivessem precisando de férias. Mas o estratagema não convenceu. “Fiquei absolutamente furiosa com o Junkie quando, por cima de tudo que vinha acontecendo, ele nos mandou um telegrama, perguntando se gostaríamos de passar uma semana em seu iate”, revoltou-se Natasha Spender. “Respondemos com um desaforo, e ficou por isso mesmo. Nunca mais voltamos a vê-lo.”<sup>27</sup>

Como a proposta de Junkie não deu em nada, Josselson escreveu diretamente a Stephen. Primeiro, disse que os comentários de Lasky na reunião dos curadores, a propósito da subvenção do Ministério das Relações Exteriores, tinham sido mal interpretados, resultado de uma confusão, e que ele apenas se havia referido a um boato que o tinha perturbado profundamente. “Eu tinha medo de que, se o Mel fosse suficientemente alfinetado, acabasse fazendo exatamente o que fez na reunião dos Curadores. Eu havia tentado prevenir isso da melhor maneira possível, daí meu apelo para que você e Natasha não criassem muito caso, e minha garantia de que eu estava apenas tentando proteger todo o mundo. Fiquei particularmente assustado ao saber pela Brigitte Lasky que a Natasha a esnobou numa recepção recente.” Josselson prosseguiu dizendo que Natasha Spender havia feito duras críticas públicas a Lasky. “Em vista das coisas por que a Natasha tem passado, eu lhe perdô tudo”, escreveu Josselson. “Mas essa conversa com ela me convenceu de que não era apenas uma questão de ela não gostar do Mel, mas de alimentar um ódio patológico — desculpe a expressão pesada — por ele.”<sup>28</sup> Em seguida, Josselson pediu desculpas pela explosão de Lasky com Spender — “De lá para cá, o Mel me disse o quanto lamenta ter-se deixado perder a cabeça” — e lhe implorou que não se demitisse. “Ainda acredito que a *Encounter* é realmente uma realização magnífica, e detestaria vê-la ir a pique, e ir a pique de forma ignominiosa, se vocês três — porque é óbvio que o Mel também se demitiria — não puderem encarar o que aconteceu de maneira mais desapaixonada, mais filosófica.”<sup>29</sup> Josselson ofereceu um paliativo: fez claras insinuações de que Lasky estava prestes a passar por uma mudança em sua carreira (“Acho que ele deverá buscar uma colocação no mundo acadêmico”) e de que o décimo aniversário de seu trabalho como editor da *Encounter*, que ocorreria em 1968, seria “um bom momento psi-

cológico” para ele se afastar. Josselson também revelou ter passado por “repetidos momentos de desespero” com toda essa história, mas que ela era situada numa outra perspectiva por “um problema muito maior (...): o de se continuar a ser cidadão norte-americano diante da Guerra do Vietnã”. Por último, disse não ter tido nenhuma motivação escusa para manter o financiamento em segredo: “Fiquei em condições de ajudar centenas de pessoas do mundo inteiro a fazerem o que elas mesmas queriam fazer, fosse escrever livros, pintar quadros, realizar determinados estudos, viajar quando e para onde quisessem, ou editar revistas (...). Gostei de fazer todas essas coisas e, se você acha que a CIA tirou algum proveito disso, acredite, a situação foi o inverso!”<sup>30</sup>

Em 8 de maio de 1967, o *New York Times* publicou uma reportagem de primeira página com o título “Stephen Spender Deixa a *Encounter*”. Conforme as citações, Spender teria dito que ouvira boatos, durante muitos anos, de que a revista era financiada por verbas da CIA, “mas nunca pude confirmar nada, até um mês atrás. Em vista das revelações feitas e das acusações que ainda possam ser feitas a respeito de fontes passadas de financiamento da *Encounter*, penso que qualquer editor que estivesse envolvido no recebimento dessas verbas, tendo ou não conhecimento delas, deveria renunciar. Foi o que eu fiz”.<sup>31</sup> O mesmo fez Kermode, o que deixou apenas Lasky no comando. E a este ele se agarrou, apesar dos pedidos de que se demitisse e para consternação de Josselson, que sabia que o jogo havia acabado. Depois, na mesma tarde, Cecil King fez uma declaração: “Consideramos que a *Encounter* sem o Sr. Lasky seria tão interessante quanto *Hamlet* sem o príncipe.”

“Quando tudo estourou, eu estava em Portofino com Isaiah e outros amigos”, recordou Stuart Hampshire. “Lembro-me que seis de nós telegrafamos para defender Stephen em Londres, mas Mary McCarthy se recusou a assinar, dizendo: ‘Ah, vocês só estão se voltando contra o nosso menininho de Nova York.’ Stephen ficou muito aborrecido, e Natasha, mais ainda. E particularmente com o Lasky. Mas, por que se surpreenderam com o comportamento dele? Será que esperavam mesmo que ele se demitisse? Quero dizer, não era isso que ele faria. É claro que não.”<sup>32</sup> Ao escrever a Spender, dias depois, Muggeridge disse haver considerado “monstruoso que, apesar de tudo, Mel permaneça no cargo”.<sup>33</sup>

Passados alguns dias do pedido de demissão de Spender, Natasha, acompanhada por um amigo, foi buscar os pertences do marido no escritório da *Encounter*. Horrorizada, constatou que “o armário trancado [de Stephen] tinha sido arrombado, e [a secretária de Lasky] disse: ‘Ah, bem, um ladrão entrou aqui na semana passada’”.<sup>34</sup> Stuart Hampshire, que havia implorado a Spender que “mantivesse um registro de tudo, que mantivesse um arquivo pessoal”, não ficou surpreso ao saber desse episódio. Em suas palavras, aquilo era “óbvio”.<sup>35</sup>



## Aquela sensação deprimente

Pensas que  
Manipulas,  
Mas és tu  
O manipulado.

— Goethe, *Fausto*

Em 13 de maio, cinco dias depois de Spender e Kermode se demitirem, Michael Josselson e John Hunt viram-se sentados no que tinha sido o escritório de Josselson, no segundo andar do prédio do Boulevard Haussman. Josselson, acompanhado por Diana e Jennifer, chegara a Paris procedente de Genebra, onde, em seu apartamento de despojada elegância no Plateau du Champel, passara as semanas anteriores numa batalha incansável para conter as repercussões da explosão. Nas ruas próximas do Boulevard Haussman, os cafés se abriam para receber as pessoas que haviam saído às compras no sábado, à medida que elas eram cuspidas das lojas para o sol primaveril. Em algum lugar entre elas, Diana levava Jennifer para comprar a roupa de seu recital de balé do fim do período letivo. Mas estava distraída, e andou pela aglomeração humana em direção às Galeries Lafayette sentindo-se estranhamente desligada.

Numa sala contígua ao escritório em que se sentavam Josselson e Hunt, a Assembléia Geral do Congresso pela Liberdade Cultural estava reunida a portas fechadas. Presidida por Mino Masani (líder do partido da oposição

na Índia), ela se compunha de Raymond Aron, Daniel Bell, Pierre Emmanuel, Louis Fischer, Anthony Hartley, K. A. B. Jones-Quartey, Ezekiel Mphahlele, Nicolas Nabokov, Hans Oprecht, Michael Polanyi, Denis de Rougemont, Yoshihiko Seki, Edward Shils, Ignazio Silone e Manès Sperber. Vindos de avião de todos os cantos do globo, eles tinham a tarefa pouco invejável de julgar Josselson e Hunt — cujas cartas de demissão encontravam-se à sua frente na mesa — e decidir sobre o destino do Congresso. Sentados como reis filósofos, sabiam que sua palavra seria definitiva.

“Mike e eu ficamos sentados no escritório dele durante a maior parte do dia, ao lado da sala de reuniões”, lembrou John Hunt. “Ficamos lá sozinho — que é que se faz numa hora dessas, com o júri do outro lado do corredor?”<sup>1</sup> Michael permaneceu em silêncio, com seus dedos finos e bem manicurados tamborilando na mesa. Parecia cansado — cansado de esperar ali naquela manhã, cansado das duas décadas anteriores de trabalho incessante. Tinha o cabelo repartido do lado e penteado de través sobre o topo da cabeça, revelando a testa alta e os olhos pequenos, em cujo centro ficavam grandes pupilas negras.

Enquanto isso, o “júri” debatia as provas. Durante duas décadas, Michael Josselson havia sustentado uma imensa mentira, com John Hunt como transgressor secundário, uma vez que só se envolvera no engodo durante metade do tempo. A gravidade dessa ocultação tinha implicações imediatas para centenas de pessoas. Além disso, representava um dilema moral que nunca se resolveria com facilidade. Os dois tinham feito declarações sobre seu relacionamento com a CIA e sobre o relacionamento desta, por sua vez, com o Congresso. Josselson havia aceitado plena responsabilidade pelo que ainda afirmava ter sido uma mentira necessária. O opróbrio da Assembléia Geral de modo algum estava garantido. Sperber, Polanyi e Silone falaram em defesa de Josselson e Hunt e exortaram a Assembléia a adotar “uma postura de luta”. Sperber disse algo no sentido de “Ao diabo com tudo isso, não nos importamos com o que diz o *New York Times*! Ajudamos a montar e a dirigir isto por quinze anos, lidamos com coisas mais difíceis do que essa em nossa vida política, portanto, vamos continuar como antes, se houver apoio para fazê-lo”.<sup>2</sup> Mas não houve. Aron e Emmanuel, em especial, estavam fadados a ver as coisas de maneira um pouco diferente. Como franceses pertencentes a uma organização sediada em Paris, e agora maculada pelas associações com

o serviço secreto norte-americano, estavam com sua reputação em jogo. “Eles tinham muito a perder com aquilo”, disse Hunt, tempos depois.<sup>3</sup> Aron, na verdade, ficou tão irritado com o assunto colocado diante dele, que se retirou tempestuosamente da assembléia e saiu batendo a porta.

Na hora do almoço, não se havia chegado a um acordo e, por sugestão de Masani, fez-se um intervalo. Retomados os trabalhos à tarde, a assembléia se arrastou até que, finalmente, às seis horas, Nabokov e Rougemont apareceram diante de Josselson e Hunt, trazendo nas mãos o rascunho do comunicado da Assembléia. “Eles o leram para mim, Michael e Hunt”, disse Diana, que havia deixado Jennifer com uma amiga, para admirar seu novo tutu, e se posicionara ao lado do marido. “Foi uma vergonha. Não havia nenhuma referência à contribuição de Michael e John. Michael e John empalideceram e se retiraram. Nicolas e Denis me disseram: ‘O que você achou?’ E respondi: ‘Achei uma porcaria.’ Creio que eu estava chorando.”<sup>4</sup> Por que, perguntou Diana, derramando lágrimas amargas, não houvera menção à dedicação de Michael ao Congresso, a sua dedicação inabalável à causa da liberdade cultural? Por que eles haviam desconhecido o fato de que, sem Michael, e sem John, aliás, não haveria Congresso algum? Era assim que os intelectuais recompensavam o homem a quem todos tinham que agradecer: levantando a saia e fugindo, ao primeiro sinal de dificuldade? Não havia ninguém disposto a tomar uma posição e lutar?

Nesse momento, Nabokov, sempre dado a gestos espalhafatosos, apertou o peito e teve — ou fingiu ter — um mal-estar cardíaco. Alguém foi despachado para buscar um copo d’água e uma aspirina. Mas a confusão dele nesse instante, se não o desmaio, foi autêntica. O que Michael podia esperar? Aqueles eram seus amigos, e ele os havia enganado durante anos. Ele havia ocultado o fato de que era empregado da CIA, de que o Congresso pela Liberdade Cultural era fruto de uma operação secreta da CIA. De que matéria ele era feito, para mostrar nessa hora uma mágoa tão indignada? Será que realmente se achava um homem mais ofendido do que ofensor? De repente, Nabokov, o homem cujo destino estivera tão profundamente ligado ao de Josselson, começou a enxergar com mais clareza. Aquela era a vida de Michael, era sua religião. Era tudo que ele tinha. Não havia mais nada.

Nabokov e Rougemont, horrorizados com a idéia de que pudessem ter-se portado com rudeza, prometeram a Diana que convenceriam a Assembléia

Geral a reescrever a declaração. Amolecida, Diana saiu à procura de Michael e John. Passado algum tempo, eles ouviram a leitura do comunicado revisto. No dia seguinte, ele foi transmitido à imprensa mundial.

“A Assembléia Geral (...) expressou seu profundo pesar pelo fato de as informações a ela transmitidas haverem confirmado os relatos de que se haviam utilizado verbas da Agência Central de Informações (...) e de que o Diretor Executivo julgara necessário aceitar essa ajuda, sem o conhecimento de nenhum de seus colegas. A Assembléia afirmou seu orgulho pelas realizações do Congresso desde sua criação, em 1950. Desejou expressar sua convicção de que as atividades deste foram inteiramente livres de influência ou pressão de qualquer patrocinador financeiro, bem como sua confiança na independência e integridade de todos os que colaboraram no trabalho da entidade. Condenou, nos termos mais vigorosos, a maneira como a CIA enganou as pessoas em causa e fez com que seus esforços fossem questionados. O efeito desse ato, afirmou a Assembléia, tende a envenenar as fontes do discurso intelectual. A Assembléia repudiou totalmente o emprego de tais métodos no mundo das idéias. (...) A Assembléia registrou os pedidos de demissão submetidos por [Michael Josselson] e [John Hunt]. Expressou-lhes sua gratidão renovada pelo fato de, apesar das dificuldades ligadas à forma de financiamento das atividades do Congresso, eles haverem mantido a completa independência e integridade intelectual da organização, e, por conseguinte, solicitou que eles continuem a exercer suas funções.”<sup>5</sup>

Sob muitos aspectos, o enunciado da declaração foi falso. Em primeiro lugar, o pedido de demissão de Josselson *foi* aceito pela Assembléia. Isso foi posteriormente confirmado tanto por Diana Josselson quanto por John Hunt, que disse: “Minha lembrança distinta foi que, diga a ata o que disser, Mike foi efetivamente informado de que não poderia continuar. Eu estava numa categoria diferente — na cabeça deles —, de modo que isso não se aplicou a mim.”<sup>6</sup> Segundo — e mais importante —, foi simplesmente insuficiente dizer que Josselson havia aceitado a ajuda da CIA “sem o conhecimento de nenhum de seus colegas”. “Posso lhe dizer que várias das pessoas mais importantes do Congresso sabiam a verdade, porque tinham sido informadas por seus governos”, revelou Hunt, posteriormente. “Aron fora informado. Malraux *obviamente* sabia. E também Muggerridge e Warburg, que foram

informados pelo MI6, depois que as duas agências chegaram a um acordo a respeito da *Encounter*.”<sup>7</sup>

“Quem não sabia? Isso é que eu gostaria de saber. Era um segredo bastante público”,<sup>8</sup> disse Lawrence de Neufville. A lista dos que sabiam — ou julgavam saber — é bem longa: Stuart Hampshire, Arthur Schlesinger, Edward Shils (que confessou a Natasha Spender ter sabido desde 1955), Denis de Rougemont, Daniel Bell, Louis Fischer, George Kennan, Arthur Koestler, Junkie Fleischmann, François Bondy, James Burnham, Willy Brandt, Sidney Hook, Melvin Lasky, Jason Epstein, Mary McCarthy, Pierre Emmanuel, Lionel Trilling, Diana Trilling, Sol Levitas, Robert Oppenheimer, Sol Stein, Dwight Macdonald. Nem todos tinham sido “premeditados”, no sentido de terem participado ativamente do engodo. Mas todos *sabiam*, e haviam sabido por algum tempo. E, se não sabiam, eram, no dizer de seus críticos, estudadamente, culpadamente ignorantes. “Mike realmente tentou contar a algumas pessoas, mas elas diziam que não queriam saber”, afirmou Hunt. “Elas sabiam, e sabiam tanto quanto queriam saber, e, se soubessem mais, estavam cientes de que teriam que sair, de modo que se recusavam a saber.”<sup>9</sup> Quem esteve na Assembléia Geral como observador foi o poeta australiano James McAuley, editor fundador da revista *Quadrant*. Ele observou que “havia uma contradição entre o desejo deles de (1) apoiar Mike em termos de amizade — e de honestidade, porque nenhum deles tinha sido *realmente* muito enganado — e de (2) assumir uma postura pública de inocência ultrajada”:<sup>10</sup> A mulher de Hunt, Chantal, que havia trabalhado no Ministério da Cultura francês e, durante um breve período, no Congresso, descartou essa confusão moral: “Todo o mundo, na França, pelo menos no meu círculo, sabia a verdade sobre quem estava por trás do Congresso”, disse ela. “Todos falavam disso. Diziam: ‘Por que você quer trabalhar lá? Aquilo é a CIA.’ Todos sabiam, exceto, ao que parece, os que trabalhavam no Congresso. Não é estranho? Sempre achei que sim.”<sup>11</sup> “Basicamente, todos negaram ter qualquer conhecimento”, disse Diana Josselson, “mas eram péssimos mentirosos.”<sup>12</sup>

E que dizer de Nicolas Nabokov, que dera cada passo da jornada, desde aqueles primeiros dias de Berlim até o desenlace doloroso em Paris, ao lado de Josselson? Será que realmente acreditava em sua refutação raivosa das acusações de envolvimento da CIA, na qual disse: “Eu nego tudo. O Congresso pela Liberdade Cultural (...) nunca teve nenhuma ligação, direta ou

indireta, com a CIA (...) tudo isso foi uma armação dos soviéticos”<sup>13</sup> Alguém poderia seriamente acreditar que Nabokov, em todos aqueles anos, nunca fora informado — nem descobrira sozinho — de que “por trás daquilo estavam os canhões pesados dos ‘bosques virginianos’”<sup>\*</sup> (palavras dele mesmo)? A história contada por Mary McCarthy, na qual Nabokov aparentemente revelou a verdade a Spender num táxi de Londres, sugere o contrário. O mesmo faz a lembrança de Chantal Hunt do dia em que Nabokov lhe disse, “em sussurros conspiratórios, num almoço”, que ele sabia. Stuart Hampshire assinalou depois, com certa ironia, que Nabokov “não ficou particularmente arrasado com as revelações”.<sup>14</sup> Quando Nabokov se postou diante de Josselson, naquele lamentável 13 de maio, brandindo diante de seu rosto uma resolução que o condenava por ter enganado os colegas, o fato de ele ser sumamente inadequado para julgar não parece haver-lhe causado o menor problema de consciência.

Em suas memórias, Nabokov criticou duramente a “impropriedade abissal e desnecessária do método de raciocínio (ou falta de raciocínio) que precedeu a decisão de canalizar dinheiro pela CIA para organizações culturais”.<sup>15</sup> Acrescentou ele que isso ficava “especialmente gritante ao se considerar que a Guerra Fria foi a mais dura e mais complexa guerra ideológica desde o começo do século XIX, e que essa impropriedade ocorreu num país que tinha uma tradição centenária do que Camus chamava de ‘formas morais de pensamento político’. Ainda me dói pensar nessas ‘feridas devassas de imoralidade’ e no fato de uma estrutura maravilhosa, construída com amor e carinho por homens e mulheres livre-pensadores, brilhantemente inteligentes, dedicados e profundamente incorruptíveis, ter sido arrastada para a lama e destruída pela mais antiga e persistente forma de arrogância: o ato irrefletido”.<sup>16</sup> Na intimidade, entretanto, Nabokov não exibiu nada dessa indignação moral: “Não sinto que alguém deva pedir desculpas pelo financiamento do Congresso pela CIA”, disse ele a um correspondente. “Muitos de nós suspeitávamos de um financiamento desse tipo, que era ‘o mexerico do momento’ em muitas capitais da Europa, da Ásia, da América Latina e da África. A questão não é o financiamento, mas o que o Congresso fez.”<sup>17</sup>

---

\*A sede da CIA, vale lembrar, ficava (e permanece) em Langley, na Virgínia. (N. da T.)

Sentindo-se exatamente como um Jó moderno — o homem “perfeito e íntegro”, perseguido por sua virtude —, Josselson deixou Paris, depois de uma consulta com seus médicos e um encontro com McGeorge Bundy, presumivelmente para discutir as implicações das denúncias para a CIA (segundo o *Washington Post*, McGeorge Bundy era o homem que havia supervisionado as operações da CIA nos governos de Kennedy e Johnson). De volta a Genebra, ele mal tivera tempo de desfazer as malas quando o vulcão entrou em erupção. Na esteira do reconhecimento, por parte da Assembleia Geral, de que a CIA havia subsidiado o Congresso, os jornais do mundo inteiro fizeram a festa. Josselson desmoronou, deixando a Diana a tarefa de atender a uma enxurrada de telefonemas raivosos. Aos Spender ela escreveu que “a batalha contínua [de Josselson], dia e noite, sob pressão constante, na tentativa de salvar o que puder do trabalho do Congresso, de uma forma ou de outra, tem-me deixado em estado de perpétua inquietação (...). A confusão continua; parece uma Hidra”.<sup>18</sup> Profundamente desanimada, ela declarou: “Quero sair disso, e quero levar vida nova, e nunca mais ter nada a ver com todas essas pessoas, exceto na base da amizade com os que são amigos.”<sup>19</sup>

Mas a própria questão da amizade, àquela altura, tornara-se irremediavelmente confusa. “Meu querido Mike”, escreveu Natasha Spender, “É o aspecto HUMANO que é mais penoso. Olhando para trás, à luz do conhecimento atual, percebo que todos foram prisioneiros dessa situação, em graus e maneiras diferentes. Deve ter sido terrível para você ter que enganar seus amigos, com quem sempre foi tão benevolente. Mas tenho certeza de que a CIA errou em esperar isso, porque as repercussões, em termos de tortura pessoal e dos relacionamentos, são intermináveis, e, quando a pessoa se importa intensamente, como acontece, ela chora pela confiança traída, que não pode ser resgatada (...). Por isso, a coisa realmente se resume no fato de que, quando um colega retém informações, ele rouba dos colegas a liberdade e a honra, o que, por sua vez, destrói a confiança dos amigos *deles*, e, no fim, é gente demais sofrendo (...). Espero que você também se sinta aliviado por sair de uma situação falsa, que lhe roubou o direito de ser franco com seus amigos (...). O que houve de realmente errado, no silêncio que lhe foi imposto pela CIA, é que (do ponto de vista dela) exigir que você tratasse seus amigos desse modo equivaleu a obrigá-lo a adotar a mesma ética dos comu-

nistas e, portanto, nesse aspecto, a equiparar de algum modo os métodos dela, no Ocidente, aos do Leste Europeu.”<sup>20</sup>

A “tempestade de merda”, como Josselson se referiria a isso tempos depois, continuou sem amainar. Incrivelmente, nesse momento, foi Tom Braden quem a incitou a novas fúrias, ao escrever um artigo para o *Saturday Evening Post*. Publicado sob o título de “Alegra-me que a CIA seja ‘Imoral’”, na edição de 20 de maio, o texto foi escrito, nas palavras de Braden, para corrigir a “cadeia de disparates inanes e mal informados” que vinha aparecendo nos jornais. Porém Braden fez mais do que corrigir imprecisões: forneceu voluntariamente informações até então secretas, que nunca teriam sido reveladas por outros meios — provas sólidas para pôr fim a todas as ambigüidades (e à possibilidade de qualquer outra negação). Explicando que os esquerdistas da Europa da década de 1950 “eram as únicas pessoas que se importavam minimamente com o combate ao comunismo”,<sup>21</sup> ele fez uma exposição pormenorizada de como a Divisão de Organizações Internacionais (IOD) havia buscado uma convergência com essas pessoas. Descreveu o relacionamento da IOD com autoridades trabalhistas norte-americanas, e até acusou Victor Reuther de gastar o dinheiro da CIA “sem muito critério”. Confirmou que o dinheiro “para a publicação da *Encounter*” tinha sido fornecido pela CIA e, em seguida, afirmou que “um agente se tornou um dos editores da *Encounter*”. Acrescentou que os agentes da CIA, quando plantados dessa maneira, “podiam não apenas propor programas anticomunistas aos dirigentes oficiais das organizações, como também sugerir meios e modos de solucionar os inevitáveis problemas orçamentários. Por que não verificar se o dinheiro necessário poderia ser obtido com ‘fundações norte-americanas’? Como os agentes sabiam, as fundações financiadas pela CIA eram muito generosas, quando se tratava do interesse nacional”.<sup>22</sup> Listando a bateria de entidades de fachada utilizadas pela IOD, Braden disse que “Em 1953, operávamos ou influenciávamos organizações internacionais em todos os campos”.<sup>23</sup> Operar? Influenciar? É claro que, se quisesse, ele poderia simplesmente ter escrito sobre o “apoio” ou a “orientação amistosa” da CIA. Afinal, sempre fora essa a linha oficial adotada pela Agência.

O efeito do artigo de Braden foi destruir de uma vez por todas a associação secreta da CIA com a esquerda não comunista. Então, o que o influenciou a escrevê-lo? Sua explicação foi que seu velho amigo Stewart Alsop lhe



telefonara, na Califórnia, e lhe pedira para escrever um artigo para o *Saturday Evening Post*, a fim de contar a verdade dos fatos. “Creio que encarei aquilo como um resgate da história”, disse Braden. “Eu tinha participado do começo, e já se haviam passado vinte anos e continuavam a acontecer coisas, e minha idéia foi: isso se tornou ridículo, está na hora de acabar com esse circo.”<sup>24</sup> Braden começou a redigir o artigo no início de março. Com uma antecedência de quase três meses, teve bastante tempo para aprimorá-lo. Ele e Alsop conversaram várias vezes por telefone e Braden lhe enviou diversos rascunhos, cada um dos quais se tornou mais revelador.

O próprio Braden afirmou que queria “contar a verdade dos fatos”, eliminar as inverdades. Em seu artigo, no entanto, disfarçou deliberadamente os codinomes, fornecendo o seu como Warren G. Haskins, quando, na verdade, era Homer D. Hoskins. Por que, em meio a suas revelações incendiárias, Braden se deu ao trabalho de proteger codinomes? Estaria pensando no pacto de sigilo que todos os agentes da CIA assinavam, como parte do juramento que prestavam? Indagado sobre esse pacto de sigilo, Braden deu uma resposta extraordinária: “Eles poderiam ter-me lembrado do meu pacto de sigilo, mas eu até me esquecera de que o havia assinado. Palavra que eu não sabia que tinha assinado um acordo de sigilo. Eu o *havia* assinado, mas não me lembrava disso. Se tivesse lembrado, não o teria feito.”<sup>25</sup> “Se o Tom estava seguindo as normas como aposentado, tinha que ter obtido aprovação para o que escreveu”, disse Lawrence de Neufville. “Não creio que ele estivesse seguindo as normas.”<sup>26</sup>

Há uma outra hipótese, uma hipótese pela qual vários agentes da CIA — e até o próprio Braden — sentiram-se atraídos posteriormente. “Tom era um funcionário cuja principal lealdade era para com a agência, e sabia tudo a respeito do pacto de sigilo”, disse John Hunt. “Esse pacto já fora invocado em ocasiões anteriores e, se Braden de fato estivesse agindo independentemente, teria muito que temer. Minha convicção é que ele foi um instrumento, em algum ponto da hierarquia, dos que queriam se livrar da ENC [esquerda não comunista]. Não procure um pistoleiro solitário — isso é loucura, assim como foi no assassinato de Kennedy. Havia uma porção de pessoas interessadas. O Braden só foi premeditado até certo ponto. Talvez o [Richard] Helms o tenha chamado e dito: ‘Tenho um trabalho para você.’ Realmente acredito que houve uma decisão operacional de destruir completamente o Congresso

e os outros programas. Discuti o artigo de Braden com o Mike, e levantamos a hipótese de que aquilo teria feito parte de uma operação coordenada e autorizada para acabar com a aliança entre a CIA e a ENC. Mas nunca chegamos ao fundo da história.”<sup>27</sup>

Jack Thompson também fez especulações dentro dos mesmos moldes. “Um recurso antigo, quando se quer destruir uma operação, é revelá-la às claras. Eu tenho um roteiro imaginário dos acontecimentos: o presidente Johnson está sentado à sua escrivaninha no Salão Oval. Encontra um exemplar da revista *Encounter*. Então, pergunta: ‘Ei, o que é isso?’ E alguém responde: ‘É a sua revista, excelência.’ E ele diz: ‘Minha revista? *Minha* revista? Esses sujeitos que acham que *minha* guerra está errada, são eles que escrevem na *minha* revista?’ E pronto, acabou-se.”<sup>28</sup>

O cenário ficcional de Thompson merece ser examinado. Lyndon Baines Johnson era um homem da década de 1930, o garoto pobre do Texas vagando pelo mundo dos sofisticados da Costa Leste, e não queria conversa com todos aqueles intelectuais, não tinha nenhum senso do glamour que havia cercado o interlúdio ateniense de Jack Kennedy. A idéia que fazia de um festival cultural limitava-se a alguma coisa que “agradasse às senhoras”. Dois anos antes da publicação do artigo de Braden, em 14 de junho de 1965, alguns intelectuais norte-americanos haviam transformado um Festival de Arte da Casa Branca — originalmente concebido pelos assessores de Johnson como “um instrumento para silenciar a oposição à guerra” — numa plataforma raivosa contra o Vietnã. Robert Lowell havia recusado o convite (o que foi devidamente anotado em seu arquivo no FBI), assim como Edmund Wilson, com uma “rudeza” que chocara o organizador do festival, Eric Goldman. Dwight Macdonald compareceu, mas chegou levando uma petição que apoiava Lowell e denunciava a política norte-americana, documento este assinado por Hannah Arendt, Lillian Hellman, Alfred Kazin, Larry Rivers, Philip Roth, Mark Rothko, William Styron e Mary McCarthy (entre os não convidados). Durante o jantar, Macdonald colheu mais nove assinaturas, e quase chegou às vias de fato com Charlton Heston, que o acusou de não ter “a educação mais elementar” e lhe perguntou: “Você está mesmo acostumado a assinar petições contra seu anfitrião na casa dele?”<sup>29</sup> Depois disso, Johnson ficara com a sensação de que a Casa Branca tinha sido tomada por “um bando de traidores”.<sup>30</sup>

O evento foi um completo desastre, e “a reação do presidente Johnson acrescentou mais tijolos ao muro que se erguia entre o presidente e esses grupos”, de acordo com Eric Goldman. “Graças a Deus, boa parte da história não se tornou conhecida. Mas veio a público o suficiente para fazer com que o muro parecesse tão intransponível quanto o concreto cercado de arame farpado que havia entre Berlim Oriental e Berlim Ocidental.”<sup>31</sup> Johnson teria dito que havia uma conspiração “daquela gente” para insultá-lo e insultar seu cargo, e “para prejudicar o país deles num momento de crise”.<sup>32</sup> Essas pessoas eram os “filhos-da-mãe”, “idiotas” e “traidores” que haviam transformado um acontecimento insignificante “numa situação que podia ter tudo, menos uma importância irrelevante”. O presidente também disse a dois de seus assessores, Richard Goodwin e Bill Moyers, que “não teria mais nada a ver com os liberais. Eles não terão nada a ver comigo. Todos só fazem seguir a linha comunista — os liberais, os intelectuais e os comunistas. São todos iguais”.<sup>33</sup>

James Burnham, que havia ajudado a atrelar o Congresso pela Liberdade Cultural à CIA, em seus primórdios, mas que o fizera em nome de um tipo de *Realpolitik* muito conservadora, viu nessa enorme confusão uma prova do que vinha denunciando, fazia muito tempo, como uma “falha fundamental” no pensamento da CIA: “A CIA organizava a maioria dessas atividades pela perspectiva da ‘esquerda não comunista’”, escreveu. “A CIA tinha a ENC na conta de uma força confiavelmente anticomunista, a qual, posta em ação, seria, se não pró-Occidente e pró-Estados Unidos, pelo menos não antioccidente e anti-Estados Unidos. Foi uma avaliação política equivocada. A ENC não era confiável. Pressionada por acontecimentos cruciais, desarticulou-se. Uma grande parcela — tanto neste país quanto em outros — deu uma guinada para uma postura antiamericana, e quase toda a ENC abrandou sua postura diante do comunismo e das nações comunistas. Portanto, o colapso organizacional derivou do erro político. Esse erro político foi a doutrina de que a luta global contra o comunismo deveria basear-se na ENC — uma doutrina imposta à CIA por Allen Dulles. Cuba, a República Dominicana e sobretudo o Vietnã submeteram a doutrina e a prática da ENC a uma prova decisiva. Grande parte das organizações e indivíduos alimentados pela CIA, conforme a receita da ENC, acabou minando a vontade da nação e prejudicando ou sabotando a segurança nacional.”<sup>34</sup> A idéia de que, posteriormente, Lyndon

Johnson se haveria interessado pela dissolução do relacionamento da CIA com a esquerda não comunista não é difícil de imaginar.

A pista mais interessante do que realmente aconteceu está na questão do pacto de sigilo de Braden. Às 14:00h de quarta-feira, 19 de abril de 1967, Walt Rostow, assessor especial de Johnson, datilografou um “memorando secreto” para o presidente, cujo texto dizia apenas: “Presumo que o senhor tenha conhecimento do artigo de Braden sobre a CIA que está para sair no *Saturday Evening Post*. A história é a seguinte, conforme Dick Helms.” O artigo de Braden saiu na edição do *Post* de 20 de maio de 1967, um mês inteiro depois da notificação de Rostow ao presidente. Richard Helms, já então diretor da CIA, estava a par do artigo, segundo o memorando de Rostow, e é concebível que também conhecesse seu conteúdo. A CIA teve bastante tempo para invocar seu pacto de sigilo com Braden e impedir que ele publicasse a matéria.

As lembranças de Rostow sobre o assunto foram incertas. “Eu só conhecia o Braden socialmente, como uma pessoa amável com quem conversar. Não me recordo do memorando. Não me lembro do artigo dele”, afirmou. “Presumo que o Helms tenha me dito, e presumo que eu tenha dito ao presidente. Mas não era grande coisa, não me impressionou na ocasião.”<sup>35</sup> Nesse caso, por que Rostow teria tido o trabalho de escrever um memorando secreto ao presidente, a respeito de uma coisa que não o impressionara? “Qualquer coisa que criasse um problema político passível de surtir efeito na presidência, eu o mantinha informado disso”,<sup>36</sup> respondeu Rostow, de forma meio contraditória.

Na verdade, Rostow e Helms tiveram muitas oportunidades de manter o presidente informado. Por sugestão de Rostow, Dick Helms foi convidado para o Almoço de Terça-feira, a mais importante reunião de alto nível sobre segurança nacional nos anos de Johnson, “porque achei que o presidente devia ter um homem do serviço de informações a quem pudesse consultar”.<sup>37</sup> O assunto discutido nesses almoços semanais de 1967 era quase exclusivamente o Vietnã.

Outra pergunta: por que a CIA se preocupou tanto com as matérias da revista *Ramparts*, a ponto de montar uma operação completa do serviço de informações, mas, no caso de Braden, não fez qualquer tentativa de detê-lo? “Acho muito provável que eles estivessem ansiosos por se livrar daquilo tudo”,

concluiu Braden. “É possível que o Stewart [Alsop] soubesse disso. Sempre achei que, àquela altura, devia haver gente na CIA que queria se livrar de coisas como essas, que já estavam praticamente escancaradas. Todo o mundo sabia — os informados e pessoas como o Stew —, eles certamente sabiam que todas aquelas coisas eram fachadas da CIA. No fundo, sempre achei que eles queriam acabar com aquilo, mas não posso prová-lo.”<sup>38</sup>

Stewart Alsop “era agente da CIA”, de acordo com um alto funcionário da Agência. Outras fontes disseram que ele lhe foi especialmente útil nas discussões com autoridades de governos estrangeiros — fazendo perguntas para as quais a CIA buscava respostas, plantando informações enganosas que beneficiavam os Estados Unidos, e avaliando as oportunidades de recrutamento de estrangeiros em boas posições pela CIA. Joseph, irmão de Stewart, descartou como “absolutamente ridícula” a afirmação de que este era “agente”, e disse: “Eu era mais íntimo da Agência do que o Stew, embora ele fosse muito íntimo.”<sup>39</sup> Mas prosseguiu: “Eu diria que ele realmente executou umas tarefas — fez a coisa certa, como norte-americano (...). Os pais fundadores [da CIA] eram nossos amigos pessoais e íntimos (...). Era uma coisa social. Nunca recebi um centavo, nunca assinei pactos de sigilo. Não foi preciso (...). Fiz algumas coisas para eles, quando achei que eram corretas. Chamo a isso cumprir meu dever de cidadão (...). A CIA não se abria nem um pouco para as pessoas em quem não confiava. Stew e eu tínhamos a confiança dela, e me orgulho disso.” Stewart Alsop referia-se a Dulles e sua turma como os “homens valentes do leste”, e se comprazia em fazer parte daquele “círculo fechado, o *Bruderbund*”.<sup>40,\*</sup>

Num aspecto crucial, o artigo de Braden não surtiu o efeito esperado. Sua afirmação de que a Agência havia plantado um agente na *Encounter* só pode ter tido a intenção de expor esse agente e precipitar seu pedido de demissão. Esse homem, como depois esclareceu Braden, “era um de nossos agentes, um homem de claras realizações intelectuais e capacidade de escrever, e nós pagávamos o seu salário”.<sup>41</sup> Irving Kristol, que a essa altura era co-editor, ao lado de Daniel Bell, de uma publicação chamada *The Public Interest* (lançada com a ajuda de uma generosa doação de 10 mil dólares de Josselson), foi jogado bem no meio da fogueira. “Quando Tom Braden publicou aquele

---

\*A confraria, em alemão no original. (N. da T.)

artigo, fiquei furioso, porque eu sabia muito bem que não tinha sido agente da CIA, e sabia com certeza que Stephen Spender não fora agente da CIA”, afirmou ele, tempos depois. “Que diabo o Sr. Braden tinha em mente ao escrever aquele artigo, eu não sei.”<sup>42</sup> Spender, que nunca fora considerado para essa função, disse: “Simplesmente não consigo acreditar que fosse o Kristol, não posso mesmo. E sei que não era eu.”<sup>43</sup>

Sobrava Lasky. Anos depois, como seria previsível, ele desdenhou completamente da afirmação de Braden, chamando-o de “velho gagá e bobo”. Descartando o episódio todo como um melodrama à James Bond, “a síndrome da rede do espião e do agente duplo”, Lasky disse: “Nunca fui editor de nenhuma revista da CIA, nunca fui nem serei.”<sup>44</sup> Quem era o agente da CIA?, perguntei-lhe. “Era você? Era eu? Quem era?”, respondeu ele. “Escute, nós fazíamos o que fazíamos. Não, não, não, isso foi uma fantasia, e não é para ser levado a sério, certamente não por historiadores.”<sup>45</sup> Mas Braden, trinta anos depois, foi categórico. Não houve fantasia alguma.

Os Josselson ficaram arrasados com a traição de Braden. “Sempre tive ótimas lembranças de você, nas corridas de ciclismo de seis dias etc., para não falar no grande respeito pelo seu desempenho profissional, de modo que fico ainda mais triste com a traição gratuita contra Mike e os amigos dele no seu artigo”, escreveu Diana. “A sua afirmação totalmente falsa, implicando o Irving K., que você parece ter esquecido que estava completamente desprevenido, (...) criou uma situação de caos e sofrimento pessoal que acredito que você nem possa imaginar, embora talvez se dê conta de que desferiu um golpe mortal contra uma boa revista (...). Como sei por experiência própria em todos esses anos exaustivos, e como, no fundo, você também deve saber, Tom, se algum dia houve um homem que foi um agente *livre*, que só respondia aos ditames de sua consciência, esse homem foi [Mike].”<sup>46</sup> Diana concluiu implorando a Braden que publicasse um pedido de desculpas e desdisses sua afirmação de que Josselson tinha sido plantado no Congresso. Sua carta nunca foi respondida.

Curiosamente, a despeito do que seria tecnicamente conhecido como uma “comoção” na Agência, só parece ter havido “uma preocupaçãozinha com a idéia de que aquilo não era, necessariamente, a melhor coisa que já havia acontecido”.<sup>47</sup> Tom Braden safou-se sem nenhuma censura oficial. Além disso, não houve prejuízo algum para a carreira dos agentes que tinham estado

intimamente envolvidos com o programa da esquerda não comunista trazido a público. Cord Meyer e sua coorte moveram-se rapidamente para situações melhores (no caso de Meyer, tornando-se chefe da sede londrina responsável por toda a operação da CIA na Europa Ocidental). Somente os que tinham sido recrutados da própria esquerda não comunista é que foram considerados dispensáveis. Robie Macauley foi meio jogado de um lado para outro e, segundo Diana Josselson, “acabou sendo espirrado”. Trocou a Agência — e a *Kenyon Review* — por um emprego de editor de ficção da revista *Playboy*. John Thompson, que começara a flertar com a nova esquerda em meados da década de 1960, também foi expelido do que gostava de chamar de “O Belo Barco Pirulito”.<sup>\*</sup> Escrevendo sobre os Estados Unidos em 1968, ele disse aos Josselson que tudo que não era o Vietnã dizia respeito aos afro-americanos (embora a palavra que usou para descrevê-los tenha sido nitidamente colonialista).<sup>48</sup>

Josselson, embora se houvesse demitido da CIA algum tempo antes da Assembléia Geral de 13 de maio (“Ele saiu sobretudo para proteger o Congresso, para que, se lhe perguntassem, pudesse dizer que já não estava na Agência”,<sup>49</sup> nas palavras de Diana), ficou irremediavelmente comprometido. Sua pensão era ridícula e, com certeza, não refletia a imensa contribuição que ele dera. Em 1965, ele foi “empregado” pela Fundação Farfield como seu diretor internacional, por um período de dois anos, com um salário de 21 mil dólares, pago em doze parcelas. Àquela altura, pelo menos em princípio, a CIA já não tinha nenhuma obrigação financeira para com ele. Mas Frank Platt e John Thompson, cômicos de que Josselson fora deixado ao deus-dará, arranjaram-lhe uma aposentadoria por rescisão do contrato de trabalho no valor de 30 mil dólares anuais, pagáveis pela reserva de capital da Farfield. De acordo com Thompson, essa reserva correspondia a um milhão de dólares. Impossibilitado, por alguma razão, de devolver a verba a seus doadores, Thompson sugeriu que ela fosse liberada de imediato.<sup>50</sup> A indenização de Josselson, que não foi lá

---

<sup>\*</sup>No original, *Good Ship Lollipop*, expressão alusiva à canção “On the Good Ship Lollipop”, de Richard A. Whiting e Sidney Clare, que se tornou a marca registrada de Shirley Temple e foi cantada por ela pela primeira vez no filme *Olhos encantados*, de 1934. O “barco” da canção, ao contrário da crença popular, é um avião, não um navio, e conduz à terra dos doces. A música tornou-se uma referência popular na cultura norte-americana. (N. da T.)

grande coisa, correspondeu a uma fração da “verba de rescisão” da Fundação Farfield. Não há registro de como se desembolsou o resto.

Antes mesmo que saíssem as denúncias da revista *Ramparts*, o senador Mike Mansfield havia exigido uma ampla investigação do Congresso Nacional sobre todos os financiamentos clandestinos da CIA. Em vez disso, o presidente Johnson optou por uma comissão especial de três homens, formada pelo subsecretário de Estado, Nicholas Katzenbach, pelo ministro da Saúde, Educação e Bem-estar, John Gardner, e por Richard Helms, diretor da CIA. O relatório final da Comissão Katzenbach, expedido em 29 de março de 1967, concluiu que “Deve ser política do governo dos Estados Unidos que nenhum órgão federal forneça qualquer tipo de ajuda ou apoio financeiro secreto, direta ou indiretamente, a nenhuma das organizações voluntárias educacionais ou privadas do país”.<sup>51</sup> O relatório estipulou a data de 31 de dezembro de 1967 como prazo para o encerramento de todos esses financiamentos secretos da Agência. Isso foi para dar à CIA a oportunidade de fazer “diversas doações conclusivas substanciais” — técnica conhecida como “surto de financiamentos” — a muitas de suas operações (no caso da Rádio Europa Livre, o valor foi suficiente para custeá-la durante dois anos inteiros de funcionamento).

O relatório da Comissão Katzenbach foi amplamente citado como o instrumento pelo qual o governo proibiu a CIA, no futuro, de exercer esse tipo de atividade. Mas a CIA teve uma interpretação muito diferente do que podia fazer na era pós-Katzenbach. De acordo com um Relatório da Comissão Especial sobre Atividades do Serviço de Informações do Governo, datado de 1976, Desmond FitzGerald, subdiretor de Planejamento da CIA, fez circular a seguinte instrução a todos os escritórios de operações, depois da publicação do relatório: “a. As relações secretas com organizações comerciais dos Estados Unidos não estão, repito, não estão proibidas. b. É permitido o financiamento secreto, no exterior, de organizações internacionais sediadas no estrangeiro.”<sup>52</sup>

Em outras palavras, no campo das operações secretas internacionais, não houve nenhuma mudança. Assim, quando a CIA decidiu continuar a financiar a agência de notícias Forum World Features (um subproduto do Congresso pela Liberdade Cultural) depois de 1967, pôde fazê-lo sem nenhum empecilho. É que, embora Johnson houvesse adotado o Relatório Katzenbach como a política oficial do governo, o documento não foi expedido como uma ordem



do poder executivo nem transformado em lei. Não tinha um status legal sólido. Lendo as entrelinhas (e observando que não havia nenhuma linha final), um editorial da revista *The Nation* julgou o relatório “hipocritamente oportunista”, uma “esquiva por definição”, e concluiu: “O sonoro lema do Sr. Johnson, A Grande Sociedade, começa a soar como um dos enunciados mais cínicos dos monarcas da casa real dos Bourbon.”<sup>53</sup>

Dez anos depois, um inquérito governamental criticou o fato de que “Muitas restrições criadas pela CIA, em resposta aos acontecimentos de 1967, parecem ser medidas de segurança destinadas a impedir outras revelações públicas passíveis de pôr em risco as operações sensíveis da CIA. Não representaram uma reelaboração significativa de onde se devem traçar os limites numa sociedade livre”.<sup>54</sup>

## Um mau negócio

Neste mundo vil, tudo é verdadeiro ou falso, conforme a cor do vidro pelo qual o vejas.

— Calderon de la Barca

Durante todo o restante de 1967 e boa parte de 1968, Josselson viu-se em estado de esgotamento físico e psíquico, sendo cotidianamente lembrado da confusão e amargura que seus atos haviam acarretado. “É inconcebível, para mim, que alguém que confiava na liberdade, na sociedade livre e na correspondência moral entre os meios e os fins possa ter julgado apropriado aceitar verbas de um órgão de espionagem internacional”, escreveu Jayaprakash Narayan, presidente do Congresso pela Liberdade Cultural na Índia. “Não foi suficiente avaliar que o Congresso sempre havia funcionado com independência (...). A Agência só fazia o que devia considerar útil para ela.”<sup>1</sup> Ao escrever para anunciar que estava deixando o escritório indiano, K. K. Sinha afirmou: “Tivesse eu alguma idéia (...) de que havia uma bomba-relógio escondida na sede de Paris, nunca teria encostado no Congresso.”<sup>2</sup> Para alguns, houve explosivos de verdade com que lidar: no Japão, a casa de um militante do Congresso foi bombardeada e ele teve que recorrer à proteção policial. Em Uganda, Rajat Neogy, editor da *Transition*, mal deduziu que o prejuízo para sua revista seria “incalculável”, foi detido e posto na prisão.

“Houve vítimas reais”, disse Diana Josselson, “e Michael sentia angústia e remorso e, às vezes, questionava sua decisão de ter levado as coisas adian-

te. Hesitamos com respeito à idéia jesuítica de que os fins justificam os meios, mas, no final, concordamos em que tinha sido a coisa certa a fazer. Mas o prejuízo real para a reputação das pessoas o angustiava terrivelmente.”<sup>3</sup> “Houve pessoas na Índia, no Líbano, na Ásia, na África — homens e mulheres que apostaram sua sorte no Congresso, baseados em imagens que eu, Mike e outros fornecíamos — que depois se viram apanhadas no furacão”, disse John Hunt. “E sei que muitas delas sofreram profundamente, e não há moralização nem discussão de alta estratégia que faça esse fato desaparecer. Elas puseram em risco sua honra e sua vida, e disso eu não esqueci. Não se pode superar um dilema moral com expressões do tipo ‘razão de Estado’ ou ‘o ardid da história’, ou seja lá o que for. Mas eu faria tudo de novo, se tivesse a oportunidade. A gente pode ter arrependimentos e, mesmo assim, dizer que tudo valeu a pena.”<sup>4</sup>

Na Europa e nos Estados Unidos, longe do que K. K. Sinha chamou de “o clamor da ameaça crescente”, as reações variaram. Michael Polanyi considerou “desprezível” o estardalhaço em torno das revelações sobre a CIA e disse: “Eu teria servido à CIA (se soubesse de sua existência) com prazer, nos anos posteriores à guerra.”<sup>5</sup> Koestler o descreveu como uma mera “tempestade em copo d’água”, que logo amainaria. Yehudi Menuhin fez uma idéia “muito melhor” da CIA por ela se associar a “gente como nós”.<sup>6</sup> George Kennan, como seria previsível, proferiu uma defesa sonora, dizendo: “A comoção em torno do dinheiro da CIA foi totalmente injustificada, e causou muito mais angústia do que deveriam ter permitido que causasse. Nunca senti a consciência minimamente pesada por isso. Este país não tem um Ministério da Cultura, e a CIA foi obrigada a fazer o possível para tentar preencher essa lacuna. Deveria ser elogiada por tê-lo feito, e não criticada.”<sup>7</sup>

A idéia de que o envolvimento da CIA na vida cultural do Ocidente podia ser racionalizada como um mal necessário da democracia encontrou um número cada vez menor de defensores. Escrevendo sobre um “sentimento mais profundo de desilusão moral”, Andrew Kopkind argumentou que “A distância entre a retórica da sociedade livre e a realidade do controle era maior do que qualquer um podia suportar (...). Todos os que foram para o exterior para uma organização norte-americana foram testemunhas, deste ou daquele modo, da teoria de que o mundo estava dilacerado entre o comunismo e a democracia, e qualquer coisa situada entre uma e a outra era traição. A

ilusão da dissidência foi mantida: a CIA apoiou combatentes socialistas da Guerra Fria, combatentes fascistas da Guerra Fria, combatentes negros e brancos da Guerra Fria. A universalidade e a flexibilidade das operações da CIA foram grandes vantagens. Mas era um falso pluralismo, e foi profundamente corruptor”.<sup>8</sup> Essa postura, muito repetida, era atraente por sua simplicidade moral. Porém era simples demais. A verdadeira questão não era que a possibilidade de dissidência tivesse sido irremediavelmente prejudicada (os argumentos do próprio Kopkind atestaram isso), ou que os intelectuais tivessem sido coagidos ou corrompidos (embora isso também possa haver ocorrido), mas sim que houve uma interferência nos processos naturais da investigação intelectual. “O que mais nos irritou”, escreveu Jason Epstein, “foi que o governo parecia estar pilotando um trem da alegria clandestino, no qual os compartimentos da primeira classe nem sempre eram ocupados por passageiros de primeira classe: a CIA e a Fundação Ford, entre outras agências, haviam montado e financiado um aparelho de intelectuais escolhidos por sua postura correta na Guerra Fria, como alternativa ao que se poderia chamar de um mercado intelectual livre em que a ideologia, presumivelmente, tivesse menos importância do que o talento e as realizações individuais, e no qual as dúvidas sobre as ortodoxias estabelecidas fossem tidas como o começo de qualquer investigação (...) Finalmente ficou claro o mau negócio que os intelectuais tinham feito, ficou claro que nunca poderia ser do interesse da arte ou da literatura, de qualquer tipo de especulação séria, ou mesmo da própria humanidade, que eles servissem à vontade de qualquer nação.”<sup>9</sup>

“Você acha que eu teria entrado na folha de pagamento da *Encounter*, em 1956-7, se soubesse que havia dinheiro secreto do governo dos Estados Unidos por trás dela?”, perguntou iradamente Dwight Macdonald a Josselson, em março de 1967. “Se acha, você realmente perdeu o contato com a realidade. As pessoas hesitariam até em trabalhar para uma revista abertamente financiada pelo governo (...). Acho que fui tratado como um otário.”<sup>10</sup> Otários ou hipócritas? Embora houvesse entrado em atrito com os “Metternichs da diretoria”, quando eles cortaram seu artigo em 1958, Macdonald não tinha hesitado em perguntar a Josselson, em 1964, se ele poderia empregar seu filho, Nick, durante o verão. E isso numa época em que qualquer um que fosse alguém teria pelo menos ouvido boatos que ligavam o Congresso à CIA. E que dizer de Spender, que, no verão de 1967, prorrompeu em lágrimas

numa recepção em Evanston, Chicago, quando outros convidados reagiram de forma pouco generosa a seus protestos de inocência? “Lá estavam todos eles, como em tantas caricaturas de David Levine — Daniel Bell e sua mulher, Pearl Kazin Bell, Richard Ellmann, Hannah Arendt, Stephen Spender, Tony Tanner, Saul Bellow, Harold Rosenberg, a Sra. Polanyi”, recordou um dos convidados menos famosos. “Todos tinham estado envolvidos com o Congresso, de um modo ou de outro. Depois do espaguete, todos se empenharam raivosamente em chamar uns aos outros de ‘ingênuos’, por não terem sabido quem eram seus verdadeiros patrocinadores e não terem transmitido essa informação aos demais. ‘Nunca confiei no Irving’, disse Hannah Arendt. E disse a mesma coisa sobre Melvin Lasky. Daniel Bell defendeu ativamente seus dois amigos. A discussão foi ficando cada vez mais furiosa. Spender começou a chorar: tinha sido usado, enganado, não sabia de nada, nunca soubera. Ouvi alguns convidados dizerem que Stephen estava sendo ‘ingênuo’. Outros pareceram achar que ele era apenas ‘*faux naïf*’.”<sup>11,\*</sup>

“Stephen ficou muito transtornado”, disse Stuart Hampshire. “As pessoas foram muito mesquinhas com ele, dizendo que ele devia saber. Não acho que soubesse. Talvez não tivesse feito muito esforço para descobrir, mas realmente não sabia nada do governo nem do serviço de informações.”<sup>12</sup> Lawrence de Neufville, no entanto, lembrou as coisas de outra maneira: “Conheço pessoas que sabiam que ele sabia, mas não se pode culpá-lo por negar, porque tudo que fazíamos tinha que ser passível de um desmentido plausível, de modo que ele pudesse negar tudo com a maior plausibilidade. Josselson sabia que Stephen fora informado, e me contou isso.”<sup>13</sup> “Minha postura, ao ouvir falar de Spender e sua suscetibilidade ferida, depois que a coisa toda veio à tona — e talvez isso tenha um toque do meu sentimento de culpa —, foi que ele *tinha* que ter sabido”, declarou Tom Braden. “E acho que sabia mesmo.”<sup>14</sup> Natasha Spender, que sempre defendeu a inocência do marido, concluiu, em tom pesaroso, que ele fizera o papel do príncipe Mishkin em *O idiota*.\*\*

Otários ou hipócritas? Quando mostraram a Tom Braden a famosa “Declaração sobre a CIA”, da *Partisan Review*, escrita por William Phillips e

\*Um “falso ingênuo”, em francês no original. (N. da T.)

\*\*De Dostoiévski. (N. da T.)

publicada no verão de 1967, ele soltou uma gargalhada. “Gostaríamos de tornar pública a nossa oposição ao subsídio secreto, por parte da CIA, de publicações e organizações literárias e intelectuais, bem como nossa convicção de que a subvenção regular pela CIA só pode desacreditar, intelectual e moralmente, tais publicações e organizações”, dizia a declaração. “Não confiamos nas revistas supostamente subsidiadas pela CIA e não cremos que elas tenham respondido apropriadamente às questões levantadas.”<sup>15</sup> Olhando para a lista de signatários — dezessete ao todo, entre eles Hannah Arendt, Paul Goodman, Stuart Hampshire, Dwight Macdonald, William Phillips, Richard Poirier, Philip Rahv, William Styron e Angus Wilson —, Braden simplesmente disse: “É claro que eles sabiam.”<sup>16</sup> Talvez James Farrell tivesse tido razão ao dizer que “aquele pessoal da *Partisan Review* tem tanto medo da claridade quanto o diabo da água benta”.<sup>17</sup>

De Genebra, no Plateau du Champel — uma praça residencial cujo silêncio era quebrado uma vez por semana pela chegada da feira livre —, Josselson só podia assistir, angustiado, enquanto o Congresso, já então redominado de Associação Internacional pela Liberdade Cultural, seguia em frente sob o comando de seu novo diretor, Shepard Stone. Durante o primeiro ano, John Hunt foi mantido no cargo, a convite de Stone, para “ajudar com o orçamento”. A princípio, Josselson ligava todos os dias para seu ex-segundo-tenente. “Ele dizia ‘vamos fazer isto’, ou ‘vamos fazer aquilo’”, lembrou Hunt. “E eu replicava: ‘Escute, Mike, agora o responsável é o Shep.’ Era muito triste. O Mike continuava a agir como se nada houvesse mudado realmente.”<sup>18</sup> “Josselson era um personagem bastante trágico”, disse Spender. “Acho que ele estava na situação de um embaixador que passa tempo demais num país e, em vez de representar as pessoas que o mandaram para lá, começa a representar as pessoas para quem foi mandado, o que é a razão pela qual nunca se deixa os embaixadores permanecerem tempo demais nos países, porque eles tendem a sofrer essa mudança. E creio que esse tipo de mudança havia acontecido com Josselson. Se você considerar a coisa toda como uma espécie de operação, Josselson era o padrinho que realmente gostava de todos nós, e era também um homem extremamente culto, que dava enorme importância à literatura, à música e assim por diante, mas era igualmente uma pessoa intimidante e dominadora, que levava assustadoramente a sério as suas responsabilida-

des e não mostrava a menor frivolidade quanto a isso. Ele ficou arrasado mesmo, acho eu, quando toda a coisa foi trazida a público.”<sup>19</sup>

Shepard Stone, o executivo da Fundação Ford que fora corretor de milhões de dólares de doações filantrópicas para o Congresso, tinha sido o candidato de Josselson a seu sucessor, mas, segundo Diana, “Michael logo percebeu que tinha sido um erro. O Michael foi mantido como consultor e, uma vez que o Congresso era a sua vida, escrevia muitos memorandos, mas eles não eram respondidos. Era difícil para o Shep, porque ele não queria ser o garoto de recados do Michael, seu testa-de-ferro. Mas a coisa não foi feita com muita elegância. Michael discordou de coisas que ele fez, como dispensar as associações nacionais e regionais que não eram do seu interesse — em outras palavras, a Índia, a Austrália, qualquer coisa que não fosse européia. Shep não tinha o menor jeito para aquilo — não estivera lá, de modo que essas pessoas foram simplesmente excluídas. Ele revelou uma profunda falta de compreensão dos intelectuais. Ano após ano, quando se faziam exposições à Fundação Ford para solicitar verbas, Shep pedia ao Michael para fazê-las, porque ele mesmo não era capaz.”<sup>20</sup>

Já então inteiramente financiado pela Fundação Ford, o Congresso parecia haver alcançado a independência que escapara a Josselson. No entanto, de acordo com John Hunt, houve nos bastidores uma disputa ferrenha entre os serviços secretos britânico, francês e norte-americano, para garantir a liderança da organização naquele verão de 1967. “O medo era sempre que uma das organizações em que houvera um envolvimento norte-americano no começo fosse controlada por um serviço secreto amigo”, explicou ele. “A idéia era que os norte-americanos, inexperientes, obtusos e tranquilos, continuariam a entrar com o dinheiro, enquanto nós [europeus] entraríamos com os cérebros, e assim teríamos uma organização bem-arrumada, perfeita, e nós a dirigiríamos.”<sup>21</sup> No fim, cada um ficou com uma fatia. Os norte-americanos fizeram seu candidato entrar como presidente e principal executivo (toda a carreira de Stone, desde o Alto Comissariado na Alemanha até a Fundação Ford, e nesse momento, o Congresso, fora repleta de vínculos com o serviço de informações. Em suas memórias, Markus Wolf, o chefe da espionagem da Alemanha Oriental, alegou que Stone era agente de informações da CIA); os franceses introduziram seu homem, Pierre Emmanuel — cujas ligações com o *Deuxième Bureau* eram objeto de boatos desde longa data — como diretor; e os britânicos, um pouco depois, colocaram seu agente como co-diretor.

Tratava-se de Adam Watson, oficial de ligação entre o Serviço Secreto de Informações [SIS, ou MI6] e a CIA, em Washington, no começo da década de 1950 — o especialista em guerra psicológica que havia coordenado o relacionamento secreto do Departamento de Pesquisa de Informações com o Congresso pela Liberdade Cultural. Tudo havia mudado, mas nada mudou de fato.

Nada, a não ser as rivalidades e tensões que Josselson podia gabar-se, justificadamente, de haver refreado durante muitos e muitos anos. A picuinha e as suscetibilidades inerentes a todos os conclaves intelectuais passaram a dominar uma organização que havia perdido o ímpeto e o senso de missão que a haviam tornado tão proeminente no auge da Guerra Fria. De Genebra, Josselson nada podia fazer para impedir que o Congresso reconstituído rumasse para a vacuidade. Vez por outra, Nabokov escrevia, mandando notícias e descartando seus novos chefes como “Les compères”.<sup>\*</sup> Igualmente depreciativo era Edward Shils, que rompeu com a organização em 1970. Ela estava, em suas palavras, totalmente desacreditada, não passando de um festival de conversa fiada para intelectuais cheios de si e superalimentados.<sup>22</sup> Noutra carta a Josselson, ele escreveu dizendo não ter notícias do Congresso, embora houvesse recebido um convite para conhecer alguns “gói ilustres”, ao que sua resposta fora uma recusa categórica.<sup>23</sup> Shils compartilhava com Sidney Hook a impressão de que Stone era um “idiota trapalhão”, (...) “um tolo que usufrui de um cargo e de privilégios completamente imerecidos”.<sup>24</sup> A única coisa que Stone entendia de assuntos mundiais, disse Shils, era cuidar das despesas de representação. Mas a pergunta que mais perturbava Shils e que, em suas palavras, ele nunca saberia responder, era como os comunistas, com todos os seus malfeitos, haviam conseguido inspirar — e manter — a superioridade moral.<sup>25</sup>

Com a antiga *nomenklatura* já desinteressada de suas atividades, e havendo perdido o interesse dos que a apoiavam, a Associação Internacional pela Liberdade Cultural finalmente aprovou sua própria dissolução em janeiro de 1979.

Em 1959, George Kennan escrevera a Nabokov, dizendo não conseguir pensar em “nenhum outro grupo de pessoas que tenha contribuído mais para manter nosso mundo unido, nestes últimos anos, do que você e seus colegas.

---

\*“Os compadres”. (N. da T.)



Neste país, em especial, poucos serão capazes de um dia compreender as dimensões e a importância de suas realizações”.<sup>26</sup> Durante décadas, Kennan ficou convencido de que os artigos de fé com base nos quais havia ajudado a conceber a *Pax Americana* eram os certos. Em 1993, entretanto, renunciou ao credo monista no qual essa convicção se havia apoiado, dizendo: “Devo deixar claro que rejeito, completa e enfaticamente, toda e qualquer concepção messiânica do papel dos Estados Unidos no mundo, ou seja, rejeito a imagem de nós mesmos como mestres e redentores do resto da humanidade, rejeito as ilusões de uma virtude ímpar e superior de nossa parte e o palavrório referente ao Destino Manifesto ou ao ‘Século Norte-Americano’.”<sup>27</sup>

Sobre essa proposição — a de que era destino dos Estados Unidos assumir a responsabilidade pelo século, em lugar de uma Europa desgastada e desacreditada — é que se haviam erigido os mitos centrais da Guerra Fria. E, no fim das contas, tratava-se de um constructo falso. “A Guerra Fria é uma luta delirante entre interesses reais”, escreveu Harold Rosenberg em 1962. “A piada da Guerra Fria é que cada um dos rivais tem consciência de que a idéia do outro seria irresistível, se fosse realmente posta em prática (...). O Ocidente deseja a liberdade, desde que essa liberdade seja compatível com a propriedade privada e o lucro; os soviéticos desejam o socialismo, desde que ele seja compatível com a ditadura da burocracia comunista (...). [Na verdade,] as revoluções do século XX são pela liberdade e pelo socialismo (...) é essencial uma política realista, uma política que se livre de uma vez por todas da fraude da liberdade *versus* o socialismo.”<sup>28</sup> Com essas palavras, Rosenberg criticou duramente o dualismo maniqueísta em função do qual os dois lados se haviam aprisionado num *pas de deux* convulsivo, apanhados no “despotismo das fórmulas”.

Milan Kundera certa vez atacou “o homem de convicção” e perguntou: “Que é convicção? É uma idéia (...) congelada (...). É por isso que o romancista deve dessistematizar sistematicamente seu pensamento, chutar a barricada que ele mesmo ergueu em torno de suas idéias.” Só assim, disse o escritor, emergiria “a sabedoria da incerteza”. O legado das revelações de 1967 foi uma espécie de incerteza, mas que ficou aquém da “sabedoria” de Kundera. Foi uma incerteza cultivada para obscurecer o que havia acontecido, ou para minimizar seu impacto. Desgostoso com o que via como a incapacidade de assumir responsabilidades, nos intelectuais que se haviam “acumpliado” com

as “manipulações culturais” da CIA, o romancista Richard Elman identificou uma “falsa atitude *blasé* [que] faz tudo parecer igual, ou, segundo se espera, uma espécie de *comme il faut* próprio da venalidade e da corrupção, que percebe o mundo como sendo, essencialmente, um paradigma do tédio (...). Nada merece propriamente o discernimento e ninguém pode ser verdadeiramente íntegro”.<sup>29</sup> O *roman à clef* de Renata Adler, *Speedboat*, captou a obscuridade moral: “As pessoas inteligentes, flagradas no que quer que fosse, negavam-no. Confrontadas com a prova de que seu desmentido fora falso, diziam que o tinham feito e que não haviam mentido sobre isso, e que não se lembravam, mas que, se o tinham feito ou mentido, é que o teriam feito e dito falsamente em nome de um interesse tão mais alto que modificava por completo a natureza do fazer e do mentir.”<sup>30</sup>

Primo Levi, em *Os afogados e os sobreviventes*,\* ofereceu uma visão semelhante, embora mais sofisticada em termos psicológicos: “Há (...) os que mentem conscientemente, falseando com frieza a própria realidade, porém mais numerosos são os que levantam ferro, zarpam para longe das lembranças genuínas, momentaneamente ou para sempre, e fabricam para si uma realidade conveniente (...). A transição silenciosa da falsificação para o engodo dissimulado é útil: quem mente com boa-fé se sai melhor, recita melhor o seu texto e é mais fácil de acreditar.”<sup>31</sup>

Se os que participaram da Guerra Fria cultural realmente acreditavam no que faziam, não se pode dizer que estivessem conscientemente enganando ninguém. Mesmo que fosse tudo uma ficção, uma realidade fabricada, nem por isso era menos verdadeiro. Certa vez, alguém disse que, se um cachorro urina na Notre-Dame, isso não significa que haja algo errado com a catedral. Mas há um outro provérbio, que Nicolas Nabokov gostava de citar: “Quem entra na chuva é para se molhar.” O processo democrático que os combatentes culturais ocidentais da Guerra Fria se precipitaram a legitimar foi minado por sua própria falta de franqueza. A “liberdade” que ele fornecia estava comprometida, “aprisionada”, no sentido de que se ancorava no imperativo contraditório da “mentira necessária”. O contexto da Guerra Fria, tal como desenhado pelos intelectuais mais militantes do Congresso pela

---

\*Primo Levi, *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*, trad. Luiz Sergio Henriques, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (N. da T.)

Liberdade Cultural, era do tipo em que se funcionava sob o signo da completa fidelidade a um ideal. Os fins justificavam os meios, mesmo que incluíssem mentir (diretamente ou por omissão) para os próprios companheiros; a ética estava submetida à política. Eles confundiram seu papel, perseguindo seus objetivos mediante a ação sobre o estado de espírito das pessoas, optando por fazer as coisas penderem de forma parcial para um lado, e não para outro, na esperança de atingir um resultado específico. Isso deveria ter sido tarefa dos políticos. A tarefa do intelectual deveria ter sido denunciar a economia do político com a verdade, sua distribuição parcimoniosa dos fatos reais, sua defesa do *status quo*.

Ao adotarem uma idéia absolutista da liberdade, eles acabaram oferecendo uma outra ideologia, um “libertismo” ou narcisismo da liberdade que elevou a doutrina acima da tolerância às visões heréticas. “E é claro que ‘Verdadeira Liberdade’ é, de fato, uma denominação melhor do que liberdade pura e simples”, diz Anthony em *Sem olhos em Gaza*.\* “Verdade — eis uma das palavras mágicas. Combine-a com a magia de ‘liberdade’ e o efeito é fantástico (...). Gente curiosa não fala em verdade verdadeira. Acho que soa muito esquisito. Verdade verdadeira; verdade verdadeira... Não, é óbvio que não serve. É como beribéri ou Wagga Wagga.”<sup>32</sup>

---

\*Referência ao personagem Anthony Beavis, em Aldous Huxley, *Sem olhos em Gaza*, trad. V. de Miranda Reis, São Paulo: Globo, 2ª ed. rev., 2001. (N. da T.)

## Epílogo

A mente de algumas pessoas congela.

— David Bruce

Depois do desastroso verão de 1967, Nicolas Nabokov recebeu da Fundação Farfield uma generosa indenização financeira de 34.500 dólares e se mudou para Nova York, a fim de lecionar sobre “As artes em seu meio social” na Universidade Municipal de Nova York, mediante uma bolsa de estudos avançados obtida com a ajuda de Arthur Schlesinger. Nabokov e Stephen Spender trocaram mexericos sobre seus antigos *confrères* e brincaram com a idéia de escrever “uma história engraçada, no estilo de Gogol, a respeito de um homem que, fizesse o que fizesse e fosse quem fosse o seu patrão, sempre descobria que era pago pela CIA”.<sup>1</sup> Isaiah Berlin aconselhou Nabokov a deixar o assunto de lado. “Deixe para lá”, disse. Berlin também o desaconselhou a publicar suas memórias do Congresso, quando, em 1976, meio a sério, meio em tom de ameaça, o compositor pensou em escrever um livro chamado “Les riches heures du CIA” [“As ricas horas da CIA”]. “Se você [está falando] sério a esse respeito, deixe-me aconselhá-lo solenemente a não o fazer”, admoestou Berlin. “A memória não é infalível; o assunto, para dizer o mínimo, é sensível (...). Duvido que você possa querer ser o centro de brigas intermináveis pelo resto da vida (...). Por isso, permita-me aconselhá-lo vigorosamente a deixar esse campo minado para lá.”<sup>2</sup>

Essa relutância em examinar o passado foi compartilhada por muitos. Spender, cuja amizade com Nabokov tinha sobrevivido à rusga de 1972, registrou em seus diários que, em março de 1976, compareceu a uma cerimô-

nia no consulado francês em Nova York, na qual Nabokov foi agraciado com a Légion d'Honneur: "Clima de comédia quando o cônsul fez seu discurso, discorrendo sobre a vida inteira [de Nabokov] e traçando, o tempo todo, uma distinção entre o que chamou de 'criação' e 'carreira'. Embora os festivais organizados por ele estivessem catalogados, o Congresso pela Liberdade Cultural foi habilmente contornado. A falsidade da retórica francesa nessas ocasiões é tão transparente, que adquire uma espécie de sinceridade."<sup>3</sup>

Nos anos que lhe restaram de vida, Nabokov continuou a lecionar e compor. Seu último grande projeto foi a orquestração do *Don Quixote* de Balanchine, apresentado pelo *New York City Ballet*. Em sua crítica ao espetáculo na revista *The New Yorker*, Andrew Porter escreveu: "Infelizmente, não há nada que se possa fazer sobre a lamentável partitura de Nicolas Nabokov, que tem um efeito entorpecedor sobre a noite. Tem pouco fôlego, é repetitiva e é débil em suas pequenas tentativas de ganhar vivacidade, mediante o recurso a um solo de trompa ou um bater do gongo."<sup>4</sup> O lema de Nabokov, no dizer de um amigo, poderia ser "Coopere e progrida". Talvez ele houvesse herdado esse traço de seu pai. Um jovem agente do serviço secreto, na Berlim do pós-guerra, encontrou certa vez o pai de Nabokov, então nonagenário, numa recepção. "O velho, como todos os Nabokov, tinha sido um liberal na Rússia imperial. Observei-o aproximar-se de algumas altas autoridades soviéticas e dizer: 'Sabem, sempre estive ao lado do povo!'; e, em seguida, arrastar os pés até [seu anfitrião], do outro lado da sala, com o mesmo sorriso insinuante, e dizer: 'Conheci muito bem seu avô, Sua Alteza Imperial, o grão-duque Alexander Mikhailovitch!' Perguntei a mim mesmo como uma pessoa de noventa anos podia sentir necessidade de tamanha hipocrisia!"<sup>5</sup>

Nabokov morreu em 1978. Seu funeral, de acordo com John Hunt, "foi uma cena e tanto. Todas as cinco esposas estavam presentes. Patricia Blake usava muletas, depois de um acidente de esqui, e ficava repetindo: 'Sinto-me como se ainda estivesse casada com ele.' Marie-Claire ocupou todo o primeiro banco, como se *ela* ainda fosse casada com Nabokov. Dominique, que era mulher dele por ocasião do falecimento, disse que a fizeram sentir-se como se não existisse; foi a única que manteve a discrição. Uma outra debruçou-se sobre o caixão e tentou beijá-lo na boca".<sup>6</sup> Foi uma saída adequada para um homem que vivera de gestos extravagantes.

John Hunt deixou a Associação Internacional pela Liberdade Cultural no fim de 1968, conforme o planejado. Numa cerimônia secreta numa casa flutuante no Sena, recebeu uma medalha da CIA pelos serviços prestados. Depois disso, apareceu no Instituto Salk, na Califórnia, como seu vice-presidente executivo. Adotou em relação ao Vietnã uma postura de “dane-se, Ho Chi Minh”, e assistiu com amargura enquanto a América, tal como ele a conhecia, começou a cair aos pedaços. Disse a Josselson que se sentia um alienígena em seu próprio país.<sup>7</sup> Depois de brincar com a idéia de trabalhar com Robie Macauley na *Playboy*, tornou-se vice-presidente executivo da Universidade da Pensilvânia. Em 1976, escreveu uma peça sobre Alger Hiss, levada ao palco no Kennedy Center. Mais tarde, aposentou-se no sul da França.

Irving Kristol fundou a revista *The Public Interest* com Daniel Bell e, em 1969, tornou-se titular da cátedra Henry R. Luce de Valores Urbanos, na Universidade de Nova York. A essa altura, já havia começado a se denominar de “neoconservador”, o que definia como “um liberal que foi agredido pela realidade”. Ligou-se ao *American Enterprise Institute* e ao *Wall Street Journal*, fez palestras para grupos empresariais, cobrando honorários altíssimos, e foi apelidado de “santo padroeiro da nova direita”. Seus escritos mostraram cada vez mais o quanto o jovem radical envelhecera como um reacionário rabugento, dissonante do mundo que o cercava — um mundo de permissividade sexual, multiculturalismo, mães custeadas pela previdência social e estudantes rebelados. Tinha-se transformado, como Lasky e tantos outros, no “Homem do Século XX” de Arthur Koestler, um “neurótico político [que] carrega dentro da cabeça sua Cortina de Ferro particular”.<sup>8</sup> Em 1981, escreveu uma “Carta ao Pentágono”, na qual deplorou o fato de os soldados norte-americanos não ficarem corretamente em posição de sentido durante a execução do hino nacional. Conclamou ao restabelecimento de “desfiles militares adequados”, porque “Não há nada como uma parada para despertar no populacho o respeito pelos militares”.<sup>9</sup> Relembrando a intervenção da CIA na política cultural, comentou que, “À parte o fato de a CIA, como agência secreta, parecer que tem um pessoal composto, numa medida extraordinária, por falatrões incorrigíveis, tenho tão pouca razão para desprezá-la quanto, digamos, aos Correios”.<sup>10</sup> A propósito da *Encounter*, concluiu: “Acho interessante que a única revista britânica digna de ser lida na época tenha sido financiada pela CIA, e os britânicos deveriam ser muito gratos por isso.”<sup>11</sup>

Melvin Lasky continuou como editor da *Encounter* até ela fechar, em 1990. A essa altura, poucos se dispunham a recomendar adequadamente a revista. Em seus últimos anos, “a *Encounter* muitas vezes pareceu uma espécie de caricatura do que ela mesma fora, havendo passado a se entregar rotineiramente a fomentar a Guerra Fria, com inúmeras advertências horripilantes sobre os perigos do desarmamento nuclear”.<sup>12</sup> O editor tóri do *Times Literary Supplement*, Ferdinand Mount, escreveu um discurso de despedida sobre as realizações da *Encounter*, e aclamou Melvin Lasky como um “profeta singularmente sem honrarias em sua pátria adotiva”.<sup>13</sup> Mas esse tributo isolado não provocou muitas mudanças de idéia nos que achavam que talvez Lasky devesse ter ficado em casa.

Após a retirada das verbas da CIA, a *Encounter* cambaleou de uma crise financeira para outra e, nos últimos anos, Lasky passou boa parte do tempo procurando patrocinadores. Em 1976, Frank Platt (que permaneceu na CIA) escreveu a Josselson sobre uma “imagem maravilhosa de (...) Mel falando com o presidente do império de cervejas Coors, um direitista violento (que faz o velho Hunt parecer Gus Hall), em Denver, algum tempo atrás. O homem queria assumir o controle da revista, apropriar-se dela. Usou um coldre pendurado no ombro e um Colt 45 durante toda a reunião! Não, obrigado, mestre Coors”.<sup>14</sup> Enquanto Lasky “saía em campo à procura de grana”, Platt deu uma ajudinha, pedindo dinheiro à Fundação William Whitney. Tempos depois, quando confrontado com a questão do apoio da CIA à *Encounter*, Lasky disparou: “Bem, e quem é que ia dar o dinheiro? A velhinha de tênis de Deduke, no Iowa? Ela daria um milhão de dólares? Bom, ora essa, vã esperança! De onde viria o dinheiro?”<sup>15</sup>

Todos os co-editores ingleses que trabalharam com Lasky haviam pedido demissão (Spender, Kermode, Nigel Denis, D. J. Enright), com exceção do último, Anthony Hartley. Lasky fez o melhor que pôde para manter unido o que restava do velho bando, organizando “Um Último Encontro” em Berlim, em 1992 — uma comemoração do fim da Guerra Fria, presidida por Lasky, “com a barba suficientemente pontuda para esfaquear qualquer simpatizante comunista”.<sup>16</sup> Ali se reuniram os veteranos do *Kulturkampf* — Irving Kristol e sua mulher, a historiadora conservadora Gertrude Himmelfarb, Edward Shils, François Bondy, Robert Conquest, Leo Labeledz, Peter Coleman, homens e mulheres da Rádio Liberdade e da Rádio Europa Livre, alguns com o cor-

po já frágil, mas com a chama ainda brilhando. Esse, disse Bernard Levin, era “o exército variegado que, sem disparar um tiro, lutou pela verdade contra as mentiras, pela realidade contra as miragens, pela firmeza contra a capitulação, pela civilização contra o barbarismo, pela palavra pacífica contra o golpe brutal, pela coragem que aplaude contra a covardia que se desculpa, e, dito da maneira mais simples, pela democracia contra a tirania. E tínhamos razão: inteira, completa, comprovada, alegre, paciente e verdadeira razão”.<sup>17</sup> As fileiras desse “exército da verdade” tinham sido diminuídas pela morte — Hook, Koestler, Aron, Malraux, Nabokov, Sperber. Mas também foram reduzidas por Lasky, que não convidou Margot Walmsley, a pessoa que havia trabalhado por mais tempo na equipe da *Encounter*, nem Diana Josselson nem os Spender. O nome de Michael Josselson não foi mencionado uma única vez.

O “exército variegado” de Levin não derramou lágrimas quando o sistema soviético finalmente implodiu. No entanto, o propagandista radiofônico George Urban falou em nome de todos eles, ao dizer que sentia “uma curiosa fisgada de perda. Um parceiro de brigas que, de certo modo, tinha-me prestado bons serviços, havia ficado pelo caminho. O inimigo previsível para além das montanhas, amiúde ouvido, mas raramente visto, tinha sido, paradoxalmente, uma fonte de tranqüilização. Ter um grande inimigo fora quase tão bom quanto ter um grande amigo, e — nos momentos de desentendimento dentro das próprias fileiras — até melhor. Amigo era amigo, mas um bom adversário era uma vocação. Ou será que, como me perguntei algumas vezes, minha longa preocupação com a ‘dialética’ tinha-me infectado tão completamente, que eu não conseguia imaginar uma vida que não fosse de antagonismo?”<sup>18</sup>

Pouco depois da queda do Muro de Berlim, George Urban foi procurado por um ex-oficial da KGB que dizia ter dirigido a escola de propaganda do Kremlin. “E você achou úteis os nossos textos da *Encounter*, como uma pista do que o ‘inimigo’ estava tramando?”, perguntou Urban. “Úteis, úteis — achei aquilo tão fascinante que, pouco a pouco, você e seus colegas me fizeram abandonar meu juramento e minha ideologia e me transformaram num dissidente”, foi a resposta. “Sabe, o programa da *Encounter* era sumamente persuasivo. Gerava dúvidas, depois, insubordinações ocasionais, e por fim, gerou a franca dissidência na cabeça de um chefe da espionagem!”<sup>19</sup> Urban relatou o incidente a Lasky, que ficou extasiado ao saber que o inimigo havia



estudado a *Encounter*. “Fiquei pasmo! Que elogio, saber que a KGB usava aquele negócio! Na época, achávamos que aquela ponta-de-lança ideológica concebida por nós, combatentes da Guerra Fria, estava acertando o alvo, e eis que tínhamos razão.”<sup>20</sup> “Gente como o Lasky pensava exatamente do mesmo modo que os russos. Para eles, era tudo um simples jogo estratégico”, concluiu Natasha Spender.<sup>21</sup>

Frank Platt permaneceu na Fundação Farfield, como diretor, até 1969 (quando suas doações anteriores a 1967 ainda continuavam a ser desembolsadas). Em setembro de 1976, Platt funcionou como “câmara de compensação” e “agente de ligação” do Comitê de Escritores Presos do PEN, em Londres. Dois meses depois, como disse a Josselson, “Kurt [Vonnegut], Jack Mac [Michael Scammell] e outros me perguntaram se eu consideraria supervisionar/assumir o trabalho dos Escritores Presos do PEN, mantendo contato com Scammell, em Londres, na *Index [on Censorship]*, que está assumindo o trabalho para o PEN Internacional. Seria mais como um coordenador. Eu disse que sim, é claro. Trabalho interessante. Viagens incluídas”.<sup>22</sup>

Ao mesmo tempo, Platt fornecia a Josselson boatos regulares sobre a CIA, à qual gostava de se referir como “a fábrica de chocolate”. Depois que o fato de Cord Meyer ter sido o chefe da divisão londrina veio a público, em 1975 (quando 34 deputados do Partido Trabalhista inglês exigiram sua expulsão), Platt escreveu, em tom de chacota: “Será que na Terra de Cegos o Homem de Um Olho Só previu a desgraça iminente, talvez? Quem sabe? A [Agência] está numa confusão dos diabos, é SÓ isso que eu sei. *Tant pis*.”<sup>23,\*</sup> Ao encontrar Meyer numa recepção em Georgetown, algum tempo depois, um jornalista assistiu, horrorizado, enquanto ele atormentava um idoso diplomata canadense a respeito da questão do separatismo no Canadá. “O diplomata, que tinha sérios problemas cardíacos, ficou visivelmente perturbado, mas Meyer continuou, sem finura, gosto nem piedade”, escreveu o jornalista, sem saber da estranha ressonância dessa cena, que se seguiu, mais de dez anos depois, àquela em que Josselson havia sofrido um infarto. Como disse outro observador, “a geração e a classe de Meyer, para usar a expressão de Cromwell, nunca consideravam a possibilidade, pelas entranhas de Cristo, de estarem erradas”.<sup>24,\*\*</sup>

\*“Tanto pior”, em francês no original. (N. da T.)

\*\*Num célebre apelo à assembléia geral da Igreja da Escócia, Oliver Cromwell (1599-1658) exortou-a a perceber o erro da aliança com a realeza, dizendo: “Eu vos imploro, pelas entranhas de Cristo, que considereis a possibilidade de estardes errados.” (N. da T.)

Em 23 de fevereiro de 1983, James Burnham recebeu a Medalha Presidencial da Liberdade, entregue por Ronald Reagan, cuja carreira na política tinha sido lançada sob a bandeira da Cruzada pela Liberdade. Dizia a declaração formal dos méritos: “Desde a década de 1930, o Sr. Burnham tem moldado o pensamento dos líderes mundiais. Suas observações mudaram a sociedade e seus escritos tornaram-se faróis orientadores na busca da verdade pela humanidade. A liberdade, a razão e a honradez tiveram poucos defensores maiores neste século do que James Burnham.”<sup>25</sup> Uma semana depois, Arthur Koestler suicidou-se, tomando uma superdose de barbitúricos e álcool em seu apartamento londrino. Com ele morreu sua terceira mulher, Cynthia Jeffries. Ele estava com 77 anos, ela era vinte anos mais moça. Em 1998, Koestler foi literalmente arrancado de seu pedestal, quando seu busto de bronze foi retirado da exposição pública na Universidade de Edimburgo, após as revelações do biógrafo David Cesarani de que ele fora um estuprador violento. “Enredado em conflitos antiquados, numa superprodução que não impressiona e na má conduta de uma vida inteira, o tempo [de Koestler] simplesmente já passou”, escreveu um crítico, depois de ler o livro de Cesarani.<sup>26</sup> Burnham morreu em 1987, mas seu espírito continuou vivo em William Buckley, de cuja *National Review* Burnham fora editor. Em 1990, Buckley declarou que “a prolongada oposição dos Estados Unidos ao comunismo é uma de nossas experiências verdadeiramente enobrecedoras”.<sup>27</sup>

Tom Braden continuou a desfrutar de uma carreira de sucesso, como colunista de uma agência de notícias e co-apresentador do programa de entrevistas da CNN chamado *Crossfire*. Em 1975, enquanto uma comissão governamental preparava o mais completo exame já feito até então das atividades do serviço secreto dos Estados Unidos, Braden redigiu um ataque vigoroso contra uma CIA dominada pelo poder, pela arrogância e pela obsessão com a mentira. “É uma lástima o que aconteceu com a CIA”, escreveu. “Ela poderia ter-se composto de algumas centenas de estudiosos para analisar informações, algumas centenas de espiões em posições-chave e algumas centenas de agentes prontos para executar raras tarefas de bravura. Em vez disso, tornou-se um monstro gargantuesco, que tem propriedades no mundo inteiro e dirige aviões, jornais, estações de rádio, bancos, exércitos e marinhas, oferecendo uma tentação a sucessivos secretários de Estado e dando a pelo menos um presidente [Nixon] uma idéia brilhante: já que existia a máqui-

na para a fraude, por que não usá-la?”<sup>28</sup> Braden concluiu defendendo a dissolução da CIA e a transferência de suas funções restantes (as poucas que ainda pudessem ser justificadas) para outros departamentos. “Eu transferiria os guerreiros e propagandistas psicológicos para a Voz da América. É provável que o lugar de guerreiros e propagandistas psicológicos nunca devesse ter sido uma agência secreta.”<sup>29</sup> Braden também escreveu *Eight is Enough*, um alegre seriado sobre uma família branca norte-americana, que foi adaptado para a televisão e, mais tarde, serviu de inspiração para a Família Sol, Lá, Si, Dó. Finalmente aposentado, mudou-se para Woodbridge, na Virgínia, para uma casa guardada por dois pastores alemães enormes, mas muito sentimentais.

Lawrence de Neufville deixou a CIA pouco depois da rebelião húngara de 1956. Teve uma multiplicidade de empregos, antes de se tornar corretor da bolsa de valores. Continuou a ser amigo fiel de Michael Josselson, a quem havia recrutado todos aqueles anos antes, em Berlim. Entrevistado para este livro em sua casa em West Hartford, em Connecticut, divertiu-se com a idéia de que seu disfarce seria finalmente revelado. “Acho que a rapaziada aqui da minha cidade terá uma surpresinha”,<sup>30</sup> brincou. Morreu antes de poder assistir à reação deles.

William Colby veio a orquestrar o Projeto Fênix, no Vietnã, que envolveu a tortura e o assassinato de mais de 20 mil vietcongues. Como diretor da CIA de 1973 a 1976, foi responsável pela demissão de James Jesus Angleton. Sob sua direção, a Agência cambaleou de um fiasco de relações públicas para outro. Depois da aposentadoria, ele continuou a colher os louros de sua carreira na espionagem, vendendo seus préstimos de consultor a dirigentes dos serviços de informações do Leste Europeu, após o colapso da União Soviética. Morreu em abril de 1996, ao cair de cabeça nas águas revoltas do rio Potomac.

Depois de se demitir da *Encounter*, Stephen Spender ligou-se à nova esquerda e redescobriu seu fervor revolucionário. Mary McCarthy topou com ele em junho de 1968, numa reunião da Sorbonne convocada por estudantes rebeldes. “Stephen Spender foi ótimo o tempo todo”, disse McCarthy a Hannah Arendt. “Estive com ele muitas vezes. Acho que está expiando os pecados da CIA.”<sup>31</sup> O divertido é que, para Spender, o problema moral girou em torno de sua casa na Provence — uma ruína que eles compraram e vêm remodelando devagar, com a renda enfadonhamente obtida com suas aulas nos Estados Unidos; nos primeiros dias, ele resolveu que não era ‘dono’ des-

sa casa e que, se a revolução a tomasse, tudo bem. Toda vez que conversava com um aluno particularmente *enragé* [enfurecido], dizia mentalmente a si mesmo: ‘Sim, sim, pode ficar com a minha casa!’ Distribuiu dinheiro a um grupo de norte-americanos que resistia ao alistamento militar, grupo este que ele encontrou em total isolamento numa das salas das Facultés, praticamente passando fome, segundo supôs.”<sup>32</sup> Em 1972, Spender fundou a revista *Index on Censorship*, com uma doação da Fundação Ford. Sagrou-se cavaleiro em 1983, como um venerando cidadão da república das letras. Em anos posteriores, reconheceu que as pessoas haviam passado anos a lhe falar das ligações da *Encounter* com a CIA, “Mas era como acontece quando as pessoas vêm lhe dizer que a sua mulher é infiel. Você mesmo pergunta a ela e, quando ela nega, dá-se por satisfeito”.<sup>33</sup> Spender nunca mais leu nem comprou um único exemplar da *Encounter*. Quando morreu, em 1995, como um dos últimos elos com a década de 1930, interrompeu-se aquela aurora rubescente que se transformaria na mais sombria das eras. Sua viúva, Natasha Spender, lembrou com amargura “todos aqueles anos desperdiçados, todas as discussões, todos os aborrecimentos” da associação de Stephen com o Congresso pela Liberdade Cultural. “Aquilo surtiu um efeito terrível nele”, afirmou. “Ele ficava muito cansado, muito deprimido com todas as brigas mesquinhas, e nunca parecia ter tempo para escrever poesia, que era o que mais queria fazer.”<sup>34</sup>

Michael Josselson morreu em janeiro de 1978. Apesar dos esforços exaustivos para conseguir emprego, foi rejeitado por praticamente todos os seus ex-colaboradores. Em 1972, teve uma bolsa recusada pelo Conselho Norte-Americano de Sociedades Eruditas. Shepard Stone escreveu ao senador William Benton, proprietário e responsável pela publicação da *Encyclopaedia Britannica*, recomendando Josselson, mas não surgiu nenhuma oferta de trabalho. Nem mesmo a Gimbel-Saks, sua antiga empresa, conseguiu arranjar-lhe nada. A *Time* informou que não tinha nenhum cargo para ele, apesar de suas “credenciais extraordinárias”. Em março de 1973, ele foi informado de que não fora aceito para uma bolsa da Fundação Guggenheim. E foi também rejeitado pelo Instituto Hoover de Estudos sobre Guerra, Revolução e Paz.

Oito anos antes de morrer, e com a colaboração de Diana, Josselson sentou-se para escrever uma biografia do general Barclay de Tolly, que fora substituído pelo marechal-de-campo Kutuzov no comando dos exércitos russos que combateram Napoleão em 1812. Um descendente direto do general, o

major Nicholas de Tolly, havia servido com o governo militar dos Estados Unidos em Berlim. Talvez Josselson o houvesse conhecido e se tivesse impressionado com a história de um grande comandante estoniano, injustamente humilhado, sobre quem Pushkin escreveu:

*Em vão! Colheu teu rival o triunfo cedo plantado  
Em tua mente elevada; e tu, esquecido, em desencanto,  
Fiador do banquete, exalaste o último suspiro,  
Desprezando-nos, talvez, na hora da morte.*

O enterro de Josselson, em janeiro de 1978, foi um acontecimento discreto. Escrevendo sobre ele a Hook, disse Lasky: “Se ele tivesse morrido naquela ocasião em que lhe consertaram o coração, uns quatorze anos atrás, o funeral teria sido um acontecimento europeu, ocidental — mil pessoas teriam comparecido para lhe dizer adeus.”<sup>35</sup> Segundo Diana, o próprio Lasky “apareceu no funeral de Michael e ‘roubou o espetáculo’”.<sup>36</sup> Também compareceu um representante da CIA, que escolheu esse momento para apresentar Diana com a medalha de Michael por serviços prestados. “Foi muito inoportuno — como se eles dissessem ‘você fez isso pela medalha’, e nada poderia estar mais longe da verdade. Recusei-me a aceitá-la.”<sup>37</sup> Diana continuou a morar no apartamento do Plateau du Champel, cercada de recordações e fotografias dos tempos inebriantes em que o Congresso pela Liberdade Cultural lhe parecera ser a Revolução Francesa, ou o Movimento de Oxford, ou os primeiros cem dias do governo Kennedy. Michael, disse ela, tinha “vivido pelo Congresso e, no fim, morreu por ele. Mas foi a melhor coisa da minha vida. Foram anos maravilhosos”.<sup>38</sup>

E que dizer daquele *Bruderbund*, o “clube íntimo de homens menos mortais e mais patrióticos”, aquela ínfima minoria que sabia o que todos os outros deveriam saber, mas não sabiam, e que formulava seus próprios juízos secretos em nome de uma nova era de esclarecimento? “Eles queriam as duas coisas: andar secretamente nas sombras com o diabo e caminhar ao sol”,<sup>39</sup> disse um veterano da CIA. Para muitos, esse contraste foi demais. Proponentes da Guerra Fria, eles foram também, em certa medida, suas vítimas, destruídos pelas ambigüidades morais do Grande Jogo.

Nos últimos anos do Congresso, Jack Thompson, o antigo protegido de John Crowe Ransom que acabara no leme do “*SS Farfield*” (um apelido da CIA para a Fundação Farfield), ficou “obcecado com a idéia de salvar os africanos dos russos, e viajou muito por lá”, de acordo com Jason Epstein. “Oferecia bolsas de estudos a intelectuais e estudiosos africanos, e seus governos deixavam que eles partissem, sob a condição de nunca mais voltarem (ficavam felizes por se livrar deles). Portanto, o que o Jack estava fazendo, sem perceber, era levá-los a serem exilados. Você pode ter a expectativa de se meter em enrascadas, quando toma ao pé da letra as afirmações do seu país.”<sup>40</sup> Frank Wisner pôs termo à própria vida em 1965, sem nunca ter-se recuperado de seu colapso nervoso depois da revolução fracassada na Hungria. Outros suicidas foram Royall Tyler, um dos mais brilhantes colaboradores iniciais de Allen Dulles, que acabou com sua vida em 1953, e James Forrestal, secretário de Defesa depois da Segunda Guerra Mundial, um dos homens que haviam ajudado a conceber o braço de ação clandestina dos Estados Unidos, que se matou em 1949. Philip Graham, que publicava o *Washington Post*, matou-se com um tiro de espingarda em 1963. “Ele vivia atrás do tipo mais convencional de sucesso. Conseguiu-o na mais ampla escala. E então, de algum modo, aquilo se transformou em poeira e cinzas em sua boca”,<sup>41</sup> disse Joseph Alsop a Isaiah Berlin, no que poderia servir de epitáfio para todos.

Atrás da “saudade não examinada dos ‘Anos Dourados’ do serviço secreto norte-americano” estava uma verdade muito mais devastadora: as mesmas pessoas que liam Dante, freqüentavam Yale e eram educadas nas virtudes cívicas recrutaram nazistas, manipularam o resultado de eleições democráticas, derrubaram governos, apoiaram ditaduras, tramaram assassinatos e orquestraram o desastre da Baía dos Porcos. “Em nome de quê?”, perguntou um crítico. “Não da virtude cívica, mas do império.”<sup>42</sup>

## Notas e fontes

As seguintes coleções arquivísticas foram consultadas:

AB/MoMA	Documentos de Alfred H. Barr, Museu de Arte Moderna, Nova York
ACCF/NYU	Documentos do Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, Biblioteca Tamiment, Universidade de Nova York, Nova York
AWD/PU	Documentos de Allen Welsh Dulles, Biblioteca Seeley Mudd de Manuscritos, Universidade de Princeton
BC/FO924/PRO	Registros do Conselho Britânico, Serviço de Registros Públicos, Kew, Londres
BCCB/FO924/PRO	Comissão Britânica de Controle, Berlim, Serviço de Registros Públicos, Kew, Londres
CCF/CHI	Documentos do Congresso pela Liberdade Cultural, Biblioteca Joseph Regenstein, Universidade de Chicago, Illinois
CDJ/DDE	Documentos e Registros de C. D. Jackson, Biblioteca Dwight D. Eisenhower, Abilene, Kansas
CIA.HSC/RG263/NARA	Coleção de Fontes Históricas da CIA, Administração de Arquivos e Registros Nacionais, Washington, DC
DM/STER	Documentos de Dwight Macdonald, Biblioteca Sterling Memorial, Universidade de Yale
FA/COL	Documentos de Frank Altschul, Biblioteca Butler, Universidade Columbia, Nova York
GG/DDE	Documentos de Gordon Gray, Biblioteca Dwight D. Eisenhower, Abilene, Kansas

GO/UCL	Documentos de George Orwell, University College, Londres
HL/COL	Documentos de Herbert Lehman, Biblioteca Butler, Universidade de Columbia, Nova York
IB/GMC	Documentos de Irving Brown, Federação Norte-Americana do Trabalho-Congresso de Relações Industriais, Centro George Meany, Washington, D.C.
IRD/FO1110/PRO	Departamento de Pesquisa de Informações, Serviço de Registros Públicos, Kew, Londres
MJ/HRC	Michael Josselson, Centro Harry Ransom de Pesquisas em Humanidades, Austin, Texas
MS/COL	Documentos de Meyer Schapiro, Biblioteca Butler, Universidade de Columbia, Nova York
NN/HRC	Documentos de Nicolas Nabokov, Centro Harry Ransom de Pesquisas em Humanidades, Austin, Texas
NSF/LBJ	Arquivos do Serviço de Segurança Nacional, Biblioteca Lyndon Baines Johnson, Austin, Texas
NSF/JFK	Arquivos do Serviço de Segurança Nacional, Biblioteca John F. Kennedy, Universidade de Boston
OCB/Cen/DDE	Coordenadoria de Operações, Série do Arquivo Central, Biblioteca Dwight D. Eisenhower, Abilene, Kansas
OMGUS/RG260/	Escritório de Governo Militar dos Estados Unidos, Administração de Arquivos & Registros Nacionais (NARA), Washington, D.C.
PEN/HRC	Documentos do PEN Internacional, Centro Harry Ransom de Pesquisas em Humanidades, Austin, Texas
SD.PPW/RG59/NARA	Departamento de Estado, Guerra Política e Psicológica, Administração de Arquivos & Registros Nacionais, Washington, D.C.
PSB/DDE	Registros da Diretoria de Estratégia Psicológica, Biblioteca Dwight D. Eisenhower, Abilene, Kansas
PSB/HT	Registros da Diretoria de Estratégia Psicológica, Biblioteca Harry S. Truman, Independence, Missouri
RH/COL	Documentos da Random House, Biblioteca Butler, Universidade de Columbia, Nova York
SCHLES/JFK	Documentos de Arthur M. Schlesinger, Jr. Papers, Biblioteca John F. Kennedy, Boston
SD.CA/RG59/	Departamento de Estado, Escritório de Assuntos Culturais, Administração de Arquivos & Registros Nacionais (NARA), Washington, D.C.



GO/UCL	Documentos de George Orwell, University College, Londres
HL/COL	Documentos de Herbert Lehman, Biblioteca Butler, Universidade de Columbia, Nova York
IB/GMC	Documentos de Irving Brown, Federação Norte-Americana do Trabalho-Congresso de Relações Industriais, Centro George Meany, Washington, D.C.
IRD/FO1110/PRO	Departamento de Pesquisa de Informações, Serviço de Registros Públicos, Kew, Londres
MJ/HRC	Michael Josselson, Centro Harry Ransom de Pesquisas em Humanidades, Austin, Texas
MS/COL	Documentos de Meyer Schapiro, Biblioteca Butler, Universidade de Columbia, Nova York
NN/HRC	Documentos de Nicolas Nabokov, Centro Harry Ransom de Pesquisas em Humanidades, Austin, Texas
NSF/LBJ	Arquivos do Serviço de Segurança Nacional, Biblioteca Lyndon Baines Johnson, Austin, Texas
NSF/JFK	Arquivos do Serviço de Segurança Nacional, Biblioteca John F. Kennedy, Universidade de Boston
OCB/Cen/DDE	Coordenadoria de Operações, Série do Arquivo Central, Biblioteca Dwight D. Eisenhower, Abilene, Kansas
OMGUS/RG260/	Escritório de Governo Militar dos Estados Unidos, Administração de Arquivos & Registros Nacionais (NARA), Washington, D.C.
PEN/HRC	Documentos do PEN Internacional, Centro Harry Ransom de Pesquisas em Humanidades, Austin, Texas
SD.PPW/RG59/NARA	Departamento de Estado, Guerra Política e Psicológica, Administração de Arquivos & Registros Nacionais, Washington, D.C.
PSB/DDE	Registros da Diretoria de Estratégia Psicológica, Biblioteca Dwight D. Eisenhower, Abilene, Kansas
PSB/HT	Registros da Diretoria de Estratégia Psicológica, Biblioteca Harry S. Truman, Independence, Missouri
RH/COL	Documentos da Random House, Biblioteca Butler, Universidade de Columbia, Nova York
SCHLES/JFK	Documentos de Arthur M. Schlesinger, Jr. Papers, Biblioteca John F. Kennedy, Boston
SD.CA/RG59/	Departamento de Estado, Escritório de Assuntos Culturais, Administração de Arquivos & Registros Nacionais (NARA), Washington, D.C.

ENC/S&W/RU	Documentos da revista <i>Encounter</i> , Secker & Warburg, MS 1090, Universidade de Reading, Reading, Inglaterra
WHO/DDE	Gabinete da Casa Branca, Escritório de Assessorias: Records 1952-1961/Cabinet Series, Registros 1952-1961 Série gabinete Biblioteca Dwight D. Eisenhower, Kansas
WHO/NSC/DDE	White House Office, National Security Council Staff Papers 1948-1961 [Gabinete da Casa Branca, Papéis da Diretoria do Conselho de Segurança Nacional 1948-1961], Biblioteca Dwight D. Eisenhower, Kansas

Todas as entrevistas, salvo indicação em contrário, foram feitas pela autora.

## Introdução

1. Arthur Koestler, em Richard Crossman (org.), *The God That Failed: Six Studies in Communism*, Londres: Hamish Hamilton, 1950 [O deus que falhou, trad. Enéas Marzano, Rio de Janeiro: Pongetti, 1952].
2. Saul Bellow, *Humboldt's Gift*, Nova York: Viking, 1975 [O legado de Humboldt, trad. Fernando Py, São Paulo: Círculo do Livro, 1982].
3. Arthur M. Schlesinger, Jr., *A Thousand Days: John F. Kennedy in the White House*, Londres: André Deutsch, 1965.
4. Idem.
5. National Security Council Directive [Instrução do Conselho de Segurança Nacional], 10 de julho de 1950, citada em *Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities*, Washington: United States Government Printing Office, 1976.
6. Idem (grifo meu).
7. Archibald MacLeish, *New York Times*, 21 de janeiro de 1967.
8. Tzvetan Todorov, "The Communist Archives", *Salmagundi*, verão de 1997.

## 1. Um cadáver requintado

1. Willy Brandt, citado em "The Big Chill", *Sunday Times*, 5 de janeiro de 1997.
2. Clarissa Churchill, "Berlin Letter", *Horizon*, vol. 13/75, março de 1946.
3. Susan Mary Alsop, *To Marietta from Paris 1945-1960*, Nova York: Doubleday, 1975. Ver também Antony Beevor e Artemis Cooper, *Paris After the Liberation, 1944-1949*, Londres: Hamish Hamilton, 1994.
4. Nicolas Nabokov, *Old Friends and New Music*, Londres: Hamish Hamilton, 1951.
5. James Burnham, citado em Peter Coleman, *The Liberal Conspiracy: The Congress for Cultural Freedom and the Struggle for the Mind of Postwar Europe*, Nova York: The Free Press, 1989.

6. Michael Josselson, "The Prelude to My Joining The 'Outfit'" (MJ/HRC).
7. Idem.
8. Stuart Hampshire, entrevista, Oxford, dezembro de 1997.
9. Michael Josselson, op. cit.
10. Nicolas Nabokov, *Bagázh: Memoirs of a Russian Cosmopolitan*, Londres: Secker & Warburg, 1975.
11. Benno D. Frank, chefe do Controle de Teatro & Música, Divisão de Educação e Relações Culturais do OMGUS, 30 de junho de 1947, "Cancellation of Registration for German Artists" ["Cancelamento de Registro de Artistas Alemães"] (OMGUS/RG260/NARA).
12. Nicolas Nabokov, *Old Friends and New Music*.
13. Idem.
14. Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.
15. Michael Josselson, op. cit.
16. De Nicolas Nabokov para Michael Josselson, 28 de outubro de 1977 (MJ/HRC).
17. Numa reunião da "Comissão Referendária do Ministério da Educação para Julgar a Atitude Política de Artistas, Cantores, Músicos, Maestros e Produtores que se Apresentem Independentemente ou Pretendam ser Empregados nos Teatros Federais", realizada em Viena em 25 de março de 1946, concordou-se em que "a notória escassez de maestros de alta qualidade torna imperativo que Karajan trabalhe na vida musical austríaca, especialmente no Festival de Salzburgo de 1946, sobretudo uma vez que os convites enviados a quatro maestros proeminentes de fama mundial (Toscanini, Bruno Walter, lorde Beecham e Erich Kleiber) foram declinados até o momento. Também não há dúvida de que Karajan deve ser classificado como um esplêndido regente, de competência européia" (NN/HRC).
18. William Donovan, citado em R. Harris Smith, *OSS: The Secret History of America's First Central Intelligence Agency*, Los Angeles: University of California Press, 1972.
19. Arthur Miller, *Timebends: A Life*, Londres: Methuen, 1987.
20. De Gregory Bateson, *Research & Analysis*, OSS, para o general Donovan, 18 de agosto de 1945 (CIA.HSC/RG263/NARA).
21. Richard Mayne, *Postwar: The Dawn of Today's Europe*, Londres: Thames & Hudson, 1983. O livro de Mayne é uma reconstrução vívida das condições físicas e psicológicas da Europa pós-fascista. Sou grata ao autor pelo capítulo sobre Berlim durante a ocupação aliada.
22. De R. E. Colby, Comissão Britânica de Controle, para Montague Pollock, 19 de março de 1947 (BCCB/FO924/PRO).
23. Alonzo Grace, diretor da Divisão de Educação e Relações Culturais, "Out of the Rubble: An Address on the Reorientation of the German People", Berchtesgaden, sem data (OMGUS/RG260/NARA).

24. W. G. Headrick, Divisão de Controle de Informações do OMGUS, "Facts About the US Information Centers in Germany", 19 de agosto de 1946 (OMGUS/RG260/NARA).
25. *Amerika-Haus Review*, julho de 1950 (OMGUS/RG260/NARA).
26. Divisão de Educação e Relações Culturais do OMGUS, Setor de Teatro e Música, "Periodic Report", março de 1947 (OMGUS/RG260/NARA).
27. De Lionel Royce, Setor de Teatro e Música, Divisão de Educação e Relações Culturais do OMGUS, para Hans Speier, Serviço de Informações de Guerra, Washington, 12 de maio de 1945 (OMGUS/RG260/NARA).
28. Douglas Waples, Setor de Publicações, Divisão de Controle de Informações do OMGUS, "Publications for Germany: Agenda for Psychological Warfare Division and Office of War Information Conference", 14 de abril de 1945 (OMGUS/RG260/NARA).
29. Ula Moeser, Divisão de Controle de Informações do OMGUS, "Political Education Program", sem data (OMGUS/RG260/NARA).
30. Citado na *Amerika-Haus Review*, julho de 1950 (OMGUS/RG260/NARA).
31. Idem.
32. Ralph Burns, chefe do Ramo de Assuntos Culturais do OMGUS, "Review of Activities", julho de 1949 (OMGUS/RG260/NARA).
33. Idem.
34. George C. Marshall, Harvard Commencement Address, 5 de junho de 1947, publicado em *Foreign Relations of the United States*, vol. 3, 1947, Washington: United States Government Printing Office, 1947.
35. John Crowe Ramson, "Address to the Scholars of New England", poema da agremiação estudantil Phi Beta Kappa, de Harvard, 23 de junho de 1939, *Selected Poems*, Nova York: Knopf, 1964.
36. Harry S. Truman, Discurso no Congresso, 12 de março de 1947, publicado in Harry S. Truman, *Memoirs: Year of Decisions*, Nova York: Doubleday, 1955.
37. Dean Acheson, citado em Joseph Jones, *Fifteen Weeks*, Nova York: Viking, 1955.
38. Joseph Jones, idem.
39. *Pravda*, 17 de junho de 1947.
40. George Kennan, citado em Walter L. Hixson, *George F. Kennan: Cold War Iconoclast*, Nova York: Columbia University Press, 1989.
41. Walter L. Hixson, idem.
42. Dennis Fitzgerald, citado em idem.
43. Richard Bissel, *Reflections of a Cold Warrior: From Yalta to the Bay of Pigs*, New Haven: Yale University Press, 1996.
44. Citado em Americans for Intellectual Freedom, "Joint Statement on the Cultural and Scientific Conference for World Peace", março de 1949 (ACCF/NYU).
45. Andrei Zhdanov, "Report on the International Situation", *Politics and Ideology*, Moscou, 1949.

46. Idem.
47. De Melvin Lasky para Dwight Macdonald, 10 de outubro de 1947 (DM/STER).
48. Melvin Lasky, "The Need for a New, Overt Publication", 7 de dezembro de 1947 (OMBUS/RG260/NARA).
49. Idem.
50. Ibid.
51. Melvin Lasky, "Towards a Prospectus for the 'American Review'", 9 de dezembro de 1947 (OMGUS/RG260/NARA).
52. Jean Cocteau, citado em Serge Guilbaut, "Postwar Painting Games", *Reconstructing Modernism*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1990.

## 2. Os eleitos do destino

1. *Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities*, Washington: United States Government Printing Office, 1976. Deste ponto em diante, este relatório será designado como "Final Report of the Church Committee, 1976" ["Relatório Final do Comitê de Church, 1976"], conforme o nome de seu presidente, o senador Frank Church.
2. Norman Mailer, *Harlot's Ghost*, Londres: Michael Joseph, 1991.
3. Citado no *New York Times*, 25 de abril de 1966.
4. William Colby, *Honorable Men: My Life in the CIA*, Nova York: Simon and Schuster, 1978.
5. Drew Pearson, citado em R. Harris Smith, OSS.
6. Tom Braden, entrevista, Virgínia, julho de 1996.
7. Citado em R. Harris Smith, op. cit.
8. Idem.
9. Ibid.
10. Nicolas Nabokov, *Bagázh*.
11. George Kennan, citado em Walter L. Hixson, *George F. Kennan*, op. cit.
12. George Kennan (escrevendo como "X"), "The Sources of Soviet Conduct", *Foreign Affairs*, vol. 26, julho de 1947.
13. George Kennan, discurso na Escola Nacional de Guerra, dezembro de 1947, citado no *International Herald Tribune* de 28 de maio de 1997.
14. Deborah Larson, *The Origins of Containment: A Psychological Explanation*, Nova Jersey: Princeton University Press, 1985.
15. Instrução 10/2 do Conselho de Segurança Nacional, citada em *Final Report of the Church Committee, 1976*, op. cit.
16. Idem.
17. Ibid.
18. Ibid.

19. Harry Rositzke, citado em Evan Thomas, *The Very Best Men: The Early Years of the CIA*, Nova York: Touchstone, 1996.
20. Allen Dulles, citado em Evan Thomas, *idem*.
21. Tom Braden, entrevista, Virgínia, agosto de 1996.
22. Harrison E. Salisbury, *Without Fear or Favor: The New York Times and its Times*, Nova York: Ballantine Books, 1980.
23. Edgar Applewhite, citado em Evan Thomas, *op. cit.*
24. *Final Report of the Church Committee*, 1976. “Os vitoriosos, no escritório de Wisner, eram os gerentes que mais conseguiam gerar projetos. O modelo dele era o dos escritórios de advocacia: quanto mais clientes e mais casos, mais recompensas.” Evan Thomas, *op. cit.*
25. William Colby, *op. cit.*
26. Michael Josselson, “The Prelude to My Joining the ‘Outfit’” (MJ/HRC).
27. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, fevereiro de 1997.
28. De George Kennan para Nicolas Nabokov, 14 de julho de 1948 (NN/HRC).

### 3. Marxistas no Waldorf

1. Arthur Miller, *Timebends*. Sobre a conferência no Waldorf Astoria, ver também Carol Brightman, *Writing Dangerously: Mary McCarthy and Her World*, Nova York: Lime Tree, 1993, e o relato pitoresco, embora não totalmente fidedigno, feito por Nicolas Nabokov em *Bagázih: Memoirs of a Russian Cosmopolitan*.
2. Lionel Abel, citado em Leonard Wallock (org.), *New York 1940-1965*, Nova York: Rizzoli, 1988.
3. Jason Epstein, entrevista, Nova York, junho de 1994.
4. Arthur Miller, *op. cit.*
5. Nicolas Nabokov, *op. cit.*
6. Arthur Miller, *op. cit.*
7. Dmitri Shostakovich, *Testimony: The Memoirs of Dmitri Shostakovich*, Solomon Volkov (org.), Nova York: Harper & Row, 1979. Restam algumas dúvidas quanto à “autenticidade” das memórias de Shostakovich. Publicadas bem antes da era da *glasnost*, há grandes suspeitas de que tenham sido usadas como propaganda pelos soviéticos. Propaganda ou não, entretanto, Shostakovich pode ser visto como representante de um grupo de artistas do bloco oriental que se ressentiam da mentalidade simplória de alguns anticomunistas norte-americanos.
8. Norman Mailer, citado em Carol Brightman, *op. cit.*
9. Arthur Miller, *op. cit.*
10. É improvável, mas não impossível, que Hoover tenha lido o manuscrito de *Espártaco*. Na campanha do FBI contra os escritores norte-americanos, as questões de conteúdo eram quase sempre secundárias em relação ao *status* do autor. No caso de Howard

Fast, seu histórico de membro do Partido Comunista e seu aparecimento na conferência do Waldorf foram o bastante para despertar a fúria de Hoover. Ver Natalie Robins, *Alien Ink: The FBI's War on Freedom of Expression*, Nova York: William Morrow, 1992.

11. Peter Coleman, *The Liberal Conspiracy*.
12. Nicolas Nabokov, op. cit.
13. Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.
14. Nicola Chiaromonte, citado em Carol Brightman, op. cit.
15. Arthur Miller, op. cit.
16. Donald Jameson, entrevista, Washington, junho de 1994.

#### 4. O Deminform da democracia

1. Carol Brightman, *Writing Dangerously: Mary McCarthy and Her World*, Nova York: Lime Tree, 1993.
2. Ernest Bevin, "Top Secret Cabinet Paper on Future Foreign Publicity Policy", 4 de janeiro de 1948 (IRD/FO1110/PRO).
3. Robert Bruce Lockhart, *The Diaries of Robert Bruce Lockhart, 1939-1965*, Kenneth Young (org.), Londres: Macmillan, 1980.
4. Adam Watson, entrevista telefônica, agosto de 1998.
5. De Sir Ralph Murray para o chefe do Estado-Maior da Defesa, junho de 1948 (IRD/FO1110/PRO).
6. Adam Watson, entrevista telefônica, agosto de 1998.
7. Ernest Bevin, "Top Secret Cabinet Paper on Future Foreign Publicity", 4 de janeiro de 1948 (IRD/FO1110/PRO).
8. Mamaine Koestler, *Living with Koestler: Mamaine Koestler's Letters 1945-1951*, Celia Goodman (org.), Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1985.
9. ["Babbitts of the Left"], como George Babbitt, "o anti-herói epônimo do brilhante romance de Sinclair Lewis de 1922, que, às voltas com uma crise da meia-idade, é temporariamente seduzido a trocar os sólidos valores norte-americanos pelo encanto do estilo boêmio e do radicalismo superficial": David Cesarani, *Arthur Koestler: The Homeless Mind*, Londres: William Heinemann, 1998. A excelente biografia de Cesarani fornece uma descrição detalhada da viagem de Koestler aos Estados Unidos em 1948.
10. Arthur Koestler, citado em Iain Hamilton, *Koestler: A Biography*, Londres: Secker & Warburg, 1982.
11. Jean-Paul Sartre, *Les Temps modernes*, outubro de 1954.
12. Michael Warner, "Origins of the Congress for Cultural Freedom", *Studies in Intelligence*, vol. 38/5, verão de 1995. Como historiador a serviço da Equipe de História da CIA, Warner teve acesso ao material confidencial — indisponível para

outros estudiosos. Nessas condições, esse artigo é de valor inestimável. Todavia, contém vários erros e omissões deliberadas e deve ser lido com esse dado em mente.

13. Arthur M. Schlesinger, Jr., *The Vital Center: A Fighting Faith*, Cambridge: Riverside Press, 1949.
14. Arthur Schlesinger, entrevista, Nova York, agosto de 1996.
15. Carol Brightman, entrevista, Nova York, junho de 1994.
16. Robert Bruce Lockhart, op. cit.
17. Idem.
18. De Richard Crossman para C. D. Jackson, 27 agosto de 1948 (CDJ/DDE).
19. HICOG Frankfurt, "Evaluation Report", 1950 (SD.CA/RQ59/NARA).
20. Richard Crossman (org.), *The God That Failed*, op. cit.
21. Ignazio Silone, *Emergency Exit*, Londres: Gollancz, 1969.
22. Lee Williams, entrevista, Washington, junho de 1994.
23. IRD, Top Secret Cypher, 24 de março de 1949 (IRD/FO1110/PRO).
24. Idem.
25. Anthony Carew, "The American Labor Movement in Fizzland: The Free Trade Union Committee and the CIA", *Labor History*, vol. 39/1, fevereiro de 1998.
26. Citado em Michael Warner, op. cit.
27. Robert Bruce Lockhart, op. cit.
28. Sidney Hook, citado em Peter Coleman, *The Liberal Conspiracy*, op. cit.
29. Sidney Hook, "Report on the International Day of Resistance to Dictatorship and War", *Partisan Review*, vol. 16/7, outono de 1949.
30. Idem.
31. Michael Warner, op. cit.
32. Sidney Hook, "Report on the International Day...", op. cit. (sublinhado por Hook).
33. Arthur Miller, *Timebends*, op. cit.
34. Frank Wisner, citado em Michael Warner, op. cit.
35. Ruth Fischer, citada em Michael Warner, op. cit.
36. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, fevereiro de 1997.
37. Michael Warner, op. cit.
38. Idem.
39. Ibid.

## 5. A idéia é fazer cruzadas

1. Arthur Schlesinger, entrevista, Nova York, agosto de 1996.
2. Sidney Hook, *Politics*, inverno de 1949.
3. Sidney Hook, "The Berlin Congress for Cultural Freedom", *Partisan Review*, vol. 17/7, 1950.
4. Nicolas Nabokov, *Bagázh*.



5. Ignazio Silone, citado em Celia Goodman (org.), *Living with Koestler*.
6. Ignazio Silone, 3 de abril de 1930, reproduzido em *La Stampa*, 30 de abril de 1996.
7. Ignazio Silone, citado em Peter Coleman, *The Liberal Conspiracy*.
8. Arthur Koestler, citado em Peter Coleman, op. cit.
9. Ernst Reuter, citado na brochura do Congresso pela Liberdade Cultural, sem data (CCF/CHI).
10. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, fevereiro de 1997.
11. Mamaine Koestler, citada em Celia Goodman (org.), op. cit.
12. James Burnham, "Rhetoric and Peace", *Partisan Review*, vol. 17/8, 1950.
13. Sidney Hook, op. cit.
14. James Burnham, op. cit.
15. Hugh Trevor-Roper, entrevista, Londres, julho de 1994.
16. André Philip, "Summary of Proceedings", Berlim, 1950 (CCF/CHI).
17. Melvin Lasky, entrevista, Londres, julho de 1994.
18. Hugh Trevor-Roper, entrevista, Londres, julho de 1994.
19. Sidney Hook, op. cit.
20. Arthur Koestler, citado em Iain Hamilton, *Koestler*.
21. Edward Barrett, *Truth is our Weapon*, Nova York: Funk & Wagnalls, 1953. Os sentimentos de Barrett eram compartilhados por muitos outros. Certa vez, Arthur Koestler confrontou-se com um jornalista norte-americano que lhe disse que "as pessoas que um dia foram comunistas deveriam calar a boca e se recolher a um mosteiro ou uma ilha deserta, em vez de andar por aí 'dando aulas a outras pessoas'". Entretanto, a referência de Barrett à utilidade dos ex-comunistas como "informantes" ou "palpiteiros" é interessante — é uma indicação de que a estratégia secreta do governo norte-americano de acolher a esquerda não comunista não demoraria a se estabelecer.
22. Melvin Lasky, citado em *Boston Globe*, 24 junho de 1950.
23. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, fevereiro de 1997.
24. Hugh Trevor-Roper, entrevista, Londres, julho de 1994.
25. Tom Braden, entrevista, Virgínia, junho de 1994.
26. Mamaine Koestler, citada em Celia Goodman, op. cit.
27. Manifesto do Congresso pela Liberdade Cultural, julho de 1950 (CCF/CHI).
28. Idem.
29. Citado em Michael Warner, "Origins of the Congress for Cultural Freedom", *Studies in Intelligence* vol. 38/5, verão de 1995.

## 6. "Operação Congresso"

1. Frank Wisner, "Berlin Congress for Cultural Freedom: Activities of Melvin Lasky", in Michael Warner, "Origins of the Congress for Cultural Freedom", *Studies in Intelligence* vol. 38/5, verão de 1995.

2. Michael Warner, op. cit. Ver também Evan Thomas, *The Very Best Men: The Early Years of the CIA*, (Nova York: Touchstone, 1996), nota de rodapé da p. 263.
3. Edward Shils, “Remembering the Congress for Cultural Freedom”, 1990 (provas tipográficas não publicadas).
4. Natasha Spender, entrevista, Maussane, julho de 1997.
5. Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.
6. “Todas as operações da CIA tinham criptônimos precedidos por um ‘dígrafo’, para proteção dos sinais.” Evan Thomas, op. cit.
7. De George Kennan para Robert Lovett, 30 junho de 1948 (SD.PPW/RG59/NARA).
8. Tom Braden, entrevista, Virgínia, julho de 1996.
9. E. Howard Hunt, *Undercover: Memoirs of an American Secret Agent*, Califórnia: Berkeley Publishing Corporation, 1974.
10. Miles Copeland, *National Review*, 11 de setembro de 1987.
11. De C. D. Jackson para Abbott Washburn, 2 de fevereiro de 1953 (CDJ/DDE).
12. De James T. Farrell para Meyer Schapiro, 11 de setembro de 1941 (MS/COL).
13. Carol Brightman, entrevista, Nova York, junho de 1994.
14. Arthur Koestler, “Immediate Tasks for the Transition Period”, 4 de julho de 1950 (IB/GMC).
15. Donald Jameson, entrevista, Washington, junho de 1994.
16. Manifesto do Congresso pela Liberdade Cultural, julho de 1950 (CCF/CHI).
17. De Arthur Schlesinger para Irving Brown, 18 de julho de 1950 (IB/GMC).
18. Arthur Schlesinger, entrevista, Nova York, agosto de 1996.
19. Idem.
20. Peter Vansittart, *In the Fifties*, Londres: John Murray, 1995.
21. Robert Bruce Lockhart, *The Diaries of Robert Bruce Lockhart, 1939-1965*.
22. James Simmons, “The Ballad of Bertrand Russell”, *Judy Garland and the Cold War*, Belfast: Blackstaff Press, 1976.
23. Giles Scott-Smith, *The Politics of Apolitical Culture: The Congress for Cultural Freedom and the Cultural Identity of Post-War American Hegemony 1945-1960* (tese de doutorado inédita, Universidade de Lancaster, 1998).
24. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, fevereiro de 1997.
25. Nicolas Nabokov, discurso perante o Congresso pela Liberdade Cultural, Berlim, julho de 1950 (CCF/CHI).
26. De C. D. Jackson para Tyler Port, 8 de março de 1950 (CDJ/DDE).
27. De Nicolas Nabokov para Irving Brown, 6 de dezembro de 1950 (IB/GMC).
28. De Nicolas Nabokov para Irving Brown, 17 de janeiro de 1951 (IB/GMC). Não se sabe ao certo qual foi a fonte dessa remuneração extra. Logo depois, no entanto, a complementação do salário de Nabokov foi relacionada como uma despesa do Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, que, por sua vez, era mantido por verbas da Fundação Farfield, uma das fachadas da CIA.

29. Tom Braden, "I'm Glad the CIA is 'Immoral'", *Saturday Evening Post*, 20 de maio de 1967.
30. William Colby, entrevista, Washington, junho de 1994.
31. Tom Braden, op. cit.
32. Tom Braden, entrevista, Virgínia, julho de 1996.
33. Idem.
34. Ibid.
35. Diretriz do Conselho de Segurança Nacional, março de 1950, citada em Scott Lucas, "The Psychological Strategy Board", *International History Review*, vol. 18/2, maio de 1996. Ver também Trevor Barnes, "The Secret Cold War: The CIA and American Foreign Policy in Europe 1946-56, part II", *The Historical Journal*, vol. 25/3, setembro de 1982. Barnes revela que a idéia de um megaprojeto de dominação global por parte do Kremlin era vista com certa desconfiança por um grupo de analistas da CIA. O *Project Jigsaw*, uma análise altamente sigilosa do comunismo mundial, criado no fim de 1949, concluiu que tal megaprojeto não existia, ainda que o Kremlin efetivamente manipulasse os partidos comunistas de outras nações. É provável que o Projeto tenha sido influenciado por Kennan, que vinha repensando suas idéias sobre a URSS. Mas suas conclusões foram tão heterodoxas que foram abafadas, até dentro da própria Agência.
36. Edward Barrett, *Truth is our Weapon*.
37. Tom Braden, entrevista, Virgínia, junho de 1994. Braden usou outra expressão: "a batalha pela mente de Picasso". Literalmente entendida, essa seria uma tarefa de Sísifo, é claro. Quando Cleve Gray, um jovem pintor norte-americano que servia ao exército dos EUA, seguiu a trilha da peregrinação ao estúdio de Picasso, após a libertação, lá chegou no final da manhã e encontrou o pintor de cuecas, recém-saído da cama. Picasso estava de pé junto à cama, segurando um exemplar do jornal comunista *L'Humanité* numa das mãos, enquanto estendia a outra a Jaime Sabartes, seu factótum, para que ele a enfiasse numa manga de camisa, e depois trocou o jornal de mão, enquanto Sabartes puxava a outra manga. Picasso estava prestes a se filiar ao Partido Comunista, dizendo ao mundo que "vai-se para o Partido Comunista como para uma fonte de água fresca". Essa cena foi descrita em Antony Beevor e Artemis Cooper, *Paris After the Liberation, 1944-1949*.
38. Tom Braden, "I'm Glad the CIA is 'Immoral'", *Saturday Evening Post*, 20 de maio de 1967.
39. De Arthur Koestler para Bertrand Russell, 1950, citado em Peter Coleman, *The Liberal Conspiracy*.
40. Outros dirigentes de departamentos ficaram responsáveis pelo grupo crescente de frentes da IOD, criadas por Braden numa reação, do tipo olho por olho dente por dente, à deslealdade soviética. Ele respondeu à Associação Internacional de Advogados Democráticos, apoiada pelos comunistas, com a Comissão Internacional de Juris-

tas; em resposta ao Conselho Mundial da Paz houve o Comitê Nacional por uma Europa Livre; a Federação Democrática Internacional da Mulher, apoiada pelo Kominform, foi desafiada pelo Comitê Internacional da Mulher; a União Internacional dos Estudantes, pela Associação Nacional dos Estudantes, infiltrada pela CIA; a Federação Mundial da Juventude Democrática, pela Assembléia Mundial da Juventude; a Organização Internacional dos Jornalistas, pela Federação Internacional de Jornalistas Livres; e a Federação Mundial dos Sindicatos, pela Federação Internacional de Sindicatos Livres.

41. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, fevereiro de 1997.
42. Nicolas Nabokov, *Bagázh*.
43. De Nicolas Nabokov para James Burnham, 6 de junho de 1951 (CCF/CHI).
44. Carol Brightman, entrevista, Nova York, junho de 1994.
45. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
46. De Nicolas Nabokov para James Burnham, 27 de junho de 1951 (CCF/CHI).
47. Peter Coleman, op. cit.
48. De François Bondy e Georges Altman para Michael Josselson, outubro de 1950 (IB/GMC).
49. De Nicolas Nabokov para Irving Brown, 3 de setembro de 1951 (IB/GMC).
50. Havia fortes razões para tentar silenciar o clamor anticlericalista da organização italiana. Na época, Lawrence de Neufville estava empenhado em conversações sumamente sensíveis com o Vaticano, como parte de uma iniciativa da CIA para instaurar sindicatos católicos por toda a Europa, como uma força que se contrapusesse aos grupos trabalhistas dominados pelos comunistas. Era grande o potencial de constrangimento para a CIA, se um de seus “trunfos” criticasse publicamente a Igreja.
51. De Nicolas Nabokov para James Burnham, 6 junho de 1951 (CCF/CHI).
52. Idem.

## 7. Glacê

1. Tom Braden, entrevista, Virgínia, julho de 1996.
2. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, fevereiro de 1997.
3. Richard Bissell, *Reflections of a Cold Warrior*.
4. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, fevereiro de 1997.
5. Donald Jameson, entrevista, Washington, junho de 1994.
6. Idem.
7. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, fevereiro de 1997.
8. Tom Braden, entrevista, Virgínia, junho de 1994.
9. John Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.
10. Walter Laqueur, “Anti-Communism Abroad: A Memoir of the Congress for Cultural Freedom”, *Partisan Review*, primavera de 1996.

11. Ben Sonnenberg, entrevista, Nova York, fevereiro de 1997. Depois de ser nomeado secretário da Sociedade Britânica pela Liberdade Cultural, no fim de 1952, Jasper Ridley foi chamado a Paris para explicar por que havia ocultado o fato de ter pertencido ao Partido Comunista. De acordo com Diana Josselson, seu marido “tinha que liberar os empregados do Congresso junto à CIA”, e esse lapso o fez parecer “muito burro” em Washington. O relato de Ridley sobre a acareação que se seguiu é de arrepiar: “Nabokov me interrogou, mas suas perguntas e minhas respostas eram interrompidas por Josselson, que andava pela sala, berrando perguntas e interjeições (...) era como se ele fosse um ator, desempenhando o papel de um *apparatchik* soviético dominador e intimidante.” Jasper Ridley, entrevista por telefone, agosto de 1997.
12. De Michael Goodwin para Nicolas Nabokov, 15 de janeiro de 1952 (CCF/CHI).
13. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
14. De Nicolas Nabokov para Michael Goodwin, 19 de dezembro de 1951 (CCF/CHI).
15. De Michael Goodwin para Nicolas Nabokov, 31 de dezembro de 1951 (CCF/CHI).
16. Jasper Ridley relembrou um Spender capaz de franca hostilidade. Ao visitá-lo em sua casa, mais ou menos nessa época, para discutir um assunto relacionado com a Sociedade Britânica pela Liberdade Cultural, encontrou uma recepção gélida, e sua esposa, Natasha Litvin, foi “ainda mais agressiva; continuou a tocar piano, não me cumprimentou e nem virou o rosto para me olhar”. Jasper Ridley, entrevista telefônica, agosto de 1997.
17. De John Clews para Nicolas Nabokov, 27 de junho de 1952 (CCF/CHI).
18. Jasper Ridley, entrevista telefônica, agosto de 1997.

## 8. *Cette fête américaine*

1. De Nicolas Nabokov para Irving Brown, sem data, 1951 (IB/GMC).
2. Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.
3. De Nicolas Nabokov para Irving Brown, sem data, 1951 (CCF/CHI).
4. Tom Braden, entrevista, Virgínia, julho de 1996.
5. De Thomas Jennings, encarregado de Assuntos Públicos do consulado norte-americano, em Marselha, para o Departamento de Estado: “Report on concerts of Smith College Chamber Singers in southern France”, 11 de agosto de 1952 (SD.CA/RG59/NARA).
6. Tom Braden, entrevista, Virgínia, julho de 1996.
7. Susan Sontag, “Pilgrimage”, *The New Yorker*, 21 de dezembro de 1987.
8. De Nicolas Nabokov para Irving Brown, sem data, 1951 (IB/GMC).
9. De Albert Donnelly Jr. para Julius Fleischmann, 15 de novembro de 1951 (ACCF/NYU). A América se dispunha a “expor” o tipo certo de afro-americanos, mas, evidentemente, não os que ameaçavam prejudicar os interesses dos Estados Unidos. Quando o reverendo Adam Clayton Powell, um deputado famoso e ex-pastor no Harlem, anunciou que compareceria à Conferência de Bandung, em 1955, C. D.

- Jackson tentou convencer Nelson Rockefeller a bloquear seu pedido de visto, sob a alegação de que “houve uma época, não faz muito tempo, em que os flertes [de Powell] com os comunistas eram bastante chocantes”. De C. D. Jackson para Nelson Rockefeller, 28 de março de 1955 (CDJ/DDE).
10. James Johnson Sweeney, comunicado para divulgação na imprensa, 18 de abril de 1952 (ACCF/NYU).
  11. Citado em relatório da embaixada norte-americana em Paris para o Departamento de Estado, “Local Press Reaction to Congress for Cultural Freedom”, 9 de maio de 1952 (SD.CA/RG59/NARA).
  12. Janet Flanner, “Letter from Paris”, *The New Yorker*, 20 de maio de 1952.
  13. Janet Flanner, “Festival of Free World Arts”, *Freedom and Union*, setembro de 1952.
  14. Guy Dumur, *Combat*, citado em relatório da embaixada norte-americana em Paris para o Departamento de Estado, “Local Press Reaction to Congress for Cultural Freedom”, 9 de maio de 1952.
  15. *Combat*, idem.
  16. Serge Lifar, *ibid.*
  17. *Franc-Tireur*, *ibid.*
  18. *L'Humanité*, *ibid.*
  19. De C. D. Jackson para Klaus Dohrn, 16 de agosto de 1956 (CDJ/DDE).
  20. Janet Flanner, “Festival of Free World Arts”, *Freedom and Union*, setembro de 1952.
  21. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, fevereiro de 1997.
  22. Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.
  23. Diana Josselson, entrevista, Genebra, maio de 1996.
  24. De C. D. Jackson para Francis Hatch, 5 de setembro de 1952 (CDJ/DDE).
  25. Tom Braden, entrevista, Virgínia, junho de 1994.
  26. Brochura da Fundação Farfield (CCF/CHI).
  27. Tom Braden, entrevista, Virgínia, agosto de 1996.
  28. Tom Braden, entrevista telefônica, outubro de 1997.
  29. Tom Braden, entrevista, Virgínia, junho de 1994.
  30. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
  31. Idem.
  32. Nicolas Nabokov, *Bagázsh.*
  33. Graham Greene, *The Quiet American*, Londres: Bodley Head, 1955.

## 9. O consórcio

1. Certificate of Incorporation of Committee for Free Europe, Inc. [Atestado de incorporação do *Committee for Free Europe, Inc.*], 11 de maio de 1949 (CJD/DDE).
2. Dean Acheson, citado em G. J. A. O’Toole, *Honorable Treachery: A History of U.S. Intelligence, Espionage, and Covert Action from the American Revolution to the CIA*, Nova York: Atlantic Monthly Press, 1991.

3. Certificate of Incorporation of Committee for Free Europe, Inc., op. cit. De acordo com o “Confidential Report on Friendship Stations” [“Relatório confidencial sobre bases amigas”] do Comitê, um de seus objetivos principais era “aumentar as pressões psicológicas desintegradoras sobre o centro de poder soviético” e “forjar novas armas psicológicas para uma Guerra Fria ofensiva”. O relatório também dizia que “a propaganda, divorciada da ação, acaba revertendo para o usuário” — uma advertência oportuna, em vista do que viria a ocorrer na Hungria em 1956 (ver adiante, Capítulo 18).
4. Blanche Wiesen Cook, *The Declassified Eisenhower: A Divided Legacy of Peace and Political Warfare*, Nova York: Doubleday, 1981.
5. Harrison E. Salisbury, *Without Fear or Favor*.
6. Donald Jameson, entrevista, Washington, junho de 1994.
7. *National Committee for a Free Europe Inc.*, “Report to Members”, 5 de janeiro de 1951 (CDJ/DDE).
8. De Philip Barbour, Comitê da Rádio Europa Livre, para Frank Altschul, “*Report from Research Department*”, 23 de março de 1950 (FA/COL).
9. Henry Kissinger, *The White House Years*, Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1979.
10. Janet Barnes, citada em Evan Thomas, *The Very Best Men*. A CIA deu a Thomas um acesso sem precedentes para que ele pudesse redigir seu livro, tal como o fizeram as famílias dos “mais excelsos homens” do título. Como estudo histórico e biografia coletiva, portanto, essa é a obra mais definitiva escrita até hoje e, como tal, sou grata a ela.
11. William Colby, entrevista, Washington, junho de 1994.
12. Lee Williams, entrevista, Washington, junho de 1994.
13. De J. M. Kaplan para Allen Dulles, 10 de agosto de 1956 (CDJ/DDE).
14. *Final Report of the Cox Committee*, 1952, citado em René Wormser, *Foundations: Their Power and Influence*, Nova York: Devin-Adair, 1958.
15. *Final Report of the Church Committee*, 1976.
16. Idem.
17. Tom Braden, entrevista, Virgínia, junho de 1994.
18. Cord Meyer, *Facing Reality: From World Federalism to the CIA*, Maryland: University Press of America, 1980.
19. Richard Bissell, *Reflections of a Cold Warrior*.
20. James Laughlin, citado em Kathleen D. McCarthy, “From Cold War to Cultural Development: The International Cultural Activities of the Ford Foundation 1950-1980”, *Daedalus*, vol. 116/1, inverno de 1987.
21. Citado em Kathleen D. McCarthy, idem.
22. De Irving Kristol para Stephen Spender, 25 de março de 1953 (CCF/CHI).
23. Kai Bird, entrevista, Washington, junho de 1994.
24. John Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.

25. Tom Braden, entrevista, Virgínia, agosto de 1996.
26. Neil Berry, "Encounter", *London Magazine*, fevereiro-março de 1995.

## 10. A Campanha pela Verdade

1. Walt Rostow, entrevista telefônica, julho de 1997.
2. C. D. Jackson, "Notes of meeting", 28 de abril de 1952 (CDJ/DDE).
3. Dwight D. Eisenhower, citado em Blanche Wiesen Cook, *The Declassified Eisenhower*.
4. De Charles Burton Marshall para Walter J. Stoessel, 18 de maio de 1953 (CDJ/DDE).
5. Idem.
6. Ibid.
7. Donald Jameson, entrevista, Washington, junho de 1994. "Do ponto de vista [da CIA], essa é realmente a imagem de um cachorro conduzido com uma guia muito comprida. Para seu sucesso com os intelectuais, tidos como pessoas que estavam assumindo um compromisso com a liberdade e a independência, era essencial o raciocínio da Agência de que alguns deles, se não a maioria, deveriam poder continuar 'inconscientes', por estarem basicamente de acordo com a política da Agência, ou poderiam cooperar mais e ser mais úteis, se lhes fosse dada permissão para agirem como se não estivessem cientes." Richard Elman, *The Aesthetics of the CIA* (manuscrito inédito).
8. Raymond Allen, citado em Scott Lucas, "The Psychological Strategy Board", *International History Review*, vol. 18/2, maio de 1996.
9. Diretoria de Estratégia Psicológica, "US Doctrinal Program", 29 de junho de 1953 (PSB/DDE).
10. Scott Lucas, op. cit.
11. C. D. Jackson, Log Files (CDJ/DDE).
12. Idem.
13. De C. D. Jackson para Henry Luce, 28 de abril de 1958 (CDJ/DDE).
14. De C. D. Jackson para Abbott Washburn, 2 de fevereiro de 1953 (CDJ/DDE).
15. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, abril de 1997.
16. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
17. Idem.
18. Ibid.
19. Ibid. Os contatos de Irving Brown eram numerosos e variados e, dispondo de somas tão grandes em espécie, ele se descobriu lidando com alguns tipos perigosos. Documentos recém-descobertos revelaram que o Federal Bureau of Narcotics [Superintendência Federal de Narcóticos] estava seguindo Brown, em meados da década de 1960, sob a suspeita de tráfico de drogas (ou lavagem de dinheiro de operações do tráfico de drogas) para os Estados Unidos. Os documentos ligam Brown aos notórios chefões franceses do crime e a seus equivalentes italianos da Máfia. Federal Bureau of Narcotics, memorandos, outubro de 1965. Agradeço a Tony Carew por me mostrar esses documentos.



20. Tom Braden, entrevista, Virgínia, julho de 1996.
21. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.

## 11. O novo consenso

1. Jason Epstein, entrevista, Nova York, junho de 1994.
2. Irving Kristol, entrevista, Washington, julho de 1996.
3. John Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.
4. Os contatos de Sidney Hook com a CIA e com a Diretoria de Estratégia Psicológica são mencionados numa carta de Gordon Gray a Hook, de 4 de outubro de 1951 (GG/DDE). De acordo com Lawrence de Neufville, Hook era um “consultor regular da CIA em assuntos de interesse mútuo”. Em 1955, Hook esteve diretamente envolvido em negociações com Allen Dulles e Cord Meyer, na CIA, para obter financiamento para o Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, então em dificuldade.
5. Sidney Hook, “To Counter the Big Lie — A Basic Strategy”, *New York Times Magazine*, 11 de março de 1951.
6. Elliot Cohen, citado em Peter Coleman, *The Liberal Conspiracy*.
7. Norbert Muhlen, citado em Peter Coleman, *idem*.
8. “Our Country and Our Culture”, *Partisan Review*, maio-junho de 1952.
9. Norman Podhoretz, *Making It*, Londres: Jonathan Cape, 1968.
10. William Phillips, citado em Leonard Wallock (org.), *New York*.
11. Lionel Trilling, citado em Leonard Wallock, *idem*.
12. Carol Brightman, entrevista, Nova York, junho de 1994.
13. Citado em Leonard Wallock, *op. cit.*
14. Dwight Macdonald, “Politics Past”, *Encounter*, março de 1957.
15. Michael Wreszin, *A Rebel in Defense of Tradition: The Life and Politics of Dwight Macdonald*, Nova York: Basic Books, 1994.
16. Philip Rahv, citado em Hugh Wilford, *The New York Intellectuals*, Manchester: Manchester University Press, 1995.
17. De Daniel Bell para John Leonard, editor, *Sunday Times Book Review*, 16 de outubro de 1972 (MJ/HRC).
18. Jason Epstein, entrevista, Nova York, junho de 1994.
19. De Sidney Hook para Irving Brown, 31 de outubro de 1951 (IB/GMC).
20. Tom Braden, entrevista, Virgínia, agosto de 1996.
21. De C. D. Jackson para Abbott Washburn, 2 de fevereiro de 1953 (CDJ/DDE).
22. Richard Fletcher, “How CIA Money Took the Teeth out of British Socialism”, in Philip Agee e Louis Wolf, *Dirty Work: The CIA in Western Europe*, Nova York: Dorset Press, 1978.
23. Tom Braden, entrevista telefônica, junho de 1998.

## 12. A revista "X"

1. Jasper Ridley, entrevista telefônica, agosto de 1997. "Estou de pleno acordo em que a *New Statesman* é um alvo importante e deve ser tratado de maneira sistemática", disse Michael Goodwin a Nicolas Nabokov em 15 de janeiro de 1952 (CCF/CHI). Os esforços de Goodwin não foram suficientes para satisfazer seus patrocinadores secretos. O interesse de Washington em destruir a influência da *New Statesman* foi posteriormente retomado pelo Comitê Norte-americano pela Liberdade Cultural, que desprezava o "espírito de conciliação e a apatia moral [da revista] frente ao comunismo", e propôs a "publicação de um 'Inventário da *New Statesman and Nation*' que denuncie sua linha de compromisso com o totalitarismo, a ser mundialmente distribuído aos intelectuais que lêem a língua inglesa". Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, memorando, 6 de janeiro de 1955 (ACCF/NYU).
2. Malcolm Muggeridge, *Like It Was*, Londres: Collins, 1981.
3. De Tosco Fyvel para Irving Brown, 4 de agosto de 1951 (IB/GMC).
4. De C. D. Jackson para William Griffin, 11 de maio de 1953 (CDJ/DDE).
5. Kim Philby, *My Silent War*, Nova York: Grove Press, 1968.
6. Idem.
7. Christopher Montague Woodhouse, *Something Ventured*, Londres: Granada, 1982.
8. Idem.
9. Kim Roosevelt deixou a CIA em 1958 e se tornou sócio de uma empresa de relações públicas de Washington, que representava, entre outros clientes internacionais, o governo do Irã.
10. Stephen Spender, "My Parents", in *Collected Poems, 1928-1985*, Londres: Faber & Faber, 1985.
11. Stephen Spender, *Journals, 1939-1983*, Londres: Faber & Faber, 1985.
12. Anita Kermode, entrevista, Devon, julho de 1997.
13. Stephen Spender, "We Can Win the Battle for the Mind of Europe", *New York Times Magazine*, 25 de abril de 1948.
14. Idem.
15. Raymond Aron, "Does Europe Welcome American Leadership?", *Saturday Review*, 13 de janeiro de 1951.
16. Stuart Hampshire, entrevista, Oxford, dezembro de 1997.
17. Natasha Spender, entrevista telefônica, agosto de 1997.
18. De Irving Kristol para Frederic Warburg, 26 de fevereiro de 1953 (ACCF/NYU).
19. De Michael Josselson para Stephen Spender, 27 de maio de 1953 (CCF/CHI).
20. Christopher Montague Woodhouse, entrevista telefônica, julho de 1997.
21. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, abril de 1997.
22. Malcolm Muggeridge, "An Anatomy of Neutralism", *Time*, 2 de novembro de 1953.
23. Malcolm Muggeridge, *Chronicles of Wasted Time: The Infernal Grove*, Londres: Collins, 1973.

24. Jasper Ridley, carta à autora, 31 de outubro de 1997.
25. De Michael Josselson para Stephen Spender, 5 de março de 1953 (MJ/HRC).
26. De Stephen Spender para Irving Kristol, sem data (ACCF/NYU).
27. De Irving Kristol para Stephen Spender, 26 de março de 1953 (ACCF/NYU).
28. Christopher Montague Woodhouse, entrevista telefônica, julho de 1997.
29. Irving Kristol, entrevista, Washington, junho de 1994.
30. Stephen Spender, entrevista, Londres, julho de 1994.
31. Philip Larkin, in *Selected Letters of Philip Larkin, 1940-1985*, Londres: Faber & Faber, 1992.
32. John Thompson, entrevista telefônica, agosto de 1996.
33. Natasha Spender, entrevista, Maussane, julho de 1997.
34. De Irving Kristol para Michael Josselson, 15 de setembro de 1953 (CCF/CHI).
35. De Irving Kristol para Michael Josselson, 16 de setembro de 1953 (CCF/CHI).
36. Juiz Irving Kaufman, citado em *New York Times*, 5 de abril de 1951.
37. Jean-Paul Sartre, citado em Stephen J. Whitfield, *The Culture of the Cold War*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991.
38. Ben Bradlee, *A Good Life: Newspapering and Other Adventures*, Londres: Simon & Schuster, 1995.
39. Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.
40. De Douglas Dillon para o Departamento de Estado, 15 de maio de 1953 (CJD/DDE).
41. De Bowen Evans, Escritório de Pesquisa de Informações, para Jesse MacKnight, Diretoria de Estratégia Psicológica, 14 de janeiro de 1953 (PSB/DDE).
42. De Douglas Dillon para o Departamento de Estado, 15 de maio de 1953 (CJD/DDE).
43. De Charles Taquey para C. E. Johnson, Diretoria de Estratégia Psicológica, 29 de março de 1953 (CJD/DDE).
44. De C. D. Jackson para Herbert Brownell, 23 de fevereiro de 1953 (CJD/DDE).
45. C. D. Jackson, "Memo for the file", 27 de maio de 1953 (CJD/DDE).
46. Notas manuscritas de uma reunião do gabinete ministerial, 19 de junho de 1953 (WHO/DDE).
47. Idem.
48. Ibid.
49. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
50. Do Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural para o presidente Eisenhower, 13 de junho de 1953 (CCF/CHI).
51. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
52. Citado em Hugh Wilford, *The New York Intellectuals*.
53. Leslie Fiedler, "A Postscript to the Rosenberg Case", *Encounter*, outubro de 1953.
54. Alger Hiss era um diplomata promissor que, em 1949, ficou sob suspeita de ser espião soviético no Departamento de Estado. Indiciado por perjúrio por um grande

- júri federal, seu caso ganhou os jornais e consumiu o corpo político da América. Hiss acabou sendo condenado por perjúrio, mas não por espionagem — e sentenciado a cinco anos de prisão em janeiro de 1950.
55. Leslie Fiedler, “A Postscript to the Rosenberg Case”, *Encounter*, outubro de 1953.
56. De James T. Farrell para Meyer Schapiro, 4 de setembro de 1940 (MS/COL).
57. Sidney Hook, citado em Irving Kristol para Michael Josselson, 4 de agosto de 1953 (CCF/CHI).
58. E. M. Forster, citado em Stephen Spender para Michael Josselson, 22 de outubro de 1953 (MS/COL).
59. De Stephen Spender para Michael Josselson, idem.
60. Ibid.
61. Natasha Spender, entrevista telefônica, maio de 1997.
62. Christopher Montague Woodhouse, entrevista telefônica, dezembro de 1997. Woodhouse não conseguiu lembrar onde ocorreu essa cena. Vez por outra, ele topava com Spender em reuniões sociais. Também contribuiu para a revista *Encounter*, embora tivesse o escrúpulo de proteger sua filiação ao MI6, escondendo-a de seus editores e, naturalmente, de seus leitores.
63. De Stephen Spender para Michael Josselson, 22 de outubro de 1953 (CCF/CHI).
64. Anthony Hartley, *The Spectator*, 9 de outubro de 1953. Se Hartley tinha algum receio nessa ocasião, deve ter-se convencido de que estava errado. Em 1962, quando se tornou editor estrangeiro da *Spectator*, metade de seu salário era paga pela *Encounter*, da qual ele acabou se tornando co-editor, ao lado de Melvin Lasky. Havia uma espécie de padrão nesse tipo de conversão. Josselson seguia as pegadas dos críticos, fossem eles da *Encounter* ou do Congresso em geral, e dedicava sua energia a “enquadrá-los nas regras”. Em 1955, poucos meses depois de ter dito na *New Statesman* que a *Encounter* era “vista com suspeita, porque era obviamente subsidiada e as pessoas queriam saber por quem, e quem ditava sua ‘linha editorial’”, David Daiches apareceu como um dos colaboradores da revista, o que foi uma vitória pequena, mas significativa, no que Neil Berry descreveu como a campanha da *Encounter* “para minar a hegemonia ideológica da *New Statesman*”. Neil Berry, “Encounter”, *London Magazine*, fevereiro-março de 1995.
65. Graham Hough, texto de uma transmissão radiofônica do Third Program, BBC Radio, maio de 1954 (CCF/CHI).
66. A. J. P. Taylor, *Listener*, 8 de outubro de 1953.
67. De Mary McCarthy para Hannah Arendt, citada em Carol Brightman (org.), *Between Friends: The Correspondence of Hannah Arendt and Mary McCarthy 1949-1975*, Londres: Secker & Warburg, 1995.
68. Richard Wollheim, entrevista telefônica, dezembro de 1997.
69. De Stephen Spender para Irving Kristol, 24 de abril de 1954 (CCF/CHI).
70. De Michael Josselson para Irving Kristol, 4 de outubro de 1954 (CCF/CHI).
71. De Stephen Spender para Michael Josselson, 10 de julho de 1955 (CCF/CHI).

### 13. Um baita desassossego

1. Susan Mary Alsop, *To Marietta from Paris*.
2. Richard Rovere, citado em Stephen Whitfield, *The Culture of the Cold War*.
3. Arthur Miller, *Timebends*.
4. William Colby, entrevista, Washington, junho de 1994.
5. Howard Fast, citado em Natalie Robins, *Alien Ink*.
6. Citado em Stephen Whitfield, op. cit.
7. Stephen Whitfield, op. cit.
8. Citado em Taylor D. Littleton e Maltby Sykes, *Advancing American Art: Painting, Politics and Cultural Confrontation*, Alabama: University of Alabama Press, 1989.
9. Telegramas do Departamento de Estado e da USIA, abril-julho de 1953 (SD.CA/RG59/NARA).
10. Da embaixada dos Estados Unidos em Paris para o Departamento de Estado, 20 de abril de 1953 (SD.CA/RG59/NARA).
11. Tom Braden lembrou-se de ter ficado “muito assustado” com a notícia de que Thomas Mann vinha-se preparando para “desertar” de volta à Europa. Mann de fato retornou à Europa, em caráter permanente, em 1952.
12. Stephen Whitfield, op. cit.
13. Natalie Robins, op. cit.
14. Idem.
15. Arthur Miller, op. cit.
16. Murray Kempton, citado em Natalie Robins, op. cit.
17. Notas manuscritas da reunião do gabinete ministerial, 10 de julho de 1953 (WHO/DDE).
18. Robert W. Merry, *Taking on the World: Joseph and Stewart Alsop, Guardians of the American Century*, Nova York: Viking Penguin, 1996.
19. Lyman Kirkpatrick, *The Real CIA*, Nova York: Macmillan, 1968.
20. Idem.
21. Roy Cohn, *McCarthy*, Nova York: New American Library, 1968.
22. Arthur Schlesinger, entrevista, Nova York, junho de 1994.
23. John Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.
24. Kai Bird, entrevista, Washington, junho de 1994.
25. James T. Farrell, citado em Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, “Minutes of Planning Conference”, 1º de março de 1952 (IB/GMC).
26. Dwight Macdonald, idem.
27. Bertram Wolfe, *ibid.*
28. Boris Shub, *ibid.*
29. Richard Rovere, *ibid.*
30. De Mary McCarthy para Hannah Arendt, 14 de março de 1952, in Carol Brightman (org.), *Between Friends*.

31. Idem.
32. Ibid.
33. Max Eastman, "Who Threatens Cultural Freedom in America?", 29 de março de 1952 (ACCF/NYU).
34. Idem.
35. Richard Rovere, "Communists in a Free Society", 29 de março de 1952 (ACCF/NYU).
36. Arthur Schlesinger, entrevista, Nova York, agosto de 1996.
37. De Frank Wisner, subdiretor da CIA, para o subdiretor assistente de coordenação política, in Michael Warner (org.) *Cold War Records: The CIA Under Harry Truman*, Washington: Center for the Study of Intelligence, CIA, 1994.
38. Idem.
39. De Arthur Schlesinger para Nicolas Nabokov, 18 de junho de 1951 (NN/HRC).
40. De acordo com o *Final Report of the Church Committee*, 1976, "respaldar" era o termo usado pela CIA para "fornecer verificação e apoio apropriados às providências de dissimulação tomadas para um agente ou espião, ao prever investigações ou outros atos que possam pôr em risco a credibilidade de seu disfarce".
41. Tom Braden, entrevista telefônica, outubro de 1997.
42. Jasper Ridley, carta à autora, 31 de outubro de 1997.
43. T. R. Fyvel, "The Broken Dialogue", *Encounter*, abril de 1954.
44. Leslie Fiedler, "McCarthy", *Encounter*, agosto de 1954.
45. Peregrine Worsthorne, "America — Conscience or Shield?", *Encounter*, novembro de 1954.
46. Essa noção de "McCarthy como um homem, não como um fenômeno" faz eco à visão da CIA de como abordar a questão. Parece razoável presumir que Nabokov estivesse repetindo a "orientação" oficial de Wisner sobre o assunto, como fez efetivamente Leslie Fiedler em seu ensaio na *Encounter* (op. cit.), que enfocou McCarthy como uma gárgula viva, "com sua cabeça trêmula por causa da paralisia".
47. De Nicolas Nabokov para Arthur Schlesinger, 21 de abril de 1952 (ACCF/NYU).
48. Lee Williams, entrevista, Washington, julho de 1996.
49. John Steinbeck, citado em Peter Vansittart, *In the Fifties*.
50. John Henry Faulk, citado em Peter Vansittart, idem.
51. Joseph e Stewart Alsop, "Why Has Washington Gone Crazy?", *Saturday Evening Post*, 29 de julho de 1950.
52. Idem.
53. Sidney Hook, "To Counter the Big Lie — A Basic Strategy", *New York Times Magazine*, 11 de março de 1951.
54. Irving Kristol, carta ao *New York Times*, 10 de agosto de 1952 (ACCF/NYU).
55. De Stephen Spender para Czeslaw Milosz, 12 de outubro de 1953 (CCF/CHI).
56. Tom Braden, entrevista, Virgínia, julho de 1996.

57. Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.
58. De Michael Josselson para Shepard Stone, 12 de janeiro de 1968 (MJ/HRC).
59. De Mary McCarthy para Hannah Arendt, 2 de dezembro de 1952, in Carol Brightman (org.), *Between Friends*.
60. Roy Cohn, op. cit.
61. Tom Braden, entrevista, Virgínia, agosto de 1996.
62. R. Harris Smith, OSS.
63. Idem.
64. Cord Meyer, *Facing Reality*.
65. Idem.
66. Dwight Macdonald, citado em Michael Wreszin, *A Rebel in Defense of Tradition*.
67. Taylor D. Littleton e Maltby Sykes, *Advancing American Art*.
68. William Fulbright, "In Thrall to Fear", *The New Yorker*, 8 de janeiro de 1972.
69. Richard Bissell, *Reflections of a Cold Warrior*.
70. Tom Braden, "What's Wrong with the CIA?", *Saturday Review*, 5 de abril de 1975.

#### 14. Música e verdade, *ma non troppo*

1. Josselson decidiu fechar a *Science and Freedom* em 1961. Kingsley Martin alegou que isso foi feito num acesso de ressentimento típico da Guerra Fria, porque o Comitê de Ciência e Liberdade estava planejando um simpósio público sobre política nuclear. Josselson era um defensor apaixonado do poderio atômico, e é bem possível que tenha ficado em dúvida quanto às intenções de Polanyi. Mas o próprio Polanyi, nessa ocasião, vinha exibindo todos os sinais de um distúrbio mental, talvez um colapso nervoso, de modo que é difícil dizer. Josselson resolveu patrocinar uma revista trimestral nova e mais erudita, *Minerva*, a ser editada por Edward Shils.
2. Peter Coleman, *The Liberal Conspiracy*.
3. Idem.
4. De Michael Josselson para Walter Laqueur, 1º de abril de 1955 (CCF/CHI).
5. Peter Coleman, op. cit.
6. James McAuley, "Proposal for an Australian Quarterly Magazine", sem data (IB/GMC). O sucessor de McAuley foi Peter Coleman, que publicara em 1989 *The Liberal Conspiracy* anunciado como a explicação completa sobre o Congresso pela Liberdade Cultural. No entanto, Coleman também admitiu não haver conseguido obter nenhuma "notícia significativa de fontes oficiais sobre a extensão do envolvimento da CIA". Na falta de tais informações, resolveu que "as perguntas de capa-e-espada sobre quem pagou a quem, como e por quê" eram suficientemente insignificantes para ser ignoradas por completo. Na condição de ex-militante da organização sobre a qual escreveu, Coleman é necessariamente parcial, mas suas credenciais de historiador oficial do Congresso são impecáveis, e *The Liberal Conspiracy* é uma fonte de valor inestimável.

7. Peter Coleman, op. cit.
8. John Thompson, entrevista telefônica, agosto de 1996.
9. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
10. Melvin Lasky, "Some Notes on *Preuves, Encounter* and *Der Monat*", abril de 1956 (CCF/CHI).
11. Idem.
12. Ibid.
13. Robert Silvers, citado em Carol Brightman, *Writing Dangerously*.
14. Al Alvarez, *New Statesman*, 29 de dezembro de 1961.
15. Conor Cruise O'Brien, *New Statesman*, 20 de dezembro de 1962.
16. Jason Epstein, entrevista, Nova York, junho de 1994.
17. Malcolm Muggeridge, *New Statesman*, 19 de maio de 1967.
18. Malcolm Muggeridge, *Esquire*, janeiro de 1973.
19. Herbert Read, discurso "Masterpieces of the Twentieth Century", Paris, abril de 1952 (ACCF/NYU).
20. Nicolas Nabokov, *New York Herald Tribune*, 8 de fevereiro de 1953.
21. De Nicolas Nabokov para Julius Fleischmann, 6 de maio de 1953 (ACCF/NYU).
22. *Musical America*, maio de 1954.
23. Susan Sontag, "Pilgrimage", *The New Yorker*, 21 de dezembro de 1987.
24. De Pierre Boulez para Nicolas Nabokov, sem data, 1954 (CCF/CHI).
25. De Nicolas Nabokov para Julius Fleischmann, 7 de setembro de 1954 (CCF/CHI).
26. Unesco manifestara seu desejo de ser sepultado em sua pátria, a Romênia. De acordo com Diana Josselson, entretanto, quando ele faleceu, em maio de 1955, Nabokov e Josselson engajaram-se numa disputa frenética para impedir que seu corpo saísse da França. Lograram êxito, e Unesco foi enterrado em Paris, no cemitério Père Lachaise.
27. De C. D. Jackson para Cecil Morgan, 26 de março de 1957 (CDJ/DDE).
28. De C. D. Jackson para Theodore Streibert, diretor da USIA, 28 de julho de 1955 (CDJ/DDE).
29. De C. D. Jackson para Allen Dulles, 20 de maio de 1953 (CDJ/DDE).
30. De Julius Fleischmann para C. D. Jackson, 17 de fevereiro de 1953 (CDJ/DDE).
31. De C. D. Jackson para George Sloan, 17 de março de 1953 (CDJ/DDE).
32. Do Comitê Norte-americano pela Liberdade Cultural para Al Manuti, Federação Norte-Americana de Músicos, 21 de fevereiro de 1951 (ACCF/NYU).
33. Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, "Declaração de princípios", 1953 (IB/GMC).
34. George F. Kennan, "International Exchange in the Arts", in *Perspectives*, verão de 1956.
35. Quando Lasky descobriu, em 1956, que seu assistente de pesquisa no livro oficial sobre a Hungria (*The Hungarian Revolution*) tinha sido um nazista execrado, sua



primeira reação foi de pragmatismo: “Ah, meu Deus, agora vão estraçalhar o livro, serei difamado por ter-me associado a ele.” No entanto, julgou melhor não fazer nada: “Engoli minhas inquietações e deixei que ele continuasse no projeto.” Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.

36. Lee Williams, entrevista, Washington, junho de 1994.
37. De James T. Farrell para Meyer Schapiro, 25 de julho de 1942 (MS/COL).
38. De Arthur Schlesinger para James T. Farrell, 16 de março de 1955 (ACCF/NYU).
39. De Clinton Rossiter para Sol Stein, 10 de novembro de 1955 (ACCF/NYU).
40. Jason Epstein, entrevista, Nova York, agosto de 1996.
41. Hannah Arendt certa vez descreveu os ex-comunistas como comunistas “de pernas para o ar”. A idéia frisada por ela e George Urban é que a Guerra Fria era uma causa polêmica e, como tal, apelava para a imagem radical que muitos intelectuais faziam de si mesmos. “O vocabulário de oposição se manteve intacto e o sentimento de crítica militante foi preservado, ainda que seu alvo tenha passado do capitalismo para o comunismo.” Andrew Ross, *No Respect: Intellectuals and Popular Culture*, Londres: Routledge, 1989.
42. George Urban, *Radio Free Europe and the Pursuit of Democracy: My War Within the Cold War*, Nova York: Yale University Press, 1997.
43. De Michael Josselson para Sidney Hook, 23 de novembro de 1955 (CCF/CHI).
44. De Sol Stein para Norman Thomas, 27 de abril de 1955 (ACCF/NYU).
45. De Norman Thomas para Sol Stein, 28 de abril de 1955 (ACCF/NYU).
46. De Cord Meyer para Arthur Schlesinger, 16 de maio de 1955 (SCHLES/BU). Embora Schlesinger tenha recordado apenas um relacionamento com seus amigos da CIA durante esses anos, seus papéis, depositados na Biblioteca John F. Kennedy, em Boston, indicam um envolvimento mais profundo. Schlesinger parece ter funcionado como o contato de Cord Meyer no Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, enviando-lhe as atas das reuniões executivas e, de modo geral, mantendo-o a par dos acontecimentos internos. Não se sabe ao certo quão formal era esse arranjo, mas, num memorando ao presidente Kennedy, Schlesinger reconheceu, tempos depois, ter servido como “consultor periódico da CIA” nos anos decorridos desde a Segunda Guerra Mundial. Arthur Schlesinger, “Subject: CIA Reorganization”, 30 de junho de 1961 (NSF/JFK).
47. De Michael Josselson para Irving Kristol, 7 de abril de 1956 (CCF/CHI). Russell decerto não estava senil, mas dava sinais de sua vontade de “viver até os noventa anos, para poder dizer todas as coisas erradas”. Na cabeça de Josselson, Russell já não sabia dizer nada certo e, em 1963, ele se perguntou, esperançosamente, se “o sacana” poderia “fazer-nos o favor de morrer”. De Michael Josselson para Edward Shils, 10 de abril de 1963 (MJ/HRC).
48. Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, carta aberta a Bertrand Russell, *New York Times*, 6 de abril de 1956 (ACCF/NYU).

49. Do comitê executivo do Congresso pela Liberdade Cultural para o Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, 24 de abril de 1956 (IB/GMC).
50. De James T. Farrell para Meyer Schapiro, 5 de agosto de 1941 (MS/COL).
51. De James T. Farrell, carta com seu pedido de demissão, para Norman Jacobs, 28 de agosto de 1956 (CMS/COL).
52. De Michael Josselson para Norman Thomas, 27 de setembro de 1956 (ACCF/NYU).

## 15. Os meninos de Ransom

1. De acordo com a mitologia da CIA, “aposentadoria” é uma denominação meio equivocada. “Uma vez integrante da CIA, sempre integrante da CIA”, diz o bordão. O processo mediante o qual as pessoas que saíam da Agência continuavam fiéis (e úteis) a ela era conhecido como “banho de desinfecção dos carneiros”. Posteriormente, contudo, muitos alegariam que Braden não se enquadrava nesse arquétipo e que, na verdade, era um dedo-duro.
2. *Final Report of the Church Committee*, 1976.
3. Grupo de Estudos Doolittle sobre Informações Secretas no Exterior, citado em Stephen Whitfield, *The Culture of the Cold War*.
4. Tom Braden, entrevista, Virgínia, agosto de 1996.
5. Lee Williams, entrevista, Washington, julho de 1996.
6. Diana Josselson, entrevista, Genebra, maio de 1996.
7. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
8. Donald Jameson, entrevista, Washington, junho de 1994.
9. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, fevereiro de 1997.
10. Lee Williams, entrevista, Washington, julho de 1996.
11. Cord Meyer, *Facing Reality*.
12. William Sloane Coffin, citado em Jessica Mitford, *The Trial of Dr. Spock, the Rev. William Sloane Coffin, Jr., Michael Ferber, Mitchell Goodman and Marcus Raskin*, Londres: Macdonald, 1969. Posteriormente, Coffin voltou a sua vocação original e se tornou capelão da Universidade de Yale.
13. William Corson, *The Armies of Ignorance: The Rise of the American Intelligence Empire*, Nova York: Dial Press, 1997.
14. Doug Henwood, “Spooks in Blue”, *Grand Street*, vol. 7/3, primavera de 1998.
15. Idem.
16. Tom Mangold, *Cold Warrior: James Jesus Angleton, The CIA's Master Spy Hunter*, Nova York: Simon & Schuster, 1991.
17. Idem.
18. Clare Booth Luce, citada em Tom Mangold, *ibid.*
19. Ian Hamilton, *Robert Lowell: A Biography*, Nova York: Random House, 1982.

20. De John Crowe Ransom para David McDowell, 11 de agosto de 1953 (RH/COL). A indiferença de Ransom com relação à notícia da oferta de emprego feita pela CIA a seu protegido sugere ser bem possível que ele fosse a “linha de contato” oficiosa de Meyer no Kenyon.
21. Lee Williams, entrevista, Washington, julho de 1996.
22. Jason Epstein, entrevista, Nova York, junho de 1994.
23. John Thompson, citado em Richard Elman, *The Aesthetics of the CIA* (manuscrito inédito).
24. De Timothy Foote para Michael Josselson, 5 de março de 1956 (CCF/CHI).
25. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
26. Idem.
27. Ibid.
28. Chefe da Equipe de Ação Secreta, CIA, citado em *Final Report of the Church Committee*, 1976.
29. Idem.
30. *New York Times*, 25 de dezembro de 1977.
31. E. Howard Hunt, *Undercover: Memoirs of an American Secret Agent. The New Class*, foi publicado em colaboração com o Congresso pela Liberdade Cultural.
32. Eugene Fodor, citado em *New York Times*, 25 de dezembro de 1977.
33. Carol Brightman, entrevista, Nova York, junho de 1994.
34. Richard Elman, entrevista, Nova York, junho de 1994. Richard Elman também achava que “o interesse da CIA pela literatura de ficção e seus criadores e editores foi retratado por algumas pessoas como uma benevolência mal orientada, ou até como uma defesa dos valores e liberdades humanos do Ocidente contra a mentalidade totalitária, mas tinha também a profunda intenção de ser um ‘truque’ da Agência, um modo de influenciar a consciência, uma tentativa de ‘apropriação antecipada’, no jargão da Agência”. Richard Elman, *The Aesthetics of the CIA*. Ver também Jason Epstein, “The CIA and the Intellectuals”, *New York Review of Books*, 20 de abril de 1967, onde ele afirma que a CIA e seus aliados “não eram movidos por um amor desinteressado ao intelecto nem por convicções estéticas profundas, mas estavam interessados em preservar e ampliar o poderio norte-americano”.
35. Allen Ginsberg, “T. S. Eliot Entered My Dreams”, *City Lights Journal*, primavera de 1978.
36. Irving Kristol, citado em Peter Steinfels, *The Neoconservatives: The Men Who Are Changing American Politics*, Nova York: Simon & Schuster, 1979. Como assinalou Christopher Lasch, o elitismo dos intelectuais que antes haviam sido atraídos pelo leninismo nada tinha de contraditório: “mesmo depois de se dissociarem do conteúdo materialista [do leninismo], eles se agarravam à visão benevolente dos intelectuais como a vanguarda da história”. Christopher Lasch, “The Cultural Cold War”, *The Nation*, 11 de setembro de 1967.

37. Allen Tate, citado em Marian Janssen, *The Kenyon Review 1939-1970*, Mijmegen: M. Janssen, 1987.
38. Dwight Macdonald, citado em Andrew Ross, *No Respect*. Alexander Solzhenitsyn usou uma metáfora semelhante, embora mais expressiva, ao descrever a cultura popular norte-americana como estrume líquido infiltrando-se por baixo da porta.
39. Robert Lowell, discurso de formatura, Kenyon College, 1940, citado em Ian Hamilton, op. cit.
40. Richard Elman, entrevista, Nova York, junho de 1994.
41. Comissão julgadora do Prêmio Bollingen, citada em William Barrett, "A Prize for Ezra Pound?", *Partisan Review*, vol. 16/4, 1949.

## 16. Garatuja yanques

1. George Dondero, citado em William Hauptman, "The Suppression of Art in the McCarthy Decade", *Artforum*, outubro de 1973. Em 1957, George Dondero recebeu a Medalha de Ouro de Honra da Liga Norte-americana de Pintores Profissionais [American Artists Professional League] (AAPL), "por sua denúncia, no Congresso, do comunismo na arte". Comunicado da AAPL para divulgação na mídia, 30 de março de 1957.
2. Harold Harby, citado em William Hauptman, op. cit.
3. As filiações comunistas desses pintores foram cuidadosamente documentadas pela Comissão Congressional para Investigação de Atividades Antiamericanas, cujos arquivos foram citados nas Atas do Congresso Nacional de maio de 1947. A lista negra abarca mais de quarenta nomes, entre os quais se incluem os de William Baziotos, Stuart Davis, Arthur Dove, Adolph Gottlieb, Philip Guston e John Marin. House Congressional Record, 13 de maio de 1947.
4. Frederic Taubes, *Encyclopaedia Britannica*, 1946.
5. Budd Hopkins, citado em Frances Stonor Saunders, *Hidden Hands: A Different History of Modernism*, Londres: Channel 4 Television, 1995.
6. Clement Greenberg, "The Decline of Cubism", *Partisan Review*, março de 1948.
7. Robert Hughes, *American Visions: The Epic History of Art in America*, Nova York: Knopf, 1997.
8. Jason Epstein, entrevista, Nova York, junho de 1994.
9. Taylor D. Littleton e Maltby Sykes, *Advancing American Art*. "Foi [num] amplo contexto de diplomacia cultural que 'Advancing American Art' foi composto e projetado, como um dos elementos de uma definição internacional da segurança, da estabilidade e do esclarecimento norte-americanos."
10. Alfred M. Frankfurter, citado em Taylor D. Littleton e Maltby Sykes, idem.
11. Citado em Taylor D. Littleton e Maltby Sykes, *ibid*.
12. Senador Brown, House Congressional Record, 14 de maio de 1947.

13. Jane De Hart Mathews, "Art and Politics in Cold War America", *American Historical Review*, vol. 81/4, outubro de 1976.
14. Tom Braden, entrevista, Virgínia, junho de 1994.
15. Clement Greenberg, "Avant-Garde and Kitsch", *Partisan Review*, outono de 1939.
16. Tom Braden, entrevista, Virgínia, junho de 1994.
17. Idem.
18. Philip Dodd, entrevista, Londres, julho de 1994.
19. Donald Jameson, entrevista, Washington, junho de 1994.
20. Idem.
21. E. J. Kahn, "Man of Means", *The New Yorker*, 11 de agosto de 1951.
22. David Wise e Thomas B. Ross, *The Espionage Establishment*, Nova York: Random House, 1967.
23. Russell Lynes, *Good Old Modern: An Intimate Portrait of the Museum of Modern Art*, Nova York: Atheneum, 1973.
24. G. Hellman, "The Imperturbable Noble", *The New Yorker*, 7 de maio de 1960.
25. Idem.
26. Citado em Carl Bernstein, "The CIA and the Media", *Rolling Stone*, 20 de outubro de 1977.
27. Eva Cockcroft, "Abstract Expressionism: Weapon of the Cold War", *Artforum*, vol. 12/10, junho de 1974.
28. Idem.
29. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, abril de 1997.
30. Michael Kimmelman, "Revisiting the Revisionists: the Modern, its Critics, and the Cold War", *Studies in Modern Art 4*, Nova York: Museum of Modern Art, 1994.
31. Museum of Modern Art, Report of the Trustees [Relatório dos curadores], 1945, in Alfred Barr, *Painting and Sculpture in the Museum of Modern Art 1929-1967: An Illustrated Catalogue and Chronicle*, Nova York: Museum of Modern Art, 1977.
32. Idem.
33. Lincoln Kirstein, *Harper's Magazine*, outubro de 1948.
34. Samuel Kootz, citado em Lynn Zelevansky, "Dorothy Miller's 'Americans' 1942-1963", *Studies in Modern Art 4*, Nova York: Museum of Modern Art, 1994.
35. Dwight Macdonald, "Action on West 53rd Street", *The New Yorker*, 12 e 19 de dezembro de 1953.
36. Lynn Zelevansky, op. cit.
37. Ao fazer a crítica da exposição retrospectiva de 1943, "Romantic Painting in America" ["A pintura romântica nos Estados Unidos"] (que incluiu Bingham, Burchfield, Eakins, Homer e Watkin), Greenberg a descartou como representativa de "um período em que ossos ressequidos são recobertos de carne, cadáveres são ressuscitados e ilusões são revividas por nossos nervos em frangalhos, em todos os campos do esforço humano". Clement Greenberg, "Art", *The Nation*, 1º de janeiro de 1944.

38. De Alfred Barr para Henry Luce, 24 de março de 1949 (AB/MoMA).
39. Alfred Barr, introdução do catálogo *The New American Painting*, 1958. Fartamente ilustrado, o catálogo foi produzido graças a “duas doações generosas — uma de um doador britânico, que deseja ser mantido no anonimato, e uma da USIA”.
40. Russell Lynes, op. cit.
41. Da embaixada dos Estados Unidos em Paris para o Departamento de Estado, 11 de junho de 1953 (SP.CA/RG59/NARA).
42. Waldo Rasmussen, entrevista, Nova York, junho de 1994.
43. Idem.
44. James Johnson Sweeney, comunicado para divulgação na imprensa, 18 de abril de 1952 (ACCF/NYU).
45. Alfred Barr, “Is Modern Art Communistic?”, *New York Times Magazine*, 14 de dezembro de 1952.
46. Os doze pintores foram Jackson Pollock, Arshile Gorky, John Kane, David Smith, Ben Shahn, Alexander Calder, John Marin, Morris Graves, Stuart Davis, Edward Hopper, Ivan Albright e Theodore Roszak.
47. Da embaixada dos Estados Unidos em Paris para o Departamento de Estado, 11 de junho de 1953 (NA, RG59). Jean Cassou era um homem de ligação chave entre os meios artísticos de Nova York e Paris. Poeta de pouca expressão, nomeado para dirigir o Musée National d’Art Moderne como prêmio por suas atividades na Resistência, Cassou era um *haut fonctionnaire* que entendia menos de arte que de como se ligar a grupos politicamente significativos, inclusive o Congresso pela Liberdade Cultural.
48. Embaixada dos Estados Unidos em Paris, idem.
49. De Julius Fleischmann para Bob Thayer, 25 de fevereiro de 1960 (CCF/CHI).
50. De Monroe Wheeler para Nicolas Nabokov, 9 de abril de 1954 (CCF/CHI).
51. As revistas do Congresso forneciam uma base útil para as críticas favoráveis à nova arte. Michael Josselson reconhecia plenamente a importância política da abstração, que acreditava ser a resposta da democracia ao realismo socialista (leia-se “social”). Após um debate público, no começo de 1954, no qual se disse que Alberto Moravia teria aderido ao ponto de vista comunista no tocante ao realismo socialista, Josselson ficou furioso. Escreveu de imediato a Nicolas Nabokov, então em Roma, instruindo-o a organizar uma reunião em que as declarações de Moravia fossem desacreditadas e em que ele mesmo fosse denunciado como “hipócrita”. De Michael Josselson para Nicolas Nabokov, 22 janeiro de 1954 (CCF/CHI). No ano seguinte, depois de ler um artigo do crítico de arte John Berger, da *New Statesman*, que criticara uma exposição de pintores italianos em Londres por haver excluído realistas como Renato Guttuso (cuja obra, nas palavras de Berger, provava que “não é necessário um pintor da Europa Ocidental cortar sua mão direita e pintar como se fosse um velho acadêmico de Moscou, nem tampouco cortar a mão esquerda para se sentir à vontade no Museu de Arte Moderna de Nova York”), Melvin Lasky escreveu a Josselson: “Se algum dia for feita aquela brochura devastadora

- sobre a *New Statesman and Nation*, ela deverá incluir o credo de seu crítico de arte, o simpatizante do partido comunista John Berger, que está na p. 180 do número de 5 de fevereiro [de 1955]. Dê uma olhada — e arranque os cabelos.” De Melvin Lasky para Michael Josselson, 7 de fevereiro de 1955 (CCF/CHI).
52. De Michael Josselson para Porter McCray, 8 de outubro de 1956 (CCF/CHI).
  53. Recorte de jornal (fonte não identificável), verão de 1955 (ACCF/ NYU).
  54. Dwight D. Eisenhower, “Freedom in the Arts”, discurso proferido no 25º aniversário do MoMA, 19 outubro de 1954, in *Museum of Modern Art Bulletin*, 1954.
  55. August Heckscher, discurso proferido no 25º aniversário do MoMA, idem. Heckscher trabalhava no *New York Herald Tribune*, uma publicação de propriedade de Whitney que defendia sistematicamente os expressionistas abstratos.
  56. George Kennan, “International Exchange in the Arts”, discurso feito no Conselho do MoMA, 1955, publicado em *Perspectives*, verão de 1956.
  57. Idem.
  58. Ibid. [grifo meu].
  59. De Ruby D’Arschot para Julius Fleischmann, 28 de outubro de 1959 (CCF/CHI).
  60. Citado em Clifford Ross, *Abstract Expressionism: Creators and Critics*, Nova York: Abrams, 1990.
  61. Citado em Clifford Ross, idem.
  62. Adam Gopnik, “The Power Critic”, *The New Yorker*, 16 de março de 1998.
  63. John Canaday, *New York Times*, 8 de agosto de 1976.
  64. Idem.
  65. Jason Epstein, entrevista, Nova York, junho de 1994.
  66. Dwight Macdonald, op. cit.
  67. Paul Burlin, citado em Serge Guilbaut, *How New York Stole the Idea of Modern Art*, Chicago: University of Chicago Press, 1983.
  68. Alan Filreis, “Beyond the Rhetorician’s Touch: Stevens’s Painterly Abstractions”, *American Literary History*, primavera de 1992.
  69. Barnett Newman, introdução do catálogo da I Exposição de Pintores Modernos Norte-americanos, Riverside Museum, janeiro de 1943.
  70. De Willem para Kooning, citado em Clifford Ross, op. cit.
  71. Jackson Pollock, citado em Clifford Ross, op. cit.
  72. Robert Motherwell, citado em Clifford Ross, op. cit.
  73. De Robert Motherwell para Patrick Heron, 2 de setembro de 1975. Agradeço a Patrick Heron por ter-me mostrado essa carta.
  74. Ad Reinhardt, citado em Annette Cox, *Art-as-Politics: The Abstract Expressionist Avant-Garde and Society*, UMI Research Press, 1982.
  75. Giles Scott-Smith, *The Politics of Apolitical Culture: The Congress for Cultural Freedom and the Cultural Identity of Post-War American Hegemony, 1945-1960* (tese de doutorado inédita, Lancaster University, 1998).

76. Philip Dodd, entrevista, Londres, julho de 1994.
77. Saul Bellow, *O legado de Humboldt*.

## 17. As Fúrias guardiãs

1. Dwight D. Eisenhower, citado em Stephen Whitfield, *The Culture of the Cold War*. Embora os propagandistas do governo Eisenhower gostassem de falar em uso de armas espirituais, o Departamento de Defesa lançou um programa de gastos com uma reserva de armas nucleares e não nucleares no montante de 354 bilhões de dólares, em menos de seis anos.
2. Daniel Boorstin, citado em Taylor D. Littleton e Maltby Sykes, *Advancing American Art*.
3. Paul Nitze, citado em Evan Thomas, *The Very Best Men*.
4. Os antepassados de Eisenhower eram menonitas, mas, quando se estabeleceram no Texas, não havia nenhuma igreja menonita, de modo que eles liam a Bíblia.
5. John Kobler, *Henry Luce: His Time, Life and Fortune*, Londres: Macdonald, 1968.
6. Idem.
7. Ibid.
8. Sidney Hook, “The New Failure of Nerve”, *Partisan Review*, janeiro de 1953. Em dezembro de 1951, o chefe da Diretoria de Estratégia Psicológica recomendou a Tracy Barnes, da CIA, que Niebuhr fosse procurado para ser um possível “consultor” da Diretoria. De Gordon Gray para Tracy Barnes, 21 de dezembro de 1951 (GG/DDE). Isso, combinado com a posição de Niebuhr como presidente do Comitê Consultivo da Equipe de Planejamento Político (que supervisionou a criação da CIA), significou que o teólogo estava numa posição ideal para “fazer de Deus um instrumento da política nacional”.
9. Whittaker Chambers, *Witness*, Chicago: Regnery, 1952.
10. Harry S. Truman, Address to Congress, 12 de março de 1947, reproduzido in Harry S. Truman, *Memoirs: Year of Decisions*.
11. George Santayana, citado em Gore Vidal, *Palimpsest*, Londres: André Deutsch, 1995 [*Palimpsesto: memórias*, trad. Roberto Grey, Rio de Janeiro: Rocco, 1996].
12. Billy Graham, citado em Stephen Whitfield, op. cit.
13. Norman Mailer, *Armies of the Night*, Nova York: New American Library, 1968 [*Os exércitos da noite*, trad. Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: Record, 1986(?)].
14. Arthur Miller, *Timebends* [*Uma vida*, trad. Raul de Sá Barbosa, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, c1989].
15. Idem.
16. Leslie Fiedler, citado em Taylor D. Littleton e Maltby Sykes, op. cit.
17. De Sol Stein para a Aware, Inc., 28 de janeiro de 1955 (ACCF/NYU).
18. Idem.



19. Ibid.
20. Da Aware Inc. para Sol Stein, 26 de fevereiro de 1955 (ACCF/NYU).
21. De Sol Stein para Whittaker Chambers, 20 de dezembro de 1954 (ACCF/NYU).
22. Whittaker Chambers, op. cit.
23. André Malraux, citado em Stephen Whitfield, op. cit.
24. Arthur Miller, op. cit.
25. Estado-Maior das Forças Armadas dos EUA, "Presentation of 'Militant Liberty' to Chief of Naval Operations", 16 dezembro de 1955 (PSB/HT).
26. Christopher Simpson, entrevista, Washington, junho de 1994.
27. Estado-Maior das Forças Armadas dos EUA, "Report of Conference in California in Connection with Cornelius Vanderbilt Whitney's 'American Film Series' and 'Militant Liberty'", 5 de julho de 1956 (PSB/HT).
28. Idem.
29. Cornelius Vanderbilt Whitney, citado em ibid.
30. Estado-Maior das Forças Armadas dos EUA, ibid.
31. Arthur Miller, op. cit.
32. Gore Vidal, op. cit.
33. De C. D. Jackson para Henry Luce, 19 de maio de 1953 (CDJ/DDE).
34. De Turner Shelton, da Motion Picture Service, para Cecil B. DeMille, 11 de maio de 1953 (CDJ/DDE).
35. De Geoffrey Shurlock para Andrew Smith, Motion Picture Service, 28 de setembro de 1954 WHO/NSC/DDE.
36. Idem.
37. Carleton Alsop, Hollywood Reports, 1953 (CDJ/DDE).
38. Idem. Apesar da postura adotada pela Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor contra "a representação estereotipada dos negros no cinema como personagens cômicos e atrapalhados", Hollywood não fez nenhum avanço positivo em sua maneira de abordar os afro-americanos na tela. Aliás, entre 1945 e 1957, o número de atores negros no cinema caiu de 500 para 125. No filme *Skirts Ahoy* [intitulado no Brasil *Eva na Marinha*, direção de Sidney Lanfield], de 1953, o músico negro Billy Eckstein foi proibido de olhar para qualquer atriz branca ao se apresentar.
39. Idem.
40. Walter L. Hixson, *Parting the Curtain: Propaganda, Culture and the Cold War, 1945-1961*, Nova York: Macmillan, 1997.
41. De C. D. Jackson para Abbott Washburn, 30 de janeiro de 1956 (CDJ/DDE).
42. De C. D. Jackson para Nelson Rockefeller, 14 de abril de 1955 (CDJ/DDE). Nessa mesma carta, C. D. Jackson aconselhou seus colegas da CIA a não terem a idéia "espertinha" de usar esses artistas como fontes de informações secretas — "não creio que essas pessoas sejam emocionalmente capazes de desempenhar um papel

- duplo” —, mas concordou em que, “depois que elas voltarem, é claro que será possível interrogá-las com habilidade”.
43. De John Pauker, USIA, para Sol Stein, 20 de outubro de 1955 (ACCF/NYU).
  44. Sidney Hook, “Report on the International Day Against Dictatorship and War”, *Partisan Review*, vol. 16/7, outono de 1949.
  45. De T. S. Colahan para Sol Stein, outubro de 1955 (ACCF/NYU).
  46. Eric Johnston, citado em Walter L. Hixson, op. cit. Os propagandistas do governo dos Estados Unidos desconfiavam uniformemente de Steinbeck e, a rigor, de toda a escola de literatura norte-americana tida como carregada de elementos sociais pesados. Em julho de 1955, um especialista em guerra psicológica insistiu em que o governo retirasse o patrocínio da exposição fotográfica *The Family of Man*, no Museu de Arte Moderna, porque ela retratava a sociedade norte-americana num “tipo de exibição de uma classe alta antiga ou abastada, no estilo de *As vinhas da ira*”, e dava “a impressão de que todos os trabalhadores braçais dos Estados Unidos são oprimidos ou explorados”, e, como tal, era “o sonho da propaganda comunista”. P. J. Corso, Coordenadoria de Operações, julho de 1955 (OCB.Cen/DDE). Um crítico identificou nisso tudo uma “busca paranóica de descontaminação”. Tom Hayden, citado em Andrew Ross, *No Respect*.
  47. Carleton Alsop, op. cit.
  48. Uma referência à “Fórmula Hollywoodiana” da CIA aparece nas anotações da agenda de C. D. Jackson de 15 de maio de 1953. Apesar de drasticamente censurada pelos especialistas do governo em documentação sigilosa, essa anotação é a única prova documental conhecida de que a CIA havia desenvolvido uma estratégia formal para penetrar na indústria cinematográfica. De acordo com a agenda, C. D. encontrou-se nesse dia com o assistente de Tracy Barnes, John Baker (que recrutou Neufville), para discutir a “Fórmula Hollywoodiana” da CIA, que parecia ter estado sob o encargo de Baker, Barnes e Wisner, tendo Alsop como seu homem na Costa Oeste.
  49. Carleton Alsop, op. cit.
  50. Idem.
  51. Ibid.
  52. E. Howard Hunt, *Undercover: Memoirs of an American Secret Agent*, Califórnia: Berkeley Publishing Corporation, 1974.
  53. Rochemont caíra nas graças da CIA como produtor independente por *A casa da Rua 92* [dir. Henry Hathaway, 1945], filme em que bravos agentes do FBI combatiam espíões alemães. O filme foi elogiado por sua encenação realista — Rochemont chamou-o de “não-ficção” — de um caso verídico dos arquivos de J. Edgar Hoover. De acordo com um historiador, Rochemont “foi obcecado com espíões ao longo de toda a sua carreira”, o que era uma credencial útil para quem estava prestes a trabalhar com vários deles. Lawrence de Neufville, que o conheceu na Inglaterra durante a

- filmagem de *A revolução dos bichos*, relembrou a empolgação de Rochemont por “conviver com homens da Agência, como se estivesse num de seus próprios filmes”. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, abril de 1997.
54. De Richard Hirsch, Diretoria de Estratégia Psicológica, para Tracy Barnes, “Comment on Animal Farm script”, 23 de janeiro de 1952 (PSB/HT).
55. O financiamento oficial de 1984 incluiu um subsídio de 100 mil dólares da Agência de Informações dos Estados Unidos, para fazer o que seu diretor descreveu como “o filme anticomunista mais devastador de todos os tempos”. Tony Shaw, *The British Cinema, Consensus and the Cold War 1917-1967* (manuscrito inédito).
56. Alan Sinfield, *Literature, Politics and Culture in Postwar Britain*, Londres: Athlone Press, 1997.
57. De Sol Stein para Peter Rathvon, 30 de janeiro de 1955 (ACCF/NYU).
58. Idem.
59. Ibid.
60. Ibid.
61. Ibid.
62. Sol Stein, memorando para o Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural, 11 de janeiro de 1955 (ACCF/NYU).
63. Isaac Deutscher, “The Mysticism of Cruelty”, citado em Alexander Cockburn, *Corruptions of Empire*, Londres: Verso, 1987.
64. Idem.
65. George Orwell, in Peter Davison (org.), *The Complete Works of George Orwell*, Londres: Secker & Warburg, 1998.
66. Richard Rees, citado em Michael Sheldon, *Orwell: The Authorised Biography*, Londres: Heinemann, 1991.
67. George Orwell, in Peter Davison, op. cit. Orwell era ferozmente anti-sionista, convencido de que “os judeus sionistas de toda parte nos odeiam e vêem a Grã-Bretanha como inimiga, mais até do que a Alemanha”. Por essa razão, avisou ao Departamento de Pesquisa de Informações (IRD) que era “má política tentar obter favores com seus inimigos” e o alertou a não supor que “o anti-anti-semitismo seja uma grande cartada a jogar na propaganda anti-russa”. De George Orwell para Celia Kirwan, 6 de abril de 1949 (IRD/FO1110/PRO).
68. Adam Watson, entrevista telefônica, agosto de 1998. [grifo meu.]
69. Bernard Crick, *Evening Standard*, 11 de julho de 1996.
70. Peregrine Worsthorne, *The Spectator*, 29 de julho de 1996.
71. George Orwell, “The Prevention of Literature”, *Polemic*, nº 2, 1945.
72. George Orwell, “The Freedom of the Press”, 1944, publicado em *New Statesman*, 18 de agosto de 1995.
73. Idem.

## 18. Quando os camarões aprenderem a assobiar

1. Manès Sperber, 11 de novembro de 1956, citado em Michael Josselson para Shepard Stone, sem data (CCF/CHI).
2. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, abril de 1997.
3. Idem.
4. De Michael Josselson para Shepard Stone, sem data (CCF/CHI).
5. Evan Thomas, *The Very Best Men*.
6. Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.
7. John Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.
8. Citado em Peter Coleman, *The Liberal Conspiracy*.
9. Jean-Paul Sartre, *L'Express*, 9 de novembro de 1956.
10. De Michael Josselson para Shepard Stone, sem data (CCF/CHI).
11. Idem.
12. Ibid.
13. C. D. Jackson, Log Files (CDJ/DDE).
14. De C. D. Jackson para Frank Wisner, 27 de fevereiro de 1954 (CDJ/DDE).
15. Idem.
16. Richard Crockatt, *The Fifty Years War: The United States and the Soviet Union in World Politics 1941-1991*, Londres: Routledge, 1995.
17. De Michael Josselson para Nicolas Nabokov, 23 janeiro de 1954 (CCF/CHI).
18. Curiosamente, o próprio Eisenhower, que mais tarde observou que “as propostas eram revolucionárias”, ofereceu poucos comentários que dessem continuidade a seu discurso da época. As propostas foram rejeitadas pelos soviéticos.
19. De Michael Josselson para Lawrence de Neufville, sem data (CDJ/DDE).
20. De C. D. Jackson para Tracy Barnes, 5 de janeiro de 1954 (CDJ/DDE).
21. Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.
22. De Michael Josselson para Irving Kristol, 1º de dezembro de 1955 (CCF/CHI).
23. Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.
24. De Michael Josselson para Irving Kristol, citado em Peter Coleman, *The Liberal Conspiracy*.
25. De Irving Kristol para Michael Josselson, citado em Peter Coleman, idem.
26. De Stephen Spender para Michael Josselson, 10 de julho de 1955 (CCF/CHI).
27. Idem.
28. Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.
29. Como não é de surpreender, Michael Josselson ficou estarecido com a ameaça de Hook de abrir o jogo sobre o Congresso. Mas agüentou firme e defendeu a decisão de nomear Macdonald em vez de Kristol, alegando ter “ótimas razões para estar insatisfeito com Irving, depois de ter feito todos os esforços para lhe servir de babá durante um período de mais de dois anos”. De Michael Josselson para Sidney Hook, 18 de agosto de 1955 (CCF/CHI).

30. Irving Kristol, entrevista, Washington, julho de 1996.
31. Stuart Hampshire, entrevista, Oxford, dezembro de 1997.
32. Arthur Schlesinger, entrevista, Nova York, fevereiro de 1997.
33. De Michael Josselson para Malcolm Muggeridge, 19 de setembro de 1955 (CCF/CHI).
34. De Michael Josselson para Irving Kristol, 10 de dezembro de 1955 (CCF/CHI).
35. De Michael Josselson para Daniel Bell, 29 de outubro de 1955 (CCF/CHI). A expressão foi tomada de empréstimo a Nikita Khrushchov, que certa vez previu sombriamente que só quando os camarões aprendessem a assobiar é que a Guerra Fria chegaria ao fim.
36. De Dwight Macdonald para Stephen Spender, 2 de junho de 1955 (CCF/CHI).
37. Brochura do Congresso pela Liberdade Cultural, sem data (CCF/CHI).
38. Idem.
39. De Melvin Lasky para Boris Shub, 6 de novembro de 1957 (CCF/CHI).

## 19. O calcanhar-de-aquiles

1. *Final Report of the Church Committee*, 1976.
2. Tom Braden, "I'm Glad the CIA Is 'Immoral'", *Saturday Evening Post*, 20 de maio de 1967.
3. Richard Wollheim, entrevista telefônica, dezembro de 1997.
4. Idem.
5. Tom Braden, entrevista, Virgínia, junho de 1994.
6. Dwight Macdonald, "America! America!", *Dissent*, outono de 1958.
7. Irving Kristol, entrevista, Washington, junho de 1994.
8. Idem.
9. Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.
10. Os ataques de Macdonald à liderança trabalhista norte-americana remontavam à década de 1930, quando ele havia desqualificado esses líderes como "grevistas de ocupação, transformados em pragmatistas burgueses", completamente absorvidos pelo sistema capitalista e sua cultura de consumo. Em sua própria revista, *Politics*, ele havia ridicularizado Walter Reuther como um "faquir trabalhista dos escoteiros".
11. Dwight Macdonald, "America! America!", *Dissent*, outono de 1958.
12. Irving Kristol, entrevista, Washington, junho de 1994.
13. De Dwight Macdonald para "Stephenirvingnicholasmike" [Stephen, Irving, Nicholas e Mike], 16 de abril de 1958 (DM/STER).
14. Stephen Spender, entrevista, Londres, julho de 1994.
15. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
16. De Michael Josselson para John Hunt, 27 de maio de 1958 (MJ/HRC).
17. Embora gostasse de Macdonald como pessoa, Josselson sempre desconfiou de suas tendências de agitador. Quando, em 1956, Spender revelou o projeto de encomen-

dar um texto a Macdonald sobre a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, Josselson recomendou-lhe “pensar um pouco mais [nessa idéia, que] seria muito sensata, se não houvesse o perigo de ele produzir um trabalho completamente destrutivo”. Mais tarde, Spender abandonou a idéia.

18. Richard Helms, citado em *Final Report of the Church Committee*, 1976.
19. Dwight Macdonald, “America! America!”, *Dissent*, outono de 1958.
20. Fazia muito tempo que as autoridades governamentais tinham conhecimento da conduta deplorável dos prisioneiros de guerra norte-americanos, mas trabalhavam meticulosamente para esconder esses fatos do público em geral. Em 23 de abril de 1953, C. D. Jackson anotou em sua agenda: “Hoje, grande aborrecimento telefônico sobre a devolução de prisioneiros doutrinados na Coréia. Obtive o acordo de Dulles e [Walter Bedell] Smith para a recomendação de que é imperativo que o Pentágono se certifique de que todos os prisioneiros de guerra doutrinados sejam mantidos num lugar só, e de que (...) seja liberada uma notícia sobre isso, em vez de deixar que esses idiotas doutrinados se precipitem à nossa frente.” C.D. Jackson, Log Files (CDJ/DDE).
21. Irving Kristol, entrevista, Washington, junho de 1994. É evidente que Kristol tinha esquecido sua carta a Macdonald, na qual escreveu: “Gostaria muito que você reconsiderasse o episódio coreano.” De Irving Kristol para Dwight Macdonald, 19 de maio de 1958 (DM/STER).
22. De Michael Josselson para Irving Kristol, 31 de outubro de 1958 (MJ/HRC).
23. Trinta anos depois, Kristol reconheceu que os soldados norte-americanos lotados na Alemanha, depois da Segunda Guerra Mundial, teriam tido um comportamento aterrador, não fosse por estar em vigor a lei marcial. Indagado se teria expressado tais dúvidas na época, ele respondeu: “Não. Por lealdade, eu não o faria. Sou norte-americano, sou patriota.”
24. Lee Williams, entrevista, Washington, junho de 1994.
25. William Colby, entrevista, Washington, junho de 1994.
26. Jason Epstein, entrevista, Nova York, junho de 1994.
27. Dwight Macdonald, citado em Hugh Wilford, *The New York Intellectuals*.
28. Norman Birnbaum, carta aberta ao Congresso pela Liberdade Cultural, 3 de novembro de 1958, publicada em *Universities and Left Review*, dezembro de 1958 (MJ/HRC).
29. Idem. Birnbaum achava difícil acreditar “que a defesa do Ocidente esteja em boas mãos, quando estas consistem nos judeus de Nova York, cuja devoção à América só é equiparável a sua evidente falta de todas as virtudes norte-americanas, auxiliados pela parte da intelectualidade britânica — uma parte grande, receio — recrutada entre os meninos que não foram bons jogadores de rúgbi no colégio interno”. Citado em Hugh Wilford, op. cit.
30. De Michael Josselson para Dwight Macdonald, 28 de abril de 1958 (DM/STER).

31. Dwight Macdonald, carta ao editor, *Universities and Left Review*, 16 de dezembro de 1958 (DM/STER).
32. Dwight Macdonald, citado em Michael Wreszin, *A Rebel in Defense of Tradition*.
33. Derwent May, *The Times*, 2 de julho de 1996.
34. Peter Steinfels, *The Neoconservatives*.
35. Jason Epstein, "The CIA and the Intellectuals", *New York Review of Books*, 20 de abril de 1967.
36. De Michael Josselson para Irving Kristol, 6 de dezembro de 1954 (CCF/CHI).
37. De Michael Josselson para Irving Kristol, 23 de dezembro de 1954 (CCF/CHI).
38. De Michael Josselson para Irving Kristol, 9 de agosto de 1956 (CCF/CHI).
39. Jason Epstein, "The CIA and the Intellectuals", *New York Review of Books*, 20 de abril de 1967.
40. Tom Braden, entrevista, Virgínia, julho de 1996.
41. Christopher Montague Woodhouse, entrevista telefônica, dezembro de 1997.
42. De Michael Josselson para Stephen Spender, 28 de julho de 1954 (CCF/CHI).
43. De Nicolas Nabokov para Irving Kristol e Stephen Spender, 30 de julho de 1954 (CCF/CHI). [grifo meu.]
44. Idem.
45. De Warren D. Manshel para Irving Kristol, 19 de agosto de 1954 (CCF/CHI).
46. Conor Cruise O'Brien, "Journal de Combat", *New Statesman*, 20 de dezembro de 1963.

## 20. Uma OTAN Cultural

1. De Fredric Warburg para Melvin Lasky, 8 de outubro de 1958 (ENC/S&W/RU).
2. A correspondência referente às "doações" de Rothschild para a revista *Encounter* vai de junho de 1958 a outubro de 1960 (ENC/S&W/RU).
3. De C. D. Jackson para Nelson Rockefeller, 18 de novembro de 1954 (CDJ/DDE).
4. Herbert F. Propps, embaixada dos Estados Unidos em Londres, "Lack of Published Material on United Kingdom Willingness to Modify Sovereignty in the Interest of Collective Security", para o Departamento de Estado, 9 dezembro de 1952 (SD.CA/RG59/NARA).
5. Neil Berry, "Encounter", *London Magazine*, fevereiro-março de 1995.
6. Como diretor do Departamento Internacional do Partido Trabalhista em 1948, Denis Healey ajudou a distribuir papéis do Departamento de Pesquisa de Informações (IRD). Também enviava a esse departamento relatórios regulares sobre atividades comunistas no movimento sindical europeu. Posteriormente, atuou como intermediário na apresentação de emigrados úteis do Leste Europeu a autoridades do IRD (IRD/F01110/PRO).
7. De Melvin Lasky para John Hunt, 11 de outubro de 1960 (CCF/CHI).

8. De Michael Josselson para Daniel Bell, 28 de outubro de 1964 (MJ/HRC).
9. Richard Wollheim, citado em Neil Berry, op. cit.
10. Stuart Hampshire, entrevista, Oxford, dezembro de 1997. Similarmente, Isaiah Berlin descreveu o papel de Spender como sendo o de conferir à *Encounter* seu “atestado de respeitabilidade perante a intelectualidade inglesa”.
11. De Cass Canfield para Nicolas Nabokov, 23 de dezembro de 1958 (CCF/CHI). Os soviéticos e os norte-americanos pelezaram por muitas figuras culturais reverenciadas durante esses anos. Em resposta ao que chamou de “vandalismo espiritual” dos soviéticos, quando estes tentaram, em 1952, explorar a memória de Victor Hugo e Leonardo da Vinci como “partidários do estilo de vida soviético”, o Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural chamou Hugo e da Vinci de apóstolos da liberdade cultural para os quais o modelo soviético teria sido “repugnante”.
12. Nicolas Nabokov, *Bagázh*.
13. De Mary McCarthy para Hannah Arendt, 20 de junho de 1960, citado em Carol Brightman (org.), *Between Friends*.
14. Idem.
15. Comunicado para divulgação na mídia, Congresso pela Liberdade Cultural, 1º de julho de 1959 (CCF/CHI).
16. Na época, Macauley ainda era agente encarregado do Congresso e não podia assumir suas responsabilidades na *Kenyon*. Quando aceitou a oferta de Ransom, havia acabado de receber a Bolsa Kenyon de Ficção e “já tinha tomado providências para passar aquele ano no exterior”. No outono de 1959, ainda não havia retornado à *Kenyon*, deixando Ransom “completamente esfalfado” e obrigado a “manter a casa em funcionamento, umas sete semanas depois de minha aposentadoria, à espera de Robie”. John Crowe Ransom, citado em Marian Janssen, *The Kenyon Review*.
17. Robie Macauley, citado em Marian Janssen, idem.
18. John Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.
19. Citado em Peter Coleman, *The Liberal Conspiracy*.
20. Leslie Fiedler, “Partisan Review: Phoenix or Dodo?”, *Perspectives*, primavera de 1956.
21. Idem.
22. Ibid.
23. Ibid.
24. Relatório Anual da Fundação Farfield, 1962-1963 (CCF/CHI).
25. De C. D. Jackson para Cord Meyer, 1º de novembro de 1957 (CDJ/DDE).
26. De C. D. Jackson para Daniel Bell e Allen Graver, 12 de novembro de 1957 (CDJ/DDE).
27. Citado em Edward Lilly, Coordenadoria de Operações, para Arthur Vogel, Serviço de Informações dos Estados Unidos, 9 de abril de 1956 (WHO/NSC/DDE).
28. Idem.
29. Ibid.



30. De William Phillips para Michael Josselson, 28 de março de 1958 (CCF/CHI).
31. De Sidney Hook para Michael Josselson, 8 de dezembro de 1959 (MJ/HRC).
32. De Michael Josselson para Shepard Stone, 12 de janeiro de 1968 (MJ/HRC).
33. De Daniel Bell para John Leonard, editor, *Sunday Times Book Review*, 16 de outubro de 1972 (MJ/HRC).
34. Warburg parece não ter sido muito atuante em seu papel de distribuidor inglês da *Partisan Review*, o que levou o editor Roger Straus, em sua função “oficial” de “assessor” da revista, a se perguntar “que diabo vocês estão fazendo sobre a questão da distribuição que discuti com seus confrades”. De Roger Straus para Fredric Warburg, 30 de junho de 1959 (ENC/S&W/RU).
35. De Irving Kristol para Michael Josselson, 9 de março de 1960 (CCF/CHI).
36. De William Phillips para Michael Josselson, 10 de maio de 1961 (MJ/HRC).
37. William Phillips, “The Liberal Conspiracy”, *Partisan Review*, inverno de 1990.
38. Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.
39. William Phillips, “The Liberal Conspiracy”, *Partisan Review*, inverno de 1990.
40. Contrato entre a Time Inc. e a New Leader, 14 de maio de 1964 (CDJ/DDE). Esse contrato seguiu os mesmos moldes do que foi redigido em 1953.
41. De C. D. Jackson para Allen Dulles, 21 de fevereiro de 1956 (CDJ/DDE).
42. De William Furth para Henry Luce e C. D. Jackson, “Confidential memo re. New Leader”, 24 de julho de 1956 (CDJ/DDE). Quem recebeu a incumbência de organizar essa iniciativa foi um combatente veterano da Guerra Fria, Frank Lindsay, ex-subdiretor do Escritório de Coordenação Política da CIA, depois executivo da Fundação Ford e, nessa ocasião, consultor administrativo da McKinsey and Company.
43. De Herbert Luthy para Michael Josselson, 19 de fevereiro de 1962 (MJ/HRC).
44. Em alguns casos, a rota passava pela *Paris Review*, fundada por George Plimpton e por um agente da CIA, Peter Matthiessen, em 1953. Nelson Aldrich trabalhou lá como assistente editorial, antes de se transferir para o Congresso. Frances FitzGerald, filha do chefe da divisão da CIA encarregada das operações contra Castro, trabalhou na *Paris Review* no verão de 1962 e, depois de tirar férias com os Wisner em Tânger, foi alçada a um cargo no Congresso. George Plimpton frisou, posteriormente, que “a *Paris Review* nunca recebeu nenhuma ajuda monetária do Congresso nem de qualquer outra agência desse tipo, nem tampouco havia qualquer inclinação política ou sociológica evidente em nada do que Peter [Matthiessen], na condição de editor, escolhia para a revista. Para ser franco, devo dizer que, pessoalmente, de bom grado eu teria recebido verbas do Congresso que nos ajudassem a manter a cabeça fora d’água. A *Encounter*, a *Prewes* e outras revistas apoiadas pelo Congresso eram publicações esplêndidas — e sem nenhuma restrição que eu jamais discernisse quanto ao que era publicado. É uma lástima que, hoje em dia, tudo seja visto por um prisma tão negativo (...) reputações maculadas pela mais ínfima associação com ele. Acho que tivemos sorte”. George Plimpton, carta à autora, 27 de agosto de 1997.

45. Kenneth Tynan, "Congress for Cultural Freedom", *That Was The Week That Was*, 1962.
46. Mary Pinchot Meyer foi encontrada morta na faixa de rebocadores de um canal de Washington, em 1964, aparentemente assassinada num ataque sem motivo. Ela tivera uma ligação romântica com John F. Kennedy e havia registrado esse romance num diário, que James Jesus Angleton, especialista da CIA em golpes baixos, furtou de sua casa (depois de arrombar a fechadura) no dia seguinte à morte da moça.
47. Tom Braden, entrevista, Virgínia, julho de 1996.
48. Arthur Schlesinger, entrevista, Nova York, agosto de 1996.
49. John Thompson, entrevista telefônica, agosto de 1996.
50. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
51. Lee Williams, entrevista, Washington, julho de 1996.
52. Diana Josselson, carta à autora, 4 de abril de 1997.
53. John Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.

## 21. O César da Argentina

1. De Elizabeth Bishop para Robert Lowell, 1º de março de 1961, citado em Ian Hamilton, *Robert Lowell: A Biography*.
2. De Frank Altschul para John F. Kennedy, 30 de janeiro de 1961 (FA/COL).
3. De Robert Lowell para Edmund Wilson, 31 de maio de 1962, citado em Ian Hamilton, op. cit.
4. Donald Jameson, entrevista, Washington, junho de 1994.
5. Walter Laqueur, "Anti-Communism Abroad: A Memoir of the Congress for Cultural Freedom", *Partisan Review*, primavera de 1996.
6. Jason Epstein, entrevista, Nova York, junho de 1994.
7. De Hannah Arendt para Mary McCarthy, 22 de agosto de 1972, in Carol Brightman (org.), *Between Friends*.
8. Ernst Robert Curtius, citado em Stephen Spender, *Journals*. Michael Josselson queixou-se, certa vez, de que era difícil conseguir uma reunião com Spender, que estava sempre "em algum cruzeiro ou lecionando em outro lugar".
9. De Elizabeth Bishop para Marianne Moore, 17 de agosto de 1954, citado em Ian Hamilton, op. cit.
10. John Mander, citado em Peter Coleman, *The Liberal Conspiracy*.
11. Lowell tinha um interesse obsessivo e mórbido por Hitler. Jonathan Miller, que se hospedou com ele em Nova York no fim da década de 1950, lembrou-se de haver descoberto que, sob a capa do exemplar (suspeitamente grosso) de *Les Fleurs du Mal* pertencente a Lowell, escondia-se um exemplar muito folheado de *Mein Kampf*.
12. Ian Hamilton, op. cit.
13. De Mary McCarthy para Hannah Arendt, 28 de setembro de 1962, citado em Carol Brightman, op. cit.

14. Idem.
15. Keith Botsford, citado em Ian Hamilton, op. cit.
16. De Michael Josselson para John Thompson, 4 de setembro de 1963 (MJ/HRC).
17. De Michael Josselson para John Thompson, 10 de julho de 1964 (MJ/HRC).
18. A variedade de serviços prestados por Botsford ao Congresso incluiu vigiar uma entidade chamada Colombianum, uma organização dirigida por jesuítas que cultivava intelectuais de esquerda na América Latina, sob a direção de um sacerdote chamado de padre Arpa, descrito por Josselson como “um homossexual comunista jesuíta que veste Dior”.
19. De John Hunt para Keith Botsford, 29 de março de 1963 (CCF/CHI).
20. De John Hunt para Irving Kristol, 23 de dezembro de 1963 (CCF/CHI).
21. De René Tavernier para John Hunt, 28 de fevereiro de 1963 (CCF/CHI).
22. De John Hunt para René Tavernier, 1º de julho de 1963 (CCF/CHI).
23. Idem.
24. René Tavernier, “Pablo Neruda”, junho de 1963 (CCF/CHI).
25. Idem.
26. De John Hunt para René Tavernier, 1º de julho de 1963 (CCF/CHI).
27. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997. O ano de 1963 também viu a CIA gastar três milhões de dólares no esforço de influenciar a eleição geral do Chile, o que equivalia a um dólar por voto, ou o dobro do que foi gasto com cada eleitor por Goldwater e Johnson na campanha presidencial dos Estados Unidos em 1964. Ver Evan Thomas, *The Very Best Men*.
28. De Salvador de Madariaga para Michael Josselson, 1º de janeiro de 1963 (MJ/HRC).
29. Stuart Hampshire, entrevista, Oxford, dezembro de 1997.
30. Nicolas Nabokov, *Bagázh*.
31. Stuart Hampshire, entrevista, Oxford, dezembro de 1997.
32. Idem.
33. De Michael Josselson para Nicolas Nabokov, 10 de dezembro de 1964 (NN/HRC).
34. Idem.
35. De Michael Josselson para Nicolas Nabokov, 29 de junho de 1964 (MJ/HRC).
36. Idem.
37. Donald Jameson, entrevista, Washington, junho de 1994.
38. William Hobby, citado em *Newsweek*, 6 de março de 1967.
39. Editorial, *The Nation*, 14 de setembro de 1964.
40. Cord Meyer, *Facing Reality*.
41. Lee Williams, entrevista, Washington, junho de 1994.
42. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
43. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, fevereiro de 1997.
44. De Nicolas Nabokov para Michael Josselson, 19 de março de 1977 (NN/HRC).
45. Natasha Spender, entrevista telefônica, maio de 1997.

46. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
47. *Final Report of the Church Committee*, 1976.
48. Citado em idem.
49. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
50. Michael Josselson, citado em Congresso pela Liberdade Cultural, “Minutes of the Executive Committee Meeting”, Londres, outubro de 1964 (CCF/CHI).

## 22. Amigos do PEN Clube

1. Lewis Mumford, citado em Stephen Whitfield, *The Culture of the Cold War*.
2. Gwynne Nettler, citado em Michael Wreszin, *A Rebel in Defense of Tradition*.
3. William Burroughs, citado em Taylor D. Littleton e Maltby Sykes, *Advancing American Art*.
4. De Sidney Hook para Michael Josselson, 20 de abril de 1964 (MJ/HRC). Hook certamente estava errado quanto a Norman Podhoretz, que desdenhava da revolta dos *beatniks* como “a revolta dos espiritualmente desfavorecidos e dos aleijões da alma”.
5. Lee Williams, entrevista, Washington, julho de 1996.
6. Idem.
7. Michael Josselson, “The Story Behind the Congress for Cultural Freedom”, manuscrito inédito (MJ/HRC).
8. Harry S. Truman, 1963, citado em *New York Times*, 25 de abril de 1966.
9. De Arthur Koestler para Michael Josselson, 24 de julho de 1963 (MJ/HRC).
10. De Nicolas Nabokov para Richard Crossman, novembro de 1956 (CCF/CHI).
11. Elizabeth Paterson, entrevista, Londres, julho de 1997.
12. De David Carver para Jean de Beer, secretário-geral, PEN Clube da França, 10 de março de 1965 (PEN/HRC).
13. Arthur Miller, *Timebends* [Uma vida, op. cit.].
14. Arthur Miller, citado em Natalie Robins, *Alien Ink*. Miller soube em 1986, quando enfim conseguiu pôr as mãos em seu dossiê do FBI, que a razão de ter sido escolhido fora exatamente a que ele havia especulado: ele era considerado aceitável pelo Leste Europeu e pelo Ocidente — o presidente perfeito para o PEN, numa época em que a própria existência da organização era seriamente questionada.
15. Na verdade, Asturias era guatemalteco. Era um inimigo eloquente do Congresso e, especificamente, de Botsford, cujos “jogos” na América do Sul desaprovava enfaticamente.
16. De Michael Josselson para Manès Sperber, 24 de novembro de 1964 (MJ/HRC).
17. De Lewis Galantière para os membros da Diretoria Executiva, American PEN, 26 de abril de 1965 (PEN/HRC).
18. De Tim Foote para Kenneth Donaldson, 28 de abril de 1965 (CCF/CHI).

19. De acordo com o relatório do PEN sobre a conferência de Bled, o Comitê pela Europa Livre, patrocinado pela CIA e do qual Lewis Galantière era membro atuante, também deu dinheiro. O mais provável é que Allen Dulles tenha providenciado a verba. Embora aposentado da CIA, Dulles continuou a desempenhar um papel atuante na máquina da Guerra Fria que havia construído. Além disso, ele mesmo era membro recém-eleito do PEN.
20. De John Hunt para David Carver, 9 de fevereiro de 1966 (CCF/CHI).
21. De John Hunt para Lewis Galantière, 4 de março de 1966 (CCF/CHI).
22. Relatório do PEN, junho de 1966 (PEN/HRC).
23. Conor Cruise O'Brien, "Politics and the Writer", 19 de maio de 1966, publicado em Donald H. Akenson (org.), *Conor: A Biography of Conor Cruise O'Brien*, Montreal: McGill-Queen's University Press, 1994.
24. Idem.

### 23. Uma Baía dos Porcos literária

1. Robert W. Merry, *Taking on the World*.
2. Idem.
3. Jason Epstein, entrevista, Nova York, junho de 1994.
4. Robert W. Merry, op. cit.
5. William Fulbright, "In Thrall to Fear", *The New Yorker*, 8 de janeiro de 1972.
6. Idem.
7. Norman Mailer, *Armies of the Night* [Os exércitos da noite, op. cit.].
8. *New York Times*, 27 e 29 de abril de 1966.
9. Karl Miller, *Dark Horses: An Experience of Literary Journalism*, Londres: Picador, 1998.
10. De Michael Josselson para Malcolm Muggeridge, 25 de junho de 1965 (MJ/HRC).
11. Idem. Tempos depois, Natasha Spender ficou perplexa com a referência de Josselson a esses arranjos financeiros, que ela disse nunca terem sido feitos.
12. De Melvin Lasky para Michael Josselson, sem data (MJ/HRC).
13. Michael Josselson, "Memo for the Record: Talks with Muggeridge, London 25 and 28 February 1964", 3 de março de 1964 (MJ/HRC).
14. De Edward Shils para Michael Josselson, 2 de novembro de 1967 (MJ/HRC).
15. De Michael Josselson para Robie Macauley, 30 de dezembro de 1965 (MJ/HRC).
16. Idem.
17. Frank Kermode, *Not Entitled: A Memoir*, Londres: Harper Collins, 1996.
18. Idem.
19. Richard Wollheim lembrou-se de haver confrontado Lasky e Spender com esse boato, vários anos antes, ao ser convidado para integrar a diretoria da revista *Encounter*. "Discutimos isso no jantar, num clube qualquer, e pedi uma garantia quanto à vera-

cidade dos boatos que circulavam na época sobre a CIA. Lasky disse: ‘Nada mais simples. Você mesmo pode examinar as contas e ver por si.’ E Stephen pareceu imensamente aliviado e disse: ‘Está vendo? Não há nenhuma veracidade nisso.’ Em seguida, porém, Lasky acrescentou: ‘É claro que não o faremos, pois por que haveríamos de abrir os livros para qualquer zé-mané que se deixe levar por um boato maluco?’ Stephen ficou de queixo caído diante dessa manifestação. Passou o resto da refeição calado. Wollheim declinou do convite para participar da diretoria. Richard Wollheim, entrevista telefônica, dezembro de 1997.

20. De Edward Shils para Michael Josselson, 28 de fevereiro de 1964 (MJ/HRC).
21. De Michael Josselson para Malcolm Muggeridge, 27 de abril de 1964 (MJ/HRC).
22. De Malcolm Muggeridge para Michael Josselson, 9 de junho de 1964 (MJ/HRC).
23. De Michael Josselson para James Perkins, 20 de julho de 1966 (MJ/HRC).
24. De Michael Josselson para Cecil King, 10 de maio de 1964 (MJ/HRC).
25. De Michael Josselson para Ulrich Biel, 14 de maio de 1964 (MJ/HRC).
26. Diana Josselson, entrevista, Genebra, maio de 1996.
27. Tom Braden, “What’s Wrong with the CIA?”, *Saturday Review*, 5 de abril de 1975.
28. Jason Epstein, entrevista, Nova York, junho de 1994.
29. Idem.
30. De John Thompson para Stephen Spender, 25 de maio de 1964 (MJ/HRC).
31. De Julius Fleischmann para Stephen Spender, 16 de setembro de 1966 (MJ/HRC).
32. Carol Brightman, entrevista, Nova York, junho de 1994.
33. Natasha Spender, entrevista, Maussane, julho de 1997.
34. Melvin Lasky, Irving Kristol, Stephen Spender, carta ao *New York Times*, 10 de maio de 1966.
35. De Michael Josselson para Stephen Spender, 2 de outubro de 1966 (MJ/HRC).
36. Stuart Hampshire, entrevista, Oxford, dezembro de 1997.
37. Kenneth Galbraith, George Kennan, Robert Oppenheimer e Arthur Schlesinger, Jr., carta ao *New York Times*, 9 de maio de 1966.
38. De Dwight Macdonald para Michael Josselson, 30 de março de 1967 (MJ/HRC).
39. Angus Cameron, citado em Natalie Robins, *Alien Ink*.
40. De Cord Meyer para Arthur Schlesinger, 1º de fevereiro de 1954 (SCHLES/JFK).
41. Diana Josselson, entrevista, Genebra, maio de 1996.
42. Tom Braden, “What’s Wrong with the CIA?”, *Saturday Review*, 5 de abril de 1975. Cord Meyer era a personificação dessa postura otimista. Em suas memórias, escreveu: “A assistência norte-americana aos partidos e instituições políticas democráticas parecia essencial à sobrevivência de uma sociedade livre e pluralista na Europa Ocidental. O fato de nossa ajuda ter que ser mantida em segredo não me perturbava. Os líderes políticos e culturais europeus que solicitavam nossa ajuda, em sua luta desigual com o aparato subsidiado pelos soviéticos, impunham a condição de que não houvesse publicidade, uma vez que a máquina de propaganda comunista pode-

ria explorar qualquer indício claro de apoio oficial norte-americano como uma prova de que eles eram joguetes dos imperialistas norte-americanos. Havia necessidade de discrição e sigilo, para que nossa assistência não fosse autodestrutiva.” Cord Meyer, *Facing Reality*.

## 24. A vista dos baluartes

1. *Final Report of the Church Committee*, 1976.
2. A revista *Ramparts*, como todas as outras formas de literatura “subversiva”, encontrou seu público leitor mais ávido na sede do FBI. Um memorando de 25 páginas, escrito pelo Bureau, analisou os “tópicos e temas” da revista, presumivelmente no intuito de fazer planos para persegui-la. Um relatório da CIA, anexado ao memorando, concluiu que a maioria dos autores listados no glossário de *Ramparts* havia “expressado, com extrema freqüência e da maneira mais veemente, grandes temas comunistas em seus artigos publicados”.
3. De Peter Jessup para Walt Rostow, 4 de abril de 1967 (NSF/LBJ).
4. Edgar Applewhite, citado em Evan Thomas, *The Very Best Men*.
5. Andrew Kopkind, “CIA: The Great Corrupter”, *New Statesman*, 24 de fevereiro de 1967.
6. De Michael Josselson para Isaiah Berlin, 8 de abril de 1967 (MJ/HRC).
7. De Isaiah Berlin para Michael Josselson, 16 de abril de 1967 (MJ/HRC).
8. Frank Kermodé, *Not Entitled*.
9. Idem.
10. Natasha Spender, entrevista telefônica, maio de 1991.
11. Idem.
12. De Eric Bendey para Stephen Spender, sem data. Sou grata a Natasha Spender por ter-me mostrado essa carta.
13. De Cecil King para Michael Josselson, 28 de abril de 1967 (CCF/CHI).
14. De Melvin Lasky para Isaiah Berlin, 13 de abril de 1967. Agradeço ao Dr. Henry Hardy por ter-me mostrado essa carta.
15. Idem.
16. Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.
17. Idem.
18. Stuart Hampshire, entrevista, Oxford, dezembro de 1997.
19. Ben Whitaker, *The Foundations: An Anatomy of Philanthropy and Society*, Londres: Eyre & Methuen, 1974. De acordo com Christopher Hitchens, Isaiah Berlin “talvez estivesse predestinado, pela origem, pelo temperamento e pela experiência de vida, a se tornar um daqueles brilhantes e talentosos *valets du pouvoir* que enfeitam e até elevam o tom da classe superior da corte. Mas havia nele algo que reconhecia isso como uma aspiração ignóbil e insuficiente, e que o impelia a resistir quando ele se

- atrevia". Christopher Hitchens, "Moderation or Death", *London Review of Books*, 26 de novembro de 1998.
20. De Melvin Lasky para Isaiah Berlin, 13 de abril de 1967.
  21. Em seu lugar, escondido na última página da edição da *Encounter* de julho de 1967, veio o anúncio de mudanças editoriais na revista. Assinado pelos curadores, o texto não fez nenhuma referência à CIA.
  22. De Isaiah Berlin para Melvin Lasky, 18 de abril de 1967 (MJ/HRC).
  23. Michael Ignatieff, *Isaiah Berlin: A Life*, Londres: Chatto, 1998.
  24. Christopher Hitchens, "Moderation or Death", *London Review of Books*, 26 de novembro de 1998. É provável que nunca se conheça a natureza exata da relação de Isaiah Berlin com o serviço secreto britânico e o norte-americano. O espião britânico Robert Bruce Lockhart registrou vários encontros com o jovem Berlin durante a guerra, quando trabalhava para o governo britânico em Washington. Lockhart ficou com a impressão de que Berlin trabalhava para a Executiva da Guerra Psicológica, mas o círculo íntimo de Berlin contestou vigorosamente essa informação. Afirmou-se também que, durante a guerra, Berlin figurava na lista secreta do Serviço Secreto de Informações (SIS), o Registro Especial, o que significava que havia prestado serviços ao SIS no passado e tinha concordado em se ligar a ele durante a guerra. Dizem que Freya Stark, Graham e Hugh Greene e Malcolm Muggeridge também faziam parte dessa lista. No que concerne ao serviço de informações norte-americano, pode-se dizer, no mínimo, que Berlin mantinha uma relação informal com a CIA, cujos membros não se furtaram a buscar o apoio do filósofo, como lembraram Stuart Hampshire e Lawrence de Neufville, que disseram que Berlin foi informado do envolvimento da Agência com o Congresso pela Liberdade Cultural. Nada disso significa que Berlin tenha entrado em conluio com agentes secretos, mas certamente sugere um grau de proximidade que, por si só, pode justificar pesquisas adicionais.
  25. Natasha Spender, entrevista telefônica, maio de 1997.
  26. Idem.
  27. Natasha Spender, entrevista telefônica, maio de 1997.
  28. De Michael Josselson para Stephen Spender, 26 de abril de 1967 (MJ/HRC).
  29. Idem.
  30. Ibid.
  31. Stephen Spender, citado em *New York Times*, 8 de maio de 1967.
  32. Stuart Hampshire, entrevista, Oxford, dezembro de 1997.
  33. De Malcolm Muggeridge para Stephen Spender, 22 de maio de 1967 (MJ/HRC).
  34. Natasha Spender, entrevista telefônica, agosto de 1997.
  35. Stuart Hampshire, entrevista, Oxford, dezembro de 1997.



## 25. Aquela sensação deprimente

1. John Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.
2. Manès Sperber, citado por John Hunt, idem.
3. John Hunt, ibid.
4. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
5. Assembléia Geral do Congresso pela Liberdade Cultural, comunicado para divulgação na imprensa, 13 de maio de 1967 (CCF/CHI).
6. John Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.
7. Idem.
8. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, fevereiro de 1997.
9. John Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.
10. James McAuley: citado em Peter Coleman, *The Liberal Conspiracy*.
11. Chantal Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.
12. Diana Josselson, entrevista, Genebra, maio de 1996.
13. Nicolas Nabokov, julho de 1966, recorte não identificável (CCF/CHI).
14. Stuart Hampshire, entrevista, Oxford, dezembro de 1997.
15. Nicolas Nabokov, *Bagázh*.
16. Idem.
17. De Nicolas Nabokov para J. E. Slater, 11 de agosto de 1971 (MJ/HRC).
18. De Diana Josselson para os Spender, 18 de maio de 1967 (MJ/HRC).
19. De Diana Josselson para Stephen Spender, 26 de maio de 1967 (MJ/HRC).
20. De Natasha Spender para Michael Josselson, sem data (MJ/HRC).
21. Tom Braden, "I'm Glad the CIA Is 'Immoral'", *Saturday Evening Post*, 20 de maio de 1967.
22. Idem.
23. Ibid.
24. Tom Braden, entrevista, Virgínia, agosto de 1996.
25. Tom Braden, entrevista telefônica, outubro de 1997.
26. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, abril de 1997.
27. John Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.
28. John Thompson, entrevista telefônica, agosto de 1996.
29. Charlton Heston, citado em Ian Hamilton, *Robert Lowell: A Biography*.
30. Carol Brightman, *Writing Dangerously*.
31. Eric Goldman, citado em Ian Hamilton, op. cit.
32. Idem.
33. Lyndon B. Johnson, citado em Stephen Whitfield, *The Culture of the Cold War*.
34. James Burnham, "Notes on the CIA Shambles", *National Review*, 21 de março de 1967.
35. Walt Rostow, entrevista telefônica, julho de 1997.

36. Idem.
37. Ibid.
38. Tom Braden, entrevista telefônica, outubro de 1997.
39. Joseph Alsop, citado em Carl Bernstein, “The CIA and the Media”, *Rolling Stone*, 20 de outubro de 1977.
40. Joseph Alsop, citado em Carl Bernstein, idem.
41. Tom Braden, “I’m Glad the CIA Is ‘Immoral’”, *Saturday Evening Post*, 20 de maio de 1967.
42. Irving Kristol, entrevista, Washington, junho de 1994.
43. Stephen Spender, entrevista, Londres, julho de 1994.
44. Melvin Lasky, entrevista, Londres, julho de 1994.
45. Idem.
46. De Diana Josselson para Tom Braden, 5 de maio de 1967 (MJ/HRC).
47. Lee Williams, entrevista, Washington, junho de 1994.
48. De John Thompson para Michael Josselson, 7 de julho de 1968 (MJ/HRC).
49. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
50. De John Thompson para Michael Josselson, 28 de outubro de 1967 (MJ/HRC).
51. *Final Report of the Katzenbach Committee*, citado no comunicado da Casa Branca para divulgação na imprensa, 29 de março de 1967 (NSF/LBJ).
52. Desmond FitzGerald, citado em *Final Report of the Church Committee*, 1976.
53. Editorial, *The Nation*, 10 de abril de 1967.
54. *Final Report of the Church Committee*, 1976.

## 26. Um mau negócio

1. De Jayaprakash Narayan para Raymond Aron, 22 de junho de 1967 (CCF/CHI).
2. De K. K. Sinha para John Hunt, 1º de junho de 1967 (CCF/CHI).
3. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
4. John Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.
5. Michael Polanyi, citado em Peter Coleman, *The Liberal Conspiracy*.
6. De Yehudi Menuhin para Nicolas Nabokov, 14 de maio de 1966 (CCF/CHI).
7. De George Kennan para Shepard Stone, 9 de novembro de 1967 (CCF/CHI).
8. Andrew Kopkind, “CIA: The Great Corrupter”, *New Statesman*, 24 de fevereiro de 1967.
9. Jason Epstein, “The CIA and the Intellectuals”, *New York Review of Books*, 20 de abril de 1967. A afirmação de Epstein sobre passageiros de segunda classe viajando na primeira já fora feita, em época anterior, por Conor Cruise O’Brien, que disse que o sucesso de operações como a revista *Encounter* estava em elas atraírem autores de princípios elevados, para proporcionar uma espécie de cobertura para “escritores de talento moderado e ambição suficiente”, que eram, na verdade, um cavalo-de-

tróia, engajado numa “atividade política contínua e coerente em prol (...) da estrutura de poder de Washington”. Conor Cruise O’Brien, “Politics and the Writer”, 19 de maio de 1966, publicado in Donald H. Akenson (org.), *Conor: A Biography of Conor Cruise O’Brien*.

10. De Dwight Macdonald para Michael Josselson, 30 de março de 1967 (CCF/CHI).
11. Richard Elman, entrevista, Nova York, junho de 1994.
12. Stuart Hampshire, entrevista, Oxford, dezembro de 1997.
13. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, fevereiro de 1997.
14. Tom Braden, entrevista, Virgínia, julho de 1996.
15. “Statement on the CIA”, *Partisan Review*, vol. 34/3, verão de 1967.
16. Tom Braden, entrevista, Virgínia, julho de 1996.
17. De James T. Farrell para Meyer Schapiro, 27 de julho de 1942 (MS/COL).
18. John Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.
19. Stephen Spender, entrevista, Londres, julho de 1994.
20. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
21. John Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.
22. De Edward Shils para Michael Josselson, 11 de novembro de 1975 (MJ/HRC).
23. De Edward Shils para Michael Josselson, 11 de dezembro de 1975 (MJ/HRC)
24. De Sidney Hook para Michael Josselson, 23 setembro de 1973 e 2 de novembro de 1972 (MJ/HRC).
25. De Edward Shils para Michael Josselson, 10 de fevereiro de 1976 (MJ/HRC).
26. De George Kennan para Nicolas Nabokov, 19 de junho de 1959, citado em Peter Coleman, *The Liberal Conspiracy*.
27. George Kennan, *Around the Cragged Hill: A Personal and Political Philosophy*, Nova York: Norton, 1993.
28. Harold Rosenberg, “The Cold War”, in *Discovering the Present: Three Decades in Art, Culture and Politics*, Chicago: University of Chicago Press, 1973.
29. Richard Elman, *The Aesthetics of the CIA* (manuscrito inédito).
30. Idem.
31. Primo Levi, *The Drowned and the Saved*, Londres: Michael Joseph, 1988 [Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades, trad. Luiz Sergio Henriques, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990].
32. Aldous Huxley, *Eyeless in Gaza*, Londres: Chatto & Windus, 1936 [Sem olhos em Gaza, trad. V. de Miranda Reis, São Paulo: Globo, 2ª ed. rev. 2001].

## Epílogo

1. De Stephen Spender para Nicolas Nabokov, 26 de agosto de 1970 (NN/HRC).
2. De Isaiah Berlin para Nicolas Nabokov, 18 de dezembro de 1972 e 21 de dezembro de 1976 (NN/HRC).

3. Stephen Spender, *Journals*.
4. Andrew Porter, *The New Yorker*, 17 de fevereiro de 1973.
5. David Chavchavadze, *Crowns and Trenchcoats: A Russian Prince in the CIA*, Nova York: Atlantic International, 1990.
6. John Hunt, entrevista, Uzés, julho de 1997.
7. De John Hunt para Michael Josselson, sem data, 1969 (MJ/HRC).
8. Arthur Koestler, "A Guide to Political Neuroses", *Encounter*, novembro de 1953.
9. Irving Kristol, citado em Hugh Wilford, *The New York Intellectuals*.
10. Irving Kristol, *Neo-Conservatism: The Autobiography of an Idea, Selected Essays 1949-1995*, Nova York: The Free Press, 1995.
11. Irving Kristol, entrevista, Washington, junho de 1994.
12. Neil Berry, "Encounter", *London Magazine*, fevereiro-março de 1995.
13. Ferdinand Mount, citado em idem.
14. De Frank Platt para Michael Josselson, 13 de outubro de 1976 (MJ/HRC).
15. Melvin Lasky, entrevista, Londres, julho de 1994.
16. Bernard Levin, *The Times*, 15 de outubro de 1992.
17. Idem.
18. George Urban, *Radio Free Europe*.
19. Idem.
20. Melvin Lasky, entrevista, Londres, agosto de 1997.
21. Natasha Spender, entrevista, Maussane, julho de 1997.
22. De Frank Platt para Michael Josselson, 11 de novembro de 1976 (MJ/HRC).
23. De Frank Platt para Michael Josselson, 15 de dezembro de 1977 (MJ/HRC).
24. Godfrey Hodgson, "Superspook", *Sunday Times Magazine*, 15 junho de 1975.
25. Recorte não identificável, 23 de fevereiro de 1983 (MJ/HRC).
26. Michael Hofmann, *The Guardian*, 23 de janeiro de 1998.
27. William Buckley, citado em Gore Vidal, *Palimpsest [Palimpsesto: memórias, op. cit.]*.
28. Tom Braden, "What's Wrong with the CIA?", *Saturday Review*, 5 de abril de 1975.
29. Idem.
30. Lawrence de Neufville, entrevista telefônica, abril de 1997.
31. Mary McCarthy chegou praticamente à mesma conclusão sobre Nicola Chiaromonte. Em 22 de maio de 1969, escreveu: "É possível que ele tenha ficado com cicatrizes profundas, ou incapacitado, pobre homem, pela experiência com a CIA, e que tudo o que escreve ou pensa constitua, de algum modo, uma reiterada *justificação* disso." Chiaromonte morreu num elevador, depois de apresentar um programa numa estação de rádio italiana em 18 de janeiro de 1972.
32. De Mary McCarthy para Hannah Arendt, 18 de junho de 1968, in Carol Brightman (org.), *Between Friends*.
33. Stephen Spender, entrevista, Londres, julho de 1994.
34. Natasha Spender, entrevista telefônica, Maussane, agosto de 1997.

35. De Melvin Lasky para Sidney Hook, citado em Peter Coleman, *The Liberal Conspiracy*.
36. Diana Josselson, entrevista, Genebra, maio de 1996.
37. Idem.
38. Diana Josselson, entrevista, Genebra, março de 1997.
39. Edgar Applewhite, citado por Richard Elman, entrevista, Nova York, junho de 1994.
40. Jason Epstein, entrevista, Nova York, junho de 1994.
41. De Joseph Alsop para Isaiah Berlin, citado em Robert Merry, *Taking on the World*.
42. Doug Henwood, "Spooks in Blue", *Grand Street*, vol. 7/3, primavera de 1998.

## Bibliografia selecionada

- Abel, Lionel, *The Intellectual Follies: A Memoir of the Literary Venture in New York and Paris*, Nova York: Norton, 1984.
- Acheson, Dean, *Present at the Creation*, Nova York: Norton, 1969.
- Agee, Philip, e Louis Wolf, *Dirty Work: The CIA in Western Europe*, Nova York: Dorset Press, 1978.
- Alsop, Susan Mary, *To Marietta from Paris, 1945-1960*, Nova York: Doubleday, 1975.
- Barrett, Edward, *Truth is our Weapon*, Nova York: Funk & Wagnalls, 1953.
- Beevor, Antony, e Artemis Cooper, *Paris After the Liberation, 1944-1949*, Londres: Hamish Hamilton, 1994.
- Bell, Daniel, *The End of Ideology: The Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*, Nova York: The Free Press, 1960.
- Bellow, Saul, *Humboldt's Gift*, Nova York: Viking, 1975 [O legado de Humboldt, trad. Fernando Py, São Paulo: Círculo do Livro, 1982].
- Bernstein, Barton J. (org.), *Toward a New Past: Dissenting Essays in American History*, Nova York: Knopf, 1967.
- Bissell, Richard, *Reflections of a Cold Warrior: From Yalta to the Bay of Pigs*, Nova York: Yale University Press, 1996.
- Bradlee, Ben, *A Good Life: Newspapering and Other Adventures*, Londres: Simon & Schuster, 1995.
- Brands, H. W., *The Devil We Knew: America and the Cold War*, Oxford: Oxford University Press, 1993.
- Brightman, Carol, *Writing Dangerously: Mary McCarthy and Her World*, Nova York: Lime Tree, 1993.
- Brightman, Carol, (org.), *Between Friends: The Correspondence of Hannah Arendt and Mary McCarthy, 1949-1975*, Londres: Secker & Warburg, 1995.

- Broadwater, Jeff, *Eisenhower and the Anti-Communist Crusade*, Carolina: University of North Carolina Press, 1992.
- Cesarani, David, *Arthur Koestler: The Homeless Mind*, Londres: William Heinemann, 1998.
- Chambers, Whittaker, *Witness*, Chicago: Regnery, 1952.
- Chiaromonte, Nicola, *The Worm of Consciousness and Other Essays*, Nova York: Harcourt, 1976.
- Church, Frank, senador (presidente do comitê), *Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities*, Washington: United States Government Printing Office, 1976.
- Cline, Ray, *Secrets, Spies and Scholars*, Washington: Acropolis, 1976.
- Cockburn, Alexander, *Corruptions of Empire*, Londres: Verso, 1987.
- Cohn, Roy, *McCarthy*, Nova York: New American Library, 1968.
- Colby, William, *Honorable Men: My Life in the CIA*, Nova York: Simon & Schuster, 1978.
- Coleman, Peter, *The Liberal Conspiracy: The Congress for Cultural Freedom and the Struggle for the Mind of Postwar Europe*, Nova York: The Free Press, 1989.
- Cook, Blanche Wiesen, *The Declassified Eisenhower: A Divided Legacy of Peace and Political Warfare*, Nova York: Doubleday, 1981.
- Corson, William, *The Armies of Ignorance: The Rise of the American Intelligence Empire*, Nova York: Dial Press, 1997.
- Crockatt, Richard, *The Fifty Years War: The United States and the Soviet Union in World Politics, 1941-1991*, Londres: Routledge, 1995.
- Crossman, Richard (org.), *The God That Failed: Six Studies in Communism*, Londres: Hamish Hamilton, 1950 [O *deus que falhou*, trad. Enéas Marzano, Rio de Janeiro: Pongetti, 1952].
- Diggins, John Patrick, *Up From Communism: Conservative Odysseys in American Intellectual History*, Nova York: Harper & Row, 1975.
- Fromkin, David, *In the Time of the Americans*, Nova York: Vintage, 1995.
- Goodman, Celia (org.), *Living with Koestler: Mamaine Koestler's Letters, 1945-1951*, Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1985.
- Green, Fitzhugh, *American Propaganda Abroad*, Nova York: Hippocrene, 1988.
- Gremion, Pierre, *L'Intelligence et l'anticommunisme: Le Congrès pour la liberté de la culture à Paris, 1950-1975*, Paris: Fayard, 1995.
- Grose, Peter, *Gentleman Spy: The Life of Allen Dulles*, Londres: André Deutsch, 1995.
- Guilbaut, Serge, *How New York Stole the Idea of Modern Art: Abstract Expressionism, Freedom and the Cold War*, Chicago: University of Chicago Press, 1983.
- Hamilton, Iain, *Koestler: A Biography*, Londres: Secker & Warburg, 1982.
- Hamilton, Ian, *Robert Lowell: A Biography*, Nova York: Random House, 1982.
- Hersh, Burton, *The Old Boys: The American Elite and the Origins of the CIA*, Nova York: Scribner's, 1992.

- Hixson, Walter L., *George F. Kennan: Cold War Iconoclast*, Nova York: Columbia University Press, 1989.
- Hixson, Walter L., *Parting the Curtain: Propaganda, Culture and the Cold War, 1945-1961*, Nova York: Macmillan, 1997.
- Hofstadter, Richard, *The Paranoid Style in American Politics and Other Essays*, Nova York: Knopf, 1965.
- Hook, Sidney, *Out of Step: An Unquiet Life in the Twentieth Century*, Nova York: Harper & Row, 1987.
- Howe, Irving, *A Margin of Hope: An Intellectual Autobiography*, Londres: Secker & Warburg, 1983.
- Hunt, E. Howard, *Undercover: Memoirs of an American Secret Agent*, Califórnia: Berkeley Publishing Corporation, 1974.
- Kahn, E. J., *Jock: The Life and Times of John Hay Whitney*, Nova York: Doubleday, 1981.
- Keller, William H., *The Liberals and J. Edgar Hoover: The Rise and Fall of a Domestic Intelligence State*, Nova Jersey: Princeton University Press, 1989.
- Kennan, George F., *Around the Cragged Hill: A Personal and Political Philosophy*, Nova York: Norton, 1993.
- Kermode, Frank, *Not Entitled: A Memoir*, Londres: Harper Collins, 1996.
- Kirkpatrick, Lyman, *The Real CIA*, Nova York: Macmillan, 1968.
- Kissinger, Henry, *The White House Years*, Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1979.
- Kobler, John, *Henry Luce: His Time, Life and Fortune*, Londres: Macdonald, 1968.
- Koestler, Arthur, *The Stranger on the Square*, Londres: Hutchinson, 1984.
- Kristol, Irving, *Neo-Conservatism: The Autobiography of an Idea, Selected Essays, 1949-1995*, Nova York: The Free Press, 1995.
- Larson, Deborah, *The Origins of Containment: A Psychological Explanation*, Nova Jersey: Princeton University Press, 1985.
- Lasch, Christopher, *The Agony of the American Left*, Nova York: Vintage, 1969.
- Littleton, Taylor D., e Sykes Maltby, *Advancing American Art: Painting, Politics and Cultural Confrontation*, Alabama: University of Alabama Press, 1989.
- Lottman, Herbert, *The Left Bank: Writers, Artists, and Politics from the Popular Front to the Cold War*, Boston: Houghton Mifflin, 1982.
- Lynes, Russell, *Good Old Modern: An Intimate Portrait of the Museum of Modern Art*, Nova York: Atheneum, 1973.
- McAuliffe, Mary S., *Crisis on the Left: Cold War Politics and American Liberals*, Amherst: University of Massachusetts Press, 1978.
- Mailer, Norman, *Armies of the Night*, Nova York: New American Library, 1968 [Os exércitos da noite, trad. Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: Record, 1986, anteriormente publicado sob o título *Os degraus do Pentágono*].
- Mailer, Norman, *Harlot's Ghost*, Londres: Michael Joseph, 1991 [O fantasma da prostituta, trad. Celso Nogueira, São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro 1994(?)].



- Malraux, André, *Anti-Memoirs*, Nova York: Random House, 1968.
- Mangold, Tom, *Cold Warrior: James Jesus Angleton, The CIA's Master Spy Hunter*, Nova York: Simon & Schuster, 1991.
- Mayne, Richard, *Postwar: The Dawn of Today's Europe*, Londres: Thames & Hudson, 1983.
- Merry, Robert W., *Taking on the World: Joseph and Stewart Alsop, Guardians of the American Century*, Nova York: Viking Penguin, 1996.
- Meyer, Cord, *Facing Reality: From World Federalism to the CIA*, Maryland: University Press of America, 1980.
- Michaud, Yves (org.), *Voire, ne pas voire, faux voire*, Nîmes: Éditions Jacqueline Chambon, 1993.
- Miller, Arthur, *Timebends: A Life*, Londres: Methuen, 1987 [*Uma vida*, trad. Raul de Sá Barbosa, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, c.1989)].
- Miscamble, Wilson D., *George F. Kennan and the Making of American Foreign Policy*, Nova Jersey: Princeton University Press, 1992.
- Muggeridge, Malcolm, *Chronicles of Wasted Time: The Infernal Grove*, Londres: Collins, 1973.
- Muggeridge, Malcolm, *Like It Was*, Londres: Collins, 1981.
- Nabokov, Nicolas, *Old Friends and New Music*, Londres: Hamish Hamilton, 1951.
- Nabokov, Nicolas, *Bagázh: Memoirs of a Russian Cosmopolitan*, Londres: Secker & Warburg, 1975.
- O'Toole, G. J. A., *Honorable Treachery: A History of U.S. Intelligence, Espionage, and Covert Action from the American Revolution to the CIA*, Nova York: Atlantic Monthly Press, 1991.
- Pells, Richard H., *Not Like Us: How Europeans Have Loved, Hated, and Transformed American Culture Since World War II*, Nova York: Basic Books, 1997.
- Philby, Kim, *My Silent War*, Nova York: Grove Press, 1968.
- Phillips, William, *A Partisan View: Five Decades of the Literary Life*, Nova York: Stein, 1983.
- Podhoretz, Norman, *Making It*, Londres: Jonathan Cape, 1968.
- Podhoretz, Norman, *The Bloody Crossroads: Where Literature and Politics Meet*, Nova York: Simon & Schuster, 1986.
- Ranelagh, John, *The Agency: The Rise and Decline of the CIA*, Nova York: Simon & Schuster, 1987.
- Reich, Carey, *The Life of Nelson Rockefeller, 1908-1958*, Nova York: Doubleday, 1997.
- Riebling, Mark, *Wedge: The Secret War Between the FBI and CIA*, Nova York: Knopf, 1994.
- Robins, Natalie, *Alien Ink: The FBI's War on Freedom of Expression*, Nova York: William Morrow, 1992.
- Ross, Andrew, *No Respect: Intellectuals and Popular Culture*, Londres: Routledge, 1989.

- Ross, Thomas B., e Wise David, *The Espionage Establishment*, Nova York: Random House, 1967.
- Salisbury, Harrison E., *Without Fear or Favor: The New York Times and its Times*, Nova York: Ballantine, 1980.
- Schlesinger, Arthur M. Jr., *The Vital Center: A Fighting Faith*, Cambridge: Riverside Press, 1949.
- Schlesinger, Arthur M. Jr., *A Thousand Days: John F. Kennedy in the White House*, Londres: André Deutsch, 1965.
- Silone, Ignazio, *Emergency Exit*, Londres: Gollancz, 1969.
- Sinfield, Alan, *Literature, Politics and Culture in Postwar Britain*, Londres: Athlone Press, 1997.
- Smith, R. Harris, *OSS: The Secret History of America's First Central Intelligence Agency*, Los Angeles: University of California Press, 1972.
- Sonnenberg, Ben, *Lost Property: Confessions of a Bad Boy*, Londres: Faber & Faber, 1991.
- Spender, Stephen, *Engaged in Writing*, Nova York: Farrar Straus, 1958.
- Spender, Stephen (org. de John Goldsmith), *Journals, 1939-1983*, Londres: Faber & Faber, 1985.
- Steinfels, Peter, *The Neoconservatives: The Men Who Are Changing American Politics*, Nova York: Simon & Schuster, 1979.
- Stone, I. F. (org. de Neil Middleton), *The "I. F. Stone's Weekly" Reader*, Nova York: Random House, 1973.
- Thomas, Evan, *The Very Best Men: The Early Years of the CIA*, Nova York: Touchstone, 1996.
- Truman, Harry S., *Memoirs: Year of Decisions*, Nova York: Doubleday, 1955.
- Urban, George, *Radio Free Europe and the Pursuit of Democracy: My War Within the Cold War*, Nova York: Yale University Press, 1997.
- Vansittart, Peter, *In the Fifties*, Londres: John Murray, 1995.
- Vidal, Gore, *Palimpsest*, Londres: André Deutsch, 1995 [*Palimpsesto: memórias*, trad. Roberto Grey, Rio de Janeiro: Rocco, 1996].
- Walker, Martin, *The Cold War and the Making of the Modern World*, Londres: Fourth Estate, 1993.
- Wallock, Leonard (org.), *New York, 1940-1965*, Nova York: Rizzoli, 1988.
- Warner, Michael (org.), *Cold War Records: The CIA under Harry Truman*, Washington: Center for the Study of Intelligence, CIA, 1994.
- Whitfield, Stephen J., *The Culture of the Cold War*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991.
- Wilford, Hugh, *The New York Intellectuals*, Manchester: Manchester University Press, 1995.
- Winks, Robin, *Cloak and Gown: Scholars in the Secret War, 1939-1961*, Nova York: William Morrow, 1987.

- Woods, Randall B., *Fulbright: A Biography*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- Woodhouse, Christopher Montague, *Something Ventured*, Londres: Granada, 1982.
- Wreszin, Michael, *A Rebel in Defense of Tradition: The Life and Politics of Dwight Macdonald*, Nova York: Basic Books, 1994.
- Young, Kenneth (org.), *The Diaries of Robert Bruce Lockhart, 1939-1965*, Londres: Macmillan, 1980.

# Índice remissivo

- Abrassimov, Pyotr Andreyevitch, 379, 380
- Abt, John, 214
- Academia Norte-Americana de Artes e Ciências [American Academy of Arts and Sciences], 360, 374, 384
- Acheson, Dean, 40, 148, 217, 218, 231
- Actor's Studio, 307
- Adler, Renata, 449
- Administração de Cooperação Econômica, 84, 167
- Agência Central de Informações [Central Intelligence Agency] (CIA): "canais silenciosos" da, 152; censura, 345-51; criação da, 47-55; verbas da, 123-24; sede da, 57, 304; Operação AJAX, 106; orçamento da, 56-57; revelações sobre financiamento secreto, 381-86, 399; *status* da, 149; *ver também* Divisão de Organizações Internacionais (IRD)
- Agência de Informações dos Estados Unidos [United States Information Agency (USIA)], 214-15, 218, 317, 362, 366
- Agência Nacional de Informações de Segurança [National Security Information Agency], 310
- Alexander, Mark, 236
- Aliança Cinematográfica pela Preservação dos Ideais Norte-Americanos [Motion Picture Alliance for the Preservation of American Ideals], 311
- Allen, Raymond, 169
- Allende, Salvador, 378
- Alsop, Carleton, 314-19
- Alsop, Joseph: convicções de, 53, 217-18, 397-98; experiências de guerra, 350; ligações com a CIA, 435; sobre Philip Graham, 461; visão da Guerra do Vietnã, 397-98; visão do macarthismo, 227-28
- Alsop, Stewart: amizades, 113-14; artigo de Braden, 430-31, 434-35; convicções de, 53, 217-18, 398; ligação com a CIA, 435; serviço durante a guerra, 113; visão da Guerra do Vietnã, 398; visão do macarthismo, 227-28
- Alsop, Susan Mary, 24
- Altman, Georges, 94, 121, 124, 141
- Alvarez, A. A., 240-41
- American Fund for Free Jurists, Inc., 382
- American National Theater and Academy (ANTA) [Teatro e Academia Nacionais Norte-Americanos], 154, 156

- Amerika-Häuser, Berlim, 34
- Amery, Julian, 94, 107, 128
- Amigos da Liberdade [Amis de la Liberté], 119, 125
- Amoss, Ulius, 230
- Amrouche, Jean, 138
- Andersen-Nexo, Martin, 85
- Anderson, Marian, 35, 316
- Angleton, James Jesus: aparência de, 262, 263; campanha para a eleição italiana (1948), 262; carreira na CIA, 260, 262-63, 368, 458; e o Partido Trabalhista britânico, 356; educação e antecedentes, 151, 260, 261-63; ligações com a Ivy League, 260, 262; relacionamento com T. S. Eliot, 271-72
- Anouilh, Jean, 87
- “Antagonismes”, exposição (1960), 297
- Applewhite, Edgar, 56, 412
- Aragon, Louis, 85, 331
- Arbenz, Jacobo, 15, 115
- Archbold, família, 50
- Arendt, Hannah: conferência de Milão (1955), 335-36; correspondência com Mary McCarthy, 209, 220-21, 230, 359, 373-74, 458; declaração à *Partisan Review*, 445; ligação com o IRD, 129; na Villa Serbelloni, 373; petição de Lowell, 432; sobre ligações entre o Congresso e a CIA, 444-45;
- Aron, Raymond: artigo na revista *Encounter*, 199, 200; Assembléia Geral do Congresso, 424; “círculo íntimo” do Congresso, 108; conferência de Berlim (1950), 94; conhecimento da ajuda da CIA, 426; festival de Paris (1952), 138, 141; morte de, 455; sobre a liderança norte-americana, 192
- Artforum*, 287
- Ascher, Dorothy, 78
- Assembléia Mundial da Juventude, 160
- Associação de Línguas Modernas [Modern Language Association], 385
- Associação de Revistas Literárias da América [Association of Literary Magazines of America], 385
- Associação Francesa de Ação Artística [Association Française d’Action Artistique], 293, 297
- Associação Internacional pela Liberdade Cultural [International Association for Cultural Freedom], 445, 447, 453
- Associação Italiana pela Liberdade Cultural, 121-22, 125
- Associação Mundial de Escritores, *ver* PEN Clube\*
- Astaire, Fred, 311
- Asturias, Miguel Angel, 393
- Attlee, Clement, 74, 404
- Auden, W. H.: Berliner Festwochen, 379; ensaios na revista *Encounter*, 185, 235; festival de Paris (1952), 134, 138; na Berlim do pós-guerra, 13; sobre Spender, 129; *Poetas de Língua Inglesa*, 261; relacionamento com Spender, 191, 192; votação no Prêmio Bollingen, 274
- Auric, Georges, 136
- Auriol, Vincent, 135
- Ayer, A. J. (“Freddie”), 24, 94, 110
- Babin, Victor, 388
- Baía dos Porcos, 15, 48, 390, 461
- Baker, John, 5
- Balaban, Barney, 314
- Balanchine, George, 134, 452
- Balé da Cidade de Nova York [New York City Ballet], 133, 452

- Barber, Samuel, 35, 133, 136, 244
- Barnes, Janet, 151
- Barnes, Tracy, 50-51, 157, 270, 310, 333
- Barr, Alfred, 137, 289-90, 292
- Barrett, Edward, 98, 116
- Barrett, William, 274
- Bartók, Béla, 136
- Barzini, Luigi, 269
- Batchelor, Joy, 319
- Baziotos, William, 276-77, 289, 300
- BBC, 122
- Beauvoir, Simone de, 23, 91, 92, 120, 138
- Beichmann, Arnold, 62, 65, 89, 178
- Bell, Daniel: Assembléia Geral do Congresso, 423-24; *Censorship*, 361; discussões com Luce, 182; formação educacional, 190; *Partisan Review*, 182, 362, 364; política, 106; relacionamento com Josselson, 336, 357; sobre Brown e Lasky, 444; *The Public Interest*, 435, 453; trabalho no Congresso, 171, 356, 444; visão do marxismo, 220
- Bell, Pearl Kazin, 444
- Bellow, Saul, 15, 348, 391, 444
- Benda, Julien, 396
- Bentley, Eric, 415
- Benton, William, 270, 459
- Berg, Alban, 135, 245
- Bergson, Henri, 136
- Berlim: Berliner Festwochen, 379; conferência de (1960), 359-60; Congresso de (1950), 88-89, 91-102, 103, 107, 186, 192; Festival de Arte, 379
- Berlin, Isaiah: carreira de, 80; ciente do financiamento da CIA, 416-18; *Encounter*, 185, 238, 335, 413, 414, 416-17; influência em Washington, 51, 416; New College, 80, 188; política da esquerda não comunista, 80, 416-17; relacionamento com Nabokov, 122, 242, 451; relações com o Congresso, 111; sobre o Congresso, 109; sobre Paris (1947), 21; trabalho na Executiva da Guerra Psicológica, 80
- Bernstein, Leonard, 35, 62, 68
- Betar, 248
- Bevin, Ernest, 74
- Bieber, Marion, 395
- Bienal de Veneza, 291
- Bing, Rudolf, 248
- Binger, Karl, 203
- Bird, Kai, 160, 219
- Birnbaum, Norman, 347
- Bishop, Elizabeth, 131, 363, 371, 374, 375
- Bissell, Richard, 41, 53, 124, 157, 231, 233
- Blacher, Boris, 244
- Blair, Eric, *ver* Orwell, George
- Blake, Patricia, 92, 118, 385, 452
- Blum-Byrnes, acordo de (1946), 312
- Bohlen, Charles ("Chip"): conferência de Berlim (1950), 93; encontro com Koestler, 77; influência de, 51-52, 112; "Kremlinologia", 52; política da esquerda não comunista, 80; relacionamento com Nabokov, 52, 93, 112; relacionamento com Offie, 84
- Bolomey, Pierre, 124, 198, 245
- Bond, Ward, 309, 311
- Bondy, François: ciente do financiamento da CIA, 427; encontro de Berlim (1992), 454-55; *Encounter*, 193, 196, 241, 336-37, 350, 454-55; pagamento de salários, 124, 241; *Prewves*, 120, 193, 349; trabalho na Itália, 121; trabalho no Congresso, 120-21, 126, 379; União Européia de Federalistas, 111

- Borden Trust, 381, 382
- Borges, Jorge Luis, 185, 379
- Borkenau, Franz, 85, 87, 97
- Borneigg, 136
- Botsford, Keith, 375, 376, 379, 391-92, 394
- Boulez, Pierre, 246
- Bourke-White, Margaret, 52
- Bowen, Elizabeth, 357
- Bowra, Maurice, 261
- Braden, Joan, 286
- Braden, Tom: artigo no *Saturday Evening Post*, 430-37; carreira depois da CIA, 457-58; carreira na CIA, 113-18, 154, 257-58, 286, 355; casamento, 286; financiamento da revista *New Leader*, 183; contato com o macarthismo, 218, 232-34; Divisão de Organizações Internacionais, 115-18, 132, 134, 231-32, 257; experiências no Escritório de Serviços Estratégicos (OSS), 49, 113-14; festival de Paris (1952), 132-33, 143; relacionamento com Jackson, 171; relacionamento com Josselson, 113, 118, 174, 436; sobre a arte, 280, 282, 284, 285-86, 296; sobre a Fundação Farfield, 144-45, 153; sobre a política da CIA, 339, 405, 408, 457-58; sobre Angleton, 368; sobre Brown, 105, 123; sobre declaração na *Partisan Review*, 444-45; sobre Dondero, 280; sobre Donovan, 49; sobre Dulles, 234; sobre *Encounter*, 207, 339-40, 349-50; sobre financiamento do Congresso, 100, 153; sobre Fleischmann, 144; sobre Josselson, 126; sobre Meyer, 368; sobre o Comitê Norte-Americano, 224, 229; sobre o macarthismo, 224, 231, 232; sobre os Rockefeller, 163, 284
- Bradley, Omar, 39
- Brando, Marlon, 68, 213, 263, 278, 307
- Brandt, Willy, 22, 51, 378-79, 427
- Brecht, Bertolt, 87, 133, 250, 338
- Breck, Henry, 151
- Brightman, Carol, 181, 271, 404, 406
- Brisson, M., 141
- Britten, Benjamin, 134, 244
- Broadwater, Bowden, 62
- Brockway, Fenner, 85
- Brogan, Denis, 396
- Brooks, Cleanth, 379
- Brown, Irving: administração de verbas, 83-84, 105, 109, 112-13, 118, 123, 124-25, 143, 146, 173, 174-75; atividades em Marselha, 112-13, 174-75; cargo na Federação Norte-Americana do Trabalho, 83; Comitê Norte-Americano, 256; como anfitrião, 374; conferência de Berlim (1950), 93, 100, 108; contraconferência de Paris (1949), 84; *Encounter*, 187, 348; escritório do Congresso de Paris, 113, 125; festival de Paris (1952), 132; Manifesto pela Liberdade, 100; nomeação para o Congresso, 105; *Partisan Review*, 182-83; relacionamento com Nabokov, 121; relacionamento com Schlesinger, 109; reunião em Bruxelas (1950), 107; sobre a Sociedade Britânica, 127; *Twentieth Century*, 128
- Brownell, Herbert, 203-04
- Bruce, Ailsa (Mellon), 50
- Bruce, David, 23, 50, 53, 310, 451
- Bruce, Lenny, 213
- Buber-Neumann, Margerita, 385
- Buckley, William, 270, 457

- Buffington, tenente-coronel, 258  
 Bukharin, Nikolai, 183  
 Bulganin, Nikolai, 330  
 Bundy, irmãos, 53  
 Bundy, McGeorge, 160, 262, 429  
 Bundy, William P., 160, 162, 230-31  
 Burchfield, Charles, 289  
 Burden, William, 155, 285, 289  
 Burgess, Guy, 187  
 Burlin, Paul, 299  
 Burnham, James: comitê organizador do Congresso, 105-07; conferência de Berlim (1950), 89, 93, 95, 96, 100; *Encounter*, 427; festival de Paris (1952), 142; "kibutz do Upper West Side", 178; medalha presidencial, 457; morte de, 457; opinião de Jackson sobre, 171; opiniões políticas de, 79, 96, 106, 168-69, 178, 224, 433; *Partisan Review*, 230; relacionamento com Koestler, 79, 108; relacionamento com Nabokov, 113, 120, 122  
 Burroughs, William, 388  
 Byrnes, James, 316  
  
 Caillois, Roger, 138, 379  
 Calder, Alexander, 288, 300  
 Calderon de la Barca, Pedro, 441  
 Caldwell, Erskine, 316-17  
 Calvino, Italo, 237  
 Cameron, Angus, 407  
 Campanha pela Verdade, 166  
 Campesino, El, 270  
 Camus, Albert: artigo na revista *Encounter*, 198; atitude perante a conferência de Berlim (1950), 91-92; festival de Paris (1952), 138; opinião de Koestler sobre, 87; sobre a Hungria (1956), 331; sobre literatura, 250  
 Canaday, John, 298  
 Canfield, Cass, 81, 154-55, 156, 286, 358  
 Capote, Truman, 349  
*Carrefour*, 138  
 Carter, Elliott, 35, 245  
 Cartier-Bresson, Henri, 27  
 Carver, David, 397-95  
 Carver, George, 271  
 Casa da Liberdade [Freedom House], 70-71  
 Casey, Bill, 150, 160  
 Cassou, Jean, 293  
 CBS, 286  
 Cecil, David, lorde, 122  
*Censorship*, 361  
 Centro Europeu de Cultura [Centre Européen de la Culture], 112, 245, 355  
 Cesarani, David, 457  
 Chambers, Whittaker, 307-08  
 Chaplin, Charlie, 68, 85, 215  
 Charles, Scott, 266  
 Chavez, Carlos, 244  
 Chiaromonte, Nicola, 62, 71-72, 121, 237, 364, 394  
 Child, Julia McWilliams, 50  
 Churchill, Clarissa, 22  
 Churchill, Winston, 50, 319, 354, 355  
 CIA, *ver* Agência Central de Informações\*  
 Ciano, condessa, 51  
 Clay, Lucius, 43, 45, 149, 158  
 Clews, John, 129  
 Clube John Reed, 180  
 Cockroft, Eva, 287  
 Cocteau, Jean, 45, 134, 136  
 Coffin, William Sloane, 260-61  
 Cohen, Elliot, 178, 179  
 Cohn, Harry, 308, 314  
 Cohn, Roy, 211, 213-14  
 Colby, William, 114, 151, 212, 346, 458



- Coleman, Peter, 454-55
- Combat*, 140, 142
- Comissão Congressional para Investigação de Atividades Antiamericanas (HUAC), 212, 213, 232, 306-07, 311
- Comissão de Apresentação Cultural, 316
- Comissão de Controle dos Aliados, Berlim, 29-30
- Comissão Katzenbach, relatório da, 438-39
- Comitê de Defesa de Leon Trotski [Committee for the Defense of Leon Trotsky], 111
- Comitê de Resgate Emergencial, 156
- Comitê de Resgate Internacional, 160
- Comitê de Veteranos Norte-Americanos [American Veterans' Committee], 232
- Comitê Democrático sobre as Artes, 154
- Comitê Editorial das Três Revistas, 239
- Comitê Europa Livre, *ver* Comitê Nacional por uma Europa Livre
- Comitê Internacional de Refugiados, 150
- Comitê Nacional dos Escritores [Comité National des Écrivains], 331
- Comitê Nacional por uma Europa Livre, 83, 109, 148-50, 166, 172, 247, 286, 395
- Comitê Norte-Americano pela Liberdade Cultural [American Committee for Cultural Freedom]: chefia e membros do, 172, 177-79, 254-56, 292, 300-01, 307-08; papel do, na lavagem de dinheiro, 134, 146; *Partisan Review*, 182, 183-84, 363-65; postura política do, 177-80, 182, 219-30, 235, 248-51, 307, 317, 323; relações com o Congresso, 177, 179, 228-30; renúncia de Farrell, 254-56; resposta à carta de Russell, 253-54; supervisão da CIA, 170, 222-24; suspensão do, 255-56, 363; visão dos ex-nazistas, 248-50; visões do macarthismo, 219-30
- Comitê Suíço de Ajuda aos Patriotas Húngaros, 367
- Commentary*, 178, 182, 191, 401
- Condições da Ordem Mundial, As, seminário (1965), 374
- Conferência Internacional de Música do Século XX, 243
- Congresso de Escritores de Berlim Oriental, 42-43
- Congresso de Líderes Culturais, 160
- Congresso pela Liberdade Cultural [Congress for Cultural Freedom]: apoio de Jackson ao, 171-72; comitê organizador, 105-07, 141; conferência de Berlim (1950), 89, 93-102, 103-05, 192, 222; conferência de Milão (1955), 335-36; criação do, 104-08; *Der Monat*, 175; *Encounter*, 189-90, 193-94, 196-97, 198-99, 336-37, 346-48, 401-04, 408-09, 416-17; estrutura do, 107; festival de Paris (1952), 133, 134-35; financiamento, 99-100, 109, 112-13, 124-25, 143-46, 147, 152, 154, 160-61, 222, 338, 367-68, 372, 404-07, 416-17; Forum World Features [agência de notícias], 337; gerenciado pela CIA, 13; Guerra do Vietnã, 397-98; liderança, 13; macarthismo, 224-25; manifesto, 100-01; *New Leader*, 366; objetivos do, 117-18, 337, 346-47, 385-86; papel de Josselson no, 126-27, 172-75, 235, 337-38, 385-86; *Partisan Review*, 366; pessoal do, 111-13, 117-18, 265-67; política em relação à arte, 292, 293-94, 295, 297; posição de Hunt no, 266; posição de Koestler no, 107-09;

- posição de Lasky no, 103-05; posição de Nabokov no, 112-13, 119-20, 121-22; posição de Russell no, 110, 253-54; posição de Silone no, 93-94; presidentes honorários e patronos, 110-12, 305; *Prewes*, 119-20, 175, 333; recursos do, 13; relações com o PEN Clube, 390-96; sede em Paris, 105, 113, 174, 175, 330, 366; serviço secreto britânico, 187-88; suspeitas do, 120-22; *That Was The Week That Was*, 366-67; *ver também* Comitê Norte-Americano, Sociedade Britânica Congresso pela Liberdade Cultural na Índia, 441
- Connolly, Cyril, 186
- Conquest, Robert, 454
- Conselho Britânico, 122, 190
- Conselho de Relações Exteriores, 155, 159, 160, 163
- Conselho de Segurança Nacional [National Security Council], 47, 54, 140, 162, 286, 308-09
- Conselho Nacional de Artes, Ciências e Profissões Liberais, 63, 232
- Conselho Norte-Americano da Comissão Internacional de Juristas [American Council for the International Commission of Jurists], 382
- Conselho Norte-Americano de Sociedades Eruditas [American Council of Learned Societies], 384, 459
- Cooper, Merian, 309, 310, 311
- Coordenação de Assuntos Interamericanos (CIAA), 284
- Coordenadoria de Operações [Operations Coordinating Board (OCB)], 286, 309, 314, 316, 362-63
- Copland, Miles, 106
- Copland, Aaron: ataque da revista *Life* a, 68; estréias européias, 35; “Fanfarra”, 180; festival de Paris (1952), 133, 136; festival de Roma (1954), 245; verba da Fundação Ford, 160
- Coward, Noël, 76
- Cowles, Gardner, 149, 155, 286
- Cowley, Malcolm, 70, 158, 216
- Crick, Bernard, 325
- Croce, Benedetto, 64, 111
- Crosland, Anthony, 354, 356
- Crossman, Richard: conferência de Berlim (1949), 85; formação educacional, 404; New College, 80, 188; *O deus que falhou*, 80-81, 372; projeto para revista, 187; relacionamento com Nabokov, 122, 391; sobre a propaganda, 13
- Cruzada pela Liberdade, 150, 155, 170, 457
- Cuadernos*, 235, 238, 241, 375
- cummings, ee, 262
- Cunard, Nancy, 324
- Curtius, Ernst Robert, 374
- Czapski, Josef, 107, 199
- d’Annunzio, Gabriele, 318
- d’Arms, Edward, 242
- D’Harnoncourt, René, 285-86, 289, 293
- Daedalus*, 360, 364, 374
- Daily Mirror Group, 402
- Daily Telegraph*, 415
- Dallapiccola, Luigi, 244, 245
- Davis, Harold, 94
- Davis, Stuart, 288, 371
- de Gaulle, Charles, 139
- de Kooning, Willem, 275, 276, 278, 300
- Dean, Gordon, 331
- Dean, James, 213, 278, 317
- Debussy, Claude, 134, 136

- Declaração da Independência, 49
- Decter, Midge, 229
- DeMille, Cecil B., 149, 313-14
- Denis, Nigel, 454
- Departamento de Pesquisa de Informações [Information Research Department (IRD)]: criação e papel do, 74, 76, 404; *Encounter*, 188-221, 190, 195, 197; festival de Paris (1952), 132, 134; macarthismo, 224-25; relações de Gaitskell com o, 356-57; relações de Healey com o, 357; relações de Jackson com o, 170-71; relações de Muggeridge com o, 126, 186; relações de Orwell com o, 323-25, 325-261; relações de Russell com o, 110; relações de Wyatt com o, 186; relatório sobre o Congresso Mundial, 83; Sociedade Britânica pela Liberdade Cultural, 128, 129
- deus que falhou*, O, 80-83, 86, 139, 154, 191
- Deutscher, Isaac, 323
- Dewey, John, 111
- Dia Internacional de Resistência à Ditadura e à Guerra, 85, 124
- Diebenkorn, Richard, 294
- Dillon, Douglas, 202, 203
- Dinesen, Isak, 160
- Diretoria de Estratégia Psicológica [Psychological Strategy Board (PSB)], 356: 1984, 320-22; criação da, 167-68; documento estratégico doutrinário, 168-69; membros, 270, 285; programa de guerra psicológica, 169-70; relacionamento com a família Tolstói, 358-59; relações com o Comitê Norte-Americano, 178-79; relatórios sobre cinema, 315; roteiro cinematográfico de *A revolução dos bichos*, 319-20; substituição da, 286; caso Rosenberg, 202-03; turnê da Ópera Metropolitana, 247
- Disney, Roy, 314
- Disney, Walt, 313, 314
- Disraeli, Benjamin, 36
- Dissent*, 345, 383
- Divisão de Guerra Psicológica (PWD), 26, 36, 166
- Divisão de Operações Domésticas, 270
- Divisão de Organizações Internacionais [International Organizations Division (IOD)]: artigo de Macdonald, 344-45; criação e papel da, 115-18; festival de Paris (1952), 134-35; macarthismo, 218, 231-32; *Partisan Review*, 182-83; pessoal da, 117-18, 257-58, 263-64; posição de Braden na, 115-17, 132; relação com o Congresso pela Liberdade Cultural, 117-18; relações com autoridades trabalhistas norte-americanas, 430
- Djilas, Milovan, 270
- Dodd, Philip, 282-83, 302
- Doering, Ole, 310
- Donaldson, Kenneth, 267, 394
- Dondero, George, 276-77, 280
- Donnelly, Albert Jr., 136-37
- Donovan, William: caráter de, 49, 77; carreira de, 31, 32, 50, 156; *History*, 155; morte de, 77; relacionamento com Croce, 111; relacionamento com John Ford, 310; relacionamento com Koestler, 77, 79, 80; relacionamento com Rockefeller, 163; sobre Stalin, 32
- Dorati, Antal, 330
- Dos Passos, John, 67, 85, 358
- Doutrina Truman, 40, 41, 48, 217, 233

- Dova, Giovanni, 294
- Dowling, Allan B., 361
- Doze Pintores e Escultores Norte-Americanos Contemporâneos, exposição, 292-94
- Drake, Francis, 305
- Driberg, Tom, 324
- Drumlevitch, Seymour, 294
- Dubinsky, David, 62, 71, 342
- Dubois, W. E. B., 214
- Dulles, Allen: artigo de Macdonald, 347; campanha eleitoral italiana (1948), 262; carreira de, 50-51, 93, 147-48; Comitê Nacional por uma Europa Livre, 148, 149-50; Comitê Norte-Americano, 229, 252-53; Conselho de Relações Exteriores, 155; *Encounter*, 349; *History*, 155; *New Leader*, 183, 365-66; OPC, 55; *Partisan Review*, 362; política da esquerda não comunista (NCL), 433-34; política quanto à arte, 284, 287; posição na CIA, 113-14, 118, 148; recrutamento da "fonte dos P", 260; relacionamento com Bissell, 157; relacionamento com Braden, 113-15, 118, 133; relacionamento com Kaplan, 152; relacionamento com McCarthy, 224, 230-34; relacionamento com Nabokov, 59; relacionamento com os Rockefeller, 159, 162, 163, 284; relacionamento com Paley, 286; relacionamento com Schlesinger, 109, 408; relacionamento com Wisner, 329; religião, 304
- Dulles, John Foster: ataque de Macdonald a, 341; carreira de, 147, 162; estratégia anticomunista, 217, 230; política quanto à arte, 293-94; publicações de, 37; reputação de, 143, 234, 347; reunião com Koestler, 77
- Dumur, Guy, 140
- DuPont, família, 50
- Durkee, Bill, 369
- Eastman, Max, 222
- Edelman, Maurice, 187
- Editora Chekhov, Chekhov Publishing Company, 160, 269
- Ehrenburg, Ilya, 85
- Einstein, Albert, 68, 215
- Eisenhower, Dwight D.: ataque de Macdonald a, 341-42; caso Rosenberg, 338; Comitê Europa Livre, 149; corrida espacial, 204; eleição de, 135, 159, 166; *History*, 155; macarthismo, 216, 231, 234; política atômica, 332; política de guerra psicológica, 166; política quanto à arte, 295; política quanto à censura, 217; relacionamento com Jackson, 165, 166-67, 284, 388; relações com a CIA, 257; religião, 305-06; reputação de, 143; Suez e Hungria (1956), 328
- Eisler, Gerhart, 87, 99
- Eliade, Mircea, 235
- Eliot, T. S.: citado, 21; contracomitê do Waldorf, 64, 67; críticas a Orwell, 320; diploma de Harvard, 39; encontro com Nabokov, 122; *Encounter*, 207, 272; *Hiwar*, 360; obras, 260, 271, 272; traduções para a CIA, 269, 271-72; votação do Prêmio Bollingen, 274
- Ellmann, Richard (biógrafo), 185, 261, 271, 444
- Elman, Richard, 257, 271, 273, 449
- Emerson, Ralph Waldo, 66, 191

- Emmanuel, Pierre, 379, 424, 427, 446
- Empson, William, 192, 320
- Encounter Books Ltd., 403
- Encounter*, revista: acusações de O'Brien, 396, 397, 399, 407-08, 416-18; artigo de Macdonald, 340-49; ataques a Sartre, 239; editores, 190-91, 209-10, 333-34, 334-37, 353, 354, 401-02, 454; ensaio de Hahn, 349-51; estilo e colaboradores, 185-86, 198-99, 235, 238, 240-41, 270-71, 339-40, 389; fim da, 454-55; financiamento, 199-200, 205-10, 227, 241, 353-54, 399, 401-03, 416-18, 430, 443, 455-56; história de Spender, 406-07; influência da, 453-54, 455; investigação da *Ramparts*, 412; macarthismo, 224-27, 230; negociação com King, 401-04, 413-14; origens, 185-97; papel de Josselson na, 348-49, 408-09, 412-15; primeira edição, 196, 197; recepção em Evanston, 443-44; renúncia de Spender, 419-20, 458; reuniões de emergência com curadores, 414-20; revelações do *New York Times*, 396, 399, 404-05, 420; sugestões da CIA, 267-68; vínculos com o Partido Trabalhista, 356-57
- Encyclopaedia Britannica*, 270, 459
- Enesco, Georges, 247
- Enquiry*, 190
- Enright, D. J., 454
- Ensor, James Sidney, 293
- Epstein, Jason: *New York Review of Books*, 389-90; relacionamento com Thompson, 264, 405-06, 461; sobre a revista *Encounter*, 348; sobre a arte norte-americana, 278-79, 299; sobre a censura da CIA, 346; sobre a contra-inteligência, 251; sobre os gastos da CIA, 242, 373, 404, 427, 443; sobre o Vietnã, 397-98; sobre os stalinistas, 64; sobre a *Time* e a *Life*, 182; sobre Trillings, 178
- Equipe de Ação Secreta [Covert Action Staff], 58, 268
- Equipe de Contra-espionagem [Counterintelligence Staff (CI)], 263
- Equipe de Planejamento Político, 54
- Erlanger, Philippe, 293
- Escola de Darmstadt, 38
- Escola Groton, 51, 151, 261, 304
- Escritório Central de Informações [da Grã-Bretanha] [Central Office of Information (COI)], 319
- Escritório de Coordenação Política [Office of Policy Coordination (OPC)]: Comitê Europa Livre, 83; conferência em Berlim (1950), 88-89; Congresso pela Liberdade Cultural, 104-05; criação do, 55; financiamento, 124; operações, 161, 167; orçamento, 56-57; pessoal, 55-58, 83-84, 144, 318; trabalho de Braden no, 113, 114-15
- Escritório de Serviços Estratégicos [Office of Strategic Services (OSS)]: criação do, 49; descrição do, no livro *Sub Rosa*, 114; desmantelado, 49; diretor do, 32; pessoal durante a guerra, 23, 49-53, 93, 109, 113, 163, 261-62, 262-63, 284-85, 310, 318, 335, 358
- Escritório do Governo Militar dos Estados Unidos [Office of Military Government U.S. (OMGUS)], 25, 70
- esquerda não comunista [Non-Communist Left (NCL)], 79-80, 96, 116, 169, 219, 237, 356, 416, 430, 431, 433, 436-37

- Executiva da Guerra Psicológica (PWE), 80  
 exposição "Antagonismes", *ver* "Antagonismes"\*  
 expressionistas abstratos, 275-83, 287-90, 296-302
- Fadeyev, Alexander, 63, 66, 85
- Fahs, Charles B., 163
- Falk, Peter, 231
- Farr, Finis, 318-19
- Farrar, John, 266
- Farrell, James T.: Comitê Norte-Americano, 178, 254-55; conferência de Berlim (1950), 92; Dia Internacional de Resistência (1949), 85; festival de Paris (1952), 133-34, 138; pedido de demissão do Comitê Norte-americano, 254-55; protesto contra Karajan, 248; sobre a *Partisan Review*, 445; sobre a política norte-americana, 250-51, 397; visão do macarthismo, 219
- Fast, Howard: arquivo no FBI, 216; conferência no Waldorf, 65; Congresso Mundial da Paz, 85; livros proibidos, 215; rejeição de *Espártaco*, 69, 407; sobre o Partido Comunista 212; tradução de livros para o governo, 36-37
- Faulk, John Henry, 227
- Faulkner, William, 37, 86, 138, 139, 317
- Fawcett Publishing Corporation, 270
- FBI, Federal Bureau of Investigation, 57, 69, 70, 86, 213, 216, 253, 312
- Fechteler, almirante, 140
- Federação de Escritores Húngaros, 327
- Federação de Pintores e Escultores Modernos, 300-01
- Federação Norte-Americana do Trabalho (FAT) [American Federation of Labor (AFL)], 83, 175
- Ferber, Edna, 317
- Ferrer, José, 133
- Festival de Cinema de Cannes (1951), 313, 314
- Festival de Dois Mundos, Spoleto, 385
- Fiedler, Leslie: artigo sobre os Rosenberg, 199, 200, 205-10, 349-50; sobre a *Partisan Review*, 361-62, 362-63; visão do macarthismo, 225-26, 307
- Figaro Littéraire*, 141
- Figueres, José, 382
- Fischer Verlag, 403
- Fischer, Louis, 81, 82, 424, 427
- Fischer, Ruth, 87
- Fitzgerald, Dennis, 41
- FitzGerald, Desmond, 438
- Fitzgerald, F. Scott, 23
- Flanner, Janet, 139, 140
- Fleischmann, Charles, 154
- Fleischmann, Julius ("Junkie"): caráter de, 144-45, 384; Comitê de Música e Arte do Congresso, 297; Comitê Europa Livre, 149; Comitê Norte-Americano, 256; *Encounter*, 198, 227, 342, 406; festival de música de Roma (1954), 244; festival de Paris (1952), 135, 136-37, 138, 142; Fundação Farfield, 135, 145, 154, 156, 198, 406; iate, 374, 419; exposição Jovens Pintores, 294; MoMA [Museu de Arte Moderna de Nova York], 286, 293, 294, 297; relacionamento com Jackson, 171; sobre Erlanger, 293; turnê da Ópera Metropolitana, 247
- Fleming, Ian, 195
- Fodor, Eugene, 50, 270
- Fodor, guias turísticos, 270
- Foote, Timothy, 266
- Force Ouvrière [Força Operária], 113

- Ford, Ford Madox, 264
- Ford, Henry II, 149
- Ford, John, 309, 310
- Foreign Affairs*, 271
- Forrestal, James, 461
- Forster, E. M., 192-93, 207
- Forum World Features, 337, 438
- Forum*, 235-36, 330
- Foster, William, 214
- Françaix, Jean, 136
- Francis, Sam, 297
- Franc-Tireur*, 84-85, 121, 141
- Freud, Sigmund, 136, 215
- Fricker, Peter Racine, 245
- Frost, Robert, 113, 400
- Fuchs, Joseph, 245
- Fuchs, Klaus, 204
- Fuentes, Carlos, 394
- Fulbright, William, 233, 398
- Fuller, Peter, 299
- Fundação Anderson [Anderson Foundation], 381
- Fundação Ásia [Asia Foundation], 253, 269, 395, 417
- Fundação Baird [Baird Foundation], 382
- Fundação Beneficente Rabb, 153
- Fundação Carnegie [Carnegie Foundation], 153
- Fundação Colt [Colt Foundation], 384
- Fundação David, Josephine e Winfield Baird, 382
- Fundação Farfield: Centre Européen de la Culture, 245; Comitê de Arte do Congresso, 294-94; Comitê Norte-Americano, 252-53; conferência sobre Ciência e Liberdade, 236; congresso do PEN Clube, 394; conta do festival, 134, 135, 183-84; criação da, 134, 143-45; diretores e curadores, 145, 149, 155-57, 264, 285, 286, 389, 456, 461; *Encounter*, 190, 196, 197-98, 241-42; exposição de Jovens Pintores, 294; festival de música de Roma, 244; festival Tolstói, 358; financiamento pela, 153-54, 246, 384-86; indenização de Nabokov, 451; papel de Josselson na, 246, 252, 380, 437-38; *Partisan Review*, 362; preocupação de Spender, 402, 405-06; presidentes, 135, 144-45, 285; publicações do Congresso, 241-42; reputação, 384, 405-06
- Fundação Fleischmann, 154
- Fundação Florence, 241, 384
- Fundação Ford: antecedentes, 157-58; *Der Monat*, 45, 158, 175, 239; Hungria (1956), 329; *Index on Censorship*, 361, 459; influência da, 443; Instituto de Artes Contemporâneas [ICA], 160; *New Leader*, 366; PEN Clube, 395; perfil da, por Macdonald, 157, 333; posição de Bissell, 231; presidentes, 157, 159-60; Programa de Publicações Interculturais, 158; relações com a CIA, 153, 156-57, 159-62; relações com o Congresso pela Liberdade Cultural, 161-62, 175, 267, 347, 386, 446; reunião em Londres (1949), 192
- Fundação Fred Lazarus, 156
- Fundação Gardner Cowles, 155
- Fundação Gotham, 381, 382
- Fundação Hanes, 156
- Fundação Hobby, 381
- Fundação Hoblitzelle, 153, 241, 367, 382
- Fundação Holmes, 154
- Fundação Internacional de Serviços de Informação, 230

- Fundação Kaplan, 152, 382
- Fundação Littauer, 153
- Fundação Lucius N. Littauer, 384
- Fundação M. D. Anderson, 382
- Fundação Rockefeller: conferência sobre  
Ciência e Liberdade, 236; contatos na  
área musical, 244; encobrendo finan-  
ciamento pela CIA, 153; financia-  
mento da *Partisan Review*, 363;  
financiamento de *Scrutiny*, 186; finan-  
ciamento do PEN Clube, 395; Proje-  
to de Estudos Especiais, 162; relações  
com o Congresso pela Liberdade Cul-  
tural, 163, 338; relações com o gover-  
no dos EUA, 156-57, 162-63; Villa  
Serbelloni, 373-74
- Fundação Shelter Rock, 156, 384
- Fundação Sonnabend, 384
- Fundação Sunnen, 384
- Fundação Tolstói, 358
- Fundação Whitney, 454
- Fundo Andrew Hamilton [Andrew  
Hamilton Fund], 381, 382
- Fundo Beacon [Beacon Fund], 381
- Fundo Beneficente Ronthelym, 384
- Fundo de Fiança dos Direitos Civis [Civil  
Rights Bail Fund], 215
- Fundo de Pecúlio Whitney [Whitney  
Trust], 153, 310
- Fundo Distrital de Miami [Miami District  
Fund], 153, 241, 367
- Fundo do Leste Europeu, 160
- Fundo Edsel, 381
- Fundo Irmãos Rockefeller, 162, 284, 291,  
294
- Fundo J. M. Kaplan, 382
- Fundo Kentfield, 381, 382
- Fundo Michigan, 381, 382
- Fundo Nacional para as Artes, 156
- Fundo Nelson Rockefeller, 293
- Fundo Price, 153, 381, 382
- Fundo Vernon, 153
- Furioso*, 260, 262, 264
- Furtwängler, Wilhelm, 29-30, 31, 248, 249
- Futuro da Liberdade, conferência (1955),  
335, 356
- Fyvel, Tosco, 129, 186-87, 193, 195, 225
- Gable, Clark, 319
- Gabo, Naum, 160
- Gaitskell, Hugh, 134, 207, 354, 357, 404
- Galantière, Lewis, 393, 395
- Galbraith, J. K., 28, 199, 238, 407
- Gardner, John, 438
- Garland, Judy, 315
- Gaspard, Armand, 361
- Gehlen, organização, 55
- Gehlen, Reinhard, 56
- Gellhorn, Peter, 30
- Genet, Jean, 87
- Gershwin, George, 35
- Gide, André, 37, 81
- Gilbert, Lou, 307
- Gillespie, Dizzy, 316
- Gilpatric, Chadbourne, 163
- Gimbel-Saks, 459
- Ginsberg, Allen, 271-72, 387, 388
- Giroso, Marcello, 50
- Glasco, Joseph, 294
- Glazer, Nathan, 199
- Goebbels, Joseph, 30, 43, 97
- Goldman, Eric, 432, 433
- Goldwyn, Sam, 308
- Goodman, Paul, 383, 445
- Goodwin, Michael, 125, 127-29
- Goodwin, Richard, 433
- Gopnik, Adam, 298
- Górki, Maxim, 36, 214



- Gorkin, Julian, 235, 374-75, 377
- Gorky, Arshile, 278, 279, 288, 302
- Gottlieb, Adolph, 276-77, 279, 288, 289, 301
- Graham, Billy, 306
- Graham, Martha, 160, 316
- Graham, Philip, 366, 461
- Grainger, James R., 314
- Grass, Günter, 379
- Grau, Shirley Ann, 349
- Gray, Gordon, 178
- Green, Paul, 274
- Greenberg, Clement, 178, 220, 278, 282, 299
- Greene, Graham, 271, 387
- Greenway, Gilbert, 123
- Grimme, *Herr*, 98
- Grupo de Munzenberg, 72, 77, 87
- Grupo de Trabalho sobre Guerra Psicológica, 315, 318
- Grupo dos Fugitivos, 264
- Guatemala, golpe de Estado (1953), 15, 375
- Guerra da Coréia, 94, 115, 260, 345
- Guest, Raymond, 50
- Guggenheim, Peggy, 290, 298
- Haff, Theodore, 215
- Hahn, Emily, 350-51
- Halas and Batchelor [empresa], 319
- Halas, John, 319
- Hamilton, Hamish, 76, 81
- Hamilton, Ian, 129
- Hammitt, Dashiell, 62, 69, 214, 215
- Hampshire, Stuart: ciente do financiamento pela CIA, 427, 444; declaração na *Partisan Review*, 445; sobre a conferência de Milão (1955), 335-36; sobre a *Encounter*, 357; sobre a Fundação Ford, 192; sobre Isaiah Berlin, 416; sobre Josselson, 26, 379; sobre Nabokov, 378, 379, 428; sobre revelações no *New York Times*, 407; sobre Schlesinger, 109; sobre Spender, 357, 420-21, 444
- Hanes, Barbara, 156
- Hanes, Ralph P., 156
- Hardwick, Elizabeth, 62, 139, 375
- Harper Brothers, 81, 155
- Harriman, Averell, 53, 80, 84, 109, 124, 355
- Harrison, Lou, 245, 246
- Hartigan, Grace, 297
- Hartley, Anthony, 208, 361, 424, 454
- Hayter, *Sir* William, 404, 414
- Hayward, Max, 269, 394
- Healey, Denis, 187, 354, 356
- Hearst, William Randolph, 68, 70
- Heckscher, August, 295
- Heinz, H. J., 366
- Heller, Joseph, 388
- Hellman, Lillian, 35, 62, 68, 69, 212, 432
- Helms, Jesse, 279
- Helms, Richard: artigo de Braden, 434; carreira na CIA, 344, 387, 411, 431; Caubóis da Park Avenue, 50-51; investigação da *Ramparts*, 411, 452
- Hemingway, Ernest, 23, 37, 50, 113, 216, 265, 330, 371
- Hemingway, John, 50
- Henze, Hans Werner, 246
- Heron, Patrick, 300
- Heston, Charlton, 432
- Himmelfarb, Gertrude, 198, 454
- Hindemith, Paul, 29, 66, 135-36, 371
- Hinden, Rita, 354, 356
- Hiss, Alger, 206, 212, 231, 307, 453
- History*, 155

- Hitchens, Christopher, 418
- Hitler, Adolf, 22, 24, 42, 64, 77, 135, 217, 260, 375; pacto Hitler-Stalin (1939), 70, 78, 120, 180
- Hiwar*, 360
- Hobby, Oveta Culp, 149, 286
- Hobby, William, 381
- Hodder and Stoughton [editora], 268
- Hoffman, Paul, 157
- Hoggart, Richard, 361
- Hollis, Christopher, 94
- Holmes, Jay, 154
- Holmes, Norman Pearson, 389
- Holt, Nat, 316
- Honegger, Arthur, 136, 244
- Hook, Sidney: antecedentes, 69-70, 106; aparência, 198; ciente do financiamento pela CIA, 427; Comitê Norte-Americano, 177, 178-79, 228-29, 252, 256; Conferência (1949), 85-86; conferência de Berlim (1950), 89, 92, 95-98, 100; conferência no Waldorf, 62, 63-64, 65, 68, 69-70-71; correspondência com Lasky, 460; *Encounter*, 196; informante do FBI, 216; Jackson sobre, 171; Mary McCarthy sobre, 220; morte de, 455; *Partisan Review*, 182-83, 363-63; sobre a França, 86-87; sobre o antiamericanismo, 86, 95-96, 317, 389; sobre Koestler, 97; sobre Niebuhr, 305; sobre o macarthismo, 228-29; sobre Stone, 447
- Hoopes, Townsend, 162
- Hoover, J. Edgar, 69, 216, 312
- Hopkins, Budd, 277
- Hopper, Edward, 289
- Hopper, Hedda, 308
- Horizon*, 186, 196
- Horton, Philip, 335
- Hough, Graham, 208
- Howe, Irving, 185, 190
- Hudson Review*, 268, 360, 364
- Hughes, H. Stuart, 335
- Hughes, Howard, 320
- Hughes, John C., 149
- Hughes, Langston, 68, 69, 214, 216, 379
- Hughes, Ted, 379, 385
- Hultberg, John, 294
- Human Events*, 412
- Hungria, rebelião na (1956), 327-30
- Hunt, Chantal, 427, 428
- Hunt, Howard, 106, 270, 319, 320
- Hunt, John: Berliner Festwochen, 379; campanha contra Neruda, 376-78; carreira de, 265, 453; papel no Congresso, 265-66, 330, 360, 370, 371, 442, 445, 446; PEN Clube, 391, 394-95; relacionamento com Botsford, 375; relacionamento com Josselson, 265-66, 453; reunião da Assembléia Geral, 423-28; revelações no *New York Times*, 383, 407; sobre Braden, 431-32; sobre o funeral de Nabokov, 452; sobre Nabokov, 378-79
- Hunter, Edward S., 268
- Hutchins, Robert Maynard, 157
- Huxley, Aldous, 185
- Huxley, Julian, 85, 235
- Ignatieff, Michael, 418
- Index on Censorship*, 361, 456, 459
- Inostranaya Literatura*, 316
- Institute of International Labor Research Inc., 382
- Instituto de Artes Contemporâneas, 160
- Instituto de Educação Política, 382
- Instituto de Estudos Avançados em Artes Cênicas, 385

- Instituto Internacional, Madri, 385
- Instituto Norte-Americano da Iniciativa Privada [American Enterprise Institute], 453
- International PEN, *ver* PEN Clube
- International Publishing Corporation, 402
- Irã, derrubada de Mossadegh, 15, 106, 189
- Isherwood, Christopher, 129, 198, 207
- Itália, eleições (1948), 124, 262
- Ivy League, 13-14, 48-49, 51, 57, 260-61
- Jackson, Charles Douglas: antecedentes e carreira, 135, 165-66; artigo de Hook, 179; caso Rosenberg, 203-04; Comitê Europa Livre, 149; estratégia de discriminação racial, 316; estratégia nuclear, 331-32, 333; festival de Paris (1952), 135, 143; Fundação Tolstói, 358; influência de, 165, 170-71; morte de, 388; *New Leader*, 183, 365-66; *O deus que falhou*, 80-81; papel na guerra psicológica, 165-68, 284; *Partisan Review*, 362; relacionamento com Eisenhower, 165, 166-67, 284; relacionamento com Nielsen, 161; relações com Hollywood, 313, 314; relações com o Congresso pela Liberdade Cultural, 171-72; relações com o IRD, 170-71; sobre o antiamericanismo, 142; Sociedade França-América, 155; turnê da Ópera Metropolitana, 247-48
- Jackson, William H., 285
- Jaesrich, Helmut, 394
- James, Henry, 191
- Jameson, Donald: sobre a conferência no Waldorf, 72; sobre arte, 283, 296; sobre financiamento pela CIA, 372, 381; sobre IOD, 259; sobre neutralidade, 108; sobre o Congresso pela Liberdade Cultural, 125-26; sobre os registros da Receita Federal [IRS], 381; sobre a situação da CIA, 149
- Janis, Sidney, 289
- Jarrell, Randall, 263
- Jaspers, Karl, 64, 111, 116
- Jelenski, Kot, 269
- Jenkins, Newell, 29
- Jessup, Peter, 412
- Jiyu*, 238
- Johnson, Hewlett, 85
- Johnson, Lyndon B., 429, 433, 438-39
- Johnston, Eric, 314, 317
- Joliot-Curie, Frédéric, 85, 107
- Jones, Joseph, 40
- Jones-Quartey, K. A. B., 424
- Josselson, Diana (Dodge): antecedentes, 173-74; carta a Braden, 436; casamento, 172-75; caso Rosenberg, 205; doença de Michael, 369; *Encounter*, 401, 408, 455; pedido de demissão de Michael, 425-27, 429, 437; primeiro encontro com Michael, 125; sobre a campanha contra Neruda, 377; sobre a Fundação Farfield, 145, 384; sobre agentes da CIA, 258-59; sobre artigo de Macdonald, 343-44; sobre financiamento do Congresso, 383, 385, 405; sobre Fleischmann, 145; sobre Lasky, 238, 460; sobre mentiras, 408; sobre Michael, 128, 174, 204, 258-59, 343, 369-70, 441-42, 446; sobre Nabokov, 379; sobre Paris, 142, 143; trabalho em Paris, 125, 172-73; vida em Paris, 172-75, 423, 460
- Josselson, Jennifer: carreira de, 175; doença do pai, 369; infância em Paris,

- 173, 423, 425; medalha do pai, 460; relacionamento com Thompson, 156
- Josselson, Michael: antecedentes, 26; aparência de, 424; aposentadoria, 437-38, 445-46, 447, 459; caráter de, 126-27; cargo em Genebra, 370; casamento de, 172-75; caso Rosenberg, 204-05; vida social, 175; citação extraída de, 411; Comitê Norte-Americano, 179, 229, 252-56; conferência em Berlim (1950), 88-89, 93, 98, 102, 192; conferência no Waldorf Astoria, 71; crise do Suez, 331, 333; crise húngara, 329-31; desilusão com as políticas norte-americanas, 390; *Encounter*, 186, 187, 190, 193-94, 195-96, 198, 198-200, 207-08, 209-10, 267, 334-49, 353, 357, 401-06, 408-09, 412-13, 455; escritório em Paris, 113, 118, 174-75, 370; estilo literário, 131; estratégia quanto à energia nuclear, 331-33; experiências no exército, 25-27; ferimento no jipe, 33; festival de Paris (1952), 131-32; Fundação Farfield, 145, 156, 246, 385-86, 437-38; incidente com Lowell, 376; influência de, 45; inquietações sobre financiamento do Congresso, 385-86; morte de, 267, 459-60; *New Leader*, 184; Oficial de Assuntos Culturais, 27, 38; papel no Congresso pela Liberdade Cultural, 13, 105, 117, 126, 172-73, 235, 267-68, 337, 368-70, 408-09, 423-38, 445; *Partisan Review*, 184, 363-64; pedido de demissão, 425-27, 429, 437-38; PEN Clube, 390, 393; política quanto à arte 295; posição no OPC, 57-58; primeiro encontro com Diana, 125; programa de desnazificação, 26-31; relacionamento com Braden, 113, 117-18, 174, 436; relacionamento com Fleischmann, 144; relacionamento com Hunt, 266, 370, 453; relacionamento com Isaiah Berlin, 412-13, 418; relacionamento com Koestler, 108; relacionamento com Lasky, 45, 88-89, 104-05, 174, 238, 239, 334-35, 338; relacionamento com Macdonald, 443; relacionamento com Nabokov, 28, 45, 58-59, 112, 174, 332, 379-81; relacionamento com Neufville, 58, 105, 126, 172, 175, 258-59, 332-33, 458; relacionamento com Russell, 110, 253-54; relacionamento com Williams, 258-59, 264; relações com a CIA, 266-67, 267-68, 368-69; remorso, 442; reunião da Assembléia Geral, 423-28; revelações no *New York Times*, 383; revistas, 235-39, 405, 435; saúde de, 33, 252, 265-66, 338, 369-70, 428, 429, 441, 456; *Twentieth Century*, 127-28, 186; verbas para música, 246
- Joubert, Colette, 172
- Journal of the History of Ideas*, 360, 364
- Jouvenel, Bertrand de, 269
- “Jovens Pintores”, exposição (1955-1956), 294-97
- Julius, J., 214
- Kaplan, Jacob M., 152, 166, 382
- Karajan, Herbert von, 30, 248, 249
- Katzenbach, Nicholas, 438
- Kay, Helen, 214
- Kazan, Elia, 307
- Kazin, Alfred, 364, 432
- Keller, Helen, 215
- Kempton, Murray, 216, 233

- Kennan, George: apoio à esquerda não comunista, 80; campanha eleitoral italiana (1948), 262; carreira de, 115; carta ao *New York Times*, 407; ciente do financiamento pela CIA, 427; conferência em Berlim (1960), 359; Diretoria de Estratégia Psicológica, 167-68; festival Tolstói, 358; filosofia artística de, 249, 296; filosofia política de, 54, 233, 249, 336, 447-48; Fundo do Leste Europeu, 160; influência de, 51; relacionamento com Brown, 105; relacionamento com Nabokov, 59, 112, 447-48; relacionamento com Offie, 84; sobre o dinheiro da CIA, 442; sobre o Plano Marshall, 41; sobre o stalinismo, 52
- Kennedy, John F., 156, 159, 372, 402, 429, 432
- Kennedy, Robert, 156, 376
- Kent, Rockwell, 214
- Kenyon Review*, 263, 264, 268, 360, 364, 395, 437
- Kermode, Anita, 191
- Kermode, Frank: editoria da revista *Encounter*, 197, 399-402, 413-14; pedido de demissão de, 420, 423, 454; processo de O'Brien por calúnia, 408-09, 414, 417
- Kimmelman, Michael, 287
- King, Cecil, 402-03, 404, 415, 420
- King, J. C., 162
- King, Martin Luther, 305
- Kinthead, Eugene, 344-45
- Kirk, Grayson, 155
- Kirkpatrick, Lyman, 218, 270
- Kirstein, Lincoln, 288
- Kissinger, Henry, 14, 150-51, 162
- Klebe, Giselher, 246
- Klein, Yves, 297
- Kline, Franz, 297, 302
- Knopf, Alfred, 69
- Koestler, Arthur: carreira de, 77-79; ciente do financiamento pela CIA, 427; conferência em Berlim (1950), 88, 91-98, 100, 101, 107; Congresso pela Liberdade Cultural, 108, 116, 118, 177, 364; crise húngara, 330; *Encounter*, 199, 200; Manifesto pela Liberdade, 100-01; morte de, 455, 457; na Berlim do pós-guerra, 24; *O deus que falhou*, 80, 81, 82-83; promoção dos livros de, 37, 76, 78; relacionamento com Crossman, 81; relacionamento com Donovan, 77, 79, 80; relacionamento com Orwell, 324, 25; relacionamento com Russell, 110; relacionamento com Sartre, 78-79, 91-92; relações com a CIA, 79; relações com o IRD, 76; sobre a década de 1930, 14; sobre a verdade, 116; sobre as conferências internacionais, 17; sobre o homem do século XX, 453; sobre o PEN Clube, 391; sobre os *deracinés*, 26; sobre Paris, 87; sobre Torberg, 236; turnê de palestras pelos Estados Unidos, 77, 78; vida amorosa de, 77, 110, 457
- Koestler, Cynthia (Jefferies), 457
- Koestler, Mamaine (Paget), 24, 91, 95, 100, 108, 110, 211
- Kogon, Eugene, 107
- Kominform (Comitê de Informação dos Partidos Comunistas e Operários), 41, 63, 73, 77, 83, 85, 107
- Komintern, 41, 87, 374
- Kootz, Samuel, 289
- Kopkind, Andrew, 442-43

- Korda, Alexander, 195, 197, 415
- Kriesberg, Irving, 294
- Kristol, Irving: antecedentes, 106, 177, 190; artigo de Macdonald, 340, 342, 345; campanha contra Neruda, 376-77; carreira de, 453; carta ao *New York Times*, 407; Comitê Norte-Americano, 177, 178; editoria da *Encounter*, 190, 193, 196-200, 238, 253-54, 334-36, 340-41, 342, 350, 353, 435-36; família, 198; macarthismo, 221, 228; pagamento de salários, 196; primeira edição da *Encounter*, 198-200, 206, 209; relacionamento com Josselson, 198-200, 334, 348-49; relacionamento com Spender, 198, 209-10; religião, 307; sobre a *Partisan Review*, 364; sobre elitismo, 272; sobre *Perspectives*, 158; *The Public Interest*, 435-36, 453; último encontro (1992), 454-55
- Kristol, William, 198
- Kubrick, Stanley, 388
- Kundera, Milan, 448
- Kuniyoshi, Yasuo, 289
- L'Action*, 108
- L'Express*, 331
- L'Humanité*, 91, 141
- Labeledz, Leopold, 269, 454
- Lambert, Hansi, 374
- Lamont, Corliss, 62
- Laqueur, Walter, 236-37, 373
- Larkin, Philip, 235, 401
- Lasky, Brigitte, 419
- Lasky, Melvin: antecedentes e carreira de, 42, 190; aparência, 42, 43, 198; artigo de Braden, 448; boatos sobre a CIA, 59, 401, 436, 444; carta ao *New York Times*, 406-07; caso Rosenberg, 202; Comitê Editorial das Três Revistas, 239-40; conferência em Berlim (1950), 87, 88-89, 93, 97, 99, 100, 103-04; conferência no Waldorf, 71; crise húngara, 329-30; *Der Monat*, 44-45, 81, 113, 120, 158, 238-39, 250; encontro com Koestler, 83; *Encounter*, 193, 207, 238, 334, 335, 336-37, 353-54, 357, 399-401, 404, 412-21, 454-55; festival de Paris (1952), 132, 142-43; pagamento de salários, 241; papel no Congresso pela Liberdade Cultural, 103-04, 107-08, 125, 126, 175, 239; projeto da Guerra Fria cultural, 43-45; publicações da CIA, 269; questão do financiamento da *Encounter*, 406-07, 412-21, 427; relacionamento com Gaitskell, 357; relacionamento com Josselson, 45, 89, 104-05, 175, 238, 334-35, 338, 455, 460; relacionamento com Nabokov, 45, 132; relacionamento com Spender, 400-01, 413, 414, 415, 418, 455; sobre o artigo de Macdonald, 341, 345; sobre o Comitê Norte-Americano, 229; sobre o Sputnik, 338; último encontro (1992), 454
- Latham, Aaron, 263
- Latham, Lou, 369
- Laughlin, James, 158
- Lazarus, Fred Jr., 156
- Le Carré, John, 387
- Leavis, F. R., 186
- Legião Norte-Americana [American Legion], 63, 232
- Lehmann, John, 186
- Lei da Agência Central de Informações (1949), 56
- Leibowitz, 38

- leis de segurança nacional, 47, 48
- Lenin, Vladimir Ilich, 66, 70, 74, 94, 100, 110, 281
- Levi, Carlo, 85
- Levi, Primo, 449
- Levin, Bernard, 455
- Levine, Jack, 289
- Levitas, Sol, 42, 92, 171, 183, 365, 427
- Lewis, Cecil Day, 191, 192
- Lewis, Jerry, 315
- Lewis, Sinclair, 86
- Liberdade Militante, 308-11
- Libero, Libero de, 237
- Libertà della Cultura*, 121
- Libre Belgique, La*, 298
- Lie, Haakon, 107
- Lifar, Serge, 140-41
- Life*, revista, 68, 69, 182, 212, 290, 331, 362
- Lilienthal, David, 92
- Lilly, Dr., 252
- Lindsay, Frank, 88, 161, 162, 358
- Lippmann, Walter, 53
- Listener*, 209
- Little, Brown [editora], 69, 265, 407
- Lockhart, John Bruce, 188
- Lockhart, Robert Bruce, 74, 188, 195
- Lodge, Henry Cabot, 166, 204
- Lombardi, Franco, 94
- Lovestone, Jay, 105, 166, 173, 356
- Lovett, Robert A., 162
- Lowell, Elizabeth (Hardwick), 62, 139, 375
- Lowell, Harriet, 375
- Lowell, Robert: citação de, 91, 273; conferência no Waldorf, 62; festival de Paris (1952), 139; ICA, 160; jantar na Casa Branca, 371-72; Meninos de Ransom, 263-64, 265; poeta consultor, 400; protesto contra o Vietnã, 432; viagem pela América do Sul, 374-76; votação no Prêmio Bollingen, 274
- Luce, Clare Booth, 162, 263, 305
- Luce, Henry: ataque de Macdonald a, 341; atitude perante o comunismo, 68, 178; *History*, 155; império *Time-Life*, 165-66; MoMA, 286, 290; sobre o século XX, 142; *Partisan Review*, 182, 183, 361; relacionamento com Jackson, 165-66, 172, 313; religião, 304-05; subpainel da Fundação Rockefeller, 162; verba para o Comitê Norte-Americano, 182
- Lüthy, Herbert, 199, 269
- Lynes, Russell, 291
- Lysenko, Trofim, 214
- Mac, Jack, 456
- MacArthur, Douglas, 115
- Macauley, Robie: Berliner Festwochen, 379; carreira na CIA, 265, 360, 394, 395, 437; *Kenyon Review*, 268, 360, 437; livros publicados, 268; Meninos de Ransom, 263-64; PEN, 394, 395; *Playboy*, 437, 453; relacionamento com Hunt, 265, 266, 453; relacionamento com Josselson, 264, 266-67; sobre Kermodé, 401
- Macdonald, Dwight: artigo "América! América!", 340-49; ciente do financiamento pela CIA, 427, 443, 445; citação de, 177, 327; conferência no Waldorf, 62, 66; declaração na *Partisan Review*, 445; editoria de *Encounter*, 333-36; idéias políticas, 181; macarthismo, 219, 221, 233; missão no Suez, 333-34; protesto contra o Vietnã, 432; sobre a carta

- ao *New York Times*, 407; sobre a cultura de massa, 272; sobre a Fundação Ford, 157, 333; sobre a *New Statesman*, 240; sobre arte, 280, 299; sobre Barr, 289-90; sobre Dos Passos, 85
- Macdowell, David, 264
- MacFarquhar, Roderick, 269
- Mack, Maynard, 260
- Mackenzie, Compton, 271
- MacKnight, Jesse, 89
- Maclaine, Shirley, 263
- Maclean, Donald, 187
- Macleish, Archibald, 18, 27, 216, 371
- MacNeice, Louis, 191, 192
- Madariaga, Salvador de, 111, 134, 138, 160, 377-78
- Magruder, John, 102
- Mahler, Gustav, 136
- Mailer, Norman, 48, 67-68, 68-69, 270, 306, 389, 398
- Malipiero, Gianfranco, 136, 244
- Malraux, André: ciente do financiamento pela CIA, 426; conferência em Berlim (1950), 94; conferência no Waldorf, 64; encontro com Koestler, 77; *Encounter*, 199, 235, 426; festival de Paris (1952), 134, 138, 139; jantar na Casa Branca, 372; Ministério da Cultura, 372, 393; morte de, 455; na Berlim do pós-guerra, 24; sobre Chambers, 308
- Manchester Guardian*, 110, 253
- Manifesto pela Liberdade Cultural, 100-01, 108
- Mann, Thomas, 67, 133, 215
- Mansfield, Mike, 438
- Manshel, Warren, 267, 351
- Maquiavel, Nicolau, 15, 106, 168, 269
- marinha dos Estados Unidos, 308
- Maritain, Jacques, 64, 111, 121
- Marquand, David, 185
- Marshall, Charles Burton, 168-69
- Marshall, George Catlett, 39, 40-41, 212
- Martin, Frank, 244
- Martin, Kingsley, 186, 324
- Martinet, Jean-Louis, 246
- Marx, Karl, 100, 332
- Masani, Minoo, 423, 425
- Masses and Mainstream*, revista, 289
- Matisse, Henri, 137, 278
- Matta, Roberto, 288
- Matthiessen, F. O., 37, 65, 66, 69, 216
- Matthiessen, Peter, 269
- Maugham, Somerset, 271
- Mauriac, Claude, 94, 138
- Mayer, Louis B., 308
- Maynor, Dorothy, 35
- Mazzochi, Muzzio, 94
- McAuley, James, 237, 427
- McCarry, Charles, 269
- McCarthy, Joseph, 68, 211-14, 216-34, 275-76, 306-07, 311, 368, 397-98
- McCarthy, Mary: ciente do financiamento pela CIA, 427; conferência no Waldorf, 62, 66, 71; Congresso pela Liberdade Cultural, 364; correspondência com Hannah Arendt, 209, 220-21, 359, 373-74, 458-59; financiamento pela Fundação Farfield, 385; pedido de demissão de Spender, 420; petição de Lowell, 432; relacionamento com Nabokov, 375-76; sobre a censura de Josselson, 404-05; sobre a conferência em Berlim (1960), 359; sobre a *Encounter*, 209; sobre a morte de Monroe, 375-76; sobre Milosz, 119; sobre o macarthismo, 220-22;



- sobre Orwell, 326; sobre Spender, 406, 428-29, 458-59
- McCloy, John, 53, 58, 155, 159-60, 161, 162
- McClure, general, 29
- McCray, Porter, 291
- McCullers, Carson, 92
- McLuhan, Marshall, 165
- Mellon, família, 50
- Mellon, Paul, 50, 273
- Melville, Herman, 214
- Mendelssohn, Peter, 94
- Menotti, Gian Carlo, 35, 239
- Menuhin, Yehudi, 247, 250, 442
- Merleau-Ponty, Maurice, 96, 239
- Merrill, James, 379
- Merry, Robert, 398
- Meyer, Cord: antecedentes, 183, 231-32; carreira na CIA, 156, 257, 259-60, 368, 383, 437, 456; diretor da IOD, 257; família, 368; financiamento do Comitê Norte-Americano, 267; financiamento do Congresso, 267; investigação macarthista, 232, 368; maus modos de, 456; *Partisan Review*, 183, 362; PEN Clube, 394; recrutadas de, 258, 264-67, 269; relacionamento com Josselson, 258, 264, 368; relacionamento com Schlesinger, 368, 408; revelações no *New York Times*, 382-83; União Mundial de Federais, 154, 232
- Meyer, Mary Pinchot, 368
- MI5, 271, 404
- MI6, 187, 194, 427
- Michels, Robert, 106
- Michener, James, 269
- Mies van der Rohe, Ludwig, 371
- Milhaud, Darius, 136, 244
- Miller, Arthur: arquivo no FBI, 69; conferência no Waldorf, 63, 64, 67, 68, 72; macarthismo, 212, 228, 306; posse de Kennedy, 371; presidência do PEN Clube, 392, 394; sobre reverses políticos, 31
- Miller, Henry, 158
- Miller, Lee, 24
- Miller, Perry, 158
- Milne, A. A., 73
- Milosz, Czeslaw, 119, 134, 138, 171, 207, 391
- Milton, John, 326
- Mindlin, Murray, 361
- Mistral, Gabriela, 378
- Mitchell, Joan, 297
- Mitford, Nancy, 185, 238
- Moholy-Nagy, László, 37
- Monat, Der*: financiamento, 45, 158, 161, 175, 239, 241, 403-04; influência da, 120, 196; *O deus que falhou*, 81; objetivos, 45; origem da, 45, 149, 161; trabalho de Jaesrich, 394; trabalho de Lasky, 44-45, 81, 113, 120
- Monneret, Jules, 138
- Monroe, Marilyn, 375-76
- Montale, Eugenio, 138
- Monteux, Pierre, 135, 371
- Montgomery, Robert, 92, 97
- Moravia, Alberto, 121, 237, 318, 358
- Morgan, J. P., 50
- Morris, George, 361
- Mortimer, Raymond, 136
- Morton, M. M., 412
- Mosca, Gaetano, 106
- Mossadegh, Mohammed, 15, 106, 189
- Motherwell, Robert, 283, 288, 289, 300
- Motion Picture Capital Corporation, 320
- Mount, Ferdinand, 454

- Movimento de Rearmamento Moral, 170
- Movimento Europeu, 111, 117, 355
- Moyers, Bill, 433
- Mozarteum Akademie Orchester, 246
- Mphahlele, Ezekiel, 424
- Muggeridge, Kitty, 414
- Muggeridge, Malcolm: antecedentes, 194-95; Congresso pela Liberdade Cultural, 126, 145, 194; conversão religiosa, 414; *Encounter*, 193, 195, 196, 199, 335, 336, 348, 353-54, 400, 402-03, 420, 426-27; Fundação Farfield, 145; M16, 426-27; na Berlim do pós-guerra, 23; relações com o IRD, 126, 186-87; sobre Kristol, 336; sobre o financiamento da *Encounter*, 414-15; sobre o serviço secreto dos Estados Unidos, 242; Sociedade Britânica, 129
- Muller, Herman, 92
- Mumford, Lewis, 388
- Munch, Charles, 134, 244
- Munzenberg, Willi, 32, 62, 77, 78, 82, 118
- Murdoch, Iris, 358
- Murray, Ralph, 75
- Museu de Arte Moderna de Nova York [Museum of Modern Art (MoMA)], 37, 133, 137, 149, 155, 249, 281, 284-300
- Mussolini, Benito, 93, 111, 168, 217, 273
- Nabokov, Nicolas: antecedentes, 27-28; aparência, 27; carreira, 451-52; Comitê editorial das Três Revistas, 239; conferência em Berlim (1950), 92-93; conferência no Waldorf, 62, 66-67, 70-71; consultor do senado em Berlim, 378-79; elaboração do Congresso pela Liberdade Cultural, 107; *Encounter*, 196, 199, 335, 342, 346, 350; escritório em Paris, 119; estratégia da esquerda não comunista, 80; exposição "Antagonismes", 297; exposição Jovens Pintores, 294, 296-97; festival de música em Roma (1954), 243-46; festival de Paris (1952), 131-35, 136, 140, 141, 145-46, 165, 179, 292; festival Tolstói, 358-59; macarthismo, 217, 227; morte de, 452, 455; na Berlim do pós-guerra, 24, 27-28, 33; pagamento de salários, 112-13, 379-80; posição no Congresso pela Liberdade Cultural, 112, 119, 121-22, 145, 447; *Preuves*, 119-20; programa de desnazificação, 27-31; provérbio, 449; questão do financiamento do Congresso, 383-84, 427-28; rejeição pelo governo dos Estados Unidos, 59; relacionamento com Bohlen, 52, 93, 112; relacionamento com Burnham, 113, 119, 122; relacionamento com Jackson, 171-72; relacionamento com Josselson, 28, 45, 58-59, 112, 174, 332, 379-80, 425, 447; relacionamento com Kennan, 59, 112; relacionamento com Lasky, 45, 132; relacionamento com Maritain, 111; relacionamento com Schlesinger, 223, 226, 242, 335, 451; relacionamento com Spender, 128-29, 242, 406, 428, 451-52; relações com a CIA, 59, 126, 145-46, 406, 427-28; reunião da Assembléia Geral, 424, 425, 427-28; sobre relações com os soviéticos, 391; Sociedade Britânica pela Liberdade Cultural, 128-29
- Nabokov, Vladimir, 24, 185
- Narayan, Jayaprakash, 185, 235, 358, 441

- Nation, The*, 382, 439
- National Review*, 236, 457
- Nehru, Jawaharlal, 238
- Nenni, Pietro, 85
- Neogy, Rajat, 441
- Neruda, Pablo, 375, 376-78
- Neufville, Lawrence de: cargo na Rádio Europa Livre, 258, 328-29; carreira de, 58, 458; conferência de Berlim (1950), 88, 95, 99-100, 161; *Encounter*, 188-89, 190, 193-94, 225, 267, 349, 427; escritório de Paris, 113, 118; festival de Paris (1952), 131-32, 142; financiamento, 99-100, 111; ligação com o IRD, 188, 189; morte de, 458; nomeação para a CIA, 58, 159, 160-61; nomeação para o Congresso, 105, 107, 113, 117; política quanto à arte, 287; relacionamento com Josselson, 58, 105, 126, 172, 175, 258-59, 333, 458; sobre 1984, 320; sobre a Fundação Farfield, 384; sobre Braden, 431; sobre Hook, 177; sobre Isaiah Berlin, 111; sobre o Congresso, 125; sobre Spender, 444; sobre verbas, 123, 259
- Nevelson, Louise, 297
- New Leader*, 42-43, 92, 171, 182-84, 356, 363, 365, 366
- New Statesman and Nation*, 128, 186, 240, 324, 361
- New York City College, 42, 177, 180, 181, 190
- New York Herald Tribune*, 156
- New York Review of Books*, 389, 390, 401
- New York Times Magazine*, 179
- New York Times*, 17, 133, 159, 161, 228, 255, 258, 262, 269, 271, 383, 388, 396, 399, 404, 406-07, 420
- New Yorker, The*, 139, 144, 178, 220, 238, 289, 333, 345, 350
- Newman, Barnett, 299-300, 301
- Newman, Paul, 263
- News-Weekly*, 412
- Niebuhr, Reinhold, 37, 178, 305
- Nielsen, Waldemar, 161
- Nimier, Roger, 138
- Nin, Anaïs, 61
- Nitze, Paul, 115
- Nixon, Richard M., 231, 341-42, 457
- Noble Savage, The*, 391, 392
- Noel, Maurice, 141
- Nono, Luigi, 245
- Norte-Americanos pela Ação Democrática [Americans for Democratic Action], 221
- North, Oliver, 163
- NSC-10/2, 54, 55
- NSC-68, 115, 116
- Nuova Italia*, 125
- Nuovi Argomenti*, 237
- Nurse, Malcolm, *ver* Padmore, George
- O'Brien, Conor Cruise: processo por calúnia e difamação, 399, 408, 413, 415, 417; sobre a *Encounter*, 241, 396, 397, 399, 412-13
- O'Brien, Edmond, 320
- O'Hara, John, 318
- O'Keefe, Georgia, 279, 288
- O'Neill, Eugene, 35
- Obras-primas do Século XX, 135, 226, 243, 292
- Odets, Clifford, 35, 62, 65, 68
- Offie, Carmel, 83-84, 88, 148
- Oficina dos Bailarinos [Dancers' Workshop], 385
- Ogaz, Victor Sanchez, 385

- Oldfield, Maurice, 151
- Olivier, Laurence, 134
- Ópera de Covent Garden, 134
- Ópera de Viena, 134
- Ópera Metropolitana [Metropolitan Opera], 144, 166, 247-48
- Operação Foco, 328
- Oppenheimer, Robert, 39, 359, 407, 427
- Oprecht, Hans, 424
- Orquestra Sinfônica de Boston: concerto em homenagem a Jackson, 388; escola Tanglewood, 244, 288; festival de Paris (1952), 133, 134-36, 142, 143; festival de Roma (1954), 244; turnê pela Europa (1952), 143, 171
- Orwell, George (Eric Blair): 1984, 79, 320-24; *A revolução dos bichos*, 319-20, 323; editoras, 158, 193, 319; morte de, 319, 320; na Berlim do pós-guerra, 23; relações com o IRD, 324-25, 325-26; sobre monomania, 255
- Orwell, Sonia, 319
- OTAN, 41, 117, 174, 219, 319
- “Pacote”, programa da CIA, 169-70
- Padmore, George (pseudônimo de Malcolm Nurse), 324, 349
- Paget, Mamaine, *ver* Koestler
- Paine, Tom, 215
- Paix et Liberté*, 85, 170
- Paley, William (Bill), 286
- Panufnik, Andrzej, 246
- papéis do Pentágono, 18
- Pareto, Vilfredo, 106, 168
- Paris Review*, 269
- Paris: Congresso Mundial da Paz (1949), 83, 84; Dia Internacional de Resistência à Ditadura e à Guerra, 85-86; exposição “Antagonismes” (1960), 297; festival Obras-primas (1952), 131-46, 165, 179, 183, 243
- Parker, Dorothy, 43, 68
- Parsons, Louella, 308
- Partido Comunista: italiano, 82, 237; norte-americano, 73, 212
- Partisan Review*: artigo de Greenberg, 282; câmara de compensação do Congresso, 360; criação da, 280; “Declaração sobre a CIA”, 444-45; editores, 62, 178; financiamento, 182, 183-84, 361-66, 385; simpósio (1952), 179-80; trabalho de Lasky na, 42-43
- Pasternak, Boris, 269, 408
- Patman, Wright, 381, 382, 385
- Pauker; John, 317
- Peabody, Endicott, 51
- Pearson, Drew, 49
- Pearson, Norman Holmes, 261-62
- Pecci-Blunt, conde, 244-45
- PEN Clube: PEN World Association of Writers [Associação Internacional de Poetas, Teatralógicos, Editores, Ensaístas e Romancistas], 390-96, 456
- Pentágono, 308, 453
- Peragallo, Mario, 245, 246
- Peretz, Y. L., 165
- Perspectives*, 158
- Philby, Kim, 187-88, 261, 262
- Philharmonica Hungarica, 330
- Philip, André, 94, 95, 97
- Phillips, William: Comitê Norte-Americano, 178, 184; conferência em Berlim (1960), 359; “Declaração sobre a CIA”, 444-45; editoria da *Partisan Review*, 62, 178, 180, 184, 362-65; visão do macarthismo, 220
- Picasso, Pablo, 85, 87
- Pio XII, papa, 204

- Piovene, Guido, 94, 134, 138, 235
- Pitzele, Mel, 62, 65, 68
- Pizzetti, Ildebrando, 136
- Plain Talk*, 215
- Plano Marshall: administração do, 84, 124, 167; anúncio do, 39; bloqueio de Marselha, 113, 174-75; fundos de contrapartida, 123-24, 135; negociações com Tito, 74; papel de Kennan, 53; rejeição soviética, 41, 42; setor cultural, 291; Spender sobre, 191-92; uso de verbas do, pela CIA, 88, 123-24, 135; filmes publicitários do Escritório Central de Informações da Grã-Bretanha, 319; uso de verbas na luta cultural, 41; verbas sigilosas, 45, 83-84, 123, 157
- Platt, Frank, 154-55, 406, 437, 454, 456
- Plievier, Theodor, 99
- Podhoretz, Norman, 376, 389
- Poetry*, revista, 274, 360, 364
- Poirier, Richard, 4445
- Polanyi, Michael, 236, 424, 442
- Polemic*, revista, 326
- Pollock, Jackson, 276-78, 283, 288, 290, 297, 300, 301, 302
- Porter, Andrew, 452
- Porter, Katherine Anne, 264
- Poudovkine, Vsevolod, 313
- Poulenc, Francis, 136
- Pound, Ezra, 260, 262, 271, 273-74
- Praeger, Frederick, 268, 270, 330
- Pratolini, Vasco, 237
- Pravda*, 41, 66
- Prêmio Bollingen de Poesia, 273-74
- Preuves*: colaboradores, 235, 238; edição sobre Jovens Pintores, 294-95; envolvimento de Josselson, 332-33, 343, 348-49; financiamento, 241; lançamento, 119, 120; objetivos, 119-20; política editorial, 239-40, 348-49; status, 175, 199
- Price, Leontyne, 133, 136-37, 245, 316
- Priestley, J. B., 324
- Pritchett, V. S., 359
- Programa Internacional, 290-91, 292, 295
- programa MK-ULTRA, 162-63
- Projeto Balões Bíblicos, 303
- Projeto Fênix, 15, 458
- Pró-Música de Nova York, 385
- Public Interest, The*, 435, 453
- Publicações Interculturais, 158
- Pushkin, Alexander, 185, 202, 460
- QKOPERA, 105, 118, 125
- Quadrant*, 237, 427
- Queen, Ellery, 38
- Quest*, 237-38
- Rackmil, Milton, 314
- Rádio Europa Livre: comitê executivo, 109, 166; criação da, 109; estações, 150; posição de Urban, 251-52; financiamento da, 149-50, 438; na reunião “Último Encontro” (1992), 454-55; programas transmitidos na Hungria, 328-29; relações com o Congresso, 172; supervisionada pela Diretoria de Estratégia Psicológica, 170; trabalho de Neufville, 258, 328-29
- Rádio Liberdade, 454-55
- Rahv, Philip, 62, 178, 181-82, 365, 445
- Ramparts*, revista, 411-14, 434, 438
- Ransom, John Crowe: arquivo no FBI, 216; citação de, 39, 211; *Kenyon Review*, 360; Prêmio Bollingen, 273; protegidos de, 263-65, 461; relacionamento com Spender, 193

- Rasmussen, Waldo, 292
- Rathvon, Peter, 320-21
- Ravines, Eudocio, 270
- Ray, Man, 24
- Read, Herbert: Berliner Festwochen, 379; conferência em Berlim (1950), 94; *Encounter*, 185-86; festival de Paris (1952), 243; festival Tolstói, 358; financiamento, 94, 160, 379; Instituto de Artes Contemporâneas, 160
- Reagan, Ronald, 150, 457
- Real Instituto de Assuntos Internacionais [Royal Institute of International Affairs], 404
- Receita Federal [Internal Revenue Service (IRS)], 382, 383
- Redford, Robert, 263
- Redgrave, Michael, 320, 324
- Reed, John, 214, 215
- Reed, Joseph Verner, 156, 286
- Rees, Goronwy, 399
- Rees, Richard, 324
- Reid, Whitelaw, 156
- Reinhardt, Ad, 301
- Reporter, The*, 335, 345-46
- Reuter, Ernst, 88, 94
- Reuther, Walter, 342, 430
- Revolução Cubana (1958), 375
- Reynolds, Alan, 294
- Ribbentrop, Joachim von, 78
- Richman, Robert, 160
- Ridley, Jasper, 195-96
- Rieti, Vittorio, 136
- Ritchie, Andrew Carnduff, 294
- Rivera, Diego, 281
- Rivers, Larry, 432
- Robeson, Paul, 85, 86, 212, 324
- Rochemont, Louis de, 319
- Rockefeller, Abby Aldridge, 281, 289
- Rockefeller, David, 155, 159, 163
- Rockefeller, John D. III, 162
- Rockefeller, Laurence, 162
- Rockefeller, Nelson: assessor da Casa Branca, 171, 284; instruções sobre atividades clandestinas, 284; posição no Conselho de Segurança Nacional, 162; presidência do MoMA, 281, 284, 286, 289; Projeto de Estudos Especiais, 162; relacionamento com Braden, 257; relacionamento com Josselson, 295; relacionamento com Whitney, 284-85; trabalho no serviço de informações durante a guerra, 155, 163, 284, 285, 291
- Rogers, Ginger, 311
- Romains, Jules, 94
- Romualdi, Serafino, 93
- Roosevelt, Archie, 261
- Roosevelt, Eleanor, 85
- Roosevelt, Kermit ("Kim"), 50, 189, 261
- Rorty, James, 229
- Rosenberg, Albert G., 27
- Rosenberg, Ethel e Julius, 199, 200-10, 211, 212, 214, 253-54
- Rosenberg, Harold, 205, 209, 299, 444, 448
- Rositzke, Harry, 55
- Rossellini, Roberto, 318
- Rostow, Walt, 165, 434
- Rostropovich, Mstislav, 380
- Rozsak, Theodore, 288
- Roth, Philip, 432
- Rothko, Mark, 288, 297, 301, 302, 432
- Rothschild, Victor: ligação com a *Encounter*, 195, 197, 353, 354, 402, 404; residência em Berlim, 23; serviço militar na guerra, 23

- Rougemont, Denis de: carreira de, 111-12; Centre Européen de la Culture, 245-, 355; Comitê Editorial das Três Revistas, 239; *Encounter*, 198; festival de Paris (1952), 134, 138; pagamento de salários, 124; petição sobre os Rosenberg, 204; posição no Congresso, 111, 124; relacionamento com a CIA, 111-12, 124, 245, 427; reunião da Assembléia Geral, 423-25; reunião em Bruxelas, 119; *Twentieth Century*, 128
- Roure, Rémy, 94
- Rousset, David, 84-85, 94, 107, 394
- Rovere, Richard, 178, 211-12, 220, 221-22, 229
- Rowse, A. L., 218
- Rozsnyay, Zoltan, 330
- Rusk, Dean, 162
- Russell, Bertrand, 64, 110, 136, 185-86, 253-54
- Russell, Peter, 379
- Ryan, família, 50
- Saint-Exupéry, Antoine de, 50, 147
- Salinger, J. D., 348
- Santayana, George, 306
- Sargeant, Howland, 182
- Saroyan, William, 35
- Sartre, Jean-Paul, 303: ataque de Burnham a, 95-96; caso Rosenberg, 201; crise húngara, 331; na Berlim do pós-guerra, 23; festival de Paris (1952), 138-39; filosofia política, 78-79, 87; *Les Temps modernes*, 119-20, 237; livros proibidos, 214; política do Congresso em relação a, 119-20, 239, 374-75; Prêmio Nobel, 378; relacionamento com Koestler, 78, 91-92; relacionamento com Wright, 86; religião, 111, 303; visão da Rússia, 87
- Satie, Erik, 136
- Saturday Evening Post*, 308, 430-31, 434
- Sauguet, Henri, 136
- Scammell, Michael, 456
- Schapiro, Meyer, 254
- Schary, Dore, 314
- Schenk, Nicholas, 314
- Schiller, Friedrich von, 36
- Schine, David, 213-14
- Schlesinger, Arthur: arquivo na CIA, 368; ciente do financiamento pela CIA, 109, 222, 427; Comitê Europa Livre, 149; Comitê Norte-Americano, 178, 179, 222-23, 224, 226-27, 229, 253; conferência em Berlim (1950), 92, 95, 109, 222; conferência no Waldorf, 62; *Encounter*, 187, 335-36, 402, 413, 418; livros publicados, 37, 79; macarthismo, 218-19, 222-23, 226; Rádio Europa Livre, 109, 166; relacionamento com Nabokov, 223, 226-27, 242, 335, 451; relacionamento com Spender, 402; relacionamento com Vanden Heuvel, 156; relacionamento com Wisner, 222-24, 408; relações com a CIA, 109, 222-23, 368, 408; relações com o Congresso pela Liberdade Cultural, 109; sobre a CIA, 16, 218-19, 368; sobre a esquerda não comunista, 79-80; sobre Josselson, 126; sobre simpatizantes, 251; trabalho no OSS, 109; traduções de livros para o governo, 37
- Schmid, Carlo, 107
- Schoenberg, Arnold, 66, 133, 135
- Schonfield, Andrew, 404, 414
- Schuyler, George, 92, 96

- Schwarzkopf, Elisabeth, 30
- Schweitzer, Albert, 64-65
- Science and Freedom*, 236
- Seaver, Edwin, 214
- Secker and Warburg, editora, 197, 319, 330, 353
- Seki, Yoshihiko, 424
- Sellers, Peter, 263
- Selznick, David, 310
- Serviço Cinematográfico [Motion Picture Service (MPS)], 313-14, 320
- Serviço Secreto de Informações [Secret Intelligence Service, Grã-Bretanha (SIS)], 188-89
- Seton-Watson, Hugh, 199
- Sewanee Review*, 360, 364
- Shahn, Ben, 300
- Shapiro, Karl, 274
- Sharpley, Harlow, 232
- Sherman, Alfred, 385
- Sherwood, Robert, 36, 216
- Shils, Edward: ciente do financiamento pela CIA, 427; conferência em Berlim (1960), 359; relacionamento com Lasky, 418; reunião "Último Encontro", 454; reunião da Assembléia Geral, 424; sobre a Associação Internacional pela Liberdade Cultural, 447; sobre a conferência de Milão, 337; sobre antiamericanismo, 240; sobre Kermode, 401; sobre Schlesinger, 402
- Shostakovich, Dmitri, 63, 66-67, 70, 71, 134
- Silone, Darina, 93-94
- Silone, Ignazio, 93-94, 237: Associação Italiana pela Liberdade Cultural, 121; conferência de Berlim (1950), 93-94, 94, 95, 97; Congresso pela Liberdade Cultural, 93-94, 107, 424; contra-conferência de Paris (1949), 85; convicções políticas, 82; crise húngara, 330; experiências durante a guerra, 93; festival de Paris (1952), 134, 138; financiamento pelo OPC, 85; *Hiwar*, 360; PEN Clube, 391, 394; promoção da obra de, pelo governo dos EUA, 37
- Silvera, Frank, 307
- Silvers, Robert, 389
- Simpson, Christopher, 309
- Sinclair, Upton, 85, 324
- Singer, Marcus, 214
- Sinha, K. K., 441, 442
- Siquieros, David Alfalo, 276-77
- Sitwell, Edith, 199
- Skouras, Spyros P., 149, 314
- Smedley, Agnes, 214
- Smirnova, Nadeshda, 77
- Smith, David, 278, 302
- Smith, Walter Bedell, 178
- Socialist Commentary*, 354
- Sociedade Britânica pela Liberdade Cultural [British Society for Cultural Freedom], 122, 125, 127, 128-30, 186, 195, 196, 197, 353
- Sociedade França-América, 155
- Sonnenberg, Ben, 127, 241
- Sontag, Susan, 245
- Sorel, Georges, 106, 168
- Soviet Studies*, revista, 128
- Soviet Survey*, revista, 236-37
- Sovietskaya Muzyka*, revista, 136
- Soyinka, Wole, 379, 394
- Spaak, Paul-Henri, 355
- Spectator*, revista, 208
- Spellman, Francis, 149
- Spender, Natasha: cruzeiros pelo Mediterrâneo, 374; relacionamento com Josselson, 418-19, 429; relacionamento



- com Nabokov, 242, 406; relacionamento com Shils, 427; sobre antiamericanismo, 208; sobre Fleischmann, 384, 419; sobre Josselson, 104, 418; sobre Kristol, 198; sobre Lasky, 104, 418, 456; sobre pedido de demissão de Stephen, 420-21; sobre Stephen, 193, 209, 354, 406, 414, 444, 459
- Spender, Stephen: antecedentes, 191-93; aparência, 138; artigos de Macdonald, 336, 340, 345; Berliner Festwochen, 379; caráter, 129, 193; carreira depois da *Encounter*, 458-59; carta ao *New York Times*, 407; caso Rosenberg, 207-08; ciente do financiamento pela CIA, 402, 405-06, 412-13, 418, 443-44, 459; cruzeiros pelo Mediterrâneo, 374; editoria da *Encounter*, 191-93, 196-98, 335, 357; ensaio de Hahn, 350; festival de Paris (1952), 138; financiamento do Congresso, 379, 394; financiamento pela Fundação Ford, 160; *Index on Censorship*, 361, 459; morte de, 459; *O deus que falhou*, 81, 191-92; Orwell sobre, 324; pagamento de salários, 196, 197, 353, 354, 414-15; pedindo demissão da *Encounter*, 419-21, 423, 458; PEN, 391, 394; poeta consultor da Biblioteca do Congresso, 400; relacionamento com Fleischmann, 374, 384; relacionamento com Josselson, 267-68, 418-19, 429, 444, 445; relacionamento com Kristol, 198, 199-200, 209-10, 335, 436; relacionamento com Lasky, 400, 413, 414, 415, 418, 455; relacionamento com Nabokov, 128-29, 242, 406, 428, 451-52; revelações na *Ramparts*, 412-15; sagrado cavaleiro [na Inglaterra], 459; sobre o Congresso pela Liberdade Cultural, 109; sobre o macarthismo, 228; Sociedade Britânica pela Liberdade Cultural, 127, 128-29
- Sperber, Manès, 120, 328, 393, 424, 455
- Spillane, Mickey, 47, 213
- Spinelli, Altiero, 94
- Sputnik, 338
- Stalin, Joseph: conferência no Waldorf, 66, 67; estátua de, 202; imagem de Grande Irmão, 321; Kominform, 41; morte de, 214; pacto nazi-soviético, 70, 78, 120, 180; poema de Neruda para, 377; política na Iugoslávia, 74; política quanto à música, 135-36, 244; rebelião húngara, 328-30; regime, 31-32, 202, 214, 227, 260; simulacros de julgamentos, 78; visão britânica de, durante a guerra, 74-75; visão de Brecht sobre, 87; visão norte-americana de, durante a guerra, 52, 64, 68, 70
- Stamos, Theodoros, 294
- Stein, Gertrude, 134, 136-37
- Stein, Sol, 177, 251, 252, 307, 321-23, 427
- Steinbeck, John, 35-36, 86, 227, 317, 324, 393
- Stella, Frank, 288
- Sterling, Jan, 320
- Stern, Bernhard, 214
- Stone, I., 212
- Stone, Shepard, 158, 161-62, 329, 445-47, 459
- Stralem, Donald, 156, 384
- Stralem, Jean, 156
- Stravinsky, Igor: artigo no *Pravda* sobre, 66; conferência no Waldorf, 64, 66; festival de Paris (1952), 133, 134, 135,

- 136; festival de Roma (1954), 244, 245; posse de Kennedy, 371; relacionamento com Nabokov, 265
- Student Progressive*, revista, 265
- Styron, William, 432, 445
- Suez (1956), 328, 331, 334
- Sullivan and Cromwell, escritório de advocacia, 147, 234
- Sullivan, Walter, 262
- Sunday Telegraph*, jornal, 402
- Sunday Times*, jornal, 402
- Sweeney, James Johnson, 137, 292
- Synthèses*, revista, 119
- Taft, Edward, 166, 193
- Talleyrand, Charles Maurice de, 97
- Tanglewood, escola de música, 244, 388
- Tanner, Tony, 444
- Tate, Allen: arquivo no FBI, 216; *Encounter*, 235; festival de Paris (1952), 134, 138; Kenyon College, 263-64; Prêmio Bollingen, 273-74; relacionamento com Mellon, 273; relacionamento com Spender, 193
- Tate, Ben, 193
- Tavernier, René, 138, 377
- Taylor, A. J. P., 209
- Taylor, Peter, 264
- Teatro Vivo de Nova York, 385
- Tecchi, Bonaventura, 94
- Tempo Presente*, revista, 121, 237, 238, 241-42, 346
- Temps modernes, Les*, revista, 119, 237
- Thayer, Robert, 118
- Theroux, Paul, 361
- Thomas, Norman, 152, 178, 252, 382
- Thompson, John ("Jack"), 432: Berliner Festwochen, 379; carreira na CIA, 155-56, 437; financiamento do Congresso, 379, 405; Fundação Farfield, 155-56, 264-65, 389, 461; livros publicados, 268; relacionamento com Josselson, 155-56, 369, 437; relacionamento com Ransom, 263-64, 264, 461; relacionamento com Spender, 405-06; relacionamento com Trilling, 264-65; sobre a *Encounter*, 432;
- Thomson, Virgil, 35, 134, 137, 244
- Thoreau, Henry David, 215, 262
- Time*, revista, 166, 181, 362
- Time-Life*, 135, 165, 266, 290, 305, 307
- Times Literary Supplement*, 271, 454
- Tippett, Michael, 245
- Tito, marechal, 74, 88
- Tobey, Mark, 288, 297
- Todorov, Tzvetan, 19
- Toller, Ernst, 198
- Tolly, Barclay de, 459
- Tolly, Nicholas de, 460
- Tolstói, Ilia, 50, 358
- Tolstói, Leon, 36, 358-59
- Torberg, Friedrich, 236, 330
- Torre e Tasso, princesa de, 373
- Toscanini, Arturo, 244
- Toynbee, Arnold, 185
- Transition*, revista, 361, 441
- Trevor-Roper, Hugh: conferência de Berlim (1950), 94, 96-97, 98-99, 100, 101, 102, 110; contribuições para *Encounter*, 186; críticas ao Congresso, 129-30; financiamento pelo IRD, 94; suspeitando de financiamento do governo, 100
- Tribune*, 129, 186, 187, 326
- Trilling, Diana, 178, 255, 264, 427
- Trilling, Lionel, 156, 178, 181, 192-93, 235, 264, 385, 427
- Trista, Codignola, 125

- Trotsky, Leon, 70, 82, 111, 180, 183
- Truman, Harry S.: campanha eleitoral italiana (1948), 53; conferência de Berlim (1950), 102; Diretoria de Estratégia Psicológica, 167-68; Doutrina Truman, 40-41; Plano Marshall, 39, 41; sobre a CIA, 390; política externa, 103; política quanto à arte, 275, 279-80, 295; sobre o comunismo, 306; OSS, 49
- Tucci, Nicolo, 269
- Twentieth Century*, revista, 127-28, 186
- Tyler, Royall, 51, 461
- Tyler, William, 333
- Tynan, Kenneth, 366-67
- União Européia de Federalistas, 111
- União Mundial de Federalistas [United World Federalists], 154, 232
- União Norte-Americana das Liberdades Civis [American Civil Liberties Union], 221
- Untermeyer, Louis, 216
- Urban, George, 251-52, 455
- Valéry, Paul, 149
- van Eyck, Peter, 33
- Vanden Heuvel, William, 156
- Vanderbilt, família, 50, 155, 285
- Vanderbilt, William, 310
- Vansittart, Peter, 321
- Venture*, revista, 356
- Venturi, Franco, 358
- Vidal, Gore, 18, 286
- Viereck, Peter, 178
- Vietnã: Projeto Fênix, 15, 458; Guerra do, 357, 389, 390, 397-98
- Villa, Pancho, 49, 311
- Villa-Lobos, Heitor, 136
- Vogel, Vladimir, 246
- Voltaire, 326
- Vonnegut, Kurt, 456
- Voz da América, 111, 217, 330, 458
- Vronsky, Vitya, 388
- Wagner, Richard, 31
- Walcott, Derek, 379, 385
- Waldorf Astoria, conferência no (1949), Nova York, 61-72, 73, 83, 88, 119, 216
- Walker, Ella, 373
- Walker, George, 342
- Wall Street Journal*, 453
- Wallace, Henry, 68
- Walmsley, Margot, 197, 455
- Walton, William, 134, 136
- Warburg, Fredric: *A revolução dos bichos*, 319; despesas em Paris, 195-96; *Partisan Review*, 364; *Encounter*, 193-94, 196, 197; financiamento da *Encounter*, 196, 353-54, 426-27; Sociedade Britânica, 129, 196
- Warburg, Pamela (de Bayou), 196
- Warfield, William, 316
- Warner, Harry, 314, 317
- Warner, Jack, 308, 314, 317
- Warren, Robert Penn, 160, 235, 376, 379
- Washington Post*, 366, 429, 461
- Washington Star*, 412
- Watergate, 18, 106
- Watson, Adam, 75, 76, 171, 194, 324-25, 446-47
- Waugh, Evelyn, 177
- Wayne, John, 309, 311
- Weber, Ben, 245
- Weeks, Edward, 242
- Weidenfeld, George, 242

- Weil, família, 50
- Welffish, Gene, 214
- Welty, Eudora, 239
- Westcott, Glenway, 134, 138
- Wheeler, Monroe, 294
- Whitman, Walt, 389
- Whitney, Cornelius Vanderbilt, 166, 310
- Whitney, família, 50
- Whitney, J. H. & Co, 162, 284
- Whitney, John Hay ("Jock"): agência Forum World Features, 337; antecedentes, 284-85; empresa de, 162, 284-85; fortuna de, 284, 310; MoMA, 284; na Berlim do pós-guerra, 23; política quanto à arte, 287; relacionamento com Rockefeller, 284; relações com a CIA, 154, 284-85, 337; serviço militar durante a guerra, 23, 284
- Whittemore, E. Reed Jr., 262
- Wilder, Thornton, 35, 235
- Williams, David, 187
- Williams, Lee: artigo de Macdonald, 343, 346; carreira na CIA, 173, 383; relacionamento com Josselson, 173-74, 258, 369; sobre a *New York Review of Books*, 389-90; sobre canais financeiros da CIA, 152; sobre escritores, 250; sobre Meyer, 260, 264, 240-241; sobre relação entre a CIA e o Congresso, 227, 346; sobre revelações a respeito da CIA, 383
- Williams, Tennessee, 35, 92
- Williams, William Carlos, 216
- Wilson, Angus, 445
- Wilson, Edmund, 432
- Wilson, Harold, 357
- Wisner, Elizabeth, 136
- Wisner, Frank: carreira de, 55-56; círculo social, 151, 156; Comitê Europa Livre, 150; conferência de Berlim (1950), 88-89, 99, 102, 103; conferência no Waldorf, 71; Congresso pela Liberdade Cultural, 103-06; contraconferência de Paris, 84, 86; crise húngara, 329; esquerda não comunista, 116, 228; Grupo de Trabalho sobre Guerra Psicológica, 315, 318; macarthismo, 222-24, 226, 228; morte de, 461; OPC, 56, 113-14, 144; orçamento, 124; OSS, 51, 55; planos para um Deminform, 87; relacionamento com Braden, 115, 118; relacionamento com Lasky, 99, 103-05; relacionamento com Lindsay, 161; relacionamento com os nazistas, 55-56; relacionamento com Schlesinger, 222-24; relações com o serviço de informações britânico, 187-88; saúde de, 329; sobre Le Carré, 387
- Witt, Nathan, 214
- Wolf, Markus, 446
- Wolfe, Bertram, 220
- Wollheim, Richard, 339, 357, 406
- Woodhouse, Christopher ("Monty"): *Encounter*, 193-94, 195, 197, 271, 349-50; escritos de, 271; formação educacional e carreira, 188-90; relacionamento com Spender, 188, 193-94; reuniões com Neufville e Josselson, 188, 193-94, 225; sobre o IRD, 75
- Woolf, Leonard, 207
- Woolf, Virginia, 129, 198
- Worsthorne, Peregrine, 226, 325
- Wright, Frank Lloyd, 68, 132
- Wright, Peter, 404
- Wright, Richard, 81, 86, 317

Wyatt, Woodrow, 128-29, 134, 186

Wyeth, Andrew, 371

Yale Glee Club, 38

*Yale Lit*, revista, 260, 262

Yates, Herbert, 314

Yeats, W. B., 260, 272, 371

Yergan, Max, 92, 96

Yermilov, Vladimir, 353, 358-59

Zamyatin, Yevgeny, 323

Zanuck, Darryl, 149, 308, 314

Zhdanov, Andrei, 41-42, 52

---

Este livro foi composto na tipografia  
ClassicalGaramond, em corpo 10,5/15, e impresso  
em papel off-set 75g/m<sup>2</sup> no Sistema Cameron da  
Divisão Gráfica da Distribuidora Record.

---

**Seja um Leitor Preferencial Record  
e receba informações sobre nossos lançamentos.  
Escreva para  
RP Record  
Caixa Postal 23.052  
Rio de Janeiro, RJ – CEP 20922-970  
dando seu nome e endereço  
e tenha acesso a nossas ofertas especiais.**

**Válido somente no Brasil.**

**Ou visite a nossa *home page*:  
<http://www.record.com.br>**

"Esta é a fascinante história do conflito em torno dos valores culturais e das ideologias do pós-guerra em meio aos quais cresceram diversas gerações literárias e culturais (...) uma história crucial sobre as energias perigosas e comprometedoras e sobre a manipulação de toda uma era muito recente."

*The Times*

"Frances Stonor Saunders escreveu um livro que é uma martelada, e que estabelece em definitivo a verdade sobre as atividades da CIA."

*Spectator*

"*Quem pagou a conta?* é o primeiro e excelente livro de Frances Stonor Saunders, tão animado e malicioso quanto um coquetel literário, penetrante e vastamente pesquisado."

*Times Literary Supplement*

"Consistente e fascinante."

*The Washington Post*

ISBN 978-85-01-06771-5



9 788501 067715